TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES

ATA Nº 11, DE 11 DE ABRIL DE 2006
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SEGUNDA CÂMARA

APROVADA EM 17 DE ABRIL DE 2006
PUBLICADA EM 18 DE ABRIL DE 2006

ACÓRDÃOS DE NºS 820 a 868

ATA Nº 11, DE 11 DE ABRIL DE 2006
(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

Presidência do Ministro Ubiratan Aguiar
Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva
Subsecretária da Sessão: ACE Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Auditores Convocados Lincoln Magalhães da Rocha (convocado para substituir Ministro em virtude da aposentadoria do Ministro Iram Saraiva) e Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues), bem como da Representante do Ministério Público, Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva, o Ministro Ubiratan Aguiar, na Presidência, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às dezesseis horas, havendo registrado as ausências do Presidente, Ministro Walton Alencar Rodrigues, em missão oficial e do Ministro Benjamin Zymler, por motivo de férias (Regimento Interno do (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 10, da Sessão Extraordinária realizada em 04 de abril corrente (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os Anexos das Atas, de acordo com a Resolução TCU nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos nºs 820 a 842, a seguir transcritos e incluídos no Anexo I desta Ata (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Ubiratan Aguiar (Relação nº 23);

ACÓRDÃO Nº 820/2006 - TCU-2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Caixa Econômica Federal

1 - TC 001.428/2006-7 - ELISANGELA COSTA AMARO; ELISANGELA DE ARAUJO FERRAZ; ELISANGELA DE OLIVEIRA CARNEIRO; ELISANGELA LOPES DA ROCHA LIMA; ELISANGELA SILVEIRA SANTOS BRITO; ELIZABETH DA SILVA FREIRE; ENEIAS ROSSONI; ENIO GUARESCHI; ENUBIA LOPES MELO; ERIC DE AZEVEDO PEREIRA; ERICA MARIA GOMES RIBEIRO; ERIKA DE KASSIA DAMASCENO DA LUZ; ERIKA FARIA DE OLIVEIRA; ERIKA SERPA PEIXOTO; ERIKA TIEMY MIURA; ERNO ANDRE GAUER; EVANGELINE DE CARVALHO QUARTIM; EVELINE SCARANTO DE MOURA; EVERALDO MAGALHAES SANTOS JUNIOR; EVERTON THIAGO NEVES; EXPEDITO TEIXEIRA DE CARVALHO JUNIOR; EZILIO BANDIERA; FABIANA ALELUIA PEREIRA; FABIANA CRISTINA CARLOTTO;

FABIANA FERREIRA DE MELO; FABIANA MACEDO MARTINI; FABIANA MARTINELLI SANTANA DE BARROS; FABIANA MEDEIROS GUIMARAES; FABIANA PEIXOTO DE LIMA; FABIANE CRISTINA DA FONSECA; FABIANO DE SOUZA CASTRO; FABIANO GUEDES SANTIAGO; FABIANO PENNA ZIMMERMANN; FABIO ALEXANDRE SOLANO GIMENES; FABIO ANDRE COITINHO SACCOL; FABIO BELSAN SOUSA ANDRADE; FABIO CARLOS BRAMBILA; FABIO CORSO FERNANDES; FABIO LUCAS CANTEIRO; FABIO LUIZ SANTOS CORREA DE CARVALHO; FABIO MARCON; FABRICIO RAMOS DE SOUZA; FAGNER FARIAS DE LIMA; FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS ATHAYDE; FELIPE DANILO DA SILVA; FELIPE JOSE CAVALHEIRO DA SILVA; LUCIANA MOURA GERONIMO; LUCIANA NAGASI KOBORI; LUCIANE MARQUES DE CASTRO; LUCIANE PELIZZARO; LUCIANE POLEZE PITTOL; LUCIANE SOARES DE OLIVEIRA MOREIRA; LUCIANNA CAVALCANTE QUEIROZ; LUCIANO ANDRE DOS SANTOS; LUCIANO SUENAGA; LUCIELEN GOMES DE FREITAS RIBEIRO; LUCIENE COSTA; LUCIENE DE SOUZA CERQUEIRA; LUCIENE GOMES DE SOUZA; LUCILANDA SENA DE JESUS ANTUNES; LUCIRIA DE OLIVEIRA SOUZA; LUCRECIA MARIA DE VICENCIO; LUIS EDUARDO CAMARGO JORDAO; LUIS FERNANDO JUNQUEIRA; LUIS ROBERTO DA SILVA; NEIL DIAS CARDOSO PEREIRA; NELSON DIAS DOS ANJOS JUNIOR; NEUBER BEZERRA DOS SANTOS; NEUCIVANE DOS SANTOS MOREIRA; NEUSA MARIA NEVES GERBASSI; NEWTON LUIZ FONSECA; NILO MICHAEL DE LIMA RIBEIRO; NILSON ROBERTO DE MELO; NINA MARCAL BIBIANO SAMPAIO; NIRIANE NEUMANN; NUBIA JACQUELINE MATOS; ODAIR BASSETTO; OLAVO ROCHA CASTELLO BRANCO JUNIOR; OSWALDO NORBIM PRADO CUNHA; OTAVIO ALVES DA SILVA FILHO; OTAVIO BRAZ RIBEIRO JUNIOR; OTTO JOSE DE ARAUJO BARROS; PABLO REUEL DA COSTA LIMA; PATRICIA ANDREA MACEDO DE SOUZA; PATRICIA ARANHA DIAS; PATRICIA CARVALHO DE MENEZES; PATRICIA COUTELO DE ALMEIDA; PATRICIA DE CARVALHO ANDO; PATRICIA GURGEL PENAFORTE; PATRICIA LEITE PEREIRA; PATRICIA LUMI ISHIKAWA; PATRICIA MARIA RIBEIRO MEIRA; PATRICIA MAYUMI FUJITA; PATRICIA PERLEBERG FISCHER; PATRICIA SILVEIRA BARROS; PAULA ALVES BORGES; PAULA CELIANE REGO MUNIZ; PAULA CRISTINA DA SILVA; PAULA LEAO COTA

2 - TC 001.431/2006-2 - ANA MARIA DE SOUZA PEREIRA; ANA MARYA RODRIGUES SALES; ANA PAULA BAPTISTA PINTO; ANA PAULA BARROSO PENA BOTELHO; ANA PAULA DE SOUSA MALAQUIAS E SILVA; ANA PAULA DE SOUZA QUEIROZ; ANA PAULA DOS REIS; ANA PAULA HENRIQUE GUERRA; ANA PAULA SANTOS; ANA RAQUEL DE OLIVEIRA AMARAL MELLO; ANA ROSA MARQUES; ANA TEREZA BAETA CAMPOMIZZI; ANAGLEICY BRITO DE MACENA; ANDERSON ALVES DE PAIVA; ANDERSON OLTRAMARI JASKULSKI; ANDERSON YUJI YAMAMOTO TANABE; ANDRE LUIZ FIGUEIREDO OLIVIER; ANDRE MARASCHIN; ANDRE MEDEIROS CAVALCANTE; ANDRE RICARDO ALVES DA SILVA; ANDRE RICARDO DO PRADO LOUZADA; ANDRE SILVA PORTO; ANDREA BARBOSA DE ARAUJO; ANDREA CAMARGO DE OLIVEIRA; ANDREA FIGUEREDO PEREIRA; ANDREA NUNES LAGE; ANDREIA DE CAMPOS WALERKO; ANDREIA DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO; CRISTINAMBABI DOS ANJOS LIMA; DACIELLE DE VASCONCELOS FERREIRA ALVES; DAIANE LINS DE AZEVEDO IGLESIAS; DAIANE MARIA NOBRE; DAISY FERREIRA LEITE; DALTON ANDRADE E BARROS; DANIEL ANTONIO ALVES; DANIEL BOECKMANN VIEIRA; DANIEL FRAGOSO VELOSO; DANIEL GAUDENCIO PIRES; DANIEL HENRIQUE SANTANA DE PAIVA; DANIEL LIMA DE FREITAS; DANIEL LIMA GARCIA PINTO; DANIEL LUIZ PEREIRA RIBEIRO; DANIEL LUIZ SKORA; RODRIGO LUIZ DA SILVA; ROGERIO HENN; ROGERIO MENDES DA SILVA; ROGERIO SIQUEIRA TOLEDO; ROMULO AUGUSTO COSTA; RONALDO AUGUSTO CUNHA; RONALDO MARTINS DUARTE; RONISSON RODRIGUES DE SÁ; ROSANA AUGUSTO JACOB; ROSANE APARECIDA CARLOS; ROSANE BOTELHO NOBREGA; ROSANE GOMES PAIVA DE SOUZA; ROSANGELA XIMENES DE FRANCA; ROSEMARI GALVAO DE OLIVEIRA; ROSINEIDE PEREIRA DE BASTOS; RUBENS RAPHAEL TRANIN DE PAULI; RUTE MARIA DE ALMEIDA; SAMUEL MEIRELES; SANDOVAL JOSE PEREIRA RUFINO; SANDRO CESAR TORRECILLAS DE ALMEIDA; SARA FABIANA CACULA ALVES; SAULO JOSE DE AMORIM VALADAO; SCHEILA SILVA DE SOUZA; SELMA MARIA CARVALHO E SILVA; SELMA MARIA LEITE FRANCA CARNEIRO;

VANIA DE SOUZA FARIAS; VIVIANE NUNES LEMOS; VLADIMIR ANDERSON MARINHO DE CARVALHO; VLADIMIR DE SOUZA GOMES; VLADIMIR SOLER RIBEIRO; WAGNER ALVES DE SOUZA; WAGNER DE PAULA; WAGNER GONCALVES MENDES; WAGNER MATSUBARA; WALKER NEY DE OLIVEIRA MASCARENHAS; WALMARK CLAY ALMEIDA DOS SANTOS; WALTER RIBEIRO CASSIMIRO; WANDERLEY DE PAULO SOBRINHO; WANDSON ALMEIDA DE SOUSA; WEBER WALLACE DE CARVALHO FARIAS; WEDES GONCALVES DE AQUINO; WELINGTON LOPES TERRAO; WELLINGTON A VICTORIA DE FREITAS; WELLINGTON FERREIRA DA SILVA; WENDELL BARROSO TORRES; WESLEY DE FARIA PAIVA; WILLIAN BORGES GARCIA; WILSON PIMENTA GARCIA; WLADIMIR VIEIRA DE SOUZA; WYLLIAN DIVINO BASTOS; YGOR CESAR DE SOUZA CASTRO; ZEILA ITOKAZU VEIGA; ZENIO COELHO PESSOA

3 - TC 001.432/2006-0 - ANA PAOLA FILARDI; DANIELLE MONTENEGRO SALAMONE NUNES; DANIELLY MARTINS BELMONT; DANILO DE PAULA BARBOSA; DANILO NARCISO RODRIGUES SILVA; DANILO RODRIGUES GARCIA; DANYELLE DO SOCORRO PINTO DE OLIVEIRA; DARCI SIMPLICIO CAVALCANTI; DAVI BERLIM NUNES; DAVI PAROLA; DEBORA PRISCILA MOREIRA DE MORAES; DEISE APARECIDA LUCHETA ISAAC; DELCIDES MENDES DA SILVA JUNIOR; DENICLIM GALVAO SOUSA; DENILSON DOS SANTOS ROCHA; DENIS ALESSANDRO CALDATO; DENIS MORAES OHLWEILER; DIANA DE CASSIA DAMACENO SILVA; DIEGO BEZERRA FERNANDEZ CUINAS; DIEGO BRASIL BICCA; DIEGO DOS SANTOS; DIOGO MELO DE OLIVEIRA; DIRCEU DE ARAUJO PAVAO; DJALMA GOMES JUNIOR; DJANA NUNES SIMOES; DOUGLAS MENDES BATISTA; DULCE FABIANA MOTA LIMA; DULCE MARA FERNANDES SEGANTINE; EDILAINE APARECIDA ARAGAO; EDINEI OLIVEIRA MELO; EDMAR GONCALVES ALMEIDA; EDNA RICORDI CASTELANO; EDSON CHARLES PIOVEZAN; EDUARDO ANTONIO DA SILVEIRA; EDUARDO AUGUSTO CAMARGO DE OLIVEIRA; EDUARDO CARVALHO BRANCO GALDINO; EDUARDO CASTRILLON MENDES TEIXEIRA; EDUARDO DE VASCONCELOS BELISARIO; EDUARDO MARCOVECCHIO; EDUARDO MERTENS; EDUARDO RODRIGUES DA COSTA; EDUARDO RODRIGUES DE LIMA; EGYDIO BISCALCHIM JUNIOR; EIDI IWAHASHI; ELAINE CRISTINA ALVES DOS REIS; ELAINE MORAIS DA SILVA; ELIEZER ALBINO DA SILVA; ELISMAR GOMES ANTUNES; ELIZABETH ARAUJO SANTOS; ELIZANGELA CERQUEIRA DA SILVA; ELIZANGELA DE OLIVEIRA LOUREIRO; ELLEN THASSIA DE FATIMA CINTRA; ELTON STERING SANTIAGO; ELY MARTINI JUNIOR; EMANOEL AMORIM MARTINS; EMANUELLE VON KRUGER DE ALMEIDA; EMERSON RODRIGUES BEZERRA; EMERSON ROGERIO CARVALHO DA SILVA; EMERSON TADEU DA CRUZ; EMILIA CARDOSO ANDRADE; EMILIA MYCHELLE DIOGENES GOMES; EMILIE POURBAIX MORISSON GUIMARAES; ENOLA VANESSA FERREIRA RAMOS; ERICA CRISTINA DE OLIVEIRA; ERICA DOS SANTOS SILVEIRA; ERICK MARTINS PEGORARO; ERIKA BACELLAR RIBEIRO; ERIKA GONCALVES DE BRITO SOUZA; EUCLIDES SIGOLI JUNIOR; EVELISE RENATA CALTABIANO; EVELY SOLANGE DUARTE DE OLIVEIRA; EVERSON DE MORAES FRANCA; EVERTON DE BARROS CRUZ; FABIANO DE ALMEIDA; FABIANO NASCIMENTO SOUSA; FABIO DO NASCIMENTO ALCANTARA; FABIO FIDELIX NUNES; FABIO HENRIQUE DO NASCIMENTO FONSECA; FABIO HENRIQUE FREZZA; FABIO LUIS DE OLIVEIRA CORREIA; FABIO MOREIRA DURAES; FABIO RODRIGUES DE OLIVEIRA; MONICA VIEIRA DE TOLEDO; SILVIA MARIA DE RESENDE; VERIDIANA APARECIDA ALBANEZ SOLOVENCO; VERONICA GOMES DA SILVA; VICENTE RIGON; VICTOR POZZI ZOCH; VICTOR TEIXEIRA BARBOSA DA SILVA; VICTOR TELLES DE MAGALHAES; VILMAR GOMES MENDONCA FILHO; VINICIUS APOLINARIO OLIVEIRA COELHO; VINICIUS LEANDRO DAS CHAGAS DANQUIMAIA; VIRLENE CARRILHO NEPOMUCENO; VITOR LEONARDO SOUZA DA SILVA; VITOR MARCEL SCHUHLI; VIVIAN DE ARAUJO FRANCA; VIVIAN FELTRIN; VIVIANE COSTA DA SILVA

4 - TC 001.433/2006-7 - CINTIA MARIA TRINDADE; CIRO GIOVANINI BRAGA; CLARISSA DUARTE DE CASTRO SOUZA; CLAUDIA CHIEKO DE LIMA NAKATA; CLAUDIA HELENA FONTANEZI; CLAUDIA LUCIA LAMEGO KHOURI; CLAUDIA REGINA VENDEMIATO POMPEI; CLAUDIA RENATA ARAUJO DE ALMEIDA; CLAUDIA TELES DA PAIXAO ARAUJO;

CLAUDIO CONSTANTINO MONTEIRO; CLAUDIO FERRAZ DE TOLEDO; CLAURA BATESINI; CLEIDEMARA LONGO FRANCO DE SOUZA; CLEUSA MARIA BIZAO; CRISTHIANE PORTO PACHECO; CRISTIANE CASTRO CARVALHO; CRISTIANE DE OLIVEIRA FACINIO; CRISTIANE SILVA RIBEIRO; CRISTIANO GOMES DE SOUSA; CRISTIANO VIEIRA DE MENDONCA; DAIANE MACHADO DA CRUZ; DALCIRA COSTA NOVO GUERREIRO; DALTON FERNANDO COSTA DE SOUSA; DANIANE MAURER PORTELLA; DANIEL ALVES FERREIRA; DANIEL ANGELO REZENDE; DANIEL ANSELMO DA SILVA FILHO; DANIEL BAGESTAN; DANIEL DE OLIVEIRA FRAGOSO; DANIEL JULIO SIMOES FEITOSA; DANIEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA; DANIEL NASCIMENTO SANTIAGO; DANIEL PAIVA BUGALLO; DANIELA CALADO VENTURA; DANIELA CANDIDO DE FARIA; DANIELA CORDEIRO DE OLIVEIRA; DANIELA CRISTINA DE OLIVEIRA; DANIELA DIAS RIBEIRO; DANIELA REGINA FONSECA; DANIELA VIEIRA DE FARIAS; DANIELE DE MELO PEDRA; DANIELLE BERTOLDI; THIAGO DE ASSUNCAO CERQUEIRA; THIAGO DE OLIVEIRA GOMES; THIAGO GAMA BOTELHO; THIAGO HEYDEN CABRAL DE LIRA; THIAGO MAGNAGO MEIRA; THIAGO PEREZ NOVAS; TIAGO CYRINEU MUNHOZ; TIAGO DA SILVA; TIAGO EUGENIO MACIEL; TIAGO ROCHA DE ALMEIDA; TULIO PEREIRA GONCALVES; ULDA REGINA DOS SANTOS; ULYSSES DE SOUZA DA SILVEIRA; VALDIR SIQUEIRA RIBEIRO; VALERIA CRISTINA PINTO REIS; VALOI DOMENICI; VANDERLANE FERREIRA DA SILVA; VANDERLEY CARVALHO RIBEIRO; VANDERLY NOGUEIRA DE ALMEIDA; VANESSA ADRIANO MELO; VANESSA APARECIDA RODRIGUES; VANESSA LIMA DO NASCIMENTO; VANESSA MARIA MISSIO; VANIA LINHARES DE CARVALHO LOPES; VERA LUCIA DE PAULA MARCUCCI; VERA LUCIA MARTINS DA ROSA; VERIDIANO SILVA PINTO JUNIOR; VERUSKA KARINA TELES DANTAS; VICENTE ALBERTO GUIMARAES DE MATOS; VICTOR CROCE; VINICIUS SENA DE LIMA; VINICIUS ZANDONAIDI; VINOLIA MARIA COSTA DE OLIVEIRA CURVINA; VITOR DOS SANTOS MONTEIRO; VIVIAN CARINE DEL CIELLO DA SILVA; VLADIMIR BEZERRA MONTEIRO DE BRITO; WALDEZ BATISTA DOS SANTOS; WALTER TADASHI NUMOTO; WANDERSON EDILBERTO FERREIRA; WARLEY SOUZA DIAS; WEIDMA CAVALCANTI ROCHA BRAINER MARTINS; WELINGTON DOUGLAS CARBONE; WELLINGTON VAZ DE OLIVEIRA; WELTON FLORENTINO PARANHOS DA SILVA; WESILEY DOS SANTOS MONTEIRO; WILL ANDREY FRANCA DE SÁ; WILLIAM BEE; WILLIAN LUCAS MONTEIRO IKUMA; WIVIANE KARLA DA SILVA SANTANA

5 - TC 001.437/2006-6 - ANDREIA HELENA BARROS; ANDRESSA DA SILVA MIRANDA; ANDREZA SOARES LIONI; ANERY MARTINS PANCHORRA FERREIRA; ANEZIA ROMANA BALABEM MASUDA; ANGELA CRISTINA DE PAIVA; ANGELICA DE MORAES CANANEA; ANGELICA SOUZA REIS DA FONSECA; ANNA LUIZA MOREIRA MAXIMO; ANNY HAYLLY PAULA FERREIRA; ANTONIA CARLOS DOURADO; ANTONIA SOCORRO DUARTE DOS SANTOS; ANTONIO CARLOS LOPES ROSADO FILHO; ANTONIO CARLOS MARTINEZ; ANTONIO CARLOS RIBAS; ANTONIO CLAUDIO DE CARVALHO MIRANDA; ANTONIO FABIO ALVES DE FREITAS; ANTONIO FELIPE SANTIAGO FILHO; ANTONIO JOSE ALVARISA SIQUEIRA; ANTONIO JOSE DIAS DE OLIVEIRA PEIXOTO; ANTONIO JOSE GURGEL LOPES; CLAUDIONOR DE SOUZA CAETANO JUNIOR; CLAYTON DIAS SIMOES; CLAYTON RIBEIRO; CLEBER BOMFIM DOS SANTOS; CLEBER HENRIQUE FRAI; CLECIO DO ESPIRITO SANTO MOTA; CONRADO ESTEVAO IJANC NETO; COSME BERNARDO SOUSA SANTOS; CRISTIAN FRECH; CRISTIANE BADELHUK; CRISTIANE DE PADUA FERREIRA; CRISTIANE MARIA VIEIRA SABOIA; CRISTIANO BALEN; CRISTIANO LIMA ESTEVES; CRISTIANO MINUZZI DEBIASI; TAINA ELIS BROCK FERONATO; TAMARA RODRIGUES DA SILVA; TANHAUSER TAVARES ARCHANJO E SILVA; TANIA CLARO BROCHIERI; TANIA TOFFOLI; TANIZIO DE BITTENCOURT BORGES; TARCIANA MADALENA WASHINGTON VASCONCELOS; TARSO CARDOSO E CASTRO; TATIANA COSTA PAIVA; TATIANA DRUMOND ALBERTINI; TATIANA FERREIRA VIEIRA; TATIANA FUJITA DE ARAUJO; TATIANA SOARES DE FRANCA ESPINOLA; TATIANE MARQUES PORANGABA; TATYANNA FONSECA DE OLIVEIRA; TEOFANIA CRISTINA DE REZENDE SOUZA; TERESANGELA MAROSTICA CASAGRANDE; TEREZA CRISTINA DE ARAUJO; THAIS FEITOSA ALVES; THAIS SILVA MECCA; THAIS TAGLIARINI; THAIZA SILVA THOMAZ; THEREZA SHIMENA SANTOS TORRES; THIAGO

ALBUQUERQUE ROSA; THIAGO ASSIS PIRES DE ARAUJO; THIAGO BARBOSA BRITO DIAS; THIAGO BELISARIO COSTA; THIAGO COSTA CARNEIRO; THIAGO DE ARAUJO GARCIA; THIAGO DIADAMO; THIAGO FERREIRA DE LIMA; THIAGO GUSTAVO OLIVEIRA; THIAGO JOSE CAMPOS SOUZA; THIAGO MARIZ HUSBY; THIAGO OLIVEIRA DE ALMEIDA; THOMAZ THOMAZI; TIAGO OLIVEIRA DO LIVRAMENTO; TITO BRITTO GOYANNES; TULA TAGORE MONTEIRO ANDRADE; VAGNER DE SOUZA MARTINS; VALDIR PAULO REINEHR; VALERIA GONCALVES; VALERIA IMOLESI ROSA; VALERIA MARQUES ANDREOTTI; VALERIA TEIXEIRA SIQUEIRA; VALESKA RODRIGUES MEDEIROS TORRES; VALMIR MARTINS DA SILVA JUNIOR; VANDER LUCIANO RIBEIRO MARTINS; VANDERLEI JOSE CAMARGO; VANDERLEY MOREIRA JACOME; VANESSA DIAS POLICARPO; VANESSA HONORATO ROMAN; VANESSA JUSTEN DA COSTA FRIAS; VANESSA KUPSKE; VANESSA LIMA DE ALMEIDA; VANESSA MARIA DALPRA; VANESSA PIRES OSELAME; VANIA BIANCHINI RIBEIRO; VANIA LYRA DA CUNHA; VANIO ALVES LIMIRO; VASCO RODRIGUES GAMA

6 - TC 001.439/2006-0 - ADRIANA AKEMI UEMURA FERNANDES; ADRIANA BRODT LUL; ADRIANA CINTHIA PAULON; ADRIANA GOMES DA CONCEICAO; ADRIANA MARIA DE ARAUJO; ADRIANA PAULA BARROS DE LIMA SCHMIDT; ADRIANA PAULA EUZEBIO DE ASSIS; ADRIANA REGES DA SILVA; ADRIANA TEODORO DA CUNHA; ADRIANA VIEIRA DE BARROS CORREIA; ADRIANO DELARI; ADRIANO MARTINS DE ANDRADE; ADRIANO MOURA ROCHA; ADRIANO PINTO DA FONSECA; ADRIANO SANTOS TEIXEIRA; ADRIANO SOUZA PEREIRA; ADRIELLE CRISTINA LEITE PEREIRA; AFONSO BORGES FILHO; AILTON DE SOUZA LACERDA; AILTON HILARIO DE MORAIS; AIRTON HAJIME YAMASHITA; AKEL ALONSO VIEIRA DOS SANTOS; ALAN DIAMANTINO MATIAS; ALAN HENRIQUE DE LUCENA FAGNANI; ALBERTO ZUCCHERMAGLIO JUNIOR; ALCIDES DE SOUZA NETO; ALLAN KARISTON BORGES SILVA; ALOISIO PEREIRA DA SILVA; ALTINO ALVES DE MORAIS; ALVARO CAVALCANTE LOPES; ALVIMAR MATOS SILVA JUNIOR; ALYNNE CRISTINNE DA SILVA ROCHA; AMADEU BALTHAZAR DA SILVEIRA; AMADEU DEMISCKI NETO; ANA CAROLINA BRETAS RICARDO; ANA CAROLINA GOMES JARDIM; ELISANGELA DE AZEVEDO MAIA SERIACOPI; ELLEN CRISTINA DE SOUZA STELLET; ELTON MOTTA PAIVA; EMANOEL CARLOS CELESTINO; EMANUELE MALTA SANTOS; EMILIO NICOMEDES BATISTA; ESLEN DE SOUZA ARAUJO; FELIPE JOSE ZOBY CARNEIRO LEAO; FELIPE SANTOS GRANATA; FELIPE VILHENA ANTUNES AMARAL; FERNANDA ARAUJO PAIVA; FERNANDA BELLETTE; FERNANDA CARLA QUIRINO; FERNANDA CARVALHO RODRIGUES; FERNANDA CORREA DE FREITAS; FERNANDA DONEGA; FERNANDA LIMA ALMEIDA; FERNANDA REGINA LINS DE ALMEIDA; FERNANDA RIBEIRO DE OLIVEIRA; FERNANDA VIVECANANDA C B DE ARAUJO; FERNANDO AUGUSTO MEDRADO AGUIAR NETO; FERNANDO INOUE VENDRAMIM; FERNANDO MAGALHAES CORREA DE MELLO; FERNANDO OMENA PEREIRA; FERNANDO PUBLIO DINELLY DA COSTA; FERNANDO RAMIRO SILVA FERNANDES; FERNANDO ROBERTO BERGAMINI; FERNANDO ROBERTO TELES SANTOS; FERNANDO SILVA SIMPLICIO; FERNANDO THADEU MELO E SILVA; FILIPE SHAKAROV FRAGOSO DE QUEIROZ; FLAVIA CREMA PERIOTO; FLAVIA DE MORAIS; FLAVIA DE OLIVEIRA SANTOS SILVA; FLAVIA MENDES FERREIRA; FLAVIA NUNES CAMPELO BEZERRA; FLAVIA OLIVEIRA LIMA; FLAVIA SILVA SANTOS; FLAVIA STICA RITZDORF DE MELLO; FLAVIA VENDRAMINI DE FIGUEIREDO SILVA; ROBERTA ANDRADE ABRAO; RODRIGO ROCHI; ROGERIO DONIZETE DE SÁ; ROGERIO FRANCISCO PEREIRA CONCEICAO; ROMENIA JANAINA FIGUEREDO MANGUEIRA; ROMULO GUSTAVO DE SOUZA FRANCO; ROMULO PEREIRA MOTA; RONALDO DO NASCIMENTO; ROQUE JOSE LOPES FALCAO; ROSALVA CAETANO; ROSANA FRANCO LAUS; ROSANE DO CARMO TIAGO DA SILVA; ROSANGELA MARA PERSI DE SOUZA; ROSARIO RESIO DE AGUIAR; ROSELI APARECIDA VANNI; ROSELIS CAVALCANTI ORTOLAN; RUBENS CAFUK; RUBENS CARLIN; RUBENS GERALDO SANTANA FERREIRA; RUBENS QUARESMA SANTOS; SAIMO CARVALHO DE MOURA; SAMARA MEDIM DOS SANTOS; SAMARA TAVARES CARVALHO

7 - TC 001.534/2006-0 - ABIVAL VIANA ALVES ANDRADE; ACELMO LIMA DA ROCHA; ADELITA JUNQUEIRA FIGUEIREDO; ADEMILSON RIBEIRO SANTOS; ADIR CESAR PEGORARO; ADRIANA GONCALVES CASE MINA

8 - TC 001.663/2006-7 - EMANUEL VITAL FALCAO; EMERSON CIOCCA BERMUDEZ; EMERSON PRATA MARQUES; EMERSON RODRIGO ROCHA; EMERSON SOARES CAVAZZANA; EMIVALDO MARIANO; ENEIDA GONCALVES RIBEIRO; ERIC MURILO CORREIA DE MACEDO; ERICA SORAIA DA SILVA MARQUES; ERICK DE MELO XAVIER; ERNESTO KEN FUKAYA; FABIA RENATA OBICE; FABIANA BRAGA MARICATO; FABIANE BILATTO; FABIANO ALVES DE DEUS; FABIANO DE ALMEIDA FERNANDES; FABIANO JUSTINO CARDOSO; FABIO DA SILVEIRA FEITOSA; FABIO PIZONI; FABIO SOUSA SOARES; FABRINE FERNANDA FURNKRANZ; FELIPE WORNEY TAVARES; FERNANDA ADRIANA DOS SANTOS GALVAO; FERNANDA CAPPELLARI; FERNANDA MARQUES BRAGATTO; FERNANDA PEREIRA MARRA; FERNANDA PIRES NOGUEIRA DE CARVALHO; FERNANDO FRANCISCO DOS REIS; FERNANDO LUIZ LEITE; FERNANDO MOSER PEREIRA; FLAVIA BORGES DE CAMPOS; FLAVIA CRISTINA GUIMARAES GOMES; FLAVIA HEINZL; FLAVIA VIEIRA SOUTO ALVES; FLAVIANE FERNANDES ALVES; FLAVIO PEREIRA SOUTO; FLORA SELESTE RODRIGUES OTAVIANO; FRANCISCO CHAGAS PEREIRA; FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA AMARAL; FRANCISCO GEORGE DE LIMA BESERRA; FRANCISCO HENRIQUE TEIXEIRA BARROSO; FRANCISCO WEBER FERREIRA XAVIER; FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA JUNIOR; FREDERICO STROPPA MOREIRA; GEISSLER SARAIVA DE GOIAZ JUNIOR; GEORGE ANDERSON ROCHA DA COSTA; GERSON DIAS SILVA; GIANNY CARLOS FREITAS BARBOSA; GILBERTO KAWAZOE; GILSON FREDERICO SCHWEIG; GIOVANI BRUNO GIACOMELLI; GISELE MARIA VIEIRA; GISELE PINHEIRO DOS SANTOS; OSCAR BUSOLIN FILHO; PABLO ALONSO TEIXEIRA DA SILVA; PAOLA NANINI; PATRICIA AMBIEL SCHAEFER FERNANDES; PATRICIA BITTENCOURT MESQUITA; PATRICIA DE CASSIA MENDONCA DA ROCHA; PATRICIA REBELLO DE MESQUITA; PATRICIA SOARES FERREIRA; PATRICIA YAMAUCHI; PATRICK ANDRADE BARICHELLO; PAULA ANDREA MEIRINO DE SOUZA; PAULA REGINA VIEIRA DE ARAGAO; PAULA ROBERTA LACERDA DE OLIVEIRA; PAULA WIVIANNE BARROS SILVA; PAULO GAZEL PEREIRA; PAULO HENRIQUE BESE LOBATO; PAULO IRINEU COSTA NETO; PAULO ROBERTO FRANCO DE CARVALHO JUNIOR; PAULO VICTOR PEREIRA RESENDE SILVA; PEDRO BATISTA DOS SANTOS NETO; PEDRO DE ALCANTARA DO NASCIMENTO FERREIRA JUNIOR; PIERRE DE OLIVEIRA PACHECO; POLLYANNA ALVES TEIXEIRA; POLLYANNA LEMOS VIANA; PRISCILA ARRUDA RIBEIRO LOPES; PRISCILA SILVA HILLER; QUEILA FILGUEIRAS; RAFAEL BORGES DE SANTANA; RAFAEL CARVALHO DA ROCHA LIMA; RAFAEL NOBRE PORTO; RAFAEL SILVANO PEREIRA; RAIMUNDO RIBEIRO PRINTES; RAMONA LIMA LUBAS ARGUELHO; RAPHAEL PENHA NUNES; REGINA DE CASTRO GUIMARAES; REGINALDO CARLOS DE ASSUNCAO; RENATA APARECIDA GAZIRE; RENATA BARROS SILVA DA LUZ; RENATA FERREIRA ALVARES

9 - TC 001.665/2006-1 - CASSIO AUGUSTO SOARES DE CASTRO; CATHERINE DYANNE LOURENCO FERREIRA; CATICIANE DA SILVA SANTOS; CECILIA MARIA SILVA MELO; CELENY PEREIRA SILVA; CELSIOMAR DA SILVA MOURA; CESAR DE PAULA MEIRA; CESAR RODRIGO ANOROZO NUNES; CIBELE MACIEL AZEVEDO; CIRO CASTRO DA SILVA BRAGA; FRAUCIDES PEREIRA DE ANDRADE; GISELLE VIVIANE CARNEIRO FERREIRA; GISLAINE CRISTINA DE LORENCO TEIXEIRA; GISLAINE SOARES SILVA; GLAIKO DIAS; GRACINDA TERESA FURRIER VILLELA FERREIRA; GRAZIELA ISANIR DA SILVA; GUICCIOLI OLIVEIRA LEAO; GUILHERME BRANDAO JANSEN MELO; GUILHERME GUERATO MIOZZO; GUSTAVO JUSTO RIOS; GUSTAVO LUIS FROES LEAL; GUSTAVO PEREIRA ROSADO DE SENA; GUSTAVO WALDRIGUES WERPACHOWSKI; HAMILTON RODRIGUES SILVA; HEBERTH SOARES CARDOSO; HELENITA DE FATIMA PEREIRA; HELLEN APARECIDA SOUTO DOMINGOS; HELLEN CRISTINA PRESENCE; HERNANI ALBRECHT FANTINATTO; HEVELYNE LARA PENACHIN; HILDEBERTO BEZERRA JUNIOR; HILMAR JESSE SILVA PEDROSA; HIVNA DRIELLY DA SILVA NUNES; HUGO LEONARDO

VELOSO DE SALES; HUMBERTO LIMA DE ALCANTARA FONSECA; HUMBERTO MARCHINA; IANIS CARVALHO APOSTOLO; ILZA CARLA LOPES DE ALBUQUERQUE GALVAO; INALDO JOSE DO NASCIMENTO JUNIOR; ISAAC DA VEIGA PESSOA MADUREIRA; ISABEL CRISTINA CARVALHO COSTA; ISABELLA CHAGAS NOBRE; ISABELLE DE ALBUQUERQUE MACHADO MOURA; ISMAEL PEDROSA DA SILVA; ITALO ARTUR GHELLI; ITALO PONGELUPPI JUNIOR; IVANILSON DE AGUIAR ROCHA JUNIOR; IVO MOREIRA MAMEDE; JAILTON CURSINO DIAS DA CRUZ; JAIR CORDEIRO DE REZENDE; JAIR GOMES SOARES JUNIOR; JAIRO MOREIRA DE SOUZA JUNIOR; JAISON RICARDO COELHO; JAMILE VASCONCELOS MIDAUAR; JANAINA DE SOUZA SILVA; JANE DALCIN; JANETE MORGAN DE CASTRO; JANICE QUEIROZ OLIVEIRA SANTOS; JAQUELINE BARROS DA SILVA; JAQUELINE ZIGNANI; JEAN FERREIRA DOS LIRIOS ROCHA; JEANDERSON DOMINGOS MINOTTO BOMBAZAR; JEFFERSON EDNEI GONCALVES; JENYFER DE SANTANA ABREU; JOAO ANTONIO SERENO NEVES; JOAO CARLOS FREITAS DE ALMEIDA; JOAO CARLOS RENARD PIE; JOAO CARLOS VIEIRA FERREIRA; JOAO FREDERICO BROADBENT HOYER CALIL; JOAO PAULO ALVARENGA DA SILVA; PAULO ROBERTO RIGHI DOS SANTOS; PAULO ROBERTO VARGAS DA SILVA; PEDRO ADOLFO RODRIGUES DIAS; PEDRO DE OLIVA FREIRE; PEDRO EDNIR ALVARENGA FERNANDES; PEDRO HENRIQUE DE BAKKER VITAL; PEDRO PAULO RESENDE; PEDRO WANDERLEY CANASSA FILHO; PETRUCIO MARCELO VIANA; PRISCILA BRITH GALVAO FREIRE; PRISCILA CAMARGO DA COSTA; PRISCILLA KELLEN ARAUJO CAMPOS; RAFAEL ALEIXO GUYSS; RAFAEL BATISTA DO ESPIRITO SANTO; RAFAEL DANILO DE SALES LEAL; RAFAEL DE MELLO SANTOS; RAFAEL GALVAO DE CASTRO; RAFAEL LOPES RIBEIRO; RAFAEL MACHADO DA SILVA; RAFAEL MONTEIRO FRANCA; RAFAEL OLIVEIRA PINHO; RAFAEL RODRIGUES DE LIMA GONCALVES; RAFAEL SHINJI GUSHIKEN; RAMON FERREIRA RIBEIRO; RAMON MARQUES COUTINHO; RAPHAEL ALENCAR DE SOUZA MARIANO; RAPHAEL DOS SANTOS

10 - TC 002.357/2006-8 - ANDRE WILLIAM GADELHA VILA NOVA; EBERVAL DA SILVA MOURA; EDER APARECIDO LOPES; EDERSON RAFAEL GOMES; EDIMAR LOPES PEIXOTO; EDINI BORGES DE SIQUEIRA; EDSON LEME; EDSON PAULO ANGONESE; EDUARDO ANTUNES YAMAMOTO; EDUARDO AROEIRA SALERNO; EDUARDO BARBOSA TIMBONI; EDUARDO CAPELO DA COSTA; EDUARDO COSTA OLIVEIRA; EDUARDO HENRIQUE FONTAINHA; EDUARDO HENRIQUE TRINDADE CARVALHO; EDUARDO LEFORTE; EDUARDO MACHADO MOREIRA; EDUARDO MEDRADO NUNES; EDUARDO RODRIGUES MARTINS; EDUARDO SOGA BOMFIM; EDUARDO SOUZA PEREIRA DA SILVA; EDUARDO TAKAO DURANTE MIYASAKI; ELCIO DA SILVA FREITAS FILHO; ELENILDE DO NASCIMENTO ALVES; ELIANA ALVES XAVIER DA SILVA; ELIANA MARIYA SATO IYDA; ELIANE APARECIDA PIERINI; ELIANE DOS REIS FILHO; ELIANE RIBEIRO DE QUEIROZ; PATRICIA DE FREITAS; PATRICIA ESCOBAR DE SOUZA; PATRICIA MARQUART; PATRICIA NOGUEIRA SILVERIO; PATRICIA RODRIGUES SILVA; PAULA ANDREA SALES BARROS; PAULA FERREIRA PARANAIBA; PAULO ERNANI SCHAIDHAUER PACHECO; PAULO GONZALEZ HOFSTATTER; PAULO JOSE BARBOSA; PAULO SERGIO DA SILVA ALENCAR; PAULO SERGIO GOMES DE ALMEIDA; PAULO VICENTE BARCELLO; PEDRO CELESTINO SILVA BORGES; PLINIO MUNIZ PINHEIRO; POLLYANNA FELLICIO RODRIGUES MAIA; PRISCILA ARRUDA DE ALBUQUERQUE FERREIRA; PRISCILA AUGUSTA DE MORAES; PRISCILA CARLA TEIXEIRA; PRISCILA JUSTUS HAMAD; PRISCILA SALDANHA CESARINO; PRISCILA SAYURI IVANO; PRISCILLA BALTAZAR DOS SANTOS; QUEZIA LETICIA SATHLER PORTES; RACHEL ROZETTI GABARRON; RAFAEL CHENG DE ANDRADE; RAQUEL AMANO YOSHISATO; RAQUEL MARI MORIOKA; REGINA CELIA FERREIRA FERNANDES CANDIDO; REILHE LEITE SAMPAIO; REINALDO FERREIRA GOMES; RENATA ALESSANDRA FERRAREZI; RENATA APARECIDA DOS SANTOS BELETTI; RENATA APARECIDA JORDAO; RENATA DE FRANCA MOURA; RICARDO AFONSO DE FARIA; RICARDO DA SILVA; RICARDO DE CARVALHO FERREIRA; ROBERTA ALESSANDRA SOARES; ROBERTA CRISTINA SOARES BADRA; ROBERTA ZIMMER; ROBERTO ALVARES DA SILVA CAMPOS; ROBERTO LUIZ DE ALMEIDA BARBOSA; ROBERTO VIVES JUNIOR;

ROGER FERLINI BASTOS MACHADO; ROGERIO DE CARVALHO FERREIRA; ROGERIO LUIS SCHAEFER; ROGERIO MARCELINO DE LUCENA; ROMULO ANTUNES DOS SANTOS; ROQUE RAIMUNDO DE ALCANTARA; ROSALIA NORONHA MENDONCA; ROSANA INDALECIO BITTENCOURT; ROZANA ALVES GUIMARAES; SAMARA JEANNE MANGABEIRA RODRIGUES RIBEIRO; SAMUEL HENRIQUE DE CASTRO; SANDRA CAMARGO COSTA; SANDRA CRISTINA DOS REIS G FARIA; SANDRA CRISTINA MENDES DA SILVA; SANDRA VASQUES DA SILVA; SANDRO BORGES; SARA DE FREITAS CASIMIRO; SARAH PATRICIA DA SILVA GALVAO; SIDNEI LUIZ KICH; SIDNEY MENDONCA RIBEIRO; SILENE SILVA GUSMAO REGO; SILVANA DOS SANTOS SARMENTO; SILVIA HELENA BELLODI; SILVIO CESAR SOUSA FONTENELE; SILVIO FERNANDES; SIMONE NERI PALHANO FREIRE; SIMONE ROGGIA; WLADMIR ESTANISLAU GONCALVES

11 - TC 003.034/2006-1 - ANDERSON DE SOUZA BARRA; ANDERSON DIEGO BARBOSA DE LIMA; ANDERSON GIACHETO; DANIELLY ROCHA VIEIRA; DEBORA RIBEIRO ALVES; EDUARDO LEITE SOARES JUNIOR; EDUARDO PEREIRA DE CARVALHO COSTA; EDUARDO PINHEIRO CRUS; EDUARDO VIRGILIO DE OLIVEIRA; EDVANIA ROSSINI DE SOUZA MANTTUY; EDY RODRIGUES MONTEIRO; EDYANA SOUZA DOS SANTOS; ELADIO CALDAS DE ALMEIDA; ELAINE AVELINO DOS SANTOS; ELAINE CRISTINA DE MOURA LEITE; ELAINE CRISTINA DO NASCIMENTO; ELAINE CRISTINA PEDRO; ELAINE CRISTINA PEREIRA SABOIA; ELAINE DE SANTANA GUIMARAES; ELAINE MARTINS PEREIRA LELIS; ELCI JOSE DE OLIVEIRA JUNIOR; ELDA GARCIA LOPES MIGLIACCI; ELENARA BECKER PRETTO; ELIANDER GARCIA MENDES DA CUNHA; ELIANE FRASAO BARBOSA; ELIANE HAMAMURA; ELIANE JACOB AZEVEDO; ELIAS GOMES DA SILVA; ELIEL ANTONIO DA SILVA; ELIELSON DE OLIVEIRA LIMA; ELIOMAR JOSE RUFINO; ELIOMAR SOUZA DA SILVA; ELISA MIDORI SUEMASU; ELIZA CRUZ FERREIRA; ELKA SIQUEIRA MORAES; ELZA YAEKO TUKASOKI HAGIO; EMANUEL NETO FERNANDES VIEIRA; EMERSON RODRIGUES SILVA; EMERSON THOME HEYDT; EMILY APARECIDA DE OLIVEIRA; EMMANUEL LUIZ DA SILVA; ENIO VAZ SILVA; ERASMO DE JESUS DO NASCIMENTO; ERICA MACEDO PIMENTEL SOARES; ERICO CESAR GOMES JESUS; ERICO CRISTIANO CAVALCANTI MOREIRA; JAN SEADY JUNIOR; JANAINA DE OLIVEIRA BEZERRA; JANAINA GUIMARAES PRUDENCIO BORGES; JANAINA MARQUES DA SILVA LEITE; JANAINA RUCHINSQUE COELHO; JANAYNA FELIPE DA SILVEIRA SOUSA; JAQUELINE DOS SANTOS FERNANDES; JAQUELINE GOTTARDI DOS ANJOS; JAQUELINE JONES ALVES; JEAN SANCHES BINO; JEANE NUNES MAIA; JEEFSON AMPARO DE MENEZES; JEFFERSON LUIZ NUNES; JENNIFER GOMIDES RABELO; JERRY WERNER MULLER; JESSICA DUBERGER NEVES; JESSICA SATO; JESSICA TENORIO MENEZES DA SILVA; JIAN CARLOS DE CARVALHO; JIANE TOLLER DA ROCHA; JOACY JORGE BELEM PEREIRA; JOAO AUGUSTO DE SOUZA JUNIOR; JOAO BOSCO CARNEIRO BARBOSA FILHO; JOAO CARLOS GORONCI; JOAO HENRIQUE GUEDES SARDINHA; JOAO JORGE DE MELO; JOAO LUCIO CASTRO DE SOUZA; JOAO MATEUS MULLER; JOAO MAURICIO LIMA DE REZENDE; JOEL GARCIA GIMENES JUNIOR; JOELSIO FERREIRA NOGUEIRA; JOELSO GONCALVES VIEIRA; JOELTON DOS REIS; JOHNNY HESS; JOICIMAR LUIZ BASSO; JONAS IGOR PEREIRA; JONATAS EDUARDO HAEUSER; JONATAS MENDONCA DOS SANTOS; JONE MARQUES ALBUQUERQUE MOREIRA; JORGE ALEXANDRE SILVESTRE; JORGE DOS SANTOS SILVA; JORGE LUIS SOUSA DOS SANTOS; JORLANDO AZEVEDO DOS SANTOS; JOSE AUGUSTO ALVES; JOSE AZAEL DE GOIS FILHO; JOSE CASSIO SOBRINHO; JOSE EVALDO DA SILVA OLIVEIRA; JOSE FERNANDES DOS SANTOS GUGE; JOSE FERNANDO ANADAO LUCIANO; JOSE FERNANDO VALIAS; JOSE FLAVIO DE LIMA JUNIOR

MINISTÉRIO DAS CIDADES

12 - TC 022.037/2005-8 - CARLOS LUIS GONÇALVES DO NASCIMENTO; RONILDO AUGUSTO DA SILVA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP

13 - TC 000.221/2006-0 - AMERICO KENJI ISSONAGA; ELBA PAIVA FERREIRA; FLAVIO BEZERRA DA SILVA; GILBERTO CELSO DALLA VILLA; HELIO CARLOS DOS SANTOS; MARCELA RIBEIRO PENSE; NEEMIAS ANTONIO ROSA; RONALDO GONCALVES DA SILVA; WILLIAN RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS

14 - TC 022.182/2005-9 - ADEMILSON CARLOS GONCALVES; ADRIANA DOS SANTOS; ALESSANDRA CESARIO; ANA PAULA XAVIER DA SILVA; ANAI CAPRONI PINTO; APARECIDA CRISTINA LEODORO DE LICIO; CARLOS ROBERTO MINA CAPELLI; CLEBERSON DE SOUZA CERQUEIRA; DANIELLA APARECIDA PELLIZZONI; EDER VIANA SILVA; EDIVANIA DE JESUS SOARES SILVA; ELIANE PAOLILLO; ELIETE MARTINS MENDES; EVOLENE CRISPIM DOS SANTOS SILVA; FABIANO SANTOS ALMEIDA; FABIO ANDRE FERNANDES; FABIO CAMACHO ZEGIO; FABIO FERREIRA BEZERRA; FABIO ROGERIO GONCALVES DIAS; FERNANDA DA SILVA MACHADO; FERNANDO ALVES; FERNANDO DE MATOS CARVALHO; FERNANDO GEORGETO; FERNANDO MIKLOS; FLAVIO MARTINS PEREIRA DA SILVA; FRANCISCO ANTONIO DE MOURA; FRANCISCO ELTON RODRIGUES NOBRE; FRANKIE ARAUJO SOARES; GERUSA SOARES DOS SANTOS; GILDO DA SILVA; GINO RODRIGUES; GLEYSTON WDEMBERGTH CUNHA; GRETCHEN CRISTINA FERNANDES; GUILHERME SANTANA FERREIRA DA SILVA; HENRIQUE JUNQUEIRA DE CARVALHO PARA; HERON DA SILVA SANTANA; IVAN AUGUSTO FELIX DOS SANTOS; JAIME JOSE DE OLIVEIRA; JAIR CARLOS DE MATOS; JAIR COELHO OLIVEIRA; JANAINA VASCONCELOS DE LIMA SILVA; JAPSON FERREIRA SALAZAR; JOAO LIMA DOS SANTOS JUNIOR; JOAO PAULO FERREIRA; JOAO VITOR PEREIRA DE OLIVEIRA; JOAQUIM LEITE DE OLIVEIRA; JORGE RODRIGUES SILVA; JOSE ADAO ALVES GUIMARAES; JOSE APARECIDO MOREIRA SILVA; JOSE CARLOS DA SILVA; JOSE RIBEIRO BORGES; JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO; JOSE SILVERIO ARAUJO; JOSEANE PAULA DOS SANTOS; JOSEFA MARIA DO NASCIMENTO SILVA; JOSEVAL LEITE DE ARAUJO SOBRINHO; KAREN ALINE AFONSO RODRIGUES; KATIA SILVA FIM; LINDALVA FERREIRA DA SILVA; LUCIA FIRMINO DO VALLE; LUCIANA DE FREITAS; LUCIANO FELIX DA SILVA; LUCIANO JACINTO DE ALMEIDA; LUCIO CARO; LUIZ ANTONIO GALLETTI; LUIZ FERNANDO DOS SANTOS; LUZINETE RAMOS DE JESUS; MARCIO DA SILVA BARBOSA; MARCOS ANTONIO BARBOSA; MARCOS EVANGELISTA DOS SANTOS; MARCOS ROGERIO DA SILVA; MARIA LUZIA GOMES DE LIMA; MAURICIO DO CARMO; OBEDE SOARES PAULINO NETO; ODAIR MANOEL RIBEIRO GOMES; PEDRO CAMPELO BRAGA NETO; REINALDO NASCIMENTO SANTOS; RENATO ALVES DOS SANTOS; RODRIGO ANTONIO BENITO SCAPOLAN; RODRIGO MENDES DA SILVA; RONALDO DA CONCEICAO SILVA; ROSANGELA DE MELLO PEPECE; SAMUEL KAZUO WATANABE; SERGIO EVANGELISTA SILVA; SHIRLEY LIMA SOUZA CANABRAVA MOTA; SILVIA SOUZA VASCONCELOS; SILVIO DANIEL NASCIMENTO BERGO; SONIA REGINA DONGO DE SOUZA; TATIANE CLEIDEMAR DA SILVA; VALTER ACACIO LEITAO; WALAS DE OLIVEIRA SILVA; WELBY ALVES DE OLIVEIRA; WELLINGTON DA SILVA COSTA; WERLY SASAKI TADEU TEIXEIRA; ZENILDA ALVES PEREIRA GRANADO

Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS

15 - TC 001.809/2006-3 - ADILSON CARLOS DE MARIA LEITE; ADRIANE BARBACOVI BAMPI; ALESSANDRA VANESSA SOARES LONDERO; ALICE GARCIA DE ABREU; ALINE AZEREDO SANTOS; ANA PAULA ANVERSA; ANDREIA ALVES DA SILVA; ANDREIA JUNGTON; ANELIO SAUER; ANGELO CHIMENDES PEREIRA; ARLEI PALHARINI; ARY DE FREITAS FILHO; AUREO CEZINANDO DA ROSA NORONHA; CARLA ADRIANA KOCH; CARLA LINETE MULLER; CARLA ROBERTA DA SILVA CARDOSO; CARLOS ANDRE BECKER; CASSIA HELENA DE CARVALHO GOMES; CEZAR AUGUSTO OLIVEIRA; CIRINEU MARTINS DE MARTINS; CLAUDIA DAMIAN SOUTO; CYRANO CARRE BORTOLUZZI; DAIANE DE OLIVEIRA DA SILVA; DAISY CARLA ALBARUS; DANIEL DIAS BORGES FORTES; DARKLES CESAR VICARI DE MEDEIROS; DAVI MARCIANO DE SOUZA; DEIVIDI

MORAES RODRIGUES; DERANI CHAVES ROLAND; DIEGO DA SILVEIRA; EDENIR HOFFERBER; EDER MOTA GOMES; EDIO AFONSO RAUBER; EDSON DA SILVA SANTOS; EGLIS VERDI DE MORAIS; ELBERTO EDVINO HUBNER; ELIAS CARDOSO PEDROSO; ENILDA SILVA DA COSTA; EVENISE DA FONSECA; EVERSON LUIS AIRES DA SILVA; FLAVIA JUCHEM; FLORICE TERESA DA SILVA; FRANCISCA GILVANIA FREITAS GARCIA; FREDDIE FERNANDES SILVA; GEORGIO LUIS BOEIRA DA SILVA; GERSON LUIZ KNIPHOFF; GISSELA SCIPIONI SABADINI; HECTOR PALMEIRA PANIZZA; HELIO FILIPPS JUNIOR; INERVES BARZOTTI BORGES; ISMAEL MACIEL GUERO; JOHN PIERRE SOARES; JONES RICARDO KRUGER; JONI EDSON PERETTI; JORGE FERNANDO RODRIGUES CAMARGO; JOSE ENIO PORCIUNCULA MATTE; JULIANA DE LIMA; KATIA LUCILA DOS SANTOS BERWIG; LISIANE GASTRING; LISIANE LUFT; LUCAS SILVEIRA MARTINS; LUIS CLAUDIO FERREIRA LEMOS; LUIZ ALEXANDRE LEDERMAN; MARCELO CORREA MEIRA; MARCELO GOMES DA SILVA; MARCIA REGINA NUNES MADRUGA; MARIA APARECIDA DOS SANTOS PADILHA; MARIA DE FATIMA CADORIN ELIAS; MARINES SCARIOT DE MATOS; MAURICIO BARRETO SANTOS; MAURICIO MARTINI; MOACIR LUIS VANDES; NANCI SOLANGE LAUXEN; ODILAR CIDINEI FRITZ; PAULO CESAR FORTES DA SILVA; PAULO RODRIGO PARAIBA DORNELES; RAFAEL CORREA; RAFAEL SARATT PEREVERZIEFF; RICARDO PARCKERT; RODRIGO ZORZETTO; ROGERIO KUHN RAUPP; RONI CARVALHO DA SILVA; ROQUE MAURICIO DA ROCHA; ROSANE MARIA GELLER DA SILVA; ROSAURA BORBA; ROSEMERE GONÇALVES SILVA; ROSILAINE ARAUJO TEIXEIRA; ROSILENI DA SILVA; RUDIMAR SERGIO CENSI; SANDRA DE SOUZA ROHDE; SUSANA KOCH; TAIS ANGELICA NODARI; THAIS JACOBI DE ALMEIDA; TOMAZ DE SOUZA PEREIRA; VANDOIR FROIS; VANESSA BARCELLOS VARGAS; VANIA BEATRIZ GHILARDI; VANOLI MAGGI JUNIOR; VERA ELAINE MAIER FERNANDES; VERA LUCIA KIST SANTANA; VERIDIANA SIMIONI MOREIRA

Diretoria Regional da ECT no Piauí - DR/PI

16 - TC 021.511/2005-4 - ALCENETO PACHECO DA SILVA; ANA GRAZIELA MOREIRA LIMA; ANTÔNIO JOSE MOREIRA DOS REIS; ARMANDO REGINALDO FÉLIX; CELIO RAMOS DE ANDRADE; CICERO BARBOSA SOUSA; DIRCEU NOBREGA RIO; ERALDO RIBEIRO DAMASCENO; ERVANDO DA SILVA ROCHA; EVANDRO VELOSO COSTA; FABIANE DE ALMEIDA TOBLER; FRANCIS ROBERT DA SILVA PEREIRA; FRANCISCO DE SOUSA ALENCAR; FRANCISCO DE SOUSA LUZ; GERALDO VIEIRA DO NASCIMENTO; JORDAN ALVES FERREIRA; JOSE CYRILO DE OLIVEIRA NETO; KLEITON GONCALVES COSTA; LIVIO ENEAS GUERRA DE MELO; MARIA ALCIRA LOPES MONTEIRO; NADIA NAIANE DO NASCIMENTO DE MACEDO; RAIMUNDO EDILSON RODRIGUES; VENINA FERREIRA DIAS

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Controladoria-Geral da União - CGU

17 - TC 000.251/2006-0 - ANDRE GUSTAVO DE MEDEIROS SIMOES; ANTONIO LAZARO SOARES DO AMPARO; CARLA COSTA LIMA DA SILVEIRA; CELY MARTINS NOGUEIRA; CRISTINA ISHIMINE CERVEIRA DA SILVA; DANIELA DUARTE DO NASCIMENTO FRANJAO; ESTEVAO DOS SANTOS CUNHA; FABIANO LESSA LORENZONI; FABIANO MOURAO VIEIRA; FABIO LEONEL ORSI; FRANCISCO JOSE FERNANDES BRAGA ROLIM; GILBERTO FRANÇA ALVES; GILSON KAWAKAME; IVAN DA SILVA BRASILICO; JANETE ELAINE CAMARA; JOAO BATISTA RODRIGUES FONSECA; JOSE CARLOS LUZ ALFAMA; JOSE MELO ANTUNES BARATA; JOSE VINHOTE COSTA; LEONARDO CHAVES CAMPOS REZENDE; LUCIANO JOSE MAIA; LUIZ FELIPE ROSA DOS SANTOS; LUIZ RICARDO LEITE FILGUEIRAS; MAURO FERREIRA DO SACRAMENTO; MICHAEL SHIGEKI ONISHI; MONIQUE RIBEIRO EMERENCIANO; PAULO MAX OLIVEIRA TRINDADE; ROBERTO SANTA ROSA DE ALMEIDA; RUDINEI BAUMBACH; SALATIEL ROBSON BARBOSA DE OLIVEIRA; SHIRLEY GUIMARAES CONCEICAO; TATIANA GONTIJO MACHADO; TATIANE PIRES MADUREIRA SOUZA; WEVERTON GONÇALVES CORDEIRO

18 - TC 022.113/2005-1 - ADRIANE MARIA DE ALMEIDA CID ALBUQUERDE DE SOUZA; ALEXANDRE HIDEKI SEKIOKA; ANDRÉ ALBERTO FILHO MITKIEWICZ; ANTONIO EDILBERTO ARAUJO BARRETO; ANTONIO FABIO FONSECA OLIVEIRA

Advocacia-Geral da União - AGU

19 - TC 001.469/2006-0 - ALESSANDRA MATOS DE ARAUJO; ALINE ROCHA GORGA; ALLAN BARBOZA MARANHAO; ANA LUIZA DE CARVALHO MONTENEGRO MAGALHAES; ANDRE CAVAS OTERO; ANDREA VISCONTI PENTEADO; BETANIA FLAVIA ARAUJO DE MENEZES; BRUNO CORREIA CARDOSO; CRISTINA DE ALENCAR SERRANO SANTOS; ELSION GOEDERT; FABIO GOMES PINA; FABRICCIO QUIXADA STEINDORFER PROENCA; FLAVIA MARTINS AFFONSO; GABRIEL FARIA OLIVEIRA; GABRIELA DE CARVALHO; HOMERO ANDRETTA JUNIOR; ISABELLA CAVALCANTI PARAISO; JACIRA DE ALENCAR ROCHA SERRA AZUL; LUCIANA BUGALLO DE ARAUJO; MARCIA APARECIDA ROSSANEZI; MARCIO FELIPE LACOMBE DA CUNHA; MARCOS FELIPE HOLMES AUTRAN; MARINA ROMERO DE VASCONCELOS; MARINA SOARES DE MELO NETA; RAQUEL BARBOSA DE ALBUQUERQUE; RENATA CRISTINA TEIXEIRA DE ABREU; ROGERIO ANTONIO DORNELAS CAMARA SOTHER; SILVIA FOLLAIN DE FIGUEIREDO LINS; WAGNER LUIZ CAVALCANTI COSENZA

ACÓRDÃO Nº 821/2006 - TCU-2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS

20 - TC 013.550/2005-8 - ADAO DA SILVA FILHO; ADRIANA MARIA DE MELLO NORONHA; ANA PAULA DOS SANTOS PRAZER; ANA PAULA DOS SANTOS PRAZER; BEATRIZ FANK DE SOUZA; CLAUDIA REGINA DUTRA DIAS; DANIEI ALISON PINHEIRO; DEBORA DA SILVA RAUBACH; FABRICIO DE QUADROS RUCHERT; FERNANDO PEDRON PINTO; FLAVIO EDINEI DOS SANTOS; JOAO CARLOS NOVO QUINTANA; KATIA HENRIQUE BASTOS; LUCIO FERREIRA DOS PASSOS; MAUREN REGINA CARVALHO SOARES; NICERTE NOETZOLD MACHADO; OTAVIO BARCELLOS CARVALHO; RAFAEL LISBOA BORGES; ROGERIO MARCHI SPOHR; SAULO BURMEISTER DOS SANTOS

Determinação: à Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS

20.1 que doravante passe a observar rigorosamente as orientações constantes do Manual do Usuário - Órgãos Externos SISAC/TCU, quanto a remessa de documentação/informação à CGU/RS, relativamente à admissão de empregados daquela empresa; e

20.2 que disponibilize no sistema SISAC os dados de desligamento do cargo de Carteiro I exercido anteriormente naquela regional da ECT por NICERTE NOETZOLD MACHADO.

b) Auditor Convocado Lincoln Magalhães da Rocha (Relações nºs 29 e 32); e

ACÓRDÃO Nº 822/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os artigos 1º, inciso I, 137, inciso II, 143, inciso I, alínea “a”, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução 155/02, em julgar

regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, dar quitação aos responsáveis, e mandar fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

JUSTIÇA ELEITORAL

1 – TC – 005.291/2004-1

Apenso: TC-006.207/2003-4 (com 1 volume)

Classe de Assunto: II.

Responsáveis: Manuel Pascoal Nabuco D'avila, CPF 003.710.415-20; Clara Leite de Rezende, CPF 005.972.525-72; José Artemio Barreto, CPF 010.379.435-20; Femando Ribeiro Franco, CPF 002.581.725-68; Willams de Lucena Alves, CPF 244.827.304-91; Jorge Luiz de Oliveira, CPF 047.036.425-49; Rosa Angélica Almeida Ribera, CPF 127.605.795-49; Sérgio Luiz Perini, CPF 225.820.530-15; Patrícia Maria da Fonseca Porto Garcez, CPF 311.180.895-53; Martha Maria de Paula Valente Rodrigues, CPF 259.424.333-72; Veroni Junior Caetano de Oliveira, CPF 234.220.502-30; Luiza Helena Santos Ferreira, CPF 387.323.864-00; Wanderley Gonçalves, CPF 063.468.121-49; José Humberto de Jesus, CPF 266.786.165-53; Ronaldo Medeiros de Araújo, CPF 638.523.814-87; Marluce Roque Belarmino Mizael, CPF 111.590.905-30; Walkeline Fraga Dias, CPF 532.076.375-15; Silvania Martins de Santana, CPF 420.622.845-00; Sérgio Luiz Perini, CPF 225.820.530-15.

Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Exercício: 2003.

Determinações:

1.1.1. à Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE) que:

1.1.1. atente para o que dispõe o Anexo IV da Decisão Normativa TCU n° 62/2004, que detalha a Instrução Normativa TCU 47/2004 (que revogou a IN TCU n° 12/96), principalmente quanto à inclusão nos próximos Relatórios de Auditoria de Gestão do valor total da despesa realizada, da receita arrecadada e do patrimônio gerido no exercício;

1.1.2. especifique com maior precisão, nos próximos relatórios de auditoria de gestão do TRE/SE, as falhas não sanadas que vieram a ser encontradas nos atos de gestão desse Tribunal, ainda que de natureza formal, de forma a possibilitar ao Tribunal de Contas da União a realização das determinações corretivas que entender necessárias;

1.1.3. manifeste-se, no próximo relatório de auditoria de gestão, acerca da correção ou não das falhas relativas a processos de dispensa de licitação, à não localização de alguns bens permanentes e a restos a pagar, apontadas no relatório de auditoria de gestão relativo ao exercício de 2003, se tal providência já não constar do correspondente relatório das contas relativas ao exercício de 2004.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

2 – TC – 007.665/2005-0

Classe de Assunto: 11.

Responsáveis: Sérgio Luiz Fontes, CPF 369.636.157-72; Ricardo Wagner de Oliveira Brito, CPF 959.874.017-04; José Manoel do Outeiro, CPF 090.979.377-87; Luiz Carlos Pereira da Silva, CPF 805.885.817-04; Luzia dos Santos Martorelli, CPF 325.156.777-20; Evandro de Moura Lemos, CPF 360.748.457-00.

Unidade: Observatório Nacional. Exercício: 2004.

Determinações:

2.1. ao Observatório Nacional- ON que: 2.1.1. adote Plano Diretor de Informática, em consonância com o princípio fundamental da Administração Pública estabelecido no art. 6°, inciso I, do Decreto-Lei n° 200/67, que contemple o uso e aquisições de bens e serviços de informática, bem como unifique a política de segurança para os bancos de dados da unidade, considerando o vencimento das licenças de softwares da Microsoft, a política do Governo Federal para o tema e, ainda, a migração do seu parque para softwares de plataforma livre de forma harmônica à política supracitada;

2.1.2. observe as alterações na formalização das próximas contas anuais, conforme estabelece a IN/TCU n° 47/2004 e decisões normativas anuais, em especial quanto:

2.1.2.1. ao rol dos responsáveis e seus substitutos, indicação da data e da publicação, no DOU, do ato de nomeação (art. 12 e 13);

2.1.2.2. descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na Unidade Jurisdicionada no período (Anexo V);

2.1.2.3. demonstrativo sintético das Tomadas de Contas Especiais instauradas na Unidade (Anexo V);

2.1.3. promova gestões junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia/SECUP para que haja a apresentação de informações oficiais quanto ao resultado da avaliação anual de desempenho do Observatório Nacional-ON de modo que o mesmo seja anexado ao Termo de Compromisso de Gestão;

2.1.4. atente para a excepcionalidade prevista no art. 45 do Decreto n° 93.872/86, quando da realização de despesas por meio de suprimento de fundos, e justifique as concessões que ultrapassarem os valores legais estabelecidos, nos termos do que dispõem os itens 2.1.1 e 2.1.5 do Manual do SIAFI, aprovado pela IN/STN n° 05/96, observando, ainda, o Decreto n° 5.355, de 25/01/2005, no que couber, e a Portaria do MF n° 95, de 19/4/2002;

2.1.5. aplique as sanções administrativas previstas nos Editais e Contratos aos particulares em atraso com suas obrigações, em consonância com o teor dos art. 86 e 87 da Lei n° 8.666/93;

2.1.6. regularize a divergência entre o saldo de R$ 25.122.932,42 registrado no balancete do SIAFI, conta contábil1.4.2.100.00 (valor também apontado no Inventário de Bens Imóveis) e o apontado no Sistema Patrimonial de Imóveis da União (SPIUnet) que totaliza R$ 24.933.192.185,63;

2.1.7. adote providências para o registro nos cartórios dos imóveis localizados em Belém-P A (Tatuoca) e no Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Vassouras e Petrópolis), obtendo, quando necessário, cópia dos registros dos imóveis junto aos cartórios;

2.1.8. promova a baixa na conta contábil "Concessão de Direito de Uso Comunicação e Divulgação" (1.4.2.1.2.6.00.00) de saldo equivalente a R$ 7.940,82, com base na no procedimento contábil estabelecido na Macro-função 02.11.11- Telefonia Pública Fixa e Serviço Móvel Celular;

2.1.9. realize o levantamento de multas dos veículos pendentes de pagamento, apure a responsabilidade dos servidores causadores das infrações de trânsito, efetue o pagamento e, por fim, promova o ressarcimento dos valores ao erário junto aos responsáveis, nos termos do art. 46, § 1 °, da Lei n° 8.112/90;

2.1.10. promova o pagamento do seguro obrigatório dos veículos;

2.1.11. proceda aos inventários de bens móveis de que trata a IN/SEDAP n° 205/1988, por meio de agentes distintos dos responsáveis diretos pela custódia dos bens inventariados em cada setor, de forma a preservar a segregação de funções fixada pela IN/SFC n° 01/2001, Capítulo VII, Seção VIII, item 3, inciso IV, observando que os dados constantes no sistema de controle do patrimônio reflitam a verdadeira existência e localização do bens;

2.1.12. nos casos de extravio de bens públicos, promova, preliminarmente, medidas para o ressarcimento ao erário a partir da identificação do responsável, a cobrança do débito apurado, inclusive, no caso de servidor público, o desconto em folha de pagamento, esgotadas as medidas cabíveis no âmbito administrativo interno, a autoridade administrativa competente deverá providenciar a instauração da tomada de contas especial, em cumprimento aos arts. 94 e 96 da Lei n° 4.320/96, com o objetivo de apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o débito, pois trata-se de medida de exceção (IN 13/96, art. 1 °, § 2°);

2.1.13. envide esforços no sentido de reduzir as condições de insalubridade e de periculosidade que ensejam pagamento dos respectivos adicionais em cumprimento à proposta técnica de correção sugerida no laudo técnico pericial da Delegacia Regional do TrabalholR1 de julho de 2004, processo 46.215-014.614/2004-96);

2.1.14. promova a me1horia dos controles, mediante edição de normativo interno, para a concessão de diárias, requisição de passagens e comprovação de viagens, seja para servidores ou colaboradores eventuais, de modo a difundir e reforçar práticas consistentes com os princípios basilares da Administração Pública Federal;

2.1.15. abstenha da concessão de diárias que se iniciem a partir de sexta-feira e/ou feriados, sábados e domingos sem a devida justificativa, consoante o estabelecido pelo § 3°, art. 6° do Decreto n° 343, de 19/11/1991;

2.1.16. nas viagens a serviço, tome obrigatória a devolução da última via do bilhete de passagem utilizado ou do cartão de embarque não destacado, de modo que seja possível verificar as datas e os

horários dos deslocamentos, anexando-os ao respectivo processo, consoante jurisprudência do Tribunal (Acórdão 434/2003 - 1.8 Câmara; Acórdão 269/2002 - Plenário; Acórdão 668/2003 - Plenário);

2.1.17. promova, quando da formalização dos processos licitatórios e contratos:

2.1.17.1. as pesquisas prévias no CADIN, quando da celebração dos contratos, art. 6°, inciso 111, da Lei n° 10.552/2002 devendo, ainda, serem anexadas as comprovações da pesquisa;

2.1.17.2. a pesquisa prévia de preços no mercado que permitiram a definição da modalidade 1icitatória e sua adequação aos valores de mercado, objetivando o que determina o art. 15 c/c o art. 43, inciso IV, da Lei da Lei n° 8.666/93;

2.1.18. envide esforços junto ao gestor do Sistema de Administração de Serviços Gerais- SIASG, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido dar cumprimento à obrigação legal (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de manter o sistema SIASG atualizado com informações referentes à execução fisica e financeira dos contratos, que permitam o controle efetivo dos contratos celebrados no âmbito do ON;

2.1.19. abstenha de contratar a instituição com dispensa de licitação fundamentada no art. 24, inciso XIII, da Lei n° 8.666/93 sem que haja nexo entre esse dispositivo, a natureza da instituição contratada e o objeto contratua1, este, necessariamente relativo a ensino, pesquisa ou a desenvolvimento institucional, o que não é o caso da realização de Plano Diretor para o campus de São Cristóvão(AC- 1349-21/03-1, AC-0388-09/04-2, Acórdão 1613/2004-Plenário, Decisão n° 404/02-18 Câmara);

2.1.20. realize procedimento licitatório para a contratação de instituição para a segunda etapa da assessoria técnica visando à elaboração do Plano Diretor para o campus de São Cristóvão, dando continuidade ao serviço prestado pelo IBAM, correspondente à primeira etapa dos trabalhos;

2.1.21. realize pesquisa prévia de preços, mesmo nos casos de dispensa, com vistas a definir o orçamento estimado exigido no art. 40, § 2°, inciso II, bem como para propiciar a conferência das propostas com os preços de mercado, nos termos do art. 43, inciso IV, ambos da Lei n° 8.666/1993 (Acórdão n° 2602/2003 - Primeira Câmara; Decisão n° 347/94-Plenário; Decisão 627/1999 - Plenário);

2.1.22. exerça maior controle junto às suas subunidades para que não ocorram atrasos no pagamento das faturas de empresas prestadoras de serviço público, a fim de se evitar, na liqüidação dessas despesas, a incidência de juros de mora e multas contratuais, identificando a causa do atraso desses pagamentos e atribuindo responsabilidade, se for o caso, a quem tenha cometido a falha;

2.2. à Controladoria Geral da União no Estado do Rio de janeiro que verifique, na próxima auditoria que realizar no Observatório Nacional/MCT, a implementação das determinações constantes dos itens precedentes, bem como daquelas decorrentes de deliberações anteriores deste TCU.

ACÓRDÃO N° 823/2006 - TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, com fundamento no art.143,inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado n° 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1.382/2005 - TCU - Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 16/8/2005, Ata n° 30/2005, relativamente ao subitem "9.1", onde se lê: "02.12.1996", leia-se: "01.01.1997", mantendo-se os demais termos do Acórdão ora ratificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA

3 - TC - 015.654/2003-5 (com 1 volume)

Classe de Assunto: II.

Responsáveis: Américo José da Silva (CPF n° 048.420.735-00) e Marcelo Hlavnicka (CPF n° 435.442.405-30).

Unidade: Prefeitura Municipal de Camamu/BA.

ACÓRDÃO N° 824/2006 - TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, com fundamento no artigo 27 da Lei 8.443/92, c/c o artigo 218 e

seu parágrafo único do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Administrativa 155/2002, em dar quitação aos responsáveis, ante o recolhimento integral da multa que Ihes foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

4 – TC – 005.371/2002-8 (com 2 volumes e 2 anexos)
Classe de Assunto: VI.
Interessada: Tecnitubo Indústria e Comércio de Tubos Ltda.
Responsáveis: Durval José Soledade Santos, CPF 263.032.307-25; e José Romeu Pontes Cardoso, CPF 633.788.257-15.
Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES.

Responsável: Durval José Soledade Santos, CPF 263.032.307-25
Valor original do débito: R$ 3.000,00
Data do débito: 15/06/2004
Valor do recolhimento: R$ 3.265,50
Data do recolhimento: 31/10/2005

Responsável: José Romeu Pontes Cardoso, CPF 633.788.257-15
Valor original do débito: R$ 1.500,00
Data do débito: 4/10/2005
Valor do recolhimento: R$ 1.500,00
Data do recolhimento: 03/11/2005

ACÓRDÃO N° 825/2006 - TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1 °, inciso 11, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1°, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso 111; 234, § 2°, 28 parte; e 250, inciso 11, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-Ia improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo-se dar ciência ao(s) representante(s):

ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

5 – TC – 004.056/2005-5
Classe de Assunto: VI.
Interessado: Secretaria de Controle Externo no Estado do Tocantins - Secex/TO/TCU.
Unidade: Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado do Tocantins.

ACÓRDÃO N° 826/2006 - TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1°, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1 °, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2°, 28 parte; e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-Ia improcedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar a(s) recomendação(ões) e/ou determinação(ões) propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo-se dar ciência ao(s) representante(s):

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

6 –TC – 019.070/2005-0
Classe de Assunto: VI.

Interessado: Micrográfica no Gerenciamento da Informação Ltda.
Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.
Determinações:

6.1. à Secex./RJ que comunique à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep da presente deliberação, enviando-lhe cópia da instrução de f. 171/178 dos autos.

PODER JUDICIÁRIO

7 –TC – 018.806/2005-9 (com 1 volume)
Classe de Assunto: VI.
Interessado: Ministério Público junto ao TCU.
Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT.

Determinações:

7.1. ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT que comprove, nas próximas contas do órgão, o referendo do Tribunal Administrativo Pleno à Portaria GPR n° 1.575/2005.

7.2. à 38 Secex que dê ciência da presente deliberação, juntamente com reprodução das f. 320/324 dos autos, ao Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal- Sindjus/DF e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT.

PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BAHIA

8 -TC - 019.189/2004-0
Classe de Assunto: VI.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Unidade: Prefeitura Municipal de Caetité - BA.

Determinações:

8.1. à Secex/BA que comunique à Câmara Municipal de Caetité/BA, na pessoa de seu presidente, da presente deliberação, enviando-lhe cópia das f. 110/12 e 114/15 dos autos.

ACÓRDÃO N° 827/2006 - TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, incisos I e II, e 47 da Lei 8.443/92, de 16 de Julho de 1992, c/c os artigos 1º, incisos I e II, 143, inciso V, alínea “g”, e 252 do Regimento Interno, em determinar a conversão do processo adiante relacionado em tomada de contas especial, bem como autorizar a realização da(s) pertinente(s) citação(ões), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO MARANHÃO

9 –TC – 016.763/2003-4 (com 2 volumes)
Classe de Assunto: VI.
Interessado: Alexandre Assunção e Silva, Procurador da República no Estado do Maranhão.
Unidade: Prefeitura Municipal de Turiaçu/MA.

Determinações:

9.1. à Secex/MA que envie cópia da presente deliberação, juntamente com reprodução das f. 630/643 dos autos, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, à Secretaria de Fazenda do Estado do Maranhão, à Câmara Municipal de Turiaçu/MA e ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF de Turiaçu/MA.

ACÓRDÃO N° 828/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1º, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar a(s) recomendação(ões) e/ou determinação(ões) propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo ser dada ciência ao(s) representante(s):

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

10 - TC - 012.056/2005-0
Classe de Assunto: VI.
Interessado: 6ª Secretaria de Controle Externo - TCU.
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Determinações:

10.1. ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq que:

10.1.1. observe, nas contratações de serviços, por intermédio de empresa terceirizadora de mão-de-obra ou quaisquer outros meios previstos na legislação, o princípio constitucional da impessoa1idade (art. 37, caput, da Constituição Federal), abstendo-se de incorrer no procedimento verificado no âmbito do Contrato 0089-00/2004 (Processo n. 01300.007303/2004-1), consistente na indicação de prestadores de serviços a serem contratados pela Capital - Empresa de Serviços Gerais Ltda., vencedora do certame;

10.1.2. abstenha-se de admitir o exercício de atribuições próprias da carreira de "Ciência e Tecnologia" por terceirizados, uma vez que o procedimento viola o disposto o art. 37, inciso 11, da Constituição e no art. 1.°, §2.0, do Decreto n. 2.271/97, e adote medidas imediatas no sentido de cessar o procedimento no âmbito do Contrato 0089-00/2004, se ainda em vigor;

10.2. à 6ª Secretaria de Controle Externo para que comunique ao CNPq de que o descumprimento de decisão do Tribunal ou a reincidência no ato sujeitam os responsáveis às multas previstas no art. 58, VII, e § 1.°, da Lei n. 8.443/92, respectivamente, as quais independem de audiência prévia nos termos do art. 268, §3.0, do Regimento Interno/TCU;

10.3. à Secretaria Federal de Controle Interno que informe, nas próximas contas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, sobre as medidas adotadas para cumprir as determinações constantes da presente deliberação;

Recomendações:

10.4. ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, com fundamento no art. 250, inciso 111, do Regimento Interno/TCU que envide esforços, juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq no sentido de dimensionar o quadro efetivo de pessoal do CNPq e adotar as providências cabíveis de modo a adequá-to às necessidades operacionais da entidade.

ACÓRDÃO N° 829/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1º, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar a(s) recomendação(ões) e/ou determinação(ões) propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo ser dada ciência ao(s) representante(s):

JUSTIÇA ELEITORAL

11 - TC - 002.857/2006-5
Classe de Assunto: VI.
Interessado: Ouvidoria junto ao TCU.
Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Determinações:

11.1. ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul que:

11.1.1. proceda a devolução da servidora Tereza de Fátima Contini à Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, posto que sua requisição se deu com desobediência ao disposto no artigo 8° da Lei n° 6.999/82, bem como ao artigo 3° da Resolução TSE n° 20.753/2000;

11.1.2. informe a este Tribunal de Contas da União, no prazo de 30 (trinta) dias, acerca das providências adotadas para cumprimento da determinação constante do item anterior.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

12 –TC – 010.883/2005-1
Classe de Assunto: VI.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos - Finep.

Determinações:

12.1. à Financiadora de Estudos e Projetos - Finep que:

12.1.1. inclua no rol de reponsáveis dos processos de prestação de contas os servidores responsáveis pela aprovação das prestações de contas de recursos concedidos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento de execução indireta ou descentralizada, conforme estabelece o art. 12, inciso X, da Instrução Normativa TCU n° 47, de 27 de outubro de 2004;

12.1.2. promova a revisão da prestação de contas do convênio n° 473860 (Código 01.01.0307.00) apresentada pela Blusoft, no que tange aos seguintes pontos:

12.1.2.1. verificação da existência efetiva do(s) produto(s) desenvolvido(s), mediante comprovação de funcionamento do projeto apoiado, e, por conseguinte, emissão de novo parecer do Departamento de Projetos e ProgramaslFinep - DPEP, sendo insuficiente a simples afirmação do conveniado quanto à conclusão do projeto;

12.1.2.2. correção, por parte da conveniada, do Relatório Técnico Final do Convênio, que foi transmitido por e-mail e sem assinatura do responsável, em face das impropriedades encontradas pelo Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas-DAFP por ocasião da Prestação de Contas Final;

12.1.2.3. emissão de novo parecer sobre todos os aspectos levantados na Solicitação de Regularização de Prestação de Contas, de 10/02/2006, especialmente quanto ao fato de 76% dos recursos do Convênio, R$ 150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais), terem sido destinados ao pagamento da firma Rede de Aprendizado Contínuo-RAC, que tem como beneficiário direto o Sr. César Cláudio Margarida, Sócio-Administrador da empresa, CNPJ 04.791.081/0001-46, e, também, Sócio-Administrador da Focus Tecnologia Ltda., Interveniente/co-financiado do Convênio;

12.1.2. informe, em 180 (cento e oitenta) dias, a respeito da regularidade da aplicação dos recursos transferidos mediante o Convênio n° 473860 (código n° 01.01.0307.00), encaminhando relatórios e pareceres, bem como as providências adotadas, em caso de não aprovação da prestação de contas final;

12.1.3. aperfeiçoe as normas internas que tratam de acompanhamento da execução de projetos custeados com recursos oriundos de convênios, especialmente, quanto à obrigatoriedade de fiscalização ao final dos convênios firmados, de forma a evitar-se a aprovação de prestação de contas com assentimento de realização de despesas, sem qualquer relação com o objeto do convênio, e sem atingimento da meta fisica, o que compromete a efetividade do gasto público;

12.1.4. proceda à inclusão e atualização, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - Siasg, das informações concernentes aos contratos e convênios, com a identificação das respectivas categorias de programação, de acordo com o art. 19 e § 1° da Lei n. 10.934/2004 (LDO de 2005).

ACÓRDÃO N° 830/2006 - TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1 °, inciso 11, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1°, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2°, 28 parte; e 250, inciso 11, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-Ia parcialmente procedente, juntá-Ia oportunamente aos autos da Tomada de Contas Especial referente ao Convênio 750834/02-FNDE, firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Município de Canudos/BA, sem prejuízo de se efetivar a(s) recomendação(ões) e/ou determinação(ões) propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo ser dada ciência ao(s) representante(s):

PREFEITURAS MUNICIPAIS DO ESTADO DA BARIA

13 -TC -019.379/2004-4
Classe de Assunto: VI.
Interessado: José Raimundo Gomes Muniz e João Felipe B. de Almeida, vereadores.
Unidade: Prefeitura Municipal de Canudos - BA.

Determinações:

13.1. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, informações a respeito da situação da Tomada de Contas Especial referente ao Convênio 750834/02-FNDE, celebrado entre a entidade e o Município de Canudos/BA, objetivando a aquisição de um veículo;

13.2. à Secex/BA que comunique o teor da presente deliberação, juntamente com o envio de cópia das f. 326/329 dos autos, à Câmara Municipal de Canudos/BA, à Prefeitura Municipal de Canudos/BA, e ao Sr. João Ribeiro Gama, ex-prefeito municipal.

ACÓRDÃO N° 831/2006 - TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c os artigos 1º, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; e 250, inciso II, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, bem como determinar o seu arquivamento, sem prejuízo de se efetivar a(s) recomendação(ões) e/ou determinação(ões) propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, devendo ser dada ciência ao(s) representante(s):

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

14 - TC - 006.342/2006-3
Classe de Assunto: VI.
Interessado: Panflor Empreendimentos Ltda.
Unidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados SI A - Nuclep.

Determinações:

14.1. à Nuclebrás Equipamentos Pesados SI A - Nuclep que observe a estrita ordem cronológica das datas das exigibilidades das despesas, quando do seu pagamento, nos termos do art. 50 da Lei n°

8.666/93, atentando ainda para o fato de que as situações de excepcionalidade previstas nesse dispositivo deverão ser precedidas de justificativas da autoridade competente, devidamente publicadas.

ACÓRDÃO Nº 832/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/02, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

JUSTIÇA ELEITORAL

1 –TC – 010.607/2005-9
Interessado: Erick Oliveira Chaquian, CPF 630.661.652-72.

2 –TC – 002.618/2006-6
Interessado: Uiliam Soares da Silva, CPF 047.468.407-50.

3 –TC – 001.756/2006-8
Interessados: Andre Costa Rodrigues, CPF 164.879.818-77; Arsenio Cezar Zaccaria, CPF 001.627.768-61; Aurora Okamura Diaz, CPF 623.407.438-34; Evandro Garcia Dall'oca, CPF 662.871.111-00; Fernando de Oliveira Porto, CPF 274.306.338-62; Flavio Gomes Pereira, CPF 888.960.564-20; Marcia Maria e Silva, CPF 112.608.758-06; Maria Aparecida de Oliveira Gomes, CPF 007.584.918-67; Murilo Souza dos Santos Pereira Junior, CPF 083.352.278-70; Paulo José Alves de Oliveira Bentes, CPF 106.223.224-00; Sebastião Balduino de Medeiros, CPF 203.142.054-20; Wilson de Rossi Júnior, CPF 190.947.518-10.

4 –TC – 001.745/2006-4
Interessados: Carolina de Souza Lacerda Aires França, CPF 516.741.302-87 e Luiz Caram Abrahim Júnior, CPF 335.462.152-49.

5 –TC – 001.879/2006-8
Interessados: Antonio Ailton Oliveira Simões, CPF 354.691.705-78; Célem Guimarães Guerra Júnior, CPF 699.753.021-49; Luiz Augusto Macêdo, CPF 796.266.451-72; Marcelo Rubles de Almeida, CPF 813.431.401-53; Nadine Cunha da Silveira, CPF 031.663.436-01; Sandra Mitiko Komati, CPF 173.041.798-13; Welliston Karlos Ramos, CPF 605.884.381-20.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

6 –TC – 008.683/2005-3
Interessados: Daniel Teodoro Gomes, CPF 032.237.966-06; Henrique Barcellos de Oliveira, CPF 436.642.706-06; e Mariza Ramalho Franklin, CPF 002.695.897-08.

MINISTÉRIO DA DEFESA

7 – TC – 007.203/2004-8
Interessados: Marcio Barreira Campello, CPF 078.382.597-89; Maria José Bezerra da Silva, CPF 421.172.914-49; Sérgio Cristiano Gomes, CPF 629.499.936-72; Taiguara Ferreira Delphino, CPF 051.433.447-94.

8 –TC – 002.036/2006-1

Interessados: Alex de Resende Oberhofer, CPF 020.351.357-61; Alexandre Magno de Melo Faria, CPF 668.031.361-91; Everaldo Torres Rabelo Junior, CPF 033.373.127-13; Jean Paul Santos Rocha, CPF 966.380.526-91; Jose Adail da Silva Ferreira, CPF 711.976.213-34.

ACÓRDÃO Nº 833/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/02, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

9 –TC – 018.395/2005-1

Interessado: Carlos Cristiano Lemos Dias, CPF 120.687.628-03; Izabel Cristina Serrão Vital, CPF 413.509.442-20.

Determinações:

9.1. ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – AM que, no prazo de 15 (quinze) dias, disponibilize no Sisac o ato de desligamento do servidor Carlos Cristiano Lemos Dias do cargo de Motorista;

9.1. à Fundação Universidade do Amazonas – FUA/UFAM que, no prazo de 15 (quinze) dias, disponibilize no Sisac o ato de desligamento da servidora Izabel Cristina Serrão Vital, do cargo de Auxiliar Administrativo.

10 –TC – 021.998/2005-8

Interessados: Celio Marques de Souza, CPF 033.008.567-01; Eduardo de Campos Lima Neto, CPF 667.383.507-91; Erica Cilene da Costa Oliveira, CPF 151.462.488-50; Fabricio Carlos de Paula Neves, CPF 046.426.637-89; Fabricio Salviano Ramos, CPF 053.647.927-57; Gottfried Engelbert Wolgien Junior, CPF 149.334.748-93; Hildebrando Apolonio Pereira Filho, CPF 283.058.175-04; Jacyjulio Rocha Pinho, CPF 453.745.116-53; Jorge Oliveira Alexandre, CPF 114.073.446-68; Karl Michael Rada, CPF 678.676.425-87; Leandro Delfino Castro dos Santos, CPF 095.043.987-82; Marcelo de Oliveira, CPF 025.284.947-77; Mario Celso Barbosa, CPF 080.899.948-65; Paulo Fernandes da Silva, CPF 876.954.807-20; Raiany Tobias dos Santos Marques, CPF 105.119.167-01; Romildo Freitas da Silva, CPF 033.010.087-47; Rosangela Campos de Melo, CPF 819.805.317-49; Samuel Antonio da Silva Frias, CPF 790.437.047-68; Sergio Lauer, CPF 870.371.227-34.

Determinações:

10.1. às Indústrias Nucleares do Brasil que, no prazo de 15 (quinze) dias, disponibilize no Sisac o ato de desligamento de Gottfried Engelbert Wolgien Junior, do cargo de Técnico em Mecânica.

ACÓRDÃO Nº 834/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/02, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

11 –TC – 004.334/2006-2

Interessados: Ary Barbosa de Jesus, CPF 021.035.599-91; e Ruth Silva de Souza, CPF 368.363.627-00.

JUSTIÇA ELEITORAL

12 –TC – 004.411/2006-3

Interessada: Maria Amanda Leite de Melo Sampaio, CPF 267.377.015-15.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

13 –TC – 004.346/2006-3

Interessado: José Marinho dos Santos Neto, CPF 143.756.051-20; Maria Mathilde Martins Herdy, CPF 314.792.271-53.

ACÓRDÃO Nº 835/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/02, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

14 – TC – 002.736/2006-0

Interessados: Adelina Neves Pinto Coelho, CPF 764.095.116-04; Adyr Duarte Vieira, CPF 031.157.736-92; Alzira Joaquina De Paula Linhares, CPF 831.226.996-72; Ana Maria Campos, CPF 201.921.936-00; Anna Maria Lopes Pereira, CPF 456.494.136-49; Betty Maria Campos Gonçalves, CPF 488.444.116-87; Celia Serra De Paula, CPF 384.337.376-00; Cirene Pereira De Oliveira, CPF 692.813.866-15; Dilce Serra De Carvalho, CPF 906.641.676-91; Dirce Terezinha Campos Rosa, CPF 723.465.406-25; Dorvalina De Oliveira Horta Barbosa, CPF 013.968.716-59; Eliana Maria Lovaglio, CPF 222.694.876-72; Fernanda Mara Freitas Pereira, CPF 924.476.786-49; Flavia Regina Lovaglio, CPF 610.916.007-59; Francisca Mendes De Freitas, CPF 657.984.306-34; Glenda Maurice da Silva Campos, CPF 746.613.536-68; Ilde Laurinda De Lima, CPF 311.585.446-34; Ildecyr Laurinda Lage, CPF 372.648.426-49; Iliene Laurinda De Lima e Silva, CPF 091.670.056-91; Ilka Laurinda Lima Ribeiro, CPF 118.112.186-87; Irany Soares da Silva Vianna, CPF 410.814.396-53; Isis Laurinda Lima Della Croce, CPF 031.575.766-31; Ivete Nunes Campos, CPF 509.464.477-72; Ivone dos Santos Correa, CPF 035.333.871-00; Iêda Laurinda De Lima, CPF 131.647.406-20; Joana D'arc Dias Pinto, CPF 084.682.757-35; João Rodrigues De Souza, CPF 321.451.106-82; Jussara Maria Freitas Pereira, CPF 524.215.706-20; Karla Andrea Bargiona da Silva, CPF 906.469.916-04; Leila Augusta Lovaglio Rossi, CPF 201.108.636-15; Leny Rodrigues da Silva Cruz, CPF 523.466.336-15; Leonice Barbosa da Silva, CPF 580.755.187-72; Luciana De Souza Campos da Paz, CPF 001.557.446-66; Malvina Rodrigues da Silva, CPF 917.632.406-06; Maria Aparecida Pereira Marsicano, CPF 674.633.636-00; Maria Auxiliadora Vieira, CPF 195.378.676-68; Maria Cleide Brina Amoroso Senra, CPF 593.710.306-82; Maria Clementina Brina Martins, CPF 428.166.706-78; Maria Cleomar Mascarenhas Brina, CPF 003.632.526-06; Maria Cleonice Brina Alves, CPF 030.827.076-29; Maria Cleonilde Brina Alves, CPF 011.743.826-00; Maria Cleuza Brina De Lima, CPF 299.800.116-53; Maria Cláudia Brina Albuquerque, CPF 768.697.506-10; Maria da Conceição Dias Lopes Tavares Reis, CPF 221.187.481-91; Maria da Conceição Lopes Pereira, CPF 117.947.476-72; Maria Efigênia Mendes, CPF 102.688.716-04; Maria Efigênia Rodrigues, CPF 006.684.216-65; Maria Helena Stefanon Marcaccini, CPF 181.812.956-68; Maria Iza Leite Serra, CPF 504.309.986-00; Maria Jose De Souza Frizero, CPF 004.625.526-59; Maria Jose Renovato da Silva, CPF 995.155.396-68; Maria Luzia Carneiro Lopes, CPF 102.272.701-00; Marilda Leite Serra, CPF 209.551.896-91; Marvy Gaelzer Jeolas, CPF 000.619.136-34; Mercês Liris Torres Garcia, CPF 067.409.791-20; Neide Campos Pequeno, CPF 055.418.406-00; Pedro Frizero, CPF

064.670.406-00; Rita Maria Auxiliadora Mendes Mansur, CPF 236.144.986-20; Shirley Pereira Ferraz da Paz, CPF 418.058.016-00; Terezinha Nunes Campos, CPF 343.855.097-00; Thereza Françozo, CPF 213.873.546-04; Therezinha De Jesus Martins Dias, CPF 862.631.456-68; This Gaelzer Jeolas Valladares, CPF 559.775.886-15; Vera Lúcia Stefanon Rosso, CPF 039.252.056-75; Vera Lúcia Tomaz Gonçalves, CPF 280.907.996-04; Wanise Aparecida da Silva, CPF 378.596.686-53; Wânia Lúcia da Silva, CPF 378.596.336-04; Yara Gaelzer Jeolas, CPF 000.575.416-04 Adelina Neves Pinto Coelho, CPF 764.095.116-04; Adyr Duarte Vieira, CPF 031.157.736-92; Alzira Joaquina De Paula Linhares, CPF 831.226.996-72; Ana Maria Campos, CPF 201.921.936-00; Anna Maria Lopes Pereira, CPF 456.494.136-49; Betty Maria Campos Gonçalves, CPF 488.444.116-87; Celia Serra De Paula, CPF 384.337.376-00; Cirene Pereira De Oliveira, CPF 692.813.866-15; Dilce Serra De Carvalho, CPF 906.641.676-91; Dirce Terezinha Campos Rosa, CPF 723.465.406-25; Dorvalina De Oliveira Horta Barbosa, CPF 013.968.716-59; Eliana Maria Lovaglio, CPF 222.694.876-72; Fernanda Mara Freitas Pereira, CPF 924.476.786-49; Flavia Regina Lovaglio, CPF 610.916.007-59; Francisca Mendes De Freitas, CPF 657.984.306-34; Glenda Maurice da Silva Campos, CPF 746.613.536-68; Ilde Laurinda De Lima, CPF 311.585.446-34; Ildecyr Laurinda Lage, CPF 372.648.426-49; Iliene Laurinda De Lima e Silva, CPF 091.670.056-91; Ilka Laurinda Lima Ribeiro, CPF 118.112.186-87; Irany Soares da Silva Vianna, CPF 410.814.396-53; Isis Laurinda Lima Della Croce, CPF 031.575.766-31; Ivete Nunes Campos, CPF 509.464.477-72; Ivone dos Santos Correa, CPF 035.333.871-00; Iêda Laurinda De Lima, CPF 131.647.406-20; Joana D'arc Dias Pinto, CPF 084.682.757-35; João Rodrigues De Souza, CPF 321.451.106-82; Jussara Maria Freitas Pereira, CPF 524.215.706-20; Karla Andrea Bargiona da Silva, CPF 906.469.916-04; Leila Augusta Lovaglio Rossi, CPF 201.108.636-15; Leny Rodrigues da Silva Cruz, CPF 523.466.336-15; Leonice Barbosa da Silva, CPF 580.755.187-72; Luciana De Souza Campos da Paz, CPF 001.557.446-66; Malvina Rodrigues da Silva, CPF 917.632.406-06; Maria Aparecida Pereira Marsicano, CPF 674.633.636-00; Maria Auxiliadora Vieira, CPF 195.378.676-68; Maria Cleide Brina Amoroso Senra, CPF 593.710.306-82; Maria Clementina Brina Martins, CPF 428.166.706-78; Maria Cleomar Mascarenhas Brina, CPF 003.632.526-06; Maria Cleonice Brina Alves, CPF 030.827.076-29; Maria Cleonilde Brina Alves, CPF 011.743.826-00; Maria Cleuza Brina De Lima, CPF 299.800.116-53; Maria Cláudia Brina Albuquerque, CPF 768.697.506-10; Maria da Conceição Dias Lopes Tavares Reis, CPF 221.187.481-91; Maria da Conceição Lopes Pereira, CPF 117.947.476-72; Maria Efigênia Mendes, CPF 102.688.716-04; Maria Efigênia Rodrigues, CPF 006.684.216-65; Maria Helena Stefanon Marcaccini, CPF 181.812.956-68; Maria Iza Leite Serra, CPF 504.309.986-00; Maria Jose De Souza Frizero, CPF 004.625.526-59; Maria Jose Renovato da Silva, CPF 995.155.396-68; Maria Luzia Carneiro Lopes, CPF 102.272.701-00; Marilda Leite Serra, CPF 209.551.896-91; Marvy Gaelzer Jeolas, CPF 000.619.136-34; Mercês Liris Torres Garcia, CPF 067.409.791-20; Neide Campos Pequeno, CPF 055.418.406-00; Pedro Frizero, CPF 064.670.406-00; Rita Maria Auxiliadora Mendes Mansur, CPF 236.144.986-20; Shirley Pereira Ferraz da Paz, CPF 418.058.016-00; Terezinha Nunes Campos, CPF 343.855.097-00; Thereza Françozo, CPF 213.873.546-04; Therezinha De Jesus Martins Dias, CPF 862.631.456-68; This Gaelzer Jeolas Valladares, CPF 559.775.886-15; Vera Lúcia Stefanon Rosso, CPF 039.252.056-75; Vera Lúcia Tomaz Gonçalves, CPF 280.907.996-04; Wanise Aparecida da Silva, CPF 378.596.686-53; Wânia Lúcia da Silva, CPF 378.596.336-04; Yara Gaelzer Jeolas, CPF 000.575.416-04.

15 – TC – 002.749/2006-8

Interessados: Edenil Therezinha Anunciação da Rosa, CPF 081.077.931-53; Edir de Anunciação Monterei, CPF 705.094.844-68; Ermelinda Christiane Anunciação de Paula, CPF 209.107.541-87; Ester Oêlida de Anunciação Luz, CPF 292.991.361-49; Maria Leal Santana, CPF 238.306.031-34.

16 –TC – 002.738/2006-4

Interessados: Ana Maria da Silva Machado, CPF 574.317.289-72; Angelina Maria de Souza Lopes, CPF 366.563.059-20; Antonio Soares da Cunha, CPF 631.703.109-68; Carmem Mendes Moreira, CPF 512.435.399-68; Cleide Regina da Silva Sarmento, CPF 065.501.359-82; Constancia Maria Pires de Lima, CPF 859.633.059-34; Célia de Oliveira Pimentel, CPF 299.585.989-49; Dalia Maria Ceni, CPF 855.238.959-20; Diane Ribas Pinto, CPF 128.543.008-58; Dione Ribas Christo, CPF 005.152.688-36; Eliana da Silva Olivares Cuevas, CPF 404.070.639-00; Eliana Rosa Gugisch, CPF 147.217.759-20; Elis Regina de Oliveira, CPF 034.522.269-56; Elza Linhares Ribas, CPF 184.630.539-04; Eulina Júlia da Fonseca de Oliveira, CPF 318.138.449-68; Helena de Oliveira Passos, CPF 008.828.149-31; Heloisa

Mendes, CPF 286.663.309-10; Iolanda Hadlich, CPF 961.835.279-04; Irene Oliveira Pereira, CPF 829.966.959-68; Ivaldete Terezinha Ragugnetti, CPF 411.568.469-00; Ivanilde Chaves Carvalho, CPF 855.954.899-87; Ivete Chaves de Mello, CPF 205.151.469-00; Ivone Savio dos Santos, CPF 082.014.948-90; Jadyra Leite Benvenutti, CPF 230.463.419-20; Judite Ramos de Souza, CPF 548.245.599-87; Juliana do Rocio Hurko Ribeiro, CPF 009.410.309-70; Leoni Gouvea, CPF 642.847.789-00; Lourdes Florencia Galetto da Silva, CPF 126.888.869-91; Mabel Nunes da Silva, CPF 231.928.529-68; Malvana Padilha Neto Machado, CPF 908.175.839-04; Maria Adelaide Brandão Maciel, CPF 038.941.359-30; Maria Bernadete de Oliveira, CPF 133.285.069-34; Maria Bernardete da Cruz, CPF 290.140.779-04; Maria Cristina da Costa Leite Maia, CPF 610.149.669-49; Maria da Conceição da Costa Leite Olijnyk, CPF 253.817.339-68; Maria das Graças Fonseca Paredes, CPF 281.700.246-68; Maria de Lourdes Biff Dalpont, CPF 861.903.269-00; Maria do Carmo Rocha Herron, CPF 257.298.709-06; Maria Elisa Gabardo Tavares, CPF 322.954.139-15; Maria Elizabeth da Costa Leite Lourenço, CPF 481.220.257-49; Maria Helena dos Passos, CPF 860.550.119-72; Maria Leda Fagundes dos Santos, CPF 085.166.850-04; Maria Luiza dos Santos Ribeiro, CPF 852.005.739-04; Maria Martinha Vriesmann, CPF 037.121.789-05; Maria Nair Rocha dos Santos, CPF 620.953.909-20; Maria Ocalina Torres, CPF 126.355.459-87; Marilda Michelette de Matos, CPF 171.946.529-00; Marilse Benice da Cruz, CPF 657.895.719-72; Marlene Chaves, CPF 106.228.459-34; Mirabel Berenice da Cruz, CPF 082.546.729-20; Miriam Benildes da Cruz Calaf, CPF 082.317.709-25; Nailda Michelette Pierin, CPF 642.381.999-87; Nanci Terezinha Biff Cesconetto, CPF 559.073.349-91; Nara Cristina da Costa, CPF 930.584.039-68; Nazira Silva Pereira, CPF 723.566.859-87; Noeli Biff Costa, CPF 861.821.029-34; Norma Cunha, CPF 274.645.639-72; Rafael Pires de Lima, CPF 044.730.639-17; Regina Debarba Nunes, CPF 596.872.409-97; Rosali Prestes Pereira, CPF 337.358.679-87; Roseli das Graças Benvenutti Kessler, CPF 157.208.379-49; Rosemary Rocio Benvenutti, CPF 358.904.109-97; Sandra Regina de Oliveira Tesin, CPF 499.889.999-68; Soeli Brandão Alves, CPF 886.297.329-20; Teresa Maria Rocha de Lima Pezza, CPF 021.809.067-65; Terezinha de Fátima Biff da Rosa, CPF 022.363.409-31; Terezinha Maria de Oliveira, CPF 158.081.739-49; Therezinha de Jesus Mendes, CPF 529.978.809-63; Vera Sasso, CPF 015.921.699-02; Yara Souza Paredes, CPF 040.614.929-18.

17 –TC – 018.915/2005-3

Interessados: Angela Maria Braga Juliano Esteves, CPF 828.575.711-00; Barbara Cristina Pereira Lobo, CPF 804.786.202-25; Enilce Ribeiro Lobo, CPF 139.215.762-53; Gustavo Henrique de Sousa Resende, CPF 224.280.398-06; Jandira de Oliveira Bohus, CPF 104.230.588-94; Judi Helena Strafacci Pevidor de Barros, CPF 073.179.237-88; Leda Maria de Almeida Bannitz, CPF 027.805.408-00; Leila Raquel de Almeida Bannitz, CPF 109.931.198-59; Maria Aparecida Venturin Penteado, CPF 110.637.058-94; Marlene Dias, CPF 032.919.877-72; Rosa Maria Alves Silveira, CPF 213.721.838-09; Rosana de Souza Costa, CPF 992.835.068-04; Rosely de Souza Lima, CPF 531.020.618-34; Rosilda de Souza Marcandalli, CPF 056.776.678-03; Rosy de Souza Sekeres, CPF 811.302.368-20; Vanessa da Silva Fontella, CPF 281.205.428-00

18 –TC – 002.726/2006-3

Interessados: Ana Aurea Xavier, CPF 297.224.890-20; Angelina Boeira Robaldo, CPF 587.656.700-00; Antonia Maria Pires da Silva, CPF 707.060.260-04; Cláudia Elisa Nunes da Costa, CPF 646.108.960-87; Delcy Peres da Costa, CPF 351.148.430-87; Egla Barcellos Alves, CPF 208.136.350-04; Elba Barcellos Alves, CPF 561.613.010-91; Eni Maria Caffarate Benites, CPF 901.552.970-15; Ester Pereira dos Santos, CPF 912.335.500-04; Eva da Silva Fernandes, CPF 256.406.310-15; Fatima Lucia Caffarate Pereira, CPF 255.763.640-15; Ilma Ferreira Rodrigues de Rodrigues, CPF 901.717.640-72; Iracema Santos de Souza, CPF 335.832.500-87; Julia do Amaral Silva, CPF 280.509.599-53; Lyra Roballo Ramos, CPF 216.903.080-87; Maria Alice Alves Duré, CPF 669.435.150-04; Maria Aparecida Fagundes, CPF 416.324.860-91; Maria Catarina dos Santos, CPF 710.264.017-04; Maria Lucia Knopp da Silva, CPF 495.972.300-97; Nadir Fernandes Riccardi, CPF 558.307.220-20; Najara Fagundes da Silva, CPF 887.318.550-91; Nelza do Amaral, CPF 202.879.250-72; Neusa Abella Porto Fianco, CPF 181.617.230-87; Rosaura Rocha Rodrigues, CPF 294.607.860-49; Ruth Amaral Ogando, CPF 188.575.900-20; Sonia Fagundes, CPF 423.692.230-49; Sonia Maria Nunes Moreira, CPF 005.608.550-87; Tania Maria Xavier Casagrande, CPF 803.890.150-91; Teresinha Fontoura dos Santos, CPF 349.765.150-87; Tereza Raimunda Santos dos Santos, CPF 801.965.190-04; Zaira Baptista Domingues,

CPF 214.556.270-20; Zoe Domingues de Freitas e Castro, CPF 381.991.060-34; Zulaine Maria dos Santos, CPF 249.154.590-04; Zuleide Merces Nunes da Costa, CPF 001.890.630-33.

19 –TC – 018.931/2005-7

Interessados: Alef Oliveira da Silva, CPF 512.135.402-91; Benedita Clara Ataide Barbosa, CPF 101.521.212-34; Benedita Eugenia Modesto Ataide, CPF 101.520.912-20; Dhyessica Raiane da Silva Oliveira, CPF 526.030.242-72; Eloneida Oliveira da Silva, CPF 512.135.592-00; Hedy Lamar Alves Vieira Capelli, CPF 573.697.982-91; Joaquina Pinho Severino, CPF 052.602.482-87; Josiane Teixeira da Silva Esteves Severino, CPF 909.108.007-82; Jovenilce Teixeira Nascimento, CPF 626.323.103-34; Luisa Helena Carneiro Rufino da Silva, CPF 710.201.441-49; Margaret Iva Falkemback, CPF 018.647.984-08; Regina Coely Ataide Guerreiro, CPF 247.105.552-49; Rosana Helena Ataide Lameira, CPF 236.491.512-00; Rosangela de Fatima Ataide, CPF 127.673.012-87; Virginia Cristina Alves, CPF 403.055.972-72.

20 –TC – 002.752/2006-3

Interessados: Adriana Santos da Silva, CPF 025.225.887-88; Ana Maria Bacellar de Macedo, CPF 291.252.191-20; Antônia de Oliveira, CPF 281.063.691-53; Aurelina Marques da Veiga, CPF 335.044.311-72; Cirene Gonçalves da Silva, CPF 944.035.461-53; Dayane de Freitas Cirino, CPF 008.408.011-65; Dione Damasceno, CPF 067.093.621-91; Elenita Santos da Silva, CPF 346.987.017-91; Elza da Costa e Silva, CPF 273.947.351-68; Felipe Cortizo Elias e Silva, CPF 001.059.991-64; Ignez de Moraes Paula, CPF 050.096.448-35; Ilda Esteves Dias, CPF 195.409.061-72; Irani Maria Quele, CPF 510.792.401-87; Ivan Coelho Macedo, CPF 195.409.061-72; Jackeline Silva Mendes, CPF 524.217.751-91; Jaide Oliveira Bainna, CPF 099.246.201-00; José Henrique Dutra de Oliveira, CPF 012.377.021-19; José Warlei da Silva Júnior, CPF 005.245.381-23; Kelia Cristina de Carvalho, CPF 004.174.146-33; Lazara Pereira Campos, CPF 306.870.801-00; Ligia Maria Guimarães Zardo, CPF 026.760.347-90; Lorrane Ferreira Silva, CPF 005.245.191-70; Marcia Cavalcante Dias, CPF 032.654.028-86; Marcia Herculano da Fonseca, CPF 700.329.711-68; Maria Aparecida Barbosa Rodrigues, CPF 027.691.604-27; Maria Aparecida de Souza Silveira, CPF 719.341.701-00; Maria de Fátima de Souza e Silva, CPF 023.805.247-85; Maria de Fátima Bacellar de Miranda, CPF 225.325.011-20; Maria de Lourdes Oliveira de Souza, CPF 393.764.513-68; Maria Helena Coelho Macedo, CPF 019.800.781-73; Maria Luisa Toledo Godoi, CPF 026.430.061-00; Maria Madalena Waldschmidt, CPF 951.954.676-68; Marietta Lacerda de Macedo, CPF 520.974.471-04; Marilu Guimarães do Nascimento, CPF 678.125.117-15; Marilucia de Souza Garcia, CPF 876.923.501-59; Marisa Conceição Cavalcanti, CPF 759.414.815-00; Marlene Ferreira da Silva Cirino, CPF 600.284.321-34; Nize Faria Campos, CPF 429.834.601-34; Petronilia Miranda dos Santos, CPF 046.846.641-04; Rondinelly Lopes Cirino, CPF 008.714.721-12; Valeira Silva Mendes, CPF 442.900.121-91; Valquiria Barbosa Cavalcante de Camargo, CPF 262.683.148-40.

21 –TC – 000.658/2006-2

Interessados: Alaide Martins de Barros, CPF 080.957.428-48; Alda Del Nero de Andrade Mello, CPF 381.799.628-49; Alice Coutinho Alvarenga, CPF 065.951.448-67; Altina Borges Cunha de Sousa, CPF 213.018.528-21; Ana Maria Jerônimo Leite, CPF 256.408.898-88; Aparecida Alves de Carvalho, CPF 213.612.358-02; Benedita Moreira Vidal, CPF 158.471.618-59; Claudia Maria Sampaio, CPF 010.856.178-07; Denize Lona Carao, CPF 299.329.338-99; Genésia do Prado Fagundes, CPF 252.797.238-19; Gisela Maria Van Langendonck Florio, CPF 266.761.738-08; Helena Kalamar Dutra, CPF 213.431.928-38; Irene Alves Tavares, CPF 528.593.987-91; Ivone Della Libera Luz, CPF 095.022.788-95; Jandira Therezinha Toledo Leme, CPF 212.625.918-80; Lea Maura Fonseca de Oliveira e Silva, CPF 023.960.217-02; Leonor Bemvenuti Martarello, CPF 261.591.948-28; Maria Aldenise Coqueiro de Miranda, CPF 021.271.218-72; Maria de Lourdes Aristimunho da Costa, CPF 041.897.558-26; Maria de Lourdes Barbosa Bresciani, CPF 142.128.318-21; Maria Monroy Ravanelli, CPF 250.231.018-00; Maria Ramona Andrade do Nascimento, CPF 248.388.818-60; Mariza Mazza Paz, CPF 071.675.908-00; Mariza Oliveira de Paula Arruda, CPF 306.103.988-06; Marlene Del Ciello Felicio, CPF 117.882.348-20; Nair Goffi Araujo, CPF 221.568.218-36; Orminda Litaldi Grinaldi, CPF 198.630.918-55; Pauline Dudli de Oliveira, CPF 183.602.598-01; Ruth Nogueira Moreira, CPF 263.204.728-55; Salma Abrao Pereira, CPF 269.726.758-12; Telma Valença Sant'anna, CPF 070.200.518-55; Tereza Alves

Tuckmantel, CPF 161.844.728-95; Therezinha Maria de Jesus Grespan, CPF 150.879.578-97; Velocina Vargas Tiriba, CPF 739.397.819-91; Vera Loureiro de Oliveira Leitão, CPF 106.322.711-91.

22 – TC – 002.744/2006-1

Interessados: Adi Nobrega da Costa, CPF 157.828.518-64; Adriana Costa Moreira da Silva, CPF 870.528.064-87; Alzira Gomes de Oliveira Santos, CPF 021.000.464-97; Ana Rosa Guilherme de Lima, CPF 666.314.834-68; Anna Cristina Costa Moreira da Silva, CPF 470.026.974-04; Anne Graça de Souza Andrade, CPF 635.093.773-20; Aurinete Raimunda dos Santos Lima, CPF 336.989.104-20; Bernadeth Maria de Assis, CPF 091.678.894-68; Danielle Mercedes Accioly Lima, CPF 167.321.464-91; Deise de Fátima Macêdo Holanda, CPF 079.290.134-72; Delfina Alves Vila Nova, CPF 025.337.044-23; Diana Maria de Assis Braga, CPF 091.580.904-44; Dina Chaves do Nascimento, CPF 584.538.224-68; Edi da Nobrega Cavalcante, CPF 632.392.484-68; Edna Maria Lira da Silva, CPF 787.364.047-72; Eleonora da Silva Souza, CPF 008.245.624-02; Elisabeth Bueno Telles, CPF 050.401.599-00; Elza da Silveira Lima, CPF 146.309.824-34; Enides Viana Bueno Telles, CPF 031.116.794-20; Eunice Alves da Silva, CPF 402.539.884-20; Eunice Lira Ferreira, CPF 024.144.024-66; Francisca Augusta de Andrade, CPF 781.025.884-20; Ilza Farias da Silva, CPF 763.876.904-04; Ivanete Eubeisa Amaro, CPF 056.105.558-09; Ivete Lima Chagas, CPF 100.385.537-75; Ivonete de Sa Nobrega, CPF 022.242.054-57; Janiere Maria Ribeiro Barreto, CPF 398.629.844-49; Jonathas Lima dos Santos Barreto, CPF 066.664.544-21; Josefa Analia Nascimento Oliveira, CPF 696.686.124-34; Joziane Lopes Portella, CPF 010.057.474-23; Jozimar Lopes Badora Portella, CPF 010.057.444-08; Judi Pereira de Queiroga, CPF 475.103.581-91; Ladjane Gonçalves de Rueda, CPF 169.866.874-00; Laura Reinaldo Ramos, CPF 048.617.024-10; Lúcia de Fátima Macêdo de Souza, CPF 296.093.214-53; Maria Aldano de França Fernandes, CPF 079.691.634-91; Maria Bezerra de Alcantara, CPF 003.852.984-04; Maria das Merces Accioly Lima, CPF 167.321.384-72; Maria das Neves Medeiros de Oliveira, CPF 004.527.774-53; Maria de Fatima Barbosa da Silva, CPF 789.823.831-15; Maria de Fátima Andrade Santos, CPF 252.721.794-04; Maria do Carmo Caldas Gonçalves, CPF 834.243.934-87; Maria do Rosario Medeiros de Oliveira, CPF 082.108.704-59; Maria Helena Barbosa da Silva, CPF 462.719.704-78; Maria Jose Aldano de França, CPF 019.756.074-14; Maria Jose Nobrega de Souza, CPF 683.446.004-72; Maria José da Cruz, CPF 023.755.044-02; Maria Noemia da Costa, CPF 165.328.304-10; Maristela Aldano de França, CPF 288.670.094-00; Mauricéia dos Santos Nascimento, CPF 194.863.594-15; Miracy Lopes Tenório Macêdo, CPF 816.346.174-87; Monica Costa Moreira da Silva, CPF 382.394.934-91; Nadi Pereira de Queiroga, CPF 665.191.524-04; Nadja Ferreira dos Santos, CPF 616.523.004-06; Neide dos Santos Ferreira, CPF 246.422.904-00; Neuza de Oliveira Portella, CPF 382.264.487-00; Rita Inacio de Araujo, CPF 254.644.004-78; Rita Maria Accioly Lima, CPF 019.014.784-91; Rita Maria Bezerra de Araujo, CPF 008.534.454-00; Rosa Maria de Melo Pessoa, CPF 128.283.514-91; Rosangela Andrade da Cruz, CPF 027.640.414-97; Rosangela de Melo Pessoa, CPF 252.712.374-00; Rosemary de Melo Pessoa, CPF 128.283.784-20; Sandra Lopes Badora Portella, CPF 010.057.544-70; Terezinha Nobrega de Lucena, CPF 839.754.624-34; Veronica Costa Moreira da Silva, CPF 495.189.254-53; Verônica Maria Macêdo Maia, CPF 371.880.547-20; Vilma Bezerra de Alcântara, CPF 075.631.754-15.

23 – TC – 002.721/2006-7

Interessados: Ana Maria Vaiano de Aquino, CPF 151.461.178-37; Antonia Rodrigues da Silva, CPF 093.969.058-60; Antonio Teixeira, CPF 333.948.498-87; Assumpta Branco, CPF 214.849.558-54; Carmella Moscatelli Vaiano, CPF 151.461.218-69; Clarice Gonzaga Bonfim, CPF 392.079.358-72; Cleusa de Lourdes Gonçalves Bizzoto, CPF 192.267.868-60; Daisy Aparecida Alves Couto, CPF 314.947.848-07; Edna Alise Rodrigues Falasca, CPF 133.729.778-07; Eliane Rodrigues Coelho de Lima, CPF 188.138.298-25; Elizabete Rodrigues Coelho de Lima, CPF 060.088.338-80; Eunice Amaral Ciffone, CPF 267.216.478-93; Floripes Mattos Mendes, CPF 039.290.578-75; Gemma Frasson Reynaldo, CPF 300.265.888-03; Guacyra Franco Melo, CPF 019.364.058-90; Innocencia Pires de Paula, CPF 212.582.208-30; Iveta Gerusa de Mello Hipolito, CPF 030.716.678-33; Katia Coelho de Mello Lopes, CPF 079.234.088-40; Luce Albuquerque Correa de Godoy, CPF 153.882.978-96; Lygia Carvalho de Albuquerque, CPF 987.824.018-53; Maria Aparecida Nascimento da Silva, CPF 221.138.368-82; Maria Auxiliadora Coutinho Pereira, CPF 083.182.928-12; Maria das Dores Ruivo, CPF 980.873.208-91; Maria Elizabeth Vaiano Pinto, CPF 019.458.268-00; Maria Esther Bertozzo de Almeida Arruda, CPF 984.845.408-04; Maria José de Oliveira Souza, CPF 003.502.178-07; Maria Lucia Vaiano de Oliveira,

CPF 788.160.688-68; Maria Marlene Passos Gaspar, CPF 678.602.908-63; Maria Nazare Silva Barros, CPF 640.362.518-72; Maria Regina Carvalho de Albuquerque, CPF 056.986.858-00; Maria Regina Vaiano de Aquino, CPF 100.076.338-23; Maria Rodrigues de Macedo, CPF 041.131.988-45; Marilene Mattos Lacerda, CPF 831.911.008-49; Natalina Barbieri Bertozzo, CPF 277.798.908-72; Racheil de Souza Marucci, CPF 290.136.308-39; Regina Celia Bertozzo Francischinelli, CPF 056.903.558-95; Rita de Cassia Andrade, CPF 098.598.418-02; Rosdiete Aparecida Fandi Alves, CPF 834.422.198-68; Roseana Correa Keller Silva, CPF 011.099.218-02; Sandra Regina Zequeiros Pereira Marcatto, CPF 120.213.918-33; Selma de Almeida Maia Couto, CPF 276.288.868-92; Sueli Rodrigues Coelho de Lima Cotrufo, CPF 741.318.938-00; Suely Branco, CPF 183.350.858-03; Tereza Herculina de Oliveira Pereira, CPF 923.951.988-20; Thais Rocha Barros, CPF 459.590.137-20; Thebas Rocha Barros, CPF 712.674.767-53; Yara do Amaral, CPF 049.083.928-20.

24 – TC – 000.685/2006-0

Interessados: Amelia Ferreira Bastos da Silva, CPF 152.881.371-53; Ana Maria da Luz Lorena Jardim, CPF 524.225.421-15; Anastacia Lanoa da Silva, CPF 763.432.277-68; Arlete Gonçalves Parreiras, CPF 043.822.316-04; Cléa Guimarães Coutinho, CPF 798.157.401-30; Diva de Aquino Alves Araújo, CPF 144.324.391-49; Doraci Candida Magalhães, CPF 607.486.991-04; Edna Ferreira Jasevicius da Silva, CPF 516.350.891-15; Elair Carmem Witczak, CPF 238.650.671-15; Etelvina de Aquino Soares, CPF 619.525.751-68; Eulina da Silva Alves, CPF 047.210.688-08; Hilda Rodarte Nascimento, CPF 025.535.527-00; Iris Silva Santos de Andrade, CPF 691.708.001-20; Josefina da Conceição Cunha, CPF 705.327.531-00; Judith Cardoso de Araujo, CPF 577.260.191-15; Lia Irma Eifler de Vasconcellos, CPF 042.106.621-00; Luciana Aguilar de Costa, CPF 201.229.421-91; Margarida Maria Almeida dos Santos, CPF 242.543.632-49; Maria da Conceição Aquino, CPF 004.088.291-84; Maria Alice Ribeiro Goulart, CPF 994.404.151-34; Maria de Lourdes França Marinho, CPF 563.642.451-53; Maria do Socorro e Silva Barroso, CPF 824.980.591-72; Maria Eloir Farias, CPF 479.036.272-87; Maria Francisca Alves, CPF 815.672.271-04; Maria Francisca Carvalho Campos, CPF 266.771.801-15; Maria Marlene do Nascimento Silva, CPF 358.082.335-34; Maria Odete de Sousa Rosal, CPF 552.604.701-68; Marlene dos Santos Lopes, CPF 813.087.361-34; Marlene Pina Rodrigues, CPF 716.948.701-20; Marly Maia Ribeiro, CPF 658.562.871-34; Nadile Silva Pereira Manso, CPF 563.999.361-87; Nilza Braga Rocha, CPF 814.635.611-72; Odi Bandeira Garbácio, CPF 399.121.751-15; Orsina da Rocha Ambrósio, CPF 022.261.117-00; Palmira Giocomini Soares, CPF 573.554.281-87; Sulamita Sacker Eurich, CPF 207.639.647-00; Tharly Tormin Cardoso, CPF 816.522.401-87; Therezinha Costa Guedes de Lima, CPF 812.579.101-91; Uzenda da Conceição Pereira, CPF 705.613.381-91; Yvonne Tinoco Avelino Caldas, CPF 762.881.101-91; Zelia Lima Machado, CPF 816.910.761-04.

25 –TC – 002.720/2006-0

Interessados: Ana Beatriz Ortiz Nolasco, CPF 125.956.588-24; Ana Maria Bonani Pinto, CPF 198.350.196-49; Ana Rosa Angela das Graças Menegheti, CPF 037.938.908-80; Antonia Quintal Mendes, CPF 044.054.148-40; Aparecida Maria da Conceição Lutkowski, CPF 183.866.188-33; Arlete Gomes Peixoto Giliberto, CPF 274.961.528-38; Celia Terezinha de Oliveira Guimaraes, CPF 832.200.548-20; Cristina Margarete Fenerich Santiago, CPF 044.166.078-90; Cynthia Ladvocat Rocha Campos, CPF 337.813.977-34; Dilma Ávila Novais, CPF 456.103.638-53; Elisa Bonani Pinto, CPF 198.349.936-68; Elisa Camargo Vitorino, CPF 143.884.448-47; Elisa Regina de Oliveira Pemberton, CPF 177.057.508-13; Elisabete Torres da Silva, CPF 036.609.188-30; Elvira da Silva Rios Januário, CPF 099.446.098-89; Eunice de Oliveira Ferraça, CPF 292.161.328-09; Gislene Aparecida Colomeu, CPF 137.661.038-81; Imáculada Aparecida Di Foggi, CPF 154.703.468-89; Inês Elisabete Lima Fenerich, CPF 331.090.289-72; Iracy de Almeida Godoy, CPF 053.027.848-07; Jacira de Almeida Silva, CPF 113.335.078-01; Jandira Almeida da Silva, CPF 659.008.808-00; Jussara Seror Mutran, CPF 384.356.911-87; Kátia Silene Gomes Peixoto, CPF 098.505.998-20; Leda Maria Soares da Silva, CPF 498.970.637-49; Leide Precona de Primo, CPF 059.365.818-37; Lelia Soares Tolosa, CPF 101.394.908-09; Lenice Araujo Bonfim Giollo, CPF 111.342.798-17; Lenilda Soares da Silva Bianchi, CPF 051.148.788-67; Leny Primo de Souza, CPF 227.208.378-14; Liete Soares de Faria, CPF 138.361.728-79; Lina Maria Fenerich Cabelera, CPF 460.769.489-49; Lizete Bonfin Venancio, CPF 056.514.328-09; Lucia Aparecida da Silva, CPF 113.547.998-44; Lucia Cesar Xavier, CPF 203.757.358-87; Lucia Helena Soares Vieira, CPF 314.142.908-10; Lucia Placona de Primo, CPF 791.308.368-91; Lucia Vercesi Mader,

CPF 011.545.048-32; Mara Berenice de Freitas Barbosa, CPF 278.692.258-51; Mara Thereza Saleme Lyra, CPF 819.319.568-04; Marcia Maria de Moura, CPF 978.123.668-04; Maria Alice de Oliveira, CPF 145.568.398-15; Maria Aparecida Di Foggi, CPF 016.724.418-38; Maria Aparecida do Carmo Louzada Sant'anna, CPF 777.280.178-53; Maria Aparecida dos Santos Camargo, CPF 692.615.398-15; Maria Auxiliadora Bonani Pinto, CPF 136.753.706-15; Maria da Graça Ortiz Nolasco Menezes de Amorim, CPF 084.747.348-19; Maria das Graças Louzada, CPF 777.768.368-34; Maria de Lourdes Oliveira Sampaio, CPF 116.484.288-94; Maria de Lourdes Souza das Chagas, CPF 119.220.058-60; Maria do Carmo Fontes da Silva, CPF 290.120.568-29; Maria Isabel de Abreu Piazzo, CPF 715.985.888-34; Maria Moreira Santicyolli Mendes, CPF 061.022.538-33; Maria Velasco, CPF 030.272.528-87; Marlene Souza Barbosa, CPF 433.924.078-87; Moema Seror Mutran, CPF 028.199.288-62; Nadir Oliveira Mana, CPF 954.324.427-87; Nadyr Genny de Paula Porfirio, CPF 070.178.048-72; Nayr Genny de Paula, CPF 000.000.000-00; Regina Maria Ribeiro da Silva, CPF 070.919.118-90; Rose Helena de Freitas Guimarães, CPF 065.351.268-62; Silvana Maria de Oliveira Prince Rodrigues, CPF 067.287.338-92; Silveria Louzada, CPF 869.466.508-59; Sonia Maria de Oliveira Prince Rodrigues, CPF 966.068.948-91; Sylea Maria de Oliveira Prince Rodrigues Freed, CPF 105.858.278-00; Tania Serrano Lopes, CPF 092.252.768-77; Teresinha Bonani Pinto, CPF 147.748.796-49; Teresinha de Jesus Barbosa, CPF 211.790.428-91; Teresinha Oliveira Rodrigues, CPF 164.858.668-68; Ubaldina Cilda Avila Novais, CPF 149.053.158-08; Vera Lucia de Freitas Pozzatti, CPF 549.071.528-68; Zaira Bastos Librelon, CPF 153.613.468-61; Zelina Souza Moraes Xavier, CPF 203.757.358-87; Zulmira da Silva Rios Sartori, CPF 277.782.588-20.

26 –TC – 000.662/2006-5

Interessados: Alydia Emma Dickow Niemeyer, CPF 601.311.100-63; America Moreira Berenger, CPF 666.992.820-34; Avany Zago Porporatti, CPF 666.442.670-68; Circe Ernestina Falcetta Bitencourt, CPF 285.642.940-87; Clara Dulsida Christmann, CPF 684.896.410-72; Clarinda Thereza Machado da Conceição, CPF 151.343.420-91; Domingas Albina Magnan Dallasta, CPF 392.317.980-49; Edite Rodrigues Silva, CPF 930.889.140-49; Elizabeth Menezes Sampaio, CPF 673.572.100-49; Eloi Gonçalves Martins, CPF 927.012.560-20; Ernestina Vieira Rodrigues, CPF 316.799.190-91; Heloisa Ferreira Lima, CPF 009.094.160-87; Hieda Maria Michel de Oliva, CPF 595.820.140-91; Hilda Ortiz Moreira, CPF 335.027.300-91; Ignacia Lopeteguy Laus, CPF 282.785.000-10; Ilka Izolda de Budó, CPF 952.453.830-04; Ilva Mota Kochenborger, CPF 449.585.520-49; Iolanda Morais Brancalione, CPF 712.709.730-53; Iolita Borges Xarão, CPF 002.553.180-81; Jorgina Andrade Arrais, CPF 587.643.480-91; Julieta Machado Struk, CPF 417.603.440-87; Laura Anna Southier Cousseau, CPF 618.041.340-15; Leci dos Santos Gonçalves, CPF 963.772.830-91; Maria de Lourdes Strnghini, CPF 917.521.080-00; Maria Elaine Correa Saldanha, CPF 352.695.370-87; Maria Elena Ferreira da Rosa, CPF 606.948.150-04; Maurina Cascaes Martins, CPF 611.801.490-68; Monica Maria Etges, CPF 784.875.790-00; Nair Alves Jardim, CPF 732.499.200-53; Nancy de Almeida Delmondes D`Eça, CPF 221.330.031-34; Neiva Ferreira Rodrigues, CPF 653.276.080-34; Novelina de Avila Forte, CPF 384.933.490-20; Prudencia Prestes Alves, CPF 621.124.900-44; Zeli Bonifacio Benites, CPF 004.770.700-35; Zelia Maria Borges Germano da Silva, CPF 283.858.610-68.

27 –TC – 018.925/2005-0

Interessados: Anne Marie Rosa Garcia, CPF 343.900.819-34; Arriente Rangel de Abreu, CPF 450.743.569-20; Graciela Conzatti Maçaneiro, CPF 765.955.109-44; Larissa Fernanda Damiani Zilli Monteiro, CPF 025.640.029-60; Laryssa Pires Praisler dos Santos, CPF 053.210.949-00; Lucyano Mickael Gomes Pereira, CPF 051.745.539-05; Marcia Rangel de Abreu, CPF 479.367.389-91; Monica Cristina Bortolon Cruz, CPF 418.349.929-15; Onilda Ferreira de Siqueira, CPF 996.032.929-15; Regina Lucia Bortolon Couthard, CPF 399.287.489-34; Rosi Augusta Nascimento Bassani, CPF 876.966.579-68; Sueli Maria Fanchin, CPF 832.502.129-20; Sueli Martins de Melo Costa, CPF 132.051.703-00; Sueli Willrich de Oliveira, CPF 661.370.129-72; Zumira Ferreira de Araújo, CPF 571.926.269-53.

28 –TC – 018.935/2005-6

Interessados: Cleide Maria Bandeira Lopes, CPF 351.128.083-49; Dalva Maria Batista Valerio, CPF 428.516.613-53; Danielle Serras Valerio, CPF 957.715.813-72; Diogo Silva Lima, CPF 621.543.463-91; Francisca Jeane Pereira Soares, CPF 872.241.513-00; Ivonete Rodrigues Costa Santos,

CPF 623.415.613-49; Lucas de Oliveira Fontenele, CPF 982.636.093-72; Luiza Maria de Lima Ibiapina, CPF 185.298.953-04; Maria das Graças de Souza Sá, CPF 081.266.583-04; Maria de Lourdes Alves da Cruz Oliveira, CPF 614.889.413-00; Vera Maria Noronha de Oliveira Milanez, CPF 102.063.963-68.

ACÓRDÃO Nº 836/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/02, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

29 –TC – 002.209/2006-5

Interessados: Aparecida Cândida Sperancin, CPF 261.330.018-36; Elza Ventura Dias, CPF 788.109.578-49; Sara Roberta da Silva, CPF 228.889.288-92.

30 –TC – 002.217/2006-7

Interessados: Anely Mota Albuquerque, CPF 635.024.453-20; Camelia Costa, CPF 600.020.983-50; Francisca Gomes do Nascimento, CPF 395.539.493-04; Francisca Medeiros Alves, CPF 462.592.953-91; Hélio Fernando Santos, CPF 007.015.273-07; Jose Amoedo da Silva, CPF 003.227.172-72; Karlla Wanderlenne Morais Araújo, CPF 005.543.953-55; Leuzina Morais de Aguiar Araújo, CPF 627.734.023-91; Lúcia Albuquerque, CPF 073.064.583-53; Maria da Frota Sousa, CPF 770.513.783-68; Maria de Lourdes do Nascimento Martins, CPF 139.380.533-72; Maria José Lima da Rocha, CPF 694.376.373-34; Maria Lais Prudêncio Martins, CPF 723.726.133-91; Maria Moura dos Santos, CPF 306.550.213-53; Mariana Alencar da Silva, CPF 000.247.203-13; Raimunda Barros de Albuquerque, CPF 724.898.043-91; Rosane Leal da Costa, CPF 894.930.521-68; Severino Leal da Costa, CPF 998.212.571-00; Teresinha de Jesus Barros Maia, CPF 188.020.363-49.

31 –TC – 002.205/2006-6

Interessados: Alaide Serrati de Alcamtara, CPF 942.298.057-72; Almerinda Maria Cabral, CPF 667.702.207-25; Alvina de Oliveira Montuan, CPF 070.903.957-31; Antonia Automiza Fernandes da Silva, CPF 090.304.717-94, CPF Legal; Benef, CPF Bernard Facchinetti de Oliveira, CPF 113.123.817-60; Bonald Facchinetti de Oliveira, CPF 338.904.477-91; Breno Facchinetti de Oliveira, CPF 055.960.077-14; Chanderson Jose Elias dos Reis, CPF 103.152.667-67; Charlene Elias dos Reis, CPF 103.152.707-99; Clarice Cruz Fernandes, CPF 135.580.727-15; Dalva Silva Martins, CPF 385.944.477-87; Darcilia Reis Ferraz, CPF 108.087.947-10; Dilson Antonio de Almeida, CPF 241.188.777-91; Dora Belfort Tamarindo dos Santos, CPF 934.661.617-20; Doralice da Silva Mattos, CPF 023.845.637-42; Elza Mitidieri Carrozzino, CPF 020.837.547-35; Eurides Camilo Faria, CPF 113.640.267-59; Eurides Esteves de Oliveira Almico, CPF 699.071.297-04; Francisco de Assis Ribeiro do Amaral, CPF 076.856.107-87; Gabriel Costa de Araujo, CPF 111.144.347-52; Geraldina da Conceição Silva, CPF 715.293.067-87; Gilzira Soares Oliva, CPF 107.792.737-10; Ignez Schunk de Vasconcellos, CPF 082.097.257-69; Iolanda Brandão Barroso, CPF 552.787.527-34; Jeanette de Souza Milagres, CPF 721.198.537-20; Jessica dos Santos da Silva, CPF 057.882.527-92; Lindaura Fidelis Calado, CPF 769.018.157-00; Lodovina Madeira Cardoso, CPF 071.131.007-67; Manoel Felipe Santiago, CPF 254.868.297-87; Maria Aparecida de Carvalho Mendonça, CPF 021.331.737-06; Maria Aparecida de Mendonça Lima, CPF 021.331.597-11; Maria Brito da Silva, CPF 022.148.557-00; Maria das Dores Magno dos Santos, CPF 013.385.307-12; Maria de Lourdes Castro da Silva, CPF 605.321.577-53; Maria do Carmo Camilo Peçanha, CPF 465.096.827-53; Maria do Socorro Pontes da Costa, CPF 821.386.057-87; Maria Ferreira Saturnino dos Santos, CPF 552.732.467-68; Maria José Rego Fraga, CPF 054.945.087-49; Maria Madalena da Costa dos Santos, CPF 070.403.387-93; Maria Mulatinha do Rego, CPF 022.030.997-39; Maria Rufina Silvestre Sanches dos Santos, CPF 489.703.367-53; Marlene Ribas de Alencar Aquino, CPF 014.708.877-11; Monoelina Lopes da Silveira, CPF 921.824.457-49; Neide Xavier da Silva Soares, CPF 193.253.807-06; Nilton Rodrigues Tavares, CPF 394.340.017-49; Palmira Rocha da

Silva, CPF 010.896.227-08; Percilia Rodrigues de Melo, CPF 801.655.917-49; Raimunda Ramos Pinheiro, CPF 400.792.107-59; Salvina Pereira Cezar, CPF 086.764.907-08; Sebastiana de Aguiar Lima, CPF 831.404.687-68; Solange Martins Doria, CPF 491.566.597-68; Sonia Angelica Rodriguez, CPF 509.879.687-34; Thereza Candido de Arujo Brito, CPF 116.175.537-35; Zilda Pires de Paiva, CPF 270.752.497-20.

32 –TC – 002.198/2006-0

Interessados: Aida Rosa Costa, CPF 914.154.977-53; Alda Da Costa Freitas, CPF 908.015.397-49; Alice Ferreira De Andrade, CPF 477.432.557-00; Amanda Monteiro Do Nascimento, CPF 056.042.057-96; Ana Francisca Da Silva, CPF 070.682.687-65; Antonio Martins Rego, CPF 091.445.526-53; Benedita De Souza Lopes, CPF 300.721.358-40; Carlos José Da Silva Lima, CPF 008.766.044-08; Cecília Baptista Nunes, CPF 269.317.617-49; Cecília Ferreira Cunha, CPF 875.096.369-49; Claudia Deli De Lima, CPF 189.511.390-34; Clea Geanini Da Silva, CPF 059.078.887-68; Dirce Lopes Castello Branco Orlando, CPF 024.262.707-21; Diva Marques De Freitas Santos, CPF 804.930.760-34; Elvira De Oliveira Moraes, CPF 007.945.289-29; Gelza Da Silva Pereira De Lima, CPF 699.475.034-53; Helena Paulina Florencio, CPF 089.867.557-00; Ivonete Gomes De Moraes, CPF 317.751.658-84; Josefa Nogueira Dos Santos, CPF 074.573.867-26; Joselina Moata Passos, CPF 898.993.776-00; Justina Fortunata Dos Santos, CPF 212.619.545-72; Leony Carneiro Pinheiro, CPF 024.638.869-27; Livia Gonzalga Andrade Dos Santos, CPF 103.839.297-76; Lucilia Rodrigues Silva, CPF 331.633.917-53; Marcio Andrade Dos Santos, CPF 003.322.157-09; Margarida Clemência, CPF 308.620.328-57; Maria Da Apparecida Neves Ribeiro, CPF 053.876.517-85; Maria Helena Batista Gomes, CPF 055.913.007-40; Maria Jose Cantarini De Carvalho, CPF 856.717.897-53; Maria Magali Da Silva, CPF 804.487.637-53; Maria Soledade De Lima, CPF 221.716.731-68; Maria Targina Batista Ferreira, CPF 601.084.287-53; Marilene Gusmão Da Silva, CPF 495.210.477-04; Michellen De Oliveira Dias, CPF 000.386.821-41; Nancy Pinto Da Silva, CPF 608.810.897-53; Olga Borges Brito, CPF 263.052.878-21; Olindina Tenório Campos, CPF 288.911.127-04; Paula Cristina Vaz Cabrera, CPF 962.504.100-15; Paulo Cézar Nunes, CPF 270.672.387-49; Raimunda Correa Ferreira, CPF 412.549.617-04; Regina Celia Menezes Do Nascimento, CPF 028.479.427-93; Renato Menezes Do Nascimento, CPF 052.047.827-45; Rosemara Aparecida Barbosa Mafra, CPF 064.904.066-08; Salvador Francisco Dos Santos, CPF 063.924.667-20; Sandra Lúcia Da Silva, CPF 041.104.998-44; Severino Alves Bandeira, CPF 192.132.477-53; Sonoya Cristina Nunes, CPF 074.684.507-30; Terezinha Aparecida Rosa Da Cruz, CPF 048.604.378-96; Terezinha Da Silva Stampa, CPF 035.132.557-30; Terezinha Ribeiro Da Silva Lima, CPF 788.175.108-82; Therezinha Amorim Santanna, CPF 741.044.890-34; Valdecy Da Silva Santana, CPF 367.682.785-68; Valkiria Fernandes Da Silva, CPF 978.880.871-91; Yolanda Pereira Guias, CPF 070.017.417-60; Ziolita De Oliveira Alves, CPF 084.391.497-19.

33 – TC – 002.207/2006-0

Interessados: Alzira Rodrigues Freitas da Silva, CPF 255.768.138-55; Amir da Silva, CPF 154.249.488-55; Ana de Oliveira Alves, CPF 274.560.688-36; Anna Leite dos Santos, CPF 029.438.538-01; Augusto Cesar Espindola, CPF 067.321.766-33; Benedicta Ignacia Araujo Fonseca, CPF 213.054.556-49; Benedicta Maria de Carvalho, CPF 325.557.838-81; Benedicta Regina Ribeiro, CPF 041.138.018-43; Carla Aparecida da Silva Roupe, CPF 343.491.688-18; Cristiane Kelen da Silva Roupe, CPF 343.491.538-96; Denieli Aparecida Nunes, CPF 072.655.506-17; Elza de Almeida Arantes, CPF 032.798.018-42; Eugenia da Silva Rosa Ferreira, CPF 052.922.828-98; Florentina Manoela Teixeira, CPF 255.120.518-22; Francisca Feitosa Cassimiro, CPF 290.888.178-04; Geni Francisca Geraldo, CPF 152.942.448-88; Geralda Campos dos Santos, CPF 082.000.568-13; Ilka Maria da Conceição Marques, CPF 255.796.998-24; Isaura Soares dos Santos, CPF 116.527.578-30; Jandira de Oliveira da Silva, CPF 071.205.558-47; Julia Vaz da Costa de Sá, CPF 285.005.508-56; Juridice Raymundo dos Santos, CPF 121.866.148-80; Manoela Barbosa Pedro, CPF 831.685.918-15; Marcelo Willian da Silva Roupe, CPF 343.491.618-05; Maria Amorim, CPF 080.950.208-93; Maria Aparecida de Souza, CPF 202.031.028-78; Maria Aparecida dos Santos, CPF 072.377.088-30; Maria Apparecida de Castro Aguiar, CPF 280.972.928-07; Maria Benedita de Espindola Francisco, CPF 271.229.228-63; Maria Benedita Vieira, CPF 074.687.088-43; Maria da Gloria Fradique de Oliveira Mulinari, CPF 549.109.358-00; Maria do Carmo Barros dos Santos, CPF 086.871.398-88; Maria do Socorro Santos, CPF 317.962.978-95; Maria Jose Pereira Soares, CPF 308.795.708-90; Maria Manoelina Guimarães, CPF 071.227.738-25; Maria

Manuela Lourenço Seixalvo, CPF 213.098.058-90; Maria Nazaré de Oliveira, CPF 976.233.858-87; Maria Rocha Faria, CPF 254.047.628-70; Marlene Terezinha da Silva Nascimento, CPF 521.229.487-87; Mateus Felipe Silva de Oliveira, CPF 229.032.618-65; Natalice Sudario de Aquino, CPF 028.456.618-78; Nazaré Guimarães Vieira da Silva, CPF 214.741.678-96; Nely Nunes Seiffert, CPF 066.308.958-19; Olga Assunção da Silva, CPF 255.979.918-92; Priscila Lourenço Seixalvo Ferreira, CPF 321.310.418-37; Renata Chinelato Bastos, CPF 157.945.918-89; Rosa Maria Rodrigues de Abreu, CPF 042.063.188-75; Rosangela Rocha de Oliveira, CPF 088.322.218-37; Sebastiana Luiz de Araujo, CPF 136.252.438-73; Severina Maximina Pessoa, CPF 920.036.304-06; Sueli Felício de Carvalho, CPF 899.343.508-15; Valentina Tiberio de Souza, CPF 186.523.148-70; Vicentina de Carvalho, CPF 245.941.088-30.

ACÓRDÃO Nº 837/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 155/02, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

MINISTÉRIO DA DEFESA

34 – TC – 003.330/2006-9

Interessados: Alcyr Pinheiro Rangel, CPF 003.763.707-00; Alvaro Santos Filho, CPF 103.248.287-72; Alyrio Palma Filho, CPF 097.382.407-78; Amantino Alves Dos Santos, CPF 185.500.969-20; Antonio Pereira De Lucena, CPF 006.350.902-44; Carlos Alberto De Oliveira, CPF 068.196.647-53; Carlos Alberto Quijano, CPF 061.357.147-91; Carlos Alves Da Costa, CPF 011.572.130-49; Celso Chagas Da Costa, CPF 012.550.290-72; Celso Neves De Avila, CPF 035.272.710-15; Celso Neves De Avila, CPF 035.272.710-15; Claudino Pires Nascimento, CPF 053.590.660-91; Cleto Simões, CPF 148.164.408-44; Dario De Jesus Marques, CPF 069.007.127-20; Dimas De Queiroz Lima, CPF 001.500.702-25; Diniz Rodrigues Cecilio, CPF 239.725.567-72; Dorival Leite Pereira, CPF 005.158.501-44; Enio Fabiano, CPF 022.235.627-87; Enio Fabiano, CPF 022.235.627-87; Evaldo Matos Pimenta, CPF 055.008.770-20; Francisco Ramiro De Assis Sobrinho, CPF 121.878.879-87; Galvão Machado Severo, CPF 015.042.829-49; Gastão Monteiro, CPF 039.100.327-53; Gastão Monteiro, CPF 039.100.327-53; Gercino De Oliveira Hotts, CPF 112.438.808-72; Guimar Santos, CPF 058.491.957-34; Hamilton De Oliveira, CPF 009.946.771-20; Henrique Salcedo Lanes Guterres, CPF 017.651.670-00; Ives Tenorio Cordeiro, CPF 001.101.912-34; Joaquim Barbosa Neto, CPF 148.429.048-87; Job Da Silva Justino, CPF 069.863.071-87; Job Da Silva Justino, CPF 069.863.071-87; José Arino De Araujo, CPF 007.259.192-72; José Cardoso, CPF 123.123.470-91; José Carlos Mussi De Carvalho, CPF 093.936.097-72; José Maria De Paula Pardo, CPF 004.188.541-49; José Pereira Da Paz, CPF 126.626.741-72; João Salgado Pinha, CPF 070.958.767-89; Leonido Garcia De Oliveira, CPF 054.840.140-34; Luiz Carlos Dinnes Camargo, CPF 001.410.541-15; Marindo De Souza, CPF 129.801.887-00; Milton Chaves Ribeiro, CPF 226.621.627-91; Mário De Souza Maia, CPF 044.453.767-87; Nilo Gustavo Fuckner, CPF 038.941.857-91; Olival Bello, CPF 057.525.907-87; Raimundo Henrique Dos Santos, CPF 001.934.612-34; Ralph Vaz Junqueira, CPF 135.534.378-04; Saulo Theotonio De Castro, CPF 145.306.438-91; Sidnei Dos Santos Castanho, CPF 125.839.360-34; Wilson Wanderley Centeno Giesen, CPF 004.165.171-53; Wilson Wanderley Centeno Giesen, CPF 004.165.171-53.

c) Auditor MARCOS BEMQUERER COSTA (Relações nºs 48 a 50).

ACÓRDÃO Nº 838/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão de 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993 c/c os arts. 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em conhecer da presente representação, para considerá-la parcialmente procedente e fazer as seguintes determinações, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, sem prejuízo de que seja dada ciência

desta deliberação à Representante e à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

1. TC-006.806/2006-4 (com 6 anexos).
Classe de Assunto: VI
Interessado: Itautec Informática S/A – Grupo Itautec Philco.
Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

1.1. à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que estabeleça, nos instrumentos convocatórios, quando for o caso, de forma clara e objetiva:

1.1.1. prazo para apresentação de amostra do licitante vencedor, assegurando-se de que o mesmo seja exeqüivel, de forma a garantir que a sistemática utilizada não restrinja a participação de outras empresas nas próximas licitações; e

1.1.2. condições para concessão de vistoria na amostra do licitante vencedor, de maneira a corroborar com a transparência dos procedimentos licitatórios.

ACÓRDÃO Nº 839/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão de 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, 237, inciso VI, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em conhecer da presente representação, para considerá-la parcialmente procedente e fazer a seguinte determinação, promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento:

Serviço Social Autônomo

1. TC-006.878/2006-3 (com 5 volumes).
Classe de Assunto: VI
Interessado: Secretaria de Controle Externo em São Paulo/TCU.
Entidade: Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de São Paulo – SESI/SP.

1.1. ao Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de São Paulo que:

1.1.1. envide esforços no sentido de encontrar solução legal com vistas a eliminar a ociosidade do imóvel de Presidente Epitácio/SP, seja mediante a alienação, arrendamento do bem ou ainda outra alternativa legal aplicável ao caso;

1.1.2. encaminhar à Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo – SECEX/SP, a cada seis meses, relatório que contemple todos os procedimentos adotados em cumprimento à determinação constante do item precedente;

1.2. à Secex/SP que monitore, nos termos do art. 243 do RI/TCU, o cumprimento das determinações feitas ao Sesi/SP, podendo a unidade técnica, se necessário for, promover as diligências e inspeção pertinentes.

ACÓRDÃO Nº 840/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão de 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça do Trabalho

1. TC-003.053/2006-7 – Alex Tavares Souza; Alvimar Alves dos Santos; Baltazar Silvestre Alves de Oliveira; Caroline da Silva Rodrigues; Cristiany de Oliveira Flores; Danielle Oliveira Lage Pimenta de Figueiredo; Denila Alves Nogueira; Denise Parreiras Clemente; Ednéia Netto Rocha Melo; Fernanda Henrique Alves; Fernanda Minekawa; Flávia Oliveira Goveia; Gustavo Henrique Mendes Gabriel da Silva; Januário Brito Ferretto; Karla Leonel Soares; Kélida Maria da Matta Calheiros; Luciana Croce Guilhermino; Maira Suzana Gaio de Arvelos; Márcia Rosa da Silva; Orlando Oliveira Costa; Patrícia Mateuci; Robson Ferreira da Silva; Rodrigo de Alcântara Ferreira; Sérgio Bispo Rodrigues; Vanessa Automare.

2. TC-004.152/2006-0 – Hélida Aparecida dos Santos; Luciene Mara Cunha; Marco Túlio Araújo Drumond; Paulino Rogério Dias de Andrade.

ACÓRDÃO Nº 841/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão de 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa – Exército

1. TC-005.979/2004-5 – Alice Leite Manso.

ACÓRDÃO Nº 842/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão de 11/4/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **a**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério do Trabalho e Emprego

1. TC-007.726/2005-8
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Celia Maria Machado Araújo, CPF n. 457.745.364-91; Dulciane Montenegro de Lemos Alencar, CPF n. 421.268.004-15; Eliane Palmeira Barros, CPF n. 240.696.124-91; Fábio José Mendes Marinho, CPF n. 440.325.444-68; Haroldo Luiz Correia dos Santos, CPF n. 140.347.354-49; José Luiz Barros Júnior, CPF n. 745.294.719-34; José Hildebrando Silva, CPF n. 228.065.554-34; José Nerivaldo Teixeira Araújo, CPF n. 436.206.394-34; Luciano Christopher Castro do Nascimento, CPF n. 860.139.634-87; Manoel Pereira Barros Neto, CPF n. 432.078.207-00; Maria Aparecida Tenório Magalhães, CPF n. 605.881.524-04; Martha Cavalcanti Leão da Fonseca, CPF n. 240.866.144-72; Ricardo Coelho de Barros, CPF n. 209.084.744-15; Vera Lúcia Ramos Souza, CPF n. 494.775.794-91; e Águida Gonçalves da Silva, CPF n. 258.798.631-15..
Entidade: Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas – DRT/AL.
Exercício: 2004.

1.1. à Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas que:
1.1.1. adote as providências para a apuração da responsabilidade dos pagamentos efetuados à empresa Comese Ltda. acima do valor estipulado no contrato (item 1.1.5 do Acórdão 1.938/2004 – 1ª Câmara – Relação n. 42/2004);

1.1.2. observe as normas referentes à utilização de suprimentos de fundos, abstendo-se de incorrer no fracionamento das despesas, a exemplo das ocorridas no Processo 46201.003196/2004-61, por contrariar o previsto no art. 45, inciso III, do Decreto n. 93.872/1986 e Portaria MF n. 95/2002;

1.1.3. promova o levantamento dos descontos incorretos dos valores de auxílio-transporte nos processos de concessão de diárias, relativos ao exercício de 2002, e efetue os repectivos ressarcimentos ao erário;

1.1.4. regularize a pendência relativa a formalização de contrato com a empresa Embratel S/A, vencedora do Pregão n. 003/2004, e promova as publicações oficiais, nos termos dos arts. 60 e 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993;

1.1.5. providencie a regularização dos veículos da DRT/AL, perante o órgão estadual de trânsito;

1.1.6. identifique os responsáveis pelas multas aplicadas aos veículos da DRT/AL e pagas indevidamente por essa unidade, no valor de R$ 2.283,19 (dois mil duzentos e oitenta e três reais e dezenove centavos), efetuando o devido ressarcimento ao erário, conforme disposto no art. 257 da Lei n. 9.503/1997 (CNT), c/c os arts. 46, e 121 a 124 da Lei n. 8.112/1990;

1.1.7. nos certames licitatórios, observe a publicação dos extratos dos contratos, nos temos do art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993 e o cumprimento das exigências de habilitação constantes do edital, abstendo-se de habilitar empresa que não atenda aos requisitos do edital, por constituir infração ao disposto no art. 41 da referida Lei e ao princípio da vinculação ao edital convocatório, a exemplo do ocorrido no pregão n. 006/2004.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta de nº 11, organizada em 03 de abril corrente, havendo a Segunda Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 843 a 868, que se inserem no Anexo II desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios e Votos, bem como de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003 e 184/2005):

a) Procs. nºs 003.923/1999-1, 000.273/2002-4, 014.904/2003-5, 001.531/2004-1, 014.586/2004-7, 000.669/2005-8 e 002.524/2005-0, relatados pelo Ministro Ubiratan Aguiar;

b) Procs. nºs 003.178/2002-9, 011.454/2002-8, 012.853/2002-7, 008.092/2003-3, 011.090/2003-0, 914.311/2003-7, 015.633/2003-5, 001.059/2004-5, 013.270/2004-6, 016.956/2004-9, 018.757/2004-4, 019.462/2004-2, 012.093/2005-3 e 019.755/2005-2, relatados pelo Auditor Convocado Lincoln Magalhães da Rocha; e

c) Procs. nºs 002.060/2001-6 (com o Apenso nº 012.590/2002-4), 006.363/2002-0, 005.066/2003-0, 013.989/2003-8 e 019.328/2004-5, relatados pelo Auditor Convocado Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 843/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-003.923/1999-1 - c/ 2 volumes
2. Grupo I – Classe – I - Recurso de Reconsideração
3. Interessados: Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu – SESNI (CNPJ nº 30.834.196/0001-80) e Fábio Gonçalves Raunheitti (CPF nº 380.101.787-72)
4. Entidade: Hospital Escola São José/SESNI-RJ
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
5.1. Relator da deliberação recorrida: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira
7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/RJ
8. Advogados constituídos nos autos: Pedro Américo Rios Gonçalves (OAB/RJ nº 95.806) e José Eduardo Albuquerque (OAB/RJ nº 87.905)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam do recurso de reconsideração interposto pela Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu - SESNI e pelo Sr. Fábio Gonçalves Raunheitti contra o Acórdão nº 410/2005-TCU-2ª Câmara, que julgou as contas dos interessados irregulares, condenando-lhes de forma solidária ao pagamento da quantia, em valores originais, de NCz$ 3.500.000,00, em virtude de irregularidades na utilização de recursos repassados ao Hospital Escola São José, mantido pela Sesni.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 31, 32 e 33 da Lei n.º 8.443/92 c/c os arts. 277 e 285 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0843-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 844/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-000.273/2002-4 - c/ 1 anexo

2. Grupo I – Classe I – Recurso de Reconsideração

3. Interessados: CRQ-4ª Região (CNPJ nº 62.624.580/0001-45) e José Glauco Grandi (CPF nº 007.245.648-53)

4. Entidade: Conselho Regional de Química da 4ª Região – SP e MS

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: Secex/SP e Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto contra os subitens 9.2, 9.3 e 9.5.1 do Acórdão nº 326/2005-2ª Câmara, por meio do qual as contas do Sr. Olavo de Queiroz Guimarães Filho foram julgadas irregulares, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, "b", da Lei nº 8.443/92, tendo sido aplicada ao responsável a multa prevista no art. 58, I, da citada lei, bem como expediu-se determinação ao Conselho para "*cumprir, rigorosamente, a forma custeio/ressarcimento estabelecida nos Acordos Coletivos de Trabalho em relação ao Plano de Saúde contratado em benefício de seus funcionários, procedendo, caso ainda não tenha feito, o desconto no salário dos mesmos à razão de 1/3 (um terço) dos valores a serem futuramente pagos pela Entidade*".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 31, 32, I, e 33 da Lei n.º 8.443/92 c/c os arts. 277, I, e 285 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Glauco Grandi e pelo Conselho Regional de Química da 4ª Região, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando insubsistentes os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 326/2005-TCU-2ª Câmara e mantendo-se inalterados seus demais itens; e

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0844-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 845/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-001.531/2004-1 - c/ 3 volumes e 22 anexos (estes c/ 2 volumes)

2. Grupo I – Classe – I - Pedido de Reexame

3. Interessados: Conselho Federal de Odontologia – CFO, Conselho Regional de Odontologia do Amazonas – CRO/AM, Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro – CRO/RJ, Conselho Regional de Odontologia do Pará – CRO/PA, Conselho Regional de Odontologia do Amapá – CRO/AP, Conselho Regional de Odontologia de Rondônia – CRO/RO, Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul – CRO/MS, Conselho Federal de Administração – CFA, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Conselho Regional de Medicina da Bahia – CREMEB, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas – CREA/AM, Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte, CRF/RN, Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão – CRMV/MA.

4. Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro – CRC/RJ

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secex/RJ e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Mauro de Siqueira Queiroz (OAB/AM nº 2.360) e Antônio Cesar Cavalcanti Júnior (OAB/DF 1617-A)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pedidos de Reexame interpostos pelos conselhos acima nominados, contra determinação feita no Acórdão nº 1.212/2004-2ª Câmara, no que tange à necessidade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas realizarem concursos públicos para admissão de pessoal e quanto à fixação de prazo para a rescisão dos contratos de trabalho firmados a partir de 18/5/2001, sem a prévia realização de concurso público.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 31, 32 e 48 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar os autos ao Gabinete do Ministro Benjamin Zymler, relator *a quo* deste processo, para que delibere acerca das manifestações contidas nos anexos 14, 17, 22 e 23;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos interessados.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0845-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 846/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC?014.586/2004-7

2. Grupo II – Classe II – Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Rudy João Massuda Cornélius (CPF nº 079.432.370-72)

4. Entidade: Município de Independência/RS
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secex/RS
8. Advogado constituído nos autos: Ivo Kovalski Zaluski (OAB/RS nº 34.890)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Rudy João Massuda Cornélius, ex-Prefeito do Município de Independência/RS, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ? FNDE em decorrência de supostas irregularidades na aplicação de recursos provenientes do Convênio 750201/2002, firmado entre o FNDE e a aludida municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando-se quitação ao Responsável mencionado no item 3 deste Acórdão, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, Inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.2. determinar ao Município de Independência/RS que autue, protocole e numere as páginas dos processos licitatórios realizados para aplicação de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em cumprimento, especialmente, às disposições dos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/1993;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Responsável e ao Município de Independência/RS.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0846-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 847/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-000.669/2005-8 - c/ 1 anexo
2. Grupo I – Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: José Vieira Pereira (CPF nº 069.923.823-49)
4. Entidade: Município de Manari/PE
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira
7. Unidade Técnica: Secex/PE
8. Advogado constituído nos autos: Luiz Carlos Coelho Neves (OAB/PE nº 1.817)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo FNDE ao Município de Manari/PE para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae no exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, 214, inciso III do Regimento Interno, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. José Vieira Pereira ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da

dívida aos cofres do FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data (exercício de 2000)	Valor (R$)
24/2	9.924,00
22/3	9.924,00
25/4	9.924,00
8/6	9.924,00
21/6	9.924,00
18/7	9.924,00
23/8	9.924,00
22/9	9.924,00
24/10	9.924,00
21/11	9.924,00

9.2. aplicar ao responsável a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno, arbitrando-lhe o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), correspondente a aproximadamente 10% do valor atualizado do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

9.4. remeter cópia dos autos, bem como deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/92, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0847-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 848/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-002.524/2005-0 - c/ 1 volume
2. Grupo: I - Classe II: Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Roberto dos Santos Corrêa (CPF nº 045.167.962-87)
4. Entidade: Caixa Econômica Federal ? CEF
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira
7. Unidade Técnica: Secex/CE
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Roberto dos Santos Corrêa, ex-empregado da Caixa Econômica Federal, em razão de irregularidades cometidas no exercício da função de Caixa Executivo na Agência Círio em Belém/PA, ocasionando prejuízos à aludida instituição financeira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, **caput**, e 23, inciso

III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Roberto dos Santos Corrêa ao pagamento das quantias abaixo descritas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Caixa Econômica Federal ? CEF, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas também abaixo indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS (Cr$)	DATA DA OCORRÊNCIA	VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS (Cr$)
25.10.1990	3.283,00	12.06.1991	67.801,39
26.10.1990	871,00	14.06.1991	7.059,16
12.11.1990	1.858,49	17.06.1991	15.700,45
16.11.1990	2.082,51	25.06.1991	40.292,94
26.11.1990	740,00	26.06.1991	25.424,15
14.12.1990	3.168,00	08.07.1991	62.946,20
26.12.1990	6.029,01	11.07.1991	86.165,82
04.01.1991	27.166,00	18.07.1991	30.486,77
08.01.1991	5.685,69	29.07.1991	72.350,78
14.01.1991	28.197,20	09.08.1991	52.601,00
21.01.1991	74.188,89	23.08.1991	20.398,85
23.01.1991	22.535,12	26.08.1991	21.378,48
28.01.1991	21.986,69	27.08.1991	31.499,72
29.01.1991	24.548,67	30.08.1991	99.711,00
30.01.1991	161.759,64	02.09.1991	15.461,96
31.01.1991	24.225,73	03.10.1991	126.914,86
04.02.1991	95.282,73	08.10.1991	27.201,63
07.02.1991	6.418,22	24.10.1991	220.636,63
26.02.1991	11.060,17	05.12.1991	75.000,00
06.03.1991	28.612,46	30.12.1991	178.144,34
13.03.1991	29.462,63	03.01.1992	96.400,00
15.03.1991	64.044,94	06.01.1992	33.600,00
20.03.1991	33.456,64	07.01.1992	50.400,00
21.03.1991	27.816,07	10.01.1992	81.894,00
26.03.1991	25.424,15	15.01.1992	191.943,61
02.04.1991	10.148,96	22.01.1992	278.325,02
05.04.1991	25.914,80	27.01.1992	72.000,00
08.04.1991	18.724,00	29.01.1992	270.797,82
10.04.1991	34.302,26	31.01.1992	72.000,00
12.04.1991	25.569,71	03.02.1992	110.791,53
15.04.1991	110.296,25	19.06.1992	30.000,00
19.04.1991	6.315,20	14.07.1992	1.270.680,97
23.04.1991	46.395,00	27.07.1992	226.056,20
24.04.1991	166.557,70	03.08.1992	1.487.231,42
26.04.1991	76.091,69	04.08.1992	1.390.629,24
10.05.1991	40.070,00	26.08.1992	1.188.571,20
15.05.1991	38.973,71	05.09.1992	1.505.258,69
16.05.1991	35.198,00	21.09.1992	11.811.951,14
28.05.1991	9.850,88	23.09.1992	944.119,02
29.05.1991	18.573,28	27.11.1992	3.517.540,87
31.05.1991	57.184,70	30.11.1992	614.584,96

04.06.1991	18.810,31	02.12.1992	244.904,04
07.06.1991	20.703,39	10.09.1993	18.663,13

9.2. aplicar ao Responsável a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, arbitrando-lhe o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do débito alusivo aos valores cujos fatos geradores são posteriores à Lei nº 8.443/1992, atualizado até 1º/3/2006, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento desse valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.4. remeter cópia dos autos, bem como deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, consoante disposto no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/1992, para ajuizamento das ações cabíveis;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Responsável e à Caixa Econômica Federal ? CEF, enviando-lhes cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0848-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 849/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC-003.178/2002-9 – com 1 volume.

2. Grupo: II – Classe: II – Assunto: Prestação de Contas.

3. Responsáveis: Sebastião Vieira D'Ávila (CPF nº 024.640.391/87), Presidente; Maria Auxiliadora Hofmann Freire (CPF nº 465.896.001/04), Diretora Regional; Paulo Sukehiro Yonamine (CPF nº 024.683.601/68), Diretor Regional, substituto; e Marcelo Aparecido de Oliveira (CPF nº 481.265.861/68), Contador.

4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Administração Regional em Mato Grosso do Sul–Senac/MS.

5. Relator: Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Dr. Jatir Batista da Cunha, Subprocurador-Geral, à época.

7. Unidade Técnica: Secex/MS.

8. Advogados constituídos nos autos: Walfrido Ferreira de Azambuja Jr., OAB/MS nº 4.088; Maria de Azambuja Salles, OAB/MS nº 4.887-B; Edmar Soken, OAB/MS nº 10.145, e Maria José Vilela Lins, OAB/MS nº 5.257.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Administração Regional em Mato Grosso do Sul-Senac/MS, referente ao exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Sebastião Vieira D'Ávila e pela Sra. Maria Auxiliadora Hofmann Freire:

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, julgar regulares, com ressalvas, as presentes contas dando quitação aos responsáveis;

9.3. determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Administração Regional em Mato

Grosso do Sul–Senac/MS que adote providências no sentido de evitar a contratação de bens e serviços com dispensa de licitação, quando os respectivos valores exigirem a realização de certame licitatório, na forma prevista no Regulamento Próprio de Licitações e Contratos, aprovado pela Resolução Senac nº 747/98.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0849-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 850/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC- 011.454/2002-8. (c/ 2 volumes)
2. Grupo II – Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3.Responsáveis: Venício Alves de Oliveira, CPF 376.804.557-91 e Município de São Domingos do Norte, CNPJ: 36.350.312/0001-72.
4. Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Cristina Machado da Costa e Silva, Procuradora.
7. Unidade Técnica: Secex/ES.
8. Advogados constituídos nos autos: Miltro José Dalcamini (OAB/ES 9232), Jacymar Dellfino Dalcamini (OAB/ES 5287), Roland Leão Castello Ribeiro (OAB/ES 9233) e Karina Favarato Vassoler (OAB/ES 9422).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Município de São Domingos do Norte/ES, instaurada pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a nulidade do subitem 9.2 do Acórdão n.º 300/2004-TCU-2ª Câmara e dos procedimentos que se seguiram, em virtude de vício relacionado com a incidência de encargos de juros de mora no montante do débito a ser recolhido pelo Município responsável;
9.2. manter inalterados os subitens 9.1. e 9.3. do Acórdão n.º 300/2004-TCU-2ª Câmara;
9.3. fixar novo e improrrogável prazo de 15 dias para que o Município de São Domingos do Norte/ES, na pessoa de seu representante legal, recolha aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno) o débito nas importâncias de R$ 7.006,41 (sete mil e seis reais e quarenta e um centavos) e R$ 860,45 (oitocentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos), que deverão ser corrigidas monetariamente a contar de 31/3/99 e 28/9/2000, respectivamente, sem incidência de juros moratórios até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0850-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 851/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 012.853/2002-7
2. Grupo II – Classe II – Prestação de Contas, exercício de 2001.
3. Responsáveis: Carlos Eduardo Moreira Ferreira (CPF. 004.578.928-20), Diretor Substituto; Rui

Lima do Nascimento (CPF. 029.892.047-68), Diretor Superintendente; Fernando Luiz Gonçalves Bezerra (CPF. 003.420.414-87), Diretor; Humberto Meneses (CPF. 002.467.275-00), Diretor de Desenvolvimento; João Eduardo Barreto de Carvalho (CPF. 184.279.951-72), Coordenador Administrativo; e Roberto Rodrigues Romero Granero (CPF. 177.993.687-72), Contador.

4. Entidade: Serviço Social da Industria - Departamento Nacional (Sesi/DN).

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha

6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo De Vries Marsico, Procurador.

7. Unidade Técnica: Secex-5

8. Advogado constituído nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF n. 6.098, e outros (f.. 176/177, vol. principal).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da Prestação de Contas dos responsáveis pelo Social da Industria - Departamento Nacional (Sesi/DN), referente ao exercício de 2001.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Carlos Eduardo Moreira Ferreira (CPF. 004.578.928-20), Diretor Substituto do Sesi/DN; Rui Lima do Nascimento (CPF. 029.892.047-68), Diretor Superintendente do Sesi/DN; Fernando Luiz Gonçalves Bezerra (CPF. 003.420.414-87), Diretor; Humberto Meneses (CPF. 002.467.275-00), Diretor de Desenvolvimento; João Eduardo Barreto de Carvalho (CPF. 184.279.951-72), Coordenador Administrativo; e Roberto Rodrigues Romero Granero (CPF. 177.993.687-72), Contador, com fundamento nos arts. 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei n.º 8.443/92, dando-lhes quitação;

9.2. determinar ao Sesi/DN que:

9.2.1. ao contratar obras, serviços, compras e realizar alienações observe a exigência do regular processo licitatório, de acordo com o art. 1º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, e com base no art. 10, II, desse Regulamento, somente promova a contratação direta nas situações que se enquadrarem rigorosamente na hipótese de dispensa ou inexigibilidade;

9.2.2. nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, apresente justificativas circunstanciadas, inclusive quanto a preço e escolha do contratado, bem como a ratificação pela autoridade competente, de conformidade com o art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi;

9.2.3. ao iniciar o processo de contratação, formalize a solicitação, na qual deve conter a definição do objeto, dos recursos, e a conseqüente autorização, conforme exigido pelo art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Entidade; e

9.3. dar ciência do presente Acórdão aos responsáveis.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0851-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 852/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-011.090/2003-0

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Daniel Martins Nobre (CPF 241.333.532-34), ex-Prefeito, e Atlanta Ltda (CNPJ 03.004.658/0001-60)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP.

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secex/AP.

8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde contra o Senhor Daniel Martins Nobre, ex-Prefeito Municipal de Laranjal do Jari/AP, em razão de irregularidades na aplicação de parte dos recursos repassados mediante o Convênio 1643/99, celebrado em 3/7/1998, no valor total de R$ 135.000,00, cujo objetivo era a construção e o equipamento de um posto de saúde naquele município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19, **caput**; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443/92, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Senhor Daniel Martins Nobre, solidariamente com a empresa Atlanta Ltda., ao recolhimento da importância de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) aos cofres do Fundo Nacional Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 20/12/2000 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para comprovar o recolhimento, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/92:

9.2. aplicar aos responsáveis indicados no item precedente a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que efetue, e comprove perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.4. encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público da União, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0852-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 853/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-014.311/2003-7.

2. Grupo I – Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira (ex-Prefeito, CPF 077.546.553-49) e o Município de Timon (CGC 06.115.307/0001-14).

4. Unidade Jurisdicionada: Município de Timon/MA.

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Projestoq e Secex/RS.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira, ex-dirigente Municipal, e da pessoa jurídica de direito público Município de Timon/MA, instaurada por iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por força de determinação desta Corte de Contas expressa em sede das deliberações plenárias representadas pelas Decisões nº 420/2000 e nº 1124/2002. Aludidas decisões decorreram da verificação de irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao Município de Timon/MA, em virtude do Termo de Convênio nº 91.871/98 (SIAFI 346453), celebrado entre o FNDE e o Executivo local, com o fito de favorecer a aquisição de materiais destinados à higiene e aos primeiros socorros de alunos da 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental das Escolas Municipais e Estaduais localizadas na circunscrição municipal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara,

diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis, Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira e a pessoa jurídica de direito público Município de Timon/MA;

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alíneas "a" e "b", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira e a pessoa jurídica de direito público Município de Timon/MA, em regime de solidariedade, ao pagamento da quantia original no valor de R$ 181.498,41 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 23/06/1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alíneas "a" e "b", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira ao pagamento da quantia original no valor de R$ 20.521,59 (vinte mil, quinhentos e vinte e um reais e cinqüenta e nove centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 23/06/1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor

9.4. aplicar ao Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira a multa prevista nos artigos 19, **caput**, e 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.6. remeter cópia integral do processo, bem como da presente deliberação, Relatório e Voto que a fundamentam, ao Ministéiro Público da União, para ajuizamento das ações penais e civis cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 6 do Regimento Interno/TCU;

9.7. enviar à Secretaria da Fazenda no Rio Grande do Sul cópia da Nota Fiscal nº 14.334, no valor de R$ 160.455,61 (cento e sessenta mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais e sessenta e um centavos), para conhecimento e providências cabíveis, tendo em vista tratar-se de operação interestadual sem a aposição de carimbo/selo fiscal indicativo de que as mercadorias efetivamente tenham saído do Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0853-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 854/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC- 008.092/2003-3.

2. Grupo I – Classe de Assunto: II – Tomada de Contas.

3. Responsáveis: Sady Carnot Falcão Filho, CPF 066.738.211-91; José Valmir da Silva Cruz, CPF 194.189.142-04; Noelia de Magalhães Villela, CPF 112.907.492-72; Valdemar da Silva Fagundes, CPF 222.083.561-87 e Hilda Maria Monteiro, CPF 033.055.381-04.

4. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre.

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador.

7. Unidade Técnica: Secex/AC.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Simplificada do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Valmir da Silva Cruz, e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da mesma Lei, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. expirado o prazo previsto no subitem anterior, sem o devido recolhimento, determinar o desconto da dívida da remuneração do responsável, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei n.º 8.443/92 c/c art. 219, inciso I, do Regimento Interno/TCU, tomando como parâmetro para os descontos o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei n.º 8.112/90, com a modificação feita pela Medida Provisória n.º 2.225-45, de 04/09/2001;

9.3. autorizar, desde logo, caso não seja possível efetuar o desconto em folha, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, a cobrança judicial da dívida atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do recolhimento, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

9.4. julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis, arrolados no item 3 acima, expedindo-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.5. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre a adoção das seguintes medidas:

9.5.1. efetuar gestões junto a sua Setorial Contábil no sentido de evitar a falta de conformidade documental e a ausência de registros;

9.5.2. regularizar, caso ainda não tenha feito, a situação da conta contábil 1.1.2.2.9.03.00 – Desfalques ou Desvios, evidenciando se o débito do Sr. Antônio Barbosa de Souza, de que trata o Acórdão n.º 316/1996 – TCU - Plenário, foi recolhido, adotando as providências que o caso requeira;

9.5.3. efetuar gestões junto à Coordenadoria–Geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde a fim de regularizar a cessão de servidores desse Órgão, especialmente a situação do servidor Fernando Maia Lima, com a celebração, formalização e publicação de convênio no Diário Oficial da União;

9.5.4. realizar gestões junto à área de Recursos Humanos do Ministério da Saúde e proceder à análise das planilhas de cálculo do Passivo de Adicional por Tempo de Serviço, realizando o levantamento dos valores efetivamente devidos e pagos a cada servidor, inclusive os de matrícula n.º 580364 e 649026, promovendo o recolhimento das quantias indevidamente pagas;

9.5.5. providenciar o cálculo dos valores que deveriam ser realmente pagos e promover o ressarcimento dos valores pagos indevidamente à servidora de matrícula n.º 580348, de acordo com o item 7.2.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 116043 da Controladoria-Geral da União no Estado do Acre;

9.5.6. formalizar instrumento de contrato obedecendo ao que dispõem os arts. 60, 61 e 62, da Lei n.º 8.666/93, exigindo, quando for o caso, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, nos termos do art. 56 da prefalada Lei;

9.5.7. realizar planejamento anual de suas atividades de forma a evitar a contratação de serviços de natureza continuada ou essenciais ao seu funcionamento por dispensa de licitação fundamentada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93;

9.5.8. envidar esforços para promover, caso ainda não tenha feito, a capacitação de servidor para celebrar contratos e acompanhar sua execução;

9.5.9. adotar critérios mensuráveis para avaliação dos custos com transporte, evitando que os valores orçados divirjam daqueles praticados nos contratos;

9.6. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno no Estado do Acre que faça constar no

próximo relatório de auditoria de gestão as medidas adotadas pelo órgão para o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.5;

9.7. dar ciência do presente Acórdão aos responsáveis e ao Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde;

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0854-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 855/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC- 001.059/2004-5 –com 1 volume.

2. Grupo I – Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Antônio Monteiro Neto, CPF: 159.594.735-34, ex-Prefeito Municipal de Andaraí/BA.

4. Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Andaraí/BA.

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Antônio Monteiro Neto, CPF: 159.594.735-34, ex-Prefeito Municipal de Andaraí/BA, instaurada em virtude de omissão, por parte do Município de Andaraí/BA, quanto ao dever legal de prestar contas dos recursos federais que lhes foram transferidos pelo FNDE, no exercício de 1999, a título de execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, com o fim específico de prestar assistência financeira para o desenvolvimento do ensino fundamental.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar, em parte, as alegações de defesa apresentadas pelo responsável, uma vez que não logrou comprovar, na totalidade, a aplicação regular dos recursos recebidos do FNDE;

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" , 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Antônio Monteiro Neto, CPF: 159.594.735-34, ao pagamento da quantia original de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 15/10/1999, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. aplicar ao responsável a multa prevista nos artigos 19, **caput**, e 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.5. autorizar a remessa de cópia dos autos, bem como do presente Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, para adoção das providências que julgar pertinentes, tendo em vista o disposto no § 6º do artigo 209 do Regimento Interno/TCU.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0855-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 856/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-013.270/2004-6.
2. Grupo I – Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Dorimar Neves Nunes (ex-Prefeito, CPF 210.247.152-72).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Pracuúba/AP.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira.
7. Unidade Técnica: Secex/AP.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Dorimar Neves Nunes, ex-dirigente Municipal, instaurada por iniciativa da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, do Ministério da Integração Nacional, por força de determinação desta Corte de Contas expressa no subitem 8.2.1 da Decisão nº 758/2000 – Plenário (TC-005.587/1998-0), a qual considerou existirem irregularidades na aplicação dos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Pracuúba/AP, em virtude do Termo Simplificado de Convênio nº 136/97 (SIAFI 330105), firmado entre a antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Executivo local, com o fito de favorecer a construção de uma feira do produtor, de um matadouro municipal e a expansão da rede elétrica municipal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável, Sr. Dorimar Neves Nunes;

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso III, 16, inciso III, alínea “b", e 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e aplicar ao Sr. Dorimar Neves Nunes a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, caso não atendida a notificação.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0856-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 857/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-018.757/2004-4
2. Grupo I – Classe II – Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Edvaldo Freitas da Silva (CPF. 059.608.515-04), ex-prefeito.
4. Entidade: Prefeitura de Santo Estevão/BA

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha
6. Representante do Ministério Público: Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex-BA
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contra o Sr. Edvaldo Freitas da Silva, ex-prefeito de Santo Estevão/BA, em razão do não cumprimento do objeto pactuado no Convênio n. 170/SNS/92 firmado entre essa prefeitura e o extinto Ministério da Ação Social, cujo objeto correspondia à aquisição e assentamento de 1.200 metros da adutora Rio Paraguassú.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Edvaldo Freitas da Silva (CPF. 059.608.515-04), com fulcro nos art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; art. 19, *caput*; e art. 23, inciso III, todos da Lei 8.443/92, pela inexecução parcial do objeto pactuado por meio do Convênio n. 170/SNS/92 do extinto Ministério da Ação Social, condenando-o ao pagamento do débito de Cr$ 28.002.000,00 (vinte e oito milhões e dois mil cruzeiros), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste, para que comprove perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 10/04/1992, até a data do efetivo pagamento, nos termos da legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se referem os itens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/92;

9.4. remeter cópia dos presentes autos ao Ministério Público da União, conforme o disposto no art.16, § 3º da Lei n. 8.443/92; e

9.5. determinar à Secex-BA que constitua apartado destes autos, juntando cópias do relatório de folhas 26 à 28 e deste Acórdão, e efetue as devidas diligências para apuração do destino e da regularidade da aplicação dos recursos recebidos por meio dos Convênios n. 0009/GM/90 e n. 0862/GM/90.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0857-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 858/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-016.956/2004-9
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Mário César Lira Pimentel (CPF 032.650.562-87), ex-Prefeito.
4. Unidade: Município de Cutias do Araguari/AP.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secex/AP.
8. Advogado constituído nos autos: Marcelo Ferreira Leal – OAB/AP 370.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA/MI contra o Senhor Mário César Lira Pimentel, ex-Prefeito do município de Cutias do Araguari/AP, em razão da razão da inexecução de parte do objeto de que trata o Convênio 111/98, tendo por finalidade a construção e equipamento de uma casa de farinha, mediante a transferência de recursos federais ao Município, no valor total de R$ 42.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 23, inciso II; da Lei 8.443/92, em acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Senhor Mário César Lira Pimentel, CPF nº 032.650.562-87, e julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando quitação ao responsável, bem como determinar o arquivamento dos autos.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0858-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 859/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-019.462/2004-2.
2. Grupo II– Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Manuel Raimundo Pureza da Fonseca (Prefeito Municipal à época, CPF 055.974.632-68).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Mazagão/AP.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secex/AP.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de interesse do Sr. Manuel Raimundo Pureza da Fonseca, responsabilizado pela falta de cumprimento integral do objeto avençado no Plano de Trabalho aprovado pela Portaria nº 592, de 15/09/1992, do extinto Ministério da Ação Social, que destinou recursos federais ao Município de Mazagão/AP, com o intuito de favorecer a construção de 91 unidades habitacionais, destinadas à população local de baixa renda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Manuel Raimundo Pureza da Fonseca, de modo a julgar as contas do dito responsável regulares com ressalvas, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1ª, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, de 16 de junho de 1992;

9.2. determinar o arquivamento dos presentes autos.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0859-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 860/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC- 012.093/2005-3.
2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3.Responsáveis: José Geraldo da Silva, CPF nº 070.526.939-68; Maria Valdete da Silva, CPF nº 179.744.619-34; e a empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., CNPJ nº 80.933.096/0001-80.
4.Unidade: J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6.Representante do Ministério Público: Dr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral.

7.Unidade Técnica: Secex/SC.

8.Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Ministério da Cultura, em decorrência da omissão no dever legal de prestar contas dos recursos financeiros transferidos na forma da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), para a execução do Projeto "1ª Festa Nacional e 7ª Festa Estadual do Camarão", no município de Imbituba/SC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "a", c/c os artigos 19, **caput**, 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. José Geraldo da Silva, em solidariedade com a Sra. Maria Valdete da Silva e com a empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das respectivas parcelas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas a seguir especificadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original	Data da Ocorrência
R$ 2.000,00	30/12/1999
R$ 2.000,00	30/12/1999
R$ 2.000,00	30/12/1999
R$ 20.000,00	14/01/2000
R$ 20.000,00	09/02/2000
R$ 144.000,00	31/01/2000
R$ 36.000,00	**29/02/2000**
TOTAL R$ 226.000,00	

9.2. aplicar aos responsáveis, individualmente, a multa prevista no artigo 57 da Lei nº 8.443/92 no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das respectivas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido até a data do efetivo recolhimento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fulcro no parágrafo 6º do artigo 209 do Regimento Interno/TCU, remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis;

9.5. dar ciência aos responsáveis indicados no item 3 acima do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0860-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 861/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 002.060/2001-6 (c/ 05 volumes). Apenso: TC 012.590/2002-4 (c/ 02 Anexos).

2. Grupo I; Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: João Batista Fiscina, CPF n. 025.394.545-34, ex-Prefeito.
4. Entidade: Município de Alagoinhas/BA.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dra. Maria Alzira Ferreira.
7. Unidade Técnica: Secex/BA.
8. Advogado constituído nos autos: Dr. Jorge Salomão Oliveira dos Santos, OAB/BA n. 14.248.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial resultante da conversão do Relatório da Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Alagoinhas/BA, com o objetivo de fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef (Decisão n. 346/2002 – TCU – 2ª Câmara), em razão de indícios de dano ao aludido Fundo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. João Batista Fiscina, ex-Prefeito de Alagoinhas/BA, e rejeitar, parcialmente, suas razões de justificativa e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **b**, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, alínea **a**, todos da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas;

9.2. aplicar ao mencionado responsável a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4. determinar à Prefeitura de Alagoinhas/BA que, enquanto o município estiver sendo beneficiado com complementação financeira da União no âmbito do Fundef:

9.4.1. cumpra o disposto no art. 7º da Lei Federal n. 9.424/1996, que determina a utilização de pelo menos 60% dos recursos do Fundef para remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público;

9.4.2. abstenha-se de atrasar o pagamento dos salários dos professores do ensino fundamental, considerando a regularidade no repasse dos recursos do Fundef e tendo em vista que a impontualidade no pagamento da folha salarial não se coaduna com os objetivos da Lei n. 9.424/1996 de desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério;

9.4.3. abstenha-se de realizar o pagamento de salários, com recursos provenientes do Fundef, a servidores comissionados da Secretaria Municipal de Educação que não estejam exercendo atividades exclusivas do ensino público fundamental;

9.4.4. mantenha, de forma organizada e segregada, para consulta pelos órgãos de controle, toda a documentação alusiva ao Fundef municipal;

9.4.5. disponibilize toda a documentação comprobatória das despesas do Fundef, bem como os demais demonstrativos pertinentes, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef municipal, quando solicitado, nos termos do art. 5° da Lei n. 9.424/1996;

9.5. recomendar:

9.5.1. ao Município de Alagoinhas/BA que atente, se ainda não o fez, para baixo o nível salarial dos servidores da educação pública fundamental, cujos salários, em sua maioria, no ano de 1999, encontravam-se inferiores ao patamar de R$ 200,00 (duzentos reais), não indicando qualquer tipo de valorização do corpo docente e servidores de apoio ao magistério, contrariando o espírito da Lei n. 9.424/1996;

9.5.2. ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef do Município de Alagoinhas/BA, a adoção de providências com vistas a garantir o pleno e regular exercício do acompanhamento e controle social sobre a repartição, transferência e aplicação dos recursos do aludido fundo, nos termos do art. 4º da Lei n. 9.424/1996;

9.6. solicitar à Prefeitura Municipal de Alagoinhas/BA, que no prazo de 30 (trinta) dias, preste informações acerca das providências eventualmente adotadas pela municipalidade, em face das graves

ocorrências apontadas no Relatório de Auditoria de Gestão datado de 01/06/2001, elaborado pelas consultoras de Auditoria Governamental Maria Cristina Cunha de Carvalho e Tiomires da Silva Soares, acerca dos exercícios de 1999 e 2000, da gestão administrativa do Sr. João Batista Fiscina, envolvendo recursos do Fundef municipal;

9.7. determinar à Secex/BA que acompanhe o cumprimento da medida constante do subitem 9.6 supra, representando ao Tribunal caso necessário;

9.8. dar ciência desta decisão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Estado da Bahia, à APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, à Câmara Municipal de Alagoinhas/BA, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef do Município de Alagoinhas/BA, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA e ao Procurador da República, Sr. Edson Abdon Peixoto Filho.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0861-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 862/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 006.363/2002-0.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Ribamar Alves de Oliveira, ex-Prefeito, CPF n. 012.438.883-34.
4. Entidade: Município de Presidente Juscelino - MA.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Drª. Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex/MA.
8. Advogados constituídos nos autos: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do José Ribamar Alves de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Presidente Juscelino – MA, em decorrência da não-aprovação da prestação de contas do Convênio n. 3.348/1996 celebrado, em 28/06/1996, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor total de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), objetivando contribuir, suplementarmente, com recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental em escolas públicas daquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Ribamar Alves de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Presidente Juscelino – MA, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 20/08/1996, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, nos termos da legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável acima indicado a multa prevista no art. 57 da referida Lei, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0862-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 863/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 005.066/2003-0 (c/ 01 volume)
2. Grupo I; Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Ademar Marques de Carvalho, ex-Prefeito, CPF n. 054.308.871-51.
4. Entidade: Município de Santa Fé de Goiás/GO.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secex/GO.
8. Advogados constituídos nos autos: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do Sr. Ademar Marques de Carvalho, ex-prefeito do município de Santa Fé de Goiás (GO), tendo em vista a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados mediante o Convênio n. 096/99-MI celebrado, em 24/11/1999, pela União, representada pelo Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 56.916,05 (cinqüenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e cinco centavos), objetivando a recuperação da ponte sobre o Córrego da Serra, localizado naquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Ademar Marques de Carvalho, ex-Prefeito do Município de Santa Fé de Goiás (GO), condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 20/04/2000, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU;

9.2. aplicar ao responsável acima indicado a multa prevista no art. 57 da referida Lei, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0863-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 864/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo n. 013.989/2003-8 (c/ 3 volumes e 1 anexo).

2. Grupo II; Classe de Assunto: II – Prestação de Contas relativa ao exercício de 2002.

3. Responsáveis: Mauro Marcondes Rodrigues, CPF 316.053.977-68; Terezinha de Jesus Guimarães, CPF 029.887.807-06; Fernando de Nielander Ribeiro, CPF 627.437.597-04; Jorge de Paula Costa Ávila, CPF 759.456.657-20; Sérgio Luiz Doscher da Fonseca, CPF 000.292.437-42; Ronaldo Camillo, CPF 042.610.228-26; Laudir Francisco Schmitz, CPF 070.424.189-72; Mary Brito Silveira, CPF 150.966.961-20, Maurício Otávio Mendonça Jorge, CPF 541.119.946-87; Paulo Márcio Neves Rodrigues, CPF 677.889.986-72; Carlos Américo Pacheco, 005.317.578-62; José Marcelo Lima Pontes, CPF 016.121.743-53; Maria Delith Balaban, CPF 090.498.351-04; Liane Maria Martins de Souza, CPF 210.423.301-15; José Valney de Figueiredo Brito, CPF 250.498.878-87.

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos ? Finep.

5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Dr. Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas Financiadora de Estudos e Projetos ? Finep, atinente ao exercício de 2002.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 11 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 157 do Regimento Interno, determinar o sobrestamento das contas anuais da Financiadora de Estudos e Projetos, até que as irregularidades apontadas pela auditoria da Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Ciência e Tecnologia, sejam esclarecidas mediante a Prestação de Contas do Projeto BRA/00/45 e apuração dos fatos pela Secex/RJ.

9.2. determinar à Financiadora de Estudos e Projetos, acerca do Projeto BRA/00/45, que:

9.2.1. analise e envie ao tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da presente deliberação, a prestação de contas do Convênio/SIAFI n. 412.876, no valor de US$ 4.595.395.00;

9.2.2. corrija as falhas do inventário de bens patrimoniais e as inconsistências nos Termos de Responsabilidade;

9.2.3. apure, no mesmo prazo especificado no subitem 9.2.1, responsabilidades concernentes:

9.2.3.1. à aquisição de mobiliário no **quantum** de R$ 771.674,00 (setecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e quatro reais), sem previsão no Plano de Compras anexo ao PRODOC;

9.2.3.2. à locação de dois veículos com motoristas, por um período de três meses, no montante de R$ 22.820,35 (vinte e dois mil, oitocentos e vinte reais e trinta e cinco centavos), sem vinculação com os objetivos do projeto;

9.2.3.3. aos pagamentos relativos aos aluguéis de salões, no valor de R$ 9.423,27 (nove mil, quatrocentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos), para eventos em hotéis, enquanto o Auditório do Setor Policial Sul foi equipado com os recursos do projeto para realização de tais eventos;

9.2.3.4. à contratação, no período de 02 a 28/03/2002, de um consultor **Retainer,** para exercer função gerencial de forma continuada**,** específica de equipe de base (Contrato n. 2001/006176);

9.2.3.5. ao pagamento indevido de R$ 75.567,40 (setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) , para três consultores **Retainer**, referentes a diárias;

9.3. determinar à Secex/RJ o acompanhamento e análise da documentação que vier a ser enviada pela Finep, em razão do estabelecido nos subitens 9.2.1 e 9.2.3.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0864-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 865/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 019.328/2004-5 (c/ 01 volume).
2. Grupo I; Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José de Alencar Carvalho, CPF n. 189.900.291-04, ex-prefeito.
4. Entidade: Município de Dueré/TO.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secex/TO.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS, tendo como responsável o Sr. José de Alencar Carvalho, ex-prefeito do Município de Dueré/TO, em virtude da não-aprovação da prestação de contas relativa aos recursos federais repassados por força do Convênio n. 1.493/1994, no valor de R$ 19.222,27, objetivando dar apoio técnico e financeiro à implementação do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional naquele Município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José de Alencar Carvalho, ex-prefeito do Município de Dueré/TO, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 8.721,44 (oito mil, setecentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 08/05/1995 até a efetiva quitação do débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, nos termos da legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere o subitem anterior, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.3. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, para as providências cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0865-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 866/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 015.633/2003-5 (com 13 volumes)
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Relatório de Auditoria
3. Responsáveis: Aloysio de Salles Fonseca (CPF 023.117.207-91), Francisco Sales Ferreira Filho (CPF 174.832.477-20), Ana Maria Cantalice Lipke (CPF 182.659.957-68), Maria de Fátima da Rocha Moreira (CPF 361.739.407-87), Ana Lúcia Jorge de Almeida (CPF 805.822.907-59), Dina Maria Basílio (CPF 661.565.487-34), Rosilane Alves dos Santos (CPF 809.057.067-49), Jorge de Lima Aguiar Filho (CPF 553.377.677-04), Tereza Christina Nemer do Amaral (CPF 468.275.367-34), Antonio Carlos da Silva Figueiredo (CPF 600.510.277-04), Roberto Marinho Luiz da Rocha (CPF 649.187.267-04), José de Holanda Bezerra de Melo Neto (CPF 781.137.097-20), Mário Sérgio Monteiro Lopes (CPF 259.694.987-34) e Maria Zélia de Melo e Silva (CPF 020.855.344-49)
4. Unidade Jurisdicionada: Hospital dos Servidores do Estado - HSE/RJ
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/RJ
8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Auditoria de conformidade realizada no Hospital dos Servidores do Estado – HSE/RJ, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos na área de licitações, contratos e almoxarifado, tendo esta Corte de Contas, por intermédio do Acórdão n° 576/2004-TCU-2ª Câmara, autorizado a audiência dos responsáveis pelas impropriedades detectadas, bem como expedido determinações aos órgãos competentes do Ministério da Saúde e à Direção-Geral do HSE para a adoção de providências com vistas à melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados pelas Unidades Federais de Saúde localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 250, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. acolher as justificativas apresentadas pelos Srs. Mario Sergio Monteiro Lopes, José de Hollanda Bezerra de Melo Neto e Ana Maria Cantalice Lipke, aproveitando-se, no caso da Sr.ª Maria Zélia de Melo e Silva, revel, do acolhimento parcial da defesa apresentada pelos Srs. Aloysio de Sales Fonseca e Antonio Carlos da Silva Figueiredo, na forma do art. 161 do Regimento Interno;

9.2. dar prosseguimento ao processo com relação à Sr.ª Rosilane Alves dos Santos, que quedou-se revel, haja vista o disposto no art. 202, § 8º, do Regimento Interno;

9.3. rejeitar, em parte, as razões de justificativa dos Srs. Aloysio de Salles Fonseca, Francisco Sales Ferreira Filho, Roberto Marinho Luiz da Rocha, Antonio Carlos da Silva Figueiredo, Maria de Fátima da Rocha Moreira, Ana Lúcia Jorge de Almeida, Tereza Christina Nemer do Amaral, Jorge de Lima Aguiar Filho e Dina Maria Basílio;

9.4. aplicar aos Srs. Aloysio de Salles Fonseca, Francisco Sales Ferreira Filho, Antonio Carlos da Silva Figueiredo e Roberto Marinho Luiz da Rocha, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.5. aplicar aos Srs. Ana Lúcia Jorge de Almeida, Dina Maria Basílio, Jorge de Lima Aguiar Filho, Maria de Fátima da Rocha Moreira, Rosilane Alves dos Santos e Tereza Christina Nemer do Amaral, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.6. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. determinar a juntada de parte destes autos, por cópia, aos processos de contas anuais do Hospital dos Servidores do Estado, como segue:

9.8.1. Contas de 2001: Volumes 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13 e Principal;

9.8.2. Contas de 2002: Volumes 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13 e Principal;

9.8.3. Contas de 2003: Volumes 4, 7, 9, 11, 12, 13 e Principal;

9.9. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0866-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 867/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-014.904/2003-5

2. Grupo I – Classe IV – Admissão

3. Interessada: Roseni Figueiredo de Sousa (CPF nº 302.527.253-87)

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região ? TRT/AC-RO

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão da ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região ? TRT/AC-RO, Sra. Roseni Figueiredo de Sousa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 e 260 do Regimento Interno/TCU, considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão da interessada indicada no item 3 supra, constante das fls. 1/3 dos autos;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao TRT/14ª Região.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0867-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 868/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC- 019.755/2005-2 (c/ 1 volume).
2. Grupo II – Classe de Assunto: VI – Representação.
3. Interessado: Amaron-Comércio e Serviços Ltda.
4. Unidade Jurisdicionada: Manaus Energia S/A.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/AM.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação da empresa Amaron Comércio e Serviços Ltda. noticiando possíveis irregularidades no Pregão 250/2005-Manaus Energia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com base no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. determinar à Manaus Energia que promova o acompanhamento do procedimento de investigação do Ministério Público do Estado do Amazonas tendente a apurar a ocorrência de suposta fraude à licitação praticada pela firma FORT Empreendimentos e Tecnologia Ltda., informando a este Tribunal, na próxima prestação de contas, as ações levadas a efeito em função das conclusões daquele órgão ministerial;

9.3. determinar à Secex/AM que acompanhe o cumprimento da determinação acima, representando ao Tribunal, caso necessário;

9.4. dar ciência do presente Acórdão à empresa Amaron Comércio e Serviços Ltda.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0868-11/06-2
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ao dar prosseguimento à discussão e votação, nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, do processo nº 012.853/2002-7 (v. Ata nº 8/2006 – Segunda Câmara), o Ministro Ubiratan Aguiar, na Presidência, concedeu a palavra ao Relator, Auditor Convocado Lincoln Magalhães da Rocha e a seguir ao Revisor, Auditor Convocado Marcos Bemquerer Costa, havendo o Tribunal aprovado, por unanimidade, o Acórdão nº 851/2006, uma vez que o revisor acolheu integralmente a proposta apresentada pelo relator (v. textos em Anexo II a esta Ata).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 11/2006 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nºs 019.880/2003-4 e 007.695/2005-0 (Ministro Ubiratan Aguiar);

b) nºs 019.682/1993-0, 857.424/1998-0, 928.707/1998-9, 010.555/2000-0, 012.040/2003-3, 017.322/2003-4, 019.006/2003-3, 000.377/2004-5, 009.739/2004-7, 010.956/2004-1 e 003.498/2005-2 (Ministro Benjamin Zymler);

d) nº 011.067/2004-0 (Auditor Convocado Lincoln Magalhães da Rocha); e

e) nº 012.718/2005-7 (Auditor Convocado Marcos Bemquerer Costa).

Foram proferidas, sob a Presidência do Auditor Convocado Lincoln Magalhães da Rocha, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Ubiratan Aguiar.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Segunda Câmara, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, Subsecretária da Segunda Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 17 de abril de 2006.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente da Segunda Câmara

ANEXO I DA ATA Nº 11, DE 11 DE ABRIL DE 2006
(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

PROCESSOS RELACIONADOS

Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores e aprovadas pela Segunda Câmara, bem como os Acórdãos aprovados de nºs 820 a 842 (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143, e Resoluções nºs 164/2003 e 184/2005).

ANEXO II DA ATA Nº 11, DE 11 DE ABRIL DE 2006
(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Relatórios e Votos emitidos pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos nºs 843 a 868, aprovados pela Segunda Câmara em 11 de abril de 2006, acompanhados de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 138, 140, 141, §§ 1º a 7º e 10; e Resoluções TCU nºs 164/2003 e 184/2005).

GRUPO I – CLASSE I – 2ª Câmara
TC-003.923/1999-1 - c/ 2 volumes
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Hospital Escola São José/SESNI-RJ
Interessados: Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu – SESNI (CNPJ nº 30.834.196/0001-80) e Fábio Gonçalves Raunheitti (CPF nº 380.101.787-72)
Advogados: Pedro Américo Rios Gonçalves (OAB/RJ nº 95.806) e José Eduardo Albuquerque (OAB/RJ nº 87.905)

Sumário: Recurso de reconsideração. Falta de demonstração de que os recursos foram utilizados na finalidade para a qual foram repassados. Ausência de documentos comprobatórios das despesas que teriam sido realizadas. Repasse da totalidade dos valores recebidos para conta de outra entidade dirigida pelo vice-presidente do Sesni. Conhecimento do recurso. Provimento negado. Ciência aos recorrentes.

RELATÓRIO

Cuidam os autos do recurso de reconsideração interposto pela Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu - SESNI e pelo Sr. Fábio Gonçalves Raunheitti contra o Acórdão nº 410/2005-TCU-2ª Câmara, que julgou as contas dos interessados irregulares, condenando-lhes, de forma solidária, ao pagamento da quantia original de NCz$ 3.500.000,00, em virtude de irregularidades na utilização de recursos repassados ao Hospital Escola São José, mantido pela Sesni.

2. Transcrevo, a seguir, a instrução elaborada no âmbito da Serur, com a qual concordou o escalão dirigente daquela Unidade Técnica, bem como o Ministério Público/TCU (fls. 17/23, v. 2):

"I - HISTÓRICO

2. Aos dias 18/11/1998, a Coordenação-Geral para Assuntos de Inventariança - CINVE, da Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda – SFC/MF, em cumprimento à Decisão 575/1994-TCU-Plenário (TC-575.651/1993-8 – sigiloso, Ata 32/1994 – Plenário), instaurou Tomada de Contas Especial - TCE à vista da verificação de irregularidades na aplicação de recursos transferidos pelo extinto Ministério do Interior – Minter ao Hospital Escola São José, mantido pela Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu – SESNI/RJ.

3. Consoante Relatórios de Tomadas de Contas Especial nº 245/1998 (fls. 61 a 63) e de Auditoria de Gestão nº 489/1998 inserido, (fl. 64), a SFC/MF certificou a irregularidade das presentes contas (fl. 66), dando conhecimento à Autoridade Ministerial no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (fl. 68), nos termos do disposto no artigo 52 da Lei 8.443, de 1992.

4. Após o regular desenvolvimento do processo, a Egrégia Segunda Câmara desta Corte de Contas prolatou o Acórdão nº 410/2005, cujo teor, no que interessa para o deslinde da questão, reproduzimos a seguir:

"ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/92, c/c os artigos 19, caput e 23 da mesma Lei, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Fábio Gonçalves Raunheitti, em solidariedade com a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu – SESNI/RJ, ao pagamento da quantia de NCz$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzados novos), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar perante este Tribunal (artigos 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos, calculados a partir de 22/02/1990 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;"

5. Irresignados com essa deliberação, os supracitados recorrentes ingressaram perante esta Corte de Contas, por meio dos seus representantes devidamente qualificados nos autos às fls. 11 a 13, volume 2, com o Recurso de Reconsideração (fls. 2 a 10, volume 2), com fundamento nos arts.32, inciso I,

e 33 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 – LOTCU e no art. 285, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União – RITCU.

II - ADMISSIBILIDADE

6. Realizado o Exame Preliminar de Admissibilidade à fl. 14, anexo 2, com a qual manifestamos nossa anuência, foi dado prosseguimento ao presente Recurso por força do despacho da Relatoria (fl. 16, anexo 2).

III – MÉRITO

Da Flagrante divergência nos relatórios de auditoria

Argumento

7. Alegando flagrante divergência dos relatórios da equipe de auditoria, os recorrentes afirmam que "o Acórdão utilizou, como premissa para julgar irregulares as contas dos Recorrentes, os relatórios de fls. 85/101 e 176/183, que apontaram a existência de diversas impropriedades, as quais se encontram listadas às fls. 96/98 e nos itens "a" a "d" de fls. 180. (...) o documento de fls. 176/183 (...) descreve condutas que não foram averiguadas quando da formalização do primeiro trabalho (...)" (itens 6 e 9 do Recurso, fls. 2 e 3, vol. 2 – grifos acrescidos).

8. À frente, enunciam que "no primeiro relatório acima referido (...) (relatório de fls. 85 a 101), foi constatada tão somente uma ocorrência, litteris:

"a) os recursos foram utilizados em obras hospitalares, em desacordo com o art. 12, § 3º, da Lei nº 4.320/64 e art. 59 do Decreto nº 93.872/86, e na prestação de assistência hospitalar e farmacêutica, todos não previstos no Boletim de Subvenções Sociais do Congresso Nacional(...)" (fl. 99 – grifos acrescidos).

9. No item 8 da peça recursal, os recorrentes concluem que tal conclusão (item acima descrito) não aponta quaisquer das infrações mencionadas nas letras "a" a "c" da página 101.

Análise

10. À fim de dirimir as possíveis controvérsias remanescentes, faz-se oportuno trazer à baila excertos do relatório, mencionado pelos responsáveis, de fls. 85 a 101, verbis:

"7 – CONCLUSÃO

------- omissis -------

Sugerimos a remessa destes autos ao gabinete do Exmo. Sr. Ministro-Relator (...) propondo a citação (...) do Sr. Fábio (...), em razão das seguintes ocorrências:

------- omissis -------

b) não foram fornecidos à equipe de auditoria elementos mínimos suficientes que possibilitassem demonstrar como a Instituição pôde quantificar os serviços prestados aos beneficiários relacionados nas prestações de contas;

c) os elementos obtidos pela equipe de auditoria e fornecidos pela Instituição ***não garantem que tais recursos****, bem como seus rendimentos,* ***foram revertidos em atendimentos filantrópicos ou assistência à população*** *e, se realizados, não foram devidamente registrados e contabilizados;"(Relatório fl.100).*

11. Posteriormente, no outro relatório citado pelos recorrentes, a equipe de auditoria relatou o seguinte:

11. Como já comentado, o Sr. Fábio Gonçalves Raunheitti não trouxe aos autos qualquer documento comprobatório das despesas efetuadas com os recursos públicos transferidos a título de subvenção social, bem como dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras. Tampouco o fez a SESNI, que não apresentou alegações de defesa e em razão disto deve ser considerada revel, conforme o art. 12, § 3º c/c art. 202, § 8º, do Regimento Interno deste Tribunal.

14. Passados quase dez anos da auditoria realizada por esta Corte de Contas, nem a SESNI nem o seu representante legal à época dos repasses,(...), lograram apresentar documentos que comprovem a boa e regular dos recursos públicos transferidos a título de subvenção social (...)".

15. Não tratam os autos, portanto, de pequenos erros verificados nas prestações de contas encaminhadas pela entidade beneficiária. As irregularidades identificadas pela equipe de auditoria do TCU não se prendem aos documentos enviados pela SESNI ao órgão concedente, mas ***sim à ausência de documentos comprobatórios das despesas que a entidade tinha obrigação legal de ter arquivado em seu poder****. Incumbe aos responsáveis o dever legal de apresentar tais documentos e demonstrar, perante esta Corte, que os volumosos recursos públicos transferidos à SESNI tiveram boa e regular aplicação" (Relatório fls.181 e 182).*

12. Por sua vez, o Exmo Ministro-Relator, Lincoln Magalhães da Rocha, proferiu que "na esfera do Controle Externo, o processo foi instruído conclusivamente pela zelosa Secex/RJ, havendo a Analista Cristiane Basílio de Miranda elaborado a instrução de f. 176/83, cuja peça processual julgo oportuno incorporar neste Relatório, à vista do detalhamento das informações de que dispõe (...)" (item 4 do relatório, fl.187, grifos acrescidos). Observa-se, então, que o Acórdão ora guerreado incorporou, em quase sua totalidade, o relatório de fls. 173 a 183.

13. O exegeta, usualmente, utiliza-se de algumas das formas de interpretação da norma jurídica, a saber: literal, teleológica, sistemática etc. O Exmo. Ministro-Revisor Benjamin Zymler, ao proferir seu voto nos autos do processo 275.622/1996-7 – Acórdão 709/2003 - Plenário, nos ensina que "o melhor direito, não tenho dúvidas, sempre surge da interpretação sistemática. É por meio do confronto dos diversos dispositivos legais acerca de um determinado assunto que se atinge o maior grau de certeza quanto ao espírito e finalidades da lei". No caso em tela, devemos fazer a interpretação sistemática dos relatórios da equipe de auditoria, e não literal. Os recorrentes utilizam-se de excertos dos relatórios da equipe de auditoria para afirmar que "ambos os trabalhos, fls. 99 e letra "d" de fls. 180, chegaram a um termo em comum, qual seja, o de que as verbas decorrentes da subvenção sobre que se versa foram, efetivamente, utilizadas em assistência hospitalar e farmacêutica e em obras hospitalares (...)" (fl.3, anexo 2). Olvidam os recorrentes que, indubitavelmente, a equipe de auditoria concluiu que não houve a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, conforme itens 10 e 11 desta instrução, ante a ausência de documentos comprobatórios das despesas. No mesmo sentido, caminhou o Exmo. Ministro-Relator ao proclamar que "em todos os processos mencionados pela instrução, assim como nos presentes autos, não foram encontrados elementos suficientes que permitissem inferir a lisura no trato dos recursos públicos recebidos pela Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu/SESNI-RJ" (item 4 do voto, fl. 191).

14. Pelo acima exposto, observamos que o Acórdão ora atacado fundamentou-se, basicamente, no relatório de fls. 176 a 183 da equipe de auditoria e, subsidiariamente, nos de fls. 85 a 101. Ademais, não visualizamos qualquer antinomia nos referidos relatórios. As possíveis contradições existentes, se é que existiram, não têm o condão de macular os autos, tampouco o julgamento das contas do ex-Gestor.

Da correta aplicação dos valores recebidos a título de subvenção

Argumentos

15. No item 17 do Recurso, os responsáveis argumentam que "outras subvenções só foram concedidas à Instituição porque inexistiam pendências anteriores, o que demonstra a correção da aplicação das verbas relativas à subvenção 290184 (...)".

16. Abrigando em vários dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do Decreto nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986, os recorrentes asserem que "demonstrado que os recursos, como reconhecido pela auditoria do TCU, foram empregados em obras hospitalares, e assistência médica e farmacêutica, torna-se incabível falar em infração a qualquer dispositivo legal aplicável ao caso em tela e, muito menos, em contrariedade ao Boletim de Subvenções do Congresso Nacional. (...)Da simples leitura dos artigos 16 da Lei nº 4.320/64 e 60, §1º, do Decreto 93.872/86, constata-se que as subvenções sociais só podem ser aplicadas na área educacional, social e/ou na saúde, exatamente como procedido pelos recorrentes (...)" (itens 11 e 13 do Recurso de Reconsideração, fl. 5 e 8 ,vol. 2, grifos acrescidos).

17. Ademais, asseveram que "é preciso deixar claro, ainda, que o fato da integralidade da verba ter sido aplicada em assistência médica e em obras no hospital não significa que não foi atendida a especificação que a ela foi destinada (...), até porque, quando as subvenções foram concedidas, em momento algum foi especificado quais os percentuais que deveriam ser aplicação em assistência educacional, bolsas de estudo e assistência social. Nunca é demais lembrar (...), tão-somente no que tange as verbas destinadas exclusivamente à assistência social é que não poderiam ter outra destinação".

Análise

18. De início, a fim de subsidiar a análise do argumento apresentado pelos responsáveis, de que outras subvenções a SESNI somente foram concedidas em vista da inexistência de irregularidades praticadas pela empresa (item 15 desta Instrução), faz-se necessário trazer a colação excerto da Instrução da Analista de Controle Externo – ACE deste Tribunal, a qual serviu de fundamento para o Relatório do Exmo Ministro-Relator, verbis:

"Dos 112 processos de tomada de contas especial que deram entrada neste Tribunal acerca de subvenções sociais transferidas à Sociedade de Ensino Superior – SESNI, 105 já foram objeto de decisão definitiva, com julgamento pela irregularidade das contas, conforme relação a seguir."(fl.176)

19. Naquela época, dos 112 processos de TCE instaurados em face da SESNI, 105 foram objeto de decisões definitivas pela irregularidades das contas. Atualmente, além dos 105 processos de Tomadas de Contas Especial – TCE julgados irregulares, outros 3 (três) TC´s também foram julgados irregulares, a saber: 0123.517/2001-0 (Acórdão 545/2004 - Primeira Câmara), 016.362/2001-0 (Acórdão 674/2004 - Primeira Câmara) e 016.532/2001-0 (Acórdão 1157/2003 - Primeira Câmara). Logo, das 112 TCE´s instauradas em face da SESNI, 108 já foram julgados irregulares.

20. Continuando, esta Corte de Contas já pacificou o entendimento de que "o simples argumento de que a entidade foi beneficiada posteriormente com novas subvenções não se presta a comprovar a correta aplicação dos recursos anteriormente recebidos, obrigação da qual a Sociedade ainda não se desincumbiu" (Acórdãos 1157 e 2.156/2003 – TCU – 1ª Câmara). Assim, ao contrário do que dizem os responsáveis, o histórico da SESNI demonstra a falta de zelo na aplicação de recursos públicos.

21. Nos itens 16 e 17 desta Instrução, os responsáveis asserem que aplicaram os recursos em obras hospitalares, e assistência médica e farmacêutica, conforme reconhecimento do próprio TCU, e que a aplicação integral da verba nestas despesas não viola nenhum dispositivo legal, tampouco o Boletim de Subvenções do Congresso Nacional.

22. Primeiramente, destacamos que não há necessidade de adentrar no mérito da legalidade ou não da aplicação da totalidade da verba nas despesas com obras hospitalares e assistência médica e farmacêutica, ou seja, se houve desvio de finalidade ou não na aplicação dos recursos federais. A questão principal trazida aos autos é que não ficou evidenciada a aplicação dos recursos federais repassados à SESNI.

23. Em Inspeção realizada pela Secretaria de Controle Externo do Estado do Rio de Janeiro – SECEX-RJ, a pedido da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI do orçamento, para averiguar possíveis irregularidades na aplicação de verbas oriundas de subvenções sociais, a equipe de Auditoria constatou que "no dia 05/03/90, ou seja, 14 dias após o recebimento da subvenção (NCz$ 3.500.000,00), houve uma retirada através do cheque nº 047215, no mesmo valor de NCz$ 3.500.000,00 (...) e a importância depositada na c/c nº 2605-0 do próprio Banco do Brasil, sendo esta a conta corrente da Sociedade de Proteção a Infância e Maternidade de Mesquita – SPIMM dirigida pelo Dr. Nilson Gomes (Presidente), que (...) é o Vice-Presidente da SESNI" (fl. 28). Curiosamente, em nenhum momento da relação processual que se estabeleceu, os responsáveis procuraram explicar tal fato.

24. O §2º do art. 66 do Decreto nº 93.872, de 1986, ao estabelecer a obrigação de prestação de contas, estatui que "a documentação comprobatória da aplicação da subvenção ou auxílio ficará arquivada na entidade beneficiada, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, durante o prazo de 5 (cinco) anos da aprovação da prestação de contas". No presente caso, perfilhamos com o item 11 do Relatório do Exmo Ministro-Relator (fl. 189), o qual asseriu que "da análise dos elementos constantes dos autos em confronto com as alegações apresentadas verifico, inicialmente, que não ficou demonstrado o regular emprego dos recursos transferidos, uma vez que os necessários documentos comprobatórios das despesas por ventura realizadas não foram apresentados nem na ocasião da auditoria, nem tampouco nesta oportunidade".

25. Importa ressaltar, ainda, que carece de fundamentação a afirmativa de que a equipe de auditoria deste Tribunal reconheceu que os recursos foram aplicados em obras e assistência médica e farmacêutica. Ao contrário, a equipe de auditoria afirmou que "o Sr. Fábio Gonçalves Raunheitti não trouxe aos autos qualquer documento comprobatório das despesas efetuadas com os recursos públicos transferidos a título de subvenção social, bem como dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras. Tampouco o fez a SESNI, que não apresentou alegações de defesa" (item 11, fl. 181). No mesmo sentido, o Exmo Ministro-Relator mencionou que "em todos os processos mencionados pela instrução, assim como nos presentes autos, não foram encontrados elementos suficientes que permitissem inferir a lisura no trato dos recursos públicos recebidos pela Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu/SESNI-RJ".

IV - PROPOSTA

26. Ante o exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

a) com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443, de 1992, e no art. 285 do RITCU, seja conhecido o presente Recurso de Reconsideração para, no mérito, ser-lhe negado provimento, mantendo o Acórdão nº 410/2005 - TCU - 2ª Câmara nos seus exatos termos;

b) *que sejam os recorrentes comunicados da deliberação que vier a ser adotada por esta Corte."*

É o relatório.

VOTO

Concordo na íntegra com a análise feita pela Serur e incorporo os argumentos utilizados às minhas razões de decidir.

2. Em nenhum momento, ao longo do processo, os interessados demonstraram a regular utilização dos recursos recebidos a título de subvenção social. Tampouco conseguiram fazê-lo no recurso que ora se analisa. Ressalto, nesse sentido, alguns aspectos destacados no relatório do Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, relator *a quo* deste processo:

- *"os elementos obtidos pela equipe de auditoria e fornecidos pela instituição não garantem que tais recursos, bem como seus rendimentos, foram revertidos em atendimentos filantrópicos ou assistência à população e, se realizados, não foram devidamente registrados e contabilizados"*

- *"como já comentado, o Sr. Fábio Gonçalves Raunheitti não trouxe aos autos qualquer documento comprobatório das despesas efetuadas com recursos públicos transferidos a título de subvenção social, bem como dos rendimentos auferidos em aplicações financeiras"*

3. Inspeção realizada por este Tribunal detectou, no que tange ao presente convênio, que 14 dias após o recebimento dos recursos houve a retirada do valor total repassado e que tal importância foi depositada na conta corrente da Sociedade de Proteção à Infância e Maternidade de Mesquita, instituição que era dirigida pela vice-presidente do Sesni (fl. 28, v.p).

4. Assim, não tendo sido apresentados argumentos capazes de demonstrar a correta utilização dos recursos federais recebidos, não deve ser dado provimento ao presente recurso de reconsideração, mantendo-se, na íntegra, o acórdão recorrido.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

UBIRATAN AGUIAR
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 843/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-003.923/1999-1 - c/ 2 volumes
2. Grupo I – Classe – I - Recurso de Reconsideração
3. Interessados: Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu – SESNI (CNPJ nº 30.834.196/0001-80) e Fábio Gonçalves Raunheitti (CPF nº 380.101.787-72)
4. Entidade: Hospital Escola São José/SESNI-RJ
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
5.1. Relator da deliberação recorrida: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira
7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/RJ
8. Advogados constituídos nos autos: Pedro Américo Rios Gonçalves (OAB/RJ nº 95.806) e José Eduardo Albuquerque (OAB/RJ nº 87.905)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam do recurso de reconsideração interposto pela Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu - SESNI e pelo Sr. Fábio Gonçalves Raunheitti contra o Acórdão nº 410/2005-TCU-2ª Câmara, que julgou as contas dos interessados irregulares, condenando-

lhes de forma solidária ao pagamento da quantia, em valores originais, de NCz$ 3.500.000,00, em virtude de irregularidades na utilização de recursos repassados ao Hospital Escola São José, mantido pela Sesni.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 31, 32 e 33 da Lei n.º 8.443/92 c/c os arts. 277 e 285 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0843-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
na Presidência

UBIRATAN AGUIAR
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE I – 2ª Câmara
TC-000.273/2002-4 - c/ 01 anexo
Natureza: Recurso de Reconsideração
Entidade: Conselho Regional de Química - CRQ- 4ª Região (SP e MS).
Interessados: CRQ-4ª Região (CNPJ nº 62.624.580/0001-45) e José Glauco Grandi (CPF nº 007.245.648-53)
Advogado: não há

Sumário: PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA. RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. INCABÍVEL APLICAÇÃO DE MULTA A RESPONSÁVEL JÁ FALECIDO. INOBSERVÂNCIA DE CLÁUSULA DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. RECURSO CONHECIDO. PROVIMENTO PARCIAL.

1. Nos termos do art. 5º, XLV, da Constituição Federal nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Extinção da punibilidade em decorrência da morte do agente responsável.

2. Impossibilidade de invocação de direito adquirido em decorrência da concessão de benefício contrário ao Acordo Coletivo de Trabalho celebrado. Direito adquirido decorre da concessão de benefícios sob amparo legal.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução da lavra do ACE Luiz Torres de Abreu Neto, que foi devidamente acolhida pelos dirigentes da Serur e pelo representante do Ministério Público junto ao Tribunal.

"Trata-se de Recurso de Reconsideração (fls. 1/10, deste anexo), acompanhado de documentos (fls. 11/28), interposto pelo Sr. José Glauco Grandi e pelo Conselho Regional de Química da 4ª Região – CRQ-IV –, neste ato representado pelo atual Presidente, Sr. Manlio Deodocio de Augustinis, contra o Acórdão n. 326/2005-TCU-2ª Câmara, Ata n. 9/2005, Sessão Extraordinária de 15/3/2005 (fls. 317/318 do volume principal – v.p.), pelo qual este Tribunal, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, 23, inciso III, alínea "a", e 58, inciso I, da Lei n. 8.443, de 16/7/1992, entre outras medidas, julgou irregulares as contas do Sr. Olavo de Queiroz Guimarães Filho, aplicou-lhe

*multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em razão da aquisição de um veículo **Chrysler Grand Caravan SE**, prescindindo da realização de certame licitatório prévio e sem amparo nas hipóteses de contratação direta previstas no Estatuto Licitatório, e determinou ao Conselho que, em relação ao plano de saúde contratado em prol de seus funcionários, cumpra rigorosamente a forma de custeio/ressarcimento estabelecida nos acordos coletivos de trabalho, procedendo, caso ainda não tenha feito, o desconto nos vencimentos dos beneficiados à razão de 1/3 (um terço) dos valores a serem futuramente pagos pela Entidade.*

ADMISSIBILIDADE

2. O exame preliminar de admissibilidade da peça (fl. 30), ratificado à fl. 32 pelo Ex.^{mo} Ministro Relator, conclui pelo conhecimento do recurso, eis que preenchidos os requisitos processuais aplicáveis à espécie.

MÉRITO

3. Seguem as argumentações do reclamante, de forma sintética, e as respectivas análises.

*4. **Argumento** (fl. 2). Quanto à aplicação de multa ao Sr. Olavo de Queiroz Guimarães Filho, os recorrentes juntam cópia da Certidão de Óbito daquele responsável (fl. 12) e, com base em jurisprudência desta Corte de Contas que reconhece o caráter personalíssimo de tal medida punitiva, requerem o seu cancelamento, tornando insubsistente a condenação.*

*5. **Análise**. A Certidão de Óbito juntada aos autos mostra que o Sr. Olavo de Queiroz Guimarães Filho faleceu em 27/12/2003, antes, portanto, da prolação do Acórdão n. 326/2005-2ª Câmara, que se deu em 15/3/2005, razão pela qual devem ser declarados insubsistentes os itens 9.2 e 9.3 da citada deliberação, pelos quais este Tribunal aplicou a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00, e autorizou a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação.*

*5.1. No entanto, tendo o Sr. Olavo de Queiroz Guimarães Filho, após regular audiência (fl. 144, v.p.), apresentado razões de justificativas (fls. 230/233 do mesmo volume), o juízo formado no âmbito deste Tribunal a respeito das contas do responsável – item 9.1 do **decisum** –, mesmo tendo ocorrido após seu falecimento, deve ser mantido em seus exatos termos, haja vista não ser destinatário do julgamento proferido apenas o responsável pelas contas, mas também a sociedade, à qual deve ser dada satisfação de como foram aplicados os recursos, que em última instância, lhe pertencem.*

*6. **Argumento** (fls. 2/5). Os responsáveis e interessados foram ouvidos apenas em razão da ilegalidade na contratação de plano de saúde para os empregados do CRQ-IV – ilegalidade esta que, inclusive, restou afastada –, mas não tiveram oportunidade de apresentar justificativas sobre a questão objeto da determinação constante do item 9.5.1 do Acórdão recorrido – que o Conselho, em relação ao plano de saúde contratado em prol de seus funcionários, adote medidas no sentido de cumprir rigorosamente a forma de custeio/ressarcimento estabelecida nos acordos coletivos de trabalho, procedendo, caso ainda não tenha feito, o desconto nos vencimentos dos beneficiados à razão de 1/3 (um terço) dos valores a serem futuramente pagos pela Entidade.*

*7. **Análise**. Esse argumento esbarra na pacífica jurisprudência do TCU, segundo a qual a ausência de citação ou audiência de servidores atingidos indiretamente por determinação proferida em processos de competência desta Corte não configura violação ao contraditório e à ampla defesa, valendo citar, nesse sentido, a Decisão n. 77/2001-1ª Câmara e os Acórdãos ns. 213/2003, 334/2003, 545/2004 e 357/2005, todos do Plenário.*

*8. **Argumento** (fls. 5/10). Ainda no que respeita à determinação tratada acima – item 9.5.1 da Deliberação guerreada –, os reclamantes alegam que o desconto efetivamente praticado – R$ 1,00 (um real) ao mês, por cada beneficiário principal – é direito adquirido dos funcionários e que, em conseqüência, caso se proceda ao desconto previsto nos acordos coletivos de trabalho, poderão surgir litígios trabalhistas, sem contar a possibilidade de evasão de funcionários qualificados em busca de melhores vantagens e de inadimplência daqueles que já assumiram obrigações financeiras, comprometendo seus salários.*

8.1. Citando lição doutrinária, acrescentam os recorrentes que, sendo os acordos coletivos instrumentos que visam estabelecer direitos e condições mínimas para os empregados, vinculando os empregadores, a estes não é vedada concessão de maiores benefícios – vez que se trata de ato discricionário – e, caso conceda-os, a eles também se vinculam.

8.2. Também alegam os reclamantes que, ao não descontar de seus empregados o correspondente a 1/3 a título de contribuição para o custeio do plano de saúde, o Conselho Regional visa compensar outras reivindicações trabalhistas, especialmente referentes a aumentos salariais e a outras vantagens e

benefícios que, se atendidas, seriam mais onerosas à Entidade, haja vista os encargos trabalhistas e sociais que sobre eles incidiriam.

8.3. Por fim, somando aos demais argumentos o fato de que os recursos destinados a tal despesa sempre estiveram devidamente previstos em dotação orçamentária própria, não tendo ocorrido déficit que justificasse o desconto integral de 1/3 (um terço), os recorrentes alegam não ser ilegal ou antieconômico o critério de desconto adotado, mas sim "um típico ato discricionário de gestão financeira (...) imprescindível em se tratando de negociação de relação de emprego em que se deve conciliar os recursos à disposição para gastos com pessoal com a boa qualidade do recrutamento e a manutenção de um quadro de empregados capacitados." (fl. 9).

*9. **Análise**. Sendo o contrato coletivo de trabalho instrumento à disposição de empregados e empregadores para que eles, sem necessidade de recorrer ao judiciário e valendo-se do consentimento mútuo, convirjam a um ponto de interesse comum a ambas as partes, não se mostra razoável aceitar que o benefício concedido pelo CRQ-IV, além do que foi estipulado por meio de acordo daquela espécie, se justifique por "*outras reivindicações de seus empregados*" (fl. 7), mesmo porque, ainda que houvesse a comprovação da superveniência de fato novo ou de acontecimento imprevisto que tenha modificado substancialmente as condições de trabalho e que, por conseguinte, reclamasse a revisão do acordo coletivo firmado – fato que não se verifica nos presentes autos –, esse ato de revisão estaria "*subordinado, em qualquer caso, à aprovação de Assembléia Geral dos Sindicatos convenentes ou partes acordantes*", sem prejuízo da entrega do instrumento, para fins de registro e arquivamento, na repartição em que o acordo original foi depositado – art. 615, **caput** e § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT –, mormente em se tratando de ente da Administração Pública, à qual é vedado prescindir de formalidades expressamente previstas em lei.*

9.1. Em vista disso, e considerando que o poder discricionário, citado pelos recorrentes em respaldo de seus argumentos, não é absoluto e deve submeter-se aos limites legais impostos, a exemplo das mencionadas formalidades para a revisão de acordos e convenções coletivas de trabalho, mostra-se acertada a decisão desta Corte de Contas em determinar ao Conselho que, em relação ao plano de saúde contratado em prol de seus funcionários, adote medidas no sentido de cumprir rigorosamente a forma de custeio/ressarcimento estabelecida nos acordos coletivos de trabalho.

*9.2. Outra limitação imposta ao poder discricionário dos responsáveis refere-se à indisponibilidade do interesse público, insculpida na própria CLT, especificamente em seu art. 8º, **in verbis**:*

"As autoridades administrativas e a Justiça do Trabalho, na falta de disposições legais ou contratuais, decidirão, conforme o caso, pela jurisprudência, por analogia, por eqüidade e outros princípios e normas gerais de direito, principalmente do direito do trabalho, e, ainda, de acordo com os usos e costumes, do direito comparado, mas sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público." (destaques não constam no original).

9.3. Aliás, vale ressaltar que a determinação questionada pelos recorrentes está em consonância com o artigo supratranscrito, pois, por meio dela, diante da falta de disposição legal ou contratual para que o CRQ-IV proceda ao desconto de apenas R$ 1,00 sobre os salários dos empregados do CRQ-IV para fins de custeio de plano de saúde, este Tribunal, não só resguardou o interesse público, como o fez de maneira equânime, uma vez que existe no âmbito das empresas estatais limite para tal custeio, por parte dos entes patrocinadores, limite este que, muito embora não se dirija aos Conselhos de Química, demonstra a desarrazoabilidade e a conseqüente antieconomicidade da prática adotada no CRQ-IV para pagamento de planos de saúde de seus empregados, os quais se sujeitam ao mesmo regime empregatício daquelas estatais.

*9.4. Eis o que dispõe o art. 1º, **caput**, § 1º e parágrafo único, da Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais n. 9, de 08/10/1996:*

"Art. 1° Estabelecer que os dirigentes das empresas públicas, sociedade de economia mista e suas controladas e quaisquer outras entidades controladas, direta ou indiretamente pela União, promovam alterações nos seus regulamentos internos de pessoal e planos de cargos e salários, ressalvados os direitos adquiridos na forma da legislação vigente, com vistas a:

(...)

VI - estabelecer que a participação da empresa no total dos gastos com o custeio de planos de saúde, de seguro de vida e de outras vantagens assemelhadas oferecidas, não poderá exceder a 50% (cinqüenta por cento).

Parágrafo único. As demais vantagens incluídas em Acordos Coletivos de Trabalho - ACT, divergentes do disposto neste artigo, deverão ser ajustadas quando da sua renovação."

9.5. Com base no entendimento sustentado acima, nos itens 9.2 a 9.4, evidencia-se a improcedência da alegação segundo a qual ao CRQ-IV permite-se a concessão de benefícios além do que estiver acordado em acordo coletivo de trabalho, uma vez que, não obstante as relações de trabalho daquele Conselho sejam regidas pela CLT, suas decisões, devido à natureza autárquica da Entidade, sujeitam-se aos princípios da Administração Pública, em especial aos da razoabilidade e indisponibilidade do interesse público, os quais tornam injustificável o desconto irrisório de R$ 1,00 apontado nestes autos.

9.6. No que respeita ao direito adquirido invocado no Recurso em favor dos empregados do CRQ-IV, dos quais já vem sendo descontado R$ 1,00 por mês, cabe, inicialmente, esclarecer que, no caso específico sob análise, esse instituto a eles não se aplica, pois, embora este Tribunal o reconheça em favor de celetistas pagos com recursos públicos – a exemplo das Decisões ns. 600/1994 e 190/1995, ambas do Plenário, e dos Acórdãos ns. 384/2000-1ª Câmara e 1.902/2003-Plenário –, tal aplicação se restringe aos benefícios concedidos sob amparo legal, requisito este inexistente no presente caso, haja vista o não-cumprimento das formalidades exigidas pelo ***caput*** *e pelo § 1º do art. 615 da CLT.*

9.7. De outro lado, ainda que se reconhecesse o direito adquirido ao desconto de apenas R$ 1,00 ao mês – o que se admite somente para argumentar –, verifica-se que, sendo a forma de custeio um ato acessório, cujo principal é a concessão de plano de saúde, a extinção deste – possível, haja vista se tratar de benefício previsto em acordo coletivo de trabalho, o qual tem prazo de vigência máximo de dois anos, em razão do que determina o art. 614, § 3º, da CLT – obrigatoriamente acarretaria a extinção daquele, razão pela qual o CRQ-IV deve ser alertado de que a determinação a ele dirigida para que "cumpra, rigorosamente, a forma de custeio/ressarcimento estabelecida nos Acordos Coletivos de Trabalho em relação ao Plano de Saúde contratado em favor de seus funcionários, procedendo, caso ainda não o tenha feito, o desconto nos vencimentos dos mesmos à razão de 1/3 (um terço) dos valores a serem futuramente pagos pela Entidade" (item 9.5.1 do ***decisum*** *recorrido, fl. 317, v.p.), inclui providências no sentido de não prorrogar o Acordo em vigência, para que, caso a Justiça Trabalhista reconheça como direito adquirido o desconto de R$ 1,00 ao mês, tal prorrogação não englobe essa vantagem.*

9.8. Corroborando a possibilidade de extinção de benefícios previstos em convenções ou acordos coletivos de trabalho, vale transcrever o entendimento de Valentin Carrion, segundo o qual:

*"O STF, na ADIn 2.081-1, indeferiu liminar em 21.10.99, mantendo a eficácia da MP 1.875-55, art. 19 (...), que garantia a vigência de cláusulas de acordo e convenções coletivas de trabalho <u>até que fossem firmados novos instrumentos normativos entre as partes</u>. A permanência de tais vantagens: a doutrina européia, uma parte da brasileira e o TST (Súmula 277) recusam essa sobrevida; (...) O argumento de que todas as vantagens se integram definitivamente ao patrimônio do empregado é verdadeiro apenas em parte, pois, tratando-se de norma provisória (a termo) e de alteração promovida pela fonte de direito que a instituiu e não mero capricho do empregador, o princípio se enfraquece. (...) <u>As novas tendências, consistentes na adaptação da realidade da produção à possível flexibilização, levam a considerar revogadas todas as normas das convenções anteriores, sem exceção</u>. (...) Em certo modo, a CF, autorizando a redução do salário, o mais delicado dos direitos (art. 7º, VI), mediante convenção ou acordo coletivo, evidencia esse entendimento;" (destaques não constam no original) (****in*** *Comentário à Consolidação das Leis do Trabalho, Editora Saraiva, 27ª edição, 2002, pp. 453/454).*

9.9. Vale também apontar que, ainda que se reconheça – novamente apenas para argumentar – o alegado direito adquirido e que ele não se extinga com o fim da vigência do acordo coletivo, a determinação do TCU alcançará os contratos de trabalho firmados de agora em diante, em razão da Súmula/TST n. 51, segundo a qual "As cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento."

9.10. Refuta-se, portanto, em vista dos elementos fáticos e jurídicos apresentados, aliados ao entendimento doutrinário trazido aos autos, o argumento sob análise.

CONCLUSÃO

10. À vista do exposto, eleva-se o assunto à consideração superior, propondo:

a) conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Glauco Grandi e pelo Conselho Regional de Química da 4ª Região, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei n. 8.443/1992,

para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando insubsistentes os itens 9.2 e 9.3 do Acórdão n. 326/2005-TCU-2ª Câmara e mantendo-se inalterados seus demais itens; e

b) comunicar os recorrentes acerca da deliberação que vier a ser adotada por esta Corte, alertando o Conselho Regional de Química da 4ª Região de que a determinação contida no item 9.5.1 do Acórdão n. 326/2005-TCU-2ª Câmara, a ele dirigida, inclui a adoção de providências no sentido de não prorrogar o Acordo Coletivo de Trabalho ora em vigência, ainda que seja firmado outro de idêntico teor, no intuito de evitar que tal prorrogação englobe o desconto de R$ 1,00 ao mês sobre os vencimentos dos empregados do Conselho para custeio de plano de saúde, caso a Justiça Trabalhista reconheça essa possibilidade como direito adquirido."

VOTO

Registro preliminarmente que o recurso de reconsideração interposto pelo Conselho Regional de Química da 4ª Região e pelo Sr. José Glauco Grandi contra o Acórdão nº 326/2005-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 15/03/2005, preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 32, I, e 33 da Lei nº 8.443/92, razão pela qual deve ser conhecido por esta Corte.

2. No mérito, manifesto-me de acordo com os pareceres precedentes no sentido de dar provimento parcial ao recurso para tornar insubsistentes os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 326/2005-2ª Câmara, tendo em vista que o falecimento do Sr. Olavo Queiroz Guimarães ocorreu em 27/12/2003, antes, portanto, da decisão que lhe imputou multa, nos termos da jurisprudência desta Casa.

3. Conforme destacado pelo representante do Ministério Público, a doutrina penalista, esclarece que *"a 'extinção da punibilidade no caso de morte do agente decorre de dois princípios básicos: **mors omnia solvit** (a morte tudo apaga) e o de que nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente (art. 5º, XLV, 1ª parte, da CF)' (Fernando Capez, Curso de Direito Penal – Parte Geral, Saraiva, São Paulo, 2005, p. 518)."*

4. Acolho como razões de decidir as análises efetivadas pela Unidade Técnica quanto aos argumentos apresentados no recurso objetivando alterar a determinação encaminhada ao Conselho e contida no subitem 9.5.1 do Acórdão nº 326/2005, no sentido de *"cumprir, rigorosamente, a forma custeio/ressarcimento estabelecida nos Acordos Coletivos de Trabalho em relação ao Plano de Saúde contratado em benefício de seus funcionários, procedendo, caso ainda não tenha sido feito, o desconto nos vencimentos dos mesmos à razão de 1/3 (um terço) dos valores a serem futuramente pagos pela Entidade."*

5. Incorporo ainda às minhas razões de decidir as seguintes considerações empreendidas pelo representante do Ministério Público junto a esta Corte sobre a determinação proferida pelo Tribunal:

"6. Como salientou a instrução, a jurisprudência desta Corte sinaliza para a não-configuração de desrespeito ao contraditório, em situação consubstanciada na falta de citação ou de audiência de pessoas atingidas por determinação porventura exarada em Acórdão.

7. Quanto ao mérito, o desconto irrisório de um real, a concessão de benefícios além do previsto em acordo coletivo de trabalho, a necessidade de respeito, por parte do Conselho, aos princípios aplicáveis à Administração Pública, a inevitável conclusão de que os valores descontados são absolutamente insignificantes para o custeio do plano de saúde, tudo isso ofende aos princípios da razoabilidade, da economicidade e da moralidade pública.

8. O direito adquirido decorreria da concessão de benefícios sob amparo legal, o que não se observa neste caso. Note-se que o desconto de um real como direito adquirido, caso assim fosse reconhecido pela Justiça do Trabalho, prevaleceria somente durante a vigência do acordo coletivo de trabalho, que tem prazo de vigência máxima de dois anos."

6. Deixo de acolher a proposta da Unidade Técnica, endossada pelo representante do Ministério Público, no sentido de se alertar o Presidente do Conselho quanto à não prorrogação de acordo coletivo de trabalho em vigência, em vista do que se segue.

7. Nos termos dos Acordos Coletivos de Trabalho, relativos ao período de maio/95 a abril/2001, inseridos nos autos por cópia, o Conselho forneceria assistência médica a seus funcionários e dependentes diretos, com direito a desconto de 1/3 (um terço) do valor pago. No entanto verificou-se que os valores pagos pela Entidade eram ressarcidos pelos empregados à razão de R$1,00 (um real) mês, por beneficiário principal.

8. Vê-se assim que a determinação expedida pelo Tribunal busca exatamente o cumprimento de cláusula do acordo. Assim, deve o Conselho adotar, caso ainda não tenham sido tomadas, as providências necessárias à efetivação dos descontos nos salários dos empregados, do valor correspondente a 1/3 das despesas incorridas com a assistência médica do beneficiário direto e de seus dependentes, a partir da data da ciência do Acórdão nº 326/2005-2ª C.

9. Não há nos autos informações de que o acordo coletivo, atualmente em vigor, tenha previsão de assistência médica para os empregados do Conselho nos moldes dos acordos examinados neste processo, com o desconto nos termos impugnados, ou de que tenha previsão de desconto na remuneração dos empregados à razão de R$ 1,00 (um real) mês, por beneficiário principal.

10. Acresça-se a isso que consta do *site* do CRQ-4ª Região, no Informativo – edição setembro/outubro de 2005, informações sobre o convênio celebrado entre o Conselho e o Sindicato dos Profissionais de Química de São Paulo possibilitando aos profissionais vinculados às duas entidades a aquisição de planos de saúde administrados pela Dix Amico.

Ante o exposto, e de acordo no essencial com os pareceres proferidos nos autos, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

UBIRATAN AGUIAR
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 844/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-000.273/2002-4 - c/ 1 anexo
2. Grupo I – Classe I – Recurso de Reconsideração
3. Interessados: CRQ-4ª Região (CNPJ nº 62.624.580/0001-45) e José Glauco Grandi (CPF nº 007.245.648-53)
4. Entidade: Conselho Regional de Química da 4ª Região – SP e MS
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Secex/SP e Serur
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto contra os subitens 9.2, 9.3 e 9.5.1 do Acórdão nº 326/2005-2ª Câmara, por meio do qual as contas do Sr. Olavo de Queiroz Guimarães Filho foram julgadas irregulares, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, "b", da Lei nº 8.443/92, tendo sido aplicada ao responsável a multa prevista no art. 58, I, da citada lei, bem como expediu-se determinação ao Conselho para "*cumprir, rigorosamente, a forma custeio/ressarcimento estabelecida nos Acordos Coletivos de Trabalho em relação ao Plano de Saúde contratado em benefício de seus funcionários, procedendo, caso ainda não tenha feito, o desconto no salário dos mesmos à razão de 1/3 (um terço) dos valores a serem futuramente pagos pela Entidade*".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 31, 32, I, e 33 da Lei n.º 8.443/92 c/c os arts. 277, I, e 285 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pelo Sr. José Glauco Grandi e pelo Conselho Regional de Química da 4ª Região, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, tornando insubsistentes os subitens 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 326/2005-TCU-2ª Câmara e mantendo-se inalterados seus demais itens; e

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0844-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
na Presidência

UBIRATAN AGUIAR
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE I – 2ª Câmara
TC-001.531/2004-1 - c/ 3 volumes e 22 anexos (estes c/ 2 volumes)
Natureza: Pedido de Reexame
Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro – CRC/RJ

Interessados: Conselho Federal de Odontologia – CFO, Conselho Regional de Odontologia do Amazonas – CRO/AM, Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro – CRO/RJ, Conselho Regional de Odontologia do Pará – CRO/PA, Conselho Regional de Odontologia do Amapá – CRO/AP, Conselho Regional de Odontologia de Rondônia – CRO/RO, Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul – CRO/MS, Conselho Federal de Administração – CFA, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Conselho Regional de Medicina da Bahia – CREMEB, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas – CREA/AM, Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte, CRF/RN, Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão – CRMV/MA.

Advogados: Mauro de Siqueira Queiroz (OAB/AM nº 2.360) e Antônio César Cavalcanti Júnior (OAB/DF 1617-A)

Sumário: Pedidos de Reexame. Obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização das atividades profissionais realizarem concurso público para admissão de seus funcionários. Matéria já amplamente discutida pelo Tribunal. Adoção da data de 18/5/2001, data de publicação do julgamento pelo STF no MS 21.797-7, como marco temporal para efeito de julgamento das contas e de anulação das nomeações feitas sem prévio concurso. Conhecimento dos recursos. Provimento negado. Ciência aos interessados. Encaminhamento dos autos ao gabinete do Relator *a quo*, para deliberação acerca das manifestações feitas por alguns conselhos no processo.

RELATÓRIO

Cuidam os autos dos Pedidos de Reexame interpostos pelos conselhos acima nominados, contra determinação feita no Acórdão nº 1.212/2004-2ª Câmara, no que tange à necessidade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas realizarem concursos públicos para admissão de pessoal e quanto à fixação de prazo para a rescisão dos contratos de trabalho firmados a partir de 18/5/2001, sem a prévia realização de concurso público.

2. A Serur fez a análise dos recursos nos seguintes termos (fls. 46/63, v.3):

"3. Irresignados, os mencionados Recorrentes interpuseram peças recursais no intuito de reformar o mencionado Acórdão, com pedidos pertinentes aos seus desideratos, conforme análise a seguir engendrada.

4. Vale noticiar que a CRF/RN e a CRF/PA-AP opuseram Embargos de Declaração em face do Acórdão nº 1.212/2004-TCU-2ª Câmara, anexos 5 e 6, respectivamente; tendo este Tribunal, por meio do Acórdão nº 230/2005-TCU-2ª Câmara, Sessão de 3/3/2005, conhecido dos recursos, para, no mérito, rejeitá-los, tendo em vista que não se verificaram obscuridade, omissão ou contradição no Acórdão atacado.

5. Registramos, ainda, que o Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, em atendimento à determinação contida no item 3 do Acórdão nº 1.212/2004-TCU-2ª Câmara, informa, por

meio do Ofício nº 009/2005/CFMV-PR, de 4/1/2005, fl. 1, anexo 22, que solicitou aos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária-CRMVs os esclarecimentos acerca das providências adotadas em razão da contratação irregular de pessoal.

5.1 Encaminha, o CFMV, os expedientes dos Regionais que responderam sobre o assunto. Contudo, conforme informação aposta no expediente do CFMV, somente foram recepcionados, em 7/1/2005, na 5ª Secex, documentos relativos ao CRMV de Mato Grosso-MT, anexo 22, e vol.1 e 2 do anexo 22. Assim, não se tratando de recurso, propomos que, após o julgamento dos recursos ora analisados, os autos sejam encaminhados ao relator a quo para as providências cabíveis quanto à documentação remetida pela CFMV.

6. Relatamos, também, que o CREMESP, anexo 17, e o CORE/MA, anexo 23, solicitam a dilação do prazo para cumprimento da determinação deste Tribunal. Conforme registrado no Voto condutor do Acórdão nº 230/2005-TCU-2ª Câmara, fl. 132, vol. 3, o pedido do CREMESP, de prorrogação do prazo para o cumprimento da determinação desta Corte, possui ânimo de alterar o decisum, motivo pelo qual entendeu o Relator tratar-se de Pedido de Reexame.

6.1 Discordamos, contudo, desse posicionamento, porque a jurisprudência deste Tribunal é larga no sentido de, apesar da ausência de normativo específico, aceitar tais pleitos como solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento de determinações, e não como recurso. Citamos, a exemplificar, os Acórdãos nºs 169/2004, 349/2004, 1405/2004 e 960/2005, todos do Plenário, e o Acórdão nº 438/2004-2ª Câmara. Esclarecedor, sobre o assunto, é o seguinte trecho do Acórdão nº 960/2005-Plenário:

(...)

2. Nesta assentada, aprecia-se um pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de determinações e recomendações formuladas por este Plenário. Apesar de inexistir previsão regimental expressa para esse tipo de pleito, o TCU vem construindo sólida jurisprudência no sentido de conhecer dessas solicitações e, caso os argumentos apresentados sejam relevantes, autorizar a ampliação de prazo postulada.

3. Nesse sentido, o Plenário desta Corte exarou, por exemplo, os Acórdãos nº 1.571/2003 (Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), nº 1.068/2004 (Relator: Ministro Marcos Vinicios Vilaça), nº 2.019/2004 (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues) e nº 2.074/2004 (Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti).

4. Ressalto que essa jurisprudência homenageia os princípios típicos do processo administrativo, o qual se pauta pela busca da verdade material e pela consecução do interesse público.

(...).

6.2 Assim, somos de opinião que os autos sejam remetidos, após o julgamento dos presentes recursos, ao Relator a quo para que aprecie os pedidos em questão.

II – Admissibilidade

7. Os preliminares exames de admissibilidade dos recursos interpostos, aos quais nos filiamos, foram no sentido de conhecê-los como Pedidos de Reexame, conforme vol. 2, fl. 30, anexo 1, fl. 23, anexo 2, fl. 28, anexo 8, fl. 3, anexo 10, fl. 27, anexo 15, fl. 28, anexo 16, fl. 80, anexo 24, fl. 24, anexo 25, fl. 22, e anexo 26, fl. 17, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443, de 16/7/1992. O Ministro-Relator deste feito, em Despacho de 5/9/2005, conheceu dos recursos e determinou o encaminhamento dos autos a esta Secretaria, para instrução.

8. Registramos que não foram realizados o exame preliminar de admissibilidade do Pedido de Reexame do CRO/PA, anexo 7. Entendemos, contudo, que esse recurso deva também ser conhecido, com fundamentação na legislação já citada, tendo em vista preencher os requisitos legais de admissibilidade.

9. Expomos, outrossim, que os expedientes do CFC, anexo 9, e do CREMEB, anexo 11, ainda que não realizados os devidos exames de admissibilidade, mas em nome do princípio do formalismo moderado, poderiam ser conhecidos como Pedidos de Reexame, pois versam sobre interpretações concernentes ao Acórdão nº 1.212/2004-TCU-2ª Câmara, atacando diretamente o mérito da mencionada decisão.

9.1 No Voto condutor do Acórdão nº 230/2005-TCU-2ª Câmara, já citado nesta instrução, o Relator a quo compreendeu que a solicitação do CREMEB, relativa à data inicial para a realização de concurso público para o ingresso naquele Conselho, deveria ser apreciada pelo Relator ad quem. Da mesma forma, entendemos que o expediente do CFC, que questiona o marco a partir do qual o ingresso

nos conselhos profissionais deverá ser por concurso público, também deveria ser conhecido como Pedido de Reexame, uma vez que ambos preenchem os requisitos legais de admissibilidade, além da observância do princípio do formalismo moderado.

III- Mérito

10. A seguir, efetuamos a síntese da argumentação apresentada, com a devida análise, agrupando os Recorrentes nos pontos que forem convergentes, tendo em vista que a maioria dos recursos interpostos apresenta idênticos argumentos e em observância aos princípios da racionalidade administrativa e da celeridade processual.

11. Recorrentes – CFO, CRO/AM, CRO/RJ, CRO/PA, CRO/AP, CRO/RO, CRMV/MA e CRO/MS.

11.1 Argumentação – dizem os Recorrentes que o Supremo Tribunal Federal-STF não conheceu do Mandado de Segurança-MS nº 21.797-9 impetrado pelo Conselho Federal de Odontologia-CFO, o qual questionava a recomendação do TCU para que aquele Conselho aplicasse o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais-RJU aos seus funcionários. Alegam que a segurança não foi conhecida em razão de que o TCU apenas recomendava e não determinava a aplicação da Lei nº 8.112, de 1990; assim, continuam, o STF não se pronunciou acerca da obrigatoriedade ou não do concurso público para a admissão de seus funcionários, tampouco houve decisão sobre qual regime esses estariam sujeitos.

11.2 Informam que, de outro modo, o STF, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI, suspendeu os efeitos do art. 58 da Lei nº 9.649, de 28/5/1998, exceto o § 3º do citado artigo, por considerar prejudicada a ação nesse ponto. Asseveram que a manutenção da eficácia do mencionado parágrafo confirma que os seus empregados são regidos pela legislação trabalhista e não pelo RJU.

11.3 Transcrevem parecer da lavra de Consultor da República para demonstrar a diferença entre os conselhos profissionais e as demais entidades autárquicas, mencionando que esse trabalho concluiu que as entidades de fiscalização de profissão, autarquias peculiares, são regidas pelas respectivas leis criadoras, não se submetendo à regulamentação própria dos servidores públicos. Ressalvam que o referido parecer foi homologado e subscrito pelo então Consultor Geral da República, obtendo a concordância do Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência, adquirindo, nos termos do § 2º do art. 22 do Decreto nº 92.889, de 7/7/1986, caráter normativo para a Administração Federal. Reproduzem o Voto do ex-Ministro do TST, Roberto Della Manna, nos autos do Recurso de Revista-RR – 50.08/92, e afirmam que esse Voto foi no mesmo tom do citado parecer.

11.4 Apresentam o art. 1º do Decreto-Lei nº 968, de 13/10/1969, como base legal para o entendimento de que as entidades de fiscalização profissional regulam-se pelas respectivas legislações, não se lhes aplicando as normas sobre pessoal das autarquias federais. Enfatizam que o mencionado Decreto-Lei não foi revogado pela Lei nº 8.112/1990, e dizem que o entendimento do STF, em sede do Recurso Ordinário-RO em MS nº 20.976-3, é que o Decreto-Lei nº 968, de 1969, mesmo após o advento da Constituição de 1998, encontra-se em pleno vigor. Mencionam que apenas o parágrafo único do art. 1º foi revogado pelo Decreto-Lei nº 2.296, de 1986.

11.5 Concernente ao tema, transcrevem o Voto do Ministro Maurício Corrêa, do STF, proferido no MS nº 21.797-9, para concluírem que a realização do concurso público deve ser precedida pela criação do cargo ou emprego público por lei, fato que inexiste nos Conselhos de Odontologia. Nesse sentido, reproduzem trecho de obra do professor Diogenes Gasparine. Mencionam que tal obrigatoriedade deriva do art. 61, § 1º, II, "a", da Constituição Federal. Asseguram que os empregos dos Conselhos de Odontologia foram criados pelos seus administradores, logo, não são empregos públicos com a obrigatoriedade de concurso público.

11.6 Dizem que o art. 1º da Lei nº 9.962/2000 estabelece que leis específicas disporão sobre a criação dos empregos e as transformações no âmbito da Administração direta, autárquica e fundacional, não podendo haver aplicação imediata da referida lei, porque faltam as leis que regulamentarão a matéria. Ressaltam que, em qualquer conselho de fiscalização, nenhuma lei específica criou emprego público ou transformou os empregos celetistas em cargos ou empregos públicos, inviabilizando a realização de concurso público.

11.7 A exemplificar o que alegam, trazem aos autos 2 arestos do Tribunal Regional Federal-TRF 2ª Região (processos nºs 9802020087/RJ e 9902286631/RJ). Também transcrevem jurisprudência de Tribunais Regionais do Trabalho-TRTs e do Tribunal Superior do Trabalho-TST. Registram que o texto da Lei nº 9.289, de 4/7/1996, que dispõe que as entidades fiscalizadoras de exercício profissional terão

que arcar com as custas judiciais, comprova que o Legislador pátrio fez expressa diferenciação entre os conselhos profissionais e as demais autarquias.

11.8 Ultimam seus argumentos questionando o significado do termo "concurso público de forma simplificado" existente na determinação do Acórdão ora guerreado, e dizem inaptos a cumprir tal comando, porque, segundo alegam, sem norma reguladora, cada conselho de fiscalização terá uma forma própria de concurso simplificado, e assim, o caos total estará instalado. Entendem ser inviável a realização de concurso público simplificado, o qual deverá ser feito de acordo com a legislação pertinente, ou não poderá ser realizado, porque inexiste a forma simplificada.

11.9 Esperam que seus esclarecimentos tenham deixado claro a impossibilidade de realização de concurso público e de rescisão dos contratos firmados a partir de 18/5/2001, requerem, portanto, que este Tribunal reveja o seu posicionamento e não lhes imponha o cumprimento de tais procedimentos.

12. <u>Análise</u> – não deve prosperar a argumentação dos Recorrentes, visto encontrar-se distanciada da fundamentação do Acórdão guerreado. Ressaltamos que o tema tratado nestes autos (concurso público para admissão de pessoal nos conselhos de fiscalização profissional) há muito encontra-se pacificado por este Tribunal; citamos, por exemplo, os Acórdãos nºs 628/2003-Plenário, 814/2003-Plenário, 1281/2003-Plenário, 1509/2003-1ª Câmara, 1720/2003-Plenário e 341/2004-Plenário. Mais recentes, temos os Acórdãos nºs 393/2005, 1242/2005, 1243/2005, todos do Plenário, e 616/2005 e 1841/2005, ambos da 2º Câmara.

12.1 Assim, as questões levantas pelos Recorrentes não são inéditas, todas já foram suficientemente debatidas neste Casa. Percebe-se que o TCU sempre decidiu pela exigência constitucional (art. 37, II, da CF) do concurso público para a contratação dos empregados dos conselhos de fiscalização profissional. O que os Recorrentes questionam, na realidade, é a determinação concernente à rescisão dos contratos ilegalmente firmados a partir de 18/5/2001, data da publicação no Diário da Justiça do julgamento do mérito do Mandado de Segurança nº 21.797-9.

12.2 Tal determinação tem como base o confronto da legislação atinente à matéria, e consubstancia uma adoção de marco regulador à questão tratada nestes autos. Conforme depreende-se da leitura do Voto condutor do Acórdão nº 341/2004-TCU-Plenário, a fixação da data de 18/5/2001 revela-se uma solução mais benéfica para os administrados, e leva em consideração o princípio da boa-fé. Transcrevemos, abaixo, parte do mencionado Voto, per si esclarecedor:

(...)

Quanto ao marco temporal de exigibilidade de prévio concurso público para a admissão de funcionários nas citadas entidades, a jurisprudência desta Corte de Contas já sedimentou entendimento de que 18.5.2001 é a data a partir da qual não mais se tolera a contratação de funcionários pelos conselhos sem a observância do mandamento insculpido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal, sob pena de anulação dos atos de admissão e responsabilização dos gestores que a autorizaram. Nesse diapasão, perfilham, dentre outros, os seguintes Acórdãos: 814/2003, 1.281/2003 e 1.367/2003, todos do Plenário; 1.219/2003 e 1.221/2003, da 2ª Câmara. Referido termo refere-se à data de publicação no Diário de Justiça da deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do MS 21.797-9, que ratificou o posicionamento há muito defendido pelo TCU no sentido da exigência de os conselhos proverem seu quadro de pessoal por meio de prévio certame público.

Não seria acertada, portanto, que a fixação de termo a quo para a referida exigência constitucional recaísse na data de publicação no Diário Oficial do julgamento da Adin 1717, como levanta o consulente, pois a manifestação do STF veio a corroborar jurisprudência reiterada desta Corte de Contas quanto à natureza jurídica de direito público dessas entidades e a obrigatoriedade de sua submissão ao comando constitucional inscrito no art. 37, inciso II. A rigor, a declaração do Excelso Pretório em sede de controle abstrato tem eficácia retrooperante, impondo a desconstituição de todos os atos desconformes com a Lei Maior, desde a sua vigência em 5.10.1988. ***O TCU, ao estabelecer o marco inicial em 18.5.2001, adotou solução mais benéfica, protegendo as relações jurídicas estabelecidas ao abrigo de interpretação de lei dada pelos conselhos, preservando a boa fé dos administrados.***

(...). (Destacamos).

12.3 Realizada uma rápida digressão acerca do tema ora analisado, passemos ao exame do mérito dos argumentos dos Recorrentes. Relativamente ao julgamento do MS 21.797, ressaltamos que a aplicação do RJU aos empregados dos conselhos profissionais não é tema tratado nestes autos, portanto fora de propósito qualquer ligação daquela decisão com o Acórdão ora guerreado, até porque o TCU, no Acórdão nº 341/2004-Plenário, em resposta à consulta formulada pelo Presidente da Comissão Especial

de Reforma Trabalhista da Câmara dos Deputados, deliberou que os servidores dos conselhos profissionais nunca foram regidos pela Lei nº 8.112, 1990.

12.3.1 No entanto, entendemos descabida a alegação de que o STF, no mencionado MS 21.797, não se posicionou acerca a obrigação de concurso público aos admitidos pelos conselhos, porquanto esse tema não foi objeto da ação mandamental impetrada pelo CFO. Não poderia, consequentemente, o Supremo pronunciar-se sobre matéria não cogitada no MS. Independente desse fato, a deliberação do STF concernente à natureza autárquica dos conselhos profissionais, entendimento já esposado por esta Casa, resulta no dever dessas entidades ao cumprimento das normas gerais da Administração Pública, notadamente a observância do devido concurso público, insculpido no art. 37, II, da CF.

12.4 A argumentação sobre a necessidade de lei específica para os empregos existentes nos conselhos profissionais, sendo, portanto, impossível a realização de concurso público enquanto ausente tal norma, não se demonstra correta, porque, sendo os conselhos profissionais entidades autárquicas, reconhecido pelos próprios Recorrentes, todas as autarquias estão obrigadas ao cumprimento dos princípios e deveres constitucionais. Dado as especificidades dos conselhos de fiscalização profissional, especialmente a sua autonomia financeira e administrativa, desnecessário comando legal oriundo do Poder Executivo. Tema também já enfrentado por esta Casa, segundo podemos verificar no trecho do Voto condutor do Acórdão nº 359/2005-TCU-2ª Câmara:

7. Quanto a questão da necessidade de existência de lei para a fixação do quadro funcionais dos conselhos de fiscalização profissional, considero acertada a posição manifestada pelo Diretor da Serur, em seu parecer de fls. 44/49. De fato, tal exigência não se coaduna com as características específicas dos conselhos de fiscalização, haja vista seus poderes de autogestão e a sua independência orçamentária dos recursos da União. Enfatizo que este entendimento, de nenhuma forma, descaracteriza a necessidade de observância dos institutos de Direito Público pelos conselhos profissionais, consoante entendimento anteriormente firmado por esta Corte nas deliberações citadas no relatório.

12.5 O questionamento sobre o termo "concurso público de forma simplificada", contido na determinação do Acórdão recorrido, é insuficiente para inviabilizar a realização do devido concurso público na esfera dos conselhos profissionais. Basta um pouco de razoabilidade para entender o comando desta Corte. A realização de concurso público simplificado para ingresso nos mencionados conselhos deverá obedecer aos princípios norteadores da Administração Pública, sem, contudo, ter o mesmo rigor apresentado nos certames regidos pela Lei nº 8.112, de 1990.

12.5.1 Nesse sentido, temos o Acórdão nº 103/2005-TCU-Plenário, o qual reproduzimos, parcialmente, abaixo:

6. No que toca à contratação de 19 (dezenove) servidores sem a realização de concurso público, após a data de 18/05/2001 (oportunidade em que foi publicada, no diário de justiça, a decisão do Supremo Tribunal Federal relativa ao Mandado de Segurança 21.797-9), o entendimento da Casa é no sentido de que ditas contratações devem obedecer a um processo seletivo simplificado.

7. Esse proceder vem sendo continuamente recomendado por este Tribunal, eis que pacífica a compreensão, nesta Casa, de que as admissões de pessoal nos conselhos de fiscalização profissional sujeitam-se às disposições do art. 37, inciso II, da Constituição Federal. Cabe frisar que a exigência de concurso público simplificado, nesses casos, não se confunde como procedimento de habilitação para ingresso nos quadros do funcionalismo público, sob a égide da Lei 8.112/90, mas sim como requisito para relação trabalhista normal, ex labore, em âmbito de tais autarquias, que são considerados sui generis ou de natureza especial.

13. <u>Recorrente</u> - CFA.

13.1 <u>Argumentação</u> - relata que o Conselho Federal de Farmácia impetrou Reclamação no STF, sob nº 2886, distribuído em 22/10/2004, relator Ministro Joaquim Barbosa, com o TCU integrando o rol de Reclamados. Diz que a referida Reclamação tem como objetivo, entre outros, a consideração pelos conselhos profissionais, para os efeitos das determinações do Acórdão combatido, da data da publicação do julgamento da ADI nº 1717-6, que foi 28/3/2003, e não a data da publicação da decisão do MS nº 21.797-9. Assevera que seria temerário os Conselhos Federal e Regionais de Administração procederem as rescisões com base na data referente ao citado MS, visto que a matéria encontra-se sub judice e que o STF pode dar orientação diversa acerca das mencionadas datas. Solicita, por fim, que o TCU suste a determinação contida no Acórdão guerreado até o julgamento do mérito da mencionada Reclamação.

14. Análise – insustentáveis os argumentos e o pedido do Recorrente, tendo em vista que a Reclamação nº 2.886, impetrada no STF, não foi conhecida (julgamento em 5/9/2005 e publicação no Diário da Justiça em 13/9/2005), em razão da ausência dos requisitos legais para a sua admissibilidade. Dessa forma, a determinação desta Casa está correta e continua a prevalecer. Para melhor compreensão do tema, importa reproduzir o seguinte trecho da decisão do Ministro Joaquim Barbosa:

(...)

No caso, alega-se afronta à decisão proferida por esta Corte por ocasião do julgamento da ADI 1.717 bem como a aplicação indevida do acórdão resultante do julgamento do MS 21.797. No que concerne à alegação de inaplicabilidade ao reclamante da decisão proferida no MS 21.797, em razão de ter ela efeitos inter partes, não conheço da presente reclamação, por não vislumbrar os requisitos constitucionais para seu cabimento, quais sejam: usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal ou afronta à autoridade de decisão sua (art. 102, I, l, da Constituição). De fato, a eventual utilização dos fundamentos e/ou extensão dos efeitos de decisão proferida por esta Corte para casos análogos não caracterizam afronta à autoridade da decisão, a qual permanece válida e aplicada.

(...)

Ora, percebe-se claramente que não há afronta ao teor da decisão proferida na ADI 1.717 que justifique a procedência da reclamação, uma vez que os atos atacados em momento algum se referem aos Conselhos de Profissões Regulamentadas como entidades de direito privado. Muito pelo contrário. O próprio reclamante reconhece que a decisão está sendo respeitada, já que as exigências do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público Federal se baseiam justamente na natureza jurídica de direito público desses Conselhos, havendo controvérsia a respeito apenas dos limites temporais de sua aplicação. Tal discussão foge aos limites estreitos da via reclamatória. Esse é o entendimento manifestado pelo procurador-geral da República em seu parecer. Confira-se: "A despeito do entendimento firmado pelo reclamante, não se vislumbra qualquer ofensa à autoridade da decisão proferida por esta Excelsa Corte nos autos do Mandado de Segurança n.º 21797-9/RJ. Os procedimentos instaurados pelas autoridades reclamadas não se fundamentaram em eventual descumprimento do que restou decidido naquela oportunidade. Apenas utilizaram os fundamentos que nortearam aquela decisão como paradigma, como precedente a ser seguido em casos análogos. (...).

15. Recorrente - CREA/AM

15.1 Argumentação - inicia descrevendo os diversos tipos de autarquia; cita os Decretos-Lei nºs 200, de 1967, e 968, de 1969, além da Lei nº 5.540, de 20/11/1968, para informar que se enquadra no conceito de autarquia corporativa peculiar (Decreto-Lei nº 968, de 1969) e que a Leis ns 8.112, de 1990, e 9.962, de 2000, não são aplicáveis ao Recorrente. Discorre acerca da natureza "sui generis" dos conselhos profissionais, da receita dos referidos conselhos, da não intervenção dos diversos Ministérios de Estado nos conselhos. Cita a Lei nº 9.289, de 1996, para afirmar que os conselhos de profissões estão fora da categoria de autarquias normais.

15.2 Menciona que o julgamento da ADI 1717-6 manteve o regime celetista dos empregados dos conselhos, destacando que a citada decisão judicial foi publicada em 28/3/2003 e que tal sentença não discutiu, em nenhum momento, a obrigatoriedade de concurso público aos conselhos de profissão. Reproduz a ementa do julgamento da mencionada ADI. Diz que a Lei nº 10.683, de 28/5/2003, que revogou a Lei nº 9.649, de 1998, não fez menção aos conselhos de profissão, pois estes já são regidos pelo Decreto-Lei nº 968, de 1969; conclui, sobre esse ponto, que somente a lei pode declarar quem integra a Administração Pública direita e indireta.

15.3 Traça comentários acerca da fiscalização exercida pelo TCU, assegurando que a Instrução Normativa-IN nº 42, de 3/7/2002, que desobriga os conselhos profissionais de prestarem contas, corrobora o entendimento de que aqueles conselhos não estão submetidos a todas as normas da administração pública. Noticia que o TCU nunca determinou a demissão de funcionários e aprovou todas as contas do Recorrente referente ao período questionado. Diz que a Súmula TCU nº 231 não é aplicável aos conselhos profissionais, porque não recebem dinheiro público e nem são controlados pela União. Assevera, ainda, que as decisões do TCU não têm força de decisão judicial.

15.4 Reproduz parte do Voto condutor da Decisão nº 1.003/2001-TCU-Plenário a exemplificar que os citados conselhos não estão adstritos totalmente às normas que regem a administração pública. Colaciona doutrina, parecer e legislação para declarar que o Decreto-Lei nº 968, de 1969, não foi revogado pela Constituição Federal e nem pelo Lei nº 8.112, 1990. Informa que os seus funcionários são

admitidos e demitidos em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT, cita legislação pertinente ao tema.

15.5 Assevera que aos conselhos profissionais não se lhes aplicam as normas legais sobre pessoal e demais disposições de caráter geral relativas à administração interna das autarquias federais; menciona normas atinentes à matéria e reproduz parecer da Consultoria Geral da República para corroborar a sua afirmação. Diz que os seus empregados não se submetem ao concurso público previsto no art. 37 da Constituição Federal, e que tampouco esses funcionários são estatutários, porque, caso contrário, não seria cabível o Acordo Coletivo de Trabalho, conforme já decidiu o STF.

15.6 Ressalva que a demissão de funcionários traria uma descontinuidade do serviço administrativo, além de criar despesas advindas das demandas judiciais trabalhistas. Menciona a falta de isonomia entre os contratados antes e depois de maio de 2001; assevera que seria mais lógico, legal, eqüitativo e justo a exigência de concurso público a partir da publicação da ADI nº 1717-6, ratificando todas as contratações efetuadas anteriormente. Relata, também, a questão social decorrente das demissões determinadas pelo TCU. Assevera que os argumentos apresentados estão de acordo com a Constituição Federal e com a legislação infraconstitucional, cita algumas dessas normas.

15.7 Registra que o STF não conheceu do MS nº 21.797-9, relativo à aplicação da Lei nº 8.112, de 1990, porque se tratava de recomendação e não de determinação do TCU. Diz que se encontra "sub judice" a aplicação da Lei nº 8.112, de 1990, ao sistema CONFEA/CREA; reproduz arestos atinentes ao caso e confirma que o julgamento da ADI nº 1717-6 afastou a incidência da citada lei. Repete que o regime trabalhista dos funcionários dos conselhos profissionais é o celetista, aproximando-se do regime totalmente privado; admite a hipótese de um regime trabalhista híbrido (público/privado), desde que com compensações e vantagens até o momento inexistentes.

15.8 Sendo o regime privado, diz que diversas sentenças da Justiça do Trabalho aceitam a demissão sem processo administrativo e a admissão sem concurso público. Nesse sentido, apresenta jurisprudência do STF, STJ, TST, TRFs e TRTs. Menciona, ainda, que a cobrança de taxa de inscrição para os concursos públicos seria um ato imoral, obsceno e inexplicável à opinião pública, visto que significaria a movimentação de milhares ou milhões de reais para o preenchimento de 2 ou 3 postos de trabalho, cujos salários seriam modestos.

15.9 Resume dizendo que os empregados do sistema CONFEA/CREA não são servidores ou empregados públicos, porque os empregos não foram criados por lei, conforme determina a legislação; que os seus empregados estão regidos pelas normas pertinentes, não estando sujeitos à contratação mediante concurso público, na forma prevista no art. 37 da Constituição Federal; que a grande maioria das decisões judiciais é favorável aos conselhos; que o Recorrente faz contratações por meio de seleção pública, não por obrigação, mas por entender ser a melhor forma de admissão; que as demissões determinadas trarão prejuízos aos procedimentos administrativos e pagamentos de indenizações; e que, caso na Justiça prevaleça o entendimento do TCU, o concurso público seja exigível somente a partir da publicação da ADI nº 1717-6, resguardando-se o emprego dos atuais funcionários.

15.10 Por fim, requer a reforma do Acórdão recorrido na parte concernente à rescisão dos contratos firmados a partir de 15/5/2001 (sic), data da publicação no Diário da Justiça do julgamento do MS nº 21.797-9, ou, se assim não entender esta Casa, que seja mantida a situação jurídica dos empregados do Recorrente, que se encontram nos limites da determinação deste Tribunal, exigindo-se concurso público somente de agora em diante.

16. <u>Análise</u> - os argumentos são, em quase sua totalidade, idênticos aos dos demais Recorrentes. Podemos antecipar, portanto, que, ratificando as análises já apresentadas nesta instrução, não pode prosperar a argumentação do Recorrente. Conforme antes assinalado, a decisão contestada não se relaciona com a aplicação do RJU aos conselhos profissionais, e sim com o dever dessas entidades em realizarem o devido concurso público para a admissão de seus funcionários, então incabível qualquer contestação com base na inaplicabilidade da Lei nº 8.112, de 1990, aos mencionados conselhos. Reafirmamos que a obrigação do concurso público encontra-se insculpida no art. 37, II, da Constituição, em decorrência da própria natureza autárquica do Recorrente.

16.1 A IN-TCU nº 42, de 2002, que foi revogada pela IN-TCU nº 47, de 27/10/2004, foi uma medida de racionalidade administrativa, não teve o sentido que quer o Recorrente, porque as entidades de fiscalização profissional continuam obrigadas a todos os princípios da Administração Pública. As decisões anteriores do TCU, que não determinavam a demissão de empregados dos conselhos, estavam em conformidade com a dúvida reinante acerca da natureza dos mencionados conselhos. Tal incerteza

encerrou-se com o julgamento do MS 21.797-9, e a publicação dessa decisão em 18/5/2001 tornou-se marco para a nova posição desta Corte.

16.2 Temos que a Súmula TCU nº 231, diverso do alegado pelo Recorrente, tem aplicação sobre todos os integrantes da Administração Pública, independente de sua natureza. Acrescentamos que as decisões do TCU, embora este órgão não esteja formalmente na estrutura do Poder Judiciário, têm força coercitiva e de cumprimento obrigatório para os devidos destinatários, porque decorrente do desempenho de função constitucional e legal. Vale registrar que a decisão do TCU que impute débito e/ou multa aos responsáveis tem eficácia de título executivo, de acordo com o ar. 24 da Lei nº 8.443, de 1992, prova do prestígio legal conferido aos julgamentos desta Casa.

16.3 Inexiste a alegada descontinuidade administrativa em decorrência do cumprimento da determinação do TCU, porquanto o prazo de 180 dias concedido pelo Tribunal para a rescisão dos contratos irregulares é suficiente para a realização dos devidos concursos públicos com o objetivo de novas contratações. Não se diga que as possíveis demissões irão redundar em reclamações trabalhistas, porque estas não ocorrerão se forem respeitadas as normas laborais. A questão social não pode ser escudo para o desrespeito à lei; ao contrário, as leis são direcionadas para o alcance do bem comum.

16.4 Repetimos que a definição da data de publicação do julgamento do MS 21.797-9 (18/5/2001) como marco, a partir de qual as admissões sem concurso público devem ser revertidas, ocorreu com a observância de medida mais benéfica para os envolvidos e levando em consideração a boa-fé dos administrados e administradores. A adoção de outra data, como entende o Recorrente, seria ilógico, porque, conforme a jurisprudência desta Corte, a celeuma em torno da necessidade do concurso público para os conselhos profissionais encerrou-se em 18/5/2001. A questão sobre a taxa de matrícula para os devidos concursos públicos é irracional, tendo em vista que o procedimento para a admissão dos empregos das citadas entidades poderá ser simplificado, com reduzidos custos, conforme estabelece a determinação contestada.

17. <u>Recorrente</u> – CRF/RN.

17.1 <u>Argumentação</u> – diz que é pessoa jurídica de direito público, com a atribuição de fiscalizar o exercício da profissão farmacêutica em todo o território federal, nos termos da Lei nº 3.820, de 1960, e exerce atividade típica de Estado, a teor dos arts. 5º, XIII, 21, XXIV, 22, XVI, 70, 149 e 195, todos da Constituição Federal, conforme entendimento do STF. Relata que o STF, ao julgar a ADI nº 1717-6/DF, decidiu que os conselhos profissionais são dotados de múnus público, são podendo ter sua personalidade jurídica alterada por lei, visto que detentores de poder de polícia, poder intrínseco aos entes de direito público.

17.2 Menciona que a fiscalização profissional vem sendo exercida pelos conselhos profissionais, os quais são autarquias paraestatais, desvinculadas da União, e que o Presidente da República não tem qualquer gerência interna nos citados conselhos. Cita legislação para ratificar a argumentação de que não se submete às disposições legais das demais autarquias federais. Reafirma que os conselhos profissionais não integram a Administração Pública Federal direta ou indireta. Diz que a determinação de demitir os seus empregados a partir de 18/5/2001 invade prerrogativa constitucional, porque a data correta é a partir de 5/10/1988 (data da promulgação da Constituição).

17.3 Apresenta legislação e doutrina para ratificar que os conselhos de fiscalização profissional não têm vinculação hierárquica ou funcional com o Poder Executivo Federal. Diz que os conselhos profissionais não recebem subvenções ou transferências do orçamento da União, mantendo-se, exclusivamente, com recursos próprios. Ressalta que o Decreto-Lei nº 968, de 1969, encontra-se em vigor, não existindo decisão do STF declarando a inconstitucionalidade do referido normativo; ao contrário, o STF manifestou o entendimento de que tem eficácia jurídica o citado Decreto-Lei, o qual deve ser observado.

17.4 Registra que a Advocacia Geral da União-AGU admite a inexistência de lei sobre empregos públicos nos conselhos profissionais, determinando providência ao Ministério do Trabalho. Ainda, assinala que a Constituição Federal determina, em seu art. 37, que a investidura em empregos públicos será por meio de concurso público, nos termos da lei; não havendo lei, diz, não há base para se condenar os gestores por seus atos.

17.5 Por todo o exposto, requer a reforma da decisão guerreada, no sentido de determinar-se a investidura por concurso a partir de 5/10/1988 (observada o qüinqüídio anterior à Carta Magna), com a ressalva de que inexiste lei acerca dos empregos nos conselhos profissionais; recomendando-se à União

que, nos termos dos arts. 5º, XIII, 21, XXIV e 22, XVI, da Constituição, edite lei regulamentado os empregos públicos nos conselhos profissionais.

18. Análise – a argumentação apresentada aproxima-se totalmente aos argumentos dos demais Recorrentes. Dessa forma, apenas ratificamos que as razões do Recorrente não merecem prosperar, pelos motivos já relatados nesta instrução. Ressaltamos, contudo, que os pedidos do Recorrente são descabidos, haja vista que a partir da promulgação da Constituição Federal (5/10/1988) já há a obrigação de concurso público para o ingresso na Administração Pública, e a edição de normas acerca dos empregos nos conselhos, dado a natureza especial dessas autarquias, faz-se desnecessária, conforme jurisprudência desta Corte.

19. Recorrentes – CFC e CREMEB.

19.1 Argumentação – os Recorrentes questionam o marco inicial adotado pelo Tribunal para determinar a rescisão dos contratos de trabalho dos empregados admitidos sem o devido concurso público. No entendimento dos Recorrentes, ao invés da data de 18/5/2001 (data da publicação do julgamento do MS 21.797-9), o marco inicial deveria ser a data de 28/3/2003, quando da publicação do acórdão da ADI 1717-6.

19.2 A sustentar o que alega, o CFC afirma que o seu questionamento encontra amparo no art. 28, parágrafo único, da Lei nº 9.868, de 10/11/1999, pois somente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI detém a força de estender a toda a coletividade os efeitos da revogação de lei considerada inconstitucional (eficácia erga omnes); enquanto que o Mandado de Segurança-MS tem efeitos apenas inter partes. Por seu turno, o CREMEB menciona que a Reclamação nº 2886, interposta pela CFF junto ao STF, tem o entendimento de que as demissões de empregados não-concursados deveriam ocorrem a partir de 28/3/2003; solicita, portanto, que o prazo que lhe foi concedido seja dilatado até a solução definitiva da questão.

20. Análise – os Recorrentes não têm razão. O TCU não estendeu a eficácia do MS 21.797-9 a todos os conselhos profissionais, porque simplesmente não foi essa a fundamentação do Acórdão guerreado. Este Tribunal, conforme já relatado nesta instrução, sempre deliberou no sentido da obrigação dos mencionados conselhos em realizarem a admissão dos seus empregados por meio do devido concurso público. Ocorre que, dado a controvérsia acerca do tema, o TCU adotou como marco a data da publicação do citado Mandado de Segurança para a responsabilização dos gestores.

20.1 Não se trata, portanto, de adotar uma decisão do Supremo, em sede de Mandado de Segurança, para todos as situações analisados por esta Corte, mas sim em considerar a jurisprudência daquela Corte como um limite na tolerância dos desvios praticados pelos diversos conselhos de fiscalização profissional. Nessa esteira, podemos apresentar a seguinte passagem do Voto do Ministro Joaquim Barbosa, no julgamento da Reclamação nº 2886:

(...)No que concerne à alegação de inaplicabilidade ao reclamante da decisão proferida no MS 21.797, em razão de ter ela efeitos inter partes, não conheço da presente reclamação, por não vislumbrar os requisitos constitucionais para seu cabimento, quais sejam: usurpação de competência do Supremo Tribunal Federal ou afronta à autoridade de decisão sua (art. 102, I, l, da Constituição). De fato, a eventual utilização dos fundamentos e/ou extensão dos efeitos de decisão proferida por esta Corte para casos análogos não caracterizam afronta à autoridade da decisão, a qual permanece válida e aplicada.(...).

20.2 E, mais:

(...) Esse é o entendimento manifestado pelo procurador-geral da República em seu parecer. Confira-se: "A despeito do entendimento firmado pelo reclamante, não se vislumbra qualquer ofensa à autoridade da decisão proferida por esta Excelsa Corte nos autos do Mandado de Segurança n.º 21797-9/RJ. Os procedimentos instaurados pelas autoridades reclamadas não se fundamentaram em eventual descumprimento do que restou decidido naquela oportunidade. Apenas utilizaram os fundamentos que nortearam aquela decisão como paradigma, como precedente a ser seguido em casos análogos. Corroborando tal entendimento, traz-se à colação trecho da manifestação ofertada pelo Tribunal de Contas da União, verbis: '19 Ao contrário do alegado pelo Reclamante, o TCU busca justamente garantir a autoridade das decisões proferidas pela Suprema Corte, tanto é que em seus julgados vem aplicando o entendimento proferido pelo STF no sentido de que os Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas devem se submeter às novas de direito público, ante a sua natureza jurídica autárquica. Isto é, o TCU, na desincumbência de sua competência fiscalizadora constitucionalmente deferida, apenas busca em suas decisões adotar a orientação jurisprudencial emanada do Supremo

Tribunal Federal. 20 Assim sendo, este Tribunal não deu eficácia erga omnes ao Acórdão proferido no MS 21.797-7/RJ, apenas manifestou sua anuência ao entendimento proferido pelo Supremo Tribunal Federal e utilizou-o como fundamento em casos análogos. Ressalte-se que o entendimento de que os conselhos profissionais devem se submeter às normas de direito público há muito vem sendo adotado por esta Corte' (...).

20.3 A propósito, de acordo com o relatado no item 11 desta instrução, insustentáveis são os argumentos e o pedido do CREMEB, tendo em vista que a Reclamação nº 2.886, impetrada no STF, não foi conhecida (julgamento em 5/9/2005 e publicação no Diário da Justiça em 13/9/2005), em razão da ausência dos requisitos legais para a sua admissibilidade. Dessa forma, a determinação desta Casa continua a prevalecer.

IV - Conclusão

21. Diante do exposto, submetemos o assunto à consideração superior, propondo:

a) conhecer dos Pedidos de Reexame, com base no art. 48 da Lei nº 8.443, de 1992, interpostos contra o Acórdão nº 1.212/2004-TCU-2ª Câmara, Sessão de 8/7/2004, Relação nº 58/2004, Ata nº 25/2004;

b) negar provimento aos recursos apresentados, mantendo-se inalterado o Acórdão recorrido;

c) dar ciência aos Recorrentes da deliberação que vier a ser adotada; e, após o julgamento destes recursos,

d) *remetera os autos ao Ministro Benjamin Zymler, para decidir acerca das informações contidas no expediente do CFMV, anexo 22 e volumes, e sobre os pedidos do CREMESP, anexo 17, e do CORE/MA, anexo 23."*

É o relatório.

VOTO

Concordo com a análise feita pela Serur a respeito dos recursos interpostos pelos diversos conselhos, razão pela qual incorporo os argumentos utilizados pela Unidade Técnica às minhas razões de decidir.

2. A questão relativa à necessidade de os conselhos de fiscalização das atividades profissionais realizarem concursos públicos já foi amplamente discutida no âmbito desta Corte, não restando dúvidas que elas estão obrigadas a fazê-lo.

3. Em relação ao marco temporal, a partir do qual as admissões realizadas sem prévio concurso devem ser tornadas nulas, considerava-se inicialmente o dia 9/3/2000, data de julgamento, pelo STF, do MS-21.797-9, onde se reconheceu a natureza autárquica dos conselhos (e em conseqüência, sua submissão ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal) (Acórdãos nºs 247/1999, 512/2003-2ª Câmara, 176/2002-1ª Câmara, 307/2003-Plenário – TCU). A partir do Acórdão nº 628/2003-Plenário, o Tribunal passou a entender que seria mais adequado considerar esse marco temporal como o dia 18/5/2001, data da publicação da referida decisão da Suprema Corte no Diário de Justiça. (Acórdãos nº 49/2005-1ª Câmara, 103/2004-Plenário, 156/2005-2ª Câmara).

4. É importante ressaltar que esse marco é apenas a referência para efeito do julgamento das contas e da anulação das admissões, uma vez que o entendimento a respeito da necessidade do concurso público já estava cristalizado muito antes no âmbito desta Corte, que veio a ser confirmado com a decisão do STF.

5. Alguns recorrentes requerem que o Tribunal passe a considerar esse marco temporal como o dia 28/3/2003, em que foi publicado o julgamento da ADIN 1717-6/DF. Não há porque se modificar essa data, uma vez que, conforme já mencionado, o entendimento deste Tribunal a respeito da matéria já estava consolidado há algum tempo. A rigor, já se poderia determinar a anulação das nomeações mesmo antes das decisões do STF no MS 21.797-7 e na ADIN 1717-6. No entanto, adotou-se uma posição mais conservadora, mais benéfica aos dirigentes e funcionários dos conselhos, ao se estabelecer a data da publicação do julgamento do MS 21.797-7 como referência temporal.

6. Diversos recorrentes discorrem sobre a inaplicabilidade da Lei nº 8.112/90 aos funcionários dos conselhos. Como bem ressaltou o ACE da Serur, essa questão não está posta neste processo, uma vez que não foi objeto de determinação no acórdão recorrido. Além disso, não se confunde a necessidade de

realização de concurso com a submissão à Lei nº 8.112/90. Os funcionários, por exemplo, das empresas públicas e sociedades de economia mista, são contratados mediante concurso público e não estão submetidos ao regime jurídico único dos servidores públicos. O mesmo ocorre com os funcionários dos conselhos. Registre-se, ainda, que o Tribunal já reconheceu expressamente, em sede de consulta, que os empregados dos conselhos nunca foram regidos pela Lei nº 8.112/90 (Acórdão nº 341/2004-Plenário).

7. Dessa forma, não há como se dar provimento aos recursos apresentados. O acórdão recorrido, portanto, deve ser mantido na íntegra.

8. Alguns conselhos encaminharam expedientes ao Tribunal, não com a intenção de recorrer, mas com outros propósitos, como solicitar prorrogação de prazo para cumprimento de determinação, informar que as determinações estão sendo cumpridas (anexos 14, 17, 22 e 23). Tais questões deverão ser objeto de avaliação pelo Relator *a quo* do processo. Assim, conforme sugerido pela Unidade Técnica, após este julgamento os autos deverão ser encaminhados ao Gabinete do Ministro Benjamin Zymler.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

UBIRATAN AGUIAR
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 845/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-001.531/2004-1 - c/ 3 volumes e 22 anexos (estes c/ 2 volumes)

2. Grupo I – Classe – I - Pedido de Reexame

3. Interessados: Conselho Federal de Odontologia – CFO, Conselho Regional de Odontologia do Amazonas – CRO/AM, Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro – CRO/RJ, Conselho Regional de Odontologia do Pará – CRO/PA, Conselho Regional de Odontologia do Amapá – CRO/AP, Conselho Regional de Odontologia de Rondônia – CRO/RO, Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul – CRO/MS, Conselho Federal de Administração – CFA, Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Conselho Regional de Medicina da Bahia – CREMEB, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Amazonas – CREA/AM, Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte, CRF/RN, Conselho Regional de Medicina Veterinária do Maranhão – CRMV/MA.

4. Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro – CRC/RJ

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secex/RJ e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Mauro de Siqueira Queiroz (OAB/AM nº 2.360) e Antônio Cesar Cavalcanti Júnior (OAB/DF 1617-A)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Pedidos de Reexame interpostos pelos conselhos acima nominados, contra determinação feita no Acórdão nº 1.212/2004-2ª Câmara, no que tange à necessidade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas realizarem concursos públicos para admissão de pessoal e quanto à fixação de prazo para a rescisão dos contratos de trabalho firmados a partir de 18/5/2001, sem a prévia realização de concurso público.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 31, 32 e 48 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 277 e 286 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. conhecer dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. encaminhar os autos ao Gabinete do Ministro Benjamin Zymler, relator *a quo* deste processo, para que delibere acerca das manifestações contidas nos anexos 14, 17, 22 e 23;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos interessados.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0845-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
na Presidência

UBIRATAN AGUIAR
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO II ? CLASSE II – 2ª Câmara
TC?014.586/2004-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Independência/RS
Responsável: Rudy João Massuda Cornélius (CPF nº 079.432.370-72)
Advogado constituído nos autos: Ivo Kovalski Zaluski (OAB/RS nº 34.890)

Sumário: Tomada de Contas Especial. Realização de despesas durante a vigência do convênio. Aplicação dos recursos no objeto conveniado. Não-comprovação da ocorrência de fraude a licitação. Utilização do bem adquirido na finalidade para a qual foi adquirido. Ocorrência de falhas formais. Regularidade com ressalva das contas. Quitação ao Responsável. Determinações. Encaminhamento do Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Responsável e ao Município de Independência/RS.

RELATÓRIO

Trata-se da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em 03/05/2004, em nome do Sr. Rudy João Massuda Cornélius, ex-Prefeito do Município de Independência/RS, em razão da ocorrência de irregularidades na execução do Convênio nº 750201/2002, celebrado em 10/06/2002 entre o FNDE e o referido Município.

2. Esse convênio tinha por objeto a *"Aquisição de veículo automotor de transporte coletivo, zero quilômetro, com capacidade de 9 (nove) até 20 (vinte) passageiros, conforme o plano de trabalho, destinado exclusivamente ao transporte de alunos matriculados no ensino público fundamental, residentes prioritariamente na zona rural, de modo a garantir o seu acesso e permanência na escola."*.

3. O valor previsto para execução do referido objeto perfazia o montante de R$ 61.000,00, cabendo ao concedente o repasse do valor de R$ 50.000,00 e à convenente a contrapartida no valor de R$ 11.000,00. Por meio da Ordem Bancária nº 2002OB750200, o FNDE transferiu, em 23/06/2002, à referida municipalidade, a importância de R$ 50.000,00 (fl. 28, v. p.).

4. A Secretaria Federal de Controle Interno certificou a irregularidade das contas e a autoridade ministerial atestou ter tomado conhecimento das conclusões do Controle Interno (fls. 37 e 39, v. p.).

5. No âmbito deste Tribunal, a Secex/RS, ao instruir o feito (fls. 44/48, v. p.), propôs a citação do Sr. Rudy João Massuda Cornélius para que recolhesse ao FNDE a importância de R$ 50.000,00, com a incidência de atualização monetária e juros de mora a partir de 23/06/2002, ou apresentasse alegações de defesa em relação às seguintes irregularidades:

a) aquisição de veículo em data anterior à assinatura do Convênio nº 750201/2002, contrariando cláusulas do convênio bem como a legislação específica atinente à matéria, mencionada no preâmbulo do referido ajuste;

b) indícios de fraude no procedimento licitatório relacionado à aquisição do bem em referência, como substituição de páginas, reformulação de cláusulas contratuais e alteração de quantitativo de objetos

adquiridos, além de o processo não se encontrar devidamente autuado e protocolado e de não ter suas páginas numeradas, contrariando o disposto nos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/1993, com seus incisos e parágrafos, c/c o art. 116 da mesma lei e a Cláusula Primeira, letra "e", do Termo de Convênio;

c) irregularidades na utilização do veículo, considerando que o mesmo é guardado defronte à casa do motorista, conforme comprovação fotográfica por parte da equipe de auditoria da Controladoria-Geral da União, e não na garagem da Prefeitura Municipal, contrariando os princípios da moralidade e impessoalidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

6. Com base no Despacho do Sr. Secretário de Controle Externo, tendo em vista delegação de competência deste Relator, a Unidade Técnica promoveu a aludida citação, por intermédio do Ofício nº 881/2004-TCU/SECEX/RS, de 11/11/2004. Citado, o Responsável apresentou suas alegações de defesa, conforme documentação de fls. 76-89, v. p.

7. No âmbito a Unidade Técnica, as alegações de defesa em comento foram examinadas nos seguintes termos, conforme instrução de fls. 44/48, v. p.:

*"**Alegações de defesa/Justificativas apresentadas**:*

2.6 Em sua defesa, em síntese, o responsável alega que o veículo automotor não foi adquirido antes da vigência do convênio e sim, depois, sendo apenas o procedimento licitatório realizado antes da vigência do ajuste. Expõe a parte que o Município efetuou Tomada de Preços para aquisição de até 3 (três) micro-ônibus, adjudicando como vencedora a Empresa Marcopolo S.A. com base na proposta de menor preço. Uma vez homologada a licitação, alega, o Município contratou a entrega parcial do objeto. O primeiro micro-ônibus foi entregue em 14.03.02 e o segundo em 15.05.02. Optou-se pela entrega posterior do terceiro veículo caso houvesse interesse do município. Com o repasse de verbas do FNDE, então, adquiriu-se o bem, concordando a empresa adjudicada em entregar o veículo sem aumento ou adequação no preço. Em 29.08.02, por intermédio da Nota Fiscal nº 096.023, foi adquirido o terceiro veículo. Observa o defendente que a sistemática do Município em licitar todos os veículos tinha como objetivo não fracionar compras e licitações, atendendo ao que dispõe a legislação. Expõe que o veículo adquirido com recursos do convênio somente foi adjudicado em 26.08.02, por intermédio de aditivo contratual, com anuência da empresa vencedora e sem aumento de preço. Cita que o bem foi liquidado em 10.09.02 conforme Notas de Empenho (?) 003447/2002 e 3446/2002, de R$ 20.719,37 e R$ 50.570,63, respectivamente. Em seu entendimento, não há fraude ou prejuízo.

2.7 Quanto à má utilização do bem, conforme apontado pela CGU, cita que o veículo é utilizado para o transporte de alunos do meio rural para o colégio localizado no centro urbano. Da sede do município até a mais longínqua localidade, informa o requerente, são mais de 30 km, tendo as aulas início antes das 8 horas da manhã. Argumenta que, obviamente, para o motorista ir até estas localidades e fazer todo o trajeto, com paradas constantes, necessita sair com o veículo por volta de 5:45 horas, bem antes da abertura do estacionamento no município. Informa o requerente que não há garagem coberta para todos os veículos no estacionamento, indagando a seguir, como pode ser qualificado o mau uso do veículo. Expõe que o transporte escolar está sendo realizado da forma mais viável possível e o bem está sendo aplicado na finalidade perseguida pelo convênio. Por último, questiona se devolver o recurso ou efetuar a venda do bem para repor os recursos, traria benefício aos alunos, município e União. Segundo entende o Prefeito, não há como sanar erro formal cometendo erro fatal, ou seja, retirar de circulação o bem, deixando os alunos em prejuízo e sem transporte escolar. Assegura que os valores liberados foram efetivamente aplicados na aquisição do micro-ônibus utilizado no transporte escolar. Cita que se há alguma falha formal por parte do Município, da qual nenhum órgão está livre de cometer, a mesma pode ser convalidada. Finaliza entendendo que o objeto decorrente do convênio está sendo utilizado no transporte de alunos do meio rural para o colégio no centro urbano e não há desvio de finalidade ou qualquer outro prejuízo. Requer sejam aceitas as justificativas e julgadas as contas regulares, afastando-se as penalidades previstas, uma vez que inexiste qualquer prejuízo decorrente do presente convênio ou sequer desvio de finalidade. Resume os fatos em erro formal sem outras conseqüências. Em anexo, apresenta cópia do livro Razão da Prefeitura onde se verifica movimentação contábil em "Móveis e Utensílios" e registro da aquisição de 3 (três) micro-ônibus em períodos diferentes (20.03, 10.06 e 10.09.2002).

Análise das Alegações de Defesa/Fundamentação:

2.8 Em se tratando de Tomada de Contas Especial, não basta alegar os fatos, é necessário comprová-los. Em relação às ocorrências registradas quanto à realização de despesa antes da vigência do convênio, as alegações do responsável carecem de documentação comprobatória. O único documento

apresentado pelo requerente para excluir sua responsabilidade resume-se em cópia do livro Razão escriturado pela Prefeitura no exercício 2002. Não há mais nenhuma outra peça que ateste a regularidade na realização da despesa dentro do prazo de vigência do convênio.

2.8 No que tange às ocorrências relatadas em sua citação, de indícios de fraude em procedimento licitatório, o responsável é omisso, não apresentando alegações de defesa ou documentos comprobatórios.

2.10 Porém, fato que deve ser reparado para não haver injusta imputação de responsabilidade, é que não se deve confundir, nos autos, a realização de despesa com a realização da licitação para a compra do bem, que é procedimento diverso e não vedado pela norma quando realizado antes da vigência do convênio. O que a norma veda no art. 8º da IN STN nº 01/97 é a realização de despesas em data anterior à vigência do convênio, entendendo-se como tal a liquidação, que atesta o implemento da condição, ou seja, a entrega do bem para imediato ou posterior pagamento.

2.11 Porém, em toda a prestação de contas, o responsável não apresenta documentos hábeis que comprovam a regular aplicação dos recursos. Não há extrato bancário, cópia do empenho, liquidação e pagamento ou mesmo cópia da nota fiscal emitida pelo fornecedor. São escassos os documentos apresentados na prestação de contas. Nem as peças requeridas pelo art.28 e art.30 da IN STN nº 01/97, obrigatórias na apresentação de prestação de contas, são juntadas aos autos. O Termo de Convênio também está incompleto, verificando-se a ausência de diversas partes. Requer-se nos autos, pois, a necessária comprovação com documentos a fim de sanar o processo. O extrato bancário, por exemplo, permitiria verificar quando e como foram utilizados os recursos federais repassados, durante a vigência do convênio. A nota fiscal de venda também permite aferir a compra do bem em data válida, assim como cópias de cheques permitem verificar a data dos pagamentos. O livro Diário, em si, não é documento hábil que comprove a realização da despesa e sim, apenas, livro de escrituração contábil. Requer-se cópia de todos os documentos exigidos pelos arts. 28 e 30 da IN STN nº 01/97, além de cópia de todo o procedimento licitatório, de forma clara e completa. Posteriormente, comprovando-se ou não a tese sustentada pela defesa, pode a instrução prosseguir no mérito."

8. Para saneamento dos autos, com base nas considerações acima transcritas, a Secex/RS realizou diligência junto à Prefeitura Municipal de Independência/RS para que apresentasse uma série de documentos, listados no parágrafo 3º da instrução de fls. 91/94, v. p., conforme Ofício nº 221/2005 ? TCU/SECEX-RS, de 16/05/2005 (fl. 97/98, v. p.).

9. Feita a aludida diligência e encaminhada a documentação requerida, o ACE da Secex/RS assim instruiu o processo (fls. 140/143, v. p.):

"*2.2 Em cumprimento ao Despacho do Sr. Secretário de Controle Externo, tendo em vista delegação de competência do Exmo. Sr. Ministro-Relator Ubiratan Aguiar, foi inicialmente promovida a citação do responsável, Sr. Rudy João Massuda Cornélius, ex-Prefeito Municipal de Independência/RS, por intermédio do Ofício nº 881/2004-TCU/SECEX/RS, datado de 11.11.2004 (fls.74-75). Às fls. 76-89, o responsável apresentou alegações de defesa, porém, em face da insuficiência de documentos nos autos, a instrução de fls.91-96 propôs a realização de diligência junto à Prefeitura do município. Nos termos exarados pelo Ofício nº 221/2005 – TCU/SECEX/RS (fls.97-98), foram solicitados os documentos previstos no art.28 e 30 da IN STN nº 01/97, além de cópias do procedimento licitatório.*

2.3 Em resposta, o atual Prefeito Municipal Sr. João Edécio Graff, enviou à SECEX/RS os documentos enumerados às fls. 99-139. A remessa se verificou em duas etapas. A primeira, mediante o Ofício nº 39/2005 de 09.06.2005 (fl.99), e a segunda, mediante o Ofício nº 43/2005, de 24.06.2005 (fl.118), após solicitação de novo prazo para o envio de documentos (fl.99), atendido por despacho do Secretário à fl.116. Porém, em que pese a concessão de novo prazo, a instrução observa que não foi atendida toda a demanda, uma vez que não foi remetida cópia do procedimento licitatório, resumindo-se os documentos enviados referentes à licitação a meros despachos homologatórios e adjudicação da empresa vencedora.

2.4 Segundo consta nos autos, a Controladoria-Geral da União, em seu Relatório de Fiscalização nº 20/2003 (fl.14), concluiu que a aquisição do veículo automotor, objeto do presente convênio, foi realizada em data anterior à data de assinatura do Termo de Convênio, caracterizando-se vigência retroativa do convênio, além de procedimento licitatório não específico para a finalidade. Concluiu a CGU que as ocorrências registradas contrariavam o disposto na cláusula nova, subcláusula única, do Termo de Convênio, bem como legislação específica citada no preâmbulo do ajuste. Foram apontados, ainda, indícios de fraude no procedimento licitatório, constatando-se a substituição de páginas,

reformulação de cláusulas contratuais, alteração de quantitativo de objetos adquiridos, indevida autuação e protocolo, além da ausência de numeração nas páginas, ferindo-se o disposto nos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/93, incisos e parágrafos, combinados com o art. 116, além da cláusula primeira, letra "e", do Termo de Convênio.

2.5 Em sua defesa, após citação realizada às fls.74-75, já previamente apreciada na instrução de fls.91-96, em síntese, o ex-Prefeito alegou que o veículo automotor não foi adquirido antes da vigência do convênio e sim, depois, sendo apenas o procedimento licitatório realizado preliminarmente à vigência do ajuste. Segundo a versão do requerente, o município efetuou a Tomada de Preços nº 001/2002 para aquisição de até 3 (três) micro-ônibus, adjudicando a empresa Marcopolo S.A. como vencedora, com base na proposta de menor preço. Uma vez homologada a licitação, o Município contratou a entrega parcial do objeto, com recebimento do primeiro micro-ônibus em 14.03.02, o segundo em 15.05.02, e o terceiro posteriormente. Com o repasse de verbas do FNDE, adquiriu-se o terceiro veículo, concordando a empresa adjudicada em entregar o bem sem aumento ou adequação do preço, o que se operou em 29.08.02, por intermédio da Nota Fiscal nº 096023. Observa o ex-gestor que a sistemática do município em licitar todos os veículos tinha como objetivo não fracionar compras e licitações, atendendo ao que dispõe a legislação, sendo que o veículo foi adquirido por intermédio de aditivo contratual com anuência da empresa. Complementando sua defesa, o responsável apresentou cópia do livro Razão da Prefeitura onde se verifica a movimentação da conta "Móveis e Utensílios", com incorporação ao patrimônio municipal de 3 (três) micro-ônibus em datas diferentes (20.03.2002, 10.06.2002 e 10.09.2002).

2.6 Conforme já sustentado na instrução anterior, não há ilegalidade em licitação realizada previamente ao convênio celebrado entre esferas. Não se pode confundir a realização prévia da despesa, vedada pela norma de execução de convênios (IN STN nº 01/97) com o procedimento previsto pela Lei nº 8.666/93, que visa a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública. A licitação é procedimento complexo composto por uma série de atos administrativos, não sendo vedada sua abertura e realização antes da vigência do convênio. O que é vedado pela IN STN nº 01/97, art. 8º, Inciso V, é a realização da despesa em data anterior à vigência do convênio, entendendo-se como tal a sua regular liquidação, ou seja, o reconhecimento do direito do credor por títulos ou documentos comprobatórios do respectivo crédito, para imediato ou posterior pagamento, pela efetiva entrega do material ou prestação do serviço, conforme prevê o art. 63 da Lei nº 4.320/64, seus incisos e parágrafos. Os autos demonstram que a Tomada de Preços nº 001/2002 foi homologada em 28.01.2002, adjudicando-se a empresa Marcopolo S/A como vencedora no certame público. Porém, o próprio montante repassado pelo FNDE devidamente corrigido (R$ 50.570,63) somente foi empenhado em 19.08.2002, conforme se verifica à fl.113, após aditivo contratual celebrado entre a Prefeitura e a empresa Marcopolo S/A, sendo o bem pago em 10.09.2002, conforme consta na própria Nota de Empenho nº 3446/2002 (fl.113) e extrato bancário (fl.107). Observa-se, ainda, que o convênio foi celebrado em 10.06.2002 com vigência de 240 dias inicialmente, portanto, a despesa foi efetivamente realizada dentro do lapso temporal ajustado pelas partes. Desta forma, a instrução declina da responsabilidade do ex-Prefeito quanto à primeira ocorrência registrada no item 1.1 de sua citação (fls.74-75), visto que não se vislumbra no convênio vigência ou efeitos financeiros retroativos, nem realização da despesa em data anterior à data de vigência do ajuste celebrado.

2.7 A segunda ocorrência registrada nos autos, levantada por equipe da CGU/RS em auditoria no município, refere-se a indícios de fraude no procedimento licitatório, constatando-se a substituição de páginas, reformulação de cláusulas contratuais, alteração de quantitativo de objetos adquiridos, indevida autuação e protocolo, além da ausência de numeração nas páginas, contrariando o disposto nos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/93, incisos e parágrafos, combinados com o art. 116, além da cláusula primeira, letra "e", do Termo de Convênio. Sobre a ocorrência, a instrução acrescenta que o objeto do convênio difere do bem licitado, uma vez que se previa a aquisição de um veículo com capacidade de 9 (nove) até 20 (vinte) passageiros e o bem adquirido resultou em um micro-ônibus com 28 assentos, portanto, diferente do bem originariamente previsto.

2.8 Em que pese a diligência ter solicitado cópia do procedimento licitatório, por intermédio do Ofício nº 221/2005 – TCU/SECEX/RS (fls.97-98), a Prefeitura Municipal apenas anexou os documentos constantes às fls.108-111 dos autos, que se resumem à homologação da licitação e adjudicação da empresa Marcopolo S/A, não apresentando outros documentos pertinentes ao procedimento administrativo. Por ocasião da citação do ex-Prefeito, este também não apresentou nenhum documento referente à licitação realizada, resumindo sua defesa a meras alegações verbais. Em virtude dos fatos e

de que o ônus da prova pertence ao responsável, uma vez apontadas irregularidades, e, em face da omissão do responsável quanto a documentos probantes no tocante a esta parte, a instrução opina pela irregularidade das presentes contas, mantendo as ocorrências registradas pela CGU.

2.9 Os autos demonstram às fls.108-111 que a Tomada de Preço nº 001/2002, realizada para aquisição de até 03 (três) micro-ônibus, foi homologada e adjudicada em 28.01.2002, constando documento intitulado "Ata de Julgamento e Encerramento" da licitação realizada. Consta nos autos também que o bem foi faturado em 29.08.2002 pela empresa Marcopolo S/A, conforme Nota Fiscal – Fatura nº 096.023 (fl.112). Porém, em face da ausência de documentos apresentados pelo responsável, não se justificam os atos administrativos impugnados, qual seja, a substituição de páginas, reformulação de cláusulas contratuais, alteração de quantitativo de objetos adquiridos, indevida autuação e protocolo, além da ausência de numeração nas páginas. Tais ocorrências, consubstanciadas no relatório nº 20/2003 do Controle Interno (fl.14), conforme já se evidenciou, tipificam irregularidade por infração ao disposto nos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/93, incisos e parágrafos, combinados com o art. 116, além da cláusula primeira, letra "e", do Termo de Convênio.

2.10 Em última análise, entretanto, consigna-se que o objeto perseguido pelo convênio foi alcançado, conforme Nota de Empenho e Nota Fiscal – Fatura, Licitação e outros documentos apresentados na prestação de contas, em que pesem os caminhos tortuosos percorridos pelo responsável. A União, na figura de concedente dos recursos, também não pode imputar, a qualquer erro, responsabilidade ao agente exigindo-lhe o total ressarcimento. Conforme se averiguou nos autos, o bem foi adquirido e pago, sendo o recurso federal aplicado no objeto. No mínimo, uma ação estatal no sentido de ressarcimento dos valores, neste estágio, representaria enriquecimento da esfera federal sobre a Prefeitura Municipal, com prejuízo maior para todos os munícipes. Os recursos efetivamente liberados foram aplicados no objeto, todavia, com as imperfeições apontadas. Em que pesem as irregularidades, não está caracterizada a má-fé do ex-gestor público. Em uma administração gerencial voltada ao cidadão-cliente, também está presente o requisito do resultado nas ações do Governo, o que presume algum benefício à comunidade envolvida. Os entraves burocráticos e as imperfeições técnicas, muitas vezes, devem ser suprimidos e sanados, quando se constata o pleno atingimento dos fins. O que não se pode admitir e ocorrer, e isto está ao alcance do TCU, é o grave desvio, o locupletamento, o conluio, a manipulação de valores e atos, com fraude ao erário. Apesar das irregularidades constantes no presente processo, não houve, de forma avassaladora, prejuízo ao erário. Há que se notar, também, que nem sempre o Estado corresponde à oferta de bens públicos. O que ocorre na atualidade é a pouca oferta de bens públicos e a crescente substituição destes por bens privados, sujeitos ao princípio da exclusão e lei do preço. É de se admitir que exigir valores, nesta fase, com o bem adquirido e pago, em utilização no município, é penalizar ainda mais o cidadão-cliente, uma vez que os gastos incorridos pela Prefeitura teriam que ser pela comunidade ressarcidos. Em última instância, o cidadão seria atingido pela má-gestão da coisa pública. É inconcebível, pois, que o Estado venha a penalizar ainda mais a sociedade pelas falhas ou irregularidades de seus agentes. Os agentes é que devem ser responsabilizados pela má gestão em se tratando de verbas públicas. As irregularidades apuradas estão sujeitas ao crivo da lei, assim como os responsáveis que lhe dão causa estão sujeitos às sanções legais previstas."

10. Com essas ponderações, o ACE propõe (fl. 143, v. p.):

a) sejam acatadas as alegações de defesa do Responsável referentes ao item 1.1 da citação de fls.74/75, v. p.;

b) sejam rejeitadas as alegações de defesa apresentadas pelo Responsável, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, e art. 22, parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, porquanto não apresentou elementos que elidam as irregularidades indicadas no item 1.2 da citação de fls. 74/75, v. p.;

c) sejam as contas do Responsável julgadas irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, Inciso III, alínea "b", e 19, *parágrafo único*, da Lei nº 8.443/1992;

d) seja aplicada ao Responsável a multa prevista no art. 58, Inciso I, da Lei nº 8.443/1992.

11. O Diretor da 2ª DT e o Secretário da Secex/RS concordam com a proposta acima descrita (fl. 143, v. p.).

12. O Ministério Público junto ao TCU, por meio do Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin, manifesta-se da seguinte forma em seu Parecer de fl. 144, v. p.:

"(...) *2. Conforme evidenciado na instrução de fls. 140/143, o ex-gestor municipal foi regularmente citado e apresentou alegações de defesa sobre as irregularidades apontadas. Após a sua análise, e ante a insuficiência de documentos nos autos, a Secex/RS realizou diligência ao atual prefeito*

de Independência/RS, o qual, em resposta, encaminhou novos elementos comprobatórios acostados às fls. 99/139.

3. Apesar de não suprida a ausência de algumas peças solicitadas na diligência, referentes ao procedimento licitatório realizado, a unidade técnica concluiu, em última análise, que o objetivo fim do Convênio foi alcançado com a aquisição do bem pretendido, conforme atestam a Nota de Empenho, a Nota Fiscal – Fatura nº 096.023 e os demais documentos apresentados na prestação de contas, razão pela qual não restou comprovado dano ao erário.

4. Quanto às irregularidades levantadas em auditoria realizada pela CGU/RS no município, concernentes aos indícios de fraude no processo licitatório, qual seja, a substituição de páginas, reformulação de cláusulas contratuais, alteração de quantitativo de objetos adquiridos, indevida autuação e protocolo, além da ausência de numeração nas páginas, as alegações de defesa apresentadas pelo gestor não foram suficientes para descaracterizar as falhas identificadas. Tais ocorrências configuram infração à norma legal e regulamentar capitulada nos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/93, incisos e parágrafos, combinados com o art. 116, além da cláusula segunda, inciso II, letra ***e****, do Termo de Convênio. Desse modo, as presentes contas devem ser julgadas irregulares, com aplicação de multa ao responsável, a teor do disposto nos arts. 16, III,* ***b;*** *19, parágrafo único; c/c o art. 58, I, da Lei nº 8.443/92.*

5. Ante o exposto, e considerando adequadas a análise e as conclusões da unidade técnica, este representante do MP/TCU acolhe a sua proposta de encaminhamento exarada à fl. 143, ***sugerindo, em acréscimo, que seja, desde logo, autorizada a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação da deliberação a ser proferida, sem prejuízo do envio da documentação pertinente ao MPU, nos termos do art. 209, § 6º, do RI/TCU.***" (grifado)

É o Relatório.

VOTO

Esta Tomada de Contas Especial foi instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ? FNDE em nome do Sr. Rudy João Massuda Cornélius devido à não-aprovação da prestação de contas realizada pelo referido Responsável em relação aos recursos públicos federais repassados ao Município de Independência/RS com base no Convênio nº 750201/2002.

2. O convênio em referência tinha por objeto a aquisição de veículo automotor de transporte coletivo, zero quilômetro, com capacidade de 9 (nove) até 20 (vinte) passageiros, conforme o plano de trabalho a ele anexado, destinado exclusivamente ao transporte de alunos matriculados no ensino público fundamental, residentes prioritariamente na zona rural, de modo a garantir o seu acesso e permanência na escola.

3. Foi repassada em 27/06/2002, para execução do objeto conveniado, a importância de R$ 50.000,00, conforme Extrato Bancário da conta específica inserto à fl. 104 do vol. principal.

4. A Unidade Técnica e o Ministério Público junto ao TCU manifestam-se no sentido de que as presentes contas sejam julgadas irregulares, com aplicação de multa ao Sr. Rudy João Massuda Cornélius, por entenderem que não teriam sido elididas pelo Responsável, em suas alegações de defesa, as seguintes irregularidades:

a) indícios de fraude no procedimento licitatório relacionado à aquisição do bem em referência, em razão das seguintes ocorrências: substituição de páginas do processo, reformulação das cláusulas contratuais e alteração de quantitativo de objetos adquiridos, falta de autuação e protocolo do processo, falta de numeração das páginas do processo, contrariando o disposto nos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/1993;

b) irregularidades na utilização do veículo adquirido com recursos do convênio apreciado no processo, considerando que o mesmo é guardado defronte à casa do motorista, conforme comprovação fotográfica por parte da equipe de auditoria da Controladoria-Geral da União, contrariando os princípios da moralidade e impessoalidade, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

5. **Data venia**, divirjo do encaminhamento sugerido pela Secex/RS e pelo **Parquet** especializado, pelos fundamentos a seguir indicados e por compreender que as conseqüências advindas dessa proposta, a exemplo da inelegibilidade de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18/05/1990, não são proporcionais às falhas atribuídas ao ex-Prefeito na condução da aplicação dos recursos provenientes do convênio supracitado.

6. Resta comprovado nos autos ? e neste ponto tanto a Unidade Técnica como o Ministério Público junto ao TCU estão acordes, conforme indicam as instruções e o parecer transcritos no Relatório precedente ? que os recursos provenientes do Convênio nº 750201/2002 foram integralmente aplicados no objeto conveniado.

7. De igual modo, demonstra o Responsável que o bem em referência foi adquirido na vigência do convênio supracitado, diversamente da compreensão externada pela Secretaria Federal de Controle Interno no Relatório de Auditoria nº 150472/2004, constante do processo, considerando que o empenho, a liquidação e o pagamento das despesas relacionadas à aquisição do objeto conveniado foram realizados durante a vigência do convênio, motivo pelo qual não há que se falar em impugnação das despesas realizadas, tal qual sugerido pelo Controle Interno.

8. Nessa mesma linha, entendo também não haver nos autos evidências concretas de que teria ocorrido fraude à licitação que deu suporte à aquisição do bem objeto do convênio supracitado. É importante ter presente que o órgão de Controle Interno concluiu pela existência de indícios de fraude à licitação em comento devido tão-somente à ocorrência de falhas na formalização do processo licitatório, falhas essas que, ao meu juízo, não permitem que se chegue, ante a falta de outras evidências, com razoável segurança, à supracitada conclusão, cuja gravidade do ato o tipifica como crime, conforme dispõe o art. 90 da Lei nº 8.666/1993.

9. No que se refere à utilização do veículo, julgo que a guarda desse bem na residência do motorista da Prefeitura, que o dirige, não constitui, por si só, afronta aos princípios da moralidade e da impessoalidade de que trata o art. 37 da Constituição Federal, conforme sugere a Unidade Técnica, haja vista que a utilização do mesmo, consoante informações constantes dos autos, tem sido realizada exclusivamente na finalidade para a qual foi adquirido: transporte escolar. Em relação a essa questão, penso que, se o bem é do Município, a forma como ele vem sendo guardado, se na garagem da Prefeitura ou na residência do motorista, constitui matéria afeta à forma como o Município em comento administra o uso e a guarda de seus bens, segundo suas próprias normas, refugindo à competência deste Tribunal examinar tal questão.

10. Em face dessas considerações, compreendo que as presentes contas devem ser julgadas regulares com ressalva, com quitação ao Responsável, consoante previsto no art. 16, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, sem prejuízo de que se determine ao Município de Independência/RS para que autue, protocole e numere as páginas dos processos licitatórios realizados para aplicação de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em cumprimento, especialmente, às disposições dos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/1993.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que se adote a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

UBIRATAN AGUIAR
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 846/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC?014.586/2004-7
2. Grupo II – Classe II – Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Rudy João Massuda Cornélius (CPF nº 079.432.370-72)
4. Entidade: Município de Independência/RS
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secex/RS
8. Advogado constituído nos autos: Ivo Kovalski Zaluski (OAB/RS nº 34.890)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Rudy João Massuda Cornélius, ex-Prefeito do Município de Independência/RS, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ? FNDE em decorrência de supostas irregularidades na

aplicação de recursos provenientes do Convênio 750201/2002, firmado entre o FNDE e a aludida municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando-se quitação ao Responsável mencionado no item 3 deste Acórdão, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, Inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.2. determinar ao Município de Independência/RS que autue, protocole e numere as páginas dos processos licitatórios realizados para aplicação de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em cumprimento, especialmente, às disposições dos arts. 38, 40, 41 e 61 da Lei nº 8.666/1993;

9.3. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Responsável e ao Município de Independência/RS.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0846-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
na Presidência

UBIRATAN AGUIAR
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE II – 2ª Câmara
TC-000.669/2005-8 - c/ 1 anexo
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Manari/PE
Responsável: José Vieira Pereira (CPF nº 069.923.823-49)
Advogado: Luiz Carlos Coelho Neves (OAB/PE 1.817)

Sumário: Tomada de Contas Especial. Recursos do PNAE. Ausência, nas notas fiscais, de atesto indicando o recebimento dos produtos pelo município e de referência de que aqueles bens tinham sido adquiridos com recursos do programa. Ausência de documentos comprobatórios da distribuição dos alimentos às escolas. Evidências de que as escolas do município receberam merenda durante o exercício, mas não se comprovou que os recursos repassados foram utilizados naquela finalidade. Contas irregulares. Débito. Multa. Autorização para cobrança judicial. Ciência ao Ministério Público da União.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo FNDE ao Município de Manari/PE para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no exercício de 2000.

2. Inspeção realizada pelo FNDE no município indicou que nos documentos comprobatórios da realização das despesas, não havia a identificação do nome do Programa, conforme estabelece o art. 15 da Resolução CD/FNDE nº 15, de 25/08/2000. Também se registrou que não foram apresentados os controles de entrega dos gêneros adquiridos às escolas. Diante disso, foi expedido ofício à Prefeitura Municipal de Manari/PE, para a adoção de uma série de providências, dentre elas a apresentação dos comprovantes da distribuição dos gêneros alimentícios às escolas (fls. 9/14).

3. Em que pese a reiteração da solicitação, o responsável não atendeu à diligência realizada (fls. 21/23). O FNDE, então, considerou que não se comprovou a aplicação dos recursos no objeto pactuado, razão pela qual instaurou a presente tomada de contas especial.

4. No âmbito deste Tribunal, o responsável foi citado pela totalidade dos valores repassados pelo FNDE, tendo apresentado as alegações de defesa de fls. 60/63, além dos documentos que compõem o anexo 1 deste processo. Essas alegações foram examinadas por ACE da Secex/PE da seguinte forma:

"2.5 Realizada a citação (fls 55 a 56) , o responsável apresentou defesa (às folhas 60 a 63).

2.6 A defesa, apresentada pelo advogado Luiz Carlos Coêlho Neves (OAB-PE n.º 1.817), alega que os recursos recebidos do FNDE foram imediatamente aplicados nos seus objetivos. Informa que os gêneros alimentícios foram adquiridos após a conclusão de dois processos licitatórios, realizados pela Comissão cujos nomes constam da "Portaria Nº 001/2000", de 03 de janeiro de 2000" (anexo 1, fl. 04; à fl. 79, encontra-se "termo de autorização" expedido pelo Prefeito à Comissão Permanente de Licitação).

2.7. A defesa acostou aos autos (anexo 1, fls. 05 a 80), a título de relatório de prestação de contas, formulários de prestação de contas do FNDE (fls. 08 A 13), empenhos, notas fiscais e recibos do fornecedor (fls. 15 a 50), extratos bancários (fls. 51 a 59) e cópias dos termos de autuação, homologação, adjudicação, julgamento das propostas e cartas-convites expedidas aos potenciais licitantes do convite nº 015 (fls. 60 a 77). Não anexou, todavia, documentos referentes ao convite nº 042/2000. À vista dessa documentação, alegou que restava comprovada "a aplicação dos recursos na compra dos alimentos do programa do PNAE".

2.8 A defesa alegou que houve lapso dos servidores encarregados de registrar nos documentos comprobatórios das despesas realizadas o nome do Programa. Desse lapso, no entendimento da defesa, não decorreu dano ao erário.

2.9. Citou, ainda, trecho do relatório de inspeção em que os auditores afirmam que, após realizarem entrevistas com os responsáveis nas escolas do Município, verificaram que as denúncias apresentadas ao "Fala Brasil" não procediam. Desse relato, infere a defesa que "a Prefeitura forneceu os alimentos para todas as escolas Municipais, como comprovado pela fiscalização do FNDE".

2.10 Por fim, a defesa alega que "o Programa foi acompanhado por uma nutricionista, que elaborou e distribuiu cardápio destacando as kilocalorias e proteínas necessárias aos alunos". Tal alegação não se fez acompanhar, contudo, de comprovação.

2.11 A leitura da carta-convite expedida aos fornecedores em potencial revela que a administração municipal incorreu no equívoco de criar modalidade nova de licitação ("1o. A presente licitação será adjudicada a quem fizer melhor oferta em relação ao PRAZO, QUALIDADE E MENOR PREÇO GLOBAL").

2.12 Tampouco se encontra elementos que expliquem a razão pela qual foram adquiridos os tipos e quantitativos dos gêneros alimentícios, desvelando a falta de orientação por nutricionista especializado. Tal orientação era fundamental, considerando-se que os alimentos destinam-se a crianças as quais, segundo o responsável, dependiam dessa refeição para nutrir-se adequadamente.

2.13 A proposta de preço da licitante à qual se adjudicou o objeto da licitação "convite nº 15" apresentava o preço global de R$ 60.666,80 (sem levar-se em consideração o erro no preço total do item mortadela), o qual, somado ao valor adjudicado no convite nº 42/2000 (referido à fl. 10 do vol. principal), de R$ 18.961,00, apresentou um limite total que não foi observado ao longo da execução financeira do Programa pela municipalidade. Este fato revela, de per si, ato de gestão antieconômica por parte do gestor responsável. A isto, soma-se a omissão dos documentos relativos ao convite nº 042/2000, o qual, supostamente, complementou o de nº 015/2000.

2.14 Ademais, a documentação apresentada pela defesa do responsável não foi capaz de sanar a principal deficiência da prestação de contas, qual seja, a da falta de documentos idôneos necessários à comprovação da distribuição dos gêneros alimentícios às escolas. Logo, não se faz possível a mudança no parecer do concedente, lançado após inspeção in loco, pela irregularidade das contas prestadas pelo responsável.

2.15 Deste modo, nos termos do que dispõe o § 6º do art. 202 do RITCU, em não sendo reconhecida a boa-fé do responsável, o Tribunal de Contas da União proferirá, desde logo, o julgamento definitivo de mérito pela irregularidade das contas.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo que as presentes contas sejam julgadas irregulares, nos termos dos arts. 10, § 2º, 12, inciso II, 16, III, "a" da Lei nº

8.443/92 c/c o art. 202, inciso II e § 6º, do Regimento Interno, condenando-se o responsável abaixo arrolado pelo valor dos débitos indicados, para, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da citação, recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação as quantias devidas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, nos termos da legislação vigente, em razão das ocorrências relatadas nos subitens 2.1 a 2.15 desta instrução:

Responsável: JOSÉ VIEIRA PEREIRA CPF: 069.923.823-49

Ocorrências: não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos do FNDE para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Manari (PE)

Valores Originais do Débito: conforme tabela abaixo Data da Ocorrência: conforme tabela abaixo

Data	*Valor*
24/02/2000	*R$ 9.924,00*
22/03/2000	*R$ 9.924,00*
25/04/2000	*R$ 9.924,00*
08/06/2000	*R$ 9.924,00*
21/06/2000	*R$ 9.924,00*
18/07/2000	*R$ 9.924,00*
23/08/2000	*R$ 9.924,00*
22/09/2000	*R$ 496,20*
22/09/2000	*R$ 9.427,80*
24/10/2000	*R$ 9.924,00*
21/11/2000	*R$ 9.924,00*

Propõe-se, adicionalmente, que seja aplicada a multa prevista pelo artigo 57 da Lei nº 8.443/92, em reprovação à conduta do responsável."

5. O Diretor da 1ª D.T da Secex/PE teceu as seguintes considerações (fls. 74/75):

"No que toca ao mérito da presente TCE, perfilhamos o entendimento adotado na instrução antecedente, uma vez que o responsável não logrou comprovar a boa e regular aplicação dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE no município de Manari/PE, no exercício do ano 2000, razão pela qual deve ter suas contas julgadas irregulares e condenado ao recolhimento do débito já quantificado, bem como tendo aplicada a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92.

Tal entendimento se baseia nos seguintes pontos:

a) não houve atesto de recebimento das mercadorias constantes das notas fiscais apresentadas;

b) tampouco há, nas referidas notas fiscais, informação de que tais despesas são referentes ao PNAE, de modo a impossibilitar que pudessem servir para comprovar despesas de outros convênios/programas;

c) não há comprovação da efetiva entrega às escolas dos gêneros alimentícios adquiridos;

d) o montante apresentado como despesas pagas em aquisições de gêneros alimentícios – no exato valor do montante de recursos recebidos do PNAE no exercício de 2000 - supera o valor dos procedimentos licitatórios informados como realizados, não havendo notícia de aditamentos contratuais ou de contratação por dispensa/inexigibilidade, não havendo o perfeito nexo de causalidade entre as despesas pagas e os respectivos contratos;

e) não apresentação da documentação referente ao Convite nº 42/2000.

No que tange ao enquadramento legal da irregularidade das presentes contas, divergimos da análise anterior, com as vênias de praxe, por entendermos que o fundamento legal da irregularidade reside no art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.443/92, e não na alínea "a", como proposto.

Em conseqüência, propõe-se, outrossim, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público da União, com fulcro no art. 16, §3º, da Lei nº 8.443/92, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

Adicionalmente, propõe-se ainda a autorização, desde já, para cobrança judicial das dívidas, caso não comprovado o seu recolhimento no prazo fixado."

6. A proposta foi referendada pelo titular da Unidade Técnica e pelo representante do Ministério Público/TCU (fls. 75/76)

É o relatório.

VOTO

Assiste razão à Unidade Técnica quando entende que não ficou comprovada a regular aplicação dos recursos repassados ao município pelo FNDE, no exercício de 2000, por conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Dessa forma, incorporo os argumentos utilizados pela Secex/PE às minhas razões de decidir.

2. Nas notas fiscais apresentadas, não há o atesto de funcionário da prefeitura de que as mercadorias foram efetivamente entregues (fls. 16, 17, 20, 21, 24, 25, 28, 29, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 44, 45, 48, 49, anexo 1). Também não há referência nessas notas de que aquelas despesas são relativas ao PNAE. Tampouco há qualquer comprovação de que os produtos adquiridos tenham sido distribuídos às escolas.

3. Na inspeção realizada, relatou-se que as quatro unidades escolares visitadas informaram que no exercício de 2000 houve fornecimento contínuo de merenda escolar. Registrou-se, também, em entrevistas com os responsáveis pelas escolas do município, que não tinham procedência as denúncias de que a prefeitura não teria fornecido alimentação a todas as escolas (fl. 10). Esses elementos sinalizam que, no exercício de 2000, houve a distribuição regular de merenda às escolas do município. Entretanto, ante os fatos descritos no item acima, não há como comprovar que os recursos repassados pelo FNDE foram utilizados na aquisição dos alimentos distribuídos pela prefeitura.

4. Ante a ausência de demonstração de que os recursos foram regularmente aplicados, as contas do responsável devem ser julgadas irregulares, com a imputação de débito correspondente à integralidade dos valores repassados pelo FNDE, além da multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

UBIRATAN AGUIAR
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 847/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-000.669/2005-8 - c/ 1 anexo
2. Grupo I – Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: José Vieira Pereira (CPF nº 069.923.823-49)
4. Entidade: Município de Manari/PE
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira
7. Unidade Técnica: Secex/PE
8. Advogado constituído nos autos: Luiz Carlos Coelho Neves (OAB/PE nº 1.817)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo FNDE ao Município de Manari/PE para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae no exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, 214, inciso III do Regimento Interno, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. José Vieira Pereira ao pagamento das quantias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data (exercício de 2000)	Valor (R$)
24/2	9.924,00
22/3	9.924,00
25/4	9.924,00
8/6	9.924,00
21/6	9.924,00
18/7	9.924,00
23/8	9.924,00
22/9	9.924,00
24/10	9.924,00
21/11	9.924,00

9.2. aplicar ao responsável a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno, arbitrando-lhe o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), correspondente a aproximadamente 10% do valor atualizado do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

9.4. remeter cópia dos autos, bem como deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443/92, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0847-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
na Presidência

UBIRATAN AGUIAR
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE II – 2ª Câmara
TC?002.524/2005-0 - c/ 1 volume
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Caixa Econômica Federal ? CEF
Responsável: Roberto dos Santos Corrêa, ex-empregado da Caixa Econômica Federal (CPF nº 045.167.962-87)
Advogado constituído nos autos: não há

Sumário: Tomada de Contas Especial. Prática de irregularidades graves no exercício da função de Caixa Executivo na Agência Círio da Caixa Econômica Federal em Belém/PA. Estornos fraudulentos efetuados nas contas de IPTU, Tributos Federais e Municipais, Taxas de Expedientes, Contribuições Sindicais, Habitação, INSS, ECAD e em conta poupança de pessoas jurídicas. Ocorrência de prejuízo à Caixa Econômica Federal. Citação. Revelia. Irregularidade das contas. Débito. Multa. Autorização para

cobrança judicial das dívidas. Remessa da documentação pertinente ao Ministério Público da União. Encaminhamento de cópia do Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Responsável e à Caixa Econômica Federal.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal ? CEF em nome do Sr. Roberto dos Santos Corrêa, ex-empregado da instituição, em razão de irregularidades cometidas no exercício da função de Caixa Executivo na Agência Círio em Belém/PA.

2. Segundo o Relatório da Comissão de Sindicância nomeada para apurar os fatos tratados neste processo (Portaria nº 033/92, de 26/10/1992), as irregularidades cometidas pelo Responsável consistiam, basicamente, na realização de estornos fraudulentos, sem a devida regularização, efetuados nas contas de IPTU, Tributos Federais e Municipais, Taxas de Expedientes, Contribuição Sindical, Habitação, INSS, ECAD, e em conta poupança de pessoas jurídicas (Relatório RE 001/92 - fls. 2/30, vol. principal).

3. A Secretaria Federal de Controle Interno certifica a irregularidade das contas do Responsável (fl. 349, vol. 1), tendo a autoridade ministerial competente atestado ter tomado conhecimento das conclusões contidas nos Relatórios, nos Certificados de Auditoria e nos Pareceres da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União da Presidência da República (fl. 353, vol. 1).

4. No âmbito deste Tribunal, o Responsável foi regularmente citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher os valores abaixo discriminados ou apresentar alegações de defesa em relação às irregularidades apontadas nos autos, conforme Ofício OFRAD-SECEX-CE-2005/365, de 29/7/2005, e Aviso de Recebimento ? AR insertos às fls. 392/393 e 403 do volume 1:

DATA DA OCORRÊNCIA	**VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS (Cr$)**	DATA DA OCORRÊNCIA	**VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS (Cr$)**
25.10.1990	3.283,00	12.06.1991	67.801,39
26.10.1990	871,00	14.06.1991	7.059,16
12.11.1990	1.858,49	17.06.1991	15.700,45
16.11.1990	2.082,51	25.06.1991	40.292,94
26.11.1990	740,00	26.06.1991	25.424,15
14.12.1990	3.168,00	08.07.1991	62.946,20
26.12.1990	6.029,01	11.07.1991	86.165,82
04.01.1991	27.166,00	18.07.1991	30.486,77
08.01.1991	5.685,69	29.07.1991	72.350,78
14.01.1991	28.197,20	09.08.1991	52.601,00
21.01.1991	74.188,89	23.08.1991	20.398,85
23.01.1991	22.535,12	26.08.1991	21.378,48
28.01.1991	21.986,69	27.08.1991	31.499,72
29.01.1991	24.548,67	30.08.1991	99.711,00
30.01.1991	161.759,64	02.09.1991	15.461,96
31.01.1991	24.225,73	03.10.1991	126.914,86
04.02.1991	95.282,73	08.10.1991	27.201,63
07.02.1991	6.418,22	24.10.1991	220.636,63
26.02.1991	11.060,17	05.12.1991	75.000,00
06.03.1991	28.612,46	30.12.1991	178.144,34
13.03.1991	29.462,63	03.01.1992	96.400,00
15.03.1991	64.044,94	06.01.1992	33.600,00
20.03.1991	33.456,64	07.01.1992	50.400,00
21.03.1991	27.816,07	10.01.1992	81.894,00
26.03.1991	25.424,15	15.01.1992	191.943,61
02.04.1991	10.148,96	22.01.1992	278.325,02
05.04.1991	25.914,80	27.01.1992	72.000,00

08.04.1991	18.724,00	29.01.1992	270.797,82
10.04.1991	34.302,26	31.01.1992	72.000,00
12.04.1991	25.569,71	03.02.1992	110.791,53
15.04.1991	110.296,25	19.06.1992	30.000,00
19.04.1991	6.315,20	14.07.1992	1.270.680,97
23.04.1991	46.395,00	27.07.1992	226.056,20
24.04.1991	166.557,70	03.08.1992	1.487.231,42
26.04.1991	76.091,69	04.08.1992	1.390.629,24
10.05.1991	40.070,00	26.08.1992	1.188.571,20
15.05.1991	38.973,71	05.09.1992	1.505.258,69
16.05.1991	35.198,00	21.09.1992	11.811.951,14
28.05.1991	9.850,88	23.09.1992	944.119,02
29.05.1991	18.573,28	27.11.1992	3.517.540,87
31.05.1991	57.184,70	30.11.1992	614.584,96
04.06.1991	18.810,31	02.12.1992	244.904,04
07.06.1991	20.703,39	10.09.1993	18.663,13

5. Transcorrido o prazo regimental fixado na citação, o Responsável não apresentou alegações de defesa, nem comprovou o recolhimento do débito que lhe estava sendo imputado, devendo, portanto, ser considerado revel para todos os efeitos, dando-se, em conseqüência, prosseguimento ao processo, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992.

6. Em face dessas considerações, a Diretora da 1ª DT da Secex/CE propõe (fls. 405/406, vol. 1):

a) a irregularidade das contas do Sr. Ronaldo dos Santos Corrêa ? **leia-se Roberto dos Santos Corrêa**, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea '**b**", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443/1992, condenando-o ao pagamento do débito apurado nos autos, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora legais;

b) aplicação ao Responsável da multa do art. 57 da Lei nº 8.443/1992;

c) autorização, desde logo, da cobrança judicial das dívidas, na forma do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendida a notificação.

7. De sua parte, o Titular da Secex/CE põe-se de acordo com o encaminhamento acima sugerido (fl. 406, vol. 1).

8. O Ministério Público junto ao TCU manifesta-se, no essencial, de acordo com a proposta da Unidade Técnica, apenas ressalvando que o fundamento legal da irregularidade das contas deve ser o constante do art. 16, inciso III, alínea '**d**", da Lei nº 8.443/1992, em razão das fraudes perpetradas pelo Responsável, devidamente indicadas no processo, que o nome do Responsável é **Roberto dos Santos Corrêa** e não Ronaldo dos Santos Corrêa, consoante indicado na instrução da Secex/CE, e que deve ser encaminhada cópia do processo ao Ministério Público da União, para ajuizamento das ações cabíveis, conforme dispõe o art. 28, § 3º, da citada Lei nº 8.443/1992 (fl. 407, vol. 1).

É o Relatório.

VOTO

Esta Tomada de Contas Especial foi instaurada pela Caixa Econômica Federal ? CEF em nome do Sr. Roberto dos Santos Corrêa, ex-empregado da instituição, em razão de irregularidades cometidas no exercício da função de Caixa Executivo na Agência Círio em Belém/PA, consistentes, basicamente, na realização de estornos fraudulentos, sem a devida regularização, efetuados nas contas de IPTU, Tributos Federais e Municipais, Taxas de Expedientes, Contribuição Sindical, Habitação, INSS, ECAD, e em conta poupança de pessoas jurídicas.

2. Regularmente citado no âmbito deste Tribunal, o Responsável não apresentou defesa tampouco recolheu o valor do débito que lhe fora imputado, restando, portanto, configurada a sua revelia, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992.

3. Dessa forma, dando-se prosseguimento ao processo, em razão das irregularidades cometidas pelo ex-empregado da CEF, as presentes contas devem ser desde logo julgadas irregulares, com base no art. 16, inciso III, alínea "**d**", da Lei nº 8.443/1992, consoante sugestão do MP/TCU, com imputação do débito constante do demonstrativo descrito na instrução transcrita no Relatório precedente.

4. Em face das irregularidades cometidas, entendo que deve ser aplicada ao Responsável a multa do art. 57 da referida Lei, a qual estipulo em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondente a 50% (cinqüenta por cento) **do débito alusivo aos valores cujos fatos geradores são posteriores à Lei nº 8.443/1992, atualizado até 1º/3/2006.**

5. Também considero oportuno encaminhar cópia do processo ao Ministério Público da União, de acordo com o que estipula o art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que se adote a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

UBIRATAN AGUIAR
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 848/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-002.524/2005-0 - c/ 1 volume
2. Grupo: I - Classe II: Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Roberto dos Santos Corrêa (CPF nº 045.167.962-87)
4. Entidade: Caixa Econômica Federal ? CEF
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira
7. Unidade Técnica: Secex/CE
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Roberto dos Santos Corrêa, ex-empregado da Caixa Econômica Federal, em razão de irregularidades cometidas no exercício da função de Caixa Executivo na Agência Círio em Belém/PA, ocasionando prejuízos à aludida instituição financeira.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Roberto dos Santos Corrêa ao pagamento das quantias abaixo descritas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida à Caixa Econômica Federal ? CEF, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir das datas também abaixo indicadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	**VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS (Cr$)**	DATA DA OCORRÊNCIA	**VALORES ORIGINAIS DOS DÉBITOS (Cr$)**
25.10.1990	3.283,00	12.06.1991	67.801,39
26.10.1990	871,00	14.06.1991	7.059,16
12.11.1990	1.858,49	17.06.1991	15.700,45
16.11.1990	2.082,51	25.06.1991	40.292,94
26.11.1990	740,00	26.06.1991	25.424,15
14.12.1990	3.168,00	08.07.1991	62.946,20
26.12.1990	6.029,01	11.07.1991	86.165,82
04.01.1991	27.166,00	18.07.1991	30.486,77
08.01.1991	5.685,69	29.07.1991	72.350,78
14.01.1991	28.197,20	09.08.1991	52.601,00
21.01.1991	74.188,89	23.08.1991	20.398,85

23.01.1991	22.535,12	26.08.1991	21.378,48
28.01.1991	21.986,69	27.08.1991	31.499,72
29.01.1991	24.548,67	30.08.1991	99.711,00
30.01.1991	161.759,64	02.09.1991	15.461,96
31.01.1991	24.225,73	03.10.1991	126.914,86
04.02.1991	95.282,73	08.10.1991	27.201,63
07.02.1991	6.418,22	24.10.1991	220.636,63
26.02.1991	11.060,17	05.12.1991	75.000,00
06.03.1991	28.612,46	30.12.1991	178.144,34
13.03.1991	29.462,63	03.01.1992	96.400,00
15.03.1991	64.044,94	06.01.1992	33.600,00
20.03.1991	33.456,64	07.01.1992	50.400,00
21.03.1991	27.816,07	10.01.1992	81.894,00
26.03.1991	25.424,15	15.01.1992	191.943,61
02.04.1991	10.148,96	22.01.1992	278.325,02
05.04.1991	25.914,80	27.01.1992	72.000,00
08.04.1991	18.724,00	29.01.1992	270.797,82
10.04.1991	34.302,26	31.01.1992	72.000,00
12.04.1991	25.569,71	03.02.1992	110.791,53
15.04.1991	110.296,25	19.06.1992	30.000,00
19.04.1991	6.315,20	14.07.1992	1.270.680,97
23.04.1991	46.395,00	27.07.1992	226.056,20
24.04.1991	166.557,70	03.08.1992	1.487.231,42
26.04.1991	76.091,69	04.08.1992	1.390.629,24
10.05.1991	40.070,00	26.08.1992	1.188.571,20
15.05.1991	38.973,71	05.09.1992	1.505.258,69
16.05.1991	35.198,00	21.09.1992	11.811.951,14
28.05.1991	9.850,88	23.09.1992	944.119,02
29.05.1991	18.573,28	27.11.1992	3.517.540,87
31.05.1991	57.184,70	30.11.1992	614.584,96
04.06.1991	18.810,31	02.12.1992	244.904,04
07.06.1991	20.703,39	10.09.1993	18.663,13

9.2. aplicar ao Responsável a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, arbitrando-lhe o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do débito alusivo aos valores cujos fatos geradores são posteriores à Lei nº 8.443/1992, atualizado até 1º/3/2006, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento desse valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.4. remeter cópia dos autos, bem como deste Acórdão e do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, consoante disposto no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/1992, para ajuizamento das ações cabíveis;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Responsável e à Caixa Econômica Federal ? CEF, enviando-lhes cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0848-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
na Presidência

UBIRATAN AGUIAR
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

Grupo II–Classe II– 2ª Câmara
-**TC**-003.178/2002-9.
-**Natureza** Prestação de Contas Simplificada.
-**Entidade**: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Administração Regional em Mato Grosso do Sul–Senac/MS.
-**Responsáveis:** Sebastião Vieira D'Ávila (CPF nº 024.640.391/87), Presidente; Maria Auxiliadora Hofmann Freire (CPF nº 465.896.001/04), Diretora Regional; Paulo Sukehiro Yonamine (CPF nº 024.683.601/68), Diretor Regional, substituto; e Marcelo Aparecido de Oliveira (CPF nº 481.265.861/68), Contador.

-Sumário: Prestação de Contas simplificada. Senac-AR/MS. Exercício de 2000. Certificado de regularidade das contas emitido pela Secretaria Federal de Controle Interno. Audiência de dois responsáveis. Questionamentos acerca de aquisição de material de consumo e contratação de serviços de terceiros, com dispensa de licitação. Acolhimento das razões de justificativa. Obediência à linha jurisprudencial deste Tribunal. Contas regulares, com ressalvas. Determinação. Ciência da deliberação.

RELATÓRIO

Em exame Prestação de Contas anual simplificada do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-Administração Regional do Estado do Mato Grosso do Sul-Senac/MS, relativa ao exercício de social de 2000.

2. Ao empreender o exame da matéria, a Secretaria Federal de Controle Interno certificou a regularidade das presentes contas (f. 154), dando conhecimento à autoridade ministerial competente das respectivas conclusões do Relatório e do Certificado de Auditoria, na forma do artigo 52 da Lei nº 8.443/92.

3. Na esfera do Controle Externo, as contas foram objeto da instrução preliminar de f. 162/3, a cargo da 5ª Secex, propondo o Analista o encaminhamento dos autos à Secex/MS, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 2º da Portaria Segecex n. 08/2002, para que se completasse o saneamento do processo, uma vez verificada a aquisição de material de consumo e contratação de serviços de terceiros, com dispensa de licitação.

4. Referida sugestão contou com a anuência da Diretora, bem como do Secretário de Controle Externo daquela unidade, na forma dos despachos exarados às f. 164/5.

5. Promovidas a análise e a instrução dos feito no âmbito da Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul, o servidor consignou os registros de f. 166/7, merecendo extrair o excerto reproduzido a seguir, textualmente:

"Em nossa reanálise, observamos que as impropriedades indicadas pela 5ª SECEX dizem respeito às falhas constatadas pela Secretaria Federal de Controle Interno, conforme relatório de fls. 159/153. O analista informante fez um resumo das mesmas - fls. 140/141, complementado pelo parecer da Diretora da Unidade (fls. 164/165), e considerou apenas 02 (duas) graves o suficiente para não sugerir o julgamento de mérito das contas, conforme conclusão de sua instrução. A Diretora e o Secretário da aludida Unidade deste Tribunal ratificaram o entendimento do ACE informante, conforme pareceres de fls. 164/165. Dessa forma, nosso trabalho está voltado para essas falhas, haja vista que as demais, por

serem de natureza formal, podem ser saneadas mediante determinações do Tribunal, quando do julgamento de mérito destas contas.

? *As impropriedades verificadas dizem respeito à aquisição de materiais de consumo, destinados à realização dos cursos ministrados pelo órgão, e contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) com dispensa de licitação, quando os respectivos valores (R$ 100.690,39 e R$ 99.573,92) ultrapassaram os limites previstos no regulamento próprio de licitações e contratos (Resolução nº 747/98 do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).*

? *Apesar de as entidades do Sistema "S" não estarem vinculadas ao estrito cumprimento da Lei nº 8.666/93, podendo editarem seus próprios regulamentos de licitações e contratos, conforme jurisprudência firmada pelo Tribunal (Decisões Plenárias nºs 907/97, 211/98 e 461/98), deverão observar os princípios previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Por isso, o Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial aprovou seu regulamento de licitações e contratos - Resolução nº 747/98, que deveria ser observado pelos dirigentes da entidade em questão. No presente caso, não houve cumprimento dos dispositivos constantes na referida norma interna, de acordo com as instruções da 5ª SECEX, e, por conseguinte, dos princípios constitucionais estabelecidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal. Por isso, sugeriram-se maiores esclarecimentos a respeito.*

? *A nosso ver, o melhor caminho para se esclarecer as retromencionadas impropriedades é a realização de audiência dos responsáveis, nos termos do artigo 12, III, da Lei nº 8.443/1992. Esse procedimento permite, caso não devidamente esclarecidas essas falhas, ao Tribunal aplicar a multa cabível aos gestores, já que, em princípio, inexiste débito decorrente das mesmas. Caso fosse o atual dirigente da entidade diligenciado, correr-se-ia o risco de apenas retardar o procedimento sugerido, ante à gravidade das impropriedades. Por isso, a audiência permite o saneamento completo dos autos.*

? *3 CONCLUSÃO*

Diante do exposto, submetemos os presentes autos de Prestação de Contas Simplificada do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional no Estado de Mato Grosso do Sul– SENAC-AR/MS, exercício de 2000, à consideração superior, propondo, nos termos dos artigos 10, §1º, 11 e 12, III, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 153, III, do Regimento Interno/TCU, a audiência do Presidente do Conselho Regional, Sr. Sebastião Vieira d'Ávila, e da Diretora Regional, Srª. Maria Auxiliadora H. Freire, para apresentarem, no prazo de 15 (quinze) dias, razões de justificativa sobre a aquisição de materiais de consumo, destinados à realização dos cursos ministrados pelo órgão, e contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica) com dispensa de licitação, quando os respectivos valores (R$ 100.690,39 e R$ 99.573,92) ultrapassaram os limites fixados no regulamento próprio de licitações e contratos - Resolução nº 747/98 do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, contrariando, por conseguinte, a referida norma e os princípios estabelecidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal."

6. Nesse contexto, e com o beneplácito do escalão dirigente da aludida unidade técnica, foi promovida a audiência de ambos os responsáveis, havendo os interessados acostado ao feito os esclarecimentos entendidos pertinentes, entranhados às f. 173/241.

7. Após o exame a seu encargo, o Analista, sucintamente, expende as considerações expostas às f. 242/3, **in litteris**:

"II – DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

3. A partir daí, foi apresentada pela Diretora Regional em exercício, Srª Regina de Fátima F. Carvalho Ferro, a documentação de fls. 173/5, onde a mesma afirma que os referidos valores não são, como nunca foram, superiores aos limites legais. O equívoco na cifra referente às compras e contratações feitas sem prévio procedimento licitatório deve-se ao fato de terem sido tais operações consideradas como um todo, quando na verdade cuidam de operações isoladas, realizadas uma a uma. A soma de todas elas (cujos objetos, materiais e serviços são distintos) é que redunda na vultosa soma, em muito excedente aos limites fixados no regulamento. Informa também que a Diretoria Regional do SENAC, ora representada pela peticionária, trará aos autos, no prazo máximo de dez dias, relatório contábil de todas as despesas realizadas no período, com discriminação de datas, valores de débitos e créditos, saldos, históricos e complementos.

4. A seguir, foi apresentada a documentação de fls. 176/205, onde são expostas, mês a mês, todas as compras efetuadas pelo Senac/MS, durante o exercício de 2000, nas rubricas 3.4.90.30 –

Material de Consumo (fls. 177/92) e 3.4.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (fls. 193/205). Nessa relação de compras, está indicado, por rubrica, o valor individual de cada uma delas, o valor gasto no mês, bem como o valor total gasto durante o exercício, valor esse tomado como base para a proposição da presente audiência.

5. Os Srs. Sebastião Vieira D'Ávila e Maria Auxiliadora Hofmann Freire apresentaram, respectivamente, as competentes razões de justificativa de fls. 206/8 (acompanhadas de cópia da relação de compras indicada no parágrafo supra) e 238/41, ambas com o mesmo conteúdo, repetindo os termos das já mencionadas justificativas da Diretora Regional em exercício, cuja síntese encontra-se transcrita no parágrafo 3 supra, o que nos permite seja feita uma só análise para a argumentação trazida aos autos por ambos os responsáveis.

6. Devemos salientar que, malgrado o AR-MP referente ao ofício endereçado à Srª Maria Auxiliadora Hofmann Freire não ter retornado ao processo, a mesma apresentou suas razões de justificativa, conforme mencionado no parágrafo supra, saneando, assim, a nosso ver, os presentes autos.

III – ANÁLISE DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

7. Parece-nos, ante a documentação apresentada pelos responsáveis, restar comprovado que as compras de materiais e serviços objeto da presente audiência ultrapassaram os valores estabelecidos nas normas do Senac para a dispensa de licitação, além do fato de o parcelamento das compras supracitadas poder-se caracterizar como tentativa deliberada de se fragmentar as compras institucionais com o intuito de evitar a realização de certame licitatório, em detrimento dos princípios insculpidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, o que nos impele a propor ao Tribunal pela irregularidade das presentes contas, rejeitando, assim, as razões de justificativas apresentadas, aplicando-se multa aos responsáveis, sem prejuízo de determinação ao dirigente da entidade para que adote providências no sentido de evitar a repetição de irregularidades semelhantes à examinada, bem como faça constar do Relatório de Gestão a ser apresentado nas próximas contas os elementos indicados no artigo 18, II, b e d, da IN/TCU nº 12/96."

8. Conclusivamente, a peça analítica (f.243/4) propugna por que, **verbis**:

"a) sejam as presentes contas julgadas irregulares, nos termos dos artigos 1º, I, 16, III, b, e 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, considerando a aquisição de materiais de consumo destinados à realização de cursos ministrados pelo órgão e da contratação de serviços de terceiros (pessoa jurídica), com dispensa de licitação, sendo que os respectivos valores (R$ 100.690,39 e R$ 99.573,92) ultrapassaram os limites fixados no regulamento próprio de licitações e contratos – Resolução/SENAC nº 747/98, contrariando, assim, a referida norma e os princípios estabelecidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal, com aplicação de multa aos responsáveis, Srs. Sebastião Vieira D'Ávila e Maria Auxiliadora Hofmann Freire, respectivamente, Presidente e Diretora Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional em Mato Grosso do Sul – Senac/MS, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, com base nos artigos 58, I, e 23, II, a, da citada Lei, c/c o artigo 165, III, a, do Regimento Interno/TCU;

b) seja autorizada, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do artigo 28, II, da Lei nº 8.443/92, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do recolhimento, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

c) sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se-lhes quitação, as contas dos demais responsáveis, Srs. Paulo Sukehiro Yonamine, Diretor Regional Substituto, Teobaldo Castro de Menezes, Contador e Marcelo Aparecido de Oliveira, Contador em exercício do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional em Mato Grosso do Sul – Senac/MS;

d) seja determinado ao Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Administração Regional em Mato Grosso do Sul – Senac/MS para que adote providências no sentido de evitar a repetição de irregularidades semelhantes à apontada na alínea a supra, bem como faça constar do Relatório de Gestão a ser apresentado nas próximas contas os elementos indicados no artigo 18, II, b e d, da IN/TCU nº 12/96."

9. De seu turno, a Diretora, em substituição, com a anuência do Secretário de Controle Externo, manifesta-se de acordo com a proposta de encaminhamento então alvitrada (f. 245).

Ao oficiar nos autos, o representante do douto Ministério Público junto a este Tribunal expendeu o parecer de f. 247/8, de cujo documento extraio os seguintes excertos, **in litteris**:

"No exame dos arrazoados apresentados, nota-se a interpretação equivocada dos responsáveis sobre a questão em comento, os quais entendem que as compras da unidade devem ser consideradas como operações isoladas e não como um todo. Todavia, é pacífico na jurisprudência desta Corte de Contas o entendimento pela irregularidade do fracionamento de despesa com vistas à fuga da devida modalidade de licitação, procedimento este que tem ensejado, em diversos julgados deste Tribunal a aplicação de multa aos responsáveis, conforme assente, entre outros, nos Acórdãos nºs 313/2000 – 2ª Câmara, 125/2000 – Plenário, 88/2000 – 2ª Câmara, 93/99 – 1ª Câmara, 85/99 – Plenário, 258/95 – 1ª Câmara, 45/93 – Plenário.

Da mesma forma, tem a doutrina pátria especializada repudiado o fracionamento indevido de despesa

(...)

Demais disso, tal irregularidade demonstra a ausência de planejamento no Senac/MS, o qual deveria, com supedâneo em estimativas – tanto da quantidade de material para implementação de cursos quanto da quantidade de serviços de terceiros necessários durante o exercício –, calcular o valor global dos objetos e serviços a serem adquiridos, enquadrando os valores totais na modalidade de licitação apropriada, nos termos da legislação pertinente.

(...)

Sendo assim, considerando que a irregularidade constatada reveste-se de gravidade e tendo em vista que os responsáveis não lograram elidi-la, entendemos apropriado e endossamos o encaminhamento proposto pela Secex/MS, consignado às fls. 243/245."

É o Relatório.

VOTO

Estou submetendo à apreciação deste Colegiado a Prestação de Contas (organizada de forma simplificada), da Administração Regional, no Estado do Mato Grosso do Sul, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial–Senac-AR/MS, relativa ao exercício de 2000.

2. Conforme visto, as manifestações exaradas pela Secretaria de Controle Externo/MS, bem como pela douta Procuradoria-Geral, convergem para a irregularidade das contas do Sr. Sebastião Vieira D'Ávila e Sra. Maria Auxiliadora Hofmann Freire, com aplicação de multa; e regularidade, com ressalvas, das contas dos demais gestores.

3. Em Sessão da Segunda Câmara, realizada em 18 de janeiro de 2001, o Tribunal julgou regulares as contas do Senac/MS, relativas ao exercício anterior (Relação n.º 01/2001, Ata n.º 01/2001).

4. Consoante Ata inserida às f. 145/7, o Conselho Regional do Senac/MS, por unanimidade, aprovou as presentes contas, observando-se que igual decisão adotou o Conselho Fiscal da unidade jurisdicionada, quando da realização de sua 12ª Sessão da Reunião Ordinária (f. 8).

5. Ao proceder à avaliação dos resultados gerenciais **sub judice**, a Secretaria Federal de Controle Interno emitiu Certificado de Auditoria concluindo pela regularidade das presentes contas, havendo o dirigente de Controle Interno emitido parecer favorável pela eficiência, eficácia e economicidade da gestão, deixando de apontar, em suas conclusões, qualquer aspecto que pudesse ressalvar estas contas (f. 155).

6. Analisando detidamente os elementos que compõem esta prestação de contas, e com as vênias de estilo, compreendo que as impropriedades que sobressaem dos autos enquadram-se como sendo de natureza formal, nos termos do artigo 16, inciso II, da Lei n.º 8.443/92.

7. Justificam meu ponto de vista a pouca expressividade das falhas em questão, a imaterialidade de ambas as despesas questionadas e a razoabilidade dos argumentos contrapostos pelos interessados.

8. Emerge dos autos tão-somente a realização de despesas sob as rubricas Material de Consumo e Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, estando justificado à f. 152 que o Senac/MS desenvolve suas atividades de compra de materiais para os cursos, de acordo com as necessidades de uso, ou seja,

adquirir materiais para as programações que realmente serão realizadas, visando reduzir os custos de armazenamento e mobização financeira.

9. O valor relativo a Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica representa o total de vários serviços prestados, realizados por pessoas jurídicas no período de janeiro a dezembro de 2000, tais como despesas com cartórios, pagamento de IPTU de imóvel alugado, recuperação de cartuchos (toner), fretamento de ônibus, talões de estacionamento de área azul, publicações, energia, entre outros.

10. Ambas as despesas, nos valores de R$ 100.690,39 e R$ 99.573,92, respectivamente, representam percentual mínimo em relação às despesas orçamentárias relativas ao respectivo exercício social, as quais totalizaram o importe de R$ 3.457.296,64 (f. 3).

11. A propósito da pouca materialidade dos valores em questão, permito-me invocar discussão consubstanciada no TC-002.367/2002-1, referente às contas do Serviço Social do Comércio/CE, também relativas ao exercício de 2000.

12. Diante da condição de Relator daquela matéria (TC-002.367/2002-1) e a despeito da minha proposta inicial no sentido de sugerir a reprovação daquelas contas, acolhi prontamente a argumentação do eminente Ministro Humberto Guimarães Souto, a partir de pedido de vista por ele formulado, cujo teor incorporo no presente Voto, **ipsis litteris**:

"Estou de acordo com a proposta apresentada pelo Senhor Relator para equacionamento das falhas constatadas nestes autos, uma vez que as impropriedades revelaram ser falhas formais, passíveis de correção mediante a expedição de determinações, adequadamente indicadas na proposta. Todavia, divirjo da posição do Senhor Relator em relação a um aspecto.

Depois que pedi vista e analisei o processo, verifiquei que, uma vez procedido o devido saneamento dos autos, com a realização de citação dos responsáveis e de audiência dos envolvidos, quase todas as falhas e impropriedades apontadas, tanto no âmbito do Controle Interno quanto nesta Casa, foram devidamente esclarecidas, ao final acolhidas pelo Relator, tendo restado não justificada apenas a falha relativa à aludida placa comemorativa.

Em relação a essa despesa, sustenta o Senhor Relator, em seu Voto, que ela é incompatível com as atividades da entidade e que teria havido motivação pessoal e não institucional no patrocínio, em decorrência de o Presidente do Sesc/CE haver sido escolhido patrono da turma.

Tenho certeza de que não deve ter passado despercebido ao julgamento do eminente Relator, Ministro Lincoln Magalhães da Rocha - juiz extremamente cioso das responsabilidades desta Corte mas, ao mesmo tempo, imbuído de elevado senso de justiça que imprime nas decisões que oferece ao Colegiado - o fato de que, em confronto ao inexpressivo valor dessa única despesa impugnada, o Sesc/CE realizou, no exercício de 2000, despesas que atingiram o montante de R$ 12.763.685,42 (doze milhões, setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), despendidos em inúmeras atividades desenvolvidas nos programas de cultura, saúde, assistência e previdência, sem que tenha havido nos autos qualquer notícia de malversação de recursos pela entidade ou de locupletamento por parte de seus dirigentes.

O peso de tal argumento - a baixíssima materialidade da única despesa questionada, correspondente a cerca de 0,02% da despesa realizada no exercício - já seria determinante para que afastássemos a pretensão de se impor à totalidade das contas dos responsáveis a mácula da irregularidade. Não bastasse esse argumento, permito-me tecer alguns comentários adicionais sobre a questão.

(...)

De tudo o que expus, entendo não ser o julgamento mais adequado a ser adotado por esta Corte este no sentido de julgar irregulares as contas de uma entidade que realizou despesas de mais de R$ 12 milhões, em observância à lei e a seus regulamentos, e condenar essa gestão inteira, inclusive com aplicação de multa a seus dirigentes, somente por conta da realização de uma única despesa de R$ 2.850,00. Por essa razão, apresento a este Colegiado, com suporte no princípio do formalismo moderado e ante a baixa materialidade da despesa impugnada, proposta alternativa, pela regularidade com ressalvas da gestão, expedindo-se determinações corretivas." (grifos acrescidos).

13. Na oportunidade, muito contribuiu para o desate da discussão as ponderações acrescentadas pelo preclaro Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, consignadas na respectiva Declaração de Voto por

ele subscrita, valendo-se Sua Excelência de informações trazidas pelo eminente Ministro Marcos Bemquerer Costa, **verbis**:

"2. ... No entanto, diante da informação trazida pelo eminente Ministro Marcos Bemquerer Costa, no sentido de que a jurisprudência do Tribunal não tem considerado tais ocorrências suficientes, isoladamente, para macular de irregularidade as contas de gestores e, ainda, diante da observação feita pelo também eminente Ministro Humberto Souto, em seu Voto Revisor distribuído, no sentido de que o montante das despesas impugnadas é de pequena materialidade (pouco mais de R$ 40.000,00), sobretudo quando confrontadas com o montante global dos recursos geridos pelo Sesc/CE, da ordem de quase R$ 13 milhões, entendo que não há razão, nesse caso, para não seguir a jurisprudência da Casa, na linha de que as impropriedades encontradas nos autos sejam consideradas como ressalvas às contas dos responsáveis."

14. Na ocasião, e por unanimidade, o Tribunal julgou regulares, com ressalvas, as respectivas contas, dando quitação aos gestores do Sesc/CE, fazendo-se as determinações então propostas (TC-002.367/2002-1, Acórdão nº 836/2004-1ª Câmara, Sessão de 20/04/2004, Ata nº 12/2004- 1ª C).

15. Conforme ressaltei no Voto condutor do Acórdão n.º 199/2001–Plenário, a linha jurisprudencial preconizada nesta Corte, no que se refere à fiscalização dos chamados Serviços Sociais Autônomos, reclama uma abordagem própria, de modo a conferir maior ênfase a questões finalísticas e à observância dos princípios gerais aplicáveis à administração pública (Decisão Plenária 907/97 - TC-011.777/96-6; Decisão 80/98 - 2ª Câmara, TC- 650.148/96-7; Acórdão 300/98 - 1ª Câmara, TC-009.319/96-4 e Decisão 27/99 - 1ª Câmara, TC-275.614/96-4, dentre outras).

16. Compreendo que este é o melhor tratamento a ser dispensado às presentes contas, isto é, deve-se analisar a gestão dos responsáveis tendo por enfoque os efetivos resultados alcançados em suas gestões.

17. Importante ressaltar que não se vislumbra nos autos a ocorrência de dano ao patrimônio público, malversação de recursos e nem locupletamento, questiona-se apenas as contratações com dispensa de processo licitatório, sem configuração de débito.

18. Ademais, observa-se que as peças processuais carecem de elementos de convicção para que seja imprimida a deliberação sugerida nos pareceres, devendo ser dito que a instrução conclusiva da matéria (f. 243, item 7) consigna que *"Parece-nos, ante a documentação apresentada pelos responsáveis, restar comprovado que as compras de materiais e serviços objeto da presente audiência ultrapassaram os valores estabelecidos nas normas do Senac para a dispensa de licitação*. (grifo acrescido).

19. Portanto, em obediência à linha jurisprudencial desta Corte de Contas, compreendo que outra não poderia ser a decisão de mérito a ser adotada no caso vertente, senão aquela que ora proponho, ante a hipótese capitulada no artigo 16, inciso II, da Lei Orgânica deste Tribunal.

Desse modo, voto no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que submeto ao descortino dos ilustres membros deste Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 849/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC-003.178/2002-9 – com 1 volume.
2. Grupo: II – Classe: II – Assunto: Prestação de Contas.
3. Responsáveis: Sebastião Vieira D'Ávila (CPF nº 024.640.391/87), Presidente; Maria Auxiliadora Hofmann Freire (CPF nº 465.896.001/04), Diretora Regional; Paulo Sukehiro Yonamine (CPF nº 024.683.601/68), Diretor Regional, substituto; e Marcelo Aparecido de Oliveira (CPF nº 481.265.861/68), Contador.
4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Administração Regional em Mato Grosso do Sul–Senac/MS.
5. Relator: Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Dr. Jatir Batista da Cunha, Subprocurador-Geral, à época.

7. Unidade Técnica: Secex/MS.

8. Advogados constituídos nos autos: Walfrido Ferreira de Azambuja Jr., OAB/MS nº 4.088; Maria de Azambuja Salles, OAB/MS nº 4.887-B; Edmar Soken, OAB/MS nº 10.145, e Maria José Vilela Lins, OAB/MS nº 5.257.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Administração Regional em Mato Grosso do Sul-Senac/MS, referente ao exercício de 2000.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Sebastião Vieira D'Ávila e pela Sra. Maria Auxiliadora Hofmann Freire:

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, julgar regulares, com ressalvas, as presentes contas dando quitação aos responsáveis;

9.3. determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Administração Regional em Mato Grosso do Sul–Senac/MS que adote providências no sentido de evitar a contratação de bens e serviços com dispensa de licitação, quando os respectivos valores exigirem a realização de certame licitatório, na forma prevista no Regulamento Próprio de Licitações e Contratos, aprovado pela Resolução Senac nº 747/98.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0849-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

Grupo II - Classe II - 2ª Câmara.

TC-011.454/2002-8 (c/ 2 volumes)

Natureza: Tomada de Contas Especial.

Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES.

Responsáveis: Município de São Domingos do Norte, CNPJ 36.350.312/0001-72 e Venício Alves de Oliveira, CPF 376.804.557-91.

Advogados constituídos nos autos: Miltro José Dalcamini (OAB/ES 9232), Jacymar Dellfino Dalcamini (OAB/ES 5287), Roland Leão Castello Ribeiro (OAB/ES 9233) e Karina Favarato Vassoler (OAB/ES 9422).

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. RECONHECIMENTO DA BOA FÉ DO RESPONSÁVEL. COBRANÇA INDEVIDA DE JUROS DE MORA. ABERTURA DE NOVO PRAZO DE RECOLHIMENTO DO DÉBITO.

Afasta-se a incidência de juros de mora no montante do débito, quando concedido ao responsável novo e improrrogável prazo para o seu recolhimento, em face do reconhecimento de sua boa-fé .

RELATÓRIO

Esta Corte, por meio do Acórdão n.º 300/2004-TCU – 2ª Câmara, Sessão de 11/3/2004 (subitens 9.1 e 9.2), rejeitou as alegações de defesa do Município de São Domingos do Norte/ES e fixou novo prazo para que o ente federado recolhesse aos cofres do Tesouro Nacional o débito apurado na presente Tomada de Contas Especial, em virtude da ausência de comprovação da regular aplicação da totalidade da contrapartida municipal relativa ao Convênio MMA/SRH n.º 163/98, bem como da falta de restituição de saldo de recursos federais não-utilizados.

2. Já no subitem 9.3 da referida deliberação, foram julgadas regulares com ressalva as contas do ex-Prefeito Municipal Senhor Venício Alves de Oliveira, signatário do convênio e gestor dos respectivos recursos.

3. Tendo o prazo fixado no **decisum** transcorrido sem o recolhimento do débito pelo Município, a Secex/ES propõe, em instrução de f. 532/533, que seja aplicada multa ao Senhor Domingos Malacarne Sobrinho, na qualidade de Prefeito e representante legal do Município, por descumprimento de decisão do TCU, sem motivo justificado, com fundamento no art. 58, § 1º, da Lei n.º 8.443/92.

4. A representante do Ministério Público, Dra. Cristina Machado da Costa e Silva, Procuradora, em parecer de f. 534/536, dissente da Unidade Técnica, formulando os seguintes comentários:

"4. Não vemos como aquiescer à proposição da Unidade Técnica, basicamente por dois motivos: o primeiro, pela existência de vício que ora identificamos na deliberação; o segundo, caso não existisse o referido vício, pela inaplicabilidade da sanção do art. 58, § 1º, da Lei n.º 8.443/92 para a situação de inadimplência de débito perante o erário federal.

5. No tocante ao primeiro tópico, ao rejeitar as alegações de defesa do Município e fixar novo prazo para recolhimento do débito, deixou o Tribunal para uma etapa posterior o julgamento das contas, por reconhecer a boa-fé do responsável na gestão dos recursos públicos federais do convênio, no caso o Senhor Venício Alves de Oliveira, signatário do ajuste e responsável pela falta de aplicação da contrapartida municipal prevista no convênio. A avaliação da conduta desse gestor nesse sentido foi expressamente consignada nos itens 13 e 14 do voto que fundamentou o Acórdão n.º 300/2004-TCU-2ª Câmara (fl. 515/516). Além disso, depreende-se do voto a inexistência de outra irregularidade nas contas que não seja a que conduziu ao débito.

6. Todavia, constou no subitem 9.2 da deliberação que o recolhimento da dívida deverá ser feito na importância original, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos a partir da data indicada. Incidiu a decisão preliminar, assim, em error in procedendo especificamente quanto ao acréscimo dos juros moratórios, porquanto, à luz do disposto no art. 12, § 2º, da Lei n.º 8.443/92 c/c o art. 202, § 4º, do Regimento Interno/TCU, bem como na linha dos precedentes jurisprudenciais a partir da Decisão n.º 484/94-TCU-Plenário e Acórdão n.º 71/94-TCU-Plenário, não incidem os encargos de juros de mora no pagamento de débito, exceto em situação de inadimplência da obrigação na data de seu vencimento, no caso de reconhecida a boa-fé do responsável.

7. O vício enseja, a nosso ver, a reforma do subitem 9.2 da decisão, de ofício, pela nulidade que apresenta, considerando o expressivo impacto a maior no montante do débito que, em geral, decorre da incidência dos juros moratórios.

8. Outro aspecto ora identificado refere-se à data-base de 31/3/99 considerada, também no subitem 9.2 da deliberação, para efeito dos acréscimos legais no ressarcimento da dívida. Nesse caso, verifica-se que o débito, no montante de R$ 7.866,86, consiste na soma das parcelas de R$ 7.006,41, referente à contrapartida não aplicada, e de R$ 860,45, concernente ao resíduo de recursos federais na conta corrente específica do convênio, conforme consta do item 7 do voto (fl. 515). Todavia, apenas a parcela da contrapartida não-aplicada pode ser tomada à data-base de 31/3/99, marco final da vigência do convênio (item 6 da instrução à fl. 419). Consoante extrato bancário à fl. 335, a parcela de recursos federais, de R$ 860,45, remanesceu na conta corrente somente na data de 28/9/2000. Note-se que, embora esse valor tenha permanecido, a partir daí, sem aplicação financeira, conforme se verifica pela conciliação bancária de 26/8/2002 (fl. 341), não se deve adotar esta última data sob pena de o erário federal ser prejudicado por eventual incúria do Município na gerência de recursos sob sua responsabilidade.

9. Por oportuno, esclareça-se, quanto à parcela da contrapartida a ser devolvida, que, na verdade, não se trata propriamente de devolução de recursos municipais aos cofres federais. A razão principal do ressarcimento de que trata a deliberação do Tribunal se deve a que, por falta de aplicação

dos recursos previstos como contrapartida no convênio, o Município passou a beneficiar-se dos recursos federais em proporção desconforme com o ajuste. Nesse contexto, para manter-se a equação financeira inicialmente ajustada, calculou-se a parcela dos recursos públicos federais gastos que corresponderia à proporção prevista para a contrapartida municipal, caso esta fosse aplicada segundo o convênio. Em seguida, acresceu-se ao resultado o saldo dos recursos federais remanescentes na conta corrente específica.

10. No que se refere à proposta da Unidade para aplicação de multa ao representante legal do Município, em virtude de descumprimento da obrigação de recolhimento do débito, tal encaminhamento não possui respaldo nas normas legais pertinentes.

11. Ainda que esse aspecto reste prejudicado ante o entendimento pela reforma da decisão preliminar, não pode esta representante do Ministério Público deixar de consignar, pelo aproveitamento da oportunidade de atuar nos autos, que a falta de recolhimento da dívida no prazo fixado conduz ao julgamento de mérito das contas, no caso do Município de São Domingos do Norte/ES, conforme sejam regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, nos termos dos arts. 15 a 20 da Lei n.º 8.443/92.

12. Mesmo se fosse a hipótese de julgamento de mérito na presente etapa processual, não caberia aplicar a multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei n.º 8.443/92. Esse tipo de sanção, fundamentada no descumprimento de decisão do Tribunal sem motivo justificado, não se presta, a nosso ver, a apenar ou coibir inadimplência de obrigação de cunho pecuniário, cuja conseqüência consiste, de imediato, na incidência de juros e atualização monetária a partir da data do inadimplemento e no prosseguimento do processo na via judicial, para cobrança executiva, podendo ainda o Município ficar inidôneo para receber novos recursos federais em convênio. Mais consentânea com o julgamento de mérito das contas, a multa passível de aplicação ao responsável, em sendo irregulares as contas, é a prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei n.º 8.443/92.

13. Por fim, com a reforma da deliberação, ficam inválidos os procedimentos que se seguiram, devendo ser fixado novo prazo para recolhimento da dívida, sem o acréscimo dos encargos de juros. Entendemos não ser o caso de aplicação dos princípios da economia processual e da racionalidade administrativa para arquivamento do processo sem cancelamento da dívida, pois, embora o valor do débito atualizado monetariamente (R$ 12.355,11, em 1/3/2005) seja inferior ao limite de R$ 21.000,00 estabelecido no art. 1º da Decisão Normativa TCU n.º 64/2004 c/c os arts. 7º, inciso I, e 10 da Instrução Normativa TCU n.º 13/96, o presente processo se encontra na fase de decisão preliminar, em sede de reforma ex officio, já tendo ultrapassado, assim, o estágio de citação.".

5. Alfim, a representante do MPTCU formula a seguinte proposta:

"a) seja declarada a nulidade do subitem 9.2 do Acórdão n.º 300/2004-TCU-2ª Câmara e dos procedimentos que se seguiram, em virtude de vício relacionado com a incidência de encargos de juros de mora no montante do débito a ser recolhido pelo Município responsável; e

b) seja fixado novo prazo para que o Município, na pessoa de seu representante legal, recolha aos cofres do Tesouro Nacional o débito nas importâncias de R$ 7.006,41 e R$ 860,45, que deverão ser corrigidas monetariamente a contar de 31/3/99 e 28/9/2000, respectivamente, sem incidência de juros moratórios.".

V O T O

Registro, inicialmente, que atuo nestes autos com fundamento no art. 27 da Resolução-TCU n.º 175, de 25/5/2005 e nos termos da Portaria 191, de 25 de agosto de 2003, tendo em vista tratar-se de processo afeto ao Ministro responsável pela Lista de Unidades Jurisdicionadas n.º 03 no biênio 2005/2006.

2. De fato, há que se emprestar razão ao MPTCU para reconhecer que o subitem 9.2 do Acórdão n.º 300/2004 – 2ª Câmara incorreu em **error in procedendo**, pois, ao fixar novo prazo para recolhimento do débito, o TCU reconheceu a boa-fé do responsável, não havendo, portanto, como incidir juros de mora em tal valor, tudo conforme o disposto no art. 12, § 2º, da Lei n.º 8.443/92 c/c o art. 202, §§ 3º e 4º, do Regimento Interno do TCU c/c arts. 1º e 2º da Decisão Normativa TCU n.º 35/2000, bem como na linha dos precedentes jurisprudenciais instaurados a partir da Decisão n.º 484/94 – Plenário e Acórdão n.º 71/94 – Plenário.

3. Assiste razão, ainda, ao MPTCU quando assevera que o débito imputado ao Município de São Domingos do Norte compõe-se de duas parcelas: uma no valor de R$ 7.006,41 (sete mil e seis reais e quarenta e um centavos), referente à contrapartida municipal não aplicada, e outra de R$ 806,45

(oitocentos e seis reais e quarenta e cinco centavos), relativa ao resíduo de recursos federais na conta corrente do convênio.

4. Com efeito, a data base de 31/3/1999, marco final da vigência do convênio (f. 419 - item 6), somente pode ser adotada como termo inicial para o débito em relação à parcela de R$ 7.006,41 (sete mil e seis reais e quarenta e um centavos), devendo a parcela de R$ 806,45 (oitocentos e seis reais e quarenta e cinco centavos) ter como marco inicial, para a incidência das devidas correções, a data de 28/9/2000, posto que, a partir de tal data, esta quantia permaneceu na conta do convênio sem a devida aplicação, por parte do Município (f. 335).

5. Noutro giro, mas no mesmo sentido, deixo de acolher a proposta de multa alvitrada pela Unidade Técnica, por entender que a multa prevista no art. 58, § 1º da Lei n.º 8.443/92 (descumprimento de decisão do TCU), não é adequada para o caso **sub oculo.**

6. Em conclusão, penso que é necessária a correção do subitem 9.2 do Acórdão n.º 300/2004 – 2ª Câmara, para que se possa oportunizar novo prazo para que o Município de São Domingos do Norte/ES recolha o débito, sem a incidência de juros moratórios, aos cofres do Tesouro Nacional.

Dessa forma, manifestando-me de acordo com o pronunciamento do Ministério Público junto ao TCU, voto por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação desta egrégia 2ª Câmara.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 850/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC- 011.454/2002-8. (c/ 2 volumes)

2. Grupo II – Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3.Responsáveis: Venício Alves de Oliveira, CPF 376.804.557-91 e Município de São Domingos do Norte, CNPJ: 36.350.312/0001-72.

4. Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de São Domingos do Norte/ES.

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Cristina Machado da Costa e Silva, Procuradora.

7. Unidade Técnica: Secex/ES.

8. Advogados constituídos nos autos: Miltro José Dalcamini (OAB/ES 9232), Jacymar Dellfino Dalcamini (OAB/ES 5287), Roland Leão Castello Ribeiro (OAB/ES 9233) e Karina Favarato Vassoler (OAB/ES 9422).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Município de São Domingos do Norte/ES, instaurada pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a nulidade do subitem 9.2 do Acórdão n.º 300/2004-TCU-2ª Câmara e dos procedimentos que se seguiram, em virtude de vício relacionado com a incidência de encargos de juros de mora no montante do débito a ser recolhido pelo Município responsável;

9.2. manter inalterados os subitens 9.1. e 9.3. do Acórdão n.º 300/2004-TCU-2ª Câmara;

9.3. fixar novo e improrrogável prazo de 15 dias para que o Município de São Domingos do Norte/ES, na pessoa de seu representante legal, recolha aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea “a” do Regimento Interno) o débito nas importâncias de R$ 7.006,41 (sete mil e seis reais e quarenta e um centavos) e R$ 860,45 (oitocentos e sessenta reais e quarenta e cinco centavos), que deverão ser corrigidas monetariamente a contar de 31/3/99 e 28/9/2000, respectivamente, sem incidência de juros moratórios até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0850-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO II – CLASSE II (2ª Câmara)
TC 012.853/2002-7 (c/ 7 volumes)
Natureza: Prestação de Contas
Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi/DN).
Responsáveis: Carlos Eduardo Moreira Ferreira (CPF. 004.578.928-20), Diretor Substituto; Rui Lima do Nascimento (CPF. 029.892.047-68), Diretor Superintendente; Fernando Luiz Gonçalves Bezerra (CPF. 003.420.414-87), Diretor; Humberto Menezes (CPF. 002.467.275-00), Diretor de Desenvolvimento; João Eduardo Barreto de Carvalho (CPF. 184.279.951-72), Coordenador Administrativo; e Roberto Rodrigues Romero Granero (CPF. 177.993.687-72), Contador.
-Advogados: Walter Costa Porto, OAB/DF n. 6.098, e outros (f.. 176/177, vol. principal).

-Sumário: Prestação de Contas. Contratação direta sem justificativa circunstanciada. Falha insuficiente para macular as contas dos responsáveis. Ausência de má-fé. Acolhimento das razões de justificativa. Contas regulares com ressalvas e determinações. Ciência aos interessados.

RELATÓRIO

Trata-se de Prestação de Contas ordinária, exercício 2001, dos responsáveis pelo Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi/DN). Entidade esta que administra contribuições de natureza parafiscal e que realizou despesas da ordem de R$ 232 milhões, no referido período.

2. As informações básicas deste processo constam da instrução inicial, de f.. 76/79, vol. principal, a saber:

2.1. As contas do exercício anterior foram julgadas regulares com ressalvas (Relação n. 15/2002, Ata n. 22/2002, na sessão da 2ª Câmara, de 20/06/2002).

2.2. O processo contém todas as peças básicas relacionados no art. 24, inciso IV da então vigente IN. n. 12/96, porém faltam no rol de responsáveis os membros dos órgãos colegiados (fl. 01, vol. principal).

2.3. Pareceres de Auditoria:

- Auditoria independente: não consta;
- Auditoria interna: aprovou (f. 47/52, vol. principal);
- Secretaria Federal de Controle (SFC): Regular com ressalvas (f. 154/164, vol. principal).

2.4. Do Relatório Sintético de Auditoria do Controle Interno (fls. 159/164, vol. principal) foi destacada a contratação da empresa R2 Comunicações Ltda., firmada em 11/04/2001, com vigência de 12 meses, no valor total de R$ 3.540.000,00 (três milhões quinhentos e quarenta reais - subitem 10.2.2.1 à fl. 63, vol. principal), pelas seguintes razões:

- foi realizada sem licitação, contrariando o art. 1º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sesi;
- não há registro da justificativa para a contratação, contrariando o art. 11 do Regulamento; e
- não há, no processo, solicitação para a contratação, estimativa de valores e de recursos para atender à despesa, nem definição do objeto (projeto básico), contrariando o art. 13 do Regulamento.

2.5. O analista registra que tal contratação, além de infringir o Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sesi, constitui-se em descumprimento do Acórdão n. 300/98-1ª Câmara -TCU, que dispôs, *in verbis*:

"*4 - determinar ao Serviço Social da Indústria - SESI que observe a* ***exigência do regular procedimento licitatório*** *nas aquisições de bens e na contratação de obras e serviços, e que, em caso de dispensa ou* ***inexigibilidade de licitação, esta seja circunstanciadamente justificada*** *inclusive quanto ao preço e ratificadas pela autoridade competente.*" (grifos nossos)

2.6. O Diretor-Superintendente da entidade justifica essa contratação com os argumentos a seguir resumidos (f. 74, vol. principal):

? a contratada já prestara serviço semelhante a este Departamento, com desempenho julgado adequado;

? a contratação foi feita de acordo com o art. 10, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contrato do Sesi;

? o preço oferecido pela contratada foi o mais vantajoso frente as propostas apresentadas; e

? a justificativa da inexigibilidade foi manifestada às f. 05, anverso do Processo n. 01115/2001.

2.7. O analista concluiu sua instrução propondo a audiência dos responsáveis pela assinatura do contrato e diligência à entidade para apresentação de cópia do processo de contratação da R2 Comunicações.

2.8. O Sr. Secretário de Controle Externo entendeu por bem realizar somente a diligência proposta (f. 81, vol. principal).

3. Promovida a diligência (f. 82, vol. principal), o Sesi apresentou os documentos solicitados (f. 82/154, vol. principal). Por determinação do Sr. Secretário, foi procedido o devido exame da documentação, tendo a Sra. Diretora concluído da análise, resumidamente o seguinte (fl. 156/158, vol. principal):

? na documentação apresentada não há justificativa para a contratação direta, nem solicitação para contratação, nem estimativa de valor e de recursos para atender à despesa, nem justificativa da escolha do fornecedor e do preço, nem projeto básico com definição de locais, horários, dias, emissoras, para a veiculação das matérias etc.; e

? não há definição precisa dos serviços propostos pela empresa.

3.1. Este e os demais esclarecimentos prestados foram considerados insatisfatórios pela Sra. Diretora, que propôs novamente, desta vez com a anuência do Sr. Secretário, a audiência dos responsáveis por essa contratação (fl. 159, vol. principal).

3.2. Promovida a audiência dos responsáveis (f. 160/162, vol. principal), os mesmos apresentaram conjuntamente suas razões de justificativa (f. 180/219, vol. principal).

3.3. Transcrevo o seguinte excerto (f. 221/226, vol. principal) da análise das razões de justificativa efetuada pelo analista instruinte do feito:

"*5. Em cumprimento do Ofício n.º 03 - 5ª Secex, de 06/01/2004 (fl. 179), os responsáveis Senhores Rui Lima do Nascimento e Carlos Eduardo Moreira, por meio de seu procurador constituído, Senhor Walter Costa Porto, apresentaram, em conjunto, suas razões de justificativa (fls. 180/188).*

5.1 Sendo, ainda, encaminhadas as pautas dos programas radiofônicos veiculados em 2001 e 2002 (fls. 194/219), e, os comprovantes de transmissão desses programas, os quais passaram a compor os anexos 1 a 5 desta prestação de contas.

Razões de Justificativa

6. Das justificativas, atinentes à audiência (fls. 180/188), apresentadas conjuntamente pelos responsáveis, cabe destacar o seguinte:

6.1 Preliminarmente, os responsáveis – relativo a inexigibilidade da licitação – alegam que realizaram a contratação em obediência ao Acórdão 300/98 - TCU - 1ª Câmara. Esse acórdão determina ao Sesi que observe a exigência do regular procedimento licitatório nas aquisições e contratações e que, em caso de dispensa ou inexigibilidade, essa seja circunstanciadamente justificada quanto ao preço e devidamente ratificada.

6.2 Sustentam, ainda, que a contratação direta foi feita nos termos do inciso II, art. 10, do Regulamento de Licitações da entidade (fls. 184/185, item 12), com base nos serviços já prestados pela contratada.

6.3 Argumentam que o desempenho da empresa, decorrente de contratação em exercício anterior, cujas contas foram aprovadas pelo Tribunal, permitiu aos dirigentes do Sesi/DN inferir que esse era o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado (fl. 185, item 13).

7. Informam que neste novo contrato, que cuida da realização do programa "Sesi no Ar", o qual abarca desde a criação até a veiculação final, em rede de emissoras de rádio, em todas as capitais do país, foram solicitadas propostas às empresas do ramo, tendo como resultado o seguinte (fl. 185), verbis:

Apresentaram-se três empresas e com as seguintes propostas de custo mensal: R2 Comunicações Ltda.: R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais); Contexto Propaganda Ltda.: R$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais); RCL Comunicações e Idéias: R$ 350.000,00 (trezentos e cinqüenta mil reais).

7.1 Com relação aos procedimentos para a contratação, argumentam os responsáveis que "houve solicitação do serviço com definição do objeto, bem como foi verificada a existência de recursos para atender a despesa, sem, contudo, registrar-se esse item no procedimento." (fl. 186). Segundo eles, a justificativa exigida no art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi está presente nos autos, mas de forma simplificada (fl. 186).

8. Finalizam suas justificativas afirmando que "cumpridos os objetivos do contrato, realizadas as tarefas ali alinhadas, não houve perda, extravio ou qualquer outra irregularidade de que tenha resultado dano ao erário. E não houve qualquer indício de locupletamento pessoal dos responsáveis, restando demonstrada a sua boa fé na condução do caso.[...]" (fl.187).

Análise das Justificativas Apresentadas

9. Da análise das justificativas precedentes, constata-se que a contratação da R2 Comunicações Ltda. para realizar o programa "Sesi no Ar", com difusão radiofônica, pelo prazo de 12 meses, com início em 11/04/2001, ao custo mensal de R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) no total de R$ 3.540.000,00 (três milhões quinhentos e quarenta mil reais), foi realizado por inexigibilidade de licitação com base no inciso II do art. 10 do seu Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi. Segundo essas justificativas os serviços prestados pela R2 Comunicações permitiram ao Sesi/DN deduzir ser aquela empresa a mais adequada.

10. O Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, no inciso II, art. 10, estabelece que, verbis:

Art. 10 - A licitação será inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - [...]

II - na contração de serviços com empresa ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisistos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;

*11. Observa-se, que a contratação foi realizada com base em suposta notória especialização, em virtude do desempenho anterior da empresa contratada. Contudo, a notória especialização não autoriza a inexigibilidade, mas é um requisito acerca da identidade do futuro contratado, que poderá ser selecionado diretamente somente após configurada a inexigibilidade da licitação. Como ensina o eminente professor Marçal Justen Filho "[...] a notória especialização não é uma causa de configuração da inexigibilidade de licitação, mas de seleção do profissional a ser contratado." (**Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, Dialética, 2000, 8. Ed., p. 288).*

12. Portanto, torna-se necessária, para a correição da contratação analisada, que a condição imposta no caput do Art. 10 do Regulamento de Licitações e Contratos da entidade, que diz ser inexigível a licitação somente quando houver inviabilidade de competição, seja plenamente satisfeita.

13. Diante dessa premissa, cabe analisar se realmente era inviável a competição. Como se verifica na presente prestação de contas, bem como nas justificativas dos responsáveis, não há qualquer elemento probatório com base no qual se possa concluir acerca da desnecessidade de licitação, pelo contrário, é manifesta a obrigatoriedade de licitar, visto existirem no mercado várias empresas do ramo de comunicação e publicidade aptas a participar da competição. Portanto, relativamente ao aspecto da existência de possíveis interessados em participar do certame, fica caracterizada a viabilidade da competição.

13.1 Quanto ao aspecto do objeto a ser contratado – realização de programa radiofônico e sua divulgação –, não se pode alegar ser a contratada a única adequada a atender o interesse da Entidade, pois, por tratar-se de um serviço bastante comum atualmente, outra empresa poderia, de modo equivalente, suprir o objeto demandado, conforme informação trazida aos autos pelos responsáveis e mencionadas no parágrafo 7 desta instrução.

14. Merece transcrição, corroborando o exposto, o esclarecimento do renomado autor Justen Filho (2000, p. 277), sobre o que pode dar causa a inviabilidade de competição:

As causas de inviabilidade de competição podem ser agrupadas em dois grandes grupos, tendo por critério a sua natureza. Há uma primeira espécie que envolve inviabilidade de competição derivada de circunstâncias atinentes ao sujeito a ser contratado. A segunda espécie abrange os casos de inviabilidade de competição relacionada com a natureza do objeto a ser contratado.

Na primeira categoria, encontram-se os caso de inviabilidade de competição por ausência de pluralidade de sujeitos em condição de contratação. São as hipóteses em que é irrelevante a natureza do objeto, eis que a inviabilidade de competição não decorre diretamente disso. Não é possível a competição porque existe um único sujeito para ser contratado.

Na segunda categoria, podem existir inúmeros sujeitos desempenhando a atividade que satisfaz o interesse público. O problema da inviabilidade de competição não é de natureza numérica, mas se relaciona com a natureza da atividade a ser desenvolvida ou de peculiaridade quanto à própria profissão desempenhada. Não é viável a competição porque características do objeto funcionam como causas impeditivas.

15. Em relação a justificar de maneira circunstanciada a inexigibilidade da licitação, inclusive quanto ao preço, contata-se que o Departamento Nacional do Sesi não seguiu, na presente contratação, as normas estatuídas no seu Regulamento de Licitações.

15.1 Não obstante terem alegado os responsáveis que essas justificativas existem nos autos de forma simplificada (fl. 186, item 17), constata-se, nas justificativas apresentadas, a ausência de fatos ou documentos que comprovem que a contratação foi realizada com observância do art. 11 do Regulamento, no qual é estabelecido que as "dispensas, [...], ou as situações de inexigibilidade, serão circunstanciadamente justificadas pelo órgão responsável, inclusive quanto ao preço e ratificadas pela autoridade competente".

16. Portanto, sendo a inexigibilidade uma exceção à regra, que é a licitação, então, a inexigibilidade, por ser casual, teria de, necessariamente, ser minuciosamente justificada pela entidade, em obediência ao art. 11 do Regulamento, conforme já determinado, anteriormente, pelo Tribunal (Acórdão 300/98 - TCU - 1ª Câmara).

17. Conquanto não promova licitação, entende-se que o Sesi deve cumprir, também para as contratações diretas, os procedimentos descritos no art. 13 do seu Regulamento de Licitações e Contratos, dispositivo que prescreve a formalização do início da contratação. Observa-se, nos autos, que o Sesi/DN não realizou esses procedimentos com a adequada completude, não obstante alegarem que foram executados os procedimentos do artigo 13, mas não foram registrados nos autos.

18. Cabe mencionar que, no Ofício 066/2002–DIDES/SUPER (fl. 84), encaminhado ao Diretor de Auditoria de Contas da SFC em 24/05/2002, pelo Senhor Rui Lima Nascimento, Diretor Superintendente do Sesi/DN, documento que justificava os fatos apontados no Relatório de Auditoria da SFC – contratação sem licitação (fl. 63, item 10.2.2.1) –, é relatado que "quanto ao processo, concordamos que houve algumas deficiências formais e já determinamos, por isso mesmo, providências internas no sentido de evitá-las no futuro".

19. Desse modo, fica claro que foram cometidas falhas pelos responsáveis, quanto ao aspecto da solicitação formal da contratação em que deve constar a definição do objeto, a estimativa do valor e os recursos para atender à despesa, juntamente com a sua autorização.

20. Assim, a entidade deveria ter previsto com detalhes o serviço a ser contratado, com definição minuciosa das particularidades desse serviço, tais como: as cidades abrangidas pelo programa; os dias e os horários de veiculação dos programas; as emissoras e os preços praticados por elas. Todos esses detalhes têm influência direta no custo do serviço, pois são fatores determinantes dos preços apresentados pelos competidores.

21. Portanto, a inclusão desses elementos nos procedimentos para contratação de serviços, em conformidade com art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, são

absolutamente necessários e permitem ao gestor definir adequadamente o objeto do serviço, a previsão de recursos a serem despendidos e o alcance do serviço, bem como a contratada definir o preço.

22. Ante o exposto e considerando que a contratação da empresa R2 Comunicações Ltda., pelo Sesi/DN, embora sem indícios de débito nos autos, foi realizada com grave infração à norma regulamentar, sem a realização do devido processo licitatório, em desacordo com os artigos 1º e 10, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da entidade;

23. Considerando que o Sesi/DN não justificou circunstanciadamente a situação de inexigibilidade ao contratar os serviços da empresa R2 Comunicações Ltda., sem observar o que prescreve o art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos e determina o Acórdão 300/98, prolatado pela 1ª Câmara deste Tribunal;

24. Considerando que o Sesi/DN não cumpriu adequadamente as regras do art. 13 do seu Regulamento de Licitações e Contratos;

25. Considerando, ainda, que as razões de justificativas apresentadas pelos senhores Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Diretor Substituto do Sesi/DN, à época dos fatos e Rui Lima do Nascimento, Diretor Superintendente Sesi/DN, não foram suficientes para elidir as irregularidades.

Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo que:

*I) julgue **irregulares** as contas dos Senhores Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Diretor Substituto do Sesi/DN, C.P.F. 004.578.928-20; e Rui Lima do Nascimento, Diretor Superintendente Sesi/DN, C.P.F. 029.892.047-68, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e 19, parágrafo único, da Lei n.º 8.443/92, com **aplicação individual de multa**, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, com base nos artigos 58, inciso I, e 23, inciso III, alínea "a" da citada Lei c/c o art. 202, § 7º, do Regimento Interno/TCU;*

*II) julgue **regulares com ressalva** as contas dos Senhores Fernando Luiz Gonçalves Bezerra, Diretor do Sesi/DN, C.P.F. 003.420.414-87; Humberto Menezes, Diretor de Desenvolvimento do Sesi/DN, C.P.F. 002.467.275-00; João Eduardo Barreto de Carvalho, Coordenador Administrativo do Sesi/DN, C.P.F. 184.279.951-72; e Roberto Rodrigues Romero Granero, Contador Sesi/DN, C.P.F. 177.993.687-72, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92; e*

III) determine ao Serviço Social da Indústria, que:

a) ao contratar obras, serviços, compras e realizar alienações observe a exigência do regular processo licitatório, de acordo com o art. 1º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, e com base no art. 10, II, desse Regulamento, somente promova a contratação direta nas situações que se enquadrarem rigorosamente na hipótese de dispensa ou inexigibilidade;

b) nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, apresente justificativas circunstanciadas, inclusive quanto a preço e escolha do contratado, bem como a ratificação pela autoridade competente, de conformidade com o art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi; e

c) ao iniciar o processo de contratação, formalize a solicitação, na qual deve conter a definição do objeto, dos recursos, e a conseqüente autorização, conforme exigido pelo art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Entidade."(grifos nossos).

4. O Sr. Secretário de Controle Externo da 5ª Secex põe-se de acordo com as conclusões da instrução (fl. 227, vol. principal).

5. O Douto representante do Ministério Público junto ao TCU, manifestou-se, em cota singela, favoravelmente às propostas da Unidade Técnica (f. 231, vol. 6).

É o relatório.

VOTO

Tratam os autos de Prestação de Contas ordinária, exercício 2001, dos responsáveis pelo Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi/DN). Entidade esta que administra contribuições de natureza parafiscal e que realizou despesas da ordem de R$ 232 milhões, no referido período.

2. A 5ª Secex, com a anuência de seu titular e o referendo do Ministério Público junto a esta Corte, propõe o julgamento irregular das contas dos Srs. Carlos Eduardo Moreira Ferreira e Rui Lima do Nascimento, Diretor Substituto e Diretor Superintendente do Sesi respectivamente, pelo ato de

contratação dos serviços da empresa R2 Comunicações Ltda., por dispensa de licitação, sem a correspondente justificativa para tal.

3. *Ab initio,* cabe destacar que este Tribunal, em Sessão Plenária realizada em 11/12/97, firmou compreensão no sentido de que os chamados Serviços Sociais Autônomos, por não estarem incluídos na lista de entidades enumeradas no parágrafo único do artigo 1º da Lei n.º 8.666/93, não estão sujeitos à observância dos estritos procedimentos ditados pela referida Lei, e sim aos seus regulamentos de licitações e contratos, devidamente publicados (Decisão 907/97-Plenário, Ata 53/97).

4. Assim, conforme destaquei no voto condutor do Acórdão n.º 199/2001 – Plenário, a linha jurisprudencial recentemente preconizada nesta Corte, no que se refere à fiscalização dos chamados Serviços Sociais Autônomos, reclama uma abordagem própria, de modo a conferir maior ênfase a questões finalísticas e à observância dos princípios gerais aplicáveis à administração pública (Decisão Plenária 907/97 - TC-011.777/96-6; Decisão 80/98 - 2ª Câmara, TC- 650.148/96-7; Acórdão 300/98 - 1ª Câmara, TC-009.319/96-4 e Decisão 27/99 - 1ª Câmara, TC-275.614/96-4, dentre outras).

5. Com efeito, penso que esta é a melhor abordagem a ser conferida na presente Prestação de Contas, isto é, deve-se analisar a gestão dos responsáveis tendo por enfoque os efetivos resultados alcançados em suas gestões.

6. Nesse espeque, noto que, embora não tenha constado do processo n.º 01115/2001 a justificativa circunstanciada que motivara a contratação, por inexigibilidade de licitação da firma R2 Comunicações Ltda., ela somente ocorreu porque os gestores já haviam contratado anteriormente tal firma e julgado seu desempenho adequado, de acordo com o disposto no art. 10, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi:

Art. 10 - A licitação será inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - [...]

II - na contração de serviços com empresa ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, ***decorrente de desempenho anterior****, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisistos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado;*

7. Assim, noto que a questão reduz-se ao caráter de falha de natureza formal, isto é, embora tenha tido justificativa para contratar a firma R2 Comunicações, os gestores não acostaram aos autos do processo tais justificativas.

8. Ademais ressaltar que os gestores realizaram pesquisa de preços com 3 (três) empresas do ramo das comunicações, tendo a proposta da firma R2 Comunicações demonstrado ser a de menor custo mensal (f. 189/191).

9. Tal constatação, aliada ao fato, consubstanciado pelo próprio analista instruinte do feito, de que não há indícios de dano ao erário nos presentes autos, leva-me a crer que os fatos relatados nestes autos não são suficientes para macular as contas dos responsáveis.

10. É de se notar que os 5 Anexos deste processo trazem documentação farta que comprovam a efetiva realização dos serviços pela firma R2 Comunicações. Há, ainda, documentação às f. 194/219 comprovando a realização de programas que divulgaram a instituição (Sesi) tornando mais conhecido do público em geral o relevante papel que esta vem realizando junto à Indústria Brasileira.

11. Em conclusão, penso, em coerência à linha jurisprudencial adotada por esta Corte, conforme mencionado no parágrafo 4 deste voto, que as presentes contas devem ser julgadas regulares com ressalvas, com a respectiva promoção de determinações à Unidade Gestora.

12. Por oportuno, trago à colação que este Tribunal, por meio do Acórdão n.º 300/98 – 1ª Câmara, julgou regulares com ressalvas as contas do Sesi, não obstante a ocorrência de falha de caráter semelhante à verificada nos presentes autos.

Dessa maneira, pedindo vênias à Unidade Técnica, bem como ao MPTCU, manifesto minha discordância com os pareceres emitidos nos autos e VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 21 de março de 2006.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

GRUPO II – CLASSE II – 2ª Câmara
TC 012.853/2002-7 (c/ 07 volumes)
Natureza: Prestação de Contas, exercício de 2001.
Entidade: Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional –SESI/DN.
Responsáveis: Carlos Eduardo Moreira Ferreira, CPF n. 004.578.928-20, Diretor Substituto; Rui Lima do Nascimento, CPF n. 029.892.047-68, Diretor Superintendente; Fernando Luiz Gonçalves Bezerra, CPF n. 003.420.414-87, Diretor; Humberto Menezes, CPF n. 002.467.275-00, Diretor de Desenvolvimento; João Eduardo Barreto de Carvalho, CPF n. 184.279.951-72, Coordenador Administrativo; e Roberto Rodrigues Romero Granero, CPF n. 177.993.687-72, Contador.

SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ENTIDADE DO SISTEMA "S". EXERCÍCIO DE 2001. CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA DE PUBLICIDADE SEM APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA CIRCUNSTANCIADA. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. ACOLHIMENTO DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA. CONTAS REGULARES COM RESSALVA.

1 – A baixa materialidade do contrato em relação aos recursos geridos pela entidade consubstancia-se em atenuante no tocante à irregularidade detectada de contratação direta sem licitação.

2 – Não tendo sido constatado dano ao erário e não comprovada a má-fé do gestor, as falhas detectadas não são suficientes para macular as contas do responsável.

VOTO REVISOR

Solicitei vista dos presentes autos na sessão de 31/03/2006 desta E. Câmara com o intuito de melhor estudar a matéria, de modo a formar minha convicção acerca dos questionamos que estão sendo tratados neste processo de Prestação de Contas do Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional (Sesi/DN), exercício de 2001, que ensejou entendimento do Ministro-Relator Lincoln Magalhães da Rocha discordante da proposta da unidade técnica e do parecer do Ministério Público.

2. Compulsando os autos verifico que a Secretaria de Controle Interno certificou a regularidade com ressalva das presentes contas (fl. 65), tendo a autoridade ministerial competente tomado conhecimento de tal parecer (fl. 69).

3. Inicialmente a unidade técnica entendeu, na instrução de fls. 76/79, que, apesar dos pareceres favoráveis do controle interno, não restou elidido o indício de irregularidade concernente à contratação, sem o devido processo licitatório, da empresa R2 Comunicações Ltda. para prestação de serviços de publicidade, com veiculação pelo rádio do programa "Sesi no ar", contratação essa firmada em 11/04/2001, com vigência de 12 meses, no valor mensal de R$ 295.000,00, perfazendo o total de R$ 3.540.000,00.

4. Com o intuito de obter maiores esclarecimentos acerca do indício de irregularidade detectado, a 5ª Secex diligenciou ao Serviço Social da Indústria (Sesi) – Departamento Nacional para obter cópia de todo o processo referente à contratação da empresa R2 Comunicações Ltda.

5. Em atendimento à diligência efetuada, o Sesi remeteu cópia do processo nº 01115/2001 SESI/DN referente à contratação da empresa R2 Comunicações Ltda.

6. Observo nos documentos acostados aos autos que já havia um contrato em andamento com a R2 Comunicações Ltda. (fl. 97) e, em 20/02/2001, foi proposto pelo Diretor-Superintendente ao Diretor Nacional do Sesi/DN que fosse efetuada nova contratação com aquela empresa, tendo em vista os bons resultados que a entidade vinha alcançando com o trabalho que estava sendo desempenhado para veiculação pelo rádio de suas atividades e programações.

7. Anteriormente à elaboração desse documento em que é proposta a efetuação de contratação direta, o Sesi/DN realizou pesquisa de preços e obteve propostas de duas outras empresas da área de publicidade e propaganda, além da R2 Comunicações Ltda.: Empresa Contexto Propaganda Ltda. (R$ 375.000,00 por mês) e RLC comunicações e idéias Ltda. (R$ 350.000,00 por mês).

8. Ressalto que a R2 Comunicações Ltda. cobrava no contrato anterior, com vigência até 11/04/2001, o valor mensal de R$ 246.600,00 para veiculação do programa "Sesi no ar" e na nova proposta efetuada esse preço saltou para R$ 295.00,00, o que representa um acréscimo de 19,6%.

9. Como na documentação acostada aos autos não constou “justificativa para contratação direta (dispensa ou inexigibilidade), a solicitação formal da contratação, a estimativa do valor e dos recursos para atender as despesas, justificativa da escolha do fornecedor e do preço e nem projeto básico, com definição dos locais (cidades/praças), horários, dias da semana de veiculação, emissoras, dentre outros”, a 5ª Secex (fls. 156/162) realizou audiência do Sr. Rui Lima do Nascimento, Diretor Superintendente do Sesi/DN para que justificasse a elaboração de proposta que culminou com a contratação direta da empresa R2 Comunicações Ltda. e, do Sr. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, Diretor do Departamento Nacional do Sesi, para que se manifestasse acerca da motivação para aprovação dessa proposta.

10. Em atendimento à audiência efetuada por este Tribunal os responsáveis apresentaram as razões de justificativa de fls. 180/188 onde afirmaram, em apertada síntese, que a dispensa de licitação em epígrafe, por ter se pautado em circunstanciada justificativa, inclusive em relação ao preço, cumpriu o previsto no Regulamento de Licitações e Contratos e atendeu à determinação contida no Acórdão 300/1998 – TCU – 1ª Câmara.

11. Ademais, os responsáveis alegam, ainda, que todo o procedimento efetuado para a contratação da empresa R2 Comunicações Ltda. pautou-se no art. 10 do Regulamento de Licitações e Contratos adotado pelo Sesi que, por oportuno, transcrevo a seguir:

“A licitação será inexigível quando houver inviabilidade de competição, em especial:

.....

II. Na contratação de serviços com empresa ou profissional de notória especialidade, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de **desempenho anterior**, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado.” Grifos acrescidos

12. Em pareceres uniformes a 5ª Secex considera, às fls. 221/226, que as razões de justificativa apresentadas não foram suficientes para elidir as irregularidades apontadas e conclui que, apesar de não existir indício de débito nos autos, a contratação em tela, efetuada sem o devido processo licitatório, não foi fundamentadamente justificada, o que caracteriza grave infração à norma regulamentar, em especial ao disposto nos arts. 1º, 10, inciso II e 11 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi. Destaco que a proposta da unidade técnica ao final é pela irregularidade das contas dos responsáveis.

13. Após o Ministério Público, no parecer de fl. 231, ter-se manifestado em concordância com a proposta de mérito efetuada pela 5ª Secex, verifico que os responsáveis acrescentaram nova peça aos autos argumentando que não se mostra razoável que esse Tribunal macule suas contas exclusivamente por causa da contratação direta da empresa R2 Comunicações Ltda., tendo em vista que essa é a única impropriedade detectada na gestão da entidade, apesar da complexidade da estrutura do Sesi que atua em todo o território nacional e da magnitude dos recursos geridos no exercício de 2001 (R$ 232 milhões).

14. Registro, aliás, que foi precisamente o questionamento acerca da materialidade do valor do contrato firmado com a empresa R2 Comunicações Ltda. em contraposição ao volume de recursos executados pelo Sesi em 2001, aliado ao fato de não haver constatação de dano ao erário, que me moveu a pedir vista do presente feito para meditar pausadamente sobre o assunto.

15. Após detalhada análise dos autos, constato que a irregularidade detectada de inexistência de fundamentação circunstanciada para a contratação da empresa R2 Comunicações Ltda., sem o devido processo licitatório, foi atenuada pela não-constatação de dano ao erário ou locupletamento dos responsáveis, razão pela qual entendo que o julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis se consubstanciaria em rigor excessivo.

16. Nesse sentido, reporto-me a caso análogo de contratação direta, efetuada pela Radiobrás, de empresa especializada na elaboração e produção do programa de rádio “café com o Presidente”, no qual o Ministro-Relator Marcos Vinicios Vilaça, no voto que embasou o Acórdão n. 2.096/2004 – Plenário, proferido no âmbito do TC 003.190/2004-0, assim se manifestou:

“18. Não obstante, **as mencionadas atipicidades da contratação em tela, embora a meu ver não justifiquem a irregularidade constatada (utilização indevida do instituto da inexigibilidade de licitação), configuram atenuantes ao ato administrativo inquinado. Além disso, não foram constatados indícios de má-fé ou locupletamento dos gestores, bem assim da prática de preços abusivos na contratação, embora as justificativas para os valores acordados tenham tomado por base contrato anteriormente firmado pela Presidência da República que difere substancialmente da avença ora questionada.**

19. Além do mais, não identifico nos autos elementos que evidenciem comportamento, seja intencional ou por negligência, dos responsáveis no sentido de fraudar a norma. Percebe-se, sim, divergência de entendimento quanto a interpretação de dispositivo legal aplicável a caso concreto 'sui generis'.

20. Inquestionável a previsão no contrato em análise de serviços múltiplos e exorbitantes. Um contrato cujo objeto é prestar serviços especializados de elaboração e produção de programa de rádio não pode conter, por exemplo, a criação de workshops e outros formatos de treinamento para os profissionais da Radiobrás (item 3.7 da cláusula terceira do contrato - fls. 178/191). Acerca disso, penso que basta ao Tribunal fazer determinação à entidade, já que não se identifica no contrato remuneração adicional para os serviços estranhos ao objeto principal que pudesse acarretar prejuízo ao Erário, tal como bem resguarda o item do contrato retromencionado in fine." (Grifos acrescidos).

17. Destarte, considero que, no caso concreto tratado nos autos, em que se analisa a contratação, por inexigibilidade de licitação, de empresa de publicidade para prestação de serviço de veiculação de programa de rádio, cabe o mesmo entendimento adotado por este Tribunal no TC 003.190/2004-0.

18. Considero que, mormente quando se verifica que o valor total do contrato em tela representa cerca de 1% dos recursos geridos no exercício de 2001, afigura-se mais adequado julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis e determinar ao Sesi/DN que, doravante, nas contratações para execução de obras, prestação de serviços ou realização de compras e alienações, observe estritamente o que prevê o Regulamento de Licitações e Contratos daquela entidade, admitindo-se casos de inexigibilidade/dispensa apenas quando houver apresentação de justificativas circunstanciadas, inclusive no que se refere ao preço acordado e aos critérios de escolha do contratado.

Assim sendo, rendendo homenagens ao ilustre Relator Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, pela deliberação – justa e amparada em recente jurisprudência deste Tribunal – que propõe a este Colegiado, voto o acompanhando, integralmente.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Revisor

ACÓRDÃO Nº 851/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 012.853/2002-7

2. Grupo II – Classe II – Prestação de Contas, exercício de 2001.

3. Responsáveis: Carlos Eduardo Moreira Ferreira (CPF. 004.578.928-20), Diretor Substituto; Rui Lima do Nascimento (CPF. 029.892.047-68), Diretor Superintendente; Fernando Luiz Gonçalves Bezerra (CPF. 003.420.414-87), Diretor; Humberto Meneses (CPF. 002.467.275-00), Diretor de Desenvolvimento; João Eduardo Barreto de Carvalho (CPF. 184.279.951-72), Coordenador Administrativo; e Roberto Rodrigues Romero Granero (CPF. 177.993.687-72), Contador.

4. Entidade: Serviço Social da Industria - Departamento Nacional (Sesi/DN).

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha

6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo De Vries Marsico, Procurador.

7. Unidade Técnica: Secex-5

8. Advogado constituído nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF n. 6.098, e outros (f.. 176/177, vol. principal).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da Prestação de Contas dos responsáveis pelo Social da Industria - Departamento Nacional (Sesi/DN), referente ao exercício de 2001.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Carlos Eduardo Moreira Ferreira (CPF. 004.578.928-20), Diretor Substituto do Sesi/DN; Rui Lima do Nascimento (CPF. 029.892.047-68), Diretor Superintendente do Sesi/DN; Fernando Luiz Gonçalves Bezerra (CPF. 003.420.414-87), Diretor; Humberto Meneses (CPF. 002.467.275-00), Diretor de Desenvolvimento; João Eduardo Barreto de

Carvalho (CPF. 184.279.951-72), Coordenador Administrativo; e Roberto Rodrigues Romero Granero (CPF. 177.993.687-72), Contador, com fundamento nos arts. 16, inciso II; 18 e 23, inciso II da Lei n.º 8.443/92, dando-lhes quitação;

9.2. determinar ao Sesi/DN que:

9.2.1. ao contratar obras, serviços, compras e realizar alienações observe a exigência do regular processo licitatório, de acordo com o art. 1º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi, e com base no art. 10, II, desse Regulamento, somente promova a contratação direta nas situações que se enquadrarem rigorosamente na hipótese de dispensa ou inexigibilidade;

9.2.2. nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação, apresente justificativas circunstanciadas, inclusive quanto a preço e escolha do contratado, bem como a ratificação pela autoridade competente, de conformidade com o art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi;

9.2.3. ao iniciar o processo de contratação, formalize a solicitação, na qual deve conter a definição do objeto, dos recursos, e a conseqüente autorização, conforme exigido pelo art. 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Entidade; e

9.3. dar ciência do presente Acórdão aos responsáveis.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0851-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I - CLASSE II - 2ª CÂMARA
TC-011.090/2003-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP
Responsáveis: Daniel Martins Nobre (CPF 241.333.532-34), ex-Prefeito, e Atlanta Ltda (CNPJ 03.004.658/0001-80).

Sumário: Tomada de Contas Especial. Convênio. Construção e equipamento de posto de saúde. Execução parcial do objeto. Pagamento antecipado de despesa relativa aos equipamentos. Não fornecimento dos bens contratados. Citação solidária dos responsáveis. Alegações de defesa insuficientes para descaracterizar o débito. Contas irregulares. Débito. Multa. Autorização para cobrança judicial. Remessa de cópia dos autos ao Ministério Público da União.

RELATÓRIO

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde contra o Sr. Daniel Martins Nobre, ex-Prefeito de Laranjal do Jari/AP, em razão da desaprovação da prestação de contas dos recursos federais transferidos ao Município, mediante o Convênio 1.643/99, SIAFI 386.399, no valor de R$ 135.000,00, cujo objeto era a construção e o equipamento de um posto de saúde naquele município.

Após a realização de verificações *in loco*, o órgão concedente confirmou somente a construção do posto de saúde, com documentação comprobatória no valor de R$ 102.721,12. Assim, solicitou esclarecimentos do responsável acerca da ausência dos equipamentos destinados ao posto, da falta de devolução de saldo existente em conta específica para movimentação dos recursos e da não aplicação da

contrapartida, além de outras. À luz dos esclarecimentos prestados, o órgão repassador emitiu o parecer técnico de f. 106/9 opinando pela não aprovação da prestação de contas da totalidade dos recursos repassados e pela instauração de tomada de contas especial.

Decorrente disso, foi instaurada a presente TCE e certificada a irregularidade das contas (f. 130), tendo a autoridade ministerial emitido seu pronunciamento à f. 132.

Já no âmbito deste Tribunal, o responsável foi regularmente citado para apresentar defesa ou recolher a importância de R$ 32.278,88 (f. 136/7), correspondente ao valor destinado à aquisição dos equipamentos (R$ 30.764,50) somado ao saldo não utilizado na edificação do posto de saúde (R$ 1.514,38).

Atendendo à citação, o ex-Prefeito acostou sua defesa à f. 141/324, aduzindo que o valor de R$ 1.514,38 foi utilizado para a edificação de um muro ao redor do posto de saúde. Quanto aos equipamentos que equipariam o posto, alega o mesmo que, dado a necessidade de pronto atendimento das pessoas atingidas por enchente que assolou o município, acarretando a decretação de estado de calamidade pública, foi realizado o pagamento antecipado à empresa Atlanta Ltda., no entanto a mesma não efetuou a entrega dos bens contratados.

Diante das informações prestadas pelo responsável e tendo em conta o pagamento antecipado realizado em 20/12/2000 à empresa Atlanta Ltda., no valor de R$ 32.000,00, (f. 145 e 155, vol. 1), foi realizada a citação do ex-Prefeito solidariamente com essa empresa, na pessoa de sua responsável, pelo mencionado valor, bem como foi efetuada diligência junto à prefeitura devido ao fato de não ter sido recolhido o valor não aplicado no objeto do convênio, no valor de R$ 278,88, aos cofres do Fundo Nacional de Saúde.

Em resposta à diligência, a Prefeitura acostou os documentos de f. 367/8, volume 2, comprovando o recolhimento do valor reclamado, sem a incidência de juros e atualização monetária.

O ex-Prefeito permaneceu silente diante do novo chamamento processual, não obstante ter sido regularmente citado (f. 330) e ter solicitado dilação de prazo para apresentar sua defesa (f. 345), a qual foi devidamente deferida.

A Atlanta Ltda., por intermédio de sua representante legal – Senhora Maria de Fátima Trindade Furtado – acostou sua defesa à f. 340/1. Alega, em síntese, desconhecimento sobre o contrato de fornecimento de equipamento com a prefeitura em questão, bem como afirma que a empresa não recebeu qualquer valor decorrente dessa avença. Informa que outorgou mandato, juntamente com sua sócia, ao Senhor Antônio Sérgio de Freitas Cardoso, conferindo-lhe amplos poderes sobre a gerência dos negócios da empresa e reclama seja o mesmo intimado a comparecer aos autos.

Regularmente citado e tendo solicitado dilação de prazo para apresentação de sua defesa, o Senhor Antônio Sérgio de Freitas Cardoso não mais compareceu aos autos (f. 350/2). Apesar de efetivada a citação do alegado procurador da empresa, a Secex reconheceu o lapso ocorrido e sugere a desconsideração da citação pessoal feita, uma vez que a citação deve recair sobre a pessoa jurídica.

Diante desse quadro, propugna a Unidade instrutiva pela irregularidade das presentes contas fundamentada na Lei 8.443/92, art. 16, inciso III, alínea “b”, com a condenação do ex-Prefeito, solidariamente com a empresa Atlanta Ltda – na pessoa de sua representante legal, ao pagamento do valor de R$ 30.000,00, aplicando-lhes, também, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92 (f. 143/6).

O Ministério Público endossa a proposta da Unidade Técnica pela irregularidade das contas, porém com supedâneo na Lei 8.443/92, art. 16, inciso III, alínea “b” e “c”, acrescentando a proposta de remessa de cópia das peças pertinentes ao Ministério Público da União para o ajuizamento das ações cabíveis (f. 147).

VOTO

A presente tomada de contas especial é decorrente da execução parcial de convênio, cujo objeto previa a construção de um posto de saúde e o seu equipamento, no valor total de R$ 135.000,00, onde não ficou comprovada a aplicação de recursos no montante de R$ 32.278,88, destinados à aquisição dos equipamentos necessários ao funcionamento do referido nosocômio.

Evidenciado que o ex-Prefeito contratou com a empresa Atlanta Ltda. o fornecimento dos mencionados equipamentos, antecipando-lhe o pagamento – realizado no dia 20/12/2000 –, sem que os ditos bens tivessem sido efetivamente entregues, foram os mesmos citados solidariamente pelo valor contratado, R$ 32.000,00.

Quanto ao valor restante, R$ 278,88, a Prefeitura Municipal fez o recolhimento do mesmo aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, em atendimento à diligência efetuada.

Observo, de início, que o ex-Prefeito atendeu ao primeiro chamamento processual para apresentação de sua defesa, permanecendo silente quando citado pela segunda vez. Dado o fato de ambas citações possuirem, na essência, o mesmo teor, entendo que as razões trazidas devem ser cotejadas, não sendo considerado o responsável revel, conforme sugerido tanto pela Unidade Técnica quanto pelo Ministério Público.

Na essência, sua defesa dá conta que o pagamento antecipado à empresa Atlanta Ltda. foi necessário devido ao estado de calamidade pública que se verificou no município, em decorrência de uma enchente, acarretando urgência no atendimento da população atingida. Reclama pela imputação de responsabilidade à empresa contratada, uma vez que a mesma não forneceu os equipamentos contratados.

Como bem assinala a unidade instrutiva, são excepcionalíssimos os casos em que a despesa pode ser paga antecipadamente à liquidação da despesa. Mesmo os casos de calamidade pública não se inserem nessas exceções. Ademais, o alegado estado de calamidade foi decretado em abril de 2000 ao passo que a contratação e o pagamento dos equipamentos ocorreram no mesmo dia 20 de dezembro de 2000, época em que certamente não mais subsistia o alegado estado de calamidade.

Quanto à defesa apresentada pela empresa Atlanta Ltda., por intermédio de sua representante, sou da opinião que também não deve prosperar. Tenta a mesma eximir-se de responsabilidade pelo simples fato de ter outorgado a gestão dos negócios a terceiro mandatário, não tendo conhecimento sobre o contrato celebrado nem auferido vantagem de qualquer espécie. Com efeito, a responsabilização aqui é decorrente da inobservância de um dever previamente contratado, não se prestando os argumentos trazidos para afastá-la.

Dessa forma, acolho no essencial as propostas ofertadas e considero também apropriada a sugestão da nobre representante do Ministério Público quanto ao envio de cópia dos autos ao Ministério Público da União, para o ajuizamento das ações cabíveis, a teor do disposto no art. 209, § 6º, do Regimento Interno.

Ante o exposto, voto no sentido de que seja aprovado o Acórdão que ora submeto à Segunda Câmara.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 852/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-011.090/2003-0
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Daniel Martins Nobre (CPF 241.333.532-34), ex-Prefeito, e Atlanta Ltda (CNPJ 03.004.658/0001-60)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari/AP.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex/AP.
8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde contra o Senhor Daniel Martins Nobre, ex-Prefeito Municipal de Laranjal do Jari/AP, em razão de irregularidades na aplicação de parte dos recursos repassados mediante o Convênio 1643/99, celebrado em 3/7/1998, no valor total de R$ 135.000,00, cujo objetivo era a construção e o equipamento de um posto de saúde naquele município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas “b” e “c”; 19, **caput**; 23, inciso III; e 57 da Lei 8.443/92, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e condenar o Senhor Daniel Martins Nobre,

solidariamente com a empresa Atlanta Ltda., ao recolhimento da importância de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) aos cofres do Fundo Nacional Saúde, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 20/12/2000 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias para comprovar o recolhimento, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/92:

9.2. aplicar aos responsáveis indicados no item precedente a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que efetue, e comprove perante o Tribunal, o seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.4. encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público da União, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0852-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

Grupo I - Classe II - 2ª Câmara.
-TC-014.311/2003-7.
-Natureza: Tomada de Contas Especial.
-Unidade: Município Timon/MA.
-Responsável: Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira (ex-Prefeito, CPF 077.546.553-49) e o Município de Timon (CGC 06.115.307/0001-14).

-Sumário:

. CONVÊNIO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. APLICAÇÃO INDEVIDA DOS RECURSOS FEDERAIS. IRREGULARIDADE DAS CONTAS.

1. A aplicação dos recursos em finalidade estranha à pactuada no instrumento regulador impede sejam recepcionadas as contas do gestor.

2. A identificação de anomalias na gestão e a verificação de que parte substantiva dos recursos foi utilizada em proveito exclusivo do município ditam a obrigatoriedade de a pessoa jurídica de direito público responder, em solidariedade com o gestor, na reposição do correspondente numerário.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada por iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por força de determinação desta Corte de Contas expressa em sede das deliberações plenárias representadas pelas Decisões nº 420/2000 e nº 1124/2002. Aludidas decisões decorreram da verificação de irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao Município de Timon/MA, em virtude do Termo de Convênio nº 91.871/98 (SIAFI 346453), celebrado entre o FNDE e o Executivo local, com o fito de favorecer a aquisição de materiais destinados à higiene e aos primeiros socorros de alunos da 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental das Escolas Municipais e Estaduais localizadas na circunscrição municipal.

2. A verba alocada para tal finalidade, no valor original de R$ 202.020,00 (duzentos e dois mil e vinte reais), foi suportada pela Nota de Empenho nº 98NE92607, de 14/05//1998, e liberada por meio da Ordem Bancária 98OB91828, de 18/06/1998.

3. A Secretaria Federal de Controle Interno/Controladoria-Geral da União elaborou os correspondentes Relatório (f. 176/178) e Certificado (f. 179) de Auditoria, os quais opinam pela irregularidade das contas do Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira, posicionamento devidamente comunicado à autoridade ministerial competente (f. 181).

4. Em âmbito do Tribunal de Contas da União, a Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão, na intervenção da f. 184, pautada em prerrogativa inserta na Portaria Segecex 10, de 18/05/2004, redistribuiu o feito para a estrutura administrativa do Projeto "Redução de Estoque de Processos". A instrução inaugural, em âmbito do Projestoq (f. 193/198), após considerar que há nos autos provas no sentido de que parte dos recursos do convênio foi destinada a despesa de interesse exclusivo da Prefeitura (pagamento de servidores), propôs, com a aquiescência do dirigente (f. 199), fosse promovida a citação do Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira, ex-Prefeito, em regime de solidariedade com o Município de Timon/MA, na pessoa de seu representante legal, com fundamento no artigo 2º da Decisão Normativa nº 56/2004 – TCU, a fim de que pudessem apresentar alegações de defesa ou comprovar perante o Tribunal o recolhimento aos cofres do FNDE da quantia reclamada, no valor original de R$ 202.020,00 (duzentos e dois mil e vinte reais).

5. A providência cogitada foi levada a termo por meio dos expedientes constantes às f. 200/202 e 203/204 (Avisos de Recebimento às f. 216 e 214). Em seguida à convocação feita, o Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira compareceu aos autos, na forma dos requerimentos insertos às f. 217 e 224, passagens nas quais, primeiro, solicitou vista e cópia de peças processuais, para, em seguida, postular a dilação, por mais noventa dias, do prazo originalmente concedido para a formulação de defesa. Concedido ao interessado o acesso aos autos e as cópias reclamadas, foi ainda deferido por este Relator prorrogação ao prazo original fixado para o encaminhamento de defesa por mais sessenta dias.

6. Todavia, esgotados os prazos fixados para a apresentação de defesa, tanto o Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira como a pessoa jurídica de direito público Município de Timon/MA não compareceram aos autos, assumindo, assim, a condição de revéis, tal como previsto no § 3 do artigo 12 da Lei 8.443/92.

7. A unidade técnica responsável pela instrução conclusiva (Secex/RS), diante da inércia das partes envolvidas, propôs o seguinte encaminhamento para a matéria (f. 239/241):

"(...)

6. Portanto, propomos o encaminhamento do processo ao Ministro-Relator Lincoln Magalhães da Rocha, sugerindo:

6.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", § 2º , alíneas "a" e "b", da Lei 8.443/92, c/c os arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar as presentes contas irregulares e condenar solidariamente o Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira, ex-Prefeito de Timon/MA, e a Prefeitura Municipal de Timon/MA, a recolherem ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a quantia de R$ 202.020,00, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora devidos, desde a data do recebimento em 23.06.1998;

6.2 enviar cópia da Nota Fiscal nº 14.334 (f. 95), no valor de R$ 160.455,61, à Secretaria da Fazenda no Rio Grande do Sul, para conhecimento e providências cabíveis, considerando tratar-se de operação interesdual sem a aposição de carimbo/selo fiscal indicativo de que as mercadorias efetivamente tenham saído do Estado do Rio Grande do Sul;

Responsáveis: Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira.....CPF 077.546.553-49

Prefeitura Municipal de Timon/MA..... .CGC 061153307/001-14

Valor Atualizado em 31.08.2005.....R$ 618.714,87

(...)".

O Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin, firma a seguinte compreensão sobre a matéria (f. 242/243):

"(...)

3. Dentre as irregularidades, destaca-se a emissão de dois cheques, no valor total de R$ 181.498,41, para pagamento de servidores da Prefeitura "e não para quitar a dívida junto a fornecedores de materiais hospitalares e de higiene pessoal, conforme constou da prestação de contas da

prefeitura" (fl. 200). Esse valor diz respeito aos cheques nºs 000.004 e 000.005 e, conforme a prestação de contas, corresponderiam às notas fiscais nºs 14334, 51747 e 18839, emitidas pelas empresas Dentária e Distribuidora Hospitalar Porto Alegrense Ltda. e Medical Mercantil de Aparelho Médica Ltda (vide quadro de fl. 108).

4. Quanto ao restante do valor transferido pelo FNDE, também não há elementos que permitam atestar a licitude de sua utilização. Isso porque há fortes indícios de que as notas fiscais sofreram adulteração para atenderem requisitos legais exigidos na prestação de contas dos recursos conveniados (fl. 200 e fls. 93/95 do volume principal do TC nº 014.789/1999-0).

5. Os fatos narrados nos autos levam à compreensão de que o Município de Timon/MA, com a aplicação desviada dos recursos, beneficiou-se tão-somente da parcela utilizada no pagamento da folha salarial da Prefeitura. Não há elementos que demonstrem claramente o seu proveito com o uso irregular do restante dos recursos.

6. Não obstante o valor utilizado para pagamento dos servidores municipais ser proporcionalmente relevante, não constitui a totalidade dos valores trasferidos pelo FNDE por conta do referido Convênio.

7. Ante o exposto, este representante do Ministéiro Público manifesta-se no sentido de que, com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alíneas "a" e "b", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, sejam julgadas irregulares as presentes contas, com a imputação de débito na forma seguinte:

a) Município de Timon/MA solidariamente com o Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira, R$ 181.498,41, a serem recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora desde 23/06/1998;

b) Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira: R$ 20.521,59 a serem recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora desde 23/06/1998.

8. Outrossim, sugerimos a cominação ao Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira da multa prevista no artigo 57 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, o envio de documentação ao Ministério Público da União, nos termos do artigo 16, § 3º, da referida Lei, assim como a efetivação da providência alvitrada no item 6.2 da proposta da instrução (fl. 240)."

VOTO

Resultaram apuradas ao término do exame destes autos de Tomada de Contas Especial, em relação aos responsáveis identificados no Relatório precedente, as seguintes irregularidades:

a) Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira, ex-dirigente municipal -

a.1) conforme verificação feita a partir dos extratos bancários, os recursos do FNDE foram transferidos para a conta movimento da prefeitura Municipal de Timon/MA, retornando para a sua conta específica após oito meses da data do crédito da Ordem Bancária;

a.2) emissão de quatro cheques para pagamento das despesas previstas no objeto do Convênio. No entanto, dois dos cheques, com o valor total de R$ 181.498,41 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), foram utilizados para o pagamento de servidores da prefeitura e não para quitar a dívida junto a fornecedores de materiais hospitalares e de higiene pessoal, conforme constou da prestação de contas da prefeitura;

c) indícios significativos de que notas fiscais sofreram adulteração para atenderem requisitos legais exigidos na prestação de contas dos recursos conveniados, tendo sido verificado que foram adquiridos produtos distintos, em cidades muito distantes entre si (Teresina/PI e Porto Alegre/RS), porém, ambas as notas fiscais foram datadas em 03/02/99. Ressalta-se que a caligrafia é idêntica quanto às datas, porém, não há similaridade com a grafia disposta na descrição dos materiais relacionados;

b) pessoa jurídica de direito público Município de Timon/MA –

b.1) obtenção de benefício irregular ante a utilização de parte dos recursos recebidos por meio do Convênio 91.871/98 no pagamento da folha salarial da Prefeitura.

2. Cabe ter presente que o envolvimento do Município no rol de responsáveis, em solidariedade com o ex-administrador, decorre da verificação de que parte substantiva dos recursos foi utilizada em detrimento do objeto conveniado, redundando em benefício dos cofres municipais. Já o ex-Prefeito responde, tanto pela ocorrência anterior, como pela falta de veracidade das informações

prestadas em âmbito da prestação de contas. Pesam ainda contra a sua pessoa as evidências de possíveis adulterações em notas fiscais utilizadas no dossiê comprobatório das contas.

3. Devidamente convocadas aos autos, as partes interessadas deixaram transcorrer **in albis** os prazos oferecidos com o fito de que pudessem ser apresentadas as defesas entendidas necessárias ou comprovado o recolhimento da quantia reclamada aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Tal proceder dá azo à condição de revel, tal como preceitua o art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

4. Entende este Relator, na forma do pensamento expresso pelo MP/TCU, que as irregularidades identificadas nos autos concorrem, no que alude à fundamentação legal requerida para efeito de julgamento de mérito, para a tipificação das práticas previstas nas seguintes alíneas do inciso III do artigo 16 da Lei Orgânica do TCU, a saber: "b" prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária operacional ou patrimonial; e "c" dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.

5. Concordo, também, com o pensamento exposto pelo douto representante do **Parquet** especializado no que atine à especificação da responsabilidade do ex-Prefeito e do Município ante os valores mencionados no correspondente Parecer daquela unidade.

Destarte, no mérito, manifesto-me de acordo com o parecer exarado pela unidade técnica, com o ajuste feito pelo Ministério Público junto ao TCU. Sendo assim, voto por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação desta e. 2ª Câmara.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 853/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-014.311/2003-7.
2. Grupo I – Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira (ex-Prefeito, CPF 077.546.553-49) e o Município de Timon (CGC 06.115.307/0001-14).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Timon/MA.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Projestoq e Secex/RS.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira, ex-dirigente Municipal, e da pessoa jurídica de direito público Município de Timon/MA, instaurada por iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por força de determinação desta Corte de Contas expressa em sede das deliberações plenárias representadas pelas Decisões nº 420/2000 e nº 1124/2002. Aludidas decisões decorreram da verificação de irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao Município de Timon/MA, em virtude do Termo de Convênio nº 91.871/98 (SIAFI 346453), celebrado entre o FNDE e o Executivo local, com o fito de favorecer a aquisição de materiais destinados à higiene e aos primeiros socorros de alunos da 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental das Escolas Municipais e Estaduais localizadas na circunscrição municipal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis, Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira e a pessoa jurídica de direito público Município de Timon/MA;

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alíneas "a" e "b", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr.

Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira e a pessoa jurídica de direito público Município de Timon/MA, em regime de solidariedade, ao pagamento da quantia original no valor de R$ 181.498,41 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 23/06/1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, alíneas "a" e "b", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira ao pagamento da quantia original no valor de R$ 20.521,59 (vinte mil, quinhentos e vinte e um reais e cinqüenta e nove centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 23/06/1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor

9.4. aplicar ao Sr. Sebastião de Deus Rodrigues Ferreira a multa prevista nos artigos 19, **caput**, e 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.6. remeter cópia integral do processo, bem como da presente deliberação, Relatório e Voto que a fundamentam, ao Ministéiro Público da União, para ajuizamento das ações penais e civis cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 6 do Regimento Interno/TCU;

9.7. enviar à Secretaria da Fazenda no Rio Grande do Sul cópia da Nota Fiscal nº 14.334, no valor de R$ 160.455,61 (cento e sessenta mil, quatrocentos e cinqüenta e cinco reais e sessenta e um centavos), para conhecimento e providências cabíveis, tendo em vista tratar-se de operação interestadual sem a aposição de carimbo/selo fiscal indicativo de que as mercadorias efetivamente tenham saído do Estado do Rio Grande do Sul.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0853-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

Grupo I - Classe II - 2ª Câmara.
TC-008.092/2003-3
Natureza: Tomada de Contas.
Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre.
Responsáveis: Sady Carnot Falcão Filho, CPF 066.738.211-91; José Valmir da Silva Cruz, CPF 194.189.142-04; Noelia de Magalhães Villela, CPF 112.907.492-72; Valdemar da Silva Fagundes, CPF 222.083.561-87 e Hilda Maria Monteiro, CPF 033.055.381-04.

Advogado constituído nos autos: não há.

Sumário: TOMADA DE CONTAS. EXERCÍCIO DE 2002. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATO VERBAL. PAGAMENTO SEM AMPARO CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE EFETIVIDADE NA FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS. CONTAS IRREGULARES E REGULARES COM RESSALVA.

1. Julgam-se irregulares as contas do responsável, com aplicação de multa, pela ausência de justificativa da dispensa de licitação e de formalização de termo de contrato, realização de pagamentos sem amparo contratual e designação apenas formal de servidor para acompanhar e fiscalizar os contratos sem que ele atuasse de fato.

2. A ausência de contrato formal nas contratações da Administração Pública, bem como o respectivo pagamento sem o devido instrumento contratual infringe ao disposto nos arts. 60, 61 e 62 da Lei n.º 8.666/93.

3. A fiscalização de contratos da Administração Pública deve ser procedida de forma efetiva, de modo a evitar a ocorrência de desvios em sua execução.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre relativa ao exercício de 2002.

2. No âmbito da Secex/AC, este processo foi posto em diferimento, nos moldes definidos no Manual de Instrução de Processos de Tomada e Prestação de Contas aprovado pela Portaria TCU n.º 171/2001, posteriormente reformulado pela Portaria TCU n.º 105/2004.

3. Tendo o processo sido retirado do diferimento, a Secex/AC manifestou-se, em primeiro momento, às f. 70/71, pela regularidade com ressalvas das presentes contas, com a conseqüente promoção de determinações à Unidade Gestora.

4. O representante do **parquet** especializado, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador, em despacho de f. 72, dissentiu da proposta alvitrada pela Secex/AC em função de diversas irregularidades noticiadas no Relatório de Auditoria da CGU (f. 44/52), e propôs, de forma diversa, a realização de audiência dos Srs. Sady Carnot Falcão Filho e José Valmir da Silva Cruz, para que apresentassem razões de justificativa para as irregularidades verificadas pelo órgão de controle interno.

5. O Relator do feito, Ex.mo. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, acolheu o parecer do MPTCU e determinou, por meio de despacho às f. 73, a competente audiência dos responsáveis.

6. Assim, por meio de ofícios às f. 74/77, a Secex/AC promoveu a audiência dos responsáveis, que apresentaram razões de justificativa às f. 83/94 e 95/136.

7. No curso da análise das razões de justificativa, a Secex/AC detectou a necessidade de realizar diligência à Unidade Gestora com o fito de obtenção de cópia da publicação no Diário Oficial da União (DOU) do extrato do Contrato Administrativo Provisório n.º 01/2001, firmado entre a União, por intermédio da Divisão de Convênios e Gestão do Ministério da Saúde no Acre, e a empresa Líder Serviços Gerais Ltda.

8. Em resposta à aludida diligência, o Núcleo Estadual de Saúde do Acre informou, por meio de ofício às f. 139, que a publicação do Contrato n.º 01/2001 no DOU não havia ocorrido.

9. Prosseguindo na análise das justificativas ofertadas pelos Srs. Sady Carnot Falcão Filho e José Valmir da Silva Cruz, a Secex/AC assim se pronunciou:

"2.1. Responsável:

Sady Carnot Falcão Filho

CPF nº 066.738.211-91

Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde.

***2.1.1. Irregularidades**:*

a) Processo nº 25011.000268/2001-32: ausência de justificativa da dispensa de licitação realizada para a contratação da empresa Líder Serviços Gerais Ltda. Ausência de termo de contrato ou outro instrumento hábil e realização de pagamentos sem amparo contratual, em desacordo ao disposto nos artigos 26, 60, parágrafo único e 62, da Lei nº 8.666/93 e art. 63, § 2º, inciso I, da Lei nº 4.320/64;

b) designação meramente formal de servidor para acompanhar e fiscalizar os contratos do órgão, sem a efetiva execução da tarefa, descumprindo o disposto nos arts. 67, da Lei nº 8.666/93 e 6º, do Decreto 2.271/97; e

c) Processo nº 25011.000058/2001-63: realização de pagamentos sem amparo contratual, bem como em montante superior ao limite fixado no art.24, II, da Lei nº 8.666/93, infringindo o disposto nos arts. 24, II e 60, da Lei nº 8.666/93 e art. 63, § 2º, I, da Lei nº 4.320/64.

2.1.2. Considerações Apresentadas (fls. 95/136):

Em síntese, o responsável apresentou razões de justificativa, nos seguintes termos:

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde - FNS, não pode ser, sequer solidariamente ou por qualquer regressão, argüido pelas irregularidades apuradas na análise das contas do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre.

O fato de todos os recursos do Ministério da Saúde serem alocados orçamentária e financeiramente ao Fundo Nacional de Saúde não torna o Diretor-Executivo objetiva ou pessoalmente responsável pela boa ou má aplicação da totalidade desses recursos. Conforme o disposto na Portaria nº 1147/GM, de 11/10/2000, a Divisão de Convênios e Gestão do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre - DICON – AC teria que se reportar ao FNS apenas no tocante à parte técnica e não em face das atividades rotineiras atinentes aos seus recursos logísticos e recursos humanos, processos de aquisição de bens ou serviços, licitação e contratos. Os atos negociais em questão eram, e são, de responsabilidade local, e apenas podem ser solidarizados ou regressados, como claramente indica a norma, às unidades correspondentes na Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE/MS, caso em hipótese de dúvida os processos tivessem subido em razão da matéria, para pronunciamento ou instrução das citadas 'unidades organizacionais correspondentes'.

Ainda, é razoável atentar-se para o disposto no Anexo I – Estrutura Regimental do Ministério da Saúde, do Decreto nº 4.194, de 11 de abril de 2002, que 'aprova a Estrutura Regimental e o Quadro dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Saúde e dá outras providências'. Em seu artigo 2º descreve que o 'Ministério da Saúde tem a seguinte estrutura organizacional' e menciona como 'órgão de 'assistência direta e imediata ao Ministro de Estado' a Secretaria Executiva – SE/MS, figurando abaixo deste órgão, no ponto 4, a Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde. No ponto 5, ***também diretamente subordinadas à SE/MS, encontram-se as unidades descentralizadas: os Núcleos Estaduais****.'*

Por seu turno, o art. 8º define as competências da Diretoria-Executiva do FNS, litteris:

Art. 8º À Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde compete:

I – planejar, coordenar e controlar as atividades orçamentárias, financeira e contábil do Fundo Nacional de Saúde, inclusive aquelas executadas por unidades descentralizadas;

II – promover as atividades de cooperação técnica nas áreas orçamentária e financeira para subsidiar a formulação e a implementação de políticas de saúde;

III – estabelecer normas e critérios para o gerenciamento das fontes de arrecadação e a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros;

IV – planejar, coordenar e supervisionar as atividades de financiamento de programas e projetos;

V – acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos financiados com recursos do Fundo Nacional de Saúde;

VI – planejar, coordenar e supervisionar as atividades de convênios, ajustes e similares sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, bem como promover o acompanhamento da aplicação de recursos transferidos ao SUS; e

VII – planejar, coordenar e supervisionar as atividades de prestação de contas e de Tomada de Contas Especial dos recursos do SUS alocados ao Fundo Nacional de Saúde.

O art. 9º define ao que compete ao doravante denominados Núcleos Estaduais:

'Art. 9º Aos Núcleos Estaduais, por intermédio de suas unidades organizacionais, compete desenvolver atividades técnico-administrativas e de apoio logístico, bem como praticar os demais atos necessários à atuação dos órgãos do Ministério da Saúde.'

Há que se reconhecer que a subordinação técnica e administrativa das DICON seria apenas em função da descentralização, ou desconcentração, das atividades do FNS decorrentes das transferências de recursos mediante a celebração de convênios, mais especificamente, a habilitação e o cadastramento

de pleitos/projetos e o acompanhamento e a prestação de contas de convênios firmados entre os entes beneficiários e o Ministério da Saúde.

Nesse sentido, não foi silente o ato disciplinar, Portaria 1147/2000, quando no art. 3º, estabelece:

Art. 3º As Divisões e Serviços de Convênio e Gestão dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, nas unidades federadas, passam a responder pela Unidade Gestora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde para a administração orçamentária, financeira, material, serviços gerais, patrimonial e de recursos humanos, com vistas ao funcionamento das unidades organizacionais de que trata o art. 2º desta Portaria, exceto nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro

Fica, senão explícito, claramente subentendido que o ordenador dessas despesas ora sob argüição de irregularidades, não pode ser, sequer solidariamente ou por qualquer regressão, o Diretor Executivo do FNS. Caso contrário, seria o mesmo que admitir que fosse ele também o 'ordenador de despesas' do Orçamento de quase R$ 30 bilhões.

Sobretudo, no mesmo ato disciplinar ministerial, art. 5º, consta que o Ministro da Saúde resolve:

*Art. 5º Delegar competência aos Chefes de Divisões e Serviços de Convênios e Gestão**, para responderem em suas respectivas unidades federadas pelas atividades de orçamento, finanças, contabilidade, modernização administrativa, recursos logísticos e de recursos humanos, necessárias ao funcionamento das unidades organizacionais dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde,** exceto nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sem prejuízo da subordinação técnica às unidades organizacionais correspondentes da Subsecretaria de Assuntos Administrativos e na Diretoria de Administração do Fundo Nacional de Saúde.*

Note bem que, esclarecida a natureza dos fundos de saúde, em modo geral, e em especial, a do FNS, fica patente que a DICON-AC teria que se reportar ao FNS apenas no tocante à parte técnica e não em face das comezinhas atividades atinentes aos seus recursos logísticos e humanos, aos processos de aquisição de bens e serviços, licitações e contratos. Os atos negociais em questão eram, e são, de responsabilidade local, e apenas poderiam ser solidarizados às unidades correspondentes na Secretaria de Assuntos Administrativos – SAA/SE/MS, caso, em hipótese de dúvida, os processos tivessem subido para pronunciamento ou instrução das citadas 'unidades organizacionais correspondentes'. Isso porque é a essas unidades que cabe o papel de coordenação dessas questões em nível ministerial.

Portanto, não há base constitucional, legal, regulamentar ou disciplinar para que fossem exigidas de nós as razões de justificativa para a realização dessas despesas que se constituíram em atos simples, não complexos, devidamente previstos por norma disciplinadora.

2.1.3. Análise

*As irregularidades de **natureza operacional**, ocorridas no Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre, no exercício de 2002, não podem ser imputadas ao Diretor Executivo do FNS à época dos fatos, Sr. Sady Carnot Falcão Filho, mas somente ao Chefe da Divisão de Convênios e Gestão, José Valmir da Silva Cruz, em face das atribuições do cargo por ele exercido, definidas nos arts. 3º, 4º e 5º da Portaria nº 1147/GM, de 11/10/2000 e inciso XIV, alíneas f, g, i e j constantes do Anexo 2 da referida Portaria, que trata da competência dos Serviços de Convênios e Gestão no Estado do Acre e outros.*

Reza a citada Portaria, verbis:

O Ministro de Estado de Saúde, interino, no uso de suas atribuições..., resolve:

(...)

Art. 3º As Divisões e Serviços de Convênio e Gestão dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, nas unidades federadas, passam a responder pela Unidade Gestora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde para a administração orçamentária, financeira, material, serviços gerais, patrimonial e de recursos humanos, com vistas ao funcionamento das unidades organizacionais de que trata o art. 2º desta Portaria, exceto nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

*Art. 4º **Delegar Competência de Ordenador de Despesas aos Chefes das Divisões e Serviços de Convênios e Gestão** de que trata o art. 2º, para praticar os atos de gestão orçamentária, financeira, contábil, serviços gerais, patrimonial e de recursos humanos, das despesas necessárias ao desenvolvimento das atividades que integram os Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, nas unidades federadas, exceto nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.*

Art. 5º Delegar competência aos Chefes de Divisões e Serviços de Convênios e Gestão, para responderem em suas respectivas unidades federadas pelas atividades de orçamento, finanças, contabilidade, modernização administrativa, recursos logísticos e de recursos humanos, necessárias ao

funcionamento das unidades organizacionais dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, exceto nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sem prejuízo da subordinação técnica às unidades organizacionais correspondentes da Subsecretaria de Assuntos Administrativos e na Diretoria de Administração do Fundo Nacional de Saúde.

(...)

Anexo II

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

As unidades organizacionais dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde nas Unidades Federadas têm as seguintes competências:

(...)

XIV – Aos Serviços de Convênios e Gestão (AC,...) compete:

(...)

f) coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com modernização administrativa, administração de material, patrimônio, documentação, informação, comunicação, protocolo, correspondentes ao apoio logístico necessário ao funcionamento das unidades organizacionais do respectivo Núcleo;

g) coordenar, orientar, supervisionar e promover a execução das atividades orçamentárias, financeira e contábil da unidade gestora do Núcleo Estadual;

i) coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à administração de pessoal do quadro do Ministério da Saúde, de acordo com as diretrizes do órgão de recursos humanos e a legislação vigente;

j) prover o levantamento das necessidades e coordenar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao processo de capacitação dos servidores do Núcleo, em articulação com a Coordenação de Planejamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Ministério da Saúde.

***2.2. Responsável**:*

José Valmir da Silva Cruz

CPF nº 194.189.142-04

Chefe da Divisão de Convênios e Gestão.

***2.2.1. Irregularidades**:*

Processo nº 25011.000268/2001-32: ausência de justificativa da dispensa de licitação realizada para a contratação da empresa Líder Serviços Gerais Ltda; ausência de termo de contrato ou outro instrumento hábil e realização de pagamentos sem amparo contratual.

***2.2.2. Normas Infringidas**:*

Lei nº 8.666/93, arts. 26, 60, parágrafo único e 62;

Lei nº 4.320/64, art. 63, § 2º, I.

2.2.3. Síntese das Justificativas Apresentadas:

A dispensa de licitação foi fruto da transição ocorrida com a desativação da GEREST/MS e o rompimento com a Coordenação Regional da FUNASA/AC. Naquele momento estávamos nos adequando a nova estrutura e criando as novas unidades organizacionais do NE/MS/AC. Assim, embasados no item IV do art. 24, abrimos o referido processo (25011.000268/2001-32), visando atender aos interesses do órgão, sem ocasionar prejuízo ou comprometer as atividades.

O contrato foi assinado dentro do prazo estabelecido, para ser concluído no prazo máximo de 180 dias, consecutivos e ininterruptos, enquanto fosse concluído o competente processo licitatório (Processo nº 25011.000093/2002-44).

Quanto à ausência de formalização de Termo de Contrato, constatamos que a cópia do contrato estava arquivada em processo diferente, razão pela qual não foi encontrada pelos auditores da Controladoria Geral da União.

Quanto aos pagamentos, informamos que foram realizados durante a vigência do contrato.

2.2.4. Análise:

A necessidade de serviços de natureza continuada, essenciais ao funcionamento do órgão, era previsível e, embora o responsável tenha buscado justificar a contratação direta da empresa Líder Serviços Gerais, por um período de 7 meses, em razão de uma situação emergencial, decorrente da transição ocorrida com a desativação da GEREST/MS e o rompimento com a Coordenação Regional da FUNASA/AC, não apresentou documentos que suportassem essa justificativa.

Em relação aos documentos juntados às fls. 85/92, sob a forma de 'Contrato Administrativo Provisório nº 01/2001', temos a ressaltar:

a) embora o responsável afirme (fl. 83) que havia contratado a empresa pelo prazo máximo de 180 dias, consecutivos e ininterruptos, observando o teor do art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, reza a 'Cláusula Segunda' do documento juntado (fl.85), litteris: Os serviços serão prestados de forma ***continuada durante o período de 7 (sete) meses****, sob o regime indireto de execução...'*

b) conforme informação obtida por meio do Ofício nº 400/MS/SE/FNS/DICON/AC, de 24/11/2004 (fl. 139), ***não houve publicação no Diário Oficial da União****, do extrato do referido contrato, condição estabelecida pela lei para sua eficácia, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.*

Segundo Marçal Justen Filho, a publicação na imprensa é condição suspensiva da eficácia do contrato, e, 'in casu', os pagamentos acoimados de irregulares, foram realizados enquanto suspensa a eficácia da avença.

Assim, entendemos que a documentação trazida aos autos não tem o condão de afastar as irregularidades relacionadas à contratação da empresa Líder Serviços Gerais Ltda, pela ausência de justificativas idôneas para a dispensa de licitação realizada e em face da ausência de publicação do termo de contrato trazido aos autos, infringindo o disposto nos arts. 24, IV e 61, parágrafo único da lei nº 8.666/93 .

2.3. Responsável*:*
José Valmir da Silva Cruz
CPF nº 194.189.142-04
Chefe da Divisão de Convênios e Gestão.

2.3.1. Irregularidade*:*
Designação meramente formal de servidor para acompanhar e fiscalizar os contratos do órgão, sem a efetiva execução da tarefa.

2.3.2. Normas Infringidas*:*
Lei nº 8.666/93, art. 67;
Decreto 2.271/97, art. 6º.

2.3.3. Justificativas Apresentadas:
'A designação formal do servidor pode ser comprovada por meio da Portaria DICON/MS/AC nº 21/2002, publicada no BSE nº 51 de 23/12/2002, em anexo (fl. 94).'

2.3.4. Análise:
O responsável não adentrou o mérito da irregularidade apontada. O problema detectado pela equipe de auditoria do Controle Interno refere-se ao não exercício das funções designadas ao servidor por meio da citada portaria. Logo, as razões de justificativa apresentadas não são suficientes para elidir a ocorrência apontada.

2.4. Responsável*:*
José Valmir da Silva Cruz
CPF nº 194.189.142-04
Chefe da Divisão de Convênios e Gestão.

2.4.1. Irregularidades*:*
Processo nº 25011.000058/2001-63: realização de pagamentos sem amparo contratual, bem como em montante superior ao limite fixado no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

***2.4.2. Normas Infringidas**:*
Lei nº 8.666/93, arts.24, inciso II e 60;
Lei nº 4.320/64, art. 63, § 2º, inciso I.

2.4.3. Justificativas Apresentadas (fls. 83/84):

'Considerando que no momento de transição da Coordenação Regional da FUNASA/AC para o Núcleo do Ministério da Saúde, fomos de imediato abrir um processo caracterizado um emergencial de acordo com o art. 24, inciso IV, visando atender o interesse do órgão, não comprometendo as atividades, até que fossem concluídas no prazo máximo de 180 dias o estado emergencial e aberto um novo processo licitatório. Porém, por um lapso, não atentamos para a vigência do contrato. Tomando conhecimento do fato, enviei o Ofício nº 326/MS/SE/FNS/DICON/AC, solicitando a suspensão dos serviços prestados.' (sic)

2.4.4. Análise:

Em que pese a justificativa do gestor, salienta-se que a despesa em tela, conforme 2001NE900084 e 2002NE900006, foi fundamentada no inciso II, art. 24, da Lei nº 8.666/93 e teve como vigência o período de 12 meses (prorrogável por até 48 meses), conforme Cláusula Segunda do Contrato nº 01/2001.

A argumentação do responsável não elide as irregularidades descritas no Relatório de Auditoria da Corregedoria-Geral da União no Estado do Acre (fl. 68), razão pela qual propomos ao Tribunal que a rejeite.".

10. Alfim, a Secex/AC, em pareceres coincidentes, propõe o seguinte encaminhamento para os presentes autos:

"a) sejam julgadas irregulares as contas do Sr José Valmir da Silva Cruz, Ordenador de Despesas por Delegação de Competência, inscrito no CPF sob o nº 194.189.142-04, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b e 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, considerando as ocorrências relatadas nos subitens 2.2, 2.3 e 2.4 desta instrução;

b) seja aplicada ao responsável, Sr. José Valmir da Silva Cruz, a multa prevista no art. 58, inciso I, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, com base no art. 23, inciso III, alínea 'a' da citada Lei c/c o art. 202, § 7º, do Regimento Interno/TCU;

c) seja autorizada, desde logo a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, atualizada monetariamente até a data do recolhimento, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

d) sejam julgadas regulares com ressalvas as contas dos demais responsáveis arrolados às fls. 01/02, dando-se quitação aos Srs. Sady Carnot Falcão Filho, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde, inscrito no CPF sob o nº 066.738.211/91; Noelia de Magalhães Villela, encarregada do Setor Financeiro, inscrita no CPF sob o nº 112.907.492-72; Valdemar da Silva Fagundes, Coordenador de Contabilidade do FNS, inscrito no CPF sob o nº 222.083.561-87 e Hilda Maria Monteiro, Coordenadora de Contabilidade Substituta do FNS, inscrita no CPF sob o nº 033.055.381-04, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92;

e) seja determinada aos responsáveis pelo Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre a adoção das seguintes medidas:

e.1 – efetuem gestões junto a sua Setorial Contábil no sentido de evitar a falta de conformidade documental e a ausência de registros, descritas no subitem 4.2.2.1 do Relatório de Auditoria nº 116043, da Controladoria - Geral da União no Estado do Acre;

e.2 – regularizem a situação da conta contábil 1.1.2.2.9.03.00 – 'Desfalques ou Desvios', evidenciando se o débito do Sr. Antônio Barbosa de Souza, de que trata o Acórdão nº 316/1996 – TCU - Plenário, foi recolhido, adotando as providências que o caso requeira (item 5.1.1.1 do aludido Relatório de Auditoria);

e.3 – efetuem gestões junto à Coordenadoria–Geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde a fim de regularizar a cessão de servidores desse Órgão, especialmente a situação do servidor Fernando Maia Lima, pela celebração, formalização e publicação do convênio no Diário Oficial da União (item 7.1.1.1 do Relatório de Auditoria);

e.4 – realizem gestões junto à área de Recursos Humanos do Ministério da Saúde e procedam à análise das planilhas de cálculo do Passivo de Adicional por Tempo de Serviço, realizando o levantamento dos valores efetivamente devidos e pagos a cada servidor, inclusive os de matrícula nº 580364 e 649026, promovendo o recolhimento das quantias pagas indevidamente (item 7.1.1.1 do Relatório de Auditoria);

e.5 – realizem gestões junto à UPAG/GO, providenciem o cálculo dos valores que deveriam ser realmente pagos e promovam o ressarcimento dos valores pagos indevidamente à servidora de matrícula nº 580348 (item 7.1.1.1 do citado Relatório de Auditoria);

e.6 – formalizem instrumento de contrato obedecendo o que dispõem os arts. 60, 61, parágrafo único e 62, da lei nº 8.666/93, exigindo quando for o caso, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, nos termos do art. 56 da prefalada lei;

e.7 – realizem planejamento anual de sua atividades de forma a evitar a contratação de serviços de natureza continuada ou essenciais ao seu funcionamento por dispensa de licitação fundamentada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93;

e.8 – promovam, se for o caso, a capacitação de servidor para celebrar contratos e acompanhar sua execução (itens 8.1.3.1 e 8.1.4.1 do aludido Relatório de Auditoria);

e.9 – adotem critérios mensuráveis para avaliação dos custos com transporte, evitando que os valores orçados divirjam daqueles praticados nos contratos (item 8.1.5.1 do citado Relatório de Auditoria);".

11. O douto Ministério Público, representado pelo Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador, em despacho de f. 149/150, aquiesce à proposta alvitrada pela Unidade Técnica, acrescentando, apenas, que seja determinado o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos do Sr. José Valmir da Silva Cruz.

V O T O

Registro, inicialmente, que atuo nestes autos com fundamento no art. 27 da Resolução-TCU n.º 175, de 25/5/2005 e nos termos da Portaria 191, de 25 de agosto de 2003, tendo em vista tratar-se de processo afeto ao Ministro responsável pela Lista de Unidades Jurisdicionadas n.º 03 no biênio 2005/2006.

2. Observo que o Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde (FNS), Sr. Sady Carnot Falcão Filho, logrou êxito em comprovar que não pode ser responsabilizado pelas irregularidades a ele imputadas.

3. Conforme disposto no art. 8º do Decreto n.º 4.194/2002, que dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério da Saúde, não é competência da Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde (FNS) praticar, de forma direta, os atos de gestão necessários ao desenvolvimento das atividades do Ministério da Saúde:

"Art. 8º À Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde compete:

I - planejar, coordenar e controlar as atividades orçamentária, financeira e contábil do Fundo Nacional de Saúde, inclusive aquelas executadas por unidades descentralizadas;

II - promover as atividades de cooperação técnica nas áreas orçamentária e financeira para subsidiar a formulação e a implementação de políticas de saúde;

III - estabelecer normas e critérios para o gerenciamento das fontes de arrecadação e a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros;

IV - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de financiamento de programas e projetos;

V - acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos financiados com recursos do Fundo Nacional de Saúde;

VI - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de convênios, acordos, ajustes e similares sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, bem como promover o acompanhamento da aplicação dos recursos transferidos ao SUS; e

VII - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de prestação de contas e de Tomada de Contas Especial dos recursos do SUS alocados ao Fundo Nacional de Saúde."

4. À luz das competências do FNS, percebo que sua atuação ocorre mediante a descentralização dos recursos do Ministério da Saúde (MS) aos Núcleos Estaduais.

5. Com efeito, conjugando-se os arts. 3º e 5º da Portaria MS n.º 1.147/2000, que dispõe sobre a reorganização dos Núcleos Estaduais do MS, nota-se que às Divisões e Serviços de Convênios e Gestão,

competem a responsabilidade pela execução financeira e orçamentária dos recursos necessários ao funcionamento das unidades organizacionais:

"Art. 3º As Divisões e Serviços de Convênio e Gestão dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, nas unidades federadas, passam a responder pela Unidade Gestora do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde para a administração orçamentária, financeira, material, serviços gerais, patrimonial e de recursos humanos, com vistas ao funcionamento das unidades organizacionais de que trata o art. 2º desta Portaria, exceto nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

(...)

Art. 5º Delegar competência aos Chefes de Divisões e Serviços de Convênio e Gestão, para responderem em suas respectivas unidades federadas pelas atividades de orçamento, finanças, contabilidade, modernização administrativa, recursos logísticos e de recursos humanos, necessárias ao funcionamento das unidades organizacionais dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, exceto nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, sem prejuízo da subordinação técnica às unidades organizacionais correspondentes na Subsecretaria de Assuntos Administrativos e na Diretoria de Administração do Fundo Nacional de Saúde.".

6. Conforme bem destacado pelo MPTCU, as irregularidades consistentes em: ausência de justificativa da dispensa de licitação; ausência de formalização de termo de contrato; realização de pagamentos sem amparo contratual e designação apenas formal de servidor para acompanhar e fiscalizar os contratos sem que o mesmo atuasse de fato; dizem respeito a atos de gestão circunscritos ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, não havendo repercussão em nível nacional, de modo a demandar a intervenção do Diretor Executivo do FNS, Sr. Sady Carnot Falcão Filho.

7. Igual sorte não assiste ao Sr. José Valmir da Silva Cruz, que fora ouvido em audiência e não trouxe aos autos elementos capazes de afastar sua responsabilidade, enquanto ordenador de despesas por delegação de competência e chefe da Divisão de Convênios, no cometimento de diversas irregularidades.

8. De início, note-se que a contratação da firma Líder Serviços Gerais, para prestação de serviços de limpeza, foi efetuada sem a formalização de contrato, tendo permanecido nesta situação pelo longo período de **7 (sete) meses**, sem que o gestor adotasse qualquer medida tendente a suprir tal falha.

9. Contratações sem a devida formalização expõem a Administração a riscos, pois esta pode experimentar prejuízos em face da inexecução do objeto que deveria estar caracterizado e definido por meio de ajuste formal (contrato).

10. Outro fato que julgo oportuno trazer à baila é a constatação de que o Sr. José Valmir da Silva Cruz, embora tenha informado, em suas razões de justificativas, que a locação de máquina copiadora (Processo n.º 25.011.000058/2001-63) tenha sido efetuada com base no art. 24, inciso IV da Lei n.º 8.666/93, tal informação não procede, pois a dispensa fora fundamentada no art. 24, inciso II da mesma Lei (compras e contratações de valor até R$ 8.000,00), tendo ultrapassado o valor permitido no indigitado inciso, conforme atestado pelo Controle Interno às f. 68 (item 8.1.4.1).

11. Ainda no âmbito do Processo n.º 25.011.00058/2001-63, foi detectado pagamento com ausência do devido amparo contratual, sem que o gestor trouxesse aos autos elementos capazes de justificar tal ato.

12. Ademais, verifico que o Sr. José Valmir, quando instado a oferecer justificativas para o ato de nomear, apenas formalmente, servidor para acompanhar e fiscalizar os contratos da Unidade, sem que tal servidor exercesse, de fato, tal acompanhamento e fiscalização, apenas acostou aos autos cópia de Portaria de nomeação de servidor (f. 94), permanecendo silente quanto à irregularidade consistente na ausência efetiva de fiscalização dos contratos do Núcleo Estadual do MS no Acre.

13. Todos estes fatores levam-me a crer, em consonância com a Unidade Técnica e o MPTCU, que as contas do Sr. José Valmir da Silva Cruz devam ser julgadas irregulares, com a respectiva aplicação de multa.

14. Quanto aos demais responsáveis, entendo que suas contas devam ser julgadas regulares com ressalvas, promovendo-se as determinações alvitradas pela Unidade Técnica.

Por todo o exposto, concordo com os pareceres precedentes e voto por que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à elevada apreciação desta 2ª Câmara.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 854/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC- 008.092/2003-3.
2. Grupo I – Classe de Assunto: II – Tomada de Contas.
3. Responsáveis: Sady Carnot Falcão Filho, CPF 066.738.211-91; José Valmir da Silva Cruz, CPF 194.189.142-04; Noelia de Magalhães Villela, CPF 112.907.492-72; Valdemar da Silva Fagundes, CPF 222.083.561-87 e Hilda Maria Monteiro, CPF 033.055.381-04.
4. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador.
7. Unidade Técnica: Secex/AC.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Simplificada do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Valmir da Silva Cruz, e aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da mesma Lei, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado até a data do efetivo pagamento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. expirado o prazo previsto no subitem anterior, sem o devido recolhimento, determinar o desconto da dívida da remuneração do responsável, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei n.º 8.443/92 c/c art. 219, inciso I, do Regimento Interno/TCU, tomando como parâmetro para os descontos o percentual mínimo estabelecido no art. 46 da Lei n.º 8.112/90, com a modificação feita pela Medida Provisória n.º 2.225-45, de 04/09/2001;

9.3. autorizar, desde logo, caso não seja possível efetuar o desconto em folha, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, a cobrança judicial da dívida atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido, até a data do recolhimento, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

9.4. julgar regulares com ressalva as contas dos demais responsáveis, arrolados no item 3 acima, expedindo-lhes quitação, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92;

9.5. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Acre a adoção das seguintes medidas:

9.5.1. efetuar gestões junto a sua Setorial Contábil no sentido de evitar a falta de conformidade documental e a ausência de registros;

9.5.2. regularizar, caso ainda não tenha feito, a situação da conta contábil 1.1.2.2.9.03.00 – Desfalques ou Desvios, evidenciando se o débito do Sr. Antônio Barbosa de Souza, de que trata o Acórdão n.º 316/1996 – TCU - Plenário, foi recolhido, adotando as providências que o caso requeira;

9.5.3. efetuar gestões junto à Coordenadoria–Geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde a fim de regularizar a cessão de servidores desse Órgão, especialmente a situação do servidor Fernando Maia Lima, com a celebração, formalização e publicação de convênio no Diário Oficial da União;

9.5.4. realizar gestões junto à área de Recursos Humanos do Ministério da Saúde e proceder à análise das planilhas de cálculo do Passivo de Adicional por Tempo de Serviço, realizando o levantamento dos valores efetivamente devidos e pagos a cada servidor, inclusive os de matrícula n.º 580364 e 649026, promovendo o recolhimento das quantias indevidamente pagas;

9.5.5. providenciar o cálculo dos valores que deveriam ser realmente pagos e promover o ressarcimento dos valores pagos indevidamente à servidora de matrícula n.º 580348, de acordo com o item 7.2.1.1 do Relatório de Auditoria n.º 116043 da Controladoria-Geral da União no Estado do Acre;

9.5.6. formalizar instrumento de contrato obedecendo ao que dispõem os arts. 60, 61 e 62, da Lei n.º 8.666/93, exigindo, quando for o caso, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, nos termos do art. 56 da prefalada Lei;

9.5.7. realizar planejamento anual de suas atividades de forma a evitar a contratação de serviços de natureza continuada ou essenciais ao seu funcionamento por dispensa de licitação fundamentada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93;

9.5.8. envidar esforços para promover, caso ainda não tenha feito, a capacitação de servidor para celebrar contratos e acompanhar sua execução;

9.5.9. adotar critérios mensuráveis para avaliação dos custos com transporte, evitando que os valores orçados divirjam daqueles praticados nos contratos;

9.6. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno no Estado do Acre que faça constar no próximo relatório de auditoria de gestão as medidas adotadas pelo órgão para o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.5;

9.7. dar ciência do presente Acórdão aos responsáveis e ao Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde;

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0854-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

Grupo I - Classe II - 2ª Câmara.
-TC-001.059/2004-5
-Natureza: Tomada de Contas Especial.
-Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Andaraí/BA.
-Responsável: Antônio Monteiro Neto, CPF: 159.594.735-34, ex-Prefeito Municipal de Andaraí/BA.

-Sumário: Tomada de Contas Especial. Transferência de recursos federais à instância municipal. Programa Dinheiro Direto na Escola. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC. Assistência financeira para o desenvolvimento do ensino fundamental. Omissão quanto ao dever legal de prestar contas dos recursos federais recebidos. Regular citação do responsável. Alegações de defesa, em parte, procedentes. Contas irregulares. Débito. Multa. Autorização para efeito de cobrança judicial, caso seja necessária. Encaminhamento de cópia de peças processuais ao Ministério Público da União.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em virtude de omissão quanto ao dever legal de prestar contas

dos recursos federais transferidos pelo FNDE ao Município de Andaraí/BA, no exercício de 1999, a título de execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, com o fim específico de prestar assistência financeira para o desenvolvimento do ensino fundamental.

2. Para tal desiderato, foram alocados recursos federais no montante de R$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais), repassados ao Poder Executivo Municipal por meio da Ordem Bancária 1999OB052328, de 15.10.1999.

3. A Secretaria Federal de Controle Interno, diante dos elementos consignados no Relatório de Auditoria 139345/2003 (f. 49/51) emitiu o correspondente Certificado à f. 52, no sentido da irregularidade das contas, o qual, em etapa posterior, foi levado ao conhecimento da autoridade ministerial competente (f. 54).

4. No âmbito deste Tribunal, a Secex/BA, em etapa inicial de exame (f. 61), propôs a citação do responsável para que apresentasse alegações de defesa e/ou recolhesse a importância devida.

5. Tempestivamente, o indigitado ofereceu os elementos de f. 70/193, que analisados pela unidade técnica redundaram na instrução de f. 194/195, da qual extraio o excerto abaixo transcrito:

"Alegações de Defesa Apresentadas :

1. Existe na comarca de Andaraí Ação de Ressarcimento de Recursos ao Tesouro Nacional c/c Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa envolvendo a mesma matéria, sendo que a cumulação das duas ações acarreta prejuízos ao ex-gestor, que aplicou os recursos de forma incontestável;

2. O ex-gestor prestou contas do convênio em comento ao Tribunal de Contas dos Municípios, sendo suas contas aprovadas;

3. A verba do convênio em foco corresponde a R$20.300,00, valor creditado na conta da prefeitura, e não R$30.800,00;

4. A importância que transcende o depósito realizado na conta da municipalidade (R$10.500,00) talvez se refira a algumas verbas destinadas diretamente aos diretores de algumas escolas e, por conseguinte, de responsabilidade dos dirigentes escolares, que prestavam contas em apartado, independentemente da prestação de contas do município;

5. Requer a extinção do presente processo, com o conseqüente arquivamento.

O ex-gestor juntou aos autos a sua contestação à Ação de Ressarcimento ajuizada pela municipalidade (fl. 76/84), e a documentação comprobatória dos gastos realizados (extrato bancário; empenhos, notas fiscais; recibos e contrato de prestação de serviços - fl. 85/193).

Análise/fundamentação:

Embora o valor do repasse efetivado pelo FNDE tenha sido de R$ 30.800,00, a documentação anexada à defesa reporta-se a apenas R$ 20.300,00, valor efetivamente creditado na conta da Prefeitura, consoante a Ordem Bancária (fl. 26) e a Relação de Unidades Executoras - REX - 1999 (fl. 24/25), considerando que R$ 10.500,00 foram depositados nas contas individuais de 5 (cinco) caixas/cooperativas escolares.

No entanto, os recursos em questão vinculam-se ao exercício de 1999, quando vigente a Medida Provisória nº 1.853-10, de 24/09/1999, que assim estabelece com relação às prestações de contas dos recursos recebidos à conta do PDDE:

a) no caso das unidades executoras das escolas públicas municipais, serão de responsabilidade dos Municípios mantenedores dos estabelecimentos de ensino a eles vinculados;

b) quando o beneficiário for o Município, serão encaminhadas ao respectivo Tribunal ou Conselho de Contas, ou, em sua ausência, ao Tribunal de Contas do Estado a que pertença. Se verificada omissão ou outra irregularidade grave, os respectivos órgãos de controle externo, independentemente das medidas que venham a adotar, comunicarão o fato ao FNDE para o exercício da supervisão que lhe compete.

Portanto, não deve prosperar a alegação do ex-prefeito, que busca limitar sua responsabilidade a somente R$ 20.300,00, porquanto cabia ao mesmo consolidar as informações de cada escola e elaborar uma única prestação de contas, enviando-a posteriormente ao Tribunal de Contas dos Municípios - TCM.

Impende notar ainda que as escolas são órgãos do Poder Executivo municipal, sobre as quais o responsável exercia o poder hierárquico, que lhe conferia autoridade para fiscalizar as atividades dos subordinados e aplicar, caso necessário, sanções aos inadimplentes.

Vale ressaltar que a simples apresentação de prestação de contas não é suficiente para que seja julgada regular, dando-se a pretendida quitação ao gestor, a qual depende da comprovação da boa e regular aplicação dos recursos. No caso em apreço, entendemos que cabe ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão competente para apreciar a tempestividade e mérito da referida prestação de contas, emitir parecer conclusivo quanto à sua aprovação ou não.

Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior propondo preliminarmente que seja efetuada diligência ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a fim de que aquele órgão se manifeste sobre a prestação de contas apresentada.

O ofício diligenciado deverá ser instruído com os seguintes documentos:

1. cópia da defesa (fl. 70/73) e respectiva prestação de contas (85/193), informando àquele órgão que os originais não foram enviados a esta SECEX/BA;

2. cópia do Relatório do Tomador de Contas (fl. 38);

3. cópia do Relatório de Auditoria (fl. 49/51)".

5. Processadas tais medidas, veio aos autos o parecer técnico oriundo do Fundo, concluindo pela desaprovação da prestação de contas encaminhada pelo responsável.

6. A Secex-BA, ao examinar a documentação acostada aos autos, manifestou-se mediante instrução de f. 212/214, a qual transcrevo, em parte, a seguir:

"2. EXAME DA CITAÇÃO

2.1. Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, em decorrência de omissão da prestação de contas dos recursos federais repassados mediante o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no exercício de 1999.

2.2. Fundamentada na delegação de competência conferida pelo Relator, Exmº Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, foi promovida a citação do Sr. Antônio Monteiro Neto, por meio do Ofício nº 823, datado de 10/05/2004 (fls.61/62).

2.3. O responsável apresentou as alegações de defesa às fls. 70/193:

2.3.1. Irregularidade: omissão da prestação de contas dos recursos federais repassados mediante o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, no exercício de 1999.

2.3.1. Alegações de defesa apresentadas:

1. Existe na comarca de Andaraí Ação de Ressarcimento de Recursos ao Tesouro Nacional c/c Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa envolvendo a mesma matéria, sendo que a cumulação das duas ações acarreta prejuízos ao ex-gestor, que aplicou os recursos de forma incontestável;

2. O ex-gestor prestou contas do convênio em comento ao Tribunal de Contas dos Municípios, sendo suas contas aprovadas;

3. A verba do convênio em foco corresponde a R$20.300,00, valor creditado na conta da prefeitura, e não R$30.800,00;

4. A importância que transcende o depósito realizado na conta da municipalidade (R$10.500,00) talvez se refira a algumas verbas destinadas diretamente aos diretores de algumas escolas e, por conseguinte, de responsabilidade dos dirigentes escolares, que prestavam contas em apartado, independentemente da prestação de contas do município;

2.3.2. Análise/fundamentação :

Encaminhada ao FNDE para análise, a prestação de contas apresentada pelo responsável não foi aprovada, considerando que (fl. 208):

a) não foi informada a quantidade de escolas beneficiadas com os recursos no valor de R$20.300,00, repassados à prefeitura para atendimento às escolas sem unidade executora (UEx) própria;

b) não foi comprovada a execução no valor de R$10.500,00, repassados diretamente às unidades executoras vinculadas à prefeitura de Andaraí.

A relação de escolas beneficiadas com os recursos no valor de R$20.300,00 encontra-se à fl. 25, e foi elaborada pelo próprio FNDE, razão pela qual não pode o referido Órgão alegar desconhecer a quantidade de beneficiárias.

O ex-prefeito limitou sua responsabilidade à quantia de R$ 20.300,00, valor efetivamente creditado na conta da Prefeitura, e não apresentou prestação de contas referente ao valor de R$ 10.500,00, depositado diretamente nas contas de cinco caixas/cooperativas escolares (fl. 24)

Não houve qualquer manifestação do FNDE acerca da documentação encaminhada pelo responsável para efeito de prestação de contas do montante de R$ 20.300,00.

Analisando os documentos de fls. 85/193, observamos que:

a) o valor de R$ 20.300,00 foi integralmente sacado da conta da prefeitura em 27/12/1999 (fl. 85);

b) esta quantia foi integralmente gasta na aquisição de material de consumo destinado ao funcionamento das escolas (papeis, cadernos, lápis, borrachas, etc.);

c) a mercadoria foi comprada em um único estabelecimento comercial, no caso o Mercadinho Neiva Ltda.;

d) as notas de empenho e as notas fiscais trazem os nomes dos estabelecimentos de ensino favorecidos;

e) algumas poucas notas fiscais/notas de empenho trazem nomes de escolas que não constam na relação de fls. 25. São elas: Escola Municipal Nossa Senhora da Guia (fls. 90 e 176); Escola Municipal Menor Aprendiz (fls. 96 e 182); Escola Municipal Ubiraita (fls. 104 e 142); Escola Municipal Eduardo Pereira da Invenção (fls. 126 e 156); Escola Municipal Egídio Martins de Souza (fls. 128 e 158); Escola Municipal São Jorge (fls. 136 e 168) e Escola Municipal Santa Catarina (fls. 138 e 164).

No que se refere à obrigação de prestar contas, toda a legislação aplicável à matéria não deixa qualquer dúvida acerca da responsabilidade do gestor municipal pela sua apresentação. Mesmo no caso em que os recursos são repassados diretamente a contas individuais de cada escola municipal, persiste a responsabilidade do prefeito pela sua regular e boa aplicação. O convênio, ou instrumento congênere, é firmado com o município, cabendo ao prefeito encaminhar as prestações de contas tanto dos recursos transferidos para a Prefeitura, quanto dos recursos transferidos diretamente para os conselhos das escolas do município, isto é, as unidades executoras situadas em seus limites territoriais, por força do disciplinamento legal do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

A nosso viso, foram enviados documentos suficientes para comprovar a aquisição dos produtos (notas fiscais carimbadas pelo TCM), vinculando-os às escolas beneficiadas, arroladas à fl. 25. Entendemos que o fato de existirem notas de empenho e notas fiscais fazendo referência a escolas que não constam na relação de fl. 25 deve-se ao fato de ser corriqueiro no interior existirem escolas conhecidas por mais de uma denominação, não possuindo o condão de macular a prestação de contas enviada. Mesmo na hipótese de haverem sido beneficiadas algumas escolas não integrantes da Relação de Unidades Executoras, cremos, s.m.j., que a prestação de contas enviada deve ser aceita, visto que não ocorreu desvio de verbas ou locupletamento, e o dinheiro foi aplicado em prol da comunidade.

Resta assente que a documentação trazida é suficiente para comprovar a boa e regular aplicação de parte dos recursos repassados a conta do Programa Dinheiro Direto na Escola. Desta forma, não cabe a condenação do responsável pelo valor de R$ 30.800,00, uma vez que, desse montante, foram efetivamente comprovados gastos no valor de R$ 20.300,00.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, considerando que o exame das alegações de defesa apresentadas a esta Corte de Contas não lograram demonstrar a ocorrência de boa-fé na conduta do responsável, submetemos os autos à consideração superior, propondo:

a) sejam as presentes contas sejam julgadas irregulares e em débito o responsável abaixo relacionado, nos termos dos arts. 1º, inciso I e 16, inciso III, alínea "a", e 19, caput, da Lei nº 8.443/92, considerando as ocorrências relatadas nesta instrução, condenando-o ao pagamento da importância especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno:

Responsável: Antônio Monteiro Neto (fls. 43)

CPF/CNPJ: 159.594.735-34 (fls. 43)

Ocorrências: Omissão de prestação de contas dos recursos recebidos através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, do Ministério da Educação

Valor Original do Débito: R$ 10.500,00 Data da Ocorrência: 15/10/1999

Valor Atualizado em 30/09/2005: R$ 29.151,67

b) aplicar ao responsável, Sr. Antônio Monteiro Neto, CPF n° 159.594.735-34, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

c) autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação";

7. O titular daquela unidade concordou com as sugestões do analista, divergindo apenas do fundamento legal utilizado, o qual, no seu entender, como houve apresentação da prestação de contas, deva ser utilizado a alínea "b", do inciso II do artigo 16 da Lei 8.443/92.

O Ministério Público, representado nos autos pelo Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado, recepciona a proposta do órgão instrutivo (f. 222).

VOTO

O presente processo de tomada de contas especial foi instaurado por iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em virtude de omissão, por parte do Município de Andaraí/BA, na apresentação de prestação de contas relativa aos recursos federais recebidos mediante o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, com o fim específico de prestar assistência financeira para o desenvolvimento do ensino fundamental.

2. Posteriormente, após iniciativa desse Tribunal, mediante diligência efetivada pela Secex/BA junto ao FNDE, o responsável apresentou a aludida prestação de contas, comprovando, no entanto, a aplicação de parte do montante recebido, relativamente ao valor de R$ 20.300,00 (vinte mil e trezentos reais) gasto integralmente na aquisição de papéis, cadernos, lápis, borrachas, etc.

3. Por outro lado, no tange ao restante da verba repassada, destinada às unidades executoras (escolas do município) no valor de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), entende o ex-chefe do executivo municipal que não lhe cabia prestar contas, haja vista que as referidas unidades receberam diretamente os recursos.

4. Entendo, em conformidade com a Secex/BA, que como os recursos foram repassados para o atendimento ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, por força da Medida Provisória 1784/98, a prestação de contas é de responsabilidade do município. Essa obrigação está estampada no parágrafo único do artigo 11 do referido dispositivo legal. Para que o tema fique claro, transcrevo a seguir desde o artigo 8º: ***"Art**. 8º Fica instituído, no âmbito do FNDE, o Programa Dinheiro Direto na Escola, com o objetivo de prestar assistência financeira às escolas públicas do ensino fundamental das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas, observado o disposto no art. 10 desta Medida Provisória.*

Parágrafo único. A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados no ensino fundamental e especial, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação e do Desporto no exercício anterior, e repassada:

I - diretamente à unidade executora ou à entidade representativa da comunidade escolar, na forma dos requisitos estabelecidos no art. 10;

II - ao Estado ou Município mantenedor do estabelecimento de ensino nos demais casos.

***Art**. 9º Os recursos financeiros repassados pelo programa de que trata o artigo anterior serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, exceto gastos com pessoal, que concorram para a garantia do funcionamento dos estabelecimentos de ensino.*

***Art**. 10. O Conselho Deliberativo do FNDE expedirá as normas relativas a critérios de alocação dos recursos, valores per capita, unidades executoras e caracterização de entidades, bem assim as orientações e instruções necessárias à execução dos programas de que trata esta Medida Provisória.*

***Art**. 11. O disposto nos arts. 2º e 3º desta Medida Provisória aplica-se, igualmente, ao repasse de recursos aos estabelecimentos de ensino públicos no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola.*

Parágrafo único. A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos na forma do inciso I do parágrafo único do art. 8º será de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios mantenedores dos estabelecimentos de ensino a eles vinculados". Grifei.

5. Dessa forma, não tenho dúvidas quanto à responsabilidade do Sr. Antônio Monteiro Neto, ex-Prefeito Municipal de Andaraí/BA, pela ausência de apresentação da prestação de contas relativa à parcela no valor de R$ 10.500,00, diretamente repassada às unidades escolares vinculadas à prefeitura.

6. Portanto, fica patente que como o ex-Prefeito trouxe aos autos documentação comprobatória, constante de f. 85/193, relacionada à parte dos recursos recebidos (R$ 20.300,00), encontra-se então pendente de prestação de contas o valor restante (R$ 10.500,00), o qual corresponde ao débito objeto da presente tomada de contas especial.

7. No que concerne à proposta da unidade técnica em aplicar penalidade ao gestor municipal, entendo tal medida adequada vez que a omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos, por parte de administrador público, representa, no meu entender, falta grave, ensejadora de aplicação de multa por este Tribunal.

Destarte, no mérito, manifesto-me de acordo com os pareceres exarados pela unidade técnica e pelo **Parquet** especializado e voto por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação desta e. 2ª Câmara.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11de abril de 2006

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 855/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC- 001.059/2004-5 –com 1 volume.
2. Grupo I – Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Antônio Monteiro Neto, CPF: 159.594.735-34, ex-Prefeito Municipal de Andaraí/BA.
4. Unidade Jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Andaraí/BA.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secex/BA.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Antônio Monteiro Neto, CPF: 159.594.735-34, ex-Prefeito Municipal de Andaraí/BA, instaurada em virtude de omissão, por parte do Município de Andaraí/BA, quanto ao dever legal de prestar contas dos recursos federais que lhes foram transferidos pelo FNDE, no exercício de 1999, a título de execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, com o fim específico de prestar assistência financeira para o desenvolvimento do ensino fundamental.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar, em parte, as alegações de defesa apresentadas pelo responsável, uma vez que não logrou comprovar, na totalidade, a aplicação regular dos recursos recebidos do FNDE;

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" , 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Antônio Monteiro Neto, CPF: 159.594.735-34, ao pagamento da quantia original de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 15/10/1999, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em

vigor;

9.3. aplicar ao responsável a multa prevista nos artigos 19, **caput**, e 57 da Lei 8.443/92, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

9.5. autorizar a remessa de cópia dos autos, bem como do presente Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, para adoção das providências que julgar pertinentes, tendo em vista o disposto no § 6º do artigo 209 do Regimento Interno/TCU.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0855-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

Grupo I - Classe II - 2ª Câmara.
-TC-013.270/2004-6.
-Natureza: Tomada de Contas Especial.
-Unidade: Município de Pracuúba/AP.
-Responsável: Dorimar Neves Nunes (Prefeito à época dos fatos, CPF 210.247.152-72).

-Sumário: CONVÊNIO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. GESTÃO ANÔMALA. IRREGULARIDADE DAS CONTAS.

Julgam-se irregulares as contas, com aplicação de multa ao responsável, ante a ocorrência de falhas/irregularidades que configurem infração à norma legal ou regulamentar de natureza financeira, embora não caracterizado o débito ao erário federal.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada por iniciativa da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, do Ministério da Integração Nacional, por força de determinação desta Corte de Contas expressa no subitem 8.2.1 da Decisão nº 758/2000 – Plenário (TC-005.587/1998-0), a qual considerou existirem irregularidades na aplicação dos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Pracuúba/AP, em virtude do Termo Simplificado de Convênio nº 136/97 (SIAFI 330105), firmado entre a antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Executivo local, com o fito de favorecer a construção de uma feira do produtor, de um matadouro municipal e a expansão da rede elétrica municipal.

2. A verba alocada para tal finalidade, no valor original de R$ 202.746,00 (duzentos e dois mil, setecentos e quarenta e seis reais), foi suportada pela Nota de Empenho nº 97NE02280, de 17/11//1997, e liberada por meio da Ordem Bancária 97OB04911, de 12/12/1997.

3. A Secretaria Federal de Controle Interno/Controladoria-Geral da União elaborou os correspondentes Relatório (f. 194/198) e Certificado (f. 199) de Auditoria, os quais opinam pela

irregularidade das contas do Sr. Dorimar Neves Nunes, posicionamento devidamente comunicado à autoridade ministerial competente (f. 202).

4. Em âmbito do Tribunal de Contas da União, a Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá realizou o exame do feito, na forma da instrução conclusiva inserta às f. 256/261, que contou com o beneplácito do dirigente máximo daquela Regional (f. 261). Parte substantiva do exame realizado encontra-se indicada no presente excerto da peça instrutiva, **in litteris**:

"4. Fiscalização "in loco" realizada pelo Concedente no período de 06 a 19/07/98 identificou o seguinte: Feira do Produtor Rural – 95% já realizado, estando ausente o forro em lambril e faltando concluir as instalações elétricas; Matadouro Municipal - 95% já realizado, estando ausente o forro em lambril e faltando concluir as instalações elétricas. Foram identificadas, ainda, as seguintes falhas: ausências do relatório de cumprimento do objeto, da conciliação bancária, cópia do extrato bancário atualizado, cópias dos cheques emitidos; as notas fiscais apresentadas foram emitidas fora do prazo limite de emissão. Com base nos documentos apresentados, restou comprovada a importância de R$ 177.966,50, faltando comprovar o valor de R$ 24.779,50. Foram apresentadas, ainda, fotografias que confirmavam a conclusão do relatório de fiscalização (f. 35/40).

5. Devidamente notificado do resultado da fiscalização (f. 41/43), o então Prefeito municipal apresentou os documentos solicitados (f. 44). Analisando os documentos apresentados, o Concedente entendeu que a prestação de contas estava apta a ser aprovada (f. 45/49).

6. Nova fiscalização "in loco" realizada pelo Concedente no período de 07 a 20/04/99 comprovou a plena execução das obras, sendo procedida a baixa da responsabilidade do gestor (f. 50/58).

7. Tramitou neste Tribunal o TC 005.587/1998-0 que tratava de Representação formulada pela Procuradoria da União no Estado do Amapá acerca de possíveis irregularidades cometidas pelo Sr. Dorimar Neves Nunes, então Prefeito de Pracuúba/AP, afastado do cargo por força de decisão judicial. Apreciando esse processo, por meio da Decisão nº 758/2000 – Plenário, a Corte de Contas determinou que a então Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM instaurasse tomada de contas especial para apurar irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio nº 136/97 – SUDAM (f. 87).

8. O relatório que fundamentou a citada Decisão originou-se de inspeção realizada pela SECEX/AP no mencionado Município, em maio/99. O documento apresentou as seguintes informações: a Feira do Produtor fora concluída e estava em funcionamento naquele momento; o Matadouro Municipal foi concluído mas encontrava-se aparentemente abandonado; a Expansão da Rede de Energia Elétrica foi parcialmente executada; além disso, algumas irregularidades não foram consideradas elididas; (f. 81/86).

9. O relatório da tomada de contas especial concluiu por considerar o Sr. Dorimar Neves Nunes, ex-prefeito de Pracuúba/AP, em débito com o Tesouro Nacional pelo valor original de R$ 42.048,00, correspondente a 50% do valor da expansão da rede de energia elétrica, que a Unidade Técnica considerou parcialmente executada (f. 88/92). Devemos lembrar que, como já mencionado nesta instrução, tanto o Concedente quanto a SECEX/AP, após visita "in loco" , concluíram que a Feira do Produtor Rural e o Matadouro Municipal foram devidamente executados.

10. Como a Unidade Técnica levantou suspeitas sobre a idoneidade das notas fiscais emitidas pela empresa contratada pela Prefeitura, Mabloco Ltda., a SUDAM encaminhou expediente à Prefeitura do Município de Macapá/AP, solicitando informações sobre aqueles documentos fiscais. Em resposta, a Prefeitura informou que a Autorização de Documentos Fiscais em nome da mencionada empresa tem o número 743/98 e não o nº 708/98, como consta nas notas fiscais apresentadas. Isso significa que a impressão das notas fiscais objeto da pesquisa não foi autorizada pela Prefeitura (f. 116/126).

11. Nova inspeção, realizada pela Auditoria Interna do Ministério da Integração Nacional nos dias 22 e 23/10/2001, identificou as seguintes situações (f. 126/137):

11.1 Feira do Produtor Rural – O projeto previa uma área construída de 210 m2, com 12 boxes de 0,70m X 2,00m. Foi construída uma área de 269,83 m2 (maior que a área prevista), 8 boxes de 2,36m X 2,15m, e 15 boxes de 3,50m X 2,50m, inclusive com o assentamento de azulejos, o que melhorou a qualidade da obra;

11.2 Matadouro Municipal – Os itens listados na planilha foram executados. As instalações elétricas não foram previstas no Plano de Trabalho e parte delas estava depredada. O prédio encontrava-se ocupado por uma família local, com autorização do então Prefeito. Alguns serviços, que não constavam do projeto original, estavam sem a devida manutenção: poço artesiano, torre para reservatório de água, reservatório com capacidade de 2.000 litros de água. O matadouro encontrava-se em estado de abandono.

11.3 Expansão da Rede Elétrica – A extensão da rede é superior aos 5 km previstos no projeto original. Todavia, foram encontradas algumas irregularidades: cruzetas em madeira de lei (apenas 20% do previsto), blocos em concreto de fixação dos postes (apenas 20% do previsto), espaçamento entre postes de aproximadamente 100m enquanto o previsto era 50m. Por outro lado, segundo informação de servidores da Prefeitura que acompanharam a inspeção, foi construída, ainda, rede de energia elétrica em outras localidades.

12. O Concedente, então, considerando as contradições acerca do possível débito a ser imputado ao ex-prefeito, e com fundamento no fato de que as notas fiscais comprobatórias das despesas não haviam sido autorizadas pelo órgão competente, decidiu que o valor do débito era R$ 202.636,50, que é a diferença entre o valor repassado (R$ 202.746,00) e o saldo devolvido (R$ 109,50), conforme informação à f. 166, 170/171).

13. O relatório de auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno concluiu que o responsável Dorimar Neves Nunes é devedor da Fazenda Nacional pelo valor original de R$ 202.636,50 (f. 194/199).

14. Atendendo diligência do Concedente, o responsável informou que foi afastado do cargo em 27/09/1999 (f. 177).

15. Em primeira instrução (f. 242/247), a Unidade Técnica entendeu que os documentos e informações constantes dos autos não permitiam inferir a existência de débito nem tampouco a identificação exata de um valor a ser imputado ao responsável. Conforme já mencionado, a SECEX/AP, em inspeção realizada em maio/99, considerou concluídas a feira do produtor e o matadouro municipal e parcialmente concluída a expansão da rede de energia elétrica. Todavia, visita do Concedente efetivada em 22 e 23/10/2001 considerou todas as obras executadas. Assim, do ponto de vista físico, a SECEX/AP entendeu que não havia débito a ser imputado ao responsável.

15.1 Por outro lado, segundo a Unidade Técnica, ainda existiam duas pendências a serem equacionadas: a primeira dizia respeito a falta de efetividade de parte do Convênio (configurada na falta de utilização do Matadouro Municipal); a segunda era relativa às irregularidades consideradas não elididas pelo relatório que fundamentou a Decisão nº 758/2000 – TCU/Plenário.

15.2 Dessa forma, a SECEX/AP decidiu pela formulação de ***audiência*** *do ex-prefeito, sobre as seguintes falhas/irregularidades (f. 248/249):*

15.2.1 Feira do Produtor Rural

a) Pagamento antecipado à empresa contratada, contrariando o disposto nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64 – A celebração do contato (de nº 04/98) ocorreu em 16/12/97. Na mesma data foi efetuado pagamento à contratada no valor de R$ 40.500,00, por meio de saque da conta bancária do Convênio. Devemos ressaltar que a conta corrente do Convênio (nº 71955-5) foi aberta no Banco do Amazônia, agência 0070, Belém/PA. Nesse pagamento, foram detectados outras "falhas", que concorrem para inferir que o mesmo foi irregular;

b) a nota fiscal, de nº 000223, datada de 16/12/97, foi certificada em 26/12/97, dez dias após o saque para pagamento;

c) o recibo da empresa MABLOCO está datado de 27/01/98 e a data que precede a assinatura é 16/01/98, mas o saque da conta foi efetuado em 16/12/97;

d) a agência bancária detentora da conta do Convênio é de Belém do Pará. O pagamento à empresa foi efetuado por meio de cheque avulso, sacado na "boca do Caixa". É singular que o gestor municipal se desloque do seu município, no interior do Estado, à cidade de Belém, para sacar dinheiro para pagamento de empresa;

e) o contrato foi assinado em 16/12/97 mas seu número é 04/98. Esse tipo de engano é singular. O fato comum é, no início de ano novo, colocar o número do ano sucedido;

f) o pagamento da última parcela do contrato, no valor de R$ 38.370,50, foi realizado em 20/03/98. Foram identificadas as seguintes irregularidades: não existe boletim de medição que comprove a execução da parcela da obra; no extrato bancário da conta do convênio não está informado esse pagamento; a nota fiscal foi certificada em 25/03/98, cinco dias após o pagamento.

15.2.2 Matadouro Municipal

a) Ausência de boletins de medição que permitissem a aferição do quantitativo pago com o efetivamente realizado, contrariando o disposto no art. 67 da Lei de Licitações;

b) O contrato com a licitante vencedora, Mabloco Ltda., foi firmado em 16/12/97 mas recebeu o número 05/98, num claro indício de que os documentos foram produzidos posteriormente;

c) Indícios de que a licitação foi simulada, haja vista que os preços propostos pela empresa Mabloco Ltda. são iguais ou bem próximos dos preços constantes do Plano de Trabalho apresentado ao Concedente. Ver quadro abaixo.

Serviço	***Preço Unitário Plano de Trabalho***	***Preço Unitário da Contratada***	***Preço Total do Plano de Trabalho***	***Preço Total da Contratada***
Serviços Preliminares	*13,00*	*12,00*	*858,00*	*792,00*
Movimento de Terra	*10,00*	*10,00*	*960,00*	*960,00*
Fundação	*320,00*	*320,00*	*10.240,00*	*10.240,00*
Estruturas	*580,00*	*580,00*	*3.190,00*	*3.190,00*
Divisórias e Fechamento	*22,00*	*22,00*	*2.244,00*	*2.244,00*
Revestimento	*12,50*	*13,00*	*5.600,00*	*5.824,00*
Cobertura com Estrutura	*8,00*	*8,00*	*1.488,00*	*1.488,00*
Pavimentação	*38,00*	*38,00*	*4.560,00*	*4.560,00*
Forro	*10,50*	*10,50*	*378,00*	*378,00*
Soleira Peitoril	*28,00*	*28,00*	*224,00*	*224,00*
Esquadrias	*75,00*	*75,00*	*900,00*	*900,00*
Curral de confinamento	*60,00*	*60,00*	*900,00*	*900,00*
Pintura Geral	*11,00*	*10,00*	*1.947,00*	*1.770,00*
Instalação Hidro Sanitária e Elétrica	*3.000,00*	*3.000,00*	*3.000,00*	*3.000,00*
Diversos (limpeza e cubanização)	*3.200,00*	*3.200,00*	*3.200,00*	*3.200,00*
T O T A L			***39.689,00***	***39.670,00***

15.2.3 Expansão da Rede de Energia Elétrica

a) Ausência de boletins de medição que permitissem a aferição do quantitativo pago com o efetivamente realizado, contrariando o disposto no art. 67 da Lei de Licitações;

b) O contrato com a licitante vencedora, Mabloco Ltda., foi firmado em 16/12/97 mas recebeu o número 06/98, num claro indício de que os documentos foram produzidos posteriormente;

c) Indícios de que a licitação foi simulada, haja vista que dos 19 preços unitários propostos pela empresa Mabloco Ltda. 17 preços são iguais àqueles constantes do Plano de Trabalho apresentado ao Concedente, um preço apresenta a variação de R$ 0,50 e em outro a variação é de R$ 0,10. Ver quadro abaixo.

Serviço	***Preço Unitário do Plano de Trabalho***	***Preço Unitário da Contratada***	***Preço Total do Plano de Trabalho***	***Preço Total da Contratada***
Aquisição e assentamento de postes em madeira de lei	*180,00*	*180,00*	*18.000,00*	*18.000,00*
Colocação de cruzetas em madeira de lei	*56,00*	*56,00*	*7.000,00*	*7.000,00*
Construção blocos de concreto armado de 0,40 X 1, 5 m para fixação dos postes	*110,00*	*110,00*	*4.070,00*	*4.070,00*
Cabos de alumínio nº 04 Ca A	*11,40*	*11,40*	*20.805,00*	*20.805,00*
Cabos de alumínio nº 04 Ca	*12,00*	*12,00*	*756,00*	*756,00*
Alças pref. Para cabos de alumínio	*7,50*	*7,50*	*637,50*	*637,50*
Manilhas de sapatilha	*8,50*	*8,00*	*637,50*	*600,00*
Gancho de olhau	*9,30*	*9,30*	*744,00*	*744,00*
Parafuso para máquina 16 X 400 mm	*18,50*	*18,50*	*1.480,00*	*1.480,00*
Parafuso para máquina 16 X 350	*12,20*	*12,20*	*1.037,00*	*1.037,00*
Arruelas quadradas	*1,40*	*1,40*	*1.309,00*	*1.309,00*
Arruelas redondas	*2,80*	*2,80*	*910,00*	*910,00*
Pinos de 320 mm	*37,00*	*37,00*	*6.600,00*	*6.600,00*
Isolador de pino 25 kv	*31,40*	*31,40*	*5.652,00*	*5.652,00*
Chaves fusível Ind 15 kv – 100 A	*200,00*	*200,00*	*4.000,00*	*4.000,00*
Haste de terra com conector 5/8 X 40 m	*19,40*	*19,30*	*679,00*	*675,50*
Haste de âncora de 2 m	*26,00*	*26,00*	*910,00*	*910,00*
Transformador trifásico 30 Kva	*1.200,00*	*1.200,00*	*6.000,00*	*6.000,00*
Transformador monofásico 10 Kva	*950,00*	*950,00*	*2.850,00*	*2.850,00*
T O T A L			***84.137,00***	***84.096,00***

16. A Unidade Técnica deixou de formular audiência do ex-prefeito sobre a inidoneidade das notas fiscais comprobatórias das despesas uma vez que não restou comprovado nos autos que o ex-gestor conhecia tal falha.

17. Os ofícios de audiência foram enviados para os seguintes endereços: Av. José Lino Ramos nº 100, São Lázaro, Macapá/AP (três envios) e Rua Antônio Elídio Oliveira nº 262, Centro, Pracuuba/AP – um envio (f. 251/254). Conforme consulta ao Sistema CPF, o endereço do Sr. Dorimar Neves Nunes é Av. José Lino Ramos nº 100, São Lázaro, Macapá/AP (f. 255). Nesse endereço, uma das correspondência foi recebida por David Dayson Brito Neves que, pelo sobrenome, pode ser parente do responsável (f. 251). Assim, entende-se que, em conformidade com o art. 4º, inciso III, da Resolução TCU nº 170, de 30/06/2004, deve-se considerar regular a audiência do ex-prefeito.

19. ***ANÁLISE***

19.1 Inspeção realizada pela SECEX/AP em maio/99, considerou concluídas a feira do produtor e o Matadouro Municipal e parcialmente concluída a Expansão da Rede de Energia Elétrica. Todavia, visita do Concedente efetivada em 22 e 23/10/2001 considerou todas as obras executadas. Assim, do ponto de vista físico, entende-se que não há débito a ser imputado ao responsável.

19.2 Todavia, a Unidade Técnica identificou diversas falhas/irregularidades sobre as quais foi promovida a audiência do ex-prefeito. Considerada regular a audiência do ex-gestor, o mesmo não compareceu aos autos.

19.3 Assim, preliminarmente, o ex-prefeito deve ser considerado revel, dando-se prosseguimentos aos autos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

19.4 No mesmo sentido, considerando a gravidade das falhas/irregularidades identificadas, que se configuram atos com infração à norma legal ou regulamentar de natureza financeira e operacional, entende-se que as contas do responsável sejam ***julgadas irregulares****, sem a imputação de débito, mas com a* ***aplicação*** *da* ***sanção*** *prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92."* (os grifos são do original)

5. Em termos conclusivos, a instrução sugere o seguinte encaminhamento para a matéria (f. 261):

"(...)

Pelo exposto, submetemos os autos à consideração superior com as seguintes propostas:

20.1 Seja o Sr. Dorimar Neves Nunes considerado ***revel****, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;*

20.2 com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, inciso III; 16 inciso III, "b"; 19, parágrafo único, todos da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 209, inciso II, do RI/TCU, sejam ***julgadas irregulares*** *as contas do Sr. Dorimar Neves Nunes, ex-prefeito de Pracuúba/AP, relativas à execução do Convênio nº 136/97 – SUDAM, sem a imputação de débito, em função da constatação de diversas irregularidades não refutadas pelo ex-gestor;*

20.3 seja ***aplicada*** *ao Sr. Dorimar Neves Nunes, ex-prefeito de Pracuúba/AP, a* ***sanção*** *prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, corrigida monetariamente, a contar do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;*

20.4 seja, desde logo, autorizada a ***cobrança judicial*** *da dívida, caso o responsável não comprove o seu recolhimento, no prazo informado na notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92."*

O Ministério Público junto ao TCU, representado pela Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira, endossa, mediante manifestação em cota singela, as conclusões alcançadas no exame levado a termo em âmbito da unidade técnica (f. 261, verso).

VOTO

Devidamente convocado aos autos, o Sr. Dorimar Neves Nunes deixou transcorrer **in albis** o prazo que lhe foi oferecido com o fito de apresentar defesa de seu interesse, no que se refere às anomalias identificadas na utilização dos recursos federais transferidos ao Município de Pracuúba/AP, em virtude do Termo Simplificado de Convênio nº 136/97 (SIAFI 330105), firmado entre a antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Executivo local, a fim de favorecer a construção de uma feira do produtor, de um matadouro municipal e a expansão da rede elétrica municipal.

2. Diante da falta de iniciativa do gestor, no sentido de prover defesa, o que o colocou na condição de revel (art. 12, § 3º, da Lei 8.443/92), entende este Relator, na forma das manifestações precedentes, que o teor das falhas/irregularidades identificadas nos autos configuram infração à norma legal ou regulamentar de natureza financeira ou operacional, razão pela qual as contas do responsável comportam ser julgadas irregulares, com a aplicação de multa ao gestor, tal como previsto no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92.

Destarte, no mérito, voto no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto à apreciação desta e. 2ª Câmara.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 856/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-013.270/2004-6.
2. Grupo I – Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Dorimar Neves Nunes (ex-Prefeito, CPF 210.247.152-72).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Pracuúba/AP.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira.
7. Unidade Técnica: Secex/AP.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sr. Dorimar Neves Nunes, ex-dirigente Municipal, instaurada por iniciativa da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, do Ministério da Integração Nacional, por força de determinação desta Corte de Contas expressa no subitem 8.2.1 da Decisão nº 758/2000 – Plenário (TC-005.587/1998-0), a qual considerou existirem irregularidades na aplicação dos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Pracuúba/AP, em virtude do Termo Simplificado de Convênio nº 136/97 (SIAFI 330105), firmado entre a antiga Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e o Executivo local, com o fito de favorecer a construção de uma feira do produtor, de um matadouro municipal e a expansão da rede elétrica municipal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável, Sr. Dorimar Neves Nunes;

9.2. com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 12, inciso III, 16, inciso III, alínea “b", e 19, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e aplicar ao Sr. Dorimar Neves Nunes a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c o art. 268, inciso I, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443/92, caso não atendida a notificação.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0856-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE II (2ª Câmara)
-TC **018.757/2004-4**
-**Natureza**: Tomada de Contas Especial.
-**Entidade**: Município de Santo Estevão/BA.
-**Responsável**: Edvaldo Freitas da Silva (CPF n. 059.608.515-04), ex-prefeito.
-**Advogado**: não há.

-Sumário: TCE. CONVÊNIO. INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO. OCORRÊNCIA ANTERIOR À LEI 8.443/92. CONTAS IRREGULARES.

1. Contas irregulares com imputação de débito pela prática de infração a norma financeira e ato de gestão antieconômico com dano ao erário, em face da inexecução parcial do objeto pactuado.

2. Não aplicação da multa proporcional, em razão da não previsão da simultaneidade dessa pena com o débito, na norma vigente à época do convênio, Decreto-lei n. 199/67.

3. Ausência de outras ocorrências na citação impede incluí-las nos fundamentos da condenação.

RELATÓRIO

Adoto como Relatório a instrução da lavra do Sr. Mario Roberto Monnerat Vianna, ACE da Secex-BA, de fl. 80/81:

"*QUALIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL E QUANTIFICAÇÃO DO DÉBITO (fls. 04 e 47)*

NOME: Edvaldo Freitas da Silva

CPF/CNPJ: 059.608.515/04

ENDEREÇO: Rua Iaçi Lopes Amorim, Centro, Santo Estevão/BA – CEP 44190-000

ORIGEM DO DÉBITO: Não aplicação dos recursos recebidos por força do Convênio n° 170/SNS/92 (Siafi n° 034827)

VALOR HISTÓRICO DO DÉBITO: Cr$ 28.002.000,00

DATA DA OCORRÊNCIA: 15/04/1992

VALOR ATUALIZADO ATÉ 14/05/2005: R$ 87.584,57 (Demonstrativo às fls. 73/74)

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS FATOS

2. Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em decorrência da não aplicação dos recursos repassados ao Município de Santo Estévão/BA, por força do Convênio n° 170/SNS/92 (Siafi n° 034827), objetivando a aquisição e assentamento de 1.200 metros de tubulação da adutora Rio Paraguassú, convênio esse assinado em fevereiro de 1992 e com prazo de três meses.

3. Em abril de 2003 foi feita vistoria in loco (fls. 26/29) e constatado que nenhum dos tubos supostamente adquiridos havia sido assentado. Tal relatório contém também a informação de que haviam dois outros convênios firmados com o mesmo objeto (fls. 29, primeiro parágrafo).

4. Assim, considerando que não foi comprovada a aplicação dos recursos no objeto do convênio, o responsável foi regularmente citado por este Tribunal, permanecendo silente (Ofício de citação às fls. 77/78 e Aviso de Recebimento às fls. 79).

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, somos pela remessa dos autos ao gabinete do Exmo. Sr. Ministro Relator com as seguintes propostas:

a) as presentes contas sejam julgadas irregulares e em débito o responsável abaixo relacionado, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d", e 19, caput, da Lei nº 8.443/92, considerando as ocorrências relatadas no subitem 3 da instrução, condenando-o ao pagamento da importância especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno;

RESPONSÁVEL: Edvaldo Freitas da Silva

CPF/CNPJ: 059.608.515/04

ORIGEM DO DÉBITO: Não aplicação dos recursos recebidos por força do Convênio n° 170/SNS/92 (Siafi n° 034827)

? VALOR HISTÓRICO DO DÉBITO: Cr$ 28.002.000,00

DATA DA OCORRÊNCIA: 15/04/1992

b) autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/92, caso não atendida a notificação;

c) seja remetida cópia dos presentes autos ao Ministério Público da União para ajuizamento da ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92."

2. A chefia da Unidade técnica manifestou-se de acordo com as conclusões da instrução (fl. 82 e 84).

3. O Douto representante do Ministério Público junto ao TCU manifestou-se favoravelmente às propostas da Unidade Técnica com a ressalva de que a fundamentação da condenação se desse pela alínea "b" e "c" do art. 16 da Lei Orgânica do TCU, e com o acréscimo de que fosse aplicada, ao responsável, multa proporcional ao débito (fl. 85).

É o Relatório.

VOTO

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada contra o Sr. Edvaldo Freitas da Silva, ex-prefeito do Município de Santo Estevão/BA, em razão do não cumprimento do objeto pactuado no Convênio n. 170/SNS/92 do Extinto Ministério da Ação Social recebidos pela Prefeitura no exercício de 1992, no valor nominal de R$ Cr$ 28.002.000,00 (vinte e oito milhões e dois mil cruzeiros), hoje equivalentes a mais de R$ 87 mil, cujo objeto se referia à aquisição e assentamento de 1.200 metros da adutora Rio Paraguassú (fl. 13 e 80).

2. Devidamente citado para que se manifestasse a cerca da ocorrência (fl. 77/79), o responsável não apresentou defesa, e tampouco recolheu o débito.

3. A instrução do analista concluiu pela revelia, propõe as irregularidades das contas, com imputação do débito, em decorrência do não cumprimento do objeto e da existência de dois outros convênios firmados para o mesmo objeto (fl. 80), enquadrando as ocorrências na alínea "d" do inciso III do art. 16 da Lei n. 8.443/92 (*"desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos"*), com a concordância da direção da Unidade Técnica (fl. 82 e 84).

4. O Douto representante do Ministério Público junto ao TCU manifestou-se favoravelmente à conclusão da Unidade Técnica quanto ao mérito das contas, com a ressalva de que as ocorrências não caracterizam desfalque ou desvio de recursos, mas constituem-se "*ausência de boa e regular comprovação da aplicação dos recursos*", enquadrando-se não na alinea "d", mas nas alíneas "b" e "c" do dispositivo citado (fl. 85).

5. De fato, embora realmente haja indícios de duplicidade de convênios para a consecução do mesmo objeto, tal fato não foi devidamente apurado e não constou da citação promovida pela Unidade Técnica (fl. 77). Por esse motivo, não há como considerá-la como fundamento da condenação nas presentes contas. Entretanto, permanece a necessidade de apuração dos Convênios n. 0009/GM/90 e n. 0862/GM/90 (fl. 28). Para tanto, proponho que se constitua apartado destes autos, com cópias do relatório de folhas 26 à 28 e do Acórdão que vier a ser adotado neste, para que a Secex-BA efetue as diligências necessárias para esclarecer o paradeiro desses recursos e represente ao Relator com as providências pertinentes à matéria.

6. Tampouco constaram daquele ofício de citação outras ocorrências presentes nos autos, tão graves quanto essa, e que, por isso, mereciam apuração, tais como:

a) falsidade na prestação de contas do responsável, que atestou o cumprimento do objeto (fl. 25), desmentido posteriormente por inspeção realizada um ano após aquela prestação (fl. 26/28);

b) participação do então Secretário de Obras nesse falso (fl. 25);

c) ausência da documentação probatória nos arquivos daquela Prefeitura (fl. 26);

d) material adquirido deixado ao relento sem qualquer controle, proteção ou guarda (ocorrência diferenciada da não aplicação do material - fl. 28);

e) valas deixadas sem manutenção ou proteção, aterradas pela ação do vento e da chuva (fl. 27);

f) sobrepreço das tubulações adquiridas (fl. 35);

g) extrato bancário apresentado de conta diferente da conta específica (fl. 33);

h) ausência de relatório de cumprimento do objeto e adjudicação da licitação (fl. 33);

i) realização de despesa fora da vigência do convênio e saque de cheque efetuado há quase dois meses antes do faturamento (fl. 34);

j) não comprovação da utilização da contrapartida pactuada (fl. 34); e

k) falta de fiscalização e de acompanhamento *'in loco'*, pelo concedente, durante o período de execução do convênio.

7. Por economia processual, não entendo pertinente que se retornem os autos à instrução para essas apurações, mas que fiquem aqui consignadas para que a Unidade Técnica, em processos semelhantes, se atente para ocorrências desses tipos e procedam às devidas apurações, análises e responsabilizações.

8. Também entendo que a inexecução parcial do objeto, atestado em inspeção *in loco* pelo concedente, não se caracteriza apenas como "não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos". Mais do que isso, ela própria configura-se diretamente como infração à norma financeira (IN-SFN n. 03/90) à qual o convênio está submetido, e como infração ao termo pactuado. Bem assim, ela se constitui ato de gestão antieconômico do qual resultou o dano apurado. Por essas razões entendo pertinente o enquadramento das irregularidades nas alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 16 da Lei Orgânica, conforme propugnou o *Parquet*.

9. Além disso, como os recursos foram recebidos em 10/04/1992 (fl. 59) - data à qual deve ser referenciado o débito - , portanto antes da publicação da Lei 8.443/92, em 17/07/1992, não há como se aplicar a multa proporcional prevista no art. 57 desta, pois as penas às quais se encontravam sujeitos o responsável correspondiam apenas às dispostas no Decreto-lei n. 199/67, que não previa a hipótese de condenação em débito com aplicação simultânea de multa, conforme entendimento já consagrado em nossa jurisprudência (p.ex. Acórdãos n. 153/2006 - Plenário, n. 204/2006 - Primeira Câmara e n. 451/2006 - Segunda Câmara).

10. Manifesto, portanto, quanto ao mérito destas contas, minha concordância com as conclusões da Unidade Técnica, com a ressalva feita pelo Ministério Público junto ao Tribunal quanto ao enquadramento legal da condenação, com os acréscimos que propus.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11de abril de 2006.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 857/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-018.757/2004-4
2. Grupo I – Classe II – Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Edvaldo Freitas da Silva (CPF. 059.608.515-04), ex-prefeito.
4. Entidade: Prefeitura de Santo Estevão/BA
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha
6. Representante do Ministério Público: Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex-BA
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, contra o Sr. Edvaldo Freitas da Silva, ex-prefeito de Santo Estevão/BA, em razão do não cumprimento do objeto pactuado no Convênio n. 170/SNS/92 firmado entre essa prefeitura e o extinto Ministério da Ação Social, cujo objeto correspondia à aquisição e assentamento de 1.200 metros da adutora Rio Paraguassú.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Edvaldo Freitas da Silva (CPF. 059.608.515-04), com fulcro nos art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; art. 19, *caput*; e art. 23, inciso III, todos da Lei 8.443/92, pela inexecução parcial do objeto pactuado por meio do Convênio n. 170/SNS/92 do extinto Ministério da Ação Social, condenando-o ao pagamento do débito de Cr$ 28.002.000,00 (vinte e oito milhões e dois mil cruzeiros), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação deste, para que comprove perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 10/04/1992, até a data do efetivo pagamento, nos termos da legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se referem os itens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/92;

9.4. remeter cópia dos presentes autos ao Ministério Público da União, conforme o disposto no art.16, § 3º da Lei n. 8.443/92; e

9.5. determinar à Secex-BA que constitua apartado destes autos, juntando cópias do relatório de folhas 26 à 28 e deste Acórdão, e efetue as devidas diligências para apuração do destino e da regularidade da aplicação dos recursos recebidos por meio dos Convênios n. 0009/GM/90 e n. 0862/GM/90.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0857-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO II - CLASSE II - 2ª CÂMARA
TC-016.956/2004-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Município de Cutias do Araguari/AP
Responsável: Mário César Lira Pimentel, ex-Prefeito

Sumário: Tomada de Contas Especial. Convênio. Apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas em comunidades rurais. Construção e equipamento de uma casa de farinha. Cumprimento parcial do objeto avençado. Citação. Elementos de defesa suficientes para descaracterizar a falta. Ausência de locopletamento ou má-fé. Contas regulares com ressalva. Quitação ao responsável.

RELATÓRIO

Examina-se Tomada de Contas Especial instaurada pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA/MI contra o Senhor Mário César Lira Pimentel, ex-Prefeito do município de Cutias do Araguari/AP, em razão da inexecução de parte do objeto de que trata o Convênio 111/98, SIAFI 368728, tendo por finalidade a construção e equipamento de uma casa de farinha, mediante a transferência de recursos federais ao Município, no valor total de R$ 42.000,00 (99OB00045, de 12/01/99).

O excerto seguinte da instrução levada a efeito no âmbito da Secex/AP sintetiza o presente feito:

*"2.2 Tratam os presentes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela **Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA/MI**, em desfavor do ex-Prefeito Municipal de Cutias do Araguari/AP, **Sr. Mário César Lira Pimentel**, em decorrência da não-comprovação da boa e regular aplicação de parte dos recursos repassados à Prefeitura, por intermédio do Convênio n.º 0111/1998, SIAFI 368728, assinado em 29/12/1998, com vigência inicial de 120 dias a contar da data da liberação dos recursos. Termo Simplificado de Convênio às fls. 60/61.*

2.2.1 O Convênio, cujo objeto era a construção e equipamento de casa de farinha no Município, conforme Termo de Convênio, teve seu extrato publicado em 31/12/1998 (fls. 64 e 70), com valor total de R$ 42.000,00, (quarenta e dois mil reais) sob a responsabilidade da extinta SUDAM, repassados por intermédio da Ordem Bancária n.º 1999OB00045, de 12/01/1999 (fl. 68).

2.2.2 Consta do Relatório de Auditoria da CGU/SFC, às fls. 291/294, item 5, dentre outras informações, que a presente Tomada de Contas Especial foi instaurada intempestivamente, no que se refere ao prazo de 180 dias preconizado no art. 1º, §§ 1º e 2º, da IN n.º 13/96.

2.3 Por meio da Notificação/AUD n.º 042, de 13 de julho de 1999 (fl. 71), o Órgão Concedente comunica ao Convenente a extrapolação do prazo para apresentação da Prestação de Contas, expirado em 12/05/1999, e estabelece novo prazo, de 30 (trinta) dias, para tal providência.

2.4 Após fiscalização in loco, realizada de 22 a 23/09/1999, pela Diretoria de Acompanhamento de Projetos do Concedente, foi emitido o Relatório de Fiscalização de Convênios de fls. 72/74. Contatou-se, então, que apenas a construção do barracão encontrava-se iniciada, mas com alteração do projeto original, havendo um aumento de área de 60 m² para 117,20 m² e inclusão de 02 banheiros.

2.4.1 Da conclusão do referido Relatório, extrai-se que foi apresentada justificativa pelo Convenente para a ampliação da área do barracão em lugar da aquisição do grupo gerador de 40 KVA, alegando que a Comunidade de Livramento do Pacuí já estava servida de energia elétrica da rede pública.

2.4.1.1 Daquela feita foi considerado que o objeto do Convênio não foi cumprido, devendo ser devolvidos recursos da ordem de R$34.019,31, conforme discriminado à fl. 74, e que as justificativas apresentadas para as alterações do projeto somente fossem analisadas quando a obra do barracão estivesse concluída e todos os equipamentos dispostos na Comunidade de Livramento do Pacuí.

2.5 O Parecer de Auditoria n.º 81, de 20/12/1999 (fls. 75/77), por sua vez, concluiu que, considerando a execução parcial do objeto conveniado e a falta da prestação de contas correspondente, é cabivel a inscrição do gestor responsável na Conta "Diversos Responsáveis" e a adoção das providências complementares que o caso requer.

2.6 Por meio do Ofício n.º 015-PMC, de 30/01/2000, o Sr. ex-Prefeito encaminhou ao Concedente a prestação de contas do Convênio (fls. 88/105).

2.6.1 Pelo Parecer n.º 018, de 23/03/2000, da Divisão de Contabilidade da extinta SUDAM, às fls. 85/86, considerou-se que a documentação encaminhada pelo Convenente atendia às disposições da IN/STN n.º 01/97, com as ressalvas apontadas.

2.7 Ressalte-se que em 12/01/2000 foi recebido neste Tribunal o Ofício n.º 030-GAB/PGJ, de 11/01/2000 (fl. 109), da Exm.ª Senhora Procuradora-Geral de Justiça do Amapá, dando conta de denúncias contra o Sr. Mário César Lira Pimentel, conforme a documentação de fls. 110/155, objeto de

apuração do Procedimento n.º 1028-CGMP, de 10/11/1999, no âmbito do Ministério Público Estadual, sob a acusação de práticas irregulares na aplicação de recursos federais descentralizados por meio de convênios, dentre os quais o ajuste de que se trata.

2.7.1 Autuado como Representação neste Tribunal, sob o número TC-000.660/2000-1, o Plenário do TCU, por intermédio da Decisão n.º 252/2000, determinou à SUDAM a apuração das irregularidades denunciadas, relativas ao Convênio n.º 111/98, e, caso presentes as hipóteses legais, a instauração da competente TCE (Vide Relatório e Voto da Decisão às fls. 156/171).

2.8 No Relatório n.º 023, de 13/07/2000 (fls. 192/201), da Auditoria da extinta SUDAM, ficou assente que, diante das constatações decorrentes da 2ª fiscalização in loco realizada de 06 a 07/06/2000, (in verbis) "consideramos que houve a aplicação correta dos recursos liberados. Apesar da Prefeitura não ter executado o item da aquisição do Gerador, alocou os recursos na ampliação do barracão e outros serviços inerentes ao projeto. Entretanto, considerando que a energia não foi estendida para o local da Casa de Farinha e o poço (...) ainda não foi testado (...) não podemos considerar o convênio integralmente realizado."

2.9 O Relatório n.º 21, de 07/10/2001 (fls. 210/218), referente à 3ª fiscalização in loco à Comunidade Livramento do Pacuí, em Cutias do Araguari/AP, que objetivou aquilatar se as pendências detectadas na fiscalização anterior haviam sido saneadas, concluiu, após diversas considerações, em definitivo, que estava configurada a execução parcial do objeto do Convênio n.º 111/98, firmado entre a extinta SUDAM e a Prefeitura de Cutias do Araguari/AP (Vide Item IV – CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSPEÇÃO, à fl. 211).

2.9.1 Solicitada a quantificação da parcela não executada do ajuste, os engenheiros responsáveis pela 3ª fiscalização in loco, apresentaram o levantamento do valor monetário correspondente ao item "aquisição e instalação de grupo gerador de 40 KVA", perfazendo a quantia a ser devolvida aos cofres públicos da ordem de R$ 14.430,31 (quatorze mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e um centavos).

2.10 Consta dos autos a Not ificação n.º 002, de 14/04/2004 (fl. 272), com o fim de cientificar o Sr. Mário César Lira Pimentel da origem do débito e da conseqüente instauração da Tomada de Contas Especial em epígrafe, pela execução parcial do objeto do Convênio n.º 111/98, firmado entre a extinta SUDAM e a Prefeitura de Cutias do Araguari/AP.

2.10.1 Consta dos autos, ainda, à fl. 286, manifestação de ciência do responsável, ***Sr. Mário César Lira Pimentel****, de acordo com documento "Aviso de Recebimento" dos Correios.*

2.11 O Relatório de Tomada de Contas Especial n.º 003, de 15/10/2003, inserto às fls. 253/255, em que estão circunstanciados os fatos que ensejaram a instauração da presente Tomada de Contas Especial e devidamente qualificada a responsabilidade do ***Sr. Mário César Lira Pimentel,*** *à época Prefeito de Cutias do Araguari/AP, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos oriundos do Convênio n.º 0111/1998, culmina com a impugnação de valor parcial repassado àquela Municipalidade, da ordem de R$ 14.430,31 (item 2.9.1, supra), conforme inscrição de responsabilidade efetuada por meio da Nota de Lançamento n.º 2004NL00323, de 10/05/2004 (fl. 285).*

2.11.1 Ressalte-se que foi emitido Relatório Complementar de Tomada de Contas Especial, conforme fls. 269/271.

2.12 O Relatório de Auditoria do Controle Interno (fls. 291/294) conclui pela inscrição do Senhor ***Mário César Lira Pimentel*** *na conta "Diversos Responsáveis", pelo valor de R$14.430,31, conforme Nota de Lançamento n.º 2004NL000323, de 10/05/2004 (fl. 285), decorrente da atualização monetária do montante de R$14.430,31, a partir de 12/01/1999, na forma das Decisões TCU n.º 484/94 e n.º 1.122/2000 – Plenário.*

2.12.1 Por conseguinte, o Certificado de Auditoria e o Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno são pela irregularidade das contas do responsável (fls. 295 e 296, respectivamente), devidamente acompanhados do Pronunciamento Ministerial (fl. 299).

2.13 Em instrução inicial às fls. 305/308 foi proposta a citação imediata do responsável, Senhor Mário César Lira Pimentel, CPF n.º 032.650.562-87, ex-Prefeito do Município de Cutias do Araguari/AP, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da citação, apresentar alegações de defesa ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional, a quantia de R$ 14.430,31 (quatorze mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e um centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, a partir de 12/01/1999 até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente, em razão das ocorrências relatadas no item 2 daquela instrução.." (f. 317/20).

Levada a efeito a proposta sugerida pela Unidade Técnica, foi o responsável regularmente citado (f. 309), tendo acostado sua defesa por intermédio de procurador (f. 312/3).

A Unidade Técnica, após analisar as alegações trazidas, concluiu serem as mesmas insuficientes para descaracterizar a execução parcial do objeto conveniado, uma vez que a meta constante do plano de trabalho, relativa à aquisição e instalação do grupo gerador de 40 KVA – no valor de R$ 14.430,31, não foi levada a efeito. Por essa razão, propõe a irregularidade das contas do responsável com fulcro no art. 16, III, alínea "c", da Lei 8.443/92, condenando-o em débito pelo valor retro mencionado. Sugere, ainda, a aplicação da multa prevista no art. 57 da mesma Lei e a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público da União para o ajuizamento das ações cabíveis (f. 322/3).

O Ministério Público aquiesceu a proposta oferecida no âmbito da Unidade Técnica (f. 324).

É o Relatório

VOTO

Verifica-se que a instauração da presente Tomada de Contas Especial foi motivada pela execução parcial do convênio em tela, consubstanciada na ausência de aquisição e instalação de um grupo gerador de 40 KVA, no valor de R$ 14.430,31 (quatorze mil, quatrocentos e trinta reais e trinta e um centavos), conforme previsto no plano de trabalho integrante da avença.

Assevera o responsável, em suas alegações de defesa, haver cumprido o objeto do convênio, qual seja a edificação e o equipamento de uma casa de farinha. Ainda, que sua condenação em ressarcir o erário constituiria enriquecimento sem causa da Administração. Em outra oportunidade, anteriormente à instauração da presente TCE, ao justificar a alteração do projeto original à equipe de fiscalização do órgão concedente, alegou o mesmo que o grupo gerador não foi adquirido pelo fato de o local de implantação do objeto ser assistido por rede de energia elétrica, revertendo, então, os recursos para a ampliação das instalações (f. 72/3).

Percorrendo os autos, verifico que, de fato, o grupo gerador não foi adquirido. Observo também que a fiscalização levada a efeito pela extinta Sudam, em junho de 2000, reconheceu desnecessária a aquisição do grupo gerador, haja vista a existência de rede de energia elétrica a aproximadamente 100 metros do local da obra. Essa mesma fiscalização também atestou a execução de serviços complementares, não previstos no plano de trabalho original, consistentes na ampliação do barracão em 57 m², na construção de um banheiro e na construção de uma estrutura metálica com uma caixa d´água de 5000 litros, os quais, segundo seus cálculos, alcançavam o valor de R$ 18.419,00, superior, portanto, ao valor correspondente ao grupo gerador (R$ 14.430,31).

Dessa forma, dissinto do entendimento esposado pela unidade instrutiva e pelo Ministério Público no sentido de rejeitar as alegações de defesa apresentadas e julgar as presentes contas irregulares. Com efeito, ao não adquirir o grupo gerador agiu o gestor dentro dos parâmetros da razoabilidade, já que o local é assistido por energia elétrica. Mais, segundo se extrai do relatório do próprio repassador dos recursos, foi o valor aqui questionado aplicado na ampliação do empreendimento em valor superior ao repassado para a aquisição do gerador, não se verificando, por conseqüinte, dano ao Erário, desfalque ou desvio de verbas públicas ou outra ocorrência elencada no artigo 16, inciso III, da Lei 8.443/92.

Ante o exposto, voto no sentido de que seja aprovado o Acórdão que ora submeto à Segunda Câmara.

T.C.U.,Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 858/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-016.956/2004-9
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Mário César Lira Pimentel (CPF 032.650.562-87), ex-Prefeito.

4. Unidade: Município de Cutias do Araguari/AP.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secex/AP.
8. Advogado constituído nos autos: Marcelo Ferreira Leal – OAB/AP 370.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA/MI contra o Senhor Mário César Lira Pimentel, ex-Prefeito do município de Cutias do Araguari/AP, em razão da razão da inexecução de parte do objeto de que trata o Convênio 111/98, tendo por finalidade a construção e equipamento de uma casa de farinha, mediante a transferência de recursos federais ao Município, no valor total de R$ 42.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 23, inciso II; da Lei 8.443/92, em acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Senhor Mário César Lira Pimentel, CPF nº 032.650.562-87, e julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando quitação ao responsável, bem como determinar o arquivamento dos autos.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0858-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

Grupo II - Classe II - 2ª Câmara.
-TC-019.462/2004-2.
-Natureza: Tomada de Contas Especial.
-Responsável: Manuel Raimundo Pureza da Fonseca (Prefeito Municipal à época, CPF 055.974.632-68).

-Sumário:

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. EXAME DA CONTAS APÓS GRANDE LAPSO TEMPORAL. IMPRECISÃO NA CARACTERIZAÇÃO DO DÉBITO. CONTAS REGULARES.

O exame extemporâneo da prestação de contas dos recursos torna incerta a existência efetiva de prejuízo ao erário ou a quantificação precisa do valor do débito e embaraça a plena formulação de defesa.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – DELIQ/MP, em virtude da falta de cumprimento integral do objeto avençado no Plano de Trabalho aprovado pela Portaria nº 592, de 15/09/1992, do extinto Ministério da Ação Social, que destinou recursos federais ao Município de Mazagão/AP, com o intuito de favorecer a construção de 91 unidades habitacionais, destinadas à população local de baixa renda.

2. Para tal desiderato, foram alocados ao Município recursos no valor original de Cr$ 581.112.000,00 (quinhentos e oitenta e um milhões, cento e doze mil cruzeiros), conforme Nota de Empenho nº 92NE01482, de 10/09/1992, posteriormente transferidos por meio da Ordem Bancária nº 92OB01877, de 23/09/1992.

3. A Secretaria Federal de Controle Interno/Controladoria-Geral da União, diante dos elementos consignados no Relatório de Auditoria 154253/2004 (f. 37/39), emitiu o Certificado de Irregularidade das Contas (f. 40)), o qual, em etapa posterior, foi levado ao conhecimento da autoridade ministerial competente (f. 46).

4. No âmbito deste Tribunal, a Secex/AP, em intervenção inicial (f. 52/53), a título de observação, fez os seguintes comentários a respeito do assunto **sub judice**:

a) a alta inflação que existia no Brasil até a instituição do Plano Real, em julho de 1994, e o tempo decorrido desde a mencionada transferência (já se passaram doze anos) dificultam sobremaneira uma quantificação adequada dos recursos envolvidos em valor presente;

b) a análise do DELIQ considera o dia da aprovação do projeto – 15/07/1992, como sendo a data-base (f. 12) em que o valor transferido atenderia a 100% do objeto conveniado. No entanto, a data ideal, principalmente considerando-se a alta generalizada e exponencial de preços da época, há que ser a da orçamentação das construções em tela, informação que não se encontra ou não está explícita neste processo.

5. Diante disso, e no afã de ampliar os elementos de análise pertinentes à situação, entendeu a unidade técnica cabível providenciar diligência junto ao Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de que fossem fornecidas cópias do orçamento (e/ou Plano de Trabalho) e dos extratos bancários atinentes à conta específica vinculada ao ajuste firmado (f. 54).

6. Em decorrência, vieram aos autos os elementos às f. 55/86, os quais foram objeto de exame conforme instrução às f. 90/92.

7. Dessa feita, a Secex/AP, embora tenha registrado que tanto o orçamento quanto o plano de trabalho nada explicitavam quanto à respectiva data de emissão, deixando apenas patente que o período de execução foi programado para 01/06/1992, propôs fosse acionada a citação do implicado, Sr. Manuel Raimundo Pureza da Fonseca, de modo que o implicado fizesse por apresentar alegações de defesa ou promovesse a restituição aos cofres do Tesouro Nacional da importância histórica de Cr$ 226.110.679,20 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e dez mil, seiscentos e setenta e nove cruzeiros e vinte centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, a partir de 23/09/1992, nos termos da legislação vigente.

8. Instado a comparecer aos autos, na forma do expediente inserto à f. 93 (respectivo AR/MP à f. 94), o implicado, em síntese, alegou que (f. 95/96):

a) não reúne mais a capacidade de lembrança dos fatos que originaram os autos de tce, eis que passados treze anos dos acontecimentos;

b) embora tenha procurado elementos probantes nos arquivos da Prefeitura Municipal de Mazagão/AP, o tempo transcorrido não favoreceu a localização da documentação afim;

c) não é do seu conhecimento os procedimentos adotados pelos técnicos do TCU para alcançar a conclusão de que o objeto do convênio não fora cumprido satisfatoriamente, uma vez que não se lembra da presença do corpo funcional deste Tribunal na cidade. Acredita que, no caso de uma verificação **in loco**, teria sido possível estabelecer se as metas, de fato, mereceram execução ou não;

d) diante do tempo passado, já não é mais possível lembrar-se dos preços vigentes àquela época;

e) acredita que tenha faltado, na ocasião, por parte da equipe municipal, uma exposição de motivos circunstanciando as condições vigentes quando da execução, pois fica difícil para o pessoal técnico de Brasília conhecer os preços praticados naquela localidade tão distante da capital federal; e

f) possui certificado de quitação do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, alusivo às prestações de contas por ele feitas.

9. A instrução da Secex/AP (f. 102/105), ao efetuar novo exame da documentação presente nos autos, entendeu existirem incorreções nos cálculos efetuados pelo concedente. Primeiro, no que pertine à quantificação do débito, já que o fator inflacionário só foi considerado a partir do dia em que foi aprovada a proposta de trabalho, quando o correto seria a partir da data da orçamentação da obra. Outro ponto ressaltado foi quanto à anomalia no cálculo propriamente dito, tal como assinalado na peça instrutiva.

10. Diante desses aspectos, entendeu a unidade técnica que a meta física passível de realização quando do recebimento do recurso corresponderia a 43,544667 % da programação original. Dessa porcentagem deveriam ser descontados os 21,97% informados pelo Tomador de Contas como sendo a meta alcançada, o que equivale a um débito remanescente no valor original de Cr$ 287.918.100,00 (duzentos e oitenta e sete milhões, novecentos e dezoito mil e cem cruzeiros).

11. Guiada por esse raciocínio, a Secex/AP promoveu nova citação do responsável (f. 106 e 107), valendo-se, dessa feita, da aludida quantia histórica, igualmente sujeita à atualização monetária e aos conseqüentes juros de mora a partir de 02/10/1992 (data em que ocorreu o depósito na conta bancária vinculada ao instrumento regulador).

12. As alegações pertinentes encontram-se lançadas no arrazoado à f. 108. Aduz o interessado, no essencial, que:

a) quando da gestão dos recursos foram utilizados todos os procedimentos legais na construção das unidades habitacionais, tais como: emissão de edital de licitação, realização de processo licitatório e execução do objeto;

b) o projeto original previa a construção de 100 (cem) unidades residenciais, contudo, o recursos não foram liberados na sua totalidade e quando da liberação o Ministério da Ação Social não informou a quantidade de unidades que deveria resultar construída;

c) segundo os técnicos que o auxiliaram na época, o preço de cada unidade foi calculado com base nos preços de materiais e serviços vigentes na região;

d) tais preços, devido a expressiva escalada inflacionária observada na ocasião, sofriam alterações a cada dia;

e) o custo de cada unidade habitacional à época era de Cr$ 29.055.600,00 (vinte e nove milhões, cinqüenta e cinco mil e seiscentos cruzeiros), de modo a comportar os preços de materiais, mão-de-obra, impostos, taxas e lucro da empresa construtora;

f) não há lembrança da presença dos fiscais do TCU, tanto na fiscalização das unidades habitacionais, como na fiscalização dos documentos comprobatórios da execução do referido convênio, o que gera a seguinte dúvida: Como o Tribunal em Brasília reúne condições de detectar irregularidades em algum Convênio, observando apenas os demonstrativos de execução.

13. A derradeira instrução elaborada pela unidade técnica empreende a seguinte análise a respeito das alegações de defesa ofertadas pelo interessado, **in litteris** (f. 114/115):

"(...)

4.3.1 Preliminarmente, vale ressaltar dois pontos que sobressaem das alegações acima:

a) inquestionavelmente o Governo Federal demorou muito tempo – 13 anos – para a instauração desta Tomada de Contas Especial. Há que se considerar, entretanto, que, a exemplo de vários outros órgãos, o Ministério da Ação Social foi extinto, motivo pelo qual a análise da prestação de contas de convênios por ele firmados foi transferida ao Departamento de Extinção e Liquidação – DELIQ/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Essa transferência de atribuição pode explicar em parte a morosidade na instauração desta e de muitas outras TCE a cargo desse Departamento;

b) ao questionar a atuação do TCU, o responsável demonstra total desconhecimento do tema que envolve a gestão de recursos federais e a responsabilidade no tocante à prestação de contas.

4.3.2 Quanto às alegações de defesa propriamente, releva esclarecer que os efeitos da inflação foram considerados, tanto que, após a correção de cálculo que efetuamos no item 3 acima, a meta possível – que já era apens de 60,88%, segundo o DELIQ – ficou reduzida a 43,544667% em relação aos 100% inicialmente pactuados.

4.3.3 Outras informações poderiam resultar favoráveis ao responsável, tais como a data em que o orçamento das obras foi efetivamente elaborado. Entretanto, as planilhas estão desprovidas de data, conforme folhas 56/75, razão pela qual utilizamos, como data-base, a prevista para o início das obras – 01/06/1992, conforme folha 76.

4.3.4 O responsável, entretanto, não se preocupou sequer em conhecer os documentos do presente processo, e portanto não acrescentou informação nova que possa elidir a irregularidade supra ou contribuir para redução do montante dos recursos cuja regular aplicação não foi comprovada.

4.3.5 Por conseguinte, somos pela rejeição das alegações de defesa do Sr. Manuel Raimundo Pureza da Fonseca.

4.3.6 Não há nos autos informação que permita concluir pela existência de boa-fé por parte do responsável, nos termos do § 2º do art. 12 da Lei 8.443/92, c/c § 2º do art. 202 do Regimento Interno –

RI/TCU, razão por que proporemos o julgamento definitivo de mérito pela irregularidade das presentes contas, consoante § 6º do art. 202 do mesmo RI."

14. Em termos conclusivos, a unidade instrutiva, na forma da orientação inserta na f. 115, convalidada pela manifestação da dirigente daquela regional de controle externo à f. 116, sugere:

" *Ante os fatos supramencionados, submetemos o presente processo à consideração superior, propondo ao Tribunal que:*

I) Com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", da Lei nº 8.443/92, julgue irregulares as contas do senhor Manuel Raimundo Pureza da Fonseca, ex-Prefeito de Mazagão/AP, CPF 055.974.632-68, condenando-o em débito pelo valor histórico de Cr$ 287.918.100,00, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o devido recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, desde o dia 02/10/1992 até a data do efetivo recolhimento, em virtude de não ter comprovado a boa e regular aplicação dos recursos do convênio nº 92/Port/GM/592, correspondentes a 21,574667% da meta física pactuada;

II) Ao mesmo responsável aplique a multa definida no art. 57 da Lei nº 8.443/92, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o devido recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional;

III) Desde já autorize a cobrança judicial do débito e da multa acima, caso não seja atendida a notificação, com fundamento no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92".

O **Parquet** especializado, representado pelo Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado, consigna a respeito do assunto o entendimento estampado no seguinte excerto do Parecer presente às f. 117/118, a saber:

"*Não obstante concordar com os critérios utilizados pela unidade técnica para apurar a desvalorização do montante repassado à prefeitura e a meta possível de ser alcançada – 43,544667% das 91 unidades habitacionais planejadas, ou seja, apenas 39,625 casas -, acredito não ter sido medida mais adequada a aceitação do percentual de 21,97 como meta cumprida para fins de cálculo do valor do débito, embora se tenha chegado a resultado quase idêntico ao que se mostra a seguir.*

Reavalio, portanto, na forma que se segue, o valor do débito a ser imputado ao responsável, considerando, para tanto, dado constante da Análise Documental de Compatibilidade Econômico Financeira de que foram construídas 20 casas (fls. 12/13), o que corresponde a 53% da meta possível de ser executada.

Meta física possível	*43,544667%*	*39,625 casas*	*Cr$ 581.112.000,00*
Meta física executada	*50,47%*	*20 casas*	*Cr$ 293.287.226,40*
Meta física não-comprovada	*49,53*	*19,625 casas*	*Cr$ 287.824.773,60*

Considerando que o ex-Prefeito já recebeu duas citações a respeito das irregularidades detectadas nos presentes autos, nas quais foram informados valores do débito inferior (fls. 93/94) e superior (fls. 106/108) ao aqui apurado, e que a importância a ser ressarcida ao erário ultimada neste parecer mostra-se infimamente menor ao da última citação, situação esta que estaria a beneficiar o responsável, julgo ser dispensável a adoção de novo procedimento citatório.

Isto posto, este Ministério Público manifesta-se parcialmente de acordo com a proposição oferecida pela unidade técnica, sugerindo sejam as presentes contas julgadas irregulares e imputados ao responsável débito no valor de Cr$ 273.122.640,00 e multa, com espeque nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, caput,23, inciso III, e 57 da Lei 8.443/1992."

VOTO

Na forma dos pronunciamentos precedentes, unidade técnica e o **Parquet** especializado entendem resultar apurado nos autos a responsabilidade do Sr. Manuel Raimundo Pureza da Fonseca, ex-Prefeito Municipal de Mazagão/AP, quanto à falta de execução de parte da programação ajustada entre o antigo Ministério da Ação Social e o aludido Poder Municipal, mediante a expedição da Portaria/MAS/nº 592, de 15/09/1992. Referido instrumento legal regulamentou a transferência à instância municipal de recursos federais no valor original de Cr$ 581.112.000,00 (quinhentos e oitenta e um milhões, cento e doze mil cruzeiros), com vistas à construção de noventa e uma unidades habitacionais, destinadas à população local de baixa renda.

2. A identificação da irregularidade (descumprimento, em parte, da meta acordada) só foi suscitada aproximadamente após onze anos do término do prazo fixado para a utilização dos recursos. Na oportunidade, já não mais existia a estrutura do extinto Ministério da Ação Social. Coube ao Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão responder pela identificação e apuração da dita anomalia.

3. Vale consignar, desde já, que a identificação do débito foi promovida a partir de cálculos que tiveram por fim determinar a desvalorização incidente sobre a quantia transferida ao município, assim como a quantidade de meta física entendida capaz de ser alcançada à luz dessa circunstância. Cabe citar que, à época da gestão dos recursos, havia forte escalada inflacionária na economia do país.

4. Nesse particular, há de se consignar que os referenciais de cálculos adotados em âmbito do DELIQ/MPO, da unidade técnica deste Tribunal e do Ministério Público junto ao TCU não são de todo coincidentes. A proximidade maior se dá entre os dois últimos, em que pese particularidade de raciocínio descrita no Relatório que antecede este voto. Feito esse intróito, passo a tratar do mérito da matéria **sub judice**.

5. De pronto deixo patente, com as vênias de estilo, que não partilho da opinião prevalecente nestes autos, no sentido de que remanesça incontroversa responsabilidade do Sr. Manuel Raimundo Pureza da Fonseca acerca de parte do programa de trabalho considerado não atingido na oportunidade da execução.

6. Ocorre, como já mencionado anteriormente, que esse entendimento só veio a ocorrer (execução incompleta, dado o poder de compra estimado da verba repassada) quase onze anos do término do prazo estabelecido para a aplicação dos recursos em tela. A configuração do débito, portanto, decorre de medidas administrativas adotadas após largo horizonte temporal, as quais comportam certo grau de imprecisão no que concerne à determinação efetiva da existência de débito e o seu **quantum**.

7. Destaco, nesse particular, que o valor do débito provém de cálculo realizado com o intuito, primeiro, de apurar o poder de compra efetivo dos recursos repassados ao município, a fim de identificar a meta ajustada a essa realidade inflacionária do período, para, depois, subtrair desse número o quantitativo físico apresentado como realizado na prestação de contas do gestor. O resultado apurado foi, pois, entendido como realização faltante.

8. Para efeito de estimar a capacidade de compra dos recursos destinados ao município, a DELIQ/MPO fez uso da variação ocorrida no Índice Nacional de Preços da Construção Civil – INCC no período situado entre a data de **aprovação do Programa de Trabalho (15/07/1992)** e aquela na qual **houve a emissão da ordem bancária de transferência dos recursos (23/09/1992)**.

9. Acerca do emprego da data de aprovação do Programa de Trabalho como marco de partida para o cálculo da desvalorização monetária sofrida pelo numerário transferido, a unidade técnica afiança, no que conta com o meu aval, que o procedimento não é o adequado, visto que o ideal seria considerar a data em que houve a orçamentação do projeto pelo proponente. Desconhecido esse dado nos autos, mesmo depois de diligência específica junto ao DELIQ/MPO, passou a Secex/AP a adotar em seus cálculos a data indicada no detalhamento da programação como sendo **a de início da obra**, qual seja **01/06/1992**.

10. Reside aqui uma fragilidade assumida na inteligência norteadora da quantificação do débito. Caso a desconhecida data da orçamentação tenha ocorrido em intervalo de tempo considerável ao momento da aprovação do programa de trabalho, o débito haveria de ser bem menor ou quiçá inexistente. Vale lembrar que não costumam ser ágeis os procedimentos de aprovação de projetos em âmbito dos órgãos transferidores de recursos, máxime em virtude de contingenciamentos e retenções financeiras historicamente praticadas na esfera do Executivo Federal. Não obstante a dúvida a respeito de ponto crucial para a configuração do prejuízo, ela é relevada em detrimento do interesse do responsável, o que faz tábula rasa da práxis jurídica de que em havendo dúvida ela labora em proveito do réu.

11. Outro ponto que julgo relevante salientar é o entendimento tácito no processo de que a variação do INCC, índice de abrangência nacional, aplicado no caso **sub judice**, possa bem representar, no período, as variações de preços havidas no Estado do Amapá, localidade que, sabidamente, vivencia, para uma vasta cesta de bens e serviços, preços significativamente superiores aos centros urbanos mais desenvolvidos.

12. Concorrem, para isso, entre outros, fatores tais como considerável distância entre a aludida unidade federada e os principais pólos produtores de matéria prima/bens industrializados e condições desfavoráveis de transporte.

13. Indispensável ter presente que o INCC mede a evolução mensal de custos das construções habitacionais, a partir da média dos índices de doze regiões metropolitanas (Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). Para cada região o INCC é calculado com base em uma amostra de custos de insumos (mercadorias, serviços e mão-de-obra) com representatividade para a indústria da construção civil (informação extraída da série perguntas mais freqüentes/Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores/Diretoria de Política Econômica/Banco Central do Brasil).

14. Segundo informações colhidas pelo meu gabinete, o município de Mazagão dista em torno de trinta quilômetros da capital do Estado e possuia uma população de 11.986 habitantes quando do censo demográfico do IBGE de 2000. Bem razoável supor que a aplicação do INCC feita tal como citado neste voto possa levar a distorções que soem punitivas aos interesses do implicado, já que inexiste precisão na definição do cálculo orientado para a quantificação do débito e percepção de que o índice utilizado pudesse reclamar a observância de certas especificidades e/ou ajustes para fins de emprego no caso em exame.

15. Cabe salientar que, muito embora o responsável faça alusão, no arrazoado de defesa apresentado em resposta ao segundo instrumento citatório, o preço de cada unidade habitacional foi cotado de modo a considerar os preços de materiais e serviços vigentes à época no estado do Amapá, nada encontro nos autos que desautorize a procedência dessa observação.

16. A rigor, a análise da defesa empreendida pela unidade técnica está limitada aos argumentos oferecidos pelo interessado logo após a primeira convocação à lide, deixando de considerar as alegações ofertadas em atenção à segunda oportunidade de defesa, o que não deixa de representar um certo deslustre à caracterização do devido processo legal.

17. Urge que sejam assinalados ainda outros pontos que julgo primordiais para o desate da matéria. Refiro-me, em essência, ao papel do órgão transferidor de recursos no acompanhamento e fiscalização da ação por ele financiada, bem como ao embaraço constituído à formulação da plena defesa, na medida em que a prestação de contas do gestor só veio a ser examinada pela instância administrativa de origem quase onze anos após a data limite para a aplicação da verba descentralizada.

18. Consta no inciso IV da Portaria/MAS/nº 592, de 15 de setembro de 1992, comando expresso no sentido de que *"Caberá à Secretaria Nacional de Habitação/SNH, ou a quem ela delegar, exercer a fiscalização e acompanhamento das ações previstas para execução do subprojeto indicado, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos"*. No inciso seguinte da citada Portaria está expresso que *"Os recursos serão depositados na conta corrente específica a ser mantida junto ao Banco do Brasil S.A., ficando o órgão executor obrigado à prestação de contas, na forma da lei, observado o prazo máximo de 30 dias após o período para a sua regular aplicação"*. Vale repisar que o prazo estabelecido para a regular aplicação da verba extinguiu em **15/12/1992**.

19. Na Lei 8.443/92, de 16 de julho de 1992, consta em seu artigo 8º que *"Diante da omissão no dever de prestar contas, da não-comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, na forma prevista no inciso VII do art. 5º desta Lei, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário,* ***a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial*** *para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano"* (o grifo não é do original).

20. Houvesse a unidade administrativa competente seguido esse norte (adoção de providências tempestivas para efeito de exame da prestação de contas e apuração de responsabilidade, ante a percepção de irregularidade), a reconhecida dificuldade existente para a identificação do débito provavelmente não ocorreria.

21. Também não haveria óbice concreto à formulação de defesa por parte do gestor, como a meu ver ocorreu, eis que buscar reunir elementos probantes eficazes cerca de doze anos após o acontecimento dos fatos não se mostra nada razoável, uma vez que, na forma do artigo 21 da Instrução Normativa/STN 2/1993, de 19 de abril de 1993, *"As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do convenente executor, devidamente identificados com o número do convênio ou similar, e* ***mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de***

05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas do gestor do órgão ou entidade concedente, relativa ao exercício da concessão*."* (o grifo não é do original)

22. Não há como olvidar desse empecilho real à plena formulação de defesa por parte do responsável. Lembro aqui que, segundo o censo demográfico do IBGE de 2000, o município de Mazagão/AP possuia uma população de 11.986 habitantes à época. Não se pode esperar de uma localidade desse porte uma estrutura administrativa altamente aparelhada, de modo a manter em arquivo documentos por prazo bem superior ao exigido pela norma reguladora.

Isso posto, com as escusas cabíveis, voto no sentido de que este Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao descortino do egrégio Colegiado.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 859/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo nº TC-019.462/2004-2.
2. Grupo II– Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Manuel Raimundo Pureza da Fonseca (Prefeito Municipal à época, CPF 055.974.632-68).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Mazagão/AP.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secex/AP.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de interesse do Sr. Manuel Raimundo Pureza da Fonseca, responsabilizado pela falta de cumprimento integral do objeto avençado no Plano de Trabalho aprovado pela Portaria nº 592, de 15/09/1992, do extinto Ministério da Ação Social, que destinou recursos federais ao Município de Mazagão/AP, com o intuito de favorecer a construção de 91 unidades habitacionais, destinadas à população local de baixa renda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Manuel Raimundo Pureza da Fonseca, de modo a julgar as contas do dito responsável regulares com ressalvas, dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 1ª, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, de 16 de junho de 1992;

9.2. determinar o arquivamento dos presentes autos.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0859-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

Grupo I - Classe II - 2ª Câmara
-**TC- 012.093/2005-3**
-**Natureza:** Tomada de Contas Especial.
-**Entidade:** J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda.
-**Responsáveis**: José Geraldo da Silva, CPF nº 070.526.939-68; Maria Valdete da Silva, CPF nº 179.744.619-34; e a empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., CNPJ nº 80.933.096/0001-80.

-**Sumário:** Tomada de Contas Especial. Recursos transferidos pelo Ministério da Cultura. 1ª Festa Nacional e 7ª Festa Estadual do Camarão, em Santa Catarina. Omissão no dever de prestar contas. Citação. Concessão de prorrogação de prazo. Revelia. Irregularidade das contas. Condenação em débito. Aplicação de multa. Autorização para cobrança judicial. Remessa da documentação pertinente ao Ministério Público da União. Ciência da deliberação.

RELATÓRIO

Adoto como Relatório excertos das instruções elaboradas no âmbito da Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina, cujas conclusões foram acolhidas pelo escalão dirigente da referida unidade técnica, bem como pelo douto Ministério Público junto a este Tribunal, representado pelo Dr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral, **verbis**:

"2. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS FATOS

2.1 Tratam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Diretoria de Gestão Estratégica do Ministério da Cultura - Minc, contra o sócio-gerente da empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., Sr. José Geraldo da Silva, em razão de sua omissão em prestar contas dos recursos captados o âmbito do Projeto Pronac/Mecenato nº 991182, aprovado pela Portaria Minc nº 467, de 13/12/1999 (D.O.U. de 16/12/1999 – fls. 37, 46/47 e 71/73), no valor global de R$ 418.090,92, do qual teriam sido captados a título de patrocínio R$ 180.000,00 junto à Petróleo Brasileiro S. A. - Petrobrás, R$ 20.000,00 junto à Telecomunicações de Santa Catarina S. A. – Telesc, R$ 20.000,00 junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT e R$ 6.000,00, divididos em três parcelas iguais de R$ 2.000,00, junto aos Srs. Jorge, Frederico e Klaus Gerdau Johannpeter, conforme previsto na Lei nº 8.313, de 23/12/1991 c/c Instrução Normativa Sex. Minc/SRF/MF nº 01, de 13/06/1995; sendo tais recursos financeiros creditados na conta específica do projeto no Banco do Brasil S. A., agência 0201-1, nº 7368-7, em 30/12/1999, 14/01/2000 e 09/02/1999, conforme documentos às fls. 88/95, 96/102 e 105/110.

2.2 O referido projeto, cuja vigência inicial era até 31/12/1999 (fl. 73), foi prorrogado, primeiramente, até 30/01/2000 (fl. 79) e, posteriormente, até 20/03/2000 (fl. 104), tinha por objeto a "Viabilizar a parte musical de um dos maiores eventos artístico-culturais do sul do Brasil, a '1ª Festa Nacional e 7ª Estadual do Camarão'", realizado no Município de Imbituba/SC (fls. 2, 32 e 73). A prestação de contas não foi encaminhada ao Ministério da Cultura pelo responsável, constando nos autos tão somente 2 (dois) contratos de patrocínio (fls. 88/102) e 5 (cinco) recibos/comunicados de mecenato (105/109), porém, entre estes não constava o recibo correspondente aos recursos que foram captados junto à Petrobrás, nos termos do contrato de patrocínio de folhas 88/95.

2.3 Contato telefônico com a Petrobrás permitiu obter informações sobre a execução do contrato acima mencionado, sendo encaminhada por essa empresa estatal a documentação de folhas 153/159, na qual se incluem os dois recibos/comunicados de mecenato do pagamento do patrocínio à empresa patrocinada, a J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., no valor total de R$ 180.000,00, em duas parcelas, uma de R$ 144.000,00 e outra de R$ 36.000,00, conforme previsto no respectivo contrato (fls.90 e 158/159).

2.3.1 Ainda segundo a Petrobrás, o evento foi realizado conforme o programado, sendo prestadas pela patrocinada as contrapartidas previstas na cláusula quarta do contrato (fl. 89), o que vem a significar que, ao menos em relação a essa co-patrocinadora, nada há a haver da empresa patrocinada ou de seu representante, que nestes autos figura como responsável.

2.4 Por sua vez, os Correios também foram contatados por telefone e via correio eletrônico, a respeito do contrato de patrocínio no valor de R$ 20.000,00 que consta às folhas 96/102. Na oportunidade, foram solicitadas informações a respeito da 1ª Festa Nacional e a 7ª Festa Regional do Camarão em Imbituba/SC, em janeiro de 2000, objeto daquele contrato e desta Tomada de Contas Especial, estando-se aguardando para breve a resposta dessa empresa estatal, quando, então, se fará a juntada a estes autos da correspondente documentação (fl. 160).

2.5 O responsável foi notificado sobre a falta da prestação de contas do projeto Pronac nº 991182 por meio do Ofício nº 441/2202 – DAP/CGPRO dos Correios, o qual foi recebido pelo próprio em 12/07/2002 (fls. 113/115). Porém, como não houve resposta, o Minc reiterou por duas vezes a solicitação de encaminhamento da pertinente prestação de contas (fls. 116/118). Como também não logrou êxito em obter a documentação que comprovasse a boa e regular execução do projeto de mecenato, a Secretaria de Articulação Institucional e de Difusão Cultural/Minc procedeu à notificação do responsável por meio do Edital de Notificação nº 07/2003, de 01/10/2003 (D.O.U. de 06/10/2003 – fl. 124), mas, ainda assim, não houve resposta. Em vista disso, foi instaurada a presente TCE, inscrevendo-se o débito no valor de R$ 94.406,71, em nome do responsável, na conta Diversos Responsáveis no Siafi, conforme a nota de lançamento nº 2004NL000021, de 29/03/2004 (fl. 134).

2.5.1 A propósito dessa inscrição de responsabilidade do Sócio-gerente da J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., observa-se que a mesma foi feita considerando-se tão somente o valor original de recursos captados de R$ 46.000,00; portanto, não foi ali considerado o co-patrocínio da Petrobrás no valor de R$ 180.000,00. A respeito de tal procedimento, entende-se que o mesmo pode ser considerado como correto, pois, segundo informações da Petrobrás, esse valor foi regularmente aplicado no respectivo projeto cultural, conforme consta no subitem 2.3.1, acima.

2.6 A inadimplência do responsável não foi registrada no Cadastro Informativo de Crédito Não Quitado com a Administração Federal – Cadin pelo Ministério da Cultura (fl. 130).

2.7 A Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União emitiu relatório e certificado de auditoria e parecer que concluem pela irregularidade das contas do responsável, relativamente ao projeto aqui considerado (fls. 137/141), tendo Sua Excelência o Ministro de Estado da Cultura Interino tomado conhecimento de tais conclusões (fl. 142).

3. CONCLUSÃO:

3.1 Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo a citação, nos termos dos arts. 10, § 1º, e 12, inciso II, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 179 e 202, inciso II, do Regimento Interno/T.C.U., do responsável abaixo arrolado e pelo valor do débito indicado, para, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da citação, apresentar alegações de defesa ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional, mediante Guia de Recolhimento de Receitas da União – GRU, a ser emitida conforme instruções abaixo e paga em qualquer agência do Banco do Brasil, a quantia devida, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, nos termos da legislação vigente, em razão das ocorrências relatadas nos subitens 2.1, 2.2, 2.5 e 2.7 desta instrução:

Responsável: José Geraldo da Silva

Ocorrências: omissão no dever de prestar contas dos recursos captados pela empresa J. G. S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda.., entre 30/12/1999 e 09/02/2000, no âmbito do Projeto Pronac nº 991182-Mecenato, aprovado pela Portaria Minc nº 467, de 13/12/1999 (D.O.U. de 16/12/1999).

Valor Original do Débito: R$ 46.000,00

Data da Ocorrência: 30/12/1999 a 09/02/2000

Valor Atualizado em 29/08/2005: R$ 115.390,46

Emissão da Guia de Recolhimento de Receitas da União – GRU via Internet:

1) acessar o sítio www.stn.fazenda.gov.br, clicar na opção "Siafi" existente no menu à esquerda, clicar na opção "Guia de Recolhimento da União", no novo menu à esquerda, clicar na opção "Impressão–U Simples", no novo menu também à esquerda, e na página que abrir preencher os campos mostrados, sendo:

1.a) Unidade Favorecida – Código: 340001 – Gestão: 00001 – Nome da Unidade: CGOFC/Minc

1.b) Recolhimento - Código: 25080-5 – Descrição do Recolhimento: serviços recreativos e culturais

1.c) Número de Referência – 991182 – Competência – 08/2005 - Vencimento - ...

1.d) Contribuinte (CPF) – 07052693968 - Nome do contribuinte – José Geraldo da Silva

1.e) Valor do Principal – 115.390,46 (deve ser atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora)

1.f) clicar na opção "Emitir GRU Simples", ao final da página; ou

escrever na barra de endereço na Internet: https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp e seguir os passos 1.a até 1.f, acima.

(...)

Considerando as razões descritas no presente Parecer, proponho a citação da empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda solidariamente com seus sócios, Sr. José Geraldo da Silva e Maria Valdete da Silva, pelo valor de R$ 226.000,00, e não de R$ 46.000,00 conforme proposto na instrução (fls. 162).

Quanto ao valor da citação, verifica-se que constam dos autos:

a) o contrato de co-patrocínio entre a PETROBRÁS e a J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda, no valor de R$ 180.000,00 (fls. 88/95); e

b) Ofício encaminhado, pelo Deputado Edson Bez, solicitando ao Ministro da Cultura prorrogação de prazo do contrato de patrocínio, até 15/03, "... tendo em vista a arrecadação provisionada e contratada com a Petróleo Brasileiro S.ª – PETROBRÁS, e com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, ainda estarem pendentes e que deverão ser liberadas neste ínterim".

Embora o Ministério da Cultura tivesse em seu poder as informações acima, acabou por instaurar a pressente Tomada de Contas Especial no valor de somente R$46.000,00 e, ao que tudo indica, deixando de confirmar junto a PETROBRÁS se a captação de R$ 180.000,00, referente ao contrato de co-patrocínio mencionado no item "a" acima, havia afinal se concretizado ou não. Essa informação é de fundamental importância, pois de nada adianta cobrar uma prestação de contas referente a R$ 46.000,00 da empresa J.G.S., quando esta de fato captou R$ 226.000,00 (R$ 46.000,00 mais os R$ 180.000,00 da PETROBRÁS).

Conforme verificado pelo analista que subscreveu a instrução de fls. 161/163, por meio de um simples telefonema à PETROBRÁS, esta realmente pagou os R$ 180.000,00 à J.G.S., conforme recibos enviados a esta SECEX/SC via fax (fls. 158/159). Note-se que o documento de fls. 157 leva a crer que a PETROBRÁS enviou os recibos em questão para o Ministério da Cultura, embora esta SECEX/SC não tenha recebido, da mencionada empresa estatal, o comprovante de envio dos recibos para aquele Ministério.

Assim, deve ser deixado assente que não se concorda com os seguintes trechos da instrução de fls. 161/163, a seguir transcritos:

"2.3.1 Ainda segundo a Petrobrás, o evento foi realizado conforme o programado, sendo prestadas pela patrocinada as contrapartidas previstas na cláusula quarta do contrato (fl. 89), o que vem a significar que, ao menos em relação a essa co-patrocinadora, nada há a haver da empresa patrocinada ou de seu representante, que nestes autos figura como responsável.

.....

2.5.1 A propósito dessa inscrição de responsabilidade do Sócio-gerente da J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., observa-se que a mesma foi feita considerando-se tão somente o valor original de recursos captados de R$ 46.000,00; portanto, não foi ali considerado o co-patrocínio da Petrobrás no valor de R$ 180.000,00. A respeito de tal procedimento, entende-se que o mesmo pode ser considerado como correto, pois, segundo informações da Petrobrás, esse valor foi regularmente aplicado no respectivo projeto cultural, conforme consta no subitem 2.3.1, acima."

Três são as razões para discordarmos dos dois parágrafos acima transcritos:

a) não se possui uma posição oficial da PETROBRÁS quanto à questão, mas tão somente o comentário via telefone, de um funcionário da mesma, quanto a terem sido prestadas pela patrocinada as contrapartidas previstas na Cláusula Quarta do contrato de co-patrocínio;

b) ainda que se tivesse uma posição oficial da PETROBRÁS quanto à contrapartida, a Cláusula acima referida trata da aplicação da marca PETROBRÁS nos materiais de divulgação e de promoção ali descritos, bem como da veiculação da mesma nas chamadas do evento de acordo com o plano de mídia. O que se pretende obter no presente processo é a comprovação da correta aplicação de todo o valor captado por meio do Projeto Pronac/Mecenato 991182 e isto só será possível quando os responsáveis apresentarem a prestação de contas completa, com todos os documentos previstos pelo Ministério da Cultura;

c) conforme já mencionado, de nada valeria uma prestação de contas no valor de R$ 46.000,00 quando o total captado foi de R$226.000,00.

Cabe destacar, ainda, que o Sr. José Geraldo da Silva tem total consciência de estar em débito quanto à apresentação da prestação de contas, pois não só assinou o Termo de Responsabilidade de fls. 07 dos autos, comprometendo-se a observar os normativos aplicáveis, como foi notificado por meio de Aviso de Recebimento por ele assinado (fls. 115), referente ao Ofício nº 441/2002 – DAP/CGPRO do Ministério da Cultura, que cobra a prestação de contas e relaciona os documentos que devem integrá-la.

Assim, é fundamental que se inclua na citação proposta (fls. 162/163) o valor de R$ 180.000,00 captado junto à PETROBRÁS pela empresa J.G.S.. Considerando que os recibos de fls. 158/159 não possuem data de recebimento, adotar-se-ão, para efeito de citação, as datas previstas no subitem 7.1.2 da Cláusula Sétima do contrato de co-patrocínio (fls. 90), isto é, 31/01/2000 para a parcela de R$144.000,00 e 29/02/2000 para a parcela de R$ 36.000,00.

Por fim, verifica-se que a J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda. é uma micro-empresa constituída exclusivamente pelo Sr. José Geraldo da Silva e sua esposa, tendo o mesmo, como sócio-gerente, assinado todos os atos referentes ao contrato de patrocínio que ora se analisa. Conforme se verifica na Primeira Alteração Contratual da Empresa (fls. 17), seu capital social é de somente R$ 10.000,00, o que tornaria praticamente inócua uma futura tentativa de se cobrar judicialmente os valores do débito da pessoa jurídica. Na prática, a figura da empresa confunde-se de forma indissociável com a figura de seus sócios, não se devendo limitar a citação somente à pessoa jurídica, mas sim deve-se estendê-la às pessoas físicas que a dirigem, aplicando-se no presente caso a teoria, já consagrada no Direito pátrio, da desconsideração da pessoa jurídica, conhecida por ***disregard theory****.*

Ante o exposto, proponho seja citada a empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., CNPJ 80.933.096/0001-80, solidariamente com seus sócios, Sr. José Geraldo da Silva, CPF 070.526.939-68, e Srª Maria Valdete da Silva, CPF 179.744.619-34, pelos valores e nas datas constantes do quadro a seguir, acrescidos dos encargos legais até a data de seu ressarcimento aos cofres do Tesouro Nacional, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos captados pela empresa J. G. S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda.., entre 30/12/1999 e 29/02/2000, no âmbito do Projeto Pronac nº 991182-Mecenato, aprovado pela Portaria Minc nº 467, de 13/12/1999, (D.O.U. de 16/12/1999), relativo à viabilização da parte musical da 1ª Festa Nacional do Camarão e 7ª Festa Estadual do Camarão.

(...)

Por delegação de competência do Relator, Exmº Sr. Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, prevista no inciso IV do art. 1º da Portaria nº ***1-MIN-LMR, de 16/02/2005****, foi promovida a citação da Empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., solidariamente com seus sócios, Sr. José Geraldo da Silva e Sra. Maria Valdete da Silva, por meio dos ofícios nºs. 651,652 e 653, datados de 13/10/2005 (fls. 167/172).*

Os responsáveis tomaram ciência dos aludidos ofícios, conforme fls. 173/179 e, transcorrido o prazo regimental fixado, não apresentaram suas alegações de defesa quanto às irregularidades verificadas nem efetuaram o recolhimento do débito. Por isso, entendemos que devam ser considerados revéis, dando-se prosseguimento ao processo, de acordo com o art.12, § 3º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 202, § 8º do Regimento Interno/T.C.U.

Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo que:

a) as presentes contas sejam julgadas ***irregulares*** *e em débito os responsáveis abaixo relacionados, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "a", e 19, caput, da Lei nº 8.443/92, considerando as ocorrências relatadas no Parecer do Diretor-Técnico de fls. 164/166, condenando-os ao pagamento da importância especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional , nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU:*

Responsáveis solidários:

J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., CNPJ 80.933.096/0001-80,

José Geraldo da Silva, CPF 070.526.939-68, e

Maria Valdete da Silva, CPF 179.744.619-34.

Quantificação do débito:

Valor Original	*Data da Ocorrência*
R$ 2.000,00	*30/12/1999*
R$ 2.000,00	*30/12/1999*
R$ 2.000,00	*30/12/1999*
R$ 20.000,00	*14/01/2000*
R$ 20.000,00	*09/02/2000*
R$ 144.000,00	*31/01/2000*
R$ 36.000,00	***29/02/2000***
TOTAL R$ 226.000,00	

Valor atualizado até 30/09/2005: *R$ 571.650,49 (quinhentos e setenta e um mil, seiscentos e cinqüenta reais e quarenta e nove centavos).*

b) seja aplicada aos responsáveis, Empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., Sr. José Geraldo da Silva e Sra. Maria Valdete da Silva, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

c) seja autorizada, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação; e

d) *seja remetida cópia dos presentes autos ao Ministério Público da União para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92 (se for o caso).”*

É o Relatório.

V O T O

Aprecia-se nesta oportunidade Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Ministério da Cultura, em decorrência da omissão no dever legal de prestar contas dos recursos financeiros transferidos na forma da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), para a execução do projeto “1ª Festa Nacional e 7ª Festa Estadual do Camarão”.

2. Devidamente citados, os responsáveis optaram pela contumácia, tornando-se revéis nos termos do artigo 12, parágrafo 3º, da Lei 8.443/92.

3. Impende informar que o Sr. José Geraldo da Silva, em nome da empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., em 07 de novembro de 2005, solicitou (f. 175) e obteve (f. 177) prorrogação de prazo para atendimento do expediente citatório, deixando, entretanto, escoar o prazo, sem que apresentasse qualquer elemento a bem de seus direitos e/ou da empresa.

Dessa forma, observado o rito processual aplicável à situação **sub judice,** e diante da inexistência de iniciativa de defesa por parte dos interessados, acompanho os pronunciamentos precedentes e voto por que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao descortino do egrégio Colegiado.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 860/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC- 012.093/2005-3.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3.Responsáveis: José Geraldo da Silva, CPF nº 070.526.939-68; Maria Valdete da Silva, CPF nº 179.744.619-34; e a empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., CNPJ nº 80.933.096/0001-80.

4.Unidade: J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda.

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.

6.Representante do Ministério Público: Dr. Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral.

7.Unidade Técnica: Secex/SC.

8.Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Ministério da Cultura, em decorrência da omissão no dever legal de prestar contas dos recursos financeiros transferidos na forma da Lei de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91), para a execução do Projeto "1ª Festa Nacional e 7ª Festa Estadual do Camarão", no município de Imbituba/SC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "a", c/c os artigos 19, **caput**, 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. José Geraldo da Silva, em solidariedade com a Sra. Maria Valdete da Silva e com a empresa J.G.S. Representações, Publicidade e Eventos Ltda., ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal (artigo 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das respectivas parcelas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas a seguir especificadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original	Data da Ocorrência
R$ 2.000,00	30/12/1999
R$ 2.000,00	30/12/1999
R$ 2.000,00	30/12/1999
R$ 20.000,00	14/01/2000
R$ 20.000,00	09/02/2000
R$ 144.000,00	31/01/2000
R$ 36.000,00	**29/02/2000**
TOTAL R$ 226.000,00	

9.2. aplicar aos responsáveis, individualmente, a multa prevista no artigo 57 da Lei nº 8.443/92 no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das respectivas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a partir do dia seguinte ao término do prazo ora estabelecido até a data do efetivo recolhimento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. com fulcro no parágrafo 6º do artigo 209 do Regimento Interno/TCU, remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis;

9.5. dar ciência aos responsáveis indicados no item 3 acima do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0860-11/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE II – 2ª Câmara
TC 002.060/2001-6 (c/ 5 volumes)
Apenso: TC 012.590/2002-4 (c/ 2 anexos).

Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Alagoinhas/BA.
Responsável: João Batista Fiscina, CPF n. 025.394.545-34, ex-Prefeito.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS. CONTAS IRREGULARES.

1. Comprovada a aplicação dos valores oriundos do Fundef em finalidades permitidas por lei, tem-se por descaracterizado o débito inicialmente apurado.

2. Contudo, não afastadas algumas das irregularidades detectadas em auditoria realizada pelo TCU, objeto de audiência, consistentes no pagamento, com recursos do Fundef, de profissional não-relacionado à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, na inobservância do art. 7º da Lei n. 9.424/1996 e na contratação direta de serviços sem que estivesse caracterizada a hipótese de inexigibilidade de licitação, devem as contas do responsável ser julgadas irregulares, com a aplicação de multa.

RELATÓRIO

Trata-se do Relatório da Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Alagoinhas/BA, com o objetivo de fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, posteriormente convertido em Tomada de Contas Especial por meio da Decisão n. 346/2002 – TCU – 2ª Câmara (fl. 967 do vol. 4), em razão de indícios de dano ao referido Fundo.

2. Em conseqüência, o Tribunal determinou a citação do Prefeito à época, Sr. João Batista Fiscina, para que apresentasse alegações de defesa ou recolhesse à conta específica do Fundef as quantias de R$ 208.176,17 e R$ 257.895,79, por não haver sido comprovada a utilização desses recursos em despesas autorizadas pelo art. 2º da Lei n. 9.424/1996.

3. Na mesma assentada, foram apreciadas, ainda, as razões de justificativa apresentadas pelo responsável acerca de outras ocorrências identificadas pela equipe de auditoria, algumas das quais considerei, no Voto condutor da Decisão n. 346/2002, não elididas. No entanto, propus que o juízo sobre a aplicação da multa fosse proferido no mesmo momento do julgamento das contas, tendo em vista que a motivação para a adoção dessa medida se baseava, em parte, em fato que não poderia ser dissociado das circunstâncias ensejadoras do possível débito então levantado.

4. Em sua defesa sobre os fatos contidos na citação (fls. 981/989 do vol. 4), o ex-gestor sustenta que os valores de R$ 208.176,17 e R$ 257.895,79, contabilizados pelo Município como pagamento de salário dos professores relativos aos meses de novembro e dezembro de 2000, referem-se, em verdade, às folhas de pessoal do magistério atinentes ao mês de outubro e ao 13° salário de 2000, incluindo-se os encargos sociais incidentes.

5. Sobre esse ponto, o ACE da Secex/BA, a fim de averiguar a veracidade da alegação retro, confrontou a recente documentação trazida pelo ex-prefeito com as ordens bancárias, extratos e relações de pagamentos orçamentários constantes dos autos, chegando à conclusão, ao final, de que as quantias em tela foram, de fato, utilizadas consoante afirmado pelo responsável, não mais subsistindo o débito inicialmente apurado (fls. 1.067/1.069 do vol. 5).

6. Prosseguindo em seu exame, o analista, apesar de acolher as alegações de defesa, entende configurado o atraso sistemático no pagamento dos professores do Município de Alagoinhas/BA, o qual teria ocorrido durante todo o exercício de 2000, eis que o pagamento de novembro e dezembro não havia se efetivado até março de 2001, parte do pagamento de setembro deu-se em novembro, o de agosto ocorreu em outubro, e assim sucessivamente. Ante a regularidade com que os recursos do Fundef foram depositados na conta do fundo naquele ano e a suficiência dessas quantias para os correspondentes pagamentos, a demora em realizar o pagamento seria inadmissível, constituindo, em sua visão, grave infração ao princípio da valorização do magistério, consubstanciado nos arts. 2° e 7° da Lei n. 9.424/1996, o que recomenda a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/1992 ao responsável.

7. Ademais, é importante ressaltar que o Sr. João Batista Fiscina, em atenção ao ofício citatório, apresentou nova argumentação para as questões suscitadas na audiência promovida na fase da auditoria, conquanto as respectivas justificativas já tivessem sido examinadas por ocasião da prolação da Decisão n. 346/2002 – TCU – 2ª Câmara, à exceção daquelas relativas ao não-atingimento do percentual de 60% de recursos do Fundef no pagamento de profissionais de magistério, cuja efetiva materialização poderia estar atrelada ao possível débito identificado.

8. Diante disso, o ACE reputa válido tecer outras considerações a respeito dessas falhas, à luz dos argumentos ora trazidos pelo responsável. Reproduzo, adiante, as ocorrências cujas justificativas não foram acatadas pelo Tribunal, seguidas de síntese da nova defesa oferecida pelo responsável e da correspondente análise promovida no âmbito da Secex/BA (fls. 1.066/1.01.072 do vol. 5).

Ocorrência

a) pagamento, com recursos do Fundef, da socióloga Sra. Mércia Santos Silva e Silva, que tinha cargo na prefeitura não relacionado à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, em descumprimento ao art. 2º da Lei n. 9.424/1996;

Justificativas

9. O responsável pondera que a Decisão n. 346/2002 – TCU – 2ª Câmara, ao rejeitar a permuta da Sra. Mércia com a servidora do Município de Salvador, Sra. Rita M. Senna de Matos, não deixa claro os fundamentos legais que ampararam o entendimento pela impugnação dessa prática. Diz que a Sra. Mércia exercia atividades afetas ao magistério e que não haveria dispositivo legal impedindo a permuta feita com a Prefeitura de Salvador. Assevera, também, que não houve prejuízos financeiros ou técnicos, pois a remuneração de ambas profissionais era a mesma.

Análise

10. O analista sustenta que a prova dos autos vai de encontro à tese do defendente, uma vez que tanto o Ofício 190/1997 (fl. 992 do vol. 4), juntado pela defesa, quanto a folha de pagamento reproduzida à fl. 74, demonstram que a função exercida pela Sra. Mércia Santos Silva e Silva junto à Prefeitura de Alagoinhas/BA era a de socióloga e, se ela exercesse cargo de professora, tal situação estaria evidenciada na própria folha de pagamento, como se nota no caso da Sra. Ester Emília de P. Neves de Souza.

11. De outra parte, registra que o dispositivo legal ferido está devidamente claro na decisão desta Corte, qual seja, o art. 2° da Lei n. 9.424/1996, visto que os recursos do Fundo devem ser aplicados exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, e na valorização de seu Magistério.

Ocorrência

b) inobservância do art. 7º da Lei n. 9.424/1996, por terem sido utilizados apenas 57,19% dos recursos do Fundef, no exercício de 2000, na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público e na capacitação de professores leigos;

Justificativas

12. O ex-gestor defende que a exclusão dos valores de R$ 208.176,17 e R$ 257.895,79 do cálculo para se chegar ao montante aplicado na remuneração dos profissionais do magistério induziu à errônea conclusão de que o percentual mínimo (60%) de recursos do Fundef destinados a essa finalidade não teria sido atingido. Complementa seu raciocínio afirmando que aplicou ao longo do ano de 2000 a importância de R$ 1.122.000,00 em despesas dessa natureza, uma vez que os recursos do Fundef eram insuficientes.

Análise

13. Não assiste razão ao ex-prefeito. O cálculo contido no relatório de auditoria (fl. 250 do vol. 1), já livre do erro apontado na Decisão n. 346/2002, computou os mencionados valores, pois no momento deste cálculo ainda não existia a informação de fl. 269 do vol. 1, de que essas importâncias não foram aplicadas no pagamento dos salários de professores dos meses de novembro e dezembro de 2000.

14. Com isso, mesmo não mais subsistindo o débito atribuído ao responsável, extrai-se, do balancete do Município (fls. 244/249 do vol. 1), uma aplicação de apenas 57,61% das receitas do Fundef nas finalidades legalmente admitidas, caracterizando o descumprimento ao art. 7° da Lei n. 9.424/1996.

Ocorrência

c) contratação, em 02/03/1998, das empresas Viação Cidade de Alagoinhas e Xavier Transporte Ltda. com inexigibilidade de licitação, sem que esteja caracterizada a inviabilidade de competição prevista no art. 25 da Lei n. 8.666/1993, descumprindo o art. 2º da Lei de Licitações;

Justificativas

15. Em preliminar, o responsável sustenta que o TCU não tem competência legal para fiscalizar processos licitatórios conduzidos por Município, a qual competiria ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA, em face do modelo federativo adotado pela Constituição Federal para as Cortes de Contas (art. 75). No mérito, aduz que as empresas de transporte em tela já eram detentoras do direito sobre as linhas da zona rural, por já terem se sagrado vencedoras em concorrência pública prévia. Demais disso, os preços apresentados pelas duas empresas eram inferiores a um possível concorrente de outro município, em razão dos custos dos serviço, somado à convicção de que era mais econômico para as contratadas que já rodavam naqueles trajetos. Arremata esse ponto afirmando que o fato de a equipe de auditoria do TCU não ter encontrado o processo de licitação não pode servir para infirmar o princípio do **in dubio pro reu**.

Análise

16. É entendimento pacífico nesta Corte de que, havendo repasses de recursos federais ao Fundef, o TCU é competente para exercer sua função fiscalizadora, sendo que o Superior Tribunal de Justiça – STJ e o Supremo Tribunal Federal – STF já se pronunciaram no sentido de que as verbas do Fundef sujeitam-se ao controle do TCU. Esse controle abrange, decerto, os procedimentos licitatórios, pois estes visam à seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a sua inobservância pode redundar em prejuízos ao erário.

17. Como não existem provas nos autos demonstrando a realização da concorrência pública em que se ampara o ex-prefeito, cuja responsabilidade para apresentá-la somente à ele cabia, além de os documentos de fls. 97 e 101 comprovarem a inexigibilidade de licitação para a contratação de tais serviços, não há como acatar as justificativas apresentadas.

18. A não-realização da licitação para os serviços de transporte de alunos, pela materialidade dos gastos no âmbito do Fundef, é ato praticado com grave infração à norma legal, sujeitando o responsável à multa estipulada no art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/1992.

19. Ao final, o analista formula proposta de encaminhamento pela irregularidade das presentes contas, com a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei n. 8.443/1992 ao Sr. João Batista Fiscina, autorizando-se, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação (fl. 1.072 do vol. 5).

20. O Diretor Técnico, além de concordar integralmente com as conclusões **supra**, consignou o apensamento a este feito, posteriormente à manifestação do analista informante, do TC 012.590/2002-4, tratando de representação do Procurador-Chefe da União no Estado da Bahia, também envolvendo indícios de irregularidades no Fundef nos anos de 1998/2000. Transcrevo, por oportuno, trechos do parecer do Diretor, em que é abordada a matéria contida no processo em apenso (fls. 1.087/1.094 do vol. 5):

"7. Perscrutando o aludido processo (Anexo I), verificamos a ocorrência das seguintes denúncias:

A) Expediente da lavra da APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, acerca do Fundef Municipal de Alagoinhas, datado de 17.03.1999 (fls. 03/04):

a.1) falta de um membro da APLB no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef daquela municipalidade;

a.2) atraso no pagamento dos salários dos servidores do ensino fundamental;

a.3) não aplicação integral do Plano de Carreira e Vencimentos do Magistério Público (Lei Complementar n. 04/97, de 30.12.1997);

a.4) baixo nível salarial da categoria.

B) Denúncia publicada em jornal de circulação regional (sem demais especificações – fls. 76):

b.1) atraso no pagamento do salário dos professores;

b.2) não aplicação do plano de carreira do magistério;

b.3) falta de gratificações que justifiquem a valorização dos docentes;

b.4) pagamento de salário a pessoas que exercem, em cargos de confiança, atividades alheias ao Fundef, como Secretária de Educação e uma Vereadora aliada ao grupo político do Prefeito;

b.5) sonegação de documentos ao Conselho do Fundef;

b.6) má utilização dos recursos, uso de notas fiscais genéricas, falta de planilha de execução de obras em prédios escolares e desvio de material adquirido;

C) Relatório de Auditoria de Gestão de fls. 104/127, elaborado pela Administração Municipal de Alagoinhas – Gestão 2001-2004, acerca dos exercícios pretéritos de 1999 e 2000:

c.1) ausência de sistema de cadastro do quadro de pessoal do magistério atuante no ensino fundamental;

c.2) ausência de identificação dos membros com conselho do Fundef;

Em 1999:

c.3) falhas no planejamento, coordenação e controle da gestão orçamentária, contábil e financeira do Fundef;

c.4) erro na contabilização das aquisições de materiais de consumo;

c.5) despesas de outros programas educacionais pagas com recursos do fundo;

c.6) pagamentos de serviços de consultoria sem comprovação dos serviços realizados;

Em 2000:

c.7) ausência de controle interno e de um sistema adequado de arquivamento de documentos;

c.8) aplicação indevida de recursos do Fundef na aquisição de merenda escolar;

c.9) falta de discriminação de recursos aplicados;

c.10) despesas do Fundef efetuadas com recursos de outros programas;

c.11) despesas de outros programas pagas com recursos do fundo;

c.12) pagamento de serviços de transporte escolar realizados no período de férias;

c.13) estabelecimento dos serviços de transporte escolar sem clareza;

D) Denúncia apresentada ao Ministério da Educação (fl. 303):

d.1) injustificados atrasos no pagamento dos profissionais do magistério de ensino fundamental, face a regularidade nas transferências dos recursos do Fundef ao município.

8. De nosso exame dos autos (TC 012.590/2002-4), temos a destacar que :

i) em relação às ocorrências apontadas no item 7, letra A), **supra**:

O Sr. Rildo Alves de Souza, então Secretário de Administração e Fazenda da Prefeitura de Alagoinhas/BA, elaborou o arrazoado de defesa de fls. 73/74 – Anexo I, mediante o qual presta os esclarecimentos devidos à Procuradoria da República (Protocolo datado de 14.12.1999). Em relação ao Conselho do Fundef, alega que a legislação aplicável não previu a obrigatoriedade de que um de seus representantes fosse vinculado a qualquer sindicato de classe. Já em relação ao atraso nos pagamentos, informou que ocorria em determinados momentos, quando o próprio repasse dos recursos também atrasava. Quanto às outras duas situações, refutou-as de pronto, informando serem improcedentes, inclusive quanto ao cumprimento do percentual de 60% (art. 7º, da Lei n. 9.424/1996).

Assiste razão ao defendente quanto à composição do Conselho do Fundef. No que pertine ao atraso de pagamento ao magistério local, é sabido que nos primeiros exercícios de implantação do Fundef ocorriam atrasos na liberação dos recursos que o constituíam, o que, a princípio, justificaria a constatação. O item 15, do Relatório de Auditoria da Secex/BA (fl. 248 – Vol. 02 – TC 002.060/2001-6) confirma a existência de atrasos em 1998, contudo a situação teria sido corrigida em 1999, mas voltando a ocorrer em 2000.

No que concerne à correta aplicação do plano de cargos da categoria, compete exclusivamente ao magistério fiscalizar e representar em juízo a questão, que escapa do alcance direto desta Corte, por se tratar, em essência, de cumprimento de legislação municipal.

Quanto aos baixos salários, observa-se, da consulta de algumas folhas de pagamento acostadas aos autos (fls. 76/83 – Vol. Principal – TC 002.060/2001-6), que em 1999 era, em média, bastante baixo o

nível salarial dos servidores da educação fundamental de Alagoinhas-BA, com remunerações em sua maioria inferiores a R$ 200,00, não indicando qualquer tipo de valorização do corpo docente e servidores de apoio. Entendemos deva ser recomendado ao município atentar para o fato, se ainda não o fez.

ii) em relação às ocorrências apontadas no item 7, letra B):

O Sr. Rildo Alves de Souza elaborou novo arrazoado de defesa de fls. 134/138 – Anexo I, desta feita prestando justificativas à Promotoria de Justiça da Comarca de Alagoinhas/BA (recebimento em 17.02.2000). Passamos a comentar as questões ainda não apreciadas nesta instrução (itens b.4 a b.6). Alega o ex-Secretário, quanto ao suposto pagamento de salários com recursos do Fundef a pessoas que exercem cargos de confiança, contemplando outras atividades alheias ao fundo, não proceder a ocorrência, já que a remuneração dos comissionados ocorria com recursos municipais, porém, nas listagens bancárias, os mesmo apareciam junto aos professores da rede de ensino. Em sentido contrário à alegação esposada, os itens 07 a 11, do Relatório de Auditoria da Secex/BA (fl. 247 – Vol.02 – TC 002.060/2001-6), confirmam a existência de pagamento de função comissionada a então vereadora Raimunda N. Florêncio de Souza, a qual, segundo denúncia, jamais teria comparecido ao serviço junto à Secretaria de Educação. Também apuraram-se pagamentos irregulares à Sra. Mércia Santos Silva e Silva, socióloga. Às fls. 137/138 (item 10.0 do expediente), o Sr. Rildo Souza admite pagamentos à Sra Secretária de Educação com recursos do fundo, parcela dos 40%.

A sonegação de documentos ao Conselho do Fundef, também reclamada no processo, representa prática nefasta bastante comum nos primeiros anos de funcionamento do programa, senão até a presente data, em vários municípios baianos. O item 7.0, de fl. 137, aponta que o Conselho não tinha acesso sequer ao controle da contratação de servidores para a educação. Ademais, a própria desorganização administrativa municipal, constatada também pela fiscalização do TCU, dá a entender que o próprio colegiado, a exemplo dos técnicos desta Casa, não tinha acesso integral, ou mesmo encontrava inúmeras dificuldades, no acesso aos documentos do Fundef.

No que respeita à má utilização dos recursos do fundo, uso de notas fiscais genéricas, falta de planilha de execução de obras em prédios escolares e desvio de material adquirido, não há elementos concretos nos autos que nos permitam inferir acerca das questões levantadas. O item 13 do relatório da equipe de fiscalização do TCU, às fls. 247/248, informa não haver constatado irregularidades na aquisição de equipamentos destinados ao conselho da UNEB 2000, como levantado em denúncia, já que os materiais foram utilizados nos cursos de aperfeiçoamento do pessoal docente e professores leigos, com amparo, assim, na Lei n. 9.424/1996. Não obstante, o Relatório da Auditoria de 2001, elaborado no período da Administração Municipal subseqüente (Prefeito Joseildo Ribeiro Ramos – 2001/2004), aponta diversas irregularidades como desvio de recursos para a cobertura de outros programas e vice-versa. Não se sabe, contudo, acerca do desdobramento do entelado relatório, ou mesmo se submetido ao contraditório, junto ao ex-gestor João Batista Fiscina. Sabe-se, entretanto, que todas as despesas do Fundef e procedimentos licitatórios são averiguados mensal e anualmente pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia-TCM/BA, que efetua as devidas contabilizações e glosas, quando pertinentes.

iii) em relação às ocorrências apontadas no item 7, letra C):

As constatações presentes no Relatório de Auditoria de Gestão de fls. 104/127 – Anexo I, elaborado pela Administração Municipal de Alagoinhas em 2001, em sua maior parte, revestem-se de caráter de gravidade, e corroboram em parte as constatações da auditoria do TCU, como a grande desorganização administrativa municipal da gestão do Sr. João Batista Fiscina. Como destacado na análise anterior, não constam do TC 012.590/2002-4 referências aos desdobramentos do aludido trabalho de fiscalização de gestão, razão pela qual o TCU poderia solicitar, posteriormente ao julgamento de mérito da presente Tomada de Contas Especial (por celeridade processual), o envio de informações acerca das providências adotadas e devidas responsabilizações, de forma que esta Secex/BA represente, se for o caso, a esta Corte, em se verificando a necessidade de adoção de medidas de controle adicionais;

iv) em relação às ocorrências apontadas no item 7, letra D):

O atraso no pagamento dos profissionais do magistério já foi comentado no item ‘i’ retro.

v) às fls. 132/133 – Anexo I, existe um documento elaborado pelo Sr. Rildo Alves de Souza prestando esclarecimentos quanto a um grupo de convênios federais, denunciados junto ao Ministério Público Federal pelo Prefeito Joseildo Ribeiro Ramos. Temos a ressaltar que a matéria está sendo objeto de apreciação no âmbito do TC 016.322/2001-3 – Representação encaminhada ao TCU pelo referido alcaide, contemplando ocorrências acerca dos mencionados repasses, razão pela qual deixamos de propor

medidas de controle quanto ao documento em referência (vide item 8.3 da Decisão n. 346/2002 TCU/2ª Câmara);

vi) o Parecer Prévio do TCM/BA n. 705/99, de fls. 88/93, alusivo às contas municipais de 1998, contempla que a municipalidade não cumpriu o art. 7º da Lei Federal n. 9.424/1996 (60% para a remuneração dos profissionais em efetivo exercício do magistério e aperfeiçoamento de professores leigos), situação também constatada pelo TCU, em seus trabalhos de campo".

21. Em vista disso, o Diretor-Técnico, com a anuência da Secretária Substituta, acolhe a proposta de mérito descrita no item 19 acima, sugerindo, em acréscimo, que sejam dirigidas as seguintes determinações corretivas à Administração Municipal de Alagoinhas/BA (fls. 1.092/1.095 do vol. 5):

21.1 – atente para o fiel cumprimento do art. 7º da Lei Federal n. 9.424/1996, que determina a utilização de pelo menos 60% dos recursos do Fundef para remuneração dos profissionais do magistério e na capacitação de professores leigos;

21.2 – abstenha-se de atrasar o pagamento dos servidores do ensino fundamental, ante a regularidade dos repasses do Fundef;

21.3 – deixe de realizar pagamento de salários a servidores comissionados da Secretaria Municipal de Educação que não estejam exercendo atividades exclusivas do ensino público fundamental;

21.4 – mantenha, de forma organizada e segregada, para consulta pelos órgãos de controle, toda a documentação alusiva ao Fundef municipal;

21.5 – disponibilize toda a documentação comprobatória das despesas do Fundef, bem como os demais demonstrativos pertinentes, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef municipal, e consequentemente, à sociedade, por intermédio de seus representantes no referido colegiado, quando solicitado.

22. A unidade técnica sugere, ainda, a expedição de recomendações ao Município, para que atente ao baixo nível salarial dos servidores da educação pública fundamental, bem assim ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef na localidade, a fim de que adote providências com vistas a garantir o pleno e regular exercício do acompanhamento e controle social sobre os recursos do fundo.

23. Por fim, sem prejuízo das comunicações e ciências aos interessados, a Secretaria propõe solicitar da Prefeitura informações acerca das providências adotadas em face das ocorrências apontadas no Relatório de Auditoria de Gestão datado de 01/06/2001, elaborado pelas consultoras de Auditoria Governamental Maria Cristina Cunha de Carvalho e Tiomires da Silva Soares, acerca dos exercícios de 1999 e 2000, da gestão administrativa do Sr. João Batista Fiscina, envolvendo recursos do Fundef municipal, determinando-se à Secex/BA que, recebidos e analisados os expedientes alusivos a essa questão, represente ao Tribunal em caso de irregularidades.

24. O Ministério Público junto ao TCU manifesta-se de acordo com as conclusões da Secex/BA (fl. 1.095 do vol. 5).

É o Relatório.

VOTO

Em exame a Tomada de Contas Especial instaurada por força da conversão do Relatório da Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Alagoinhas/BA, na qual foram detectados indícios de dano ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef (Decisão n. 346/2002 – TCU – 2ª Câmara).

2. Na Sessão de 18/07/2002, a 2ª Câmara deste Tribunal, ao examinar os achados da auditoria, verificou que os valores de R$ 208.176,17 e R$ 257.895,79, contabilizados pelo Município como pagamento de salário dos professores relativos aos meses de novembro e dezembro de 2000, não tinham sido aplicados nessa finalidade, configurando possível utilização dos recursos em despesas não-autorizadas pelo art. 2º da Lei n. 9.424/1996.

3. Citado em virtude disso, o ex-prefeito, Sr. João Batista Fiscina, esclareceu que a destinação dessas importâncias, diferentemente do apurado, foi para o pagamento das folhas de pessoal do magistério referentes ao mês de outubro e ao 13° salário de 2000. A argumentação foi acolhida pela Secex/BA, após minudente análise dos elementos acostados aos autos, em especial, das ordens bancárias, extratos e relações de pagamentos realizados com recursos do Fundef, com a qual manifesto a minha concordância.

4. Dessa forma, tem-se por descaracterizado o débito, razão pela qual podem ser acolhidas as alegações de defesa do responsável.

5. Quanto à proposta de aplicação de multa pelos atrasos verificados no pagamento dos professores do Município no ano de 2000, deixo de acolhê-la, pois tal fato não foi objeto de questionamento específico da citação, nem mesmo da audiência promovida na fase da auditoria, não se tendo disponibilizado ao Sr. João Batista Fiscina, portanto, oportunidade para oferecer defesa sobre o assunto.

6. Por outro lado, parece-me desnecessária, nesta feita, a oitiva do responsável, dada a pouca expressividade da falha, a qual não tem sido considerada de gravidade suficiente para se penalizar os gestores, conforme precedentes do Tribunal (Acórdãos ns. 23/2004 – Plenário e 115/2005, 720/2005 e 2656/2005, da Primeira Câmara). Nessa linha, creio suficiente, nesta etapa processual, expedir determinação corretiva ao Município, a fim de que os atrasos não mais se repitam, uma vez que os recursos do Fundef vêm sendo repassados com regularidade.

7. No que diz respeito às demais ocorrências, objeto de audiência do ex-prefeito, importa consignar que, embora algumas delas tenham sido consideradas não-elididas por ocasião do julgamento do Relatório de Auditoria (Decisão n. 346/2002 – TCU – 2ª Câmara), o juízo sobre a aplicação da multa foi transferido para o julgamento dessas contas, o que acabou por conceder ao responsável outra oportunidade para justificá-las.

8. Com relação aos novos argumentos trazidos pelo responsável, acolho os fundamentos lançados pela unidade técnica, no sentido de que não foram afastadas as irregularidades imputadas ao ex-Prefeito.

9. De fato, remanescem o pagamento da Sra. Mércia Santos Silva e Silva, com cargo não-relacionado à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público, a inobservância do art. 7º da Lei n. 9.424/1996 e a contratação direta das empresas Viação Cidade de Alagoinhas e Xavier Transporte Ltda., sem que estivesse caracterizada a hipótese de inexigibilidade de licitação. Essas irregularidades, consideradas em conjunto e no contexto da gestão dos recursos do Fundef, sob a responsabilidade à época do Sr. João Batista Fiscina, ensejam a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, consoante proposto pela Secex/BA e endossado pelo **Parquet** junto ao TCU.

Ante o exposto, acolho, em essência, os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público e voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

T.C.U., Sala de Sessões, em 11 de abril de 2006.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

ACÓRDÃO Nº 861/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 002.060/2001-6 (c/ 05 volumes). Apenso: TC 012.590/2002-4 (c/ 02 Anexos).
2. Grupo I; Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: João Batista Fiscina, CPF n. 025.394.545-34, ex-Prefeito.
4. Entidade: Município de Alagoinhas/BA.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dra. Maria Alzira Ferreira.
7. Unidade Técnica: Secex/BA.
8. Advogado constituído nos autos: Dr. Jorge Salomão Oliveira dos Santos, OAB/BA n. 14.248.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial resultante da conversão do Relatório da Auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Alagoinhas/BA, com o objetivo de fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef (Decisão n. 346/2002 – TCU – 2ª Câmara), em razão de indícios de dano ao aludido Fundo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. João Batista Fiscina, ex-Prefeito de Alagoinhas/BA, e rejeitar, parcialmente, suas razões de justificativa e, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **b**, 19, parágrafo único, e 23, inciso III, alínea **a**, todos da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas;

9.2. aplicar ao mencionado responsável a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendida a notificação;

9.4. determinar à Prefeitura de Alagoinhas/BA que, enquanto o município estiver sendo beneficiado com complementação financeira da União no âmbito do Fundef:

9.4.1. cumpra o disposto no art. 7º da Lei Federal n. 9.424/1996, que determina a utilização de pelo menos 60% dos recursos do Fundef para remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público;

9.4.2. abstenha-se de atrasar o pagamento dos salários dos professores do ensino fundamental, considerando a regularidade no repasse dos recursos do Fundef e tendo em vista que a impontualidade no pagamento da folha salarial não se coaduna com os objetivos da Lei n. 9.424/1996 de desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério;

9.4.3. abstenha-se de realizar o pagamento de salários, com recursos provenientes do Fundef, a servidores comissionados da Secretaria Municipal de Educação que não estejam exercendo atividades exclusivas do ensino público fundamental;

9.4.4. mantenha, de forma organizada e segregada, para consulta pelos órgãos de controle, toda a documentação alusiva ao Fundef municipal;

9.4.5. disponibilize toda a documentação comprobatória das despesas do Fundef, bem como os demais demonstrativos pertinentes, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef municipal, quando solicitado, nos termos do art. 5° da Lei n. 9.424/1996;

9.5. recomendar:

9.5.1. ao Município de Alagoinhas/BA que atente, se ainda não o fez, para baixo o nível salarial dos servidores da educação pública fundamental, cujos salários, em sua maioria, no ano de 1999, encontravam-se inferiores ao patamar de R$ 200,00 (duzentos reais), não indicando qualquer tipo de valorização do corpo docente e servidores de apoio ao magistério, contrariando o espírito da Lei n. 9.424/1996;

9.5.2. ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef do Município de Alagoinhas/BA, a adoção de providências com vistas a garantir o pleno e regular exercício do acompanhamento e controle social sobre a repartição, transferência e aplicação dos recursos do aludido fundo, nos termos do art. 4º da Lei n. 9.424/1996;

9.6. solicitar à Prefeitura Municipal de Alagoinhas/BA, que no prazo de 30 (trinta) dias, preste informações acerca das providências eventualmente adotadas pela municipalidade, em face das graves ocorrências apontadas no Relatório de Auditoria de Gestão datado de 01/06/2001, elaborado pelas consultoras de Auditoria Governamental Maria Cristina Cunha de Carvalho e Tiomires da Silva Soares, acerca dos exercícios de 1999 e 2000, da gestão administrativa do Sr. João Batista Fiscina, envolvendo recursos do Fundef municipal;

9.7. determinar à Secex/BA que acompanhe o cumprimento da medida constante do subitem 9.6 supra, representando ao Tribunal caso necessário;

9.8. dar ciência desta decisão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da União no Estado da Bahia, à APLB – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, à Câmara Municipal de Alagoinhas/BA, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef do Município de Alagoinhas/BA, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA e ao Procurador da República, Sr. Edson Abdon Peixoto Filho.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0861-11/06-2

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE II – 2ª Câmara
TC-006.363/2002-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Presidente Juscelino/MA.
Responsável: José Ribamar Alves de Oliveira, ex-Prefeito, CPF n. 012.438.883-34.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CITAÇÃO. CONVÊNIO. NÃO-COMPROVAÇÃO DA BOA E REGULAR APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS PELA UNIÃO. CONTAS IRREGULARES.

1 – O extrato bancário, evidenciando a movimentação financeira da conta corrente específica, é documento essencial ao estabelecimento do vínculo entre as despesas realizadas e a utilização dada aos recursos do convênio.

2 – O ônus de comprovar a regularidade integral na aplicação dos recursos públicos compete ao gestor, por meio de documentação consistente, que demonstre cabalmente os gastos efetuados, bem assim o nexo de causalidade entre estes e os recursos federais repassados.

RELATÓRIO

Trata-se da Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do José Ribamar Alves de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Presidente Juscelino – MA, em decorrência da não-aprovação da prestação de contas do Convênio n. 3.348/1996, celebrado, em 28/06/1996, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor total de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), objetivando contribuir, suplementarmente, com recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental em escolas públicas daquela municipalidade.

2. O aludido convênio, com vigência de 28/06 a 31/12/1996, abrange o custeio de despesas em quaisquer das seguintes finalidades: manutenção e conservação de prédio escolar; aquisição de material necessário ao funcionamento da escola; aquisição de material escolar, didático e pedagógico, bem como de fitas de vídeo; capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação; avaliação de aprendizagem, implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais diversas.

3. Os recursos federais foram transferidos ao convenente, em 20/08/1996, conforme se verifica no extrato bancário acostado aos autos (fl. 56) e dois dias depois foram sacados da conta-corrente, mediante compensação do cheque nº 349905, Lote nº 10.889.001.

4. A Secretaria Federal de Controle Interno certificou a irregularidade das contas do Sr. José Ribamar Alves de Oliveira (fl. 106), tendo a autoridade ministerial manifestado a sua ciência (fl. 109).

5. Remetida a TCE para este Tribunal, a Secex/MA promoveu a citação do responsável (fl. 119) que, em resposta, apresentou suas alegações de defesa (fls. 123/127).

6. A analista da Secex/MA efetuou o seguinte exame da defesa acostada ao processo (fls. 133/136):

"2.3.1. Irregularidades: ausência do extrato bancário da conta específica do convênio com movimentação dos recursos em outra conta e um único cheque nº 349.905, Lote nº 10.889.001, no valor total dos recursos conveniados, para pagamento das empresas Ralf Comércio e Representações, MS

Carvalho, J.D. Serrão, e Livraria e Papelaria Meridional (respectivamente letras “a” e “h” do ofício citatório).

2.3.1.1 Alegações de Defesa Apresentadas: alega que a irregularidade é inverídica e totalmente descabida, uma vez que os recursos foram movimentados na conta especifica, tendo os analistas analisado o extrato de conta do FPM, nº 4.073-8, no qual, por erro da agência bancária, foi feito o crédito no valor de R$ 30.600,00, transferido para a conta específica mediante documento nº 349.905, lote nº 10.889.001, e não movimentado pelo Município para pagamento das empresas fornecedoras. Ratifica uma vez mais tal declaração, nos seguintes termos: ‘Ora , pelo extrato da conta do FPM apresentado, se pode ver claramente que no dia 22.08.96, foi realizada transferência através do documento nº 549.905, e não pagamento de cheque no valor de R$ 30.600,00, com o número respectivo. Não foi pago qualquer cheque sob o número apontado e sim realizada transferência para a conta específica, deixando claro que o erro foi efetivamente ocasionado pela agência bancária e não pelo ora defendente.

Análise: pela Ordem Bancária do FNDE nº 96OB57155, fl. 130, que repassou em 13/08/1996 os recursos do Convênio nº 3.348/96 para a Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino, verifica-se que o favorecido do depósito foi o Banco do Brasil, Agência nº 10.030 (em Brasília). Essa agência, então, foi a responsável pela transferência dos recursos do FNDE às Prefeituras, em razão de convênios firmados. No histórico da conta da Prefeitura de Presidente Juscelino para movimentação dos recursos do FPM, segundo extrato de fl. 59, consta ‘crédito do FNDE’, em 20/08/1996, no valor de R$ 30.600,00. Assim, acredita-se que, conforme alegado pelo responsável, houve de fato erro da agência em creditar os valores conveniados na conta do Fundo de Participação do Município. Entretanto, não se aceita a argumentação do ex-Prefeito de que os recursos foram transferidos para conta específica, em 22/08/1996, uma vez que o histórico do saque ocorrido nessa data revela pagamento via ‘cheque’ nº 349.905, Lote nº 10.889, e não transferência de recursos. Além disso, o anexo da prestação de contas para a Conciliação Bancária, fl. 60, que serve para demonstrar a movimentação financeira, não foi preenchido; e o Demonstrativo da Execução da Receita e da Despesa e Relação dos Pagamentos Efetuados, fl. 56, informa que os pagamentos foram feitos às firmas em 22/08/1996, mediante cheque n. 10.889.001 (na verdade, o n. do lote). Considerando tais fatos, como também o fato de o responsável não ter apresentado o extrato relativo à suposta conta específica, para comprovar a sua assertiva, não se acatam as presentes justificativas.

2.3.2 Irregularidades: ausência das cópias das notas fiscais das despesas realizadas e ausência da relação dos materiais destinados a cada unidade escolar (respectivamente letras “b” e “ c “ do ofício citatório).

2.3.2.1 Alegações de Defesa Apresentadas: alega que os referidos itens jamais foram exigidos pelos termos do convênio firmado entre o convenente e a conveniada, e sob os quais se regem as partes, que estabelecem os deveres a serem cumpridos. No tocante à prestação de contas, os documentos relacionados na cláusula correspondente são: ofício de encaminhamento; demonstrativo da execução da receita e da despesa; relação de pagamentos efetuados, de acordo com o formulário fornecido pela concedente; extrato bancário da conta específica, evidenciando a movimentação dos recursos; conciliação bancária, de acordo com o formulário fornecido pelo concedente; comprovante de devolução de saldo, se for o caso; e parecer do conselho fiscal ou similar da unidade executora, Assim, concluiu ser inaceitável a conduta daqueles que desejam exigir aquilo que não é exigível e muito menos gerar irregularidade a fim de justificar a não-aprovação das contas.

2.3.2.2. Análise: de fato, o termo de convênio e as normas vigentes à época não exigiam a apresentação de documentos outros além dos elencados pelo Sr. José Ribamar Alves de Oliveira para comprovação das despesas. No entanto, como cabe ao responsável o ônus de provar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, todos os documentos capazes de demonstrar aos órgãos fiscalizadores a sua correta utilização são passíveis de serem objeto de análise. Como existem outras irregularidades nos autos, os documentos solicitados são importantes para que se possa correlacionar as despesas com o objeto conveniado. Além disso, os documentos correspondentes a despesas públicas devem estar à disposição dos órgãos de controle. Justificativas não acatadas.

2.3.2.3 Irregularidades: diferença de R$ 1.400,00 entre o total do Anexo IV (R$ 30.600,00), e o total do Anexo IV-A (R$ 29.200,00); diferença de R$ 341,85 entre a adjudicação para a Empresa MS Carvalho, no valor de R$ 7.665,00, e o Anexo IV, no valor de R$ 7.332,15; e diferença de R$ 10,00 entre a adjudicação para a empresa J. D. Serrão, no valor de R$ 2.887,00, e o Anexo IV, no valor de R$ 2.877,00 (respectivamente letras “ d” , “e” e “f” do ofício citatório).

2.3.2.3.1. Alegações de Defesa Apresentadas: alega que são erros de grafia, de preenchimento no transporte de valores de uma folha para outra, resultados da falta de atenção daqueles que elaboraram os documentos de prestação de contas, que não caracterizam desvio ou má aplicação de recursos, e, portanto, não são capazes de gerar situação de não aprovação da prestação de contas apresentada.

2.3.2.3.2 Análise: tais erros poderiam de fato ser considerados formais se houvesse documentos ou outra prova que demonstrasse a correta aplicação dos recursos conveniados. Na falta destes, assumem importância na análise da execução da despesa em tela.

2.3.2.4 Irregularidade: mesmo ato adjudicatório para as empresas Ralf Comércio e Representações, MS Carvalho, J. D. Serrão e Livraria e Papelaria Meridional (letra "g" do ofício citatório).

2.3.2.4.1 Alegações de Defesa Apresentadas: alega que tal fato se justifica pelo simples motivo de que o procedimento licitatório adotado foi o de escolha de menor preço por item, o que ocasionou que saíssem vencedoras várias empresas; situação legal e impossível de ser considerada como motivo para a não-aprovação de prestação de contas.

2.3.2.4.2. Análise: acatam-se as justificativas apresentadas, tendo em vista inclusive o enunciado da Súmula TCU n. 247, que obriga a adjudicação por itens para objetos divisíveis, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

2.3.5. Ao final, requer a análise dos argumentos acima, com a concessão de prazo para apresentação de documentos retificadores, visto que apontam irregularidades apenas e tão-somente formais, e isenção da restituição de valores, uma vez que não restou provado desvio de verbas ou dano ao erário, tendo agido de boa-fé. Requer lhe seja oportunizada a utilização de todos os meios de prova permitidas, até mesmo a oitiva de testemunhas, cujo rol será oferecido, oportunamente, caso deferido o pleito, a fim de que não seja ferido o princípio da ampla defesa. Requer ainda vista dos autos, fora deste Tribunal, para que possa efetivamente melhor analisar os documentos, até por profissionais capacitados.

2.3.2.5.1. Como mencionado acima, o responsável não apresentou qualquer documentação que comprovasse suas assertivas, nem mesmo os formulários da prestação de contas preenchidos de forma correta. Assim, impropriedades que poderiam ser consideradas formais, ante a irregularidade da não-movimentação dos recursos em conta específica culminada com o pagamento a diversas empresas com um único cheque, não comprovam que os recursos conveniados tiveram boa e regular aplicação no objeto avençado. O momento para apresentação de provas é o da citação do responsável, regularmente feita por este Tribunal, o que deixou caraterizada a obediência ao princípio da ampla defesa. É importante se ressaltar que o responsável solicitou e obteve prorrogação de prazo para apresentação de defesa e que a vista dos autos é franqueada ao responsável que a solicitar, o que não foi feito pelo ex-Prefeito.

2.3.2.5.1.1. Desta forma, o responsável não conseguiu elidir as irregularidades apontadas, com o débito a ele imputado, alterando-se a data da ocorrência para 20/08/1996, por considerar que foi nesse dia que os recursos foram disponibilizados para o a municipalidade."

7. Com base nesse exame efetuado, a Analista propõe, ao final, com anuência da Diretora, que as contas do responsável sejam julgadas irregulares e imputado o débito apurado nos autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, **caput**, da Lei n. 8.443/92.

8. O dirigente da unidade técnica concorda com o entendimento de que não foram elididas as irregularidades apontadas, todavia, considera que, preliminarmente ao julgamento pela irregularidade das contas, deva ser fixado ao responsável novo prazo, de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da rejeição das alegações de defesa, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da importância de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, acrescido dos encargos legais, calculados a contar de 20/08/1996, até a data do efetivo pagamento, nos termos da legislação em vigor.

9. O Ministério Público (fl. 138) manifestou-se em concordância com os exames de mérito efetuados pela Secex/MA. Entretanto, considera prejudicada a proposta do dirigente da unidade técnica quanto à fixação, em decisão preliminar, de novo e improrrogável prazo para recolhimento do débito, por considerar que essa prerrogativa não pode ser concedida ao responsável, tendo em vista que não há elementos nos autos para comprovação de sua boa-fé.

10. Ademais, o **Parquet** considera ser aplicável para o julgamento pela irregularidade das contas do responsável a fundamentação legal contida no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c". Aduz, ainda, que configurado o débito e ante a reprovabilidade da conduta do ex-Prefeito na gestão de recursos públicos do convênio em tela, deve ser-lhe aplicada a multa prevista nos arts. 19, **caput**, e 57 da Lei n. 8.443/92.

11. Ao final, o douto representante do Ministério Público propõe que, preliminarmente, seja concedida vista dos autos ao responsável da forma por ele requerida, com o intuito de prevenir cerceamento de defesa e conseqüente nulidade processual.

12. No despacho proferido à fl. 139, acolhi a preliminar suscitada pelo Ministério Público.

É o Relatório.

VOTO

Mediante o Convênio n. 3.348/1996, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, repassou, em 20/08/1996, o montante de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais) ao Município de Presidente Juscelino - MA, com o objetivo de contribuir, suplementarmente, com recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental em escolas públicas daquela municipalidade.

2. O FNDE detectou as seguintes irregularidades na execução do aludido convênio: ausência de extrato bancário da conta específica do convênio, com movimentação dos recursos em outra conta; ausência das cópias das notas fiscais das despesas realizadas; ausência da relação dos materiais destinados a cada unidade escolar; diferença de R$ 1.400,00 entre o total do Anexo IV (R$ 30.600,00), e o total do Anexo IV-A (R$ 29.200,00); diferença de R$ 341,85 entre a adjudicação para a Empresa MS Carvalho, no valor de R$ 7.665,00, e o Anexo IV, no valor de R$ 7.332,15; diferença de R$ 10,00 entre a adjudicação para a empresa J.D Serrão, no valor de R$ 2.887,00, e o Anexo IV, no valor de R$ 2.877,00; realização de mesmo ato adjudicatório para as empresas Ralf Comércio e Representações, MS Carvalho, J. D. Serrão e Livraria e Papelaria Meridional; e pagamento em um único cheque, emitido no valor total dos recursos conveniados, das empresas Ralf Comércio e Representações, MS Carvalho, J. D. Serrão e Livraria e Papelaria Meridional.

3. Após analisar as alegações de defesa do responsável, verifico que a principal irregularidade que não restou elidida nos autos é a concernente à não-apresentação do extrato bancário da conta específica do convênio e à movimentação dos recursos em outra conta-corrente com saque do valor total repassado, mediante um único cheque nº 349.905, Lote nº 10.889.001, para pagamento das empresas Ralf Comércio e Representações, MS Carvalho, J.D. Serrão, e Livraria e Papelaria Meridional. As demais irregularidades apontadas, consoante bem explicitou a unidade técnica, poderiam ser consideradas erros de natureza formal; contudo, como a documentação acostada aos autos pelo responsável não foi suficiente para comprovar a regular aplicação dos recursos, entendo que essas impropriedades formais servem, em conjunto, para caracterizar a inadequabilidade da prestação de contas apresentada.

4. Importante destacar que o extrato bancário, evidenciando a movimentação financeira da conta corrente específica, é documento essencial ao estabelecimento do vínculo entre as despesas realizadas e a utilização dada aos recursos do convênio. Sem ele, torna-se muito difícil comprovar que as despesas para consecução do objeto pactuado foram pagas com o dinheiro federal a elas destinado. Isso, somado a uma prestação de contas contendo informações inidôneas, incoerentes e frágeis coloca toda a execução do convênio sob suspeição.

5. Cabe registrar que o ônus de comprovar a regular aplicação dos recursos públicos recai sobre o gestor, tendo essa obrigação guarida constitucional (CF, art. 70, parágrafo único), o que não conseguiu realizar o ex-Prefeito nos autos que ora são examinados.

6. A respeito do ônus do responsável em comprovar a correta destinação da verba recebida dos cofres públicos, vale transcrever, a título de acréscimo ao que já expendi acima, trecho do voto do Ministro Adylson Motta para a Decisão n. 225/2000 – 2ª Câmara (autos do TC-929.531/1998-1):

"A não-comprovação da lisura no trato de recursos públicos recebidos autoriza, a meu ver, a presunção de irregularidade na sua aplicação. Ressalto que o ônus da prova da idoneidade no emprego dos recursos, no âmbito administrativo, recai sobre o gestor, obrigando-se este a comprovar que a verba foi regularmente aplicada quando da realização do interesse público. Aliás, a jurisprudência deste Tribunal consolidou tal entendimento no Enunciado de Decisão nº 176, **verbis**: 'Compete ao gestor comprovar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, cabendo-lhe o ônus da prova'. Há que se

destacar, ainda, que, além do dever legal e constitucional de prestar contas do bom e regular emprego dos recursos públicos recebidos, devem os gestores fazê-lo demonstrando o estabelecimento do nexo entre o desembolso dos referidos recursos e os comprovantes de despesas realizadas com vistas à consecução do objeto acordado. Assim, é imperioso que, com os documentos apresentados com vistas a comprovar o bom emprego dos valores públicos, seja possível constatar que eles foram efetivamente utilizados no objeto pactuado, de acordo com os normativos legais e regulamentares vigentes."

7. Acrescento, ainda, que o conjunto dos documentos que compõem a prestação de contas deve ser capaz de evidenciar o **nexo causal** entre os recursos recebidos e os correspondentes dispêndios no objeto pactuado. Ou seja, deve-se comprovar que a verba recebida tenha sido de fato a financiadora das despesas especificadas, o que não se verificou nestes autos, devido à precariedade dos documentos apresentados pelo ex-Prefeito.

8. Nesse sentido, entendo serem pertinentes os exames de mérito efetuados pela Secex/MA. Contudo, alinho-me ao posicionamento do Ministério Público e considero que, não restando comprovada a regular aplicação dos recursos federais repassados nem estando configurada a boa-fé do responsável, cabe julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito e aplicação de multa e, no caso em tela, entendo ser aplicável a fundamentação legal prevista no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei n. 8.443/92, aliada ao contido nos arts. 19, **caput**, e 57, da mencionada Lei, ante a gravidade das falhas verificadas nos autos.

9. Por fim, ressalto que, em 17/01/2006, o responsável obteve cópia integral dos autos (fl. 142) e que esse fato associado às concessões de prorrogação de prazo pleiteadas e deferidas no decorrer do processo indicam que foi plenamente assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Dessarte, voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

T.C.U., Sala de Sessões, em 11 de abril de 2006.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

ACÓRDÃO Nº 862/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 006.363/2002-0.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José Ribamar Alves de Oliveira, ex-Prefeito, CPF n. 012.438.883-34.
4. Entidade: Município de Presidente Juscelino - MA.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Drª. Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex/MA.
8. Advogados constituídos nos autos: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do José Ribamar Alves de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Presidente Juscelino – MA, em decorrência da não-aprovação da prestação de contas do Convênio n. 3.348/1996 celebrado, em 28/06/1996, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor total de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), objetivando contribuir, suplementarmente, com recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental em escolas públicas daquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Ribamar Alves de Oliveira, ex-Prefeito do Município de Presidente Juscelino – MA, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 20/08/1996, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do

TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, nos termos da legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável acima indicado a multa prevista no art. 57 da referida Lei, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, com fundamento no § 3º do art. 16 da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0862-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE II – 2ª Câmara
TC-005.066/2003-0 (c/ 01 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Santa Fé de Goiás/GO.
Responsável: Ademar Marques de Carvalho, ex-Prefeito, CPF n. 054.308.871-51.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVÊNIO. NÃO COMPROVAÇÃO DA BOA E REGULAR APLICAÇÃO DOS RECURSOS REPASSADOS PELA UNIÃO. CONTAS IRREGULARES.

1 - O ônus de comprovar a regularidade integral na aplicação dos recursos públicos compete ao gestor, por meio de documentação consistente, que demonstre cabalmente os gastos efetuados, bem assim o nexo de causalidade entre as despesas executadas e os recursos federais repassados.

RELATÓRIO

Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do Sr. Ademar Marques de Carvalho, ex-prefeito do município de Santa Fé de Goiás (GO), em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados mediante o Convênio n. 096/99-MI celebrado, em 24/11/1999, pela União, representada pelo Ministério da Integração Nacional, no valor total de R$ 56.916,05 (cinqüenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e cinco centavos), objetivando a recuperação da ponte sobre o Córrego da Serra, localizado naquela municipalidade.

2. A Secretaria Federal de Controle Interno, ante a omissão no dever de prestar contas, certificou a irregularidade das contas do Sr. Ademar Marques de Carvalho (fl. 148), tendo a autoridade ministerial manifestado a sua ciência (fl. 152).

3. Remetida a TCE para este Tribunal, a Secex/GO promoveu a citação do responsável pela não-comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio n. 096/99-MI (fls. 160 e 161) que, em resposta, remeteu cópia da prestação de contas que fora enviada ao Ministério da Integração Nacional, em 19/12/2002 (fls. 166 e 229).

4. Ante o teor do Ofício n. 1.326/CGCONV/DGI/CE/MI (fl. 223), da Coordenação-Geral de Convênios do Ministério da Integração Nacional, que solicitou o retorno dos presentes autos à origem, para análise da documentação relativa à prestação de contas do convênio, determinei, em 14/11/2003, que os autos regressassem àquela coordenação (fl. 226).

5. Após análise da prestação de contas do convênio em tela, o Ministério da Integração Nacional considerou que a Prefeitura Municipal de Santa Fé de Goiás, apesar de haver cumprido o objeto pactuado, deixou de aplicar a contrapartida estadual, ficando, assim, obrigada à restituição desse valor corrigido.

6. O analista da Secex/GO, com a anuência do Diretor, examinou a prestação de contas remetida pelo responsável e chegou às seguintes conclusões (fls. 408/418):

"7. A omissão no dever de prestar contas ficou configurada, visto que o responsável deveria tê-las apresentado em até 180 dias a contar da liberação dos recursos (cláusula terceira do convênio), ou seja, em meados de outubro/2000. Ele, entretanto, somente as apresentou em 19/12/2002 – com 14 meses de atraso -, após inúmeras cobranças por parte do órgão repassador, conforme comprovam os ofícios de fls. 105, 110, 115 e 131. Dessa forma, as contas somente foram prestadas com a tomada de contas especial já instaurada e o processo remetido à Secretaria Federal de Controle Interno (fls. 143).

7.1. Nos termos do art. 209, § 3º, do Regimento Interno do TCU, a apresentação de contas posterior não elide a irregularidade, podendo o débito ser afastado caso a documentação apresentada esteja de acordo com as normas legais e regulamentares e demonstre a boa e regular aplicação dos recursos.

8. A não-comprovação da aplicação da contrapartida acarreta ao convenente a restituição de seu valor corrigido, conforme estipula a cláusula décima-terceira do convênio e o art. 7º, inciso XIII, da Instrução Normativa STN n.º 1/97 (alterada pela IN 02/02). Tal irregularidade é, por si só, motivo bastante para a instauração de tomada de contas especial, conforme estipula o art. 38, II, 'e' da referida IN 01/97.

8.1. O convenente se obrigou a aplicar R$ 6.916,05 na consecução do objeto, conforme proposto no plano de trabalho (fls. 3/8). Esse recurso foi, inclusive, incluído na lei orçamentária municipal, segundo declaração da Prefeitura (fls. 22) e cópia da Lei n.º 193 (fls. 23/28).

8.2. Atua corretamente o órgão concedente que exige a devolução do valor corrigido da contrapartida – no caso de não haver outra irregularidade – tendo o gestor comprovado o cumprimento do objeto utilizando apenas o valor transferido dos cofres federais.

8.3. Nesse caso, reiteradas decisões deste Tribunal são no sentido de se promover: (a) citação do município para apresentar alegações de defesa ou recolher o valor da contrapartida e (b) audiência do responsável em razão do descumprimento de cláusula convenial.

9. A prestação de contas enviada a esta Secretaria, após a citação do responsável pela omissão (fls. 165/222), é cópia daquela recebida pelo Ministério da Integração Nacional em 19/12/2002 (fls. 229/291), que examinaremos a seguir:

9.1. De acordo com os documentos apresentados, o procedimento licitatório para a recuperação da ponte teve origem no expediente do Sr. Antônio Adolfo da Silva, Secretário de Obras da prefeitura, datado de 19/6/2000, solicitando autorização do prefeito para instauração de processo licitatório (fls. 264). A partir daí, sigamos o desenrolar dos fatos:

a) no mesmo 19/6/2000 – dia imediatamente anterior ao crédito dos recursos na conta corrente específica do convênio – o secretário de obras solicitou autorização para instaurar procedimento licitatório; o prefeito autorizou; a carta-convite foi redigida e três empresas com sedes em outras cidades, uma em Rialma e duas em Ceres, receberam os convites;

b) no mesmo dia 19 foi deflagrado o processo licitatório – Convite n.º 09/00 com três empresas participantes recebendo os convites (fls. 267, 273 e 275);

c) as propostas foram abertas em 28/6/2000, conforme ata de fl. 283, sagrando-se vencedora a proposta de Antônio Luiz Chaves Neto, no valor de R$ 55.800,00;

d) em 28/6/2000 a licitação foi homologada e seu objeto adjudicado ao proponente vencedor (fl. 284);

e) nesse mesmo dia 28 foi autorizada a construção da ponte (fl. 257);

f) também em 28/6/2000 foi emitido o empenho da despesa;

g) o contrato de empreitada para a construção da ponte foi firmado em 1º/6/2000 – antes da licitação;

h) o Termo de Aceitação Definitiva da Obra (fl. 249) e o Relatório de Cumprimento do Objeto (fl. 250) foram firmados em 28/6/2000 – dia da abertura das propostas;

i) consta à fl. 251 declaração firmada em 5/1/2002 pelo Sr. Oldemar José de Moura, presidente da Câmara Municipal e Sr.ª Markelly Silva Marquez, assessora de gabinete, certificando que foi construída uma ponte na saída para o distrito de São Sebastião do Rio Claro – sem, contudo, explicitar a data da construção e a origem dos recursos nela empregados;

j) as fotos de fls. 252/253, que mostram uma ponte em construção, foram reveladas em janeiro/2001;

k) A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, tanto do projeto, quanto da construção da ponte, foram feitas em 17/1/2001 (fls. 285/286);

l) a ordem de pagamento (fl. 254); a nota fiscal n.º 0001 (fl. 255); o recibo e a cópia do cheque n.º 850002 (fl. 256) foram todos emitidos em 28/6/2000 – mesmo dia da abertura das propostas do convite;

m) há divergência de valores nos documentos da prestação de contas: nos documentos de fls. 244, 245, 246 e 247 consta o valor da obra como sendo R$ 50.000,00; nos docs. de fls. 249, 250, 255, 258 e 259 o valor consignado é R$ 55.800,00.

9.2. A prestação de contas apresentada pelo Sr. Ademar Marques de Carvalho leva-nos a crer que:

a) no mesmo 19/6/2000 – dia imediatamente anterior ao crédito dos recursos na conta corrente específica do convênio – o secretário de obras solicitou autorização para instaurar procedimento licitatório; o prefeito autorizou; a carta-convite foi redigida e três empresas com sedes em outras cidades, uma em Rialma e duas em Ceres, receberam os convites;

b) no mesmo dia 28/6/2000 as propostas foram abertas e julgadas; a licitação foi homologada e adjudicado seu objeto ao vencedor; foi autorizado o início das obras; emitido empenho da despesa; a obra foi concluída e aceita; foi emitida nota fiscal e efetuado o pagamento.

9.3. É igualmente inusitado que o contrato – derivado da licitação cuja apresentação das propostas se deu em 28/6/2000 – tenha sido firmado antes, em 1º/6/2000; e que a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – que deve anteceder o início das obras, somente tenha sido processada em 17/1/2001 (na gestão da sucessora do Sr. Ademar).

10. Da análise dos autos fica assente que os serviços de recuperação da ponte sobre o Córrego da Serra foram executados. Entretanto, entendemos que a origem dos recursos empregados e o período de execução da obra não restaram comprovados. Os documentos apresentados pelo gestor não nos levam a concordar com a linha adotada pelo Ministério da Integração Nacional, no sentido de considerar irregular apenas a falta de aplicação da contrapartida. Cremos haver outros pontos a considerar.

10.1. A gestora que sucedeu o Sr. Ademar Marques de Carvalho, Sr.ª Sueli Guedes Amaral Aguiar, atendendo solicitação do órgão repassador, enviou extrato da conta-corrente específica do convênio (fls. 294) onde se vê apenas que em 29/6/2000 o saldo era de R$ 252,78, sendo que esse valor foi – em 1º/3/2004 – por ela transferido para a Conta Única do Tesouro Nacional (fls. 295). Esse extrato, não permitindo fazer uma conciliação entre despesa paga e débito na conta, comprova apenas que R$ 49.747,22 foram debitados antes de 29/6/2000.

10.2. A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, instituída pela Lei n. 6.496, de 7/12/1977, é obrigatória na prestação de serviços de engenharia, de arquitetura e de agronomia. Por meio da Resolução n. 307, de 28 de fevereiro de 1986, o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA disciplinou o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica, determinando que todo contrato escrito ou verbal para a execução de obra ou serviços referentes àquelas profissões fica sujeito ao registro (art. 1º). Em seu art. 3º a Resolução estabelece que nenhuma obra ou serviço poderá ter início sem a competente Anotação de Responsabilidade Técnica.

10.2.1. O parágrafo único do art. 4º da Resolução/Confea 307 define que a responsabilidade pelo recolhimento da taxa de ART cabe à contratante quando a obra ou serviço for objeto de contrato com pessoa jurídica. Dessa forma, se a obra de recuperação da ponte foi realmente executada na gestão do Sr. Ademar Marques, sem a ART, infringindo a Lei n. 6.496/77, não haveria razão plausível para que a sucessora do ex-prefeito recolhesse a taxa, como realmente recolheu, em 17/1/2001 (fls. 285/286), exceto se a obra houvesse por ela sido executada.

10.3. Os demais documentos da prestação de contas, quase todos formulários preenchidos pelo gestor, sem comprovarem a boa e regular aplicação dos recursos do convênio, vêm, isto sim, em sentido oposto, caracterizar má-fé do responsável, evidenciando “montagem” de processo licitatório, pagamento

antecipado e declaração falsa, não guardando, nem mesmo, coerência nos valores – ora R$ 50.000,00, ora R$ 55.800,00 -, nem nas datas consignadas nos relatórios.

11. Em pesquisa no SIAFI localizamos o Convênio 3.141/2005 (545114), firmado em 31/12/2005, entre o Fundo Nacional de Saúde e a Prefeitura Municipal de Santa Fé de Goiás, constando como responsável o Sr. Ademar Marques de Carvalho, novamente eleito prefeito daquele município.

12. Considerando afastada a boa-fé na conduta do responsável, cremos adequado julgar desde logo irregulares as presentes contas, com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'b', 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, e em débito o responsável, sem prejuízo da aplicação da multa prevista nos arts. 19, **caput** e 57 da mesma lei."

7. Ao final, o titular da unidade técnica endossa a proposta acima (fl. 414), no sentido da rejeição das alegações de defesa do responsável, com conseqüente julgamento pela irregularidade das contas e imposição de débito e multa.

8. O Ministério Público manifestou-se em concordância com o encaminhamento formulado pela Secex/GO (fl. 415).

É o Relatório.

VOTO

Verifica-se, do exposto no Relatório precedente, que houve a citação do Sr. Ademar Marques de Carvalho, ex-prefeito do município de Santa Fé de Goiás (GO) para que, no prazo de 15 dias, apresentasse alegações de defesa acerca da não-comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados mediante o Convênio n. 096/99-MI celebrado, em 24/11/1999, pela União, representada pelo Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 56.916,05 (cinqüenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e cinco centavos), objetivando a recuperação da ponte sobre o Córrego da Serra, localizado naquela municipalidade.

2. Após terem sido apresentadas alegações de defesa pelo responsável, embora comprovada a execução do objeto pactuado, conforme as especificações contidas no Plano de Trabalho do Convênio, consoante atestado pela Caixa Econômica Federal, entendo que não foram trazidos aos autos elementos que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos transferidos, uma vez que não restou demonstrado o nexo de causalidade entre a verba federal recebida e os serviços executados para consecução do objeto pactuado.

3. Observo que as datas dos documentos apresentados estão completamente incongruentes pois indicam que o contrato foi assinado 19 dias antes da abertura do procedimento licitatório; o Termo de Aceitação Definitiva da Obra e o Relatório de Cumprimento do Objeto foram elaborados na mesma data em que foi autorizada a construção da ponte e, no mesmo dia anterior ao do crédito dos recursos federais na conta corrente específica do convênio, o secretário de obras solicitou autorização para instaurar procedimento licitatório e, havendo o prefeito autorizado, a carta-convite foi redigida a três empresas com sedes em outras cidades (uma em Rialma/GO e duas em Ceres/GO).

4. Destaco, ainda, que a nota fiscal emitida pela empresa A. L. C. Metais (fl. 191), que atesta a execução de serviços relacionados à recuperação da ponte, não contém qualquer menção ao convênio em tela, em desatendimento ao que prevê o art. 30 da IN 01/97.

5. Ademais, há também divergência entre o valor constante nessa fatura supracitada (total de R$ 55.800,00) e a importância especificada no recibo (fl. 192) emitido pela Prefeitura Municipal de Santa Fé de Goiás (RS 50.000,00).

6. Impende registrar que há jurisprudência pacífica no âmbito desta Corte de Contas no sentido de que, ex vi do art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal e do art. 93 do Decreto-lei n. 200/1967, o ônus de comprovar a regularidade integral na aplicação dos recursos públicos compete ao gestor, por meio de documentação consistente, que demonstre cabalmente os gastos efetuados, bem assim o nexo causal entre estes e os recursos repassados.

7. Com efeito, o liame de causalidade entre a verba repassada e as aquisições que tenham sido realizadas deveria ser comprovado pelo ex-Prefeito, para que restasse demonstrado o financiamento das aquisições anunciadas especificamente com os recursos do repasse em exame e não com quaisquer recursos; e, vice-versa, que a verba repassada tivesse sido aplicada no objeto que fora pactuado e não em qualquer finalidade, ainda que pública.

8. Assim, considerando que a documentação de prestação de contas não se mostra apta a comprovar a boa e regular aplicação dos recursos federais repassados, impende julgar as presentes contas irregulares, com imputação de débito ao Sr. Ademar Marques de Carvalho, ex-Prefeito do Município de Santa Fé de Goiás (GO), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992.

9. Por fim, manifesto, também, minha anuência à proposta de aplicação de multa ao ex-Prefeito, com fulcro nos arts. 19, caput, e 57, da mencionada Lei, ante a gravidade das falhas verificadas nos autos.

Dessarte, voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

T.C.U., Sala de Sessões, em 11 de abril de 2006.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

ACÓRDÃO Nº 863/2006 – TCU – 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 005.066/2003-0 (c/ 01 volume)
2. Grupo I; Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Ademar Marques de Carvalho, ex-Prefeito, CPF n. 054.308.871-51.
4. Entidade: Município de Santa Fé de Goiás/GO.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secex/GO.
8. Advogados constituídos nos autos: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do Sr. Ademar Marques de Carvalho, ex-prefeito do município de Santa Fé de Goiás (GO), tendo em vista a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados mediante o Convênio n. 096/99-MI celebrado, em 24/11/1999, pela União, representada pelo Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 56.916,05 (cinqüenta e seis mil, novecentos e dezesseis reais e cinco centavos), objetivando a recuperação da ponte sobre o Córrego da Serra, localizado naquela municipalidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea b, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Ademar Marques de Carvalho, ex-Prefeito do Município de Santa Fé de Goiás (GO), condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 20/04/2000, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU;

9.2. aplicar ao responsável acima indicado a multa prevista no art. 57 da referida Lei, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0863-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO II – CLASSE II – 2ª Câmara
TC-013.989/2003-8 (c/ 3 volumes e 1 anexo).
Natureza: Prestação de Contas.
Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos ? Finep.
Responsáveis: Mauro Marcondes Rodrigues, CPF 316.053.977-68; Terezinha de Jesus Guimarães, CPF 029.887.807-06; Fernando de Nielander Ribeiro, CPF 627.437.597-04; Jorge de Paula Costa Ávila, CPF 759.456.657-20; Sérgio Luiz Doscher da Fonseca, CPF 000.292.437-42; Ronaldo Camillo, CPF 042.610.228-26; Laudir Francisco Schmitz, CPF 070.424.189-72; Mary Brito Silveira, CPF 150.966.961-20, Maurício Otávio Mendonça Jorge, CPF 541.119.946-87; Paulo Márcio Neves Rodrigues, CPF 677.889.986-72; Carlos Américo Pacheco, 005.317.578-62; José Marcelo Lima Pontes, CPF 016.121.743-53; Maria Delith Balaban, CPF 090.498.351-04; Liane Maria Martins de Souza, CPF 210.423.301-15; José Valney de Figueiredo Brito, CPF 250.498.878-87.

SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO DE 2002. SOBRESTAMENTO.
A ocorrência de irregularidades não apuradas justifica o sobrestamento dos autos.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas anual da Financiadora de Estudos e Projetos ? Finep, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, atinente ao exercício de 2002.

2. A Secretaria Federal de Controle Interno certificou a regularidade com ressalva das presentes contas (fls. 392/393), havendo a autoridade ministerial competente tomado conhecimento dessa conclusão (fl. 396).

3. No âmbito desta Corte de Contas, foram apontadas falhas na gestão da Finep, consoante informa a instrução de fls. 400/426, realizada com base nas seguintes fiscalizações empreendidas pela Controladoria-Geral da União, na gestão da Financiadora:

a) Relatório de Avaliação de Gestão n. 114.532;

b) Relatório de Auditoria no Projeto BRA/00/45 "Unidade de Gestão Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação", firmado entre o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD e o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, figurando a Finep como agente financeiro do projeto;

c) Relatórios de Auditoria de ns. 114520 e 114521, referente ao contrato de empréstimo e de doação internacional – Projeto BID 880;

d) Relatório de Auditoria de n. 119.204, acerca dos mecanismos de controle interno e adequabilidade do gerenciamento e aplicação dos recursos da empresa.

4. A unidade técnica propôs audiência dos ex-dirigentes da Finep (fl. 430), as quais autorizei mediante Despacho à fl. 434, além de sugerir várias determinações a serem formuladas quando da apreciação do mérito das contas (fls. 423/426). Os ex-diretores da Finep, Srs. Fernando de Nielander Ribeiro, Terezinha de Jesus Guimarães e Jorge de Paula Costa Ávila, endossaram como suas razões de justificativas, as apresentadas pelo Sr. Mauro Marcondes Rodrigues, ex-presidente da Finep (anexo I), as quais resumo abaixo, adotando a seqüência dispositiva constante da instrução de fls. 2/14, vol. 3 (objeto de audiência, razões de justificativa e respectiva análise técnica):

4.1 – Objeto de audiência: celebração de contratos e termos aditivos entre a Finep e a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento ? ABDE, todos com dispensa de licitação, sem a observância dos ritos próprios da Lei n. 8.666/1993, art. 26, parágrafo único, e incisos II e III, uma vez que a empresa não anexou pesquisas de preços que justificassem as contratações, nem instruiu as razões da escolha do executante.

4.1.1 – Razões de justificativa:

a) as contratações estão amparadas pelo art. 24, inciso XVIII, da Lei de Licitações e Contratos, haja vista que os estatutos da ABDE contemplam os requisitos exigidos por esse dispositivo legal, bem como essa associação detém inquestionável competência profissional e reputação ética, visto que serve como elemento catalisador e uniformizador dos procedimentos operacionais praticados por suas filiadas;

b) os dossiês de I a IV (fls. 6/81, anexo I), referentes a cada uma das contratações, demonstram que as exigências prévias para a realização das avenças foram rigorosamente cumpridas, particularmente, as que concernem aos incisos I e II do parágrafo único do art. 26 da Lei n. 8.666/1993 (razão da escolha do executante e justificativa do preço, respectivamente);

c) não havia especialistas nos quadros da empresa;

d) os serviços foram executados de forma satisfatória.

4.1.2 – Análise da Unidade Técnica:

a) devem ser acatadas as justificativas dos responsáveis no que tange às razões da escolha do executante dos serviços. De fato, os dossiês apresentados contemplam o cumprimento da exigência contida no inc. II do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666/1993 (Contratos ns. 2302000300, fl. 17, 2302019300, fls. 43/44, 2302026300, fls. 60/61, e 2302027200, fls. 75/76, do anexo 1);

b) subsiste, todavia, a falha referente à ausência de pesquisa de preços justificadora dos valores contratados. Não há nos dossiês, informação alguma quanto à realização de tais pesquisas, existindo apenas composição do custo dos serviços (total de horas de consultoria e seus correspondentes valores unitários), restando assim não atendida a exigência contida no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei Geral de Licitações. Por conseguinte, para esse ponto específico, não devem ser acatadas as razões de justificativa.

4.1.3 – Objeto de audiência: descumprimento do subitem 8.1.21 da Decisão TCU n. 574/2001 ? Plenário, haja vista a contratação da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento – ABDE, com o objetivo de auxiliar a execução dos Planos Anuais de Atividades de Auditoria Interna da Finep (Contrato n. 6000010200, de 27/06/2000, e Termos Aditivos ns. 6000010201, 26/06/2001, e 6000010202, 26/06/2002), em que pessoal terceirizado exercia função contemplada no Plano de Cargos e Salários, qual seja, de auditor interno.

4.1.4. Razões de justificativa:

a) as informações pertinentes a essa questão já foram prestadas pelo ex-Superintendente da Área de Auditoria da Finep e constam do presente processo às fls. 365/366;

b) a utilização de pessoal terceirizado decorreu da paralisação da renovação dos quadros da empresa, uma vez que, na área de contabilidade, só ocorreu de forma mais substancial em maio de 2002, com a entrada de onze empregados, que vieram juntar-se aos dois únicos especialistas dessa área. Os citados por último ingressaram na Finep, em maio de 2001, oriundos do concurso de 2000. Com efeito, a necessidade de tempo para treinar os novatos foi o fator determinante para que a liberação da força de trabalho terceirizada só acontecesse com o decurso dos prazos iniciais da contratação desses serviços.

4.1.5 – Análise da Unidade Técnica:

a) embora tenha a Finep contratado terceiros para o desempenho de atribuições próprias de detentores de cargo efetivo, após a deliberação desta Corte de Contas, há que se reconhecer a razoabilidade dos argumentos suscitados, como impeditivos para a sustação da contratação impugnada;

b) contando com tão reduzido quadro de pessoal, conforme informado à fl. 366, seria imprudente desmobilizar-se sem que houvesse empregados com perfis técnicos para desempenhar as atividades de auditoria. E como tal disponibilidade só foi concretizada em maio de 2002, pode-se considerar como aceitável a renovação da avença dos terceirizados em junho de 2002, impedindo a solução de continuidade dos serviços, enquanto era treinada a inexperiente força de trabalho. Aliás, cumpre destacar que somente tal renovação descumpriu a deliberação do TCU, porquanto a primeira, ocorrida em 26/06/2001, foi-lhe anterior;

c) entende-se que devem ser acatadas as razões de justificativa referentes a essa questão.

5. A Secex/RJ também propôs diligência, em face da inexistência de informações pertinentes, com o objetivo de averiguar os pagamentos efetuados, no período de 1º/01/2002 a 31/12/2002, pela Finep à FIPECq ? Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA ? de contribuições complementares, correspondentes a 2,55% do total da folha de pagamento, instituídas com a finalidade de cobertura de dotação relativa ao tempo de atividade vinculada à previdência social, anterior ao ingresso dos participantes nesse fundo de pensão, embora o

plano de custeio dos benefícios dessa fundação, previsse como término da vigência de tal contribuição a data de 1º/12/2001.

6. Foram promovidas as diligências propostas (fls. 11/14, vol. 3), fazendo-se presente no processo as informações prestadas pelos Srs. José Roberto Montello, representante legal da Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e em Economia Ltda. (fl. 15, vol. 3), Luiz Fernando de Almeida Bello, Diretor Superintendente da FIPECq – Fundação de Previdência Privada dos Empregados da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (fl. 17, vol. 3), Adacir Reis, Secretário da Previdência Complementar – SPC (fl. 20, vol. 3) e Sérgio Machado Rezende, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep (fl. 22, vol. 3).

7. Ressalta-se que o Secretário da Previdência Complementar, Sr. Adacir Reis, tomou ciência do ofício de diligência em 17/11/2004 (fl. 20, vol. 3) e, no dia 10/12/2004, solicitou prorrogação de 90 (noventa) dias para respondê-lo (fl. 173, vol. 3), entretanto até a presente data não o fez.

8. A unidade técnica examinou as informações trazidas pelos responsáveis, concluindo que (fl. 179, vol. 3):

"4. Pelo disposto, foram dirimidas as dúvidas, tendo em vista a comprovação de que as contribuições complementares, correspondentes a 2,55% do total da folha de pagamento, são de natureza extraordinária, destinadas ao custeio de serviços passados, reconhecidos pela Finep na implantação do Plano de Previdência Complementar da FIPECq, que não tem similaridade com a paridade das contribuições normais estabelecidas pela Emenda Constitucional n. 20/1998, sendo esclarecido, ainda, que o Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios, aprovado pelo Conselho Curador, pelas Patrocinadoras e pela Secretaria de Previdência Complementar, constatou o passivo atuarial da reserva a amortizar, recalculada em 21/02/2002 (fls. 35, 39 e 40), a fim de quitar o débito da patrocinadora com a fundação (fls. 99/103 e 144/154)".

9. Em conseqüência, a Secex/RJ, à guisa uníssona, propõe julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando-se quitação aos responsáveis arrolados às fls. 03/05, nos termos do inciso II do art. 16 e art. 18 da Lei n. 8.443/1992, considerando que as contas evidenciaram falhas de natureza formal, não implicando dano ao erário, sem prejuízo da adoção das seguintes medidas (fls. 179/181-A, vol. 3):

"I – Acolher, parcialmente, as razões de justificativas do presidente Mauro Marcondes Rodrigues e dos ex-diretores da Finep, Fenando de Nielander Ribeiro, Terezinha de Jesus Guimarães e Jorge de Paula Costa Ávila:

a) quanto à ausência, nos processos de contratação, de pesquisa de preços justificadora dos valores contratados, em razão de não haver nos dossiês informação quanto à realização de tais pesquisas, existindo apenas composição do custo dos serviços contratados, contrariando a exigência contida no inciso III, do parágrafo único, do art. 26, da Lei n. 8.666/1993;

II – Aceitar, integralmente, as razões de justificativas do presidente Mauro Marcondes Rodrigues e dos ex-diretores da Finep, Fernando de Nielander Ribeiro, Terezinha de Jesus Guimarães e Jorge de Paula Costa Ávila:

a) no que tange às razões da escolha do executante dos serviços contratados, visto que os dossiês apresentados contemplam o cumprimento da exigência contida no inciso II, parágrafo único, art. 26, Lei n. 8.666/1993 (Contratos ns. 2302000300, fl. 17, 2302019300, fls. 43/44, 2302026300, fls. 60/61, e 2302027200, fls. 75/76, anexo 1);

b) quanto à utilização de terceirizados para o desempenho de atribuições próprias de detentores de cargo efetivo, que de acordo com a análise à fl. 5, vol. 3, itens 10/12, há que se reconhecer a razoabilidade dos argumentos invocados pelos audientes como impeditivos para a sustação da contratação impugnada;

III – Determinar à Financiadora de Estudos e Projetos que:

a) abstenha-se de contratar pessoal para atividades inerentes às categorias funcionais do Plano de Cargos e Remunerações (PCR);

b) as deliberações da Diretoria Executiva, relativamente aos financiamentos com retorno, sejam formalmente documentadas e contenham as justificativas para a aprovação dos projetos diligentemente relatadas;

c) adote procedimentos visando a realizar satisfatoriamente a função gerencial fiscalizadora, mediante monitoração, indicadores inteligentes e avaliações formativas e somativas nos convênios celebrados;

d) providencie, se ainda não o fez, a análise da prestação de contas do Convênio SIAFI n. 412.876, no valor de US$ 4.595.395.00, tendo em vista informações decorrentes de trabalho de auditoria executado em Brasília, pela Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Ciência e Tecnologia, no período de 10 a 21/03/2003, tais como a ausência de relatório de avaliação de encerramento do Projeto BRA/00/45, falhas no Inventário de Bens Patrimoniais, inconsistências nos Termos de Responsabilidade, falhas no planejamento de aquisição de bens móveis no valor de R$ 771.674,00, pagamentos de locação de veículos, pagamentos injustificados de aluguéis de salão para eventos, contratação de consultores **Retainer** e pagamento de valores indevidos de diárias anteriores e posteriores ao período da celebração dos contratos na modalidade **Retainer**;

e) institua acompanhamento sistematizado dos projetos apoiados originários de recursos do Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico ? FNDCT tanto no que se refere à execução física quanto às obrigações relativas às prestações de contas;

f) estabeleça controle consolidado, com situação atualizada, semelhante ao realizado pela Gerência para Análise de Prestação de Contas de Convênios – GETAP, para os convênios com prazo de prestação de contas posterior a dezembro de 2001;

g) emita relatórios com as inadimplências da carteira de projetos a fundo perdido (não-reembolsáveis);

h) implemente esforços na recuperação dos valores das operações de créditos provisionados como de perdas prováveis ou provisão para devedores duvidosos;

i) adote o Princípio da Prudência na apuração do resultado dos próximos exercícios, contabilizando como perda o passivo trabalhista transitado em julgado, calculado de acordo com o cenário mais pessimista;

j) provisione ou informe, em Notas Explicativas, os critérios utilizados para o estabelecimento da provisão, todos os valores que podem impactar a gestão financeira e que sejam passíveis de mensuração;

k) racionalize os gastos administrativos, bem como realize de forma sistemática e contínua o planejamento estratégico de atuação da Finep no curto, médio e longo prazos, para a manutenção geral da instituição;

l) realize esforços no sentido de se dispor, tempestivamente, de dados oficiais extraídos dos seus sistemas, para o gerenciamento da Empresa, realizando, ao mesmo tempo, ampla revisão nos seus sistemas de informações, a fim de dar e atestar a sua confiabilidade;

m) verifique, mediante exame direto da documentação constante nas pastas dos processos, os documentos de análise e pareceres de crédito que fundamentaram a concessão de todos os financiamentos da carteira atual, que se encontram no contencioso (judicial e extrajudicial) e em renegociação, listando-se todos os casos em que: as áreas técnicas e operacionais tenham se manifestado contrariamente à operação; e objetos que não se coadunavam, à época da contratação, com o enfoque da Finep, devendo-se adotar as medidas cabíveis administrativas, cível e penal, nos casos de operações inadimplentes cuja aprovação e concessão tenham ocorrido em desacordo com os pareceres técnicos emitidos;

n) efetue levantamento nos procedimentos da área jurídica, referente ao contencioso judicial cível, abordando necessariamente os indicadores da média de processos de cobrança judicial acompanhados por cada advogado da empresa e os processos de cobrança judicial nos quais tenha ocorrido perda de prazo por parte da Finep, adotando as medidas cabíveis; e

o) discipline formalmente os critérios informados para determinação do **spread**, que devem ser formalmente disciplinados em norma operacional interna, e os processos de concessão, que devem conter documentação detalhada, demonstrando todas as considerações e cálculos efetuados para sua definição.

IV – Recomendar à Financiadora de Estudos e Projetos que:

a) verifique, com vistas à correção das fragilidades nos procedimentos adotados na RES/DIR/0045/01, que trata de linha de crédito especial para empresas participantes do **Venture Forum** Brasil, em particular a ausência de acompanhamento da gestão do mutuário, o risco do fracasso do financiamento, a ausência de visitas **in loco** na freqüência prevista pela RES/DIR/191/99 e a transparência e segurança das operações;

b) considere a oportunidade de ampliar a base das empresas beneficiadas, por meio de financiamento com retorno, o que acarretaria dois efeitos, redução do potencial de risco em decorrência da própria vulnerabilidade natural dos mercados e extensão do fomento tecnológico a um número maior de empresas nacionais;

c) discipline a base de cobrança do percentual de 5% para as despesas operacionais dos Fundos Setoriais, de modo que as relações existentes entre o conjunto de itens de despesas previstos nos decretos, as arrecadações dos fundos e o controle efetuado pela Finep, dêem a necessária transparência na condução desses recursos."

10. O Ministério Público junto ao TCU, em Parecer da lavra do Dr. Marinus Eduardo de Vries Marsico, manifesta concordância com a proposta de mérito da Secex/RJ (fl. 182, vol. 3).

É o Relatório.

VOTO

Trata o presente processo da prestação de contas anual da Financiadora de Estudos e Projetos ? Finep, relativa ao exercício de 2002.

2. Conforme visto no Relatório precedente, foram apuradas impropriedades na gestão examinada, que motivaram a audiência dos responsáveis e diligências destinadas a esclarecer pagamentos de contribuições complementares, efetuados pela Finep à FIPECq ? Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA.

3. A unidade técnica acolheu, de maneira parcial, as razões de justificativa dos responsáveis quanto à ausência de pesquisa de preços dos valores contratados e, integralmente, quanto à escolha do executante dos serviços avençados e a utilização de terceirizados no desempenho de atribuições próprias de detentores de cargo efetivo, propondo a regularidade com ressalva das contas, com quitação aos responsáveis arrolados nos autos, nos termos dos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, bem como as determinações à Finep, com vistas à correção das faltas apuradas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes. Tal encaminhamento obteve anuência do **Parquet** especializado.

4. Compulsando os autos (fls. 366/370), verifico que a Finep, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, foi signatária do Projeto BRA/00/45 – Assistência Preparatória "Unidade de Gestão Estratégica em Ciência, Tecnologia e Inovação", resultante do Documento de Projeto – PRODOC, assinado também entre o MCT e o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD, cuja vigência expirou em 28/06/2002. Os recursos destinados a esse projeto foram transferidos por meio do Convênio/SIAFI n. 412.876, no valor de US$ 4.595.395.00.

5. A Finep atua como agente financeiro e tem como obrigação contratual, "garantir as contribuições financeiras, conforme o Cronograma de Desembolso refletido no Documento de Assistência Preparatória e em revisões subseqüentes."

6. Consoante as apurações decorrentes do trabalho de auditoria executado em Brasília, pela Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Ciência e Tecnologia, no período de 10 a 21/03/2003, foram detectadas as seguintes ocorrências no âmbito do Projeto BRA/00/45 (fls. 367/370):

a) ausência do relatório de avaliação de encerramento do Projeto;

b) falhas no inventário de bens patrimoniais;

c) inconsistências nos Termos de Responsabilidade;

d) aquisição de bens móveis no valor de R$ 771.674,00, sem previsão no Plano de Compras anexo ao PRODOC;

e) locação de dois veículos com motoristas, por um período de três meses, sob a importância de R$ 22.820,35, sem vinculação com os objetivos do projeto;

f) pagamentos relativos aos aluguéis de salões para eventos em hotéis, no montante de R$ 9.423,27, enquanto o Auditório do Setor Policial Sul foi equipado com os recursos do projeto para realização de tais eventos;

g) contratação, no período de 02 a 28/03/2002, de um consultor **Retainer** (que de um modo geral recebem honorários por "conselho" ou serviço sempre que para tal for solicitado) para prestar assessoramento técnico, ou seja, exercer função gerencial de forma continuada**,** específica de equipe de base, e não de **Retainer** (Contrato n. 2001/006176);

h) pagamento indevido de R$ 75.567,40, referente a diárias para três consultores **Retainer,** em períodos anteriores e posteriores à vigência do contrato dessa natureza.

7. Em face do exposto, entendo que o melhor encaminhamento a ser dado aos autos é determinar o sobrestamento das presentes contas, até que as irregularidades apontadas pela auditoria da Coordenação-

Geral de Auditoria dos Programas da Área de Ciência e Tecnologia, sejam esclarecidas mediante a Prestação de Contas do Projeto BRA/00/45 e apuração dos fatos pela Secex/RJ.

8. Com efeito, acerca do referido Projeto, consigno pertinente determinar à financiadora que:

8.1 – analise e remeta ao tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da deliberação que vier a ser adotada, a prestação de contas do Convênio/SIAFI n. 412.876 (US$ 4.595.395.00), em razão do valor expressivo do ajuste.

8.2 – corrija as falhas do inventário de bens patrimoniais e as inconsistências nos Termos de Responsabilidade;

8.3 – apure, no mesmo prazo especificado no subitem 8.1, responsabilidades concernentes:

8.3.1 – à aquisição de mobiliário no **quantum** de R$ 771.674,00, sem previsão no Plano de Compras anexo ao PRODOC;

8.3.2 – à locação de dois veículos com motoristas, por um período de três meses, no montante de R$ 22.820,35, sem vinculação com os objetivos do projeto;

8.3.3 – aos pagamentos relativos aos aluguéis de salões, no valor de R$ 9.423,27, para eventos em hotéis, enquanto o Auditório do Setor Policial Sul foi equipado com os recursos do projeto para realização de tais eventos;

8.3.4 – à contratação, no período de 02 a 28/03/2002, de um consultor **Retainer,** para exercer função gerencial de forma continuada**,** específica de equipe de base (Contrato n. 2001/006176);

8.3.5 – ao pagamento indevido de R$ 75.567,40, referentes a diárias para três consultores **Retainer,** sem cobertura contratual.

9. Em relação as outras determinações propostas pela unidade técnica, bem com as recomendações, consigno que devem ser formuladas quando da apreciação do mérito das contas da Finep.

Feitas essas considerações, voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

T.C.U., Sala de Sessões, em 11 de abril de 2006.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

ACÓRDÃO Nº 864/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo n. 013.989/2003-8 (c/ 3 volumes e 1 anexo).

2. Grupo II; Classe de Assunto: II – Prestação de Contas relativa ao exercício de 2002.

3. Responsáveis: Mauro Marcondes Rodrigues, CPF 316.053.977-68; Terezinha de Jesus Guimarães, CPF 029.887.807-06; Fernando de Nielander Ribeiro, CPF 627.437.597-04; Jorge de Paula Costa Ávila, CPF 759.456.657-20; Sérgio Luiz Doscher da Fonseca, CPF 000.292.437-42; Ronaldo Camillo, CPF 042.610.228-26; Laudir Francisco Schmitz, CPF 070.424.189-72; Mary Brito Silveira, CPF 150.966.961-20, Maurício Otávio Mendonça Jorge, CPF 541.119.946-87; Paulo Márcio Neves Rodrigues, CPF 677.889.986-72; Carlos Américo Pacheco, 005.317.578-62; José Marcelo Lima Pontes, CPF 016.121.743-53; Maria Delith Balaban, CPF 090.498.351-04; Liane Maria Martins de Souza, CPF 210.423.301-15; José Valney de Figueiredo Brito, CPF 250.498.878-87.

4. Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos ? Finep.

5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Dr. Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas Financiadora de Estudos e Projetos ? Finep, atinente ao exercício de 2002.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 11 da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 157 do Regimento Interno, determinar o sobrestamento das contas anuais da Financiadora de Estudos e Projetos, até que as

irregularidades apontadas pela auditoria da Coordenação-Geral de Auditoria dos Programas da Área de Ciência e Tecnologia, sejam esclarecidas mediante a Prestação de Contas do Projeto BRA/00/45 e apuração dos fatos pela Secex/RJ.

9.2. determinar à Financiadora de Estudos e Projetos, acerca do Projeto BRA/00/45, que:

9.2.1. analise e envie ao tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da presente deliberação, a prestação de contas do Convênio/SIAFI n. 412.876, no valor de US$ 4.595.395.00;

9.2.2. corrija as falhas do inventário de bens patrimoniais e as inconsistências nos Termos de Responsabilidade;

9.2.3. apure, no mesmo prazo especificado no subitem 9.2.1, responsabilidades concernentes:

9.2.3.1. à aquisição de mobiliário no **quantum** de R$ 771.674,00 (setecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta e quatro reais), sem previsão no Plano de Compras anexo ao PRODOC;

9.2.3.2. à locação de dois veículos com motoristas, por um período de três meses, no montante de R$ 22.820,35 (vinte e dois mil, oitocentos e vinte reais e trinta e cinco centavos), sem vinculação com os objetivos do projeto;

9.2.3.3. aos pagamentos relativos aos aluguéis de salões, no valor de R$ 9.423,27 (nove mil, quatrocentos e vinte e três reais e vinte e sete centavos), para eventos em hotéis, enquanto o Auditório do Setor Policial Sul foi equipado com os recursos do projeto para realização de tais eventos;

9.2.3.4. à contratação, no período de 02 a 28/03/2002, de um consultor **Retainer,** para exercer função gerencial de forma continuada**,** específica de equipe de base (Contrato n. 2001/006176);

9.2.3.5. ao pagamento indevido de R$ 75.567,40 (setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) , para três consultores **Retainer**, referentes a diárias;

9.3. determinar à Secex/RJ o acompanhamento e análise da documentação que vier a ser enviada pela Finep, em razão do estabelecido nos subitens 9.2.1 e 9.2.3.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0864-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE II – 2ª Câmara
TC 019.328/2004-5 (c/ 01 volume).

Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Dueré/TO.
Responsável: José de Alencar Carvalho, CPF n. 189.900.291-04, ex-Prefeito.

SUMÁRIO: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. REDUÇÃO DE METAS DO CONVÊNIO. CONTAS IRREGULARES.

Comprovada a redução das metas pactuadas em convênio, julgam-se irregulares as contas do responsável, condenando-o ao ressarcimento do débito apurado.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS, tendo como responsável o Sr. José de Alencar Carvalho, ex-prefeito do Município de Dueré/TO, em

virtude da não-aprovação da prestação de contas relativa aos recursos federais repassados por força do Convênio n. 1.493/1994, no valor de R$ 19.222,27, objetivando dar apoio técnico e financeiro à implementação do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional naquele Município (fls. 12/21).

2. A Secretaria Federal de Controle Interno emitiu Certificado de Auditoria pela irregularidade das contas (fl. 200), tendo a autoridade ministerial competente atestado haver tomado conhecimento de seu teor (fl. 202).

3. No âmbito desta Corte de Contas, o Sr. José de Alencar Carvalho foi instado a recolher o débito apurado nos autos, de R$ 8.721,44 em valores originais, ou a apresentar defesa acerca do não-cumprimento total do objeto pactuado, caracterizado pelas seguintes ocorrências: redução de 73% em relação à clientela que deveria ter sido atendida; aumento do prazo de distribuição para 17 meses sem apresentação dos mapas de distribuição que comprovariam o atendimento do período excedente; os recursos da contrapartida, no valor de R$ 2.135,80, foram aplicados em despesas fora do objeto do convênio (fl. 212 do vol. 1).

4. Em sua resposta ao chamamento do Tribunal (fls. 222/223 do vol. 1, acompanhada dos elementos de fls. 224/291 do vol. 1), o responsável trouxe nova prestação de contas, em substituição à anterior, alegando que os dados então informados, segundo ele, estariam incorretos. Em seguida, sustenta que as falhas identificadas na execução do convênio devem-se à falta de assistência técnica por parte do ente repassador dos recursos, conforme estabelecia a Cláusula Segunda do ajuste. Quanto à cobrança dos recursos da contrapartida (R$ 2.135,80), o ex-gestor afirma que já teria sido desobrigado de sua restituição pelo FNS, nos termos do Parecer n. 103/2003.

5. Analisando o arrazoado apresentado pelo ex-prefeito, o ACE da Secex/TO faz as seguintes considerações a seu respeito, assim resumidas, em apertada síntese (fls. 295/302 do vol. 1):

5.1 – as alegações do responsável são meramente argumentativas, sem elementos de sustentação que as comprovem, sendo insuficientes para afastar as irregularidades questionadas na citação promovida pelo Tribunal;

5.2 – o Relatório de Execução Físico-Financeira constante da nova prestação de contas (fl. 226 do vol. 1) simplesmente reproduz, fielmente, os quantitativos das metas fixadas no Plano de Trabalho aprovado (fl. 3), ao passo que o Relatório anterior, também assinado pelo ex-gestor, atestava o atendimento a uma clientela de apenas 73 beneficiados, constituída de 53 crianças, 5 gestantes e 15 contatos (fl. 29), impossibilitando atribuir-lhe validade;

5.3 – o exame dos Mapas Mensais de Atendimentos a Menores de 5 anos (fls. 232/241 do vol. 1), dos Resumos Mensais de Atendimento às Gestantes (fls. 242/249 do vol. 1), da Relação de Mulheres Grávidas (fls. 257/259 do vol. 1), dos Mapas Diários de Controle do Leite (fls. 260/286 do vol. 1) e dos demais elementos trazidos aos autos (fls. 287/291 do vol. 1), pertinentes ao período de julho/1995 a dezembro/1996, não guardam consonância com o Plano de Trabalho aprovado quanto às metas/fases/etapas de atendimento da clientela, bem como em relação ao período programado de 9 meses, pois constituem-se de "cópias xerográficas ilegíveis, algumas quase em branco, outras com registros e números aleatórios, as quais, analisadas isoladamente ou em conjunto, não expressam coerência com as metas programadas";

5.4 – além disso, "em nenhum desses registros foi possível constatar o atingimento pleno das metas previstas, pois, no período executado (julho/1995-dezembro/1996) o número de crianças atendidas apresentou uma média freqüente abaixo da meta acertada de 56 crianças/mês e, no que tange às gestantes de risco nutricional (fls. 246/255 do vol. 1) e aos contatos (crianças de 24 e 59 meses de vida) o atendimento foi muito aquém de suas respectivas metas de 100 gestantes/mês (fls. 246/255 do vol. 1) e de 112 contatos/mês (fls. 232/245 do vol. 1), acrescentando-se que não existem, nos autos, Mapas de Distribuição dos meses de março/abril/maio de 1996, referentes às crianças desnutridas (de 6 a 24 meses) e de contatos (crianças de 24 a 59 meses), bem como de gestantes de risco nutricional referente ao período de julho-dezembro/1995, devendo-se considerar que a ausência desses documentos, bem assim, a relação de nomes e dados constantes dos documentos restantes, tais como os Mapas Diários de Controle de Leite (fls. 260/285 do vol. 1), Relação de Mulheres Grávidas (fls. 257/259 do vol. 1) e outros (fl. 26 e fls. 288/291 do vol. 1), pouco esclarecem, pois o responsável não juntou a toda essa documentação a cópia da Ata do Conselho Municipal de Saúde posicionando-se sobre a execução do Programa do Leite";

5.5 – essas constatações impedem firmar convicção acerca da real comprovação do cumprimento pleno das metas do Plano de Trabalho, uma vez que a distribuição dos produtos alimentícios, por beneficiário, se deu em quantidades inferiores à programada e de forma descontínua ao longo de 17 meses (8 meses além, do limite estabelecido de 9 meses);

5.6 – tem-se, assim, que o responsável reduziu em 73% a clientela prevista no Convênio, não comprovando, em conseqüência, a distribuição de 15.486 litros de leite e 359 latas de óleo que se prestariam para atender a integralidade dos beneficiários inicialmente ajustada;

5.7 – relativamente à aplicação dos recursos da contrapartida fora do objeto do convênio, verifica-se que, quando da assinatura do convênio em tela e da apresentação de sua prestação de contas, (16/12/1994 e 30/12/1996 , respectivamente), vigorava a IN/STN n. 02/1993, a qual não previa o enquadramento legal da ausência de recursos da contrapartida como irregularidade determinante para instauração de tomada de contas especial, assistindo razão ao responsável neste ponto, motivo pelo qual deve-se dispensá-lo da obrigação de restituir o valor correspondente à contrapartida (R$ 2.135,80), conforme precedente desta Corte (Acórdão n. 068/1997 – TCU – 1ª Câmara);

5.8 – quanto ao argumento de que a Prefeitura não contou com a assistência técnica do extinto Instituto Nacional de Alimento – Inan, à época encarregado de supervisionar a implementação do objeto avençado, este não merece prosperar, "pois além de o responsável não ter demonstrado, nos autos, o cumprimento dos itens 4.1 e 4.7 do inciso IV da Cláusula Segunda do Convênio, igualmente, não cobrou do FNS e do Inan suas presenças na execução do Programa", restando demonstrada a sua "falta de interesse em contar com a supervisão/orientação/apoio daqueles entes".

6. Ao final, o ACE, com a aquiescência do Secretário da Secex/TO, propõe que sejam julgadas irregulares as presentes contas, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea **a**, da Lei n. 8.443/1992, condenando-se o responsável ao débito de R$ 8.721,44, em razão da não-comprovação da boa e regular aplicação de parte dos recursos atinentes ao Convênio n. 1.493/1994, e autorizada a cobrança judicial da dívida, caso expirado o prazo para seu recolhimento sem manifestação (fls. 301/302-a do vol. 1).

7. O Ministério Público junto ao TCU, representado pelo Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, reforça o posicionamento da unidade técnica, sugerindo, entretanto, que o fundamento legal para a irregularidade das contas recaia no art. 16, inciso III, alínea **c**, da Lei n. 8.443/1992, bem assim que seja aplicada multa ao responsável e remetida cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União (fls. 303/304 do vol. 1).

É o Relatório.

VOTO

Mediante o Convênio n. 1.493/1994, o Fundo Nacional de Saúde – FNS transferiu recursos ao Município de Dueré/TO, no valor de R$ 19.222,27, a fim de dar apoio técnico e financeiro à implementação do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional naquele município.

2. Conforme visto no Relatório precedente, o ex-prefeito, Sr. José de Alencar Carvalho, foi citado pelo TCU para apresentar alegações de defesa sobre o não-cumprimento total do objeto pactuado, caracterizado pelas seguintes ocorrências: redução de 73% em relação à clientela que deveria ter sido atendida; aumento do prazo de distribuição para 17 meses sem apresentação dos mapas de distribuição que comprovariam o atendimento do período excedente; os recursos da contrapartida, no valor de R$ 2.135,80, foram aplicados em despesas fora do objeto do convênio.

3. Quanto à aplicação dos recursos da contrapartida em despesas não admitidas pelo Convênio, assiste razão à unidade técnica e ao Ministério Público junto ao TCU, no sentido de que não cabe considerar essa importância como débito do ex-gestor, uma vez que, à época do ajuste, vigorava a IN/STN n. 02/1993, que não previa a possibilidade de se exigir o recolhimento aos cofres federais dos valores da contrapartida eventualmente não aplicados ou utilizados em finalidades alheias ao objeto.

4. Com relação aos demais pontos questionados, não prosperam os argumentos trazidos pelo ex-prefeito na tentativa de eximir-se de sua responsabilidade. A propósito, transcrevo parte do Parecer do MP/TCU, que bem analisa essas questões, incorporando seus fundamentos a estas razões de decidir (fls. 303/304 do vol. 1):

"Não procede a alegação que intenta atribuir ao convenente omissão em dar assistência técnica ao município e, por extensão, a culpa pela execução de ações discrepantes das metas programadas. As

disposições do plano de trabalho são por demais evidentes para que pudessem ser consideradas obscuras e, de todo modo, dúvidas quanto às metas não foram levadas ao Ministério da Saúde.

Não pode o ex-prefeito escusar-se de sua responsabilidade imputando a alteração das metas a uma suposta decisão de médica responsável pelo programa, vez que, na qualidade de ordenador de despesas e dirigente municipal, ele reunia a responsabilidade e os meios para garantir a devida correspondência entre as metas programadas e as ações executadas.

Quanto aos novos formulários de prestação de contas, assiste razão à unidade técnica no tocante a que eles não estão acompanhados de elementos que confirmem a sua veracidade e, portanto, não constituem, por si sós, prova da boa e regular aplicação dos recursos.

Os mapas de atendimento revelam que as ações foram executadas de maneira descontínua e com elevada rotatividade na composição da clientela, implicando afastamento dos fins quantitativos e qualitativos estabelecidos no plano de trabalho.

Ocorreu a descaracterização do programa em ações aleatórias de alimentação e está caracterizado o uso dos recursos federais de maneira não compatível com o plano de trabalho e as finalidades do programa".

5. Nesse contexto, caracterizada a existência de um débito decorrente de ato de gestão ilegítimo, advindo da redução das metas estipuladas no Convênio, devem as presentes contas ser julgadas irregulares, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea **c**, da Lei n. 8.443/1992, condenando-se o Sr. José de Alencar Carvalho a restituir o valor de R$ 8.721,44 ao Fundo Nacional de Saúde – FNS. Considerando o reduzido valor do débito, entendo que não deve ser aplicada, no presente caso, a multa prevista no art. 57 da LO/TCU.

6. Outrossim, tendo em vista a condenação do responsável com base na alínea **c** do inciso III do art. 16 da Lei n. 8.443/1992, deve ser remetida cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, em atenção ao § 3° do referido dispositivo legal.

Ante o exposto, acolho, em essência, os pareceres da unidade técnica e do Ministério Público, e voto por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

T.C.U., Sala de Sessões, em 11 de abril de 2006.

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

ACÓRDÃO Nº 865/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 019.328/2004-5 (c/ 01 volume).
2. Grupo I; Classe de Assunto: II – Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: José de Alencar Carvalho, CPF n. 189.900.291-04, ex-prefeito.
4. Entidade: Município de Dueré/TO.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secex/TO.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS, tendo como responsável o Sr. José de Alencar Carvalho, ex-prefeito do Município de Dueré/TO, em virtude da não-aprovação da prestação de contas relativa aos recursos federais repassados por força do Convênio n. 1.493/1994, no valor de R$ 19.222,27, objetivando dar apoio técnico e financeiro à implementação do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional naquele Município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José de Alencar Carvalho, ex-prefeito do Município de Dueré/TO, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 8.721,44 (oito mil, setecentos e vinte e um

reais e quarenta e quatro centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 08/05/1995 até a efetiva quitação do débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, nos termos da legislação em vigor;

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere o subitem anterior, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

9.3. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, para as providências cabíveis, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0865-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I - CLASSE III - 2ª CÂMARA
TC 015.633/2003-5 (com 13 volumes)
Natureza: Relatório de Auditoria
Unidade Jurisdicionada: Hospital dos Servidores do Estado - HSE/RJ
Responsáveis: Aloysio de Salles Fonseca (CPF 023.117.207-91), Francisco Sales Ferreira Filho (CPF 174.832.477-20), Ana Maria Cantalice Lipke (CPF 182.659.957-68), Maria de Fátima da Rocha Moreira (CPF 361.739.407-87), Ana Lúcia Jorge de Almeida (CPF 805.822.907-59), Dina Maria Basílio (CPF 661.565.487-34), Rosilane Alves dos Santos (CPF 809.057.067-49), Jorge de Lima Aguiar Filho (CPF 553.377.677-04), Tereza Christina Nemer do Amaral (CPF 468.275.367-34), Antonio Carlos da Silva Figueiredo (CPF 600.510.277-04), Roberto Marinho Luiz da Rocha (CPF 649.187.267-04), José de Hollanda Bezerra de Melo Neto (CPF 781.137.097-20), Mário Sérgio Monteiro Lopes (CPF 259.694.987-34) e Maria Zélia de Melo e Silva (CPF 020.855.344-49)
Advogado constituído nos autos: não consta

SUMÁRIO: AUDITORIA. ÁREA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E ALMOXARIFADO. ADITIVAÇÃO DE CONTRATO PARA INCLUSÃO DE OBRAS OUTRAS QUE NÃO AS INICIALMENTE PREVISTAS. PRÁTICA DE "COMPENSAÇÃO" COMO FORMA DE SUPRIMENTO DE BENS DE CONSUMO NÃO LICITADOS.

É vedada aos gestores, no atendimento às necessidades de bens e serviços do órgão público mediante a contratação de terceiros, a adoção de soluções que resultem em inobservância aos dispositivos legais que estabelecem ser a licitação a regra, podendo esta ser afastada tão-somente nos casos expressamente previstos em lei.

RELATÓRIO

Trata o presente processo de auditoria de conformidade realizada no Hospital dos Servidores do Estado – HSE/RJ, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos na área de licitações, contratos e almoxarifado, tendo esta Corte de Contas, por intermédio do Acórdão n° 576/2004-TCU-2ª Câmara, autorizado a audiência dos responsáveis pelas impropriedades detectadas, bem como expedido determinações aos órgãos competentes do Ministério da Saúde e à Direção-Geral do HSE para a adoção

de providências com vistas à melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados pelas Unidades Federais de Saúde localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

2. As razões de justificativa apresentadas por dez dos doze responsáveis ouvidos em audiência, juntadas aos volumes 12 e 13 dos presentes autos, foram examinadas detidamente pela Unidade Técnica na instrução uniforme de fls. 202/264.

3. Quanto às impropriedades apontadas no Contrato nº 22/2000, firmado com a Fundação PRO UNI-RIO para implantação do Sistema Integrado de Gestão Hospitalar, a Unidade Técnica conclui pelo acolhimento das justificativas apresentadas pelo Sr. Aloysio de Salles Fonseca com relação às questões relacionadas a: a) execução técnica dos serviços por outras empresas; b) compatibilidade dos preços com os de mercado; c) prorrogação de vigência contratual; d) pagamento da última parcela antes da apresentação do relatório final pela contratada.

4. No que se refere às impropriedades concernentes a celebração de termo aditivo para acréscimo de 25% no valor inicialmente contratado, sem que constasse do respectivo processo cronograma físico que justifique tal acréscimo, assim como a especificação detalhada de quais serviços foram acrescidos (alínea "e" da audiência) e falta de juntada ao respectivo processo do relatório final da contratada, detalhando os serviços executados e os objetivos atingidos (alínea "f" da audiência), o responsável informa (fls. 39/42 do volume 13), que *"o NERJ/MS firmou com a Fundação PRO UNI-RIO, em 14 de dezembro de 1998, um Acordo de Cooperação Técnica, com o objetivo de estabelecer programa de cooperação, intercâmbio e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico"*.

5. Assevera aquele ex-dirigente que *"o aludido acordo desencadeou para o HSE, e para outros Hospitais da rede própria, a obrigação de assinar e executar contrato elaborado em minuta pelo NERJ/MS, que à época se denominava Gerência Estadual do MS no RJ (GEREST/MS), freqüentemente representada por sua Coordenação Geral das Unidades Hospitalares Próprias (CGUHP)"*. Com isso, *"o contrato minutado pelo NERJ já chegava pronto e acabado ao Hospital para assinatura e execução"*, existindo, *"portanto, uma fronteira decisória de atuação administrativa, cabendo ao HSE a fiel execução do contratado, ficando com o NERJ as responsabilidades concernentes à dispensa de licitação e ao conteúdo das cláusulas concertadas"*.

6. Prossegue esse responsável alegando que o acréscimo de 25% foi justificado pela aplicação do inciso II, alínea "b" e § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, em virtude de haver sido constatada, pela Administração do HSE, a necessidade de modificação do regime de execução dos serviços.

7. Ademais, a PRO UNI-RIO teria apresentado todos os "Relatórios de acompanhamento e de realização dos serviços", mês a mês ou bimensalmente, no bojo dos processos 250061-02404/99-70 e 250061-02485/2000-91, não tendo sido possível localizar o recibo definitivo dos serviços prestados. Segundo o responsável, a Diretora de Administração à época asseverou-lhe que teria havido recebimento e quitação do contrato, motivo pelo qual protesta, se necessário, pela juntada de documento.

8. Da análise da Unidade Técnica resultou proposta de rejeição dessas justificativas, conforme excerto a seguir transcrito (fls. 204/205):

"*O ex-dirigente alega, quanto ao item 'e', que o acréscimo de 25% no valor contratado teria se justificado pela aplicação do art. 65, em seu §1º e inciso II, alínea 'b', 'em virtude de haver sido constatada, pela Administração do HSE, a necessidade de modificação do regime de execução dos serviços'. Ocorre que a modificação da forma de utilização do Sistema Integrado de Gestão Hospitalar, que passou a ser a 'Cessão de Uso', já havia sido estipulada no 2º Termo Aditivo ao Contrato Original, firmado em 2/7/2001, que não previa qualquer acréscimo de valor. De fato, esse acréscimo foi incluído somente no 3º Termo Aditivo, firmado em 20/8/2001, que teve por objeto, além do acréscimo de valor contratual, 'a modificação dos termos de propriedade, integridade e modificações do Sistema Integrado de Gestão Hospitalar referente ao contrato n° 22/2000'. A propriedade do software, que antes do 3º Termo Aditivo era da empresa Infosaúde – Comércio e Representações em Informática Ltda., passou a ser da ECO – Empresa de Consultoria e Organização em Sistemas e Editoração Ltda. Assim, não existe, da análise dos Termos Aditivos ao Contrato em questão, nexo causal entre a modificação da forma de utilização do sistema e o acréscimo em 25% do valor contratual.*

No que concerne ao item 'f' do Ofício de Audiência, o responsável admitiu não haver localizado o recibo definitivo dos serviços prestados, tampouco o Relatório Final da Contratada, detalhando os serviços executados e os objetivos atingidos.

Assim, entendemos que as razões de justificativa do responsável relativas aos itens 'e' e 'f' devem ser rejeitadas."

9. Também foi pela rejeição a proposta da Unidade Técnica decorrente do exame das justificativas do Sr. Aloysio de Salles Fonseca acerca da manutenção do contrato concernente à prestação de serviços de limpeza e conservação (Processo nº 250061-07175/1998), apesar do registro de diversos setores do Hospital acerca da má prestação dos serviços (período compreendido entre 9/2/2001 a 11/11/2002), da aplicação de advertências em 5/5/2000, 21/5/2001 e 2/12/2002, bem como de multa em 10/10/2001, afrontando a cláusula décima-quinta do instrumento contratual (item 2 da audiência) e ausência de comprovação do referido processo de planilhas que demonstrem o controle da presença dos empregados da contratada, referentes aos serviços prestados até 15 de dezembro de 1999, anotados em registro próprio, nos termos do artigo 67, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 (item 3 da audiência), conforme excerto a seguir reproduzido (fls. 205/207):

"*Quanto ao item 2 retro, o responsável, em justificativas de fls. 42 do volume 13, asseverou:*

'Cuida-se de outro caso típico enquadrado na primeira razão estrutural (subordinação hierárquica). O HSE recebeu do NERJ/MS contrato minutado para assinatura e execução. Licitação centralizada de iniciativa e realização pela Comissão de Apoio Operacional do NERJ (CAO/NERJ/MS). Concorrência n° 003/98-CAO. Contrato 02/99. Processo 25001.007175/1998.

A firma contratada Rufolo Emp. de Serv. Téc. e Const. Ltda. foi por duas vezes advertida (5/5/2000 e 21/5/2001) por falhas na execução dos serviços de limpeza, consideradas faltas leves.

Na terceira vez – segunda reincidência – a Administração aplicou a pena de multa. Dúvidas surgiram sobre a caracterização de hipótese de imediata rescisão do contrato.

Concordei com a rescisão, mas não como providência imediata.

Coerentemente com a terceira razão estrutural (gestão finalística) priorizei as atividades-fim do HSE, uma vez que os serviços não consistiam em mera varrição de calçadas ou corredores, mas abrangiam limpeza, higienização e desinfecção primária de ambulatórios, enfermarias de pacientes internados e até áreas dos centros cirúrgicos.

Por estas razões determinei que fosse aplicada a multa em 10/10/2001, com base na Cláusula Décima Primeira do Contrato, e que concomitantemente fosse aberta licitação com vistas à substituição da firma multada.

De acordo com informações a mim transmitidas pela então Diretoria de Administração, foi aberto processo licitatório que gerou o Pregão n° 001/2002 do HSE'.

No concernente ao item 3, o ex-dirigente informou, fls. 43 do volume 13:

'Não consegui localizar os registros de controle de presença dos empregados da Contratada, providência da alçada de responsabilidade do Fiscal do Contrato. Essa ausência de localização das planilhas diz respeito ao período inicial da contratação entre abril e dezembro de 1999.

Apurei, no entanto, que houve uma certa confusão sobre os critérios de fiscalização, uma vez que a Cláusula Nona do Contrato estipulava a remuneração, não por empregado da Contratada, mas por m² (metro quadrado) de limpeza e conservação, o que poderia ser constatado por simples inspeção visual diária.

Por outro lado, havia controles indiretos da presença do número de empregados por ocasião do pagamento mensal que somente eram efetuados após análise individualizada de documentos de apresentação obrigatória: a Guia de Recolhimento de Previdência Social e as Declarações de Informações e de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

De qualquer sorte, constam do processo as planilhas de controle, de janeiro de 2000 em diante'.

Análise

Ante as justificativas do ex-Diretor-Geral do HSE, algumas observações devem ser feitas. O contrato em estudo foi firmado com a empresa Rufolo em 10.03.99, na gestão do Sr. Aloysio de Salles Fonseca, no valor mensal de R$ 145.160,99 (cento e quarenta e cinco mil, cento e sessenta reais e noventa e nove centavos). Já em dezembro de 1999 a fiscal do contrato registrou, em planilhas de fls. 45/47 do volume 9, glosas no tocante à falta de serventes e encarregados, sem que houvesse a devida reposição de pessoal. Nos meses subsequentes perduraram as falhas, que foram objeto de descontos nos valores pagos (fls. 47/51do volume 9).

A má prestação dos serviços por parte da contratada pode ser verificada em reiteradas manifestações por parte de diversos setores do Hospital, inclusive com a aplicação de várias advertências e multas durante a gestão do Sr. Aloysio de Salles Fonseca, consoante a seguir demonstrado:

- Ofício de 5/5/2000, assinado pelo servidor Raimundo N. Sanches Figueiredo, encaminhado à Divisão Administrativa, afirma que a contratada não vinha observando a Cláusula Oitava do Contrato, 'visto o número de faltas e atrasos constantes dos seus funcionários, causando sérios transtornos aos serviços', consoante exposto às fls. 52 do volume 9;

- Memorando n° 2/2001, de 9/2/2001, da Comissão de Higienização e Limpeza Hospitalar: registra deficiências no gerenciamento do lixo no Abrigo de Resíduos Sólidos;

- Fax n° 2646432, de 19/2/2001, do Chefe do SERCONT: faz recomendações à RUFOLO sobre as desconformidades encontradas no Abrigo de Resíduos Sólidos;

- Memorando nº 23, da Chefe da Enfermaria Clínica Médica, 4º andar: informa, detalhadamente, as condições do péssimo serviço prestado pela RUFOLO, questionando a permanência da Empresa como prestadora de serviços de limpeza no HSE;

- Memorando Interno nº 70/2001, de 4/5/2001, da Diretoria da Divisão Médico Assistencial: solicita providências no sentido de executar a adequada limpeza da Divisão e outras atividades;

- Memorando 00E00, de 14/5/2001, da Comissão de Higienização e Limpeza Hospitalar: Encaminha ao Gabinete do Diretor o relatório baseado nos questionários de Avaliação Técnica dos Serviços de Limpeza, exibindo aspectos negativos quanto a equipamentos, material de limpeza e higienização, recursos humanos, supervisão e sobre o Abrigo de Resíduos Sólidos;

- Memorando Circular Interno nº 24, de 15/5/2001, do Serviço de Hemoterapia: reclama da falta de ação da limpeza nas acomodações do serviço;

- Memorando s/nº, de 16/5/2001, da Comissão de Higienização e Limpeza Hospitalar: reclama do fornecimento inadequado de caixas coletoras de material perfuro- cortante;

- Documento de 18/6/2001, da Direção Geral do HSE: informa sobre a intenção da Direção Geral de aplicar a multa contratual de 2% à firma RUFOLO, caso as desconformidades da prestação dos serviços não sejam corrigidas;

- Documento do SERCONT, de 12/6/2001, encaminhando à Divisão Administrativa a Avaliação dos serviços de limpeza prestados pela empresa RUFOLO: consolida reclamações de diversos setores;

- Documento do Chefe do CETIP, de 16/5/2001: comenta sobre a demora na alocação de lixeiras apropriadas no CETIP;

- Documento do Chefe do Serviço de Contratos do HSE, de 21/5/2001: aplica a pena de advertência à firma RUFOLO, por descumprimento de obrigações contratuais referentes à qualidade dos serviços prestados;

- Memorando SEDIET nº 217, de 17/7/2001: reclama da limpeza da cozinha, do refeitório e da área do sub-solo (entrada de caminhão);

- Documento do SERCONT, de 20/8/2001, encaminhado à RUFOLO: solicita imediata correção das falhas apontadas quanto à prestação dos serviços;

- Em 10/10/2001 o HSE advertiu formalmente a empresa Rufolo, 'face as várias reclamações de diversos setores da Unidade pela não reposição de funcionários faltosos, falta de materiais e uniformes incompletos', consoante demosntrado às fls. 78/80 do volume 9;

Apesar da constatação da má prestação do serviço por parte da contratada, com o descumprimento de várias alíneas da Cláusula Oitava – Das Obrigações da Contratada ('a', 'h', 't' e 'u') do instrumento contratual, o contrato teve sua vigência prorrogada duas vezes na gestão do Sr. Aloysio de Salles Fonseca, sem que fosse realizado e concluído o devido processo licitatório para nova contratação dos serviços. No nosso entendimento, houve, desde as primeiras evidências de que a empresa contratada não vinha oferecendo um serviço compatível com o estipulado contratualmente, tempo hábil para a efetivação de uma nova licitação e a posterior contratação de uma outra prestadora. Ademais, a contratante absteve-se do direito de aplicar o dispositivo previsto na Cláusula Décima-Quinta, alínea 'a', do Contrato. Desta forma, entendemos que as razões de justificativa do responsável quanto ao item em estudo devem ser rejeitadas.

Do mesmo modo, no que concerne ao item 3 do Ofício de Audiência, reputamos insuficientes as justificativas do responsável, que admitiu não ter conseguido 'localizar os registros de controle de presença dos empregados da Contratada, providência da alçada de responsabilidade do Fiscal do Contrato'. Desta forma, constata-se o descumprimento do firmado na Cláusula Oitava do Contrato – Responsabilidades da Contratante, em sua alínea 'd'."

10. Foram acolhidas pela Unidade Técnica as justificativas apresentadas pelo Sr. Aloysio de Salles Fonseca acerca da realização de empenhos por valores inferiores às despesas contratadas no âmbito dos processos nºs 250061-04208/2000 e 250061-01426/1997, objeto do item 4 do ofício de audiência.

11. Quanto às impropriedades apontadas no processo nº 250061-1236/1999, referente às obras de reformas dos telhados, das fachadas e do Centro de Diagnóstico por Imagem, a Secex/RJ conclui pelo acolhimento das justificativas apresentadas pelo Sr. Aloysio de Salles Fonseca com relação às questões relacionadas a: c) juntada aos autos de comprovante de publicação do extrato na imprensa oficial; d) indicação de representante da administração como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços contratados; e) ausência de Atestado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços contratados; l) exercício do cargo de Diretor da Divisão de Engenharia; n) serviços complementares no Centro de Imagem; o) assinatura do segundo termo aditivo sem comprovação da existência de recursos orçamentários e p) assinatura de termos aditivos sem exigência de atualização/prorrogação da garantia prestada (fls. 208/217).

12. No que se refere às demais impropriedades constatadas no aludido processo nº 250061-1236/1999, a Unidade Técnica, antes de abordar as justificativas do responsável juntadas às fls. 44/50 do volume 13, faz um breve histórico dos fatos que envolveram a contratação das obras de reforma, como segue:

"*O processo n° 250061-1236/1999 teve por objeto a contratação de empresa especializada para os serviços de reforma dos telhados, das fachadas do Prédio Principal e do Centro de Diagnóstico por Imagem do Hospital dos Servidores do Estado, referente à Concorrência n° 13/1999. Consoante ata de julgamento de fls. 77 do volume 6, a empresa Volume Construções e Participações Ltda. logrou sair vencedora do certame, resultado homologado pela Direção-Geral do Hospital, fls. 78 do volume 6. Em conseqüência, foi firmado com a referida empresa, em 13/1/2000, o Contrato n° 3/2000, fls. 80/83 do volume 6, com vigência de trezentos dias corridos a partir da sua assinatura, no valor de R$ 3.365.240,61 (três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais e sessenta e um centavos).*

O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato, assinado em 30/5/2000, no valor de R$ 917.779,78 (novecentos e dezessete mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos), fls. 99/101 do volume 6, teve por objeto o acréscimo dos seguintes serviços:

- reforma do Ambulatório de Cirurgia Geral, no 3º andar;

- reforma e implantação do Centro Cirúrgico Ambulatorial, no 3º andar;

- reforma do Hall do Setor de Marcação de Consulta e Registros, no andar térreo;

- reforma do Serviço de Oftalmologia, no 4º andar;

- serviços complementares no Centro de Diagnóstico por imagem.

Perceba-se que os três primeiros serviços de reforma listados anteriormente, acrescidos ao contrato original, não guardam qualquer relação com aqueles inicialmente licitados. Trata-se, na verdade, de modificação do objeto do contrato, não podendo, no nosso entendimento, ser aplicado o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666/1993. Ademais, não constam dos autos os projetos básicos e os orçamentos específicos dos serviços acrescidos, tampouco os motivos que justificaram a inclusão desses serviços, somente a análise pelo Núcleo de Engenharia do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro do orçamento inicialmente apresentado pela contratada, fls. 85/86 do volume 6.

No que concerne ao contrato original, a empresa Volume solicitou, em 23/10/2000, a prorrogação do prazo de vigência por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 13/11/2000, consoante exposto às fls. 105 do volume 6. A solicitação foi atendida pela Direção-Geral do Hospital em 23/11/2000, fls. 109 do volume 6. Não foi, contudo, elaborado Termo Aditivo que formalizasse a prorrogação do prazo de entrega da obra. Posteriormente, em 12/12/2000, o então Chefe do Serviço de Engenharia do HSE encaminhou ao Núcleo de Engenharia do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, fls. 110 do volume 6, a fim de que fosse promovida a confecção de Termo Aditivo, 'as planilhas de serviços executados a maior do que o previsto inicialmente no Contrato acima epigrafado, que perfazem um total de R$ 512.552,89 (quinhentos e doze mil, quinhentos e cinqüenta e dois reais e oitenta e nove centavos)'. Em seguida, o Serviço de Engenharia do hospital oficiou à Divisão Administrativa buscando obter a autorização para a aditivação em estudo, informando:

'Após levantamento dos serviços a serem aditivados, foi solicitado à empresa Volume Construções e Participações Ltda. planilha orçamentária para a recuperação das esquadrias e venezianas externas do Prédio Principal, bem como para os serviços excedentes a serem executados no Serviço de Imagem.

O Núcleo de Engenharia do Núcleo Estadual do Núcleo Estadual do Rio de Janeiro/MS após análise e aprovação do orçamento apresentado pela empresa Volume Construções e Participações Ltda. no valor de R$ 512.552,89 (quinhentos e doze mil, quinhentos e cinqüenta e dois reais e oitenta e nove centavos), encaminhou expediente a esta Unidade Hospitalar recomendando a elaboração de Termo Aditivo.'

Cabe notar que não há nos autos qualquer informação quanto à aprovação, pela autoridade competente, dos projetos básicos detalhados para as obras a serem aditivadas. Em verdade, não há sequer informação quanto à existência dos projetos básicos.

Apesar disso, ante a anuência do Núcleo de Engenharia do NERJ, fls. 121 do volume 6, e considerando ainda a solicitação da contratada no sentido da prorrogação do prazo contratual para a prestação dos serviços em referência, a Direção-Geral do HSE autorizou nova aditivação do contrato n° 3/2000. Firmou-se, assim, em 29/12/2000, o Termo Aditivo n° 21/2000, fls. 128/130 do volume 6, tendo por objeto o acréscimo dos serviços complementares no Centro de Diagnóstico por Imagem e no andar térreo do Prédio Principal, estabelecendo-se o prazo de vigência de quarenta e cinco dias corridos.

(...)

Ademais, não constam dos autos todos os termos de medições dos serviços realizados, sendo que os termos existentes não estão devidamente assinados pelo servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento do desenvolvimento dos serviços contratados, nos termos do art. 73, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. Vale notar, também, que não consta dos autos o termo de recebimento definitivo das obras realizadas, conforme previsto no art. 73, incisos II, da Lei nº 8.666/1993.

(...)"

13. Na seqüência, cabe transcrever o resumo das razões de justificativas do Sr. Aloysio de Salles Fonseca acerca das demais impropriedades constatadas no processo nº 250061-1236/1999 e a correspondente análise da Unidade Técnica pela sua rejeição ou, em alguns casos, acolhimento excepcional, com expedição de determinações corretivas (fls. 212/217):

"Quanto ao item 'a', o responsável sintetizou os motivos que levaram o processo decisório a preferir a licitação única e descartar o parcelamento em três concorrências distintas:

- 'o Hospital somente possuía área física disponível para instalação de um único canteiro de obras, assim mesmo de proporções reduzidas;

- para abrigar três canteiros de obras, haveria a necessidade de avançar sobre áreas ambulatoriais, bloquear passagens e criar limitações à movimentação de pacientes;

- três canteiros em funcionamento simultâneo implicariam necessariamente em redução da quantidade de atendimentos médico-hospitalares da ordem de 20%;

- a licitação única produziria redução substancial de custos em comparação com as estimativas para as três licitações;

- a licitação unitária não contrariava a Lei de Licitações (art. 23 § 1º), porque o triparcelamento geraria necessariamente perda da economia de escala;

- o triparcelamento representaria risco à vida ou à saúde dos doentes internados, dos pacientes ambulatoriais e principalmente das pessoas não atendidas por conta da inevitável redução da capacidade hospitalar;

- a licitação unitária atendia perfeitamente aos princípios da legalidade e da economicidade, além de apresentar maior compatibilidade com o mais fundamental dos direitos humanos – a vida'.

Por guardarem relação com o item em comento, as razões de justificativa quanto aos itens 'i' e 'j' serão a seguir expostas.

Quanto ao item 'i' [realização de acréscimos ao contrato de itens não previstos no edital, totalmente dissociados da licitação inicial, tais como: reforma e implantação do Centro Cirúrgico Ambulatorial, reforma do Ambulatório de Cirurgia Geral do 3º andar do Prédio Principal, reforma do Hall do Setor de Marcação de Consulta e Registro (térreo), reforma do Serviço de Oftalmologia do 4º andar do Prédio Principal e serviços complementares no Centro de Diagnóstico por Imagem, orçados no valor total ajustado de R$ 917.779,78, originários do Primeiro Termo Aditivo, que não se enquadram nas condições previstas no art. 65, § 1º, da Lei n.º 8666/1993, por não terem relação com os serviços inicialmente licitados e contratados, caracterizando, na verdade, dispensa indevida do processo licitatório, contrariando o princípio da isonomia e as normas e condições do edital, em desacordo com os arts. 3º e 41 da Lei n.º 8.666/1993], o responsável argumentou que sua decisão 'privilegiou a

atividade-fim do Hospital, optando-se pela alternativa da aditivação ao contrato anterior, que apresentava as seguintes vantagens e benefícios:

a) eliminação do espectro ameaçador de invasão de quatro ou mais canteiros de obras;

b) nenhuma interrupção dos serviços hospitalares e nenhuma redução na quantidade de atendimentos médicos;

c) agilização extraordinária da execução das obras, todas elas concluídas subseqüentemente, proporcionando ganhos temporais de aproximadamente cinco meses, em comparação com a alternativa de realização do parcelamento distribuído entre, no mínimo, quatro licitações e quatro canteiros de obras.'

O responsável prossegue alegando que 'sob o aspecto da legalidade inexistia qualquer norma de direito positivo vedatória da aditivação, a qual ademais mereceu a chancela do NERJ/MS, órgão de hierarquia superior ao HSE', e acrescenta que 'o § 1º do art. 65 da Lei 8666/1993 autorizava a aditivação, desde que nas mesmas condições do contrato original'.

Afirmou ainda o ex-dirigente:

'No plano da economicidade, o HSE conseguiu manter os mesmos patamares de preço. As quantidades de itens planilhados foram aumentadas, mas os preços permaneceram congelados pelos valores nominais constantes do contrato original sob aditivação.

Assim, o Termo Aditivo celebrado em 30 de maio de 2000 utilizou a tabela EMOP de março de 1999, produzindo uma redução real do custo dos itens.

Apesar de o Contratado haver pleiteado correção de preços ou a aplicação da Tabela EMOP da data da aditivação (30/5/2000), o Hospital não deferiu a postulação por falta de amparo legal, uma vez que, ao mencionar 'valor inicial atualizado', o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 está se referindo apenas ao cálculo do limite percentual de 50%.'

No que se refere ao item 'j' [ausência de justificativas para inclusão dos serviços arrolados no item'i'], o responsável reafirmou que 'a execução das obras de acréscimos como aditivo da obra principal foi aprovada pelo Núcleo de Engenharia do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (fls. 2702) que considerou tratar-se de aditivo e não de obra nova'. No mais, o ex-dirigente se reportou às suas explanações relativas ao item 'i' retro, 'particularmente os atinentes ao extraordinário incremento do número de pessoas a serem atendidas pelo Centro de Cirurgia Ambulatorial, que era o objeto das obras em questão'.

Análise

Das razões de justificativas apresentadas, cabem algumas observações. Primeiro que tudo, não merece prosperar a argumentação de que a licitação unitária não contrariava o art. 23 § 1º da Lei de Licitações porque o triparcelamento geraria necessariamente perda da economia de escala. De fato, dos cinco serviços de reforma acrescidos ao contrato original, contratados por meio do Termo Aditivo n° 12/2000, listados anteriormente, quatro não guardam qualquer relação com aqueles inicialmente licitados. Trata-se, na verdade, de modificação do objeto do contrato, não podendo, no nosso entendimento, ser aplicado o § 1º do art. 65 da Lei n° 8.666/1993.

A justificativa de que o Hospital somente possuía área física disponível para instalação de um único canteiro de obras, e que três canteiros em funcionamento simultâneo implicariam necessariamente em redução da quantidade de atendimentos médico-hospitalares da ordem de 20%, não foi demonstrada por relatórios técnicos. Perceba-se, ademais, o interregno de somente quatro meses e dezesete dias entre as datas de assinatura do contrato original e do primeiro Termo Aditivo, com a inclusão de serviços totalmente desassociados da licitação inicialmente realizada, no valor de R$ 917.779,78 (novecentos e dezessete mil, setecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos), fato que denota uma falta de planejamento nas contratação efetivadas.

As análises efetuadas pelo Núcleo de Engenharia do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro ativeram-se somente às planilhas orçamentárias elaboradas pela empresa contratada. Não há nos autos qualquer manifestação por parte da Área Jurídica daquele Ministério, precipuamente no que concerne à ausência de projetos básicos detalhados para as obras aditivadas.

Assim, pelo exposto, entendemos que as razões de justificativa apresentadas quanto aos itens 'a', 'i' e 'j' devem ser rejeitadas.

Quanto ao item 'b' [não apresentação dos projetos básicos e dos orçamentos detalhados específicos de cada um dos serviços a serem executados, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei n.º

8.666/1993], o responsável arrolou as informações a ele transmitidas pelo ex-Chefe do Serviço de Engenharia do HSE:

- a planilha orçamentária fez o detalhamento de todas as especificações e a pormenorização técnica contida nos projetos básicos, de arquitetura e executivos anexados aos autos;

- os editais retirados por inúmeras empresas continham os elementos técnicos norteadores do certame, sendo que todas as licitantes apresentaram suas propostas de preço sem qualquer tipo de questionamento técnico;

- o acervo documental da concorrência abrangia Projeto Básico, Orçamento Analítico, Cronograma Físico-Financeiro, Estimativas de Preços, Projetos de Arquitetura e Pronunciamento de Consultoria Jurídica;

Os itens 'k' e 'm' do Ofício de Audiência guardam similitude com o item 'b', por isso serão adiante analisados.

Quanto ao item 'k' [ausências dos projetos básicos e dos orçamentos específicos dos serviços a serem acrescidos, nos termos do art. 7º, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993], o responsável informou:

'As planilhas orçamentárias e os projetos básicos, por definição lógica, constituíram necessariamente as referências que deram suporte à apresentação da proposta.

Provavelmente deve ter ocorrido algum equívoco de juntada ou de autuação processual porque o Chefe da Engenharia à época assevera que a Divisão procedeu ao levantamento e detalhamento dos serviços a serem executados, inclusive com a elaboração de croquis.

O referido Chefe também informou que a Contratada apresentou planilha de orçamento baseada nos serviços a serem executados, planilha esta que foi retificada e posteriormente aprovada pelo Núcleo de Engenharia do NERJ/MS e pelo próprio HSE.

Aduziu ainda o Chefe de Engenharia que, se não estão nos autos, os projetos dos serviços executados foram incorporados ao acervo técnico do HSE'.

Quanto ao item 'm' [acréscimos de serviços ao contrato, referentes à Recuperação das Esquadrias e Venezianas Externas das Fachadas do Prédio Principal, no valor de R$ 209.701,09, e de obras complementares no Centro de Imagem, no valor de R$ 302.851,80, sem a aprovação prévia da autoridade competente dos projetos básicos detalhados], o responsável admitiu que 'não se encontra acostado ao processo o despacho de aprovação prévia dos projetos básicos detalhados', alegando: 'tudo indica tratar-se de equívoco de autuação processual, ou outro erro de natureza formal, porque às fls. 2818/2822 se encontra juntada a planilha orçamentária com a discriminação dos serviços efetivamente executados'.

Análise

Analisemos pois as razões de justificativa apresentadas. Como já detalhado anteriormente, não constam dos autos os projetos básicos e os orçamentos específicos dos serviços acrescidos, tampouco relatório técnico consubstanciado com os motivos que justifiquem a inclusão desses serviços. A ausência desses elementos não foi suprida pela resposta do responsável. A planilha orçamentária elaborada pela empresa contratada não é suficiente para caracterizar a elaboração prévia daqueles documentos, exigidos expressamente pela Lei nº 8.666/1993. Dessa forma, entendemos que as razões de justificativa quanto aos itens 'b', 'k' e 'm' devem ser rejeitadas.

(...)

No pertinente ao item 'f' [não demonstração nos autos da existência de provisão de recursos orçamentários que assegurassem os pagamentos das obrigações decorrentes dos serviços a serem contratados e dos serviços posteriormente aditados, em desacordo com o art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993], o ex-dirigente alegou:

'Conforme já demonstrado reiteradamente, o HSE não possuía autonomia orçamentária, trabalhando com o chamado 'orçamento não disponibilizado', dependente do NERJ/MS e do FNS.

No caso em tela, a obra foi autorizada pelo NERJ/MS, a partir da aprovação prévia do FNS, que centralizava, na área da saúde, as dotações de recursos orçamentários.

Todas as despesas com as obras foram efetivamente pagas mediante empenho inicial, medição, liquidação e empenhos complementares, todos anteriores à realização da despesa'.

Quanto ao item 'g' [o empenho prévio emitido n.º 2000NE400001, de 4/1/2000, não preencheu os requisitos exigidos no art. 30 do Decreto n.º 93.872/1986, tendo em vista seu valor simbólico de R$ 1,00, enquanto o contrato era de R$ 3.365.240,61, persistindo a inobservância da emissão de empenho global, no valor contratado, consoante exigência legal, até o final do contrato, pois foram emitidos diversos

empenhos nos valores exatos das notas fiscais a serem pagas, caracterizando a realização de despesas sem prévio empenho, com afronta ao art. 24 do citado Decreto e ao art. 60 da Lei nº 4.320/1964], asseverou:

Aplicam-se aqui, mais uma vez, todas as explicações da presente Exposição concernentes à centralização legal de dotações no FNS, o que obrigava o HSE a trabalhar com o denominado 'orçamento não disponibilizado'.

O próprio item assevera que houve empenho inicial e empenhos complementares, todos prévios à realização da despesa e, portanto, absolutamente de acordo com o art. 60 da Lei 4320/64'.

No que pertine ao item 'h' [não constam das cláusulas contratuais os dados da nota de empenho emitida para atender às despesas no exercício de 2000, em desacordo com art. 30, § 1º, do Decreto n.º 93.872/1986], o responsável argumenta que 'o contrato foi submetido à Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde que não apontou a falta desse elemento', acrescentando que 'se tratou de omissão meramente formal, posto que a NE era de conhecimento das partes contratantes, constituindo anexo do próprio contrato'.

Quanto ao item 'o', o ex-dirigente ressaltou que 'não houve a execução de qualquer serviço antes da celebração do 2º Termo Aditivo celebrado em 29/12/2000', informando que 'as três medições foram realizadas em 8/2/2001, 6/3/2001 e 4/4/2001'. Lembrou ainda o responsável que 'o HSE não goza de autonomia financeira, trabalhando com 'orçamento não disponibilizado'', acescentando que 'por força da Constituição da Lei Orgânica do SUS, das Leis anuais de diretrizes orçamentárias e das Leis Anuais de Orçamento, as dotações e créditos são centralizados e geridos a partir do Fundo Nacional de Saúde'.

Ainda nessa esteira, o responsável afirmou:

'No que tange a contratos com cláusulas subordinadas a condição ou termo, o HSE emitia um empenho prévio de valor simbólico por ocasião do contrato, preenchia um formulário solicitando crédito ao NERJ, que por sua vez encaminhava o pedido ao FNS.

O FNS dentro de sua escala de prioridades, mais cedo ou mais tarde liberava o crédito orçamentário, permitindo que o HSE ultimasse a mediação, procedesse a liquidação, emitisse empenho prévio complementar, e finalmente pagasse a despesa.

Toda a sistemática obedecia rigorosamente ao art. 60 da Lei nº 4.320/1964, que veda tão só o pagamento da despesa sem prévio empenho.

No presente caso, jamais ocorreu realização de despesa sem a anterior cobertura por empenhos prévios, iniciais e complementares'.

Análise

Entendemos que as razões de justificativa apresentadas quanto aos itens 'f', 'g', 'h' e 'o' podem, excepcionalmente, ser aceitas, cabendo, contudo, determinação à entidade no sentido do cumprimento do art. 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e do art. 30 do Decreto n° 93.872/1986.

(...)

Quanto ao item 'q' [não constam dos autos todos os termos de medições dos serviços realizados e os termos existentes não estão devidamente assinados pelo servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento do desenvolvimento dos serviços contratados, na forma do art. 73, inciso I, da Lei nº 8.666/1993], o responsável informou:

'As medições foram efetuadas, devendo ter havido algum equívoco de autuação ou de juntada de termos ao processo.

O então Fiscal da obra, Dr. Antonio Carlos da Silva Figueiredo confirmou a autenticidade dos termos que, por qualquer motivo não intencional, deixaram de ser por ele assinados, tratando-se portanto de lapso formal sanável'.

No pertinente ao item 'r' [não consta dos autos o termo de recebimento definitivo das obras realizadas, conforme previsto no art. 73, inciso II, da Lei nº 8.666/1993], o ex-dirigente argumentou que 'o Dr. Antonio Carlos da Silva Figueiredo, Fiscal da Obra, afirma ter certeza de que o termo de recebimento foi devidamente elaborado e arquivado, tendo solicitado recentemente à Direção Geral do Hospital uma cópia do aludido documento, que ainda não lhe foi disponibilizada'.

Análise

De fato, o responsável não logrou justificar o descumprimento do art. 73, inciso I, da Lei n° 8.666/1993, devendo as suas razões de justificativa quanto aos itens 'q' e 'r' ser rejeitadas."

14. Com relação às impropriedades detectadas na gestão do ex-Diretor-Geral Francisco Sales Ferreira Filho, a Secex/RJ manifestou-se pelo acolhimento tão-somente das justificativas acerca do

apostilamento do contrato nº 11/1999 - fornecimento de gases medicinais, com a rejeição das demais, conforme excerto a seguir transcrito (fls. 221/224):

"'1) relativamente ao Pregão n° 4/2002 (Contrato n° 21/2002):

a) não constam do processo justificativas para o fato de a proposta da empresa vencedora (Mediphacos), única concorrente, ter sido 37,80% superior à sua própria estimativa, datada de 15/10/2001;

b) demora injustificada na designação de servidor para o encargo de acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, em desacordo com o art. 67 da Lei n° 8.666/1993;

c) não constam do processo os relatórios da fiscalização que atestem a correta execução do contrato por parte da contratada;'

O responsável argumentou, fls. 248/249 do volume 12, quanto ao item 'a' retro, que entre a data da estimativa (15/10/2001) e a data da proposta (19/4/2002) se passaram seis meses, o que justificaria a discrepância entre os valores, ressaltando que a maior parte dos itens apresentados era de fabricação americana ou japonesa. Ademais, alega o Responsável que a empresa vencedora da licitação chegou a elaborar, a pedido do HSE, estimativa de preços para uma possível aquisição dos equipamentos em questão, em vez da locação prevista na licitação. Como resultado, percebeu-se que com a compra dos equipamentos o HSE desembolsaria R$ 472.750,00 (quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e cinqüenta reais), enquanto que a locação anual dos mesmos equipamentos custaria R$ 330.528,00 (trezentos e trinta mil, quinhentos e vinte e oito reais). Assim, conclui o responsável que a diferença entre os valores de aquisição e de locação justificaria a posição da Direção do HSE.

No concernente ao item 'b', o dirigente confirma que 'a Coordenação de Administração não indicou o funcionário para ser designado a Fiscal do Contrato pelo Diretor, conforme solicitado às fls. 179 de 13/12/2002 (doc. anexo) do gerente de Licitação e Contratos para dar atendimento ao art. 67 da Lei nº 8.666/1993'.

Quanto ao item 'c', o Sr. Francisco Sales Ferreira Filho informou que 'a demora na desiginação do fiscal somente poderá ser esclarecida pela Coordenadora da Administração e pela Diretora Substituta à época'.

Análise

Analisemos pois as razões de justificativa apresentadas pelo responsável.

No que pertine ao item 'a', entendemos que o HSE deveria ter tomado a iniciativa de propor uma redução no valor da proposta apresentada pela única licitante, mesmo tendo transcorrido seis meses entre a data da estimativa e aquela referente à proposta. Ressalte-se, nesse sentido, que a empresa vencedora do certame foi a única concorrente, fato que deveria ter sido considerado pelo Hospital ao aceitar, sem contestação, os preços oferecidos pela licitante.

Os fatos que deram ensejo às audiências relativas aos itens 'b' e 'c' foram confirmados pelo Responsável, sem maiores esclarecimentos. Assim, reputamos insuficientes as justificativas apresentadas pelo ex-Diretor-Geral do HSE.

'2) relativamente ao Contrato n° 41/99 - contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavanderia de roupas hospitalares processadas:

a) desobediência ao art. 65, § 1º, da Lei n° 8.666/1993, que limita em 25% (vinte e cinco por cento) o acréscimo do objeto contratual;

b) o extrato do Termo Aditivo n° 25/2002, publicado no DOU, não estava em consonância com o objeto contratual efetivamente firmado;

c) aumentos no valor do quilo e na estimativa mensal de roupa processada efetuados por simples apostilamento ao contrato original, em desacordo com o art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993;'

Quanto ao epigrafado item 'a', o responsável, em justificativas de fls. 249/250 do volume 12, não se manifesta no concernente à desobediência ao art. 65, § 1º, da Lei n° 8.666/1993, que limita em 25% (vinte e cinco por cento) o acréscimo do objeto contratual. Do mesmo modo, o ex-dirigente não logra esclarecer o explanado no item 'b' retro, limitando-se a observar, fls. 250 do volume 12 que 'o processo não foi encaminhado para o Diretor autorizar a publicação do Termo Aditivo nº 25/2002 no prazo previsto em Lei'. Cabe lembrar que o extrato publicado teve como objeto, tão-somente, a prorrogação do prazo de vigência contratual, omitindo-se, na publicação, o real objeto do Termo Aditivo, que foi o aumento da estimativa mensal do peso de roupa processada.

No pertinente ao item 'c', o responsável argumentou, fls. 250 do volume 12, haver autorizado 'o apostilamento solicitado com base na cláusula Quinta do Contrato Original e o art. 5º do Decreto-lei nº

2.271/1997, c/c IN MARE 18/1997 e a Lei nº 8.666/1993'. Forçoso é convir, porém, que os dispositivos legais mencionados não dão amparo ao procedimento levado a efeito pelo HSE, que promoveu, no contrato em estudo, aumentos no valor do quilo e na estimativa mensal de roupa processada por simples apostilamento ao contrato original. Em verdade, o art. 65 da Lei nº 8.666/1993, em seu parágrafo 8º, dispõe:

§ 8º a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

Dessa forma, percebemos que não cabia o apostilamento ao contrato para firmar aumentos no valor do quilo e na estimativa mensal de roupa processada, conforme efetuado pelo HSE, mas sim a elaboração de Termo Aditivo ao contrato original.

Pelo exposto, entendemos que as razões de justificativa apresentadas pelo ex-Diretor-Geral do HSE devem ser rejeitadas.

(...)

'4) relativamente ao processo 250061-04500/2001, relativo ao Pregão nº 83/2001, na forma que se segue:

a) não observância das recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde na Informação Jurídica nº 18/1/2002, com a confirmação, pelo HSE, no Edital de Licitação relativo ao Pregão nº 83/2001, da quantidade de 172.800 dúzias/ano (cento e setenta e duas mil e oitocentas dúzias ao ano) de ovos, e a subsequente contratação nessas bases;

b) divergência entre os valores do objeto contratual e do respectivo extrato publicado no Diário Oficial da União em 19/6/2002, relativamente ao Contrato nº 12/2002;'

O responsável se pronunciou quanto ao ponto em comento às fls. 251/252. No que se refere ao item 'a' retro, o ex-Diretor-Geral do HSE informou, tão-somente, que a elaboração processual era de inteira responsabilidade da Direção Administrativa, que, ao ignorar as recomendações da Consultoria Jurídica, causou os erros apontados pela Auditoria.

No que se refere ao item 'b', o responsável asseverou:

*'Quanto à divergência entre os valores do objeto contratual e do respectivo extrato publicado no DOU em 19/6/2002 foi autorizada a publicação conforme solicitado pela Diretora Administrativa e se houve divergência é porque a informação dada pela Diretora Administrativa ao Diretor Geral também não foram verídicas (**sic**) e mais uma vez estamos diante de um dolo administrativo (**sic**)'.*

Análise

Como vemos, o ex-dirigente limitou-se a confirmar os fatos ocorridos, não apresentando argumentação capaz de isentá-lo de sua responsabilidade. Assim, as razões de justificativa deverão ser rejeitadas.

'5) relativamente ao processo nº 25001-07175/1998:

a) manutenção e prorrogação do contrato concernente à prestação de serviços de limpeza e conservação, apesar do registro de diversos setores do Hospital acerca da má prestação dos serviços (período compreendido entre 9/2/2001 a 11/11/2002), da aplicação de advertências em 5/5/2000, 21/5/2001 e 2/12/2002, de multa em 10/10/2001, bem como da manifestação inequívoca por parte da fiscal do contrato, em 13/12/2002, pela não prorrogação do mesmo, afrontando a cláusula décima-quinta do instrumento contratual;'

O responsável, em suas razões de justificativa, fls. 252 do volume 12, argumentou:

'A manutenção do contrato nº 2/1999 ref. ao processo 25001-07175/1998 pode ser justificada face à conclusão do processo licitatório n° 25006104081/2002 na modalidade de concorrência n° 19/2002. Embora existam registros de diversos setores dessa Unidade que relatam a má prestação destes serviços, aplicações de advertências e multas não havia tempo hábil para nova licitação e a descontinuidade da prestação deste Serviço seria de grande risco para a Unidade.

O período da assinatura do 3º Termo Aditivo ocorreu logo após a minha posse, sendo o mesmo assinado aos 27 de dezembro de 2001, na minha primeira semana como Diretor e Gestor da Unidade e a rescisão deste contrato poderia trazer sérios prejuízos ao Hospital. Quando da renovação do Termo Aditivo com início em 1º/1/2003, estava afastado (doc. anexo), sendo substituído pela Dra. Iara Cecy S. Barroso, conforme fls. 863 (doc. anexo) que aprovou a prorrogação contratual e autorizou a despesa em

27/12/2002 às fls. 273, até que fosse concluído o processo licitatório nº 250061-04081/2002, pela Coordenação de Administração.

Quanto à manifestação equivocada da Fiscal do Contrato em 13/12/2002, ocorreu por ter o Gerente de Licitações e Contratos solicitado seu pronunciamento conforme consta às fls. 270, o que a induziu a erro ao atender a solicitação de fls. 269, infringindo assim a Cláusula Décima-Quinta do Instrumento Contratual de forma involuntária e equivocada.'

Análise

Diante das justificativas apresentadas pelo ex-Diretor-Geral do HSE, cabe sejam feitas algumas observações. Primeiro que tudo, releva ressaltar a má prestação dos serviços por parte da empresa contratada, fato que pode ser verificado em reiteradas manifestações por parte de diversos setores do Hospital, inclusive com a aplicação de várias advertências e multas, consoante a seguir demonstrado:

- Ofício de 5/5/2000, assinado pelo servidor Raimundo N. Sanches Figueiredo, encaminhado à Divisão Administrativa, afirma que a contratada não vinha observando a Cláusula Oitava do Contrato, 'visto o número de faltas e atrasos constantes dos seus funcionários, causando sérios transtornos aos serviços', consoante exposto às fls. 52 do volume 9;

- Memorando n° 2/2001, de 9/2/2001, da Comissão de Higienização e Limpeza Hospitalar: registra deficiências no gerenciamento do lixo no Abrigo de Resíduos Sólidos;

- Fax n° 2646432, de 19/2/2001, do Chefe do SERCONT: faz recomendações à RUFOLO sobre as desconformidades encontradas no Abrigo de Resíduos Sólidos;

- Memorando nº 23, da Chefe da Enfermaria Clínica Médica, 4º andar: informa, detalhadamente, as condições do péssimo serviço prestado pela RUFOLO, questionando a permanência da Empresa como prestadora de serviços de limpeza no HSE;

- Memorando Interno nº 70/2001, de 4/5/2001, da Diretoria da Divisão Médico Assistencial: solicita providências no sentido de executar a adequada limpeza da Divisão e outras atividades;

- Memorando 00E00, de 14/5/2001, da Comissão de Higienização e Limpeza Hospitalar: Encaminha ao Gabinete do Diretor o relatório baseado nos questionários de Avaliação Técnica dos Serviços de Limpeza, exibindo aspectos negativos quanto a equipamentos, material de limpeza e higienização, recursos humanos, supervisão e sobre o Abrigo de Resíduos Sólidos;

- Memorando Circular Interno nº 24, de 15/5/2001, do Serviço de Hemoterapia: reclama da falta de ação da limpeza nas acomodações do serviço;

- Memorando s/nº, de 16/5/2001, da Comissão de Higienização e Limpeza Hospitalar: reclama do fornecimento inadequado de caixas coletoras de material perfuro- cortante;

- Documento de 18/6/2001, da Direção Geral do HSE: informa sobre a intenção da Direção Geral de aplicar a multa contratual de 2% à firma RUFOLO, caso as desconformidades da prestação dos serviços não sejam corrigidas;

- Documento do SERCONT, de 12/6/2001, encaminhando à Divisão Administrativa a Avaliação dos serviços de limpeza prestados pela empresa RUFOLO: consolida reclamações de diversos setores;

- Documento do Chefe do CETIP, de 16/5/2001: comenta sobre a demora na alocação de lixeiras apropriadas no CETIP;

- Documento do Chefe do Serviço de Contratos do HSE, de 21/5/2001: aplica a pena de advertência à firma RUFOLO, por descumprimento de obrigações contratuais referentes à qualidade dos serviços prestados;

- Memorando SEDIET nº 217, de 17/7/2001: reclama da limpeza da cozinha, do refeitório e da área do sub-solo (entrada de caminhão);

- Documento do SERCONT, de 20/8/2001, encaminhado à RUFOLO: solicita imediata correção das falhas apontadas quanto à prestação dos serviços;

- Em 10/10/2001 o HSE advertiu formalmente a empresa Rufolo, 'face as várias reclamações de diversos setores da Unidade pela não reposição de funcionários faltosos, falta de materiais e uniformes incompletos', consoante demonstrado às fls. 78/80 do volume 9;

- Memorando Interno nº 187, de 4/11/2002, da Fiscal do contrato: solicita providências, tendo em vista a falta de materiais básicos e essenciais para a execução dos serviços de higiene e limpeza;

- Memorando Interno nº 27/2002, de 11/11/2002, da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar: reclama da qualidade do sabão utilizado para higiene das mãos dos profissionais de saúde;

- Documento do Diretor-Geral do HSE, de 2/12/2002: aplica a pena de advertência à firma RUFOLO, por descumprimento de obrigações contratuais referentes à qualidade dos serviços prestados;

- Em 13/12/2002 a Fiscal do contrato emitiu parecer contrário à renovação do contrato de limpeza com a firma RUFOLO, e ainda assim o mesmo foi prorrogado (fls. 92 do volume 9).

Caracteriza-se pois o descumprimento do instrumento contratual por meio da inobservância da cláusula oitava do contrato, que estatui os compromissos da contratada, entre eles aqueles a que se referem as alíneas 'a', 'h', 't' e 'u'. Por seu turno, a contratante (HSE) absteve-se do direito de aplicar o dispositivo previsto na cláusula décima-quinta, alínea 'a'.

Apesar da constatação da má prestação do serviço por parte da contratada, com o descumprimento de várias alíneas da Cláusula Oitava – Das Obrigações da Contratada ('a', 'h', 't' e 'u') do instrumento contratual, o contrato teve sua vigência prorrogada duas vezes na gestão do Sr. Francisco Sales Ferreira Filho, sem que fosse finalizado o devido processo licitatório para nova contratação dos serviços. No nosso entendimento, houve tempo hábil para a efetivação de uma nova licitação e a posterior contratação de uma outra prestadora. Ademais, a contratante absteve-se do direito de aplicar o dispositivo previsto na Cláusula Décima-Quinta, alínea 'a', do contrato.

Outro ponto que deve ser aqui discutido é o que se refere ao reequilíbrio econômico-financeiro dos preços praticados no contrato, efetivado por meio do Quinto Termo Aditivo, firmado em 13/1/2003 pelo então Diretor-Geral do HSE, Sr. Francisco Sales Ferreira Filho. Não consta dos autos qualquer justificativa ou motivação para o ato, que majorou o valor dos serviços de R$ 145.106,99 (cento e quarenta e cinco mil, cento e sessenta reais e noventa e nove centavos), vigente desde a assinatura do Contrato Original, para R$ 233.985,64 (duzentos e trinta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). Perceba-se que o prefalado Termo Aditivo foi firmado no último dia da Gestão do Sr. Francisco Sales Ferreira Filho, mesmo com o conhecimento de todos os problemas que a má prestação dos serviços contratados vinha acarretando, e tendo em conta inclusive a declaração da Fiscal do contrato, emitida em 13/12/2002, fls. 92 do volume 9, dando parecer contrário à renovação do contrato de limpeza com a firma RUFOLO.

Por todo o anteriormente exposto, entendemos que as razões de justificativa do responsável não devem ser acolhidas."

15. Os Srs. Ana Maria Cantalice Lipke, Mario Sergio Monteiro Lopes e José Hollanda Bezerra Melo Neto apresentaram razões de justificativa que a Unidade Técnica entendeu merecerem acolhimento, por afastarem as suas responsabilidades pela ocorrência de todas as falhas que lhes haviam sido inicialmente atribuídas (fls. 224/228).

16. No que se refere ao Sr. Antonio Carlos da Silva Figueiredo, ex-Chefe do Serviço de Engenharia, ouvido em audiência pelas mesmas impropriedades detectadas no processo nº 250061-1236/1999, referentes às obras de reformas dos telhados, das fachadas e do Centro de Diagnóstico por Imagem, que também constaram do ofício de audiência do então Diretor-Geral do HSE, a Secex/RJ registrou que, como as razões de justificativa do engenheiro (fls. 152/159 do volume 12) seguiram linha argumentativa semelhante à adotada pelo Diretor-Geral, igual desfecho deve ser dado a esses dois casos (fls. 228/233).

17. De igual modo, a Unidade Técnica sugeriu o acolhimento das justificativas do engenheiro acerca do processo nº 25001.0007470/1998, referente à contratação de serviços de manutenção predial (fls. 233/235).

18. O Sr. Roberto Marinho Luiz da Rocha apresentou justificativas (fls. 1/25 do volume 13) para as impropriedades detectadas no processo nº 250061-1236/1999 - obras de reformas dos telhados, das fachadas e do Centro de Diagnóstico por Imagem - semelhantes às formuladas pelo então Diretor-Geral e pelo Chefe do Serviço de Engenharia. Tendo em vista que o Sr. Roberto Marinho Luiz da Rocha logrou demonstrar que, à época da ocorrência das impropriedades indicadas nas alíneas "m" [acréscimos de serviços] e "r" [termo de recebimento definitivo das obras] do ofício de audiência, não exercia o cargo de Diretor da Divisão de Administração, a Secex/RJ sugeriu igual desfecho para esses três casos, excetuadas as justificativas relacionadas com as alíneas "m" e "r", que merecem acolhimento (fls. 235/238).

19. A Srª Maria de Fátima R Moreira apresentou justificativas quanto à: a) não observância das recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde na Informação Jurídica nº 018/01/2002, fazendo incluir no edital do Pregão nº 83/2001 a quantidade de 172.800 dúzias/ano de ovos ao invés de unidades, e a subseqüente contratação nessas bases e b) divergência entre os valores do objeto contratual e do respectivo extrato publicado na imprensa oficial (DOU de 19/6/2002), relativamente ao

Contrato nº 12/2002, justificativas essas que mereceram parecer da Secex/RJ pela rejeição, na forma do excerto a seguir reproduzido (fls. 238/245):

"Quanto ao item 'a' retro, a responsável argumentou, fls. 209/227 do volume 13, que a não observância das recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde foi devida à urgência na conclusão da licitação, uma vez que o abastecimento estaria prejudicando a execução a contento das dietas dos pacientes internados. Prossegue a responsável afirmando que 'ainda assim, poderíamos ter evitado os erros apontados se o Serviço de Nutrição ao aprovar/assinar o Anexo I (Especificações Técnicas), vide fls. 40 a 42 dos autos, que anexamos, nos tivesse alertado, o que lamentavelmente não aconteceu'. Acrescenta ainda a responsável, nessa esteira, que 'o fato poderia ter sido evitado' quando da entrega dos gêneros, com o cancelamento/anulação dos empenhos correspondentes, ressaltando que o empenho das mercadorias 'dava-se através de cronogramas emitidos semanalmente por aquele Serviço de Nutrição, haja visto a não liberação total do orçamento destinado àquela rubrica'.

No que pertine ao item 'b', a ex-Diretora da Divisão Administrativa do HSE informou que 'a divergência entre valores do objeto contratual e do respectivo extrato publicado em Diário Oficial da União em 19 de junho de 2002, relativamente ao Contrato n° 12/2002, deve-se a que o primeiro cinge-se ao valor total a ser contratado de 12 (doze) meses, conforme CPA (Classificação de Propostas Aprovadas) de fls. 203 a 207, dos autos que anexamos, e o segundo ao exercício financeiro terminar sempre em 31 de dezembro, e daí o valor contratual a ser despendido naquele ano ter sua vigência de 29 de abril àquela data, portanto oito meses e dois dias'.

Antes de iniciarmos a análise das razões de justificativa apresentadas pela responsável, cabe que se faça um breve arrazoado quanto ao tema em questão.

Trata-se de Processo de Aquisição de Gêneros Alimentícios, efetuada por meio do Pregão n.º 83/2001. O procedimento iniciou-se com o Memorando nº 314 HSE 2001 SEDIET, de 6/9/2001, fls. 103/107 do volume 11, no qual o Serviço de Nutrição e Dietética encaminha à Divisão de Administração a relação de gêneros alimentícios a serem adquiridos e a respectiva estimativa de gasto médio mensal e anual. Nessa relação, constava, para o gênero 'ovos', o gasto médio mensal de 40 caixas (cada caixa com trinta dúzias), correspondendo a 1.200 dúzias/mês (mil e duzentas dúzias ao mês) ou 14.400 ovos/mês (quatorze mil e quatrocentos ovos ao mês), consoante exposto às fls. 104 do volume 11.

A Divisão de Administração, ao elaborar a Solicitação de Autorização de Compra n° 362/2001, fls. 109 do volume 11, fez constar, para o item 'ovos', um consumo médio mensal de 14.400 dúzias/mês (quatorze mil e quatrocentas dúzias ao mês), ou seja, 172.800 dúzias/ano (cento e setenta e duas mil e oitocentas dúzias ao ano), doze vezes maior, portanto, que o solicitado pelo Serviço de Nutrição.

Posteriormente, em 4/12/2001, o então Diretor Geral do HSE autorizou, fls. 120 do volume 11, a abertura de Processo Administrativo, na modalidade pregão. Em 18/12/2001 o processo foi encaminhado à Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, em cumprimento ao disposto no art. 38, parágrafo único, da Lei n° 8.666/1993. Aquela Consultoria elaborou então a Informação Jurídica n° 18/2002, de 18/1/2002, fls. 419/441 do volume 11, na qual identifica diversas falhas no processo, recomendando medidas corretivas para que o mesmo pudesse prosseguir. Entre as questões apontadas pela Consultoria Jurídica temos uma pertinente ao item 'ovos':

'No item 11 (ovo), é apontada como unidade a dúzia e indicada a quantidade mensal de 14.400 e anual de 172.800. Entretanto, considerando-se que foi informado que uma caixa contém 30 dúzias, tendo sido solicitadas 40 caixas mensalmente e 480 anualmente, percebe-se que 14.400 dúzias teriam sido solicitadas no ano e 1.200 no mês. Esses valores de 14.400 e 172.800 correspondem não às dúzias, mas sim ao número de ovos, o que terá que ser corrigido.

(...)

No item 11 (ovo), devem ser corrigidos tanto o valor indicado para a quantidade quanto o menor preço apurado. O valor unitário de R$ 1,3205, conforme se extrai às fls. 9, corresponde ao preço cobrado pela dúzia de ovos e não pela unidade. Sabe-se também que cada caixa contém 30 dúzias e que foram solicitadas às fls. 2 para o ano 480 (quatrocentos e oitenta) caixas, logo se pode afirmar que foram requeridas para o ano 14.400 dúzias para o ano ao preço unitário estimado de R$ 1,3205, que corresponde ao menor preço de R$ 19.015,20 (dezenove mil e quinze reais e vinte centavos) e não R$ 228.182,40 (duzentos e vinte e oito mil, cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos), pois 172.800 não é o número de dúzias e sim de unidades'.

O HSE, porém, ignorou as recomendações da Consultoria Jurídica, mantendo, relativamente ao item 'ovos', a quantidade de 172.800 dúzias/ano (cento e setenta e duas mil e oitocentas dúzias ao ano), que correspondem a 14.400 dúzias/mês (quatorze mil e quatrocentas dúzias ao mês). Em conseqüência, a Comissão Permanente de Licitação do Hospital elaborou o Edital para o Pregão n° 83/2001, fls. 124/141do volume 11, cujo Anexo I previa a aquisição de 172.800 (cento e setenta e duas mil e oitocentas) dúzias de 'ovos' em um período de um ano, quantidade, como já explanado, doze vezes superior à solicitada pelo Serviço de Nutrição.

O Aviso de Licitação foi então publicado no DOU, constando do processo o recibo de entrega do Edital a três empresas, sendo que somente a empresa Ermar Alimentos Ltda. participou efetivamente do certame licitatório, que ocorreu em 28/3/2002. A proposta apresentada pela Ermar, contudo, estipulava, relativamente ao item 'ovos', um consumo médio compatível com aquele apresentado pelo Serviço de Nutrição, ou seja, 14.400 dúzias/ano (quatorze mil e quatrocentas dúzias ao ano), ao preço de R$ 1,49 (um real e quarenta e nove centavos a dúzia), totalizando R$ 21.456,00 (vinte e um mil, quatrocentos e cinqüenta e seis reais), tendo o valor total da proposta alcançado o montante de R$ 388.856,60 (trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e sessenta centavos), consoante fls. 462/463 do volume 11. Nada obstante, na Planilha 'Classificação de Propostas Aprovadas' elaborada pelo HSE, fls. 153 do volume 11 consta, para o item 'ovo' a quantidade de 172.800 dúzias ao ano, com o preço unitário apresentado pela Ermar (R$ 1,49). Assim, o valor total da compra passou a ser de R$ 624.872,60 (seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e sessenta centavos). Em 15/4/2002 o Diretor-Geral do HSE homologou a licitação e autorizou a realização da despesa no montante citado, conforme fls. 143 do volume 11.

Assinou-se, então, em 29/4/2002, fls. 144/151 do volume 11, o Contrato n° 12/2002, com vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2002, no valor total de R$ 624.872,60 (seiscentos e vinte e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e sessenta centavos). Relevante é notar que no extrato do contrato, publicado no Diário Oficial da União em 19/6/2002, fls. 442 do volume 11, constava o valor de R$ 388.856,60 (trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e sessenta centavos), que corresponderia a uma compra de ovos na quantidade de 14.400 dúzias, compatível com a requisição inicial do Serviço de Nutrição.

A seguir detalhamos, especificamente quanto ao insumo 'ovos', os valores pagos no exercício de 2002 em decorrência do Contrato sob enfoque:

Exercício de 2002					
Nota Fiscal	*Quantidade (Dúzia)*	*Valor total (R$)*	*Data do atesto*	*OB*	*Data da OB*
521947	*840*	*1.251,60*	*10/5/2002*	*1708*	*13/6/2002*
525568	*10.650*	*15.868,50*	*22/5/2002*	*2085*	*22/7/2002*
542237	*31.610*	*47.098,90*	*29/8/2002*	*2839*	*13/9/2002*
543661	*40.000*	*59.600,00*	*31/8/2002*	*3631*	*13/11/2002*
569768	*40.000*	*59.600,00*	*10/12/2002*	*4199*	*27/12/2002*
Total	*123.100*	*183.419,00*	*-*	*-*	*-*

Os responsáveis pelos atestos das Notas Fiscais arroladas são adiante discriminados. Vale destacar que, à época da aquisição em tela, os gêneros alimentícios eram recebidos, juntamente com as respectivas Notas Fiscais, pelo Serviço de Nutrição. Assim, os documentos fiscais não davam entrada no almoxarifado no momento da entrega.

- Ana Lúcia Jorge de Almeida (NF´s n° 521947, 525568, 542237, 543661 e 569768);

- Dina Maria Basílio (NF´s n° 521947, 525568, 542237, 543661 e 569768);

- Rosilane A. dos Santos (NF n° 525568);

- Jorge de Lima Aguiar Filho (NF´s 542237, 543661 e 569768);

Perceba-se que a primeira Nota Fiscal relacionada, com data de atesto de 10/5/2002, fls. 160 do volume 11, acusou uma uma entrega de 840 (oitocentos e quarenta) dúzias de ovos, quantidade compatível com a estimativa de gasto elaborada pelo Serviço de Nutrição no já mencionado Memorando nº 314 HSE 2001 SEDIET. Daí em diante, porém, as quantidades atestadas mostram-se bastante superiores. Como pode ser comprovado na tabela retro, em um período de oitos meses foram atestadas

Notas Fiscais que apontam o suposto fornecimento de 123.100 dúzias (cento e vinte e três mil e cem dúzias) de ovos. Pela estimativa do Serviço de Nutrição, seriam suficientes, para esse período, 9.600 (nove mil e seiscentas) dúzias (8 meses x 1.200 dúzias). Destarte, o HSE efetuou pagamentos referentes à aquisição de ovos em um montante aproximadamente treze vezes superior ao estimado para o período. Ressalte-se, ademais, a expressiva quantidade atestada em um curto intervalo de tempo: 11.490 dúzias em doze dias (10/5/2002 e 22/5/2002) e 71.610 dúzias em três dias (29/8/2002 e 31/8/2002). Essas quantidades são incompatíveis, tanto pelo espaço físico que demandariam quanto pela natureza perecível do produto.

O ponto sob enfoque já foi objeto de exame por parte da Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, em auditoria realizada no HSE no período de 18/7/2003 a 7/8/2003. Naquela ocasião, o Serviço de Nutrição do Hospital encaminhou à Equipe de Auditoria Planilhas contendo o Consumo Mensal do seu frigorífico, expostas às fls. 443/461 do volume 11. Nelas, constata-se que as quantidades do insumo 'ovos' atestadas nas Notas Fiscais são totalmente incompatíveis com o consumo da Unidade. O quadro a seguir detalha os números relativos ao exercício de 2002:

Mês	*Quantidade consumida (dúzias)*
Maio	*840*
Junho	*960*
Julho	*1.050*
Agosto	*840*
Setembro	*1.050*
Outubro	*960*
Novembro	*640*
Dezembro	*1.050*
Total	*7.390*

Observa-se pois que no período de maio a dezembro de 2002 foram despendidos recursos com a aquisição de ovos em um montante aproximadamente 16,7 vezes superior ao real consumo do período, como a seguir detalhado:

Montante pago: R$ 183.419,00 (123.100 dúzias x R$ 1,49)

Montante efetivamente consumido: R$ 11.011,10 (7.390 dúzias x R$ 1,49)

Assim, as planilhas encaminhadas pelo Serviço de Nutrição do HSE demonstram que as quantidades atestadas nas Notas Fiscais não entraram efetivamente no Hospital. Daí, temos, no exercício de 2002, uma diferença de R$ 172.407,90 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e sete reais e noventa centavos) relativa a itens do insumo 'ovos' pagos pelo Hospital e não entregues pela Ermar Alimentos Ltda.

Em 30/12/2002 foi assinado o 1º Termo Aditivo ao Contrato em estudo, fls. 477/478 do volume 11, tendo por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual, que passou a ter como marco terminativo a conclusão do Processo Licitatório n° 250061.00252/2002. Também no exercício de 2003 verifica-se a ocorrência de pagamentos expressivos relativos ao item 'ovos', incompatíveis com o consumo do Hospital, consoante evidenciado na tabela a seguir, que demonstra o montante gasto com as aquisições do insumo naquele exercício:

Exercício de 2003					
Nota Fiscal	*Quantidade (Dúzia)*	*Valor total (R$)*	*Data do atesto*	*OB*	*Data da OB*
593530	*10.100*	*15.049,00*	*25/2/2003*	*750*	*4/4/2003*
624215	*1.200*	*1.788,00*	*9/6/2003*	*1558*	*30/6/2003*
624217	*1.200*	*1.788,00*	*3/7/2003*	*1889*	*24/7/2003*
Total	*12.500*	*18.625,00*	*-*	*-*	*-*

Os responsáveis pelos atestos das Notas Fiscais arroladas foram:

- Ana Lúcia Jorge de Almeida (NF´s n° 593530, 624215 e 624217);

- Dina Maria Basílio (NF´s n° 624215 e 624217);

- Tereza Christina Nemer do Amaral (NF n° 593530).

Adiante, temos as quantidades que efetivamente foram consumidas no Serviço de Nutrição, consoante as planilhas por ele elaboradas. Perceba-se que das Notas Fiscais arroladas no quadro anterior somente as de n° 624215 e 624217 possuem quantidades compatíveis com o consumo da Unidade:

Mês	*Quantidade consumida (dúzias)*
Janeiro	*540*
Fevereiro	*840*
Março	*960*
Abril	*1.080*
Maio	*840*
Junho	*990*
Julho	*840*
Total	*6.090*

Pelo exposto, considerando as aquisições realizadas na vigência do contrato, podemos confrontar, nos exercícios de 2002 e 2003 o montante pago pelo HSE e o total entregue pela Ermar, relativamente ao insumo 'ovos':

Ano	*Notas Fiscais*		*Controle do Serviço de Nutrição*	
	Quantidade	*Pagamento (R$)*	*Quantidade*	*Custo (R$)*
2002	*123.100*	*183.419,00*	*7.390*	*11.011,10*
2003	*12.500*	*18.625,00*	*6.090*	*9.074,10*
Total	*135.600*	*202.044,00*	*13.480*	*20.085,20*

Dessa maneira, podemos calcular a diferença entre o valor total pago pelo Hospital na aquisição do insumo 'ovos' em conseqüência do Contrato n° 12/2002 e o montante relativo à quantidade efetivamente por ele recebida:

Valor pago: R$ 202.044,00

Valor correspondente à quantidade de ovos efetivamente recebida: R$ 20.085,20

Diferença: R$ 181.958,80

O contrato em estudo, como já explanado, foi objeto de análise por parte da Controladoria-Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, que, em seu Relatório de Auditoria n° 124437, solicitou esclarecimentos ao HSE quanto às quantidades do insumo 'ovos'. Em resposta, o Serviço de Nutrição e Dietética, no documento de fls. 205/206, argumentou:

'A grade de consumo anual encaminhada pelo SND foi correta. Porém, houve erro pelo Serviço de Materiais transformando o quantitativo anual solicitado em pedido mensal.

O Serviço de Material é o setor que viabiliza e monta os processos de compras de gêneros. A grade de consumo anual solicitado pelo SND foi enviada à Divisão Administrativa em 6/9/2001 para ser montado o Pregão para o ano de 2002.

Os gêneros empenhados não obedeciam a grade estabelecida pelo SND, dificultando o controle e o atendimento.

Quando o SND percebeu que havia um erro a respeito do quantitativo dos ovos, comunicou verbalmente à Divisão Administrativa que não resolveu o assunto.

Com a descontinuidade de aquisições de itens, prejudicando o atendimento ao paciente e não podendo interromper a rotina do serviço e da Unidade, a solução encontrada foi a transformação do valor excedente em gêneros e utensílios que não foram adquiridos pela unidade, mesmo já tendo sido solicitados por diversas vezes pelo SND.

Vale ressaltar que não houve intenção de prejuízo à Administração e sim minimizar as dificuldades existentes que estavam inviabilizando o atendimento dentro dos padrões exigidos pelos Serviços de Saúde'.

Buscando comprovar a alegação de que teria havido transformação do valor excedente do insumo 'ovos' em gêneros e utensílios que não foram adquiridos pela unidade, o Serviço de Nutrição, por meio do MEMO/HSE/2003 SEDIET 295/2001, de 18/9/2003, fls. 216 do volume 11, anexou recibos emitidos pela Ermar Alimentos Ltda. e atestados pelo Serviço de Nutrição do HSE, expostos às fls. 217/248 do volume 11, que corresponderiam a compensações efetuadas com aquela empresa 'para suprir as necessidades que existiam no atendimento à unidade'.

Análise

Isto posto, cabe que se faça a análise das razões de justificativa apresentadas pela Sr.ª Maria de Fátima R. Moreira. Quanto ao descumprimento, por parte do HSE, das recomendações exaradas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde na Informação Jurídica n° 18/1/2002, com a confirmação, pelo nosocômio, no Edital de Licitação relativo ao Pregão 83/2001, da quantidade errônea de 172.800 dúzias/ano (cento e setenta e duas mil e oitocentas dúzias ao ano) de ovos, entendemos não caber razão à responsável. De fato, a alegação de que a não observância das recomendações da Consultoria Jurídica do MS foi devida à urgência na conclusão da licitação não é motivo suficiente para afastar a responsabilidade pela impropriedade em estudo, que acabou por gerar uma contratação do gênero alimentício 'ovos' em quantidades bastante superiores às necessidades do Hospital (Contrato n° 12/2002). Ressalte-se, como agravante, o ponto descrito no item 'b' da audiência realizada por esta Corte, no sentido de que o extrato publicado no Diário Oficial da União em 19/6/2002, fls. 442 do volume 11, relativo ao Contrato n° 12/2002, indicava o valor contratual de apenas R$ 388.856,60 (trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e sessenta centavos), que corresponderia a uma compra de ovos na quantidade de 14.400 dúzias, compatível com a requisição inicial do Serviço de Nutrição, distorcendo o valor efetivamente contratado, que, como visto, foi de 172.800 dúzias/ano (cento e setenta e duas mil e oitocentas dúzias ao ano) de ovos.

Ainda no que se refere à publicação incorreta do extrato do contrato sob enfoque, a responsável, como já explanado, argumentou: 'a divergência entre valores do objeto contratual e do respectivo extrato publicado em Diário Oficial da União em 19 de junho de 2002, relativamente ao Contrato n° 12/2002, deve-se a que o primeiro cinge-se ao valor total a ser contratado de 12 (doze) meses, conforme CPA (Classificação de Propostas Aprovadas) de fls. 203 a 207, dos autos que anexamos, e o segundo ao exercício financeiro terminar sempre em 31 de dezembro, e daí o valor contratual a ser despendido naquele ano ter sua vigência de 29 de abril àquela data, portanto oito meses e dois dias'. Essa afirmação da ex-Diretora da Divisão Administrativa do HSE carece de fundamento, pois, efetivamente, o valor de R$ 388.856,60 (trezentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e seis reais e sessenta centavos) publicado no DOU, fls. 442 do volume 11, é idêntico à proposta inicialmente apresentada pela empresa contratada, que estipulava, relativamente ao item "ovos", um consumo médio compatível com aquele apresentado pelo Serviço de Nutrição, ou seja, 14.400 dúzias/ano (quatorze mil e quatrocentas dúzias ao ano), ao preço de R$ 1,49 (um real e quarenta e nove centavos a dúzia), totalizando R$ 21.456,00 (vinte e um mil, quatrocentos e cinqüenta e seis reais), consoante demonstrado às fls. 462/463 do volume 11.

Atente-se, ademais, para o fato de o contrato em estudo ter sido aditivado em 30/12/2002, fls. 477/478 do volume 11, com a prorrogação de seu prazo de vigência, sem que fosse corrigida a quantidade relativa ao insumo 'ovos'.

Pelo exposto, entendemos que as razões de justificativa da responsável devem ser rejeitadas."

20. Os Srs. Ana Lúcia Jorge de Almeida, Tereza Christina Nemer do Amaral, Jorge de Lima Aguiar Filho e Dina Maria Basílio foram ouvidos em audiência acerca das seguintes impropriedades: a) atesto de recebimento em Notas Fiscais (nº 521947, 525568, 542237, 543661 569768 593530, 624215, 624217) que totalizam o valor de R$ 202.044,00, relativas ao fornecimento de gêneros alimentícios (ovos), com divergência entre a quantidade recebida e o valor efetivamente pago, R$ 20.532,20, resultando numa diferença no valor de R$ 181.511,80; b) ausência de comunicação ao Serviço de Administração, incluindo termo circunstanciado descrevendo a divergência entre quantidade recebida e respectivos valores constantes nas Notas Fiscais relativas ao gênero alimentício "ovos" e c) recebimento de gêneros e materiais não previstos no contrato em compensação pelo recebimento incorreto do gênero alimentício "ovos", consoante recibos constantes do MEMO/HSE/2003 SEDIET 295/2001, de 18/9/2003, encaminhado pelo Serviço de Nutrição e Dietética à Direção-Geral do Hospital.

21. As razões de justificativa apresentadas por esses quatro responsáveis estão sintetizadas no excerto a seguir transcrito (fls. 245/250):

"Os responsáveis arrolados, apresentaram razões de justificativa consoante a seguir detalhado.

. Ana Lúcia Jorge de Almeida

A responsável, em razões de justificativa de fls. 74/160 do volume 13, asseverou:

'Conforme documentação já costada ao processo em epígrafe, o Hospital dos Servidores do Estado, através de sua Divisão Administrativa, iniciou procedimento licitatório para a aquisição de gêneros alimentícios.

Nessa época, encontrava-me lotada junto ao Serviço de Nutrição e Dietética do HSE, exercendo a função de responsável.

Antes de iniciar o referido procedimento licitatório (Pregão nº 83/2001), encaminhei ao órgão encarregado da licitação, qual seja, Divisão Administrativa, a relação de gêneros alimentícios a serem adquiridos e a respectiva estimativa de gasto médio mensal e anual, relação esta também conhecida como 'grade'.

Nesta relação, conforme já consignado nos autos do processo em epígrafe, constou para o gênero ovos o gasto médio mensal de 40 caixas, cada caixa com trinta dúzias, correspondendo a 1.200 dúzias/mês (um mil e duzentas dúzias ao mês) ou 14.400 ovos/mês (catorze mil e quatrocentos ovos ao mês).

A Divisão Administrativa, não obstante a grade de gêneros alimentícios enviada pelo Setor de Nutrição e Dietética, ao elaborar a solicitação de autorização de compra n° 362/2001 (fls. 109 do volume 11), fez constar, equivocadamente, um consumo médio mensal de ovos de 14.400 dúzias/mês, ou seja, 172.800 dúzias ao ano, quantidade esta doze vezes maior que a por mim encaminhada.

Vale ressaltar que com o envio da relação de gêneros alimentícios à Divisão Administrativa, o Setor de Nutrição exauriu sua participação no procedimento licitatório, ficando no aguardo da conclusão do certame'.

A responsável prossegue afirmando que a Divisão Administrativa, em que pesem as recomendações da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, manteve a errônea quantidade de ovos no Edital de Licitação, prevendo a quantidade de 172.800 dúzias de ovos para o período de 1 (um) ano. Encerrado o procedimento licitatório, a empresa Ermar Alimentos Ltda. logrou sair vencedora, tendo a Divisão Adminstrativa iniciado a emissão dos respectivos empenhos de forma parcelada. A partir daí, assevera a responsável:

'Emitido pela Divisão Administrativa o 1º empenho, de numeração 900821, em 3/4/2002, referente à nota fiscal n° 521947, foi entregue pela referida empresa fornecedora a quantidade de 840 dúzias de ovos, o que estava de acordo com a quantidade de ovos constante na relação de gêneros alimentícios por mim enviada ainda na fase preparatória do exame.

O 2º empenho emitido pela Divisão Administrativa, em 15/05/2002, referente à nota fiscal n° 525568, constou a quantidade de 10.650 dúzias de ovos.

Somente então foi detectado pelo Setor de Nutrição alguma diferença na quantidade de ovos, uma vez que a soma do 1º e 2º empenho perfazia quase a totalidade da grade anual, qual seja, 1.200 dúzias ao mês.

O Sr. Jorge de Lima Aguiar Filho, que me assessorava nos afazeres administrativos do Setor de Nutrição, dirigiu-se à Divisão Administrativa e expôs o aparente erro na emissão dos empenhos e na quantidade de ovos, ocasião em que lhe foi informado que o Setor de Nutrição deveria utilizar, dentro do valor excedente nos empenhos, a compensação por mercadorias que fossem extremamente necessárias ao Setor para que não fosse anulado o referido Pregão nº 83/2001.

Comunicada pelo Sr. Jorge quanto ao procedimento a ser adotado, segui a orientação da Divisão Administrativa, compensando, quando necessário, o excedente verificado nos empenhos seguintes com mercadorias essenciais ao andamento do setor de nutrição e do próprio HSE, ainda que não houvesse sido realizado o certame para a aquisição de tais insumos.

Com efeito, não havia porque não efetuar a compensação de mercadorias, uma vez que tal compensação havia sido recomendada pelo próprio órgão responsável pela fiscalização da atividade administrativa do HSE (Divisão Administrativa) órgão este também responsável pela realização de todo e qualquer procedimento licitatório, emissão de empenhos e recebimento das notas fiscais devidamente atestadas por 3 funcionários do Setor.

A necessidade dos produtos que foram trocados fica evidenciada pelos inúmeros memorandos remetidos à Divisão Administrativa, todos requerendo a compra de insumos de 1ª necessidade, tais como, gêneros alimentícios para a preparação de refeições, proteínas utilizadas na confecção de preparações,

material descartável, gêneros infantis para atendimento à pediatria e UMI (fórmulas lácteas e farinhas), materiais de limpeza etc.'

Ante os fatos apontados, a responsável conclui que:

- 'toda a sequência de equívocos e irregularidades apurada pelo Tribunal de Contas da União foi causada diretamente pela Divisão Administrativa, órgão este encarregado dos procedimentos licitatórios do Hospital dos Servidores do Estado.

- o Setor de Nutrição e Dietética enviou corretamente a relação de insumos necessários ao desempenho de suas funções, em especial a quantidade de ovos, o que inclusive foi observado pela Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde;

- a Divisão Administrativa, mesmo cientificada do erro a maior na quantidade de ovos, permeneceu inerte e, com o beneplácito da Diretora do Hospital, realizou o certame, sob a modalidade pregão, de n° 83/2001 e, posteriormente, manteve o erro ao emitir os respectivos empenhos;

- com relação às compensações de mercadorias efetuadas pelo Setor de Nutrição, com o conhecimento do órgão fiscalizador responsável (Divisão Administrativa), todos os insumos e respectivas quantidades foram devidamente conferidos e recebidos pelos setores afins, quais sejam, Recepção de Gêneros (nutricionista contratada Rosilane A. dos Santos e Dina Maria Basílio – ASC), Despensa (José dos Santos Souza – AOSD e Sérgio Bezerra de Souza – AOSD) e no Almoxaridado interno do Setor (Lucília Maria Zupo Valente – ASC);

- ressalto também que todos os insumos compensados foram lançados nas fichas de controle interno dos setores supramencionados;

- a quantidade de ovos efetivamente recebida também foi lançada nas referidas fichas de controle, tudo conforme a grade de insumos que havia sido encaminhada à Divisão Administrativa na fase preparatória do Pregão nº 83/2001 e de acordo com a necessidade semanal (dependendo do estoque e dos cardápios);

- é certo que se as trocas não tivessem sido efetuadas o HSE teria suas atividades suspensas por falta de insumos básicos;

- conforme se pode observar nos memorandos em anexo, por conseqüência das reiteradas falhas da Divisão Administrativa, em especial na realização dos procedimentos licitatórios dentro do cronograma de aquisição de insumos, o Setor de Nutrição passava por períodos de desabastecimento, o que impedia o atendimento aos pacientes dentro das normas e padrões de segurança preconizados nas legislações vigentes;

- a Divisão Administrativa, órgão de instância superior, em momento algum notificou ao Setor de Nutrição de que havia alguma irregularidade nas notas fiscais por mim atestadas, como também nunca recebi qualquer orientação quanto ao modo correto de formalizar o pedido de compensação'.

Por fim, a responsável argumenta: 'nunca tive a intenção de lesar o erário público ou praticar alguma irregularidade administrativa, muito pelo contrário, agi no interesse do serviço público, garantindo o funcionamento do Hospital dos Servidores do Estado e também a segurança alimentar e necessidade dos pacientes'.

. Tereza Christina Nemer do Amaral

As razões de justificativa apresentadas pela Sra. Tereza Christina Nemer do Amaral, fls. 161/208 do volume 13, endossaram aquelas oferecidas pela Sra. Ana Lúcia Jorge de Almeida, frisando ainda que:

- 'com relação às compensações de mercadorias efetuadas pelo Setor de Nutrição, tais 'trocas' foram de inteira responsabilidade da Sra. Ana Lúcia, que era quem elaborava o planejamento de cardápios, a grade de insumos do SND/HSE, controle de estoque, pedidos semanais/diários de insumos e endosso e controle das notas fiscais;

- é certo e cediço que a Sra. Ana Lúcia Jorge de Almeida agiu conforme recomendação da Divisão Administrativa;

- em 9 de abril de 2002, fui designada para o encargo de responder pela chefia do Setor de Nutrição, em substituição à Sra. Ana Lúcia Jorge de Almeida, conforme publicação no DOU ora em anexo;

- em 30/12/2002, foi assinado pela Divisão Administrativa o 1º Termo aditivo ao contrato sob comento, tendo por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual;

- por pedido da Sra. Ana Lúcia Jorge de Almeida, pessoa em quem deposito a mais irrestrita e ilimitada confiança, atestei a nota fiscal n° 593530, nota esta referente ao último empenho emitido em decorrência do Pregão nº 83/2001;

- atestei a referida nota fiscal certa de que não havia nenhuma irregularidade, mesmo porque o fato sob comento se desenrolou na gestão da Sra. Ana Lúcia;

- é certo que se as trocas não tivessem sido efetuadas o HSE teria suas atividades suspensas por falta de insumos básicos;

- cabe também ressaltar que o procedimento de compensação de mercadorias é utilizado eventualmente no HSE, visto que os procedimentos licitatórios nunca são consumados dentro do cronograma para a aquisição de insumos (sempre a partir de janeiro);

- conforme se pode observar nos memorandos em anexo, por conseqüência das reiteradas falhas da Divisão Administrativa, em especial na realização dos procedimentos licitaórios dentro do cronograma de aquisição de insumos, o Setor de Nutrição passava por períodos de desabastecimento, o que impedia o atendimento aos pacientes dentro das normas e padrões de segurança preconizados nas legislações vigentes;

- a Divisão Adminsitrativa, órgão de instância superior, em momento algum notificou ao Setor de Nutrição de que havia alguma irregularidade na hora por mim atestada;

- cabe também ressaltar que todas as mercadorias que foram compensadas eram de sua importância para o bom desempenho do Setor de Nutrição e do HSE.'

Por fim, a responsável conclui:

'Quando assumi a chefia do Setor de Nutrição, a equivocada licitação (Pregão nº 83/2001) já havia sido realizada, as irregularidades não haviam sido sanadas pela Divisão Administrativa e as compensações de mercadorias foram feitas a minha revelia.

Atestei somente a última nota fiscal (NF 593530), referente ao pregão nº 83/2001, por solicitação da antiga encarregada do Setor, Sra. Lúcia, atual responsável do Planejamento e Produção, que foi quem elaborou a relação de insumos a serem consumidos no HSE.

Vale frisar mais uma vez que, ao atestar a referida nota fiscal de numeração 593530, nota esta referente ao último empenho emitido em decorrência do Pregão nº 83/2001, não tive conhecimento de qualquer irregularidade a ser sanada.

Também ressalto que somente atestei a mencionada nota fiscal porque tal solicitação partiu da Sra. Ana Lúcia, pessoa de minha extrema confiança e que, além disso, era a encarregada do Serviços de Nutrição quando da realização do procedimento licitatório em comento (Pregão nº 83/2001).

A Divisão Administrativa, órgão de hierarquia superior encarregado da aquisição de bens e serviços do HSE, é quem deveria ter adotado as providências cabíveis para regularizar o tormentoso Pregão nº 83/01 e, se não fosse possível fazê-lo, adotar os procedimentos necessários para minorar os efeitos do equivocado certame, o que não se verificou.

Aliás, a Divisão Administrativa em momento algum alertou a então encarregada do Setor de Nutrição quanto a qualquer irregularidade nos recibos apostos nas notas fiscais, não obstante tais notas fossem encaminhadas a tal Divisão.

Cabe ressaltar que a Divisão Administrativa tinha o dever de ofício em orientar o Setor de Nutrição, em especial a encarregada à época em que ocorreram os fatos, quanto a alguma falha ou irregularidade administrativa, o que em momento algum se verificou'.

. Jorge de Lima Aguiar Filho

O Sr. Jorge de Lima Aguiar Filho, ao apresentar suas razões de justificativa, fls. 228/264 do volume 13, reportou-se aos esclarecimentos prestados pelas Sras. Tereza Christina Nemer do Amaral e Ana Lúcia Jorge de Almeida, endossando-os. Frisa, nessa esteira, o responsável, que a compensação por mercadorias que fossem necessárias ao Setor de Nutrição para que não fosse anulado o Pregão sob enfoque teria sido ordenada pela Divisão Administrativa do HSE, e que 'o procedimento de compensação de mercadorias é praxe no HSE, visto que os procedimentos licitatórios nunca são realizados dentro do cronograma para a aquisição de insumos'.

. Dina Maria Basílio

A responsável, em razões de justificativa de fls. 265/271 do volume 13, informou:

'Na ocasião do 2º empenho emitido pela Divisão Administrativa, em 15/5/2002, referente à nota fiscal n° 525568, constou a quantidade de 10.650 dúzias de ovos.

Somente então foi detectado pelo Setor de Nutrição alguma diferença na quantidade de ovos, uma vez que a soma do 1º e 2º empenho perfazia quase a totalidade da grade anual, qual seja, 1.200 dúzias ao mês.

Fui informada pela minha chefia que houvera um erro no que diz respeito ao quantitativo do gênero ovos, este item excedia em muito o requisitado pelo S.N.D., para o que houvera uma recomendação da chefia da Divisão Administrativa, e que este excedente seria convertido em trocas por outros gêneros de suma importância para o bom andamento do setor.

Todas as trocas referentes aos excedentes do gênero em questão foram feitos através de vales que constam nos autos do processo.

Diante do exposto e de tudo que consta nos autos do mencionado processo TC 015.633/2003-5, tenho a acrescentar o seguinte:

1 – Que todos 'vales' por mim recebidos e assinados constavam de gêneros de vital importância para o bom andamento do Setor de Nutrição.

2 – A quantidade dos insumos 'trocados' também se encontrava em consonância às necessidades do Setor de Nutrição, conforme se observa na grade (relação de insumos) em anexo.

3 – Com efeito, não havia porque a chefia do Setor de Nutrição, não efetuar a compensação uma vez que era do conhecimento do órgão responsável pela fiscalização de toda atividade administrativa do HSE.

4 – Que atestei com a chefia do setor as notas fiscais n° 521947, 525568, 542237, 543661, 569768 certa que todos os itens que foram trocados eram de vital importância para a manutenção das atividades.

5 - Presumo também que toda a seqüência de equívocos ou irregularidades apurados pelo Tribunal de Contas da União foi causado pela Divisão Administrativa, órgão este encarregado dos procedimentos licitatórios do Hospital dos Servidores do Estado (HSE).

6 – Vale ressaltar que a Sra. Ana Lúcia Jorge de Almeida não agiu de má fé, pois na ocasião da Auditoria a mesma forneceu as planilhas contendo o Consumo Médio Mensal Real do item em questão'.

22. Por terem a mesma linha argumentativa para os itens objeto das audiências dos quatro responsáveis supra arrolados, a Secex/RJ analisou em conjunto as razões de justificativa acima, com proposta de rejeição, como segue (fls. 254/256):

"Feito esse histórico [vide tópico referente à audiência da Srª Maria de Fátima R. Moreira], passemos à análise das razões de justificativa encaminhadas pelos responsáveis. Em suma, as argumentações foram na seguinte linha:

a) toda a sequência de equívocos e irregularidades apurada foi causada diretamente pela Divisão Administrativa do HSE, que era a encarregada dos procedimentos licitatórios do Hospital;

b) somente por ocasião do 2º empenho, emitido pela Divisão Administrativa em 15/5/2002, referente à nota fiscal n° 525568, em que constava a quantidade de 10.650 dúzias de ovos, foi detectado pelo Setor de Nutrição alguma diferença na quantidade de ovos, uma vez que a soma do 1º e 2º empenho perfazia quase a totalidade da grade anual, qual seja, 1.200 dúzias ao mês;

c) O Sr. Jorge de Lima Aguiar Filho, que assessorava a Sr.ª Ana Lúcia Jorge de Almeida nos afazeres administrativos do Setor de Nutrição, dirigiu-se à Divisão Administrativa e expôs o aparente erro na emissão dos empenhos e na quantidade de ovos, ocasião em que lhe foi informado que o Setor de Nutrição deveria utilizar, dentro do valor excedente nos empenhos, a compensação por mercadorias que fossem extremamente necessárias ao Setor, para que não fosse anulado o referido Pregão nº 83/2001;

d) o Setor de Nutrição, comunicado verbalmente do procedimento a ser adotado, seguiu a orientação da Divisão Administrativa, compensando, quando necessário, o excedente verificado nos empenhos seguintes com mercadorias essenciais ao andamento do Setor, ainda que não houvesse sido realizado o certame para a aquisição de tais insumos;

e) a necessidade dos produtos que foram trocados fica evidenciada pelos inúmeros memorandos remetidos à Divisão Administrativa, todos requerendo a compra de insumos de 1ª necessidade, tais como, gêneros alimentícios para a preparação de refeições, proteínas utilizadas na confecção de preparações, material descartável, gêneros infantis para atendimento à pediatria e UMI (fórmulas lácteas e farinhas), materiais de limpeza etc.;

f) conforme se pode observar nos citados memorandos, por conseqüência das reiteradas falhas da Divisão Administrativa, em especial na realização dos procedimentos licitatórios dentro do cronograma de aquisição de insumos, o Setor de Nutrição passava por períodos de desabastecimento, o que impedia o atendimento aos pacientes dentro das normas e padrões de segurança preconizados nas legislações vigentes;

g) todos os insumos compensados foram lançados nas fichas de controle interno dos setores supramencionados;

h) a quantidade de ovos efetivamente recebida também foi lançada nas referidas fichas de controle, tudo conforme a grade de insumos que havia sido encaminhada à Divisão Administrativa na fase preparatória do Pregão nº 83/2001 e de acordo com a necessidade semanal (dependendo do estoque e dos cardápios);

i) se as trocas não tivessem sido efetuadas o HSE teria suas atividades suspensas por falta de insumos básicos;

j) a Divisão Administrativa em momento algum notificou ao Setor de Nutrição de que havia alguma irregularidade nas notas fiscais por ele atestadas, tampouco orientou aquele Setor quanto ao modo correto de formalizar o pedido de compensação;

k) os responsáveis, por fim, argumentaram que nunca tiveram a intenção de lesar o erário público ou praticar alguma irregularidade administrativa, tendo agido no interesse do serviço público, garantindo o funcionamento do Hospital dos Servidores do Estado e também a segurança alimentar e necessidade dos pacientes.

Da análise das razões de justificativa apresentadas, sobressaem-se algumas questões. A primeira é a que pertine à autorização, pela Divisão Administrativa do HSE, para que o Setor de Nutrição efetuasse a compensação do excedente verificado nos empenhos (em função da quantidade equivocada do insumo 'ovos') com mercadorias essenciais ao andamento do Setor, ainda que não houvesse sido realizado o certame para a aquisição de tais insumos. O Setor de Nutrição argumenta que essa autorização teria sido feita verbalmente pela Divisão Administrativa do HSE. Ocorre que a Sra. Maria de Fátima R. Moreira, então responsável pela Divisão Administrativa, não endossa essa argumentação, informando, em razões de justificativa de fls. 229/227 do volume 13, que as compensações poderiam ter sido evitadas quando da entrega dos gêneros, 'com o cancelamento/anulação dos empenhos correspondentes', ressaltando ainda que o empenho das mercadorias 'dava-se através de cronogramas emitidos semanalmente por aquele Serviço de Nutrição, haja visto a não liberação total do orçamento destinado àquela rubrica'. Releva pois notar que a Diretora Administrativa à época da ocorrência dos fatos não menciona qualquer autorização, ainda que verbal, para que o Setor de Nutrição efetuasse as compensações. Pelo contrário, indica que aquele Setor não deveria ter atestado as Notas Fiscais correspondentes, com o conseqüente cancelamento dos empenhos.

Assim, apesar de o Setor de Nutrição procurar demonstrar que as compensações foram efetivamente realizadas, não vemos, ante as afirmações da ex-Diretora Administrativa do HSE, como afastar a responsabilidade daquele Setor, que efetuou o atesto em Notas fiscais de mercadorias em quantidades incompatíveis com as efetivamente recebidas (ovos). De fato, não houve comunicação formal do Setor de Nutrição à Divisão Administrativa do HSE, incluindo termo circunstanciado descrevendo a divergência entre quantidade recebida e respectivos valores constantes nas Notas Fiscais relativas ao gênero alimentício 'ovos'. Da mesma forma, a Direção administrativa não admite a autorização, ainda que verbal, para o recebimento, pelo Setor de Nutrição, de gêneros e materiais não previstos no contrato em compensação pelo recebimento incorreto do gênero alimentício 'ovos'.

Entendemos, portanto, que as razões de justificativa dos responsáveis em tela não podem ser aceitas."

23. A Sr.ª Maria Zélia de Melo e Silva, apesar de ter sido regularmente notificada da audiência (fls. 154), permaneceu revel. No entanto, a Secex/RJ registrou que, como o fato que deu ensejo a sua audiência também foi objeto de oitiva de outros responsáveis, pode ser aplicado ao caso em tela as disposições do art. 161 do Regimento Interno, com o aproveitamento para a responsável revel do acolhimento parcial da defesa apresentada pelos Srs. Aloysio de Sales Fonseca e Antonio Carlos da Silva Figueiredo (fls. 256).

24. Quanto à Sr.ª Rosilane Alves dos Santos, que quedou-se revel mesmo após notificação pelo edital de fls. 170, a Unidade Técnica sugeriu seja dado prosseguimento ao processo, na forma do art. 202, § 8º, do Regimento Interno (fls. 256/257).

25. Pelo exposto, a Secex/RJ apresentou proposta uniforme no sentido de (fls. 262/263):

"a) acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Mario Sergio Monteiro Lopes, José de Hollanda Bezerra M. Neto e Ana Maria Cantalice Lipke;

b) rejeitar, em parte, as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Aloysio de Salles Fonseca, Francisco Sales Ferreira Filho, Roberto Marinho Luiz da Rocha, Antonio Carlos da Silva Figueiredo, Maria de Fátima R. Moreira, Ana Lúcia Jorge de Almeida, Tereza Christina Nemer do Amaral, Jorge de

Lima Aguiar Filho, Dina Maria Basílio e Maria Zélia de Melo e Silva, haja vista que não lograram elidir ***in totum*** *as irregularidades apontadas nestes autos;*

c) aplicar, com fundamento no parágrafo único do art. 43 e no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 250, § 2º, e art. 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU, individualmente, multa aos responsáveis mencionados no item anterior, bem como à responsável Rosilane Alves dos Santos, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

d) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, acrescida dos encargos legais, contados a partir do dia seguinte ao término do prazo acima estabelecido, até a data do recolhimento, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;

e) determinar a juntada de parte destes autos, por cópia, aos processos de contas anuais do Hospital dos Servidores do Estado, consoante especificado abaixo:

- Contas de 2001: Volumes 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13 e Principal;

- Contas de 2002: Volumes 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13 e Principal;

- Contas de 2003: Volumes 4, 7, 9, 11, 12, 13 e Principal;

f) determinar à Direção-Geral do Hospital dos Servidores do Estado – HSE/RJ que:

f.1) observe o cumprimento do preceituado na Lei n° 8.666/93, especificamente no que concerne ao art. 7º, § 2º, art. 23 §§ 1º e 2º, art. 24, art. 61, parágrafo único, art. 65, § 1º, art. 65, § 8º, art. 67 e art. 73, inciso I;

f.2) observe o cumprimento do preceituado no art. 1º da Lei n° 6.497/77 e no art. 30 do Decreto n° 93.872/1986;

g) encerrar o presente processo."

VOTO

Registro, inicialmente, que atuo nestes autos com fundamento no art. 27 da Resolução nº 175/2005-TCU e nos termos da Portaria nº 191, de 25 de agosto de 2003, tendo em vista tratar-se de processo afeto ao Ministro responsável pela Lista de Unidades Jurisdicionadas nº 03 no biênio 2005/2006.

2. Realizada auditoria de conformidade no Hospital dos Servidores do Estado – HSE/RJ, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos na área de licitações, contratos e almoxarifado, esta Corte de Contas, por intermédio do Acórdão n° 576/2004-TCU-2ª Câmara, autorizou a audiência dos responsáveis pelas impropriedades detectadas, bem como expediu determinações aos órgãos competentes do Ministério da Saúde e à Direção-Geral do HSE para a adoção de providências com vistas à melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados pelas Unidades Federais de Saúde localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

3. Durante os períodos das gestões dos Srs. Aloysio de Salles Fonseca e Francisco Sales Ferreira Filho, como Diretor-Geral do Hospital dos Servidores do Estado, ocorreram inúmeras impropriedades na contratação e acompanhamento da execução de contratos de aquisição de bens e prestação de serviços, que redundaram em afronta aos princípios constitucionais da legalidade e da isonomia, bem como a diversos dispositivos da Lei de Licitações e Contratos.

4. Para o atendimento às necessidades de bens e serviços do órgão público, mediante a contratação de terceiros, aos gestores é vedada a adoção de soluções que resultem em inobservância aos dispositivos legais que estabelecem ser a licitação a regra, podendo esta ser afastada tão-somente nos casos expressamente previstos em lei.

5. Dessa forma, tem-se por inaceitável qualquer justificativa que leve à contratação com terceiros sem a realização do indispensável procedimento licitatório, como é o caso da aditivação de contrato para inclusão de obras outras que não as inicialmente previstas. Verificou-se que o objeto do contrato referente às obras de reforma dos telhados, das fachadas e do Centro de Diagnóstico por Imagem foi ampliada para incluir a reforma e implantação do Centro Cirúrgico Ambulatorial, a reforma do Ambulatório de Cirurgia Geral do 3º andar do prédio principal, a reforma do Hall do Setor de Marcação de Consulta e Registro (térreo) e a reforma do Serviço de Oftalmologia do 4º andar do prédio principal, quando o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993 ampararia apenas a realização dos serviços complementares no Centro de Diagnóstico por imagem.

6. Esse tipo de procedimento não encontra respaldo nas normas pertinentes a licitações e contratos, na medida em que pode caracterizar dispensa indevida de processo licitatório, o que fere especialmente os arts. 2º, 3º, 7º e 8º da Lei nº 8.666/1993. O citado art. 8º reza expressamente que a execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

7. Incide em idêntica reprovação a utilização de artifícios para a aquisição de materiais que não constavam do edital da licitação, como ocorreu no Pregão nº 83/2001, em que o quantitativo de ovos solicitado pelo setor de nutrição do hospital foi mudado de unidades para dúzias, de modo a, posteriormente, efetuar "compensações" para suprir necessidades outras que não as objeto da licitação.

8. Ademais, para que pudesse efetuar as ditas "compensações" de ovos por outras mercadorias de que o hospital momentaneamente necessitava, diversos servidores se viram envolvidos na prática de atos ilegais, atestando notas fiscais, para fins de liquidação da despesa, com inobservância das normas pertinentes à administração financeira, orçamentária e patrimonial.

9. No que se refere ao acompanhamento da execução dos contratos celebrados pelo hospital, verifica-se a ocorrência de inúmeras impropriedades, envolvendo a qualidade dos serviços de limpeza prestados; controle da presença dos empregados da contratada; relatório final da contratada, detalhando os serviços executados e os objetivos atingidos; termos de medições dos serviços realizados assinados pelo servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento do desenvolvimento dos serviços contratados; termo de recebimento definitivo das obras realizadas; aceitação da única proposta ofertada no pregão com preço superior à estimativa anteriormente apresentada pela empresa; demora na designação de servidor como fiscal do contrato; relatórios da fiscalização que atestassem a correta execução do contrato por parte da contratada; alteração contratual por simples apostilamento quando o caso era de aditivação.

10. Diante disso, concordo com a análise levada a efeito pela Unidade Técnica, reproduzida no relatório precedente, acerca da rejeição parcial das razões de justificativa dos então Diretores-Gerais do HSE e dos demais servidores que participaram da prática de atos com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabendo, portanto, aplicar-lhes a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, proporcionalmente à posição hierárquica então ocupada pelos Srs. Aloysio de Salles Fonseca, Francisco Sales Ferreira Filho, Roberto Marinho Luiz da Rocha, Antonio Carlos da Silva Figueiredo, Maria de Fátima da Rocha Moreira, Ana Lúcia Jorge de Almeida, Tereza Christina Nemer do Amaral, Jorge de Lima Aguiar Filho, Dina Maria Basílio e Rosilane Alves dos Santos.

11. De igual modo, acompanho as conclusões da Secex/RJ quanto ao acolhimento das justificativas apresentadas pelos Srs. Mario Sergio Monteiro Lopes, José de Hollanda Bezerra de Melo Neto e Ana Maria Cantalice Lipke, aproveitando-se, no caso da Sr.ª Maria Zélia de Melo e Silva, revel, do acolhimento parcial da defesa apresentada pelos Srs. Aloysio de Sales Fonseca e Antonio Carlos da Silva Figueiredo, na forma do art. 161 do Regimento Interno.

12. No que se refere à expedição de determinações ao HSE para o cumprimento de diversos dispositivos legais, considero a proposta despicienda, por estarem os gestores de órgãos públicos sujeitos à estrita observância ao princípio da legalidade e já ter esta Corte de Contas expedido determinações corretivas ao referido hospital quando do exame anterior destes autos, ocasião em que prolatou o Acórdão nº 576/2004-TCU-2ª Câmara.

Feitas essas considerações, acolho a proposta de mérito da Unidade Técnica e voto por que o Tribunal adote o Acórdão que ora submeto à deliberação desta 2ª Câmara.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 866/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 015.633/2003-5 (com 13 volumes)

2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Aloysio de Salles Fonseca (CPF 023.117.207-91), Francisco Sales Ferreira Filho (CPF 174.832.477-20), Ana Maria Cantalice Lipke (CPF 182.659.957-68), Maria de Fátima da Rocha

Moreira (CPF 361.739.407-87), Ana Lúcia Jorge de Almeida (CPF 805.822.907-59), Dina Maria Basílio (CPF 661.565.487-34), Rosilane Alves dos Santos (CPF 809.057.067-49), Jorge de Lima Aguiar Filho (CPF 553.377.677-04), Tereza Christina Nemer do Amaral (CPF 468.275.367-34), Antonio Carlos da Silva Figueiredo (CPF 600.510.277-04), Roberto Marinho Luiz da Rocha (CPF 649.187.267-04), José de Holanda Bezerra de Melo Neto (CPF 781.137.097-20), Mário Sérgio Monteiro Lopes (CPF 259.694.987-34) e Maria Zélia de Melo e Silva (CPF 020.855.344-49)

4. Unidade Jurisdicionada: Hospital dos Servidores do Estado - HSE/RJ

5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/RJ

8. Advogado constituído nos autos: não consta

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Relatório de Auditoria de conformidade realizada no Hospital dos Servidores do Estado – HSE/RJ, com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos na área de licitações, contratos e almoxarifado, tendo esta Corte de Contas, por intermédio do Acórdão n° 576/2004-TCU-2ª Câmara, autorizado a audiência dos responsáveis pelas impropriedades detectadas, bem como expedido determinações aos órgãos competentes do Ministério da Saúde e à Direção-Geral do HSE para a adoção de providências com vistas à melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados pelas Unidades Federais de Saúde localizadas no Estado do Rio de Janeiro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 250, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. acolher as justificativas apresentadas pelos Srs. Mario Sergio Monteiro Lopes, José de Hollanda Bezerra de Melo Neto e Ana Maria Cantalice Lipke, aproveitando-se, no caso da Sr.ª Maria Zélia de Melo e Silva, revel, do acolhimento parcial da defesa apresentada pelos Srs. Aloysio de Sales Fonseca e Antonio Carlos da Silva Figueiredo, na forma do art. 161 do Regimento Interno;

9.2. dar prosseguimento ao processo com relação à Sr.ª Rosilane Alves dos Santos, que quedou-se revel, haja vista o disposto no art. 202, § 8º, do Regimento Interno;

9.3. rejeitar, em parte, as razões de justificativa dos Srs. Aloysio de Salles Fonseca, Francisco Sales Ferreira Filho, Roberto Marinho Luiz da Rocha, Antonio Carlos da Silva Figueiredo, Maria de Fátima da Rocha Moreira, Ana Lúcia Jorge de Almeida, Tereza Christina Nemer do Amaral, Jorge de Lima Aguiar Filho e Dina Maria Basílio;

9.4. aplicar aos Srs. Aloysio de Salles Fonseca, Francisco Sales Ferreira Filho, Antonio Carlos da Silva Figueiredo e Roberto Marinho Luiz da Rocha, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.5. aplicar aos Srs. Ana Lúcia Jorge de Almeida, Dina Maria Basílio, Jorge de Lima Aguiar Filho, Maria de Fátima da Rocha Moreira, Rosilane Alves dos Santos e Tereza Christina Nemer do Amaral, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.6. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que os responsáveis comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do disposto no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. determinar a juntada de parte destes autos, por cópia, aos processos de contas anuais do Hospital dos Servidores do Estado, como segue:

9.8.1. Contas de 2001: Volumes 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13 e Principal;

9.8.2. Contas de 2002: Volumes 4, 5, 7, 9, 11, 12, 13 e Principal;

9.8.3. Contas de 2003: Volumes 4, 7, 9, 11, 12, 13 e Principal;

9.9. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0866-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO I – CLASSE - IV - 2ª Câmara
TC-014.904/2003-5
Natureza: Admissão
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região ? TRT/AC-RO
Interessada: Roseni Figueiredo de Sousa (CPF nº 302.527.253-87)
Advogado constituído nos autos: não há

Sumário: Ato de Admissão. Acumulação indevida de cargos públicos por oito dias. Infringência aos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal. Opção pela manutenção do vínculo anterior. Ilegalidade. Negativa de Registro.

RELATÓRIO

Trata-se de processo gerado automaticamente, na sistemática definida na Instrução Normativa TCU nº 44/2002, por intermédio do Sistema Sisac, em que se aprecia, para fins de registro, ato de admissão de ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região ? TRT/AC-RO.

2. O órgão de controle interno do TRT/14ª Região emitiu parecer pela legalidade do ato em comento (fl. 2).

3. Em sua instrução de fl. 4, a Analista de Controle Externo da Secretaria de Fiscalização de Pessoal ? Sefip, Sra. Benedita Tereza Silveira Dourado, instruiu o feito nos seguintes termos:

"*A análise dos fundamentos legais e das informações obtidas no SISAC revela que a servidora em epígrafe, **no curto período em que esteve vinculada ao TRT 14ª Região, de 08 a 14/10/98**, exerceu, cumulativamente, os cargos de Analista de Finanças e Controle, do Ministério da Fazenda, e Analista Judiciário, do Tribunal Trabalhista, em desacordo com o disposto nos incisos XVI e XVII do artigo 37 da Constituição Federal, e no artigo 118, da Lei n º 8.112/90.*

Pelo que se pode depreender, a interessada, à vista da acumulação irregular, optou pela manutenção de seu vínculo anterior com o Ministério da Fazenda.

*Ante esta constatação e com fulcro no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988, nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, e nos arts. 1º, inciso VIII, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, e tomando por base as informações prestadas pelo órgão de Controle Interno, na forma prevista no art. 260, **caput**, do RI-TCU, propomos a ilegalidade com negativa de registro do ato em referência, por falta de amparo legal.*" (grifado)

4. O Diretor da 1ª DT e o Titular da Unidade Técnica manifestam-se de acordo com o encaminhamento acima sugerido (fls. 4 e 5).

5. O Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU Paulo Soares Bugarin anui, em cota singela, à proposta da Sefip (fl. 6).

É o Relatório.

VOTO

Dispõe o art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal que "*é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o*

disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissional de saúde, com profissões regulamentadas."

2. Prevê também o art. 37, inciso XVII, da Carta Política que "*a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público*".

3. Por contrariar esses dispositivos constitucionais, o ato de admissão da Sra. Roseni Figueiredo de Souza, ora apreciado, deve ser considerado ilegal e negado o seu registro, nos termos do art. 71, inciso III, da Carta Política, conforme proposta da Unidade Técnica, corroborada pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

4. Considerando, entretanto, que a interessada optou por manter o vínculo anterior com o Ministério da Fazenda, considerando também o curto período da acumulação, de apenas oito dias, consoante informações da Sefip, entendo, com base nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da economicidade, que não há providências a serem adotadas pelo órgão de origem.

Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

UBIRATAN AGUIAR
Ministro-Relator

ACÓRDÃO Nº 867/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-014.904/2003-5
2. Grupo I – Classe IV – Admissão
3. Interessada: Roseni Figueiredo de Sousa (CPF nº 302.527.253-87)
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região ? TRT/AC-RO
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão da ex-servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região ? TRT/AC-RO, Sra. Roseni Figueiredo de Sousa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259 e 260 do Regimento Interno/TCU, considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão da interessada indicada no item 3 supra, constante das fls. 1/3 dos autos;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao TRT/14ª Região.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0867-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
na Presidência

UBIRATAN AGUIAR
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

GRUPO II - CLASSE VI - 2ª Câmara.
TC 019.755/2005-2 (c/ 1 volume)
Natureza: Representação.
Unidade Jurisdicionada: Manaus Energia S/A.
Interessado: Amaron – Comércio e Serviços Ltda.
Advogado constituído nos autos: não há.

Sumário: REPRESENTAÇÃO. ADJUDICAÇÃO DE OBJETO DE PREGÃO SEM CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO. SUPOSTOS INDÍCIOS DE FRAUDE. IMPROCEDÊNCIA.

1. O ato de adjudicação da licitação não implica direito subjetivo à contratação. O direito do adjudicatário é o de ser convocado observada a estrita ordem de classificação no certame.

2. A existência de indícios não comprovados de fraude em licitação praticada por empresa concorrente do certame, não a torna, por si só, inabilitada para contratar com a Administração Pública.

RELATÓRIO

Trata-se de documentação enviada a esta Corte pela empresa Amaron Comércio e Serviços Ltda. noticiando possíveis irregularidades no Pregão n.° 250/2005 – Manaus Energia S/A.

2. A Secex/AM, em instrução preliminar (f. 105/106), propôs a autuação dos presentes autos como Representação e a realização de diligência à Manaus Energia S/A (ME).

3. Em despacho de f. 107, o Relator do feito, Ex.mo. Lincoln Magalhães da Rocha, determinou a autuação destes autos como Representação e a remessa à Secex/AM para que prosseguisse na instrução.

4. Realizada a medida saneadora, por meio de ofício às f. 109, a ME encaminhou documentação de f. 114/224, que recebeu análise da Secex/AM às f. 225/226, tendo esta Unidade Técnica concluído pela necessidade de realização de inspeção na Manaus Energia.

5. Após a realização da fiscalização na ME, o analista instruinte pronunciou-se às f. 227/229, efetuando a seguinte análise do caso:

"a) Por ocasião da realização do Pregão nº 250/05 (para a contratação de firma especializada na prestação de serviços administrativos terceirizados) encontrava-se em vigor o segundo termo aditivo ao Contrato nº 1480/04 cujo prazo de vigência se expiraria em 12 de setembro de 2005 (fls. 242);

b) em 31 de agosto daquele ano a Sra. Pregoeira decidiu desclassificar as firmas Forte Empreendimentos e Tecnologia Ltda e Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda, ambas participantes do Pregão nº 250/05, em razão de indícios de fraudes constatadas nas respectivas propostas, colhidos em diligência feita pela Comissão no domicílio de ambas as empresas (fls. 171). As irregularidades decorreram do fato de a proposta da firma Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda ter sido redigida em papel com timbre da empresa Forte Empreendimentos e Tecnologia Ltda. Na visita feita ao domicílio das empresas restou esclarecido que ambas funcionavam no mesmo endereço. Todavia, o aspecto de maior relevância apurado pela Comissão diz respeito ao fato de o Sr. Ademar Antonio Ferreira, sócio da firma Forte Empreendimentos e Tecnologia Ltda também ter sido sócio da firma Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda, conforme demonstram os documentos de fls. 163 e 166, muito embora tenha transferido, sem ônus, as suas cotas nesta última empresa, em 18 de maio de 2005, à Sra. Evaldina Peres Marinho. Mencione-se, por oportuno, que em seguida, mais precisamente em 28 de julho de 2005, houve o lançamento do Pregão nº 250/05 (fls. 04);

c) inconformada, em 12 de setembro de 2005, a empresa Forte Empreendimentos e Tecnologia Ltda interpõe recurso administrativa atacando a decisão tomada pela Sra. Pregoeira (fls. 178/183). A empresa Amaron Comércio e Serviços Ltda, por sua vez, interpõe suas contra-razões (fls. 185/190). Em 25 de outubro de 2005 o recurso interposto foi julgado improcedente (fls. 195);

d) no período transcorrido entre a data da interposição do recurso (12 de setembro de 2005) e de sua apreciação (25 de outubro de 2005) expirou a vigência do contrato mantido com a empresa Forte Empreendimentos e Tecnologia Ltda. Em razão do recurso interposto ter efeito suspensivo, e estando pendente, naquela oportunidade, a decisão de mérito, a Direção da Manaus Energia achou por bem prorrogar por mais 180 dias (cento e oitenta) vigência contratual fixando em 10 de março de 2006 o seu limite (fls. 244). Embora decidindo o mérito do recurso interposto (vide alínea 'c') a Manaus Energia, alegando a necessidade de realização de concurso público para o preenchimento das vagas do pessoal terceirizado, objeto do Pregão nº 250/05, no período de 18 meses, conforme estipulado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, decidiu pela suspensão do procedimento licitatório (fls. 199 e 201/202). Assim, as fases de adjudicação do item licitado e de sua homologação pela autoridade superior ainda não foram realizadas até a presente data muito embora, conforme já referido, o preço ofertado pela empresa Amaron Comércio e Serviços Ltda, após as desclassificações das empresas Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda e Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda, tenha sido o menor, dentre as licitantes remanescentes.

4. Em síntese, foram esses os fatos apurados no tocante ao Pregão nº 250/05.

5. Quanto ao mérito do procedimento adotado pela Manaus Energia S/A, calcado no adiamento da contratação da empresa Amaron Comércio e Serviços Ltda, temos a observar que, de fato, não podia a referida contratação realizar-se ao se expirar, em 12 de setembro de 2005, o Contrato mantido com a empresa Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda uma vez que, nessa mesma data, a empresa ter interposto um recurso administrativo, com efeito suspensivo, sobre a decisão da Sra. Pregoeira em desclassificá-la do procedimento...".

6. Alfim, a Secex/AM, em pareceres coincidentes, propõe o seguinte encaminhamento preliminar:

"a) que seja assinado o prazo de até 15 (quinze) para que a Manaus Energia S/A adote as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei nº 10.520/2002 (Lei da Modalidade Licitatória Pregão) no sentido de observar as disposições contidas nos incisos XVIII a XXIII, art. 4º, do referido Diploma Legal dando-se prosseguimento ao Pregão nº 250/05, conforme disposto no art. 251, caput, do RI/TCU. Eleito o novo fornecedor nos termos aqui propostos, e expirado o Contrato nº 1480/04 – previsto para ocorrer em 10 de março de 2006 - que a Manaus Energia S/A proceda à contratação da empresa vencedora do mencionado certame.

b) que seja(m) ouvido(s) em audiência (art. 251, última parte, do RI/TCU):

b.1) os representantes das empresas Forte Empreendimentos e Tecnologia Ltda, CNPJ 04.028.313/0001-09, Sr. Ademar Antônio Ferreira, e Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda, CNPJ 06.167.150/0001-70, Sra. Eliomara Costa dos Santos, a fim de apresentarem razões de justificativas para o funcionamento das aludidas empresas no mesmo espaço físico, conforme depoimento colhido junto à Sra. Joselma, Secretária da empresa Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda, mediante diligência realizada pela Comissão do Pregão nº 250/2005, promovido pela Manaus Energia S/A;

b.2) o Sr. Ademar Antonio Ferreira, CPF 031.855.322-87, Sócio da empresa Fort Empreendimentos e Tecnologia Ltda, a fim de que apresente razões de justificativas para o fato de a referida empresa ter apresentado sua proposta comercial no Pregão nº 250/2005, patrocinado pela Manaus Energia S/A, em documento com o logotipo da empresa Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda, semeando dúvidas quanto à lisura da proposta formulada, pois pouco antes da publicação do procedimento licitatório fazia parte do quadro societário também desta última empresa.".

V O T O

Registro, inicialmente, que atuo nestes autos com fundamento no art. 27 da Resolução-TCU n.º 175, de 25/5/2005 e nos termos da Portaria 191, de 25 de agosto de 2003, tendo em vista tratar-se de processo afeto ao Ministro responsável pela Lista de Unidades Jurisdicionadas n.º 03 no biênio 2005/2006.

2. **Ab initio,** destaco que a questão trazida à baila nos presentes autos deve ser analisada sob a ótica jurídica, bem como tendo em vista a economicidade da opção efetuada pelo gestor.

3. Assim, passo a analisar a conformidade à legislação da opção adotada pelos gestores da ME em suspender o Pregão n.º 250/2005 e prorrogar, por meio de termo aditivo, o Contrato n.º 1.480/04, firmado com a empresa FORT Ltda.

4. Conforme se nota dos autos (f. 125), a Manaus Energia decidiu interromper o Pregão n.º 250/2005, em função de expectativa de realização de concurso público para o preenchimento de vagas em seus quadros. Entenderam os gestores que, diante da sinalização de incremento em seus quadros, a melhor opção a ser adotada era suspender o certame que visava justamente à contratação de funcionários terceirizados.

5. Assim, ficou evidenciado que a Manaus Energia adotou a solução que entendeu melhor ao caso, fazendo uso da discricionariedade que cabe aos gestores para desempenhar sua missão.

6. Com relação à prorrogação do Contrato n.º 1.480/04, conforme o 3º Termo Aditivo (f. 244), noto que tal extensão contratual encontra guarida no disposto no art. 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93.

7. No que respeita ao fato de a empresa FORT Ltda. ter sido desclassificada do Pregão n.º 250/2005 em função de **suposta** prática de fraude, observo que tal fato não constitui fator impeditivo à renovação contratual efetuada por meio do 3º Termo Aditivo ao Contrato n.º 1.480/04, posto que tal firma não fora declarada inabilitada para licitar com a Administração Pública.

8. A desclassificação da empresa FORT Ltda. do Pregão n.º 250/2005 ocorreu em função de ter apresentado planilha de preços em papel timbrado de outra firma que concorreu no certame, a EXACT Ltda., que possui o mesmo endereço comercial da empresa FORT.

9. Embora tais constatações indiquem suposto conluio, não há elementos bastantes nos autos para confirmar tal prática, cabendo observar que o Ministério Público do Estado do Amazonas fora instado pela Manaus Energia a investigar o fato (f. 205/206).

10. Vencido este ponto, passo a analisar a questão da prorrogação do contrato n.º 1.480/04 sob a ótica da economicidade.

11. Conforme se nota às f. 245, o valor do Contrato n.º 1.480/04, após os acréscimos contratuais constantes dos três Termos Aditivos, montou à quantia de R$ 4.781.355,68 (quatro milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), representando assim um custo mensal de R$ 227.683,60 (duzentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), correspondente ao valor atualizado dividido pelo prazo total do ajuste após as aditivações (21 meses).

12. Caso tivesse optado por contratar a empresa ora representante, Amaron Ltda., a Manaus Energia despenderia ao custo total de R$ 3.991.040,30 (três milhões, novecentos e noventa e um mil, quarenta reais e trinta centavos) por período de 12 meses, isto representaria custo mensal de R$ 332.586,69 (trezentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos), superior àquele correspondente à prorrogação contratual efetuada com a empresa FORT Ltda.

13. Nesse espeque, não há como se falar em anti-economicidade no ato de extensão contratual efetuada pela Manaus Energia.

14. Embora a empresa ora representante, FORT Ltda., em sua peça inicial não tenha efetuado solicitação específica a este Tribunal, é possível concluir, conforme se nota às f. 208-A/209, que a firma deseja obter a contratação referente ao objeto do Pregão n.º 250/2005 que lhe fora adjudicado.

15. Com efeito, noto que o fato de o objeto de um dado certame ter sido adjudicado a uma empresa, não implica em direito subjetivo da mesma em obter a contratação. O direito do adjudicatário é o de ser convocado em primeiro lugar caso a Administração decida celebrá-lo, conforme vastamente pacificado pela jurisprudência e pela doutrina.

16. Contudo, vislumbro que, diante da investigação de suposta fraude à licitação praticada pela firma FORT Ltda., entendo prudente efetuar determinação à Manaus Energia para que promova o acompanhamento da investigação do Ministério Público do Estado do Amazonas sobre o ocorrido, informando a este Tribunal as ações levadas a efeito em função das conclusões daquele órgão ministerial.

17. Diante de todo o exposto, com as vênias de estilo, discordo do encaminhamento proposto pela Secex/AM, pois acredito que os presentes autos se encontram em condições de serem apreciados por esta Corte.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 11 de abril de 2006.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

ACÓRDÃO Nº 868/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: TC- 019.755/2005-2 (c/ 1 volume).
2. Grupo II – Classe de Assunto: VI – Representação.
3. Interessado: Amaron-Comércio e Serviços Ltda.
4. Unidade Jurisdicionada: Manaus Energia S/A.
5. Relator: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secex/AM.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação da empresa Amaron Comércio e Serviços Ltda. noticiando possíveis irregularidades no Pregão 250/2005-Manaus Energia.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com base no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. determinar à Manaus Energia que promova o acompanhamento do procedimento de investigação do Ministério Público do Estado do Amazonas tendente a apurar a ocorrência de suposta fraude à licitação praticada pela firma FORT Empreendimentos e Tecnologia Ltda., informando a este Tribunal, na próxima prestação de contas, as ações levadas a efeito em função das conclusões daquele órgão ministerial;

9.3. determinar à Secex/AM que acompanhe o cumprimento da determinação acima, representando ao Tribunal, caso necessário;

9.4. dar ciência do presente Acórdão à empresa Amaron Comércio e Serviços Ltda.

10. Ata nº 11/2006 – 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 11/4/2006 – Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0868-11/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Lincoln Magalhães da Rocha (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

UBIRATAN AGUIAR
na Presidência

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Fui presente:

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA
Procuradora

ÍNDICE DOS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E CONSTANTES DE RELAÇÕES DA ATA Nº 11, DE 11.04.2006
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA

TC Nº	RELATOR	UNIDADE TÉCNICA	ACÓRDÃO	RELAÇÃO	PÁG.
000.273/2002-4	Min. UA	SERUR/SECEX-SP	844		
000.669/2005-8	Min. UA	SECEX-PE	847		
001.059/2004-5	Aud. LMR	SECEX-BA	855		

001.428/2006-7	Min. UA	-	820	23	
001.531/2004-1	Min. UA	SERUR/SECEX-RJ	845		
002.060/2001-6	Aud. MBC	SECEX-BA	861		
002.524/2005-0	Min. UA	SECEX-CE	848		
002.736/2006-0	Aud. LMR	-	835	32	
002.857/2006-5	Aud. LMR	-	829	29	
002.209/2006-5	Aud. LMR	-	836	32	
003.053/2006-7	Aud. MBC	-	840	49	
003.178/2002-9	Aud. LMR	SECEX-MS	849		
003.330/2006-9	Aud. LMR	-	837	32	
003.923/1999-1	Min. UA	SERUR/SECEX-RJ	843		
004.056/2005-5	Aud. LMR	-	825	29	
004.334/2006-2	Aud. LMR	-	834	32	
005.066/2003-0	Aud. MBC	SECEX-GO	863		
005.291/2004-1	Aud. LMR	-	822	29	
005.371/2002-8	Aud. LMR	-	824	29	
005.979/2004-5	Aud. MBC	-	841	49	
006.342/2006-3	Aud. LMR	-	831	29	
006.363/2002-0	Aud. MBC	SECEX-MA	862		
006.806/2004-4	Aud. MBC	-	838	48	
006.878/2006-3	Aud. MBC	-	839	48	
008.092/2003-3	Aud. LMR	SECEX-AC	854		
010.607/2005-9	Aud. LMR	-	832	32	
011.090/2003-0	Aud. LMR	SECEX-AP	852		
011.454/2002-8	Aud. LMR	SECEX-ES	850		
012.056/2005-0	Aud. LMR	-	828	29	
012.093/2005-3	Aud. LMR	SECEX-SC	860		
012.853/2002-7	Aud. LMR	5ª SECEX	851		
013.270/2004-6	Aud. LMR	SECEX-AP	856		
013.550/2005-8	Min. UA	-	821	23	
013.989/2003-8	Aud. MBC	SECEX-RJ	864		
014.311/2003-7	Aud. LMR	SECEX-RS/PROJESTOQ	853		
014.586/2004-7	Min. UA	SECEX-RS	846		
014.904/2003-5	Min. UA	SEFIP	867		
015.633/2003-5	Aud. LMR	SECEX-RJ	866		
015.654/2003-5	Aud. LMR	-	823	29	
016.763/2003-4	Aud. LMR	-	827	29	

016.956/2004-9	Aud. LMR	SECEX-AP	858		
018.395/2005-1	Aud. LMR	-	833	32	
018.757/2004-4	Aud. LMR	SECEX-BA	857		
019.070/2005-0	Aud. LMR	-	826	29	
019.328/2004-5	Aud. MBC	SECEX-RO	865		
019.379/2004-4	Aud. LMR	-	830	29	
019.462/2004-2	Aud. LMR	SECEX-AP	859		
019.755/2005-2	Aud. LMR	SECEX-AM	868		